

Vol. 10, Nº 18 | janeiro - junho de 2025 | ISSN 2527-0525

OFÍCIOS DE *clio*

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO E DO PPG EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Teorias da História e Usos do Passado



OFÍCIOS DE *clio*

Revista Discente dos cursos de graduação e
do PPG em História da Universidade Federal
de Pelotas

Vol. 10, Nº18 | janeiro-junho de 2025 | ISSN 2527-0524



Reitora:

Ursula Rosa da Silva

Vice-Reitor:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Ensino:

Antônio Maurício Medeiros Alves

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Marcos Britto Corrêa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Fábio Garcia Lima

Pró-Reitora de Planejamento e Administração:

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Taís Ullrich Fonseca

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretora:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

EXPEDIENTE

Editora-Chefe:

Prof^ª Dr^a Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

Editora Assistente:

Laura Bergozza Pereira – *Universidade Federal de Pelotas*

Felipe Carderan – *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial:

Alexia Francis Peter Demari – *Universidade Federal de Pelotas*

Amanda Rodrigues Guelso – *Universidade Federal de Pelotas*

Eduardo Goulart Reyes Barbosa - *Universidade Federal de Pelotas*

Francine Sedrez Bunde – *Universidade Federal de Pelotas*

Isabelle Brancão Chaves – *Universidade Federal de Pelotas*

Leonardo Silva Amaral – *Universidade Federal de Pelotas*

Lucas Viscardi Marques – *Universidade Federal de Pelotas*

Patrik Fonseca Paz – *Universidade Federal de Pelotas*

Pedro da Silva Fouchy – *Universidade Federal de Pelotas*

Víctor Blaskoski Lehueur - *Universidade Federal de Pelotas*

Capa:

Domínio Público

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Guinter Tlajia Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^a Dr^a Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Ana Maria Sosa González – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Darlan de Mamann Marchi - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Letícia Sabina Wermeier Krilow - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Patrícia Weiduschadt – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Thiago Amorim – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Wilian Bonete – *Universidade Federal de Pelotas*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

André Luiz da Silva
Bethânia Luisa Lessa Werner
Bianca Knaak
Carol Kesser
Cíntia Vieira Souto
Claudia Rodrigues
Darcylene Pereira Domingues
Diego Lemos Ribeiro
Eliane Fleck
Gabriel Passold
Gilson Moura
Hugo Rincon Azevedo
Igor Tadeu Camilo Rocha
Isabela Rodrigues Regagnan
José António Martin Moreno Afonso
Luciana Dornelles Ramos
Luciene Pereira Carris Cardoso
Manuel Gándara Carballido
Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt
Mateus Santos
Michele Petry
Olivia Nery
Patrícia Weiduschadt
Rafael Guedes Milheira
Rejane Carolina Hoeveler
Robert Wagner Porto da Silva Castro
Tamara Juriatti
Victor de Leonardo Figols

Sumário

Apresentação do Número 18

Equipe Editorial p. 8

Dossiê Teorias da História e Usos do Passado

Lúcio Geller Junior e Pedro Henrique Batistella p. 14

Às margens da Memória: disputas, silêncios e narrativas a partir do Museu da Inconfidência

Ana Conrado Ferreira Rocha e Pedro Henrique de Castro Falci p. 21

Espaço Social e Negritude: o Clube Doze de Outubro entre Memória e Representatividade em Palmeira das Missões, RS (1940–2000)

Ricardo Aguirre de Moraes p. 36

“O silêncio dá graça as mulheres”: religião, poder e memória entre as mulheres da Grécia Antiga

Missilônia Mirele de Oliveira Silva p. 60

Prolegômenos aos Usos Sintéticos do Passado no Contexto das Inteligências Artificiais

Miguel Barboza Castro p. 76

Compreensão Histórica e Responsividade Ética: articulações teóricas no cruzamento entre Filosofia Especulativa da História e Filosofia Existencial da História

Cristian Bianchini de Athayde p. 90

“Nazismo de esquerda”: representação falsificadora do passado e má-fé

Michel Ehrlich p. 110

Consumindo o comunismo: memória, nostalgia, tempo e capitalismo na era pós-soviética

Lúcio Geller Junior p. 130

Dossiê Ensino de História

Branquitude e eurocentrismo na História escolar: desafios e possibilidades na construção de um currículo antirracista no Brasil

Matheus Goulart Tanhote p. 150

A Cultura Histórica: interseções entre a Ideologia, Ensino de História e espaço urbanístico de Maputo

Gerson Massingue p. 166

Senso: a Unificação Italiana das Câmeras de Luchino Visconti às salas de aula

Luiz Felipe dos Santos Narciso p. 186

Artigos Livres**Arriano de Nicomédia e Plutarco de Queroneia: a identidade Greco-Romana, a excelência viril e o bom governante em Alexandre da Macedônia**

Henrique Hamester Pause p. 204

Santiago! Apóstolo, Mártir, Peregrino e Miles Christi da Espanha: uma Trajetória do Culto Jacobeu na Idade Média

Paulo Henrique Ennes de Miranda Eto p. 220

Entre laços de sangue, trabalho e poder: análise das redes sociais de Bento Gonçalves da Silva a partir das suas correspondências (1806-1832)

Víctor Blaskoski Lehugeur p. 239

Anunciando a morte nos sertões: obituários e prestígio social em periódicos do século XIX (Sertões do Rio Grande do Norte, 1867-1897)

Fabiana Alves Dantas p. 259

Domingo Faustino Sarmiento e a História Intelectual da Argentina no século XIX: a questão indígena em *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883)

Giovana Eloá Mantovani Mulza p. 279

Entre o boi e o vaqueiro: representações visuais do Piauí na revista O Malho (1902-1920)

Pablo Augusto Santos Teixeira p. 299

Encarceramento prisional e racismo em Santa Catarina: penitenciária de Florianópolis e seus Arquivos Marginais (1930-1959)

Júlia Rossler da Rosa Oliveira p. 319

Revolução Russa de 1917: olhares e opiniões expressas nos jornais anarquistas na América do Sul (A Plebe e La Protesta)

Matheus Barrientos Ferreira p. 335

Esquecidas pela História? A Presença Feminina no Taller Gráfica Popular na década de 1940

Luísa Caravantes p. 350

O Ensino do Imperialismo através da série animada Avatar: A Lenda de Aang (2005)

Ana Paula Alves Coelho p. 362

Bolsonarismo e o angustiante passado que não passa

Audi Roberto Rodrigues p. 383

Desafios para a formação de uma identidade negra no Brasil e a importância do rap para a formação do imaginário identitário

Ryan dos Santos Cardoso e Igor Furtado de Furtado p. 401

Apresentação do Número 18

Prezados(as) leitores(as), autores(as), editores(as) e demais colaboradores da Revista Discente Ofícios de Clio, é com muito prazer que a Equipe Editorial divulga a edição de número 18 de nossa revista. Reafirmamos o nosso compromisso com a construção ética, responsável, colaborativa e coletiva das ciências humanas, fortalecendo o nosso objetivo de representar um espaço aberto e acolhedor para publicação de discentes da graduação e da pós-graduação em História e áreas próximas.

A presente edição possui sete artigos compondo o Dossiê Temático intitulado Teorias da História e Usos do Passado, proposto pelos doutorandos Lúcio Geller Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Pedro Henrique Batistella, da Universidade Federal de Ouro Preto. Para além, a edição de número 18 apresenta três artigos no Dossiê permanente Ensino de História e doze artigos compondo a seção de artigos livres.

Para iniciar a seção permanente de Ensino de História contamos com o artigo intitulado *Branquitude e eurocentrismo na História escolar: desafios e possibilidades na construção de um currículo antirracista no Brasil*, produzido por Matheus Goulart Tanhote, mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas. Nesse trabalho, o autor analisa, a partir de uma revisão bibliográfica, a construção do ensino de História no Brasil, observando e problematizando a naturalização da perspectiva eurocêntrica, que vem sendo instrumentalizada para a sustentação da branquitude.

Em seguida, o artigo *A Cultura Histórica: Interseções entre a Ideologia, Ensino de História e espaço urbanístico de Maputo*, escrito por Gerson Massingue, mestrando da Universidade Federal de Goiás, investiga como a cultura histórica se articula com a ideologia marxista-leninista e o ensino de História no contexto urbano de Maputo, capital de Moçambique. A partir de uma abordagem teórica e exploratória, o autor mobiliza referências de Marx, Gramsci, Althusser, Apple, Ricoeur e Rüsen para analisar como o espaço urbano e as práticas educativas funcionam como aparelhos ideológicos de Estado, moldando a consciência histórica dos estudantes. O estudo demonstra que a configuração urbanística e os programas escolares, impregnados de símbolos e nomes ligados à revolução socialista, reproduzem uma narrativa única do passado, o que transforma Maputo em uma “cidade ideológica” e o ensino de História em instrumento de manutenção de uma memória coletiva oficial.

Por fim, a seção permanente de Ensino de História é encerrada com o artigo intitulado *Senso: a Unificação Italiana das Câmeras de Luchino Visconti às salas de aula*, do

mestrando Luiz Felipe dos Santos Narciso, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atravessando as relações entre Cinema e Ensino de História, o artigo trata do filme *Senso* (1954), dirigido por Luchino Visconti, apresentando possibilidades no trabalho de temáticas como a Unificação Italiana em sala de aula.

Já na seção permanente de Artigos Livres, contamos inicialmente com *Arriano de Nicomédia e Plutarco de Queroneia: a identidade Greco-Romana, a excelência viril e o bom governante em Alexandre da Macedônia*, em que Henrique Hamester Pause, doutorando pela Universidade Federal de Santa Maria, investiga como Plutarco e Arriano, autores gregos inseridos no contexto do Império Romano entre os séculos I e II d.C., usaram a figura de Alexandre, o Grande, como modelo de governante ideal e como símbolo de identidade greco-romana.

Pensando sobre o período medieval, temos o artigo *Santiago! Apóstolo, Mártir, Peregrino e Miles Christi da Espanha: Uma Trajetória do Culto Jacobeu na Idade Média*, de Paulo Henrique Ennes Miranda, vinculado à Universidade Federal Fluminense. O artigo analisa a figura do apóstolo São Tiago e o culto a ele dedicado desde sua atuação junto a Cristo até as representações produzidas a partir do século VII. A partir de fontes narrativas e hagiográficas, o autor busca compreender como o santo foi representado, ressignificado e mobilizado em diferentes contextos, seja em milagres de cura, seja no auxílio militar a monarcas cristãos. O estudo também discute os contextos que favoreceram a difusão e a importância do culto jacobeu na Península Ibérica, especialmente através das narrativas de translação de suas relíquias para Compostela e da compreensão medieval do maravilhoso e do sobrenatural nas práticas de devoção.

Não longe, passando para os estudos que se debruçam sobre o século XIX, temos o artigo *Entre laços de sangue, trabalho e poder: análise das redes sociais de Bento Gonçalves da Silva a partir das suas correspondências (1806-1832)*, escrito pelo graduando da Universidade Federal de Pelotas Víctor Blaskoski Lehugeur. O estudo investiga as redes de relações sociais de Bento Gonçalves da Silva a partir da análise de correspondências trocadas entre 1806 e 1832, buscando compreender as conexões estabelecidas entre familiares, militares, negociantes, peões e escravizados. Fundamentado nos conceitos de elites regionais e análise de redes sociais, o autor combina uma abordagem quantitativa e qualitativa para identificar os principais interlocutores, temas e dinâmicas de poder presentes nas cartas, buscando revelar como o futuro líder farroupilha construiu sua influência política e econômica por meio de complexas trocas e negociações entre diversos grupos sociais.

Ademais, temos o artigo *Anunciando a morte nos sertões: obituários e prestígio social em periódicos do século XIX (Sertões do Rio Grande do Norte, 1867-1897)*, produzido por Fabiana Alves Dantas, doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nesse trabalho, a autora analisa como a publicação de obituários em jornais do século XIX funcionava como um espaço de reforço do prestígio social nas cidades sertanejas do Rio Grande do Norte. A partir de referências como Philippe Ariès, Michel Vovelle e João José Reis, a autora busca compreender as formas discursivas presentes nesses textos. Dessa maneira, demonstra que os obituários não apenas comunicavam a morte, mas também reforçavam a imagem de prestígio social, tanto do falecido quanto de sua família.

Já no trabalho intitulado *Domingo Faustino Sarmiento e a História Intelectual da Argentina no século XIX: a questão indígena em Conflicto y armonía de las razas en América (1883)*, a doutoranda pela Universidade Estadual de Maringá, Giovana Eloá Mantovani Mulza trabalha com a figura de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), escritor e político argentino, cujas perspectivas e ideias tocaram a opinião popular argentina, perpassando, sobretudo, a História dos povos originários. Analisando *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883), a autora traz à tona não apenas o contexto histórico em que Sarmiento e suas ideias estão inseridos, mas também analisa suas influências sobre as políticas que envolviam comunidades indígenas.

Dando seguimento a seção, temos o artigo *Entre o boi e o vaqueiro: representações visuais do Piauí na revista O Malho (1902-1920)*, de Pablo Augusto Santos Teixeira, graduado em Ciências Humanas/História pela Universidade Federal do Maranhão. O trabalho debruça-se sobre as formas que a figura do vaqueiro é imagetivamente representada nas primeiras duas décadas do séc. XX. Utilizando-se da proposta de análise da representação por Chartier, e avaliando as imagens presentes na revista, além de lançar mão de um repertório de outras fontes escritas para auxiliar seu trabalho, o autor explora os modos pelo qual a Revista *O Malho* busca criar uma concepção de identidade para os vaqueiros do Piauí com base em estereótipos entendidos como sertanejos.

Ainda atravessando o século XX, apresentamos o artigo *Encarceramento prisional e racismo em Santa Catarina: Penitenciária de Florianópolis e seus Arquivos Marginais (1930-1959)*, da autora Júlia Rossler da Rosa Oliveira, mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Nesse trabalho, a autora apresenta aspectos do racismo e do encarceramento prisional, a partir das práticas institucionais da Penitenciária de Florianópolis,

tendo como base documental prontuários e relatórios penitenciários, traçando como problemática central questionar as noções de raça, conforme a instituição.

Para além, em *Revolução Russa de 1917: olhares e opiniões expressas nos jornais anarquistas na América do Sul (A Plebe e La Protesta)*, Matheus Ferreira Barrientos, doutorando da Universidade Federal da Grande Dourados, analisa a repercussão da Revolução Russa de 1917 na imprensa anarquista sul-americana, destacando os periódicos *A Plebe* (Brasil) e *La Protesta* (Argentina) como principais fontes. A partir de uma abordagem comparativa e análise de conteúdo, o autor examina os discursos e interpretações que esses jornais construíram acerca dos eventos russos, revelando as tensões entre ideais libertários e a consolidação do regime bolchevique, bem como as diferentes leituras políticas que circularam no espaço público latino-americano do início do século XX.

Versando sobre produções imagéticas, o artigo *Esquecidas pela História? A Presença Feminina no Taller Gráfica Popular na década de 1940*, escrito por Luísa Caravantes, mestranda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, apresenta o apagamento feminino em produções imagéticas. Utilizando-se das produções do grupo independente Taller Gráfica Popular, criado no México na década de 30, a autora estuda as quatro primeiras artistas a integrarem o coletivo e suas obras em litografia, evidenciando suas trajetórias e a repercussão de suas obras pautadas em resistências através de uma revisão bibliográfica.

Por outro lado, a autora Ana Paula Alves Coelho, graduada em História pela Universidade Federal de Rio Grande, em seu artigo intitulado *O Ensino do Imperialismo através da série animada Avatar: A Lenda de Aang (2005)*, analisa como a série *Avatar: a Lenda de Aang* pode ser utilizada como recurso didático nas aulas de História. Buscando relacionar a obra ao ensino do conceito de imperialismo, a autora investiga elementos presentes na animação que possam representar esse tema. Ao abordar a incorporação do cinema como fonte histórica após a revolução historiográfica promovida pela Escola dos Annales em 1930, Coelho destaca como produções cinematográficas ainda são, muitas vezes, negligenciadas como ferramentas pedagógicas no ensino de História. Com o intuito de superar práticas tradicionais, a autora propõe o uso da série como recurso didático capaz de contribuir para a formação da consciência histórica dos indivíduos, conforme defendido por Jörn Rüsen.

Não obstante, o artigo *Bolsonarismo e o angustiante passado que não passa*, de Audi Roberto Rodrigues, graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba, analisa o fenômeno do bolsonarismo a partir de suas raízes históricas e de uma leitura psicanalítica,

revelando como o autoritarismo e o golpismo permaneceram como traços estruturantes da política e da cultura brasileira. O autor reconhece o bolsonarismo como uma expressão contemporânea de um passado não elaborado, que resgata valores do integralismo e da ditadura militar, sustentado por medo, paranoia e discursos anticomunistas. Em diálogo com Freud, Reich, Adorno e Bauman, o autor interpreta o crescimento da extrema-direita como resultado da crise da modernidade e do mal-estar civilizatório, em que sentimentos de insegurança e angústia são manipulados politicamente.

Encerrando a seção permanente de Artigos Livres, temos o artigo *Desafios para a formação de uma identidade negra no Brasil e a importância do rap para a formação do imaginário identitário*, produzido por Ryan dos Santos Cardoso, mestrando pela Universidade Federal de Pelotas, e Igor Furtado de Furtado, graduando pela Universidade Federal de Pelotas. Neste artigo, os autores debruçam-se sobre a temática da identidade negra no Brasil, destacando os desafios para a sua construção e analisando como as músicas do movimento Hip-Hop podem atuar como um dispositivo formador de identidade, valorizando a cultura afro-brasileira produzida por sujeitos negros(as) no Brasil.

Com os trabalhos aqui publicados, esperamos que as análises e problematizações propostas pelos(as) autores(as) despertem nos(as) leitores(as) novas indagações e reflexões sobre as múltiplas perspectivas que compõem a produção do conhecimento nas ciências humanas no Brasil. Assim, buscamos contribuir para a construção e a divulgação do saber. Desejamos a todos(as) uma excelente leitura!

Equipe Editorial:

Márcia Janete Espig

Alexia Francis Peter Demari

Amanda Rodrigues Guelso

Eduardo Goulart Reyes Barbosa

Felipe Carderan

Francine Sedrez Bunde

Isabelle Brancão Chaves

Laura Bergozza Pereira

Leonardo Silva Amaral

Lucas Viscardi Marques

Patrik Fonseca Paz

Pedro da Silva Fouchy
Víctor Blaskoski Lehueur

Apresentação do Dossiê:
Teorias da história e usos do passado

Lúcio Geller Junior,¹ UFRGS
Pedro Henrique Batistella,² UFOP

A proposta deste dossiê surgiu de uma inquietação, dentro do campo da teoria da história, a respeito do conceito de “usos do passado”. Hoje, de modo geral, bem estabelecido dentro da historiografia, o mesmo tem origem na segunda metade do século XX, como uma das tantas noções derivadas da assim chamada “virada memorial”. Seu pano de fundo foi, essencialmente, o debate sobre como e por que diferentes sociedades recorrem ao passado para dar sentido ao presente, construir identidades ou legitimar projetos políticos, encabeçado por nomes como François Bédarida, François Hartog, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Michael Pollak, Pierre Nora, Paul Ricoeur e Robert Frank.

No entanto, essa ideia de *usar* o passado, ainda que pensada como um instrumento de análise crítica das formas pelas quais este é invocado para agir no presente, sempre nos causou certo desconforto, no sentido de que algo que está *dado, consolidado, sedimentado* e, acima de tudo, *assentado no pretérito*, é pleiteado pelo presente, o qual está - de forma correta, diga-se de passagem -, em construção. Ora, mas também não estaria o passado em construção? Afinal, o próprio gesto de recorrer ao passado, assumindo esse sentido, não o colocaria em eterna *(re)construção*? Na verdade, o que queremos propor é que não se trata nem disso. E sim, que o passado está, de fato, também em construção, ou mesmo em eterna reconstrução - como se queira -, porque ele não carrega um *sentido puro*, essencial, que é usado ao *bel prazer* do presente, o seu grande escultor.

Essas duas dimensões, passado e presente, não estão cindidas uma da outra, mas entretecidas. O uso, portanto, está no próprio processo, na sua incidência ou nos efeitos daquilo que é inscrito em um presente constituído por múltiplos ritmos e frequências de temporalização. Não nos cabe, evidentemente, a originalidade de tais postulações. Há bastante tempo, teóricos da história como Alun Munslow, Arthur Lima de Ávila, Berber Bevernage, Ethan Kleinberg, Dominick LaCapra, Fernando Nicolazzi, Joan Scott, Hayden White, Keith Jenkins, Maria da Glória de Oliveira, Rodrigo Turin, Walderez Ramalho, Zoltán Simon, entre

¹ Doutorando do PPGH/UFRGS; membro do Laboratório de Estudos sobre os Usos do Passado (Luppa). lucio.geller@gmail.com.

² Doutorando do PPGH/UFOP; membro do Laboratório Plural: história e ética. pedrohbatistella@gmail.com.

muitos outros, vêm levantando a relevância dessa discussão que, nas belas palavras de Michel-Rolph Trouillot (p. 2016, 41), compreende que o passado:

[...] só é passado porque existe um presente, assim como só posso apontar para algo *lá* porque estou *aqui*. Mas nada está inerentemente lá ou aqui. Nesse sentido, o passado não tem conteúdo. O passado – ou, para ser mais preciso, a preteridade (*pastness*) – é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado *como passado*.

E se o passado, como nos diz Trouillot, *não está passado* - ou seja, ele permanece - e, ao mesmo tempo, não possui um conteúdo intrínseco, pois se movimenta, se acumula e depende de fatores contingentes, isto coloca a própria crítica das formas de usos do passado em questão. Isto é, *a história não está fora da história* nesse jogo de *lá* e *aqui*. A primeira, enquanto o estudo, em linhas gerais, da segunda - as *res gestae* (as coisas feitas) -, está ela própria dentro desta, sendo concebida, inequivocamente, como um de seus usos. Não se trata, todavia, de minguar a crítica, mas de vê-la como um efeito desse *continuum* da temporalização moderna, coexistente e paralela a outras formas de usos do passado (memórias coletivas, patrimônios histórico culturais, narrativas históricas, discursos políticos, educação e ensino etc.).

Uma maneira interessante de explorar tais condições é observar a vasta gama de tensionamentos que a disciplina histórica tem atravessado atualmente. Segundo Francisco Santiago Júnior (2015, p. 272), muitas das manifestações de memória, patrimonialização, dentre outras, surgiram para “fazer o que a história historiográfica não fora capaz de fazer até então: conferir passado àqueles que dele acreditam precisar e do qual ainda não dispunham”. Daí os movimentos sociais, para não nos deixar mentir, que há anos reivindicam a centralidade das noções de raça e gênero para a compreensão das histórias nacionais e das relações de poder. Obviamente, “é muito difícil separar teoricamente os usos e os *abusos públicos* da memória e da história” (Santiago Júnior, p. 272, *grifos nossos*), como os ataques anti-democráticos e negacionistas à legitimidade do saber histórico que, sem sombra de dúvida, estão em um campo radicalmente oposto ao primeiro tipo de tensionamento.

Dadas essas condições, é fundamental debater coletivamente sobre as condições de legitimação do estatuto disciplinar e profissional da história, bem como sobre a função da história no mundo contemporâneo. Em razão disso, decidimos oferecer com o presente dossiê temático um espaço dedicado às discussões em torno de questões epistemológicas, teóricas e metodológicas relacionadas à produção de conhecimento histórico e historiográfico e à atuação em história em diferentes espaços. Buscamos reunir trabalhos ligados à

temporalidades, memórias, patrimônios e comemorações, temas sensíveis e embates públicos da história (negacionismos, passados práticos, políticas de tempo, culturas de passado, regimes de historicidade etc). Assim, conseguimos acolher nestas páginas contribuições e críticas ao campo, atravessadas pelas discussões de gênero e étnico-raciais, de perspectivas epistemológicas da diferença, de filosofias da história, de humanidades digitais, das memórias do capitalismo e do problema das dissimulações deliberadas da história e da memória. Dessa forma, notamos que seria possível dividir este dossiê em três partes. A primeira delas, intitulada *Críticas pluralistas à história historiográfica*, reúne artigos que articulam a escrita da história como um ato ético, político e epistemológico voltado à revisão dos silêncios e exclusões que moldaram memórias e representações do passado. Em *Às margens da Memória: disputas, silêncios e narrativas a partir do Museu da Inconfidência*, os historiadores Ana Conrado Ferreira Rocha, e Pedro Henrique de Castro Falci, apresentam em seu artigo reflexões ético-políticas sobre a dinâmica de musealização da cidade de Ouro Preto a partir da história da Inconfidência Mineira. Por meio da construção de um consistente arcabouço teórico, os autores demonstram como nas políticas de patrimonialização e musealização, ocorridas ao longo da história institucional do Museu da Inconfidência, estiveram subsumidas práticas de narrativização, exposição e performances que condicionaram o apagamento da população negra enquanto sujeitos políticos, sociais e epistêmicos da cidade mineira. A historicização desse fenômeno pavimenta a construção de uma interpretação sobre a recente inclusão do Museu da Inconfidência na rede dos Lugares Históricos das Rotas dos Povos Escravizados da Unesco. Sem negar os efeitos ético-políticos para a inscrição da presença negra na exposição do museu, Conrado e Falci apontam para a necessidade de rupturas epistêmicas na política da instituição, de modo que a dimensão epistêmica da diferença constitua o eixo da política de ação do museu.

Em seguida, Ricardo Aguirre de Moraes, no artigo *Espaço Social e Negritude: O Clube Doze de Outubro entre Memória e Representatividade em Palmeira das Missões, RS (1940–2000)*, aborda a história do pós-abolição no município gaúcho de Palmeira das Missões através da tematização do clube negro Doze de Outubro, que funcionou como um espaço de sociabilidade da população negra entre a década de 1940 e o ano 2000. Moraes demonstra, em uma perspectiva diacrônica, as práticas coletivas de resistência construídas por indivíduos e grupos negros no período republicano brasileiro, evidenciando como o associativismo negro possibilitou a afirmação da negritude em um espaço urbano conformado pelo missionarismo católico, o racismo estrutural e a agricultura extensiva. O historiador concebe a escrita da

história do clube Doze de Outubro como uma forma de intervenção ético-política no sistema de ensino do município a fim de preencher a lacuna do esquecimento da memória negra ao longo do século XX. Por isso, propõe a inserção da temática do associativismo negro no material didático municipal como ferramenta para a educação antirracista.

Por fim, Missilônia Mirele de Oliveira Silva fecha essa primeira parte com o seu “*O silêncio dá graça as mulheres*”: *religião, poder e memória entre as mulheres da Grécia Antiga*. Nele, a historiadora analisa como as mulheres da Grécia Antiga exerceram papéis centrais no campo da religiosidade e como essas atuações foram registradas (ou invisibilizadas) pela historiografia ao longo dos anos. Silva demonstra que, embora excluídas da política, as gregas encontraram na religiosidade um espaço legítimo de poder simbólico e social. Com base em fontes primárias e em teóricas como Joan Scott, Nicole Loraux, Michel-Rolph Trouillot, Paul Veyne e Peter Burke, o estudo questiona os silêncios da história oficial e propõe uma releitura crítica dos critérios que definem o que é digno de ser lembrado. Assim, recuperar o papel religioso das mulheres torna-se um gesto político e epistemológico de reivindicação de passados mais plurais e de crítica às estruturas de poder que moldaram a escrita da história.

A segunda parte do dossiê foi denominada *Teorias da história diante da produção contemporânea de conhecimento histórico*. Os artigos reunidos nela evidenciam que a compreensão do passado depende de cenários e de processos interpretativos específicos, com diferentes incidências e repercussões, que moldam tanto a escrita quanto a legitimação da história. De início, Miguel Barboza Castro, apresenta uma reflexão inicial sobre as relações entre inteligências artificiais (IA's) e representações históricas como um exercício analítico preliminar de aplicação da noção de “usos sintéticos do passado”. Por meio de uma consistente revisão bibliográfica sobre a temática e do desenvolvimento da sua dimensão sociotécnica constitutiva, o historiador situa o objeto em seus aspectos epistemológicos, o que permitiu o apontamento de transformações do estatuto dos usos, difusão e recepção pública do conhecimento histórico nos ambientes digitais após a popularização das IA's. Castro demonstra esse fenômeno através da análise de conteúdos sobre períodos históricos da escravidão e da ditadura militar-brasileira no *TikTok* enquanto uma aplicação prática de “uso sintético do passado”. Por meio disso, o historiador explica o funcionamento entre a lógica algorítmica, a experiência individual e subjetiva do usuário e o estatuto da representação do passado consumida no ambiente digital. Compreendendo essa articulação como uma “espécie de história sob demanda” produzida por meio das IA's, o historiador finaliza o seu

Prolegômenos aos Usos Sintéticos do Passado no Contexto das Inteligências Artificiais com uma reflexão sobre as implicações dessa modalidade de usos do passado para as condições de produção de escrita histórica e da legitimação pública da figura dos historiadores.

Não obstante a mediação digital e algorítmica da produção de conhecimento histórico, o historiador Cristian Bianchini de Athayde, em *Compreensão Histórica e Responsividade Ética: articulações teóricas no cruzamento entre Filosofia Especulativa da História e Filosofia Existencial da História*, nos convida a uma reflexão sobre diferentes modos de lidar e interpretar realidades históricas, porém centrada nas discussões sobre compreensão crítica, responsabilidade e engajamento ético. Tais questões, que, como nos diz Athayde, não se limitam ao âmbito acadêmico, orientam formas de pensar o existir historicamente. O que é algo que necessariamente nos leva a uma dimensão filosófica da história. E é exatamente por esses caminhos que o historiador percorre. Com base em um rico levantamento bibliográfico e desenvolvendo discussões teóricas da histórica - recentes e de longa data -, Athayde constrói um artigo que serve tanto de porta de entrada para quem busca conhecer o campo da Filosofia da História, quanto de aprofundamento e diálogo para quem já está inserido em seus debates. Em particular, podemos compreender os contornos e as convergências das assim chamadas Filosofia Especulativa da História e Filosofia Existencial da História. A primeira, como o próprio nome sugere, tem um foco no caráter interpretativo da *história-como-um-todo*, muito em razão da ausência de um sentido intrínseco desta. Já a segunda, na esteira das mais recentes discussões sobre uma “virada ética”, de modo geral, no campo das humanidades, sublinha que, para além da preocupação com a interpretação da existência histórica, é preciso pensar na alteridade temporal, isto é, como (re)conhecer contemporâneos e não-contemporâneos. Assim, ainda que por outros caminhos, seu artigo articula muitas das questões que levantamos sobre os usos do passado no campo da teoria da história.

Finalmente, a terceira e última parte do dossiê pode ser pensada como uma seção, assim como a primeira, de estudos de caso dos tensionamentos que cercam a disciplina histórica. Todavia, enquanto a primeira dá conta das *Críticas pluralistas à história historiográfica*, a final lida com os seus antípodas. Isto é, com as imposturas, os ataques, as extrapolações e as desqualificações da historiografia. Não se trata de fechar esse círculo de debates com uma mensagem desanimadora, ou mesmo pessimista, em relação às teorias da história e aos usos do passado na esfera pública. Pelo contrário, com isso esperamos destacar a sua complexidade e, sobretudo, como distinguir a crítica construtiva, inclusiva e que oxigena a historiografia do seu simples desprezo e descarada dissimulação. Apesar de

tensionarem a disciplina histórica, consideramos que essas duas dimensões partem de locais distintos. Além disso, como os estudos apresentados nas páginas deste dossiê corroboram, não é correta a afirmação corrente que diz que as críticas pluralistas, ao questionarem o estatuto disciplinar da historiografia, a deixaram à mercê de todas as formas de desvalorização e maleficência ou, como intitulamos o segmento derradeiro, dos *Usos nocivos da história e da memória atualmente*.

“Nazismo de esquerda”: *Representação falsificadora do passado e má-fé*, do historiador Michel Ehrlich, é um artigo que, como o próprio nome indica, encara essa noção amplamente divulgada, embora sem respaldo histórico, de que o nazismo seria uma ideologia de esquerda. Essa ideia aparece em obras populares, como *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, de Leandro Narloch (2013), e *Mentiram (e muito) para mim*, de Flavio Quintela (2014), as quais são tomadas como as duas principais fontes de análise de Ehrlich. Apesar de serem livros de abordagens mais amplas, o autor foca no tópico do nazismo porque, como argumenta, as dissimulações frequentemente se concentram em eventos fundadores ou traumáticos que moldam identidades e percepções sociais, justamente para alterá-las. Ao lado de temas como a escravidão, ditaduras e tantos outros, alterar a forma de ver o nazismo, segundo Ehrlich, é uma maneira de ressignificar as próprias categorias de “esquerda” e “direita”. Amalgamados como simples projetos coletivos de futuro, nazismo e comunismo são contrapostos (do lado esquerdo do espectro político) a um suposto desenvolvimento espontâneo e involuntário da humanidade rumo ao capitalismo (em tese, associado aos movimentos conservadores de direita). Para que essa classificação faça sentido, os autores ignoram ou reinterpretem a historicidade do capitalismo e do liberalismo, criando um autoengano coletivo (má-fé, no sentido sartreano) que serve à narrativa política deles.

Não muito distante dessas últimas observações de Ehrlich, o historiador Lúcio Geller Junior, com o artigo intitulado *Consumindo o comunismo: memória, nostalgia, tempo e capitalismo na era pós-soviética*, finaliza o dossiê demonstrando como capitalismo se naturaliza quando até as memórias que poderiam criticá-lo - como as do comunismo - reproduzem a sua própria lógica de consumo. Em termos conceituais, o autor chama isso de “memória capitalista do comunismo” - diferente da “memória anticomunista do comunismo”, e mesmo da “memória apologética do comunismo” -, que dissocia os elementos eminentemente comunistas de seus horizontes emancipatórios e os reinscreve como um passado consumível dentro da ordem neoliberal. Para chegar a isso, Geller Junior tece uma reflexão sobre as formas de temporalização da experiência soviética com base em entrevistas

de história oral com mulheres ex-soviéticas radicadas no Brasil. Através disso, o autor não somente tematiza as relações entre memórias coletivas e memórias individuais, mas constrói a categoria de “memória capitalista do comunismo”, a qual instrumentaliza a reflexão sobre o estatuto contemporâneo das relações entre nostalgia, capitalismo e experiências do tempo. Ao articular as narrativas enunciadas pelas mulheres entrevistadas com aspectos da construção cultural e política da memória soviética na Rússia a partir dos anos 1990, a reflexão finaliza demonstrando como, subjacente aos sentidos das narrativas que se conflituam sobre a experiência soviética, repousou modos distintos de conceber o estatuto político e existencial do passado na sua relação com o presente.

Desse modo, encerramos este dossiê destacando sua excepcional pluralidade ao reunir olhares abertos sobre os usos do passado em interface com a teoria da história. Longe de tratar o passado como algo estanque, os artigos aqui reunidos o compreendem como um campo vivo de interpretações, reapropriações e controvérsias, numa relação estreita e mútua com o presente. Ao articular diferentes abordagens e experiências, o dossiê amplia o debate historiográfico e convida a refletir criticamente sobre as teorias da história e os usos do passado. Que esta leitura desperte questionamentos e inspire novas formas de pensá-los.

Boa leitura!

Referências

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da “problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

Às Margens da Memória: disputas, silêncios e narrativas a partir do Museu da Inconfidência em Ouro Preto

On the Margins of Memory: disputes, silences, and narratives based on the Inconfidência Museum in Ouro Preto

Ana Conrado Ferreira Rocha¹, UFOP

Pedro Henrique de Castro Falci², UFOP

Resumo

Este artigo visa discutir os mecanismos narrativos, intrínsecos às instituições museais, que funcionam enquanto ferramentas de legitimação e silenciamento das memórias, hierarquizando-as de forma a empreender uma privatização do passado nacional. Para tanto, analisamos a questão a partir do que se pode observar no contexto do Museu da Inconfidência e da cidade de Ouro Preto (MG). Através da análise, concluímos que, apesar dos esforços para que o Museu da Inconfidência possa alargar suas margens, as fronteiras, tanto simbólicas, quanto espaciais, são parte inerente a sua criação, sendo necessário, portanto, maiores esforços para transpô-las.

Palavras-chave: Museu da Inconfidência; Ouro Preto; SPHAN; Museu; Memória.

Abstract

This article aims to discuss the narrative mechanisms intrinsic to museum institutions, which function as tools for legitimizing and silencing memories, hierarchizing them in order to undertake a privatization of the national past. To this end, we analyze the issue based on what can be observed in the context of the Museum of Inconfidência and the city of Ouro Preto (MG). Through our analysis, we conclude that, despite efforts to broaden the scope of the Museum of Inconfidência, its symbolic and spatial boundaries are an inherent part of its creation, and greater efforts are therefore needed to overcome them.

Keywords: Inconfidência Museum; Ouro Preto; SPHAN; Museum; Memory.

Introdução: o Museu como fronteira da representação da Nação

O conceito de fronteira se destaca por seu caráter interdisciplinar e está inerentemente atrelado às relações de poder que regem o meio social em suas diferentes escalas. Isto posto, parte-se do entendimento de que as fronteiras são determinadas a partir de critérios elaborados pelos administradores da sociedade, geralmente agindo de acordo com seus próprios interesses políticos, econômicos ou institucionais (Newman, 2006, p. 175). Diante dessa afirmação, é relevante compreender a fronteira não apenas em seu aspecto concreto e

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS/UFOP) e graduada pela mesma instituição.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS/UFOP) e graduado pela mesma instituição.

geográfico, inscrito espacialmente, mas também no que se conhece por fronteira simbólica. Sobre isso, as sociólogas Michèle Lamont e Virág Molnár afirmam que

Symbolic boundaries are conceptual distinctions made by social actors to categorize objects, people, practices, and even time and space. They are tools by which individuals and groups struggle over and come to agree upon definitions of reality. Examining them allows us to capture the dynamic dimensions of social relations, as groups compete in the production, diffusion, and institutionalization of alternative systems and principles of classifications. [...] They are an essential medium through which people acquire status and monopolize resources. Social boundaries are objectified forms of social differences manifested in unequal access to and unequal distribution of resources (material and nonmaterial) and social opportunities (Lamont; Molnár, 2002, p. 168).³

Dessa forma, as fronteiras simbólicas atuam igualmente de modo a estabelecer grupos sociais, gerando sentimentos comuns de similaridade e pertencimento. Partindo deste entendimento, é possível apreender o museu enquanto fronteira simbólica, uma vez que se destaca como pilar da narrativa nacional oficializada, sendo engrenagem basilar da memória coletiva, nos termos postos por Halbwachs (2013).

É igualmente relevante ressaltar que o espaço museal, enquanto lugar de memória (Nora, 1993), reproduz silenciamentos inerentemente violentos, que remontam ao que Quijano (2005) entende como colonialidade do poder. Diante disso, é importante sublinhar que toda narrativa histórica se configura como conjunto específico de silêncios (Trouillot, 2016). No entanto, é igualmente necessário o entendimento de que, como afirma Le Goff (1990), os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação dessa mesma memória coletiva, elemento essencial nos campos de batalha das forças sociais pelo poder.

Logo, os museus estabelecem um fundo comum de referências organizadas por um enquadramento de memória (Pollak, 1989) que fornece um fundo ideológico e identitário para o Estado nacional. No caso brasileiro, nação emergida de um processo de colonização e sistematicamente governada em nome das oligarquias, a violência é expressa no conjunto de

³Tradução nossa: “As fronteiras simbólicas são distinções conceituais feitas por atores sociais para categorizar objetos, pessoas, práticas e até mesmo tempo e espaço. São ferramentas pelas quais indivíduos e grupos lutam e chegam a um acordo sobre as definições da realidade. Examiná-las nos permite captar as dimensões dinâmicas das relações sociais, à medida que os grupos competem na produção, difusão e institucionalização de sistemas e princípios alternativos de classificação. [...] Elas são um meio essencial pelo qual as pessoas adquirem status e monopolizam recursos. As fronteiras sociais são formas objetificadas de diferenças sociais que se manifestam no acesso desigual e na distribuição desigual de recursos (materiais e não materiais) e oportunidades sociais.” (Lamont; Molnár, 2002, p. 168).

signos e significados do espaço museal, lugar no qual as elites tradicionais tiveram seu capital simbólico acumulado e sacralizado. Dessa forma, compreendemos este espaço de memória institucionalizada como zona de conflito (Clifford, 2016) entre uma memória hegemônica e uma memória subterrânea (Pollak, 1989), inscrita em um não-dito.

Além disso, a partir de Bruno Brulon (2020), pode-se afirmar que aquilo que é materializado no espaço museal é produto de um processo complexo e politicamente determinado que intitulamos teoricamente de musealização. Musealizar, assim, é uma forma de construir consenso sobre o valor e sobre a matéria. Enquanto dispositivos, em sua maioria criados por um Estado cuja centralidade não deixou escapar o patrimônio cultural, os museus possuem uma dupla operação valorativa. Isso porque, ao mesmo tempo em que produzem valor, eles também são o resultado de negociações do próprio consenso sobre o valor. Por conseguinte, são reproduzidas materialmente as hierarquias de poder e saber que conformam aquilo que se entende por Nação.

Assim, utilizando da definição estabelecida por Duncan Cameron (1971), entende-se que o museu configura-se como um templo no qual as classes dirigentes da sociedade consagraram sua versão da história a partir do que elas apreendem como significativo e valioso. Dessa maneira, ainda segundo Cameron, ao deixar de oferecer uma interpretação significativa e plural de sua coleção, o museu acaba por incentivar interpretações e posicionamentos destrutivos em relação aos sujeitos subjugados por sua expografia, traçando uma fronteira entre quem é reconhecido ou não enquanto parte constitutiva da nação.

Diante disso, é possível compreender o museu não apenas como fronteira espacial entre um capital simbólico incorporado, ou neste caso, institucionalizado, e o cidadão, mas também e principalmente enquanto fronteira simbólica que delimita uma identidade nacional excludente, em detrimento de outras subjetividades que compõem o corpo social de uma nação.

Ouro Preto, Museu da Inconfidência e a fronteira da representatividade

Localizado na praça Tiradentes, coração da cidade de Ouro Preto, o Museu da Inconfidência registrou 347 mil visitantes⁴ no ano de 2024, batendo recorde de visitação e se mantendo no ranking dos museus mais visitados do Brasil (Julião, 2009). No mesmo ano, a instituição passou a integrar a rede da Unesco de Lugares Históricos das Rotas do Povos

⁴Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/noticia/4517> Acesso em: 27/01/2025.

Escravizados⁵. De acordo com a Unesco,⁶ a nomeação de 22 lugares para a rede de Lugares é parte da celebração dos 30 anos do programa Rotas dos Povos Escravizados, que tem como objetivo 1) desconstruir os discursos fundamentados no conceito de raça que justificavam esses sistemas de exploração; 2) promover as contribuições das pessoas de ascendência africana para o progresso geral da humanidade e 3) questionar as desigualdades sociais, culturais e econômicas herdadas da escravização e do tráfico de escravizados.⁷

A titulação dada ao Museu da Inconfidência sugere uma expansão da narrativa mnemônica, inscrita no que Marcelo Abreu (2023) aponta como uma cultura contemporânea da memória⁸. Tal alargamento se dá, segundo o autor, devido a intensificação do debate acerca da escravidão no campo público a partir dos anos 1990, que, por consequência, acarretou uma série de políticas e medidas que se voltam para a discussão do tema⁹. O movimento ocorre simultaneamente ao que Hall (1993) aponta como uma autoridade decrescente de narrativas hegemônicas, que privilegiam uma versão do passado que desconsidera as experiências de grupos marginalizados durante os processos históricos, fundamentando-se sistematicamente nas experiências de apenas alguns ou um grupo social específico.

Assim, pode-se perceber, como fruto da ampliação do debate sobre a escravidão, o surgimento de uma política contemporânea de memória, fundamentada em aspectos tais como: 1) a configuração de identidades sociais a partir da lembrança de eventos traumáticos e violentos; 2) o entrelaçamento de memórias conflitantes; 3) a emergência de uma ética internacional relacionada a memória e 4) as mudanças na memória cultural a partir das agências de novos atores e tecnologias.

O título, apesar de atribuído ao Museu da Inconfidência especificamente, é um marco para o território da cidade de Ouro Preto que, além de ser o primeiro monumento nacional

⁵ Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/4369> Acesso em: 27/01/2025.

⁶ Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/rotas-dos-povos-escravizados-primeiros-22-locais-aderem-nova-rede-de-lugares-de-historia-e-memoria> Acesso em: 27/01/2025.

⁷ Disponível em: <https://www.unesco.org/en/routes-enslaved-peoples> Acesso em: 28/01/2025.

⁸ De caráter anterior a este movimento apontado por Abreu, podemos apontar também o papel da Carta de Santiago (1972) para a discussão museológica no que tange representatividade e memória. Há de se mencionar também uma movimentação antecessora da intensificação da discussão, com o registro do Terreiro da Casa Branca, na Bahia, em 1985, a demarcação da terra Kalunga, em Goiás, 1992, e o Museu Afro brasileiro de Salvador, em 1992.

⁹ Como exemplo, podemos citar a criação de instituições museais voltadas para a discussão no Brasil e no mundo. Como é a Cape Coast Castle Museum em Gana, o Slave Lodge na África do Sul, o Memorial da Ilha Gorée, pronunciamento oficiais de chefes de estados ocidentais, como o é o caso de Lula e Bill Clinton ao visitarem países que sofreram com o tráfico escravista e políticas de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo, como é Palmares em 2007.

tombado pelo Estado Brasileiro, em 1933, é também o primeiro lugar brasileiro registrado como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco (Ribeiro, 2022). Tais títulos atraem milhares de visitantes que chegam à cidade com a expectativa de experienciar um estreito contato com o passado. Passado este que parte de uma pretensa nacionalidade brasileira una, reconhecido pela sua relevância para a humanidade e que agora também se inscreve oficialmente enquanto pilar da memória dos povos escravizados.

Inaugurado em 1944, após criação a partir do decreto-lei nº 965 de 1938, o Museu da Inconfidência nasce com o encargo cívico e simbólico de — além de ser o lugar definitivo para os restos mortais dos homens que participaram da Inconfidência Mineira —

[...] colecionar as coisas de vária natureza relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituam documentos expressivos da formação de Minas Gerais (Brasil, 1938, v.4, p. 298).

De acordo com Julião (2009), a criação do Museu da Inconfidência, juntamente com o Museu do Ouro, em Sabará, o Museu do Diamante, em Diamantina e o Museu Regional, em São João- Del Rey, representa um novo momento no cenário dos museus do Brasil. Os museus criados no início do último século pretendiam narrar através de objetos, a sociedade do passado brasileiro.

Com o Sphan, uma nova matriz histórica ganha os espaços dos museus. Em lugar do Império, tornam-se protagonistas do passado a sociedade setecentista, a arte colonial, a estética barroca e o movimento da Inconfidência. Categorias de objetos antes valorizadas caem no ostracismo e novas tipologias de acervos, assim como formas inéditas de exibi-los, comandam as experiências museais do Sphan. O privilégio dos saberes eruditos e antiquários, assim como o foco exclusivo no passado, cedem lugar ao interesse cognitivo e colecionista mais abrangente, que se estende ao campo da arte e da estética. À paixão colecionadora pelas coisas antigas, típica de antiquários e amadores, o Sphan, sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade, buscou imprimir um caráter científico às coleções dos museus, assim como o fez no trato de todo o patrimônio (Julião, 2009, p. 144).

O Museu da Inconfidência, em específico, para além da Inconfidência Mineira, era encarregado de apresentar a vida da sociedade mineira no século XVIII, ambientalizando o visitante no universo cultural e simbólico no qual o Brasil surgia como nação.¹⁰ A instituição

¹⁰ A sociedade mineira setecentista é considerada pelo SPHAN como o contexto de surgimento dos traços artísticos e culturais genuinamente nacionais, compreensão está profundamente influenciada pelas ideias de Afonso Arinos, estruturantes de seu ciclo de palestras ministradas ao corpo técnico do SPHAN no final da década de 1930, e transformadas em 1944 em livro, lançado com o título de “*Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*”. A este respeito, para além da própria obra, ver mais em **CHUVA, Márcia (2012)**, “Por uma

nasce com a prerrogativa de representar a formação de Minas Gerais, tendo como principal diretriz o entendimento da Inconfidência como movimento predecessor da Independência brasileira, símbolo da liberdade e de valores republicanos personificados na figura do mártir Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. O personagem, como já demonstrado por José Murilo de Carvalho (1995), é recuperado já na Primeira República e transformado em totem cívico nacional, um herói idealizado que fomentava afetividades marcadas pela religiosidade cristã em torno de uma liberdade limitada a classes específicas do tecido social brasileiro.

À vista disso, compreende-se os usos da Inconfidência Mineira como consequência de uma privatização do passado (Freixo, 2019) posta em prática pela elite intelectual, política e econômica brasileira. O que Freixo entende por privatização do passado, portanto, diz respeito ao domínio simbólico da narrativa histórica por estes, utilizando o passado enquanto patrimônio identitário exclusivo de determinados segmentos sociais e o mobilizando para legitimar a violência. Trata-se, assim, de um uso político da história que impede o exercício da memória crítica e a escuta das vozes subalternizadas, perpetuando desigualdades e definindo potenciais emancipatórios. Tal processo se alinha igualmente ao que Cida Bento (2022) define como pacto da branquitude, uma série de acordos não verbalizados que acabam por atender aos interesses das pessoas brancas, realizando a manutenção de seus privilégios na engrenagem econômico-social. Nesse sentido, o patrimônio consagrado se converte em símbolo valoroso de um racismo institucionalizado, fundante de uma comunidade imaginada (Anderson, 2008) brasileira na qual a população preta é diligentemente apagada.

Para além dos títulos recebidos ao longo do século XX e do protagonismo político que obteve no campo do patrimônio e na construção de uma identidade brasileira, a cidade de Ouro Preto tornou-se a grande protagonista da expografia do Museu da Inconfidência após a última reformulação da exposição de longa duração, realizada no ano de 2006. Com o primeiro andar do Museu dedicado quase em sua totalidade a narrar o desenvolvimento da cidade, pode-se dizer que a exposição de longa-duração corresponde a um circuito narrativo fechado, partindo da chamada sala “Origens” e encerrando na sala “Império”. Composto

história da noção de patrimônio cultural no Brasil”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165.; **FONSECA, Maria Cecília Londres (2005)**, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ, MINC - IPHAN.; **FONSECA, Maria Cecília Londres (2001)**, “A invenção do patrimônio e a memória nacional”, in BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, Rio de Janeiro, FGV.; **FILHO, Ezequiel Barel (2013)**, *Lúcio Costa em Ouro Preto: a invenção de uma "cidade barroca"*, Coimbra, Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra; **NATAL, Caion Meneguello (2007)**, *Ouro Preto, a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*, Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

atualmente por oito salas — Origens, Construção Civil, Transportes, Mineração, Inconfidência, Panteão, Vida Social e Império —, o primeiro andar é descrito em sua concepção geral como narrador da evolução da infraestrutura da cidade de Ouro Preto, de modo que o MIn¹¹ pode ser apreendido em sua completude apenas a partir da conjunção entre a conspiração colonial que o nomeia e o cenário no qual esta estava inserida. Sendo assim, os objetos cumprem a função de testemunha material da evolução do conjunto urbano responsável por gestar o que é reivindicado como o primeiro grito pela liberdade em terras brasileiras, a Inconfidência Mineira. Museu e cidade são, por consequência, intrinsecamente ligados.

O percurso, portanto, consagra uma concepção linear, evolutiva e progressista da história do município, numa evidente tentativa de comprovar o avanço civilizacional inaugurado com a chegada dos primeiros bandeirantes na região. À vista disso, convém ressaltar certa fetichização do objeto como prova de desenvolvimento (Vergès, 2023, p. 226), além da estreita relação entre a noção de progresso e da violência sistêmica, num processo de hierarquização e outremização dos sujeitos. Dessa forma, a narrativa estabelecida na expografia do MIn pode ser apreendida pela chave do elogio à colonização, se tornando, como definido por Nila Rodrigues Barbosa, “lugar para o branco, colonizador, senhor de escravizados e não lugar para negros, libertos e até mestiços.” (Barbosa, 2018, p. 122)

Diante disso, entendemos que o título dado pela Unesco ao Museu da Inconfidência, como lugar na Rede de Lugares Históricos das Rotas dos Povos Escravizados, deriva do fato do museu narrar a história do surgimento e ascensão da importante vila da América portuguesa que, de acordo com Eduardo França Paiva (2001), foi o lugar no Brasil que mais recebeu negros escravizados durante o século XVIII. Sobre o território, Paiva aponta que

Durante o século XVIII, boa parcela do tráfico interno foi direcionada para a região de Minas Gerais, que chegou ao final do setecentos com as maiores populações escravas e libertas da colônia. Para a área de mineração foram levados ainda muitos escravos nascidos no Brasil, além de homens e mulheres livres e forros que para lá encaminharam-se. Inicialmente, o maior chamariz era o Ouro, mas rapidamente passou a ser a economia dinâmica e diversificada que se desenvolverá na capitania, aliada a uma malha urbana bastante extensa e a importantes áreas de agropecuária, como já demonstrei em capítulo precedente. A mobilidade física e cultural constituiu-se, a partir daí, em características basilar dessa sociedade. O encontro de tradições culturais muito diferentes ocorreu intensamente e assumiu dimensões extraordinárias. A população mestiça era grande, e o hibridismo cultural atingiu todos os grupos sociais, embora a impermeabilidade de certos

¹¹ Museu da Inconfidência.

costumes também se fizesse presente, ainda que camuflada. Enfim, formara-se nas Minas setecentista um quadro social propício à efervescência cultural, à formação de pecúlio pelos escravos, à compra de alforria e até mesmo à ascensão econômica de forros e forras mais perspicaz e com mais sorte. E essa situação existiu desde as primeiras décadas de ocupação da região (Paiva, 2001, p. 219).

Portanto, partindo do título recebido pela instituição, compreendemos que mais do que a valorização da narrativa proposta pelo museu, a titulação atua como incentivo para que algumas reflexões sejam construídas acerca da forma através da qual o museu representa os povos escravizados, suas agências, lutas, resistências, conquistas e subjetividades, de forma dialógica e simbiótica com a história da cidade de Ouro Preto. Compondo agora a Rede de Lugares de História e Memória ligados à Escravização e ao Tráfico de Escravos da Unesco, torna-se cada vez mais imperativa a indagação sobre a maneira que esses povos e seus descendentes estão sendo representados nas salas do museu. Como a escravidão e a resistência à ela são apresentadas? Como esses indivíduos se relacionam com o desenvolvimento da colonial Vila Rica? De que forma essa representação estabelece a fronteira entre o que se lembra e o que se esquece dentro do museu?

A fronteira entre o que se lembra e o que se esquece: o não-lugar e o imaginário tronco no Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG)

Ao se tratar da presença da história e cultura afro-brasileira nos museus históricos nacionais, é perceptível um déficit que silencia e invisibiliza a agência histórica de grupos e indivíduos negros (Abreu, 2023, p. 07). Tendo isso em vista, a historiadora Nila Rodrigues Barbosa expõe que, sendo os museus um dos elementos construtores e importantes na consolidação da comunidade imaginada nas mentalidades sociais, a eles é atribuída pelo Estado a criação de referenciais sobre o negro escravizado que se findam na escravidão, negando a eles o estatuto de atores sociais em plena ação na história e na cultura nacional. Por conseguinte, Barbosa ainda sublinha que em paralelo a essa não posição social do negro, os referenciais com base na edificação da identidade europeia para o Brasil são erigidos de forma sistemática nos processos museais (Barbosa, 2018, p. 30).

A invisibilidade acima descrita é refletida na expografia do Museu da Inconfidência e agravada pela adoção de uma narrativa que tem como fundamento a história como progresso, premissa ideológica que oblitera os conflitos e as tensões do processo histórico (Abreu, 2023, p. 11). Nesse sentido, é possível afirmar, seguindo indicações postas por Tony Bennet (1996), que o percurso do primeiro pavimento do Museu da Inconfidência pode ser apreendido como

um mecanismo narrativo do museu que serve de contexto para uma performance que é simultaneamente corporal e mental, na medida em que a narrativa evolutiva por ele reivindicada é determinada espacialmente na forma de uma rota que a/o visitante deve adotar em sua visita. Assim, a visita ao museu funciona e é vivenciada como uma forma de caminhada organizada através do tempo evolutivo — no caso do Museu da Inconfidência, indo das ditas origens ao Império, abarcando o reinado de D. Pedro I e D. Pedro II. Diante disso, o espaço museal é organizado de maneira que os objetos exibidos e a ordem de suas relações entre si oportunizam uma performance na qual uma relação progressiva e civilizatória seja estabelecida para com a/o visitante.

A partir dos anos 60, porém, com o surgimento da chamada nova museologia, percebe-se a elaboração de uma nova atitude em relação aos museus, a partir do entendimento do conhecimento não como algo a ser apresentado, mas sim produzido através da interação. Dessa forma, é sinalizada a passagem da concepção do espaço museal como um teatro da memória para um laboratório da história (Meneses, 1994), ou, como define Duncan Cameron, do templo ao fórum. Para Cameron (1971), o fórum é onde as batalhas são travadas, já o templo é onde os vencedores descansam. Nesse sentido, o Museu da Inconfidência, por nascer como local destinado ao descanso final dos despojos dos inconfidentes, é concebido em sua própria origem como templo. No entanto, reivindicamos a necessidade de transmutá-lo num fórum, num processo que se dedique a debater e evidenciar as relações de poder que produzem narrativas hegemônicas que operam de modo a reforçar identidades homogeneizantes (Abreu, 2023).

Dessa forma, para que a mudança se torne tangível, é preciso primeiramente compreender os mecanismos pelos quais a narrativa opera dentro da expografia do museu. Para tanto, fazemos o uso de dois conceitos que evidenciam estes mecanismos no que tange ao tema da escravidão e os povos escravizados, sendo um deles de Nila Rodrigues Barbosa e outro de Eduardo França Paiva.

Em sua dissertação de mestrado, a historiadora Nila Rodrigues Barbosa desenvolve o conceito de “não-lugar no negro no pensamento museal”, se referindo às lacunas e ausências da representatividade afro e afro-brasileira na narrativa presente em dois espaços museais mineiros: o Museu da Inconfidência(Ouro Preto) e o Museu do Ouro (Sabará). Tratando do Museu da Inconfidência, Nila aponta que

A representação da sociedade do ouro na esfera pública, que acontece no Museu da Inconfidência, resvala no fato de que, quando é transformado em

museu, o prédio da Casa de Câmara e Cadeia é eleito como lugar do herói branco, civilizado e descendente do europeu e nele a representação dos negros é datada no período da escravidão e do barroco mineiro e se faz como representação do incapaz de resistir, posto que sucumbisse à força da metrópole do seu poder, ou sendo mestiço de mulher africana com homem branco tem sua arte (considerada excepcional pela qualidade plástica) creditada à descendência portuguesa. Por esta análise e porque os museus dos quais falamos foram criados pelo SPHAN e ainda, porque este órgão de proteção ao patrimônio cultural e histórico nacional pensava a identidade nacional como descendência portuguesa, estes podem ser considerados museus coloniais (Barbosa, 2012: 51).

Assim, o não-lugar, estabelecido por Nila, sinaliza um processo de reificação dos sujeitos escravizados, reiterando abordagens desumanizantes que não reconhecem a agência dessas pessoas. À vista disso, retoma-se o que Paiva (2012) conceitua enquanto “imaginário tronco” para explorar o que entendemos como uma fronteira a ser transposta no espaço do Museu da Inconfidência. Por esse imaginário o autor entende um “conjunto de imagens, interpretações, valores e juízos (Paiva, 2012, p. 45)” que não correspondem com a polissemia e complexidade do passado escravagista. Dessa forma, o dito imaginário tronco funciona de modo a simplificar os processos históricos relativos a escravidão transatlântica. É planificada, portanto, uma rede dinâmica e multifacetada de mudanças sociais profundas que enredam o Brasil escravista e pós-abolição, estendendo-se até a contemporaneidade. Sobre isso, o autor afirma que

[...] Enquanto nós não nos livrarmos dessa ideia que todos temos lá no fundo, incrustada, de escravo preso a um tronco e apenas isso, nós não conseguiremos enxergar que esses homens e mulheres, escravos e ex-escravos, no passado, foram acima e além de tudo, pessoas e agentes históricos. Eles não nascem escravos. Nascem juridicamente escravos (ou foram escravizados depois). São pessoas, são agentes históricos, são homens, são mulheres, são portadores de culturas, de tradições, de saberes, de desejos e de conflitos emocionais. Muito além de serem escravos, que é uma condição jurídica, sempre tiveram antes uma condição humana. E é isso o que mais importa (Paiva, 2009, p. 45).

Se anteriormente já reivindicamos a representatividade dos povos escravizados na narrativa sobre Ouro Preto no Museu da Inconfidência para além do “imaginário tronco”, a titulação como um dos lugares históricos das Rotas dos Povos Escravizados dada pela Unesco para a instituição coloca um peso ainda maior nesta tarefa. Nesse sentido, é importante ressaltar que, a nova direção do museu, liderada por Alex Calheiros, tem realizado alguns movimentos de abertura e revisionismo de sua expografia. Contudo, mudanças mais

profundas se fazem necessárias para que se possa romper com o não-lugar apontado por Barbosa (2012).

Nessa enseada, faz-se necessário ter em mente que, ao longo do século XX, Ouro Preto protagonizou papel fundamental nas políticas patrimoniais tocadas pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN). Seu conjunto arquitetônico/urbanístico foi tombado como patrimônio nacional em 1938. Sua arquitetura foi considerada símbolo da identidade brasileira e, na década de 1980, foi tombada como patrimônio da humanidade pela Unesco, organização que hoje, no século XXI, estabelece o Museu da Inconfidência como Lugar na Rota dos Povos escravizados. Como buscamos demonstrar, a titulação endossa a demanda de um longo caminho ainda a ser percorrido pela instituição que, em suas últimas posturas, mostra-se aberta para isto. Compreendemos, portanto, o título recebido pelo Museu da Inconfidência como um reflexo desse processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto que dá seus primeiros passos na primeira metade do século XX e se desdobra até a atualidade.

Considerações Finais

Sobre o dito não-lugar estabelecido por Nila, Saidiya Hartman (2021, p. 111) afirma que o sentimento de não pertencer ou ser um elemento estranho está no cerne da escravidão. Por conseguinte, o espaço museal transpõe uma violência do passado, perpetuando-a no presente e, por fim, impossibilitando a imaginação de outros futuros possíveis. Portanto, fazendo uso dos termos de Ariella Azoulay (2024), defendemos a necessidade de potencializar a história e o museu, partindo de uma “desobediência epistêmica e estética no espaço museal” (Mignolo, 2018)

Assim sendo, torna-se, em primeiro lugar, imperativa a identificação dos silenciamentos presentes na expografia do Museu da Inconfidência. Diante disso, postula-se a necessidade de identificar os mecanismos discursivos ali presentes, explíto e implicitamente, que oficializam uma versão nacionalista, branca e elitizada de uma Vila Rica que jamais existiu. Assim, a partir do entendimento da patrimonialização e da musealização como processos que garantem o direito à memória (Considera, 2015), urge uma discussão acerca da valorização da cultura luso-brasileira, em contraponto à uma exclusão e estigmatização da presença de outras culturas enraizadas na cidade de Ouro Preto, como a afro-brasileira e a indígena, a título de exemplo (Viana *et al.*, 2022). Dessa forma, percebe-se a necessidade de se reconhecer novas abordagens possíveis e narrativas contra-hegemônicas, buscando

apreender o Museu da Inconfidência e a cidade-patrimônio de Ouro Preto de forma dialógica, buscando dar o devido protagonismo às questões relativas aos passados socialmente vivos.

Para tanto, utilizando os termos de Duncan Cameron (1971), faz-se necessária a quebra do entendimento do museu como templo, guardião incontestável de verdades absolutas e lacradas pelo sinete colonial de um passado com P maiúsculo, irrevogável e superado. Precisa-se, portanto, fazer do museu um fórum, local dinâmico que, assim como o tempo e seus agentes históricos, se constitui em seu (re)fazer-se contínuo entre historicidades, temporalidades e identidades distintas, num processo complexo de pluralização do espaço museal, pluralidade imprescindível para a reparação.

Assim, através da autoridade e curadoria compartilhada, pode-se igualmente reestabelecer o papel político e social do museu enquanto instituição de memória, perseguindo o vislumbre de um mundo que não seja colonial, distante de todo seu maniqueísmo (Fanon, 2022, p. 37). Postula-se, portanto, o abandono das ferramentas do senhor para a construção de um espaço museal que reconheça a diferença como força crucial (Azoulay, 2024, p. 108). Diante disso, consideramos fundamental a adoção de diretrizes alinhadas à museologia social que leve em consideração a equação cidade-patrimônio-comunidade e a potencialidade da História Pública, por exemplo. Dessa maneira, empreende-se iniciativas que busquem “alcançar a libertação dos corpos, das mentes e mentalidades” (Vergès, 2023, p. 23) enquanto elementos constitutivos de uma cultura histórica plural.

Em vista disso, apontamos a urgência da adoção de montagens polifônicas no espaço museal, que dialoguem com o município e sua comunidade. Assim, como afirma Marcelo Abreu (2023), é possível dizer que partindo de uma abordagem ética, as narrativas são conduzidas para o reconhecimento da diversidade cultural e racial como horizonte possível de igualdade. Substitui-se, deste modo, uma perspectiva que parte da trivialização da escravização para o “desvelamento da escravidão como uma relação complexa que leva a histórias complexas que definiram o presente em suas contradições relativas à raça, desigualdade e promessas não cumpridas de democracia multirracial ou à fantasia enganadora de sociedades pós-raciais” (Abreu, 2023, p. 08).

Dessa forma, acreditamos que o ofício do historiador contemporâneo deve se orientar pela preocupação de romper as fronteiras da história hegemônica, a fim de, bem como Walter Benjamin (2012) aponta em uma de suas teses sobre a História, despertar no passado as centelhas da esperança. Apenas dessa forma faz-se possível a reparação e a justiça de

memória, que não apenas garante segurança aos mortos, mas também restitui a cidadania dos vivos, construindo novas possibilidades de futuro.

Referências

- ABREU, Marcelo. Escravidão, liberdade, narrativas museais e histórias contestadas no Museu Afro Brasil e Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 30, p. 1–17, 2023.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. Museu e etnicidade – O negro no pensamento museal: Sphan-Museu da Inconfidência – Museu do Ouro Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade**: o negro no pensamento museal. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BENNETT, Tony. **The birth of the museum**: history, theory, politics. London: Routledge, 1996.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 965, de 2 de dezembro de 1938. Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, v. 4, 1938.
- BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, v. 28, p. 3, 2020.
- CAMERON, Duncan F. The Museum, a Temple or the Forum. **Curator: The Museum Journal**, v. 14, n. 1, p. 11–24, 1971.
- CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza; Valquiria Prates. **Periódico Permanente**, n. 6, 2016.
- CONSIDERA, Andrea Fernandes. Direito à memória e Museus. **Museologia & Interdisciplinidade**. Vol. IV, nº 8, dez. de 2015.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Lúcia F. Ferreira; Regina S. Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FREIXO, A. L. Passados privados, ou privados do passado?: nostalgia, in-diferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro. **Revista do NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 59–80, 2019.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HALL, Stuart. The question of cultural identity. In: HALL, Stuart et al. (Ed.). **Modernity**: an introduction to modern societies. Oxford: Blackwell, 1996.

JULIÃO, Letícia. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade**: museus e identidade nacional no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História) – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141–161, jan./jun. 2009.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the Social Sciences. **Annual Review of Sociology**, v. 28, p. 167–195, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, p. 9–42, jul./dez. 1994.

MIGNOLO, Walter. Museus no horizonte colonial da modernidade: garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, p. 309–324, jan./jun. 2018.

NEWMAN, David. Borders and bordering: towards an interdisciplinary dialogue. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 171–186, 2006.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716–1789. 1. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. Os povos das Minas no século XVIII. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 23–55, jan./jun. 2009.

PAIVA, Eduardo França. Trabalho, fortuna e mobilidade de negros, crioulos e mestizos no Brasil do século XVIII. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, n. 25, p. 124, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RIBEIRO, Isabela Parreira. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. As relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. **Cadernos de História**, v. 23, n. 38, dez. 2022.

ROCHA, A. C. F.; SILVA, L. B. da; ROMAGNOLI, M. C. B. Decolonizar e (re)pensar as narrativas históricas: novas abordagens no Museu da Inconfidência. **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 80–96, 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIANA, L. C. A.; BRUSADIN, L. B.; BRUSADIN, L. S. P. Inteligência africana presente nas estruturas remanescentes da mineração setecentista de Ouro Preto (MG): uma interface

entre história, patrimônio e turismo. **Labor & Engenho**, Campinas, SP, v. 16, n. 0, p. 1–15, 2022.

Submetido em: 30 jun. 2025

Aceito em: 05 set. 2025

Espaço Social e Negritude: o Clube Doze de Outubro entre Memória e Representatividade em Palmeira das Missões, RS (1940–2000)

Social Space and Blackness: the Clube Doze de Outubro between Memory and Representativeness in Palmeira das Missões, RS (1940–2000)

Ricardo Aguirre de Moraes,¹ UFSM

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a dinâmica da representatividade da população negra no município de Palmeira das Missões (RS), por meio do Clube Social Doze de Outubro, e propor a inserção de sua história no material didático municipal como ferramenta para uma educação antirracista, alinhada à efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Significar cientificamente as movimentações dos sujeitos históricos negros consiste em aproximar a realidade, rompendo o discurso reducionista da trajetória da população negra ao período de escravidão. Toma-se por base a reflexão em torno do acervo fotográfico e da memória dos indivíduos migrantes da Colônia Chupim, formadores e frequentadores da associação, entre 1940 até o término de suas atividades no ano 2000. Em que o método de abordagem de dispositivo de análise a racialização.

Palavras-Chave: Memória; Identidade; Racialização; Associativismo negro.

Abstract

This article aims to present the dynamics of the representativeness of the Black population in the municipality of Palmeira das Missões (RS), through the Social Club Doze de Outubro, and to propose the inclusion of its history in the municipal teaching materials as a tool for anti-racist education, aligned with the implementation of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008 of the National Education Guidelines and Framework. Scientifically signifying the movements of Black historical subjects consists in bringing reality closer, breaking away from the reductionist discourse that confines the trajectory of the Black population to the period of slavery. The analysis is based on reflections concerning the photographic collection and the memory of migrants from Colônia Chupim, who founded and attended the association, from 1940 until the end of its activities in 2000. The methodological approach is guided by the analytical device of racialization..

Keywords: Memory; Identity; Racialization; black Association.

Introdução

O propósito desta pesquisa é sanar parte da lacuna histórica da população negra do município de Palmeira das Missões a partir da segunda metade do século XX, para que possamos dialogar com a Lei 10.639/2003 e a 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena a Lei de Diretrizes e

¹ Licenciado em História/UNICRUZ, Bacharel em Ciências Econômicas/UFSM, Mestre em História/UFSM, Doutorando, PPGH/UFSM. E-mail: aguirredemoraes@hotmail.com

Bases da Educação Nacional – LDB, e desta forma inserir a história do Clube Doze de Outubro no material didático escolar municipal. O objetivo do estudo é inserir a história do Clube Doze de Outubro no material didático do município de Palmeira das Missões, destacando a necessidade de efetivar as leis que tratam da história e da cultura afro-brasileira. A proposta vai além da mera obrigatoriedade legal, ao buscar valorizar o legado cultural, social e político dos negros no pós-abolição. Com a inclusão dessa temática no material didático escolar, pretende-se que ele se torne uma ferramenta efetiva de aplicação das referidas leis no cotidiano educacional. Assim a pesquisa em torno das atividades do Clube Doze de Outubro, desde seus primórdios ao encerramento de suas atividades no início dos anos 2000 será objeto e ferramenta essencial para a visibilidade histórica da etnia negra como parte construtora da história do município.

É necessário compreender a diversidade das relações de convivência dos membros do Clube negro em questão, o Doze de Outubro, com a sociedade local. Palmeira das Missões, região noroeste do Rio Grande do Sul, entre os séculos XVI e XVIII foi administrada por padres da Companhia de Jesus no período colonial; também foi, no século XIX, região de passagem de tropeiros que transportavam mulas compradas na fronteira com o Uruguai para as vender em São Paulo e, durante a Revolução de 1923, foi palco de violentas disputas entre partidários dos líderes políticos Borges de Medeiros e Assis Brasil.

Como o Clube Doze de Outubro foi criado em 1940, na Colônia Chupim, na cidade de Palmeira das Missões, este trabalho vincula-se ao debate histórico acerca da adaptação dos indivíduos oriundos de associações “negras” urbanas, especialmente no que diz respeito à marginalização do negro nas cidades, devido à sua condição financeira, étnica, cultural e religiosa. A discriminação de cunho racial levou a comunidade negra a viver às margens da sociedade, permitindo com que seus membros criassem espaços, como clubes e agremiações que lhe possibilitassem uma atmosfera favorável às suas representações, como foi o caso do Clube Doze de Outubro.

Conforme Chalhoub (2009, p. 18), o “paradigma da ausência” é claro nos estudos em torno das associações negras no noroeste do estado, pois o conceito explanado pelo autor expressa a evidente lacuna em torno da investigação historiográfica para compreender as relações sócias, as representações, identidade e memória que o Clube Doze de Outubro proporciona à historiografia sobre o negro no Rio Grande do Sul, assim como as manifestações religiosas, de matriz africana, que passaram por um processo de apagamento.

Em Palmeira das Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, não foi diferente. Nessa região os negros oriundos da extinta Colônia Chupim eram os frequentadores do Clube Doze de Outubro. O evidente lapso histórico referente aos cultos religiosos de cunho africano, que perderam espaço e desapareceram em algum momento entre o êxodo dos moradores da Colônia Chupim no início da década de noventa e a inserção de seus remanescentes no meio urbano da cidade de Palmeira das Missões, se mantém. Assim, aflora a reflexão pautada por uma percepção sócio histórica de disputa por representatividade do agir e pensar dos distintos grupos humanos ao longo do tempo, em uma localidade marcada fortemente pelo catolicismo.

O racismo brasileiro possui algumas características próprias de estruturação e dinâmica em que a discriminação hostil é causadora de exclusão e miséria. Assim possui características divergentes do racismo e intolerância existentes de forma mais explícita como outros países. Nesta perspectiva, seu ataque é por vezes silencioso, velado, sendo o esquecimento da historicidade afro-brasileira um dos seus resultados. O racismo existe, de fato, entretanto uma parcela significativa da sociedade brasileira não está disposta a reconhecer tal existência.

A exclusão racial brasileira, assim como uma figura geométrica poligonal, possui muitos ângulos. O preconceito segue a mesma lógica já que somado a quesitos recorrentes como: econômicos, sociais e culturais, sutilmente a “piada” compõem um eficaz método de expressão do preconceito étnico racial da sociedade interiorana do estado. Sua abordagem se dá em torno das piadas cotidianas que inerentemente exercem o preconceito étnico à brasileira que, sem dúvidas, ultrapassam apenas o sentido de piada, tornando-se uma ferramenta para a manutenção e fomentação do preconceito racial e simultânea “racialização” Albuquerque (2010). Esta abordagem se mostra necessária devido os termos pejorativos utilizados pelos indivíduos munícipes exógenos ao Clube para nomear os sócios frequentadores como por exemplo: “*Os da cor*”, “*Os da Raça*”, “*Clube dos pretos*” ou o nome dado ao reduto de moradia de afro-brasileiros no pós-abolição, a Colônia Chupim. Ambos com sentido depreciativo. Piadas, chacotas, anedotas, gracinhas, jocosidades, chalaças, pilhérias, termos encontrados como sinônimos a piadas, não são apenas diálogos sociais descompromissados, desconformes, desmedidos. Não são banalidades, trivialidades, mas sim instrumentos de perpetuação racista.

A produção e reprodução de “piadas” que não somente sustentam, mas fomentam o preconceito racial por cor, que a priori tem o riso como finalidade, objetivam a posteriori seu malévolos objetivo de manter as barreiras históricas raciais que afligem a população

afrodescendente, mantendo-se cativos desde sua chegada ao atual território brasileiro, até o século XXI. Neste sentido, seria uma contrariedade inserir o estudo da cultura afro-brasileira no expediente cotidiano dos educandários nacionais, mantendo assim a incômoda mazela conflitante entre negros e brancos, a escravidão como foco principal e seus espólios repulsivos do preconceito. Enquanto isso, o esquecimento histórico de toda a movimentação de homens e mulheres negras após a abolição da escravidão se mantem recôndito, abstruso, soterrado nos entulhos do esquecimento voluntário da sociedade discriminatória apoiada por um suposto raciocínio humanista evolucionário.

A contextualização história que dita o “tom” da piada; subjugada as diretrizes históricas de uma sociedade fraciona em diferentes segmentos conflitantes. Sendo homens livres e escravizados, e no, em especial nos anos quarenta, data de fundação do Clube, a herança pungente do período escravocrata é de manutenção da dominação de uma classe sobre a outra no interior do estado, especificadamente o latifundiário e a população de negros e pardos de menores índices financeiros. Neste contexto, os “*da cor*” como eram intitulados os membros do Clube Recreativo e Cultural Doze de Outubro, sujeitos históricos dignos e aptos a receber a denominação de resistência a uma sociedade racista, de ditames colonizadoras do noroeste gaúcho.

Memória e negritude na antiga Colônia Chupim

Primeiramente, acredita-se que o nome da localidade se refere ao pássaro e seu hábito de espoliar ninhos alheios, foi dado aos integrantes do pequeno vilarejo rural como um termo pejorativo por ser ocupado quase que por completo por pessoas afro-brasileiras oriundas da escravidão. Essa alusão teria sido feita por antigos proprietários de escravos para assim rebaixar e menosprezar o local de moradia de antigos cativos da região e seus descendentes (piada). A segunda hipótese teria sido uma analogia a “cor” predominante do chupim ser preto. O que se caracterizava como cor predominante das pessoas que ali viviam. Já a terceira e última hipótese é de que o nome “chupim” seria em alusão ao grande número de pássaros dessa espécie que viviam e sobrevoavam o território onde estava estabelecido o vilarejo.

Sendo ele qual for o motivo do nome, analisar os remanescentes vivos do núcleo rural afrodescendente Colônia Chupim e a trajetória dos seus membros desvendam a origem da criação do Clube Doze de outubro. Assim, identificamos três grandes correntes familiares que residiam na Colônia Chupim: os Amaral, os Silva e os dos Anjos. Sobre o estudo de sociedades rurais de cunho afrodescendente, Barth (2000, p. 31) reflete sobre a importância da

organização étnica: “ao se focar aquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social” sendo que a comunidade quilombola, mesmo que sem possuir essa nomenclatura de forma legalizada, diante as prerrogativas burocráticas brasileiras, se organizam como uma sociedade paralela. As relações antropológicas internas da *colônia* eram embasadas em fortes laços de parentesco entre seus membros, e de dependência econômica aos latifundiários que cercavam o seu entorno. Cronologicamente a Colônia Chupim era o espaço de vez e voz da população afrodescendente após a abolição, e o Clube Doze de Outubro passa a ser esse espaço dentro do perímetro urbano de Palmeira das Missões, devido a onda do êxodo rural que dará fim ao núcleo de moradia rural ainda nos anos oitenta.

A vacância histórica da pesquisa a respeito das mobilizações raciais no estado do Rio Grande do Sul, possuem focos específicos geográficos. No município de Porto Alegre, na região metropolitana em especial, as reflexões em torno da associação Floresta Aurora, localizada na região sul do estado, os estudos para com as associações negras destacam-se no município de Pelotas e seus arredores, entretanto limitam-se a esta região específica. Ainda na região Sul do estado, as pesquisas relacionadas sobre a temática estendem-se as cidades de Bagé, Jaguarão e Rio Grande. Na região central, destacam-se as pesquisas em torno do Clube 13 de Maio, do município de Santa Maria.

Em termos de representatividade e construção de identidade social, Moreira (2019) destaca a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, reconhecida nacionalmente como referência da sociabilidade negra. Localizada atualmente na Estrada Afonso Lourenço Mariante, 437, no bairro Belém Velho, em Porto Alegre (RS), a entidade constitui um importante sustentáculo na afirmação da identidade negra no Brasil. O autor analisa as motivações que levaram a juventude negra escravizada de Porto Alegre a inserir-se no associativismo representativo e coletivo. Criada em 1872, ainda na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, essa forma de associativismo negro, surgida nos anos finais do Brasil Império, relaciona-se diretamente às concepções de representatividade da população negra. Nessa mesma perspectiva, foi fundado o Clube Doze de Outubro, também no Rio Grande do Sul.

A representatividade associativa negra não se restringe apenas a essas localidades no Rio Grande do Sul, no entanto, verifica-se a necessidade de realização de pesquisas científicas em torno de distintas comunidades, agremiações, associações, grupos formais que de alguma forma defrontaram a estratificação social e cultural, para suprir a falta de representatividade, e

o preconceito racial de alguma maneira. No mesmo sustentáculo o Clube Doze de Outubro, foi criado por indivíduos que compunham a antiga Colônia Chupim em Palmeira das Missões. A execução das diretrizes Curriculares Nacionais, étnico raciais e o ensino de História e cultura afro-brasileira na prática, nos educandários locais, deslocam-se em dois fluxos. Compreender apenas o período de escravização da população negra é de fato simplista e genérico, pois resigna o fim da escravidão como um fim, um apagar de luzes da história negra. O segundo ponto é a valorização e conhecimento da história local da cultura afro-brasileira, para que tenha sentido a afirmação em torno de sujeitos de sua própria história. Assim, conforme Domingues (2009, p. 233) “urge, também, ampliar o recorte espacial e pesquisar essa temática em outras cidades e regiões do Rio Grande do Sul” não se limitando a pesquisa sobre temática apenas em núcleos urbanos maiores.

Desta maneira, conceituar e refletir alguns pontos da história negra na região sulina brasileira é indispensável para a melhor compreensão do assunto. A abolição da escravidão no Brasil, foi o resultado de pressões internas, conforme afirma Alonso (2011, p. 4) sobre a dimensão das associações antiescravistas que pressionaram pelo fim da escravidão, como as “177 associações no Rio de Janeiro, conforme registros no Conselho de Estado” datadas por volta de 1870. Em outras localidades Baianas como a *Sociedade Philantropica*, *Sociedade libertadora* e a *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*. No atual Rio Grande do Sul, Moreira (2019) destaca-se a *Sociedade Promotora de Emancipação de Escravos na Província*, e *Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora*, que compunham o conglomerado de associações que pleiteavam por meio de panfletos, jornais, manifestações o arcabouço de pressões para o fim da escravidão no Brasil. Ainda nesta esfera, Kodama (2008) destaca no Rio de Janeiro a *Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas* que compunham a gama de compressão contra a escravidão.

Mesmo assim, por meio de pressões por mudanças na formatação organizacional da sociedade brasileira, e mesmo após o fim da escravatura, tais movimentos não decretaram um fim por completo à incrédula situação daqueles egressos do cativeiro. Mesmo que legalmente já não existisse mais escravidão após o 13 de maio de 1888, as mazelas deste período continuaram pairando sobre os negros libertos. Por um período as discussões sociais pairavam sobre o papel político, social daqueles que vivenciaram a escravidão por cor Moreira (2019) afirma que a questão medular se dá entre a relação emblemática que se estabeleceu com a abolição entre os libertos e aqueles que os conheceram exclusivamente como escravos.

Diante da escassez de documentação sobre a Colônia Chupim e o Clube, o foco da reflexão será conduzido com base em depoimentos orais dos residentes daquela localidade e dos frequentadores do clube. A utilização da história oral como método central de análise de grupos étnicos minoritários revela-se um desafio significativo. Entretanto, construir as narrativas em torno das histórias por eles contadas, por vezes, é o único método possível de ser utilizado para recuperar a história de grupos, entidades ou organizações sociais que sofreram com os “rigores” do tempo.

A história oral trata-se da ferramenta de reflexão baseada na interação humana para objetos de estudos que já não possuem uma documentação organizada ou que já não possuam ou nunca tenha tido documentos que retratem sua dinâmica e existência. Por vezes pela ação de agentes internos ou externos ao objeto de pesquisa aliados ao passar do tempo e descaso com sua documentação. Narrativas orais não são nem mais nem menos irreais que outras narrativas. Afinal, cada narrativa parte de um princípio fundamental do ponto de vista daquele que a narra, pontuando sua concepção de mundo e experiências vividas com base em sua subjetividade. O objeto abordado está vinculado ao prisma daquele que o aborda e suas percepções históricas do meio em que vive. A história oral considera a subjetividade interpretativa dos acontecimentos do sujeito da ação histórica por meio de sua memória. As experiências e memórias dos indivíduos possuem um papel relevante na construção histórica social, utilizando “o cotidiano das pessoas comuns, tornando legítimas as fontes orais, os relatos pessoais e os testemunhos” (Perazzo, 2015, p. 125).

Todavia, em discordância a visão de que dedicar-se a história do tempo presente tenha de forma simplória apenas o intuito político, é incongruente. Tendo em conta que toda a pesquisa histórica em torno de um objeto atual possui uma faceta histórica, alinhada a visão social e cultural da pesquisa, visto que a prerrogativa da reconstrução da história do tempo presente é essencial para a compreensão do transcurso temporal. Esses estudos possuem como foco essencial a vida cotidiana, familiar, religiosidade, hábitos, por meio da memória daqueles que lá viveram.

Os sujeitos históricos são compostos pela população que faz a história no cotidiano, no seu trabalho, em seu momento de lazer, em instituições, podendo ser eles marginalizados ou segregados. E essa decisão narrativa é revelada e contextualizada por meio da história Oral. Assim, a história afro-brasileira não é exógena a realidade da população como um todo, pois é embasada na realidade social de rupturas e permanências enraizadas na vida cotidiana em meio as reações e expressões da população.

Diante da história oral, adentramos por um viés singular os holofotes da pesquisa em torno de memórias e narrativas. É necessário balizar a utilização da metodologia para retratar a história por meio de memórias e narrativas dos agentes históricos excluídos dos relatos tradicionais impreterivelmente de cunho e expressão dos valores caucasianos eurocêntricos. Assim, essa fonte histórica preza pela fala dos indivíduos, suas lembranças e narrativas que denotam questões a serem reveladas na composição da história. “Circunstâncias que não seriam registradas se não fosse os empenhos de oralistas” (Khoury, 2001, p. 154). A memória aplicada, por meio do planejamento e de seu cultivo enquanto método de pesquisa científica, resulta, consequentemente, na preservação da lembrança dos membros do extinto clube social, os quais, com frequência e entusiasmo, enaltecem o período áureo de seu pleno funcionamento. Um “lar” é a expressão corriqueira utilizada durante os diálogos com seus antigos frequentadores para definir esse local de memória. Então “como parte de um todo, cada entrevista ganha condição de corpo e alma, dado que se constitui uma realidade em si, mas também integra o projeto maior que, aliás, confere-lhe sentido coletivo” (Meihy, 2021, p. 20). Mesmo que em história oral, não se busque veracidade históricas de formato indiscutíveis, mas sim se busca a sua versão histórica, narrada de maneira impar por cada entrevistado. Na conjuntura dialógica de dar sentido as entrevistas, e sua operacionalidade e motivações, do objeto, que na corrente pesquisa visa o Clube Doze de Outubro e sua dinâmica de atuação. E assim nos questionamos; para quem? E por quem? As narrativas averiguadas tem destinação, para além de vislumbrar sua versão da história que até então paira sobre as brumas do esquecimento por não ter sido construído merecido contorno gráfico científico.

Memória e Identidade: essência do Clube Doze de Outubro em Palmeira das Missões

A definição da imagem lembrada do passado, o que se conserva da memória de um local em um determinado período é definido por meio de um jogo de interesses daqueles que o lembram. O passado existiu concretamente, mas é acessado pela história através de suas representações por meio da memória que passam a ser mutáveis diante do ordenamento de sua classe social e demais características, como grupo pertencente e etnia. A memória do clube Doze de Outubro está ligada a memória de seus antigos membros, que participaram de alguma forma durante seus anos em funcionamento. Porém, a pesquisa acadêmica configura-se como o método capaz de transformar a memória em conhecimento histórico acerca da ação cultural afro-brasileira no pós-abolição, no século XX, possibilitando a inserção da reflexão sobre a história étnico-racial nos moldes da Lei 10.639/2003 e, posteriormente, da Lei 11.645/2008.

Conforme os testemunhos, colhidos a partir de depoimentos dos remanescentes ainda vivos do Clube Doze de Outubro, o mesmo foi criado com o único e primordial intuito de que homens, mulheres e crianças negras possuísem um local de confraternização e socialização no município de Palmeira das Missões, na data que dá nome ao clube, no ano de 1940. A fundação do clube foi de suma importância para a população afro-brasileira local, já que os dois clubes existentes na cidade, o “Comercial” e o “Seis de Julho” não aceitavam afro-brasileiros como sócios, membros ou frequentadores desses espaços. Assim, a criação do clube representou uma estratégia de resistência e sobrevivência, consolidando-se como um espaço seguro no qual a população negra palmeirense pôde enfrentar o racismo e assegurar sua identidade. O clube Comercial era composto pela classe alta (financeira) local, caucasiana, vinculada ao catolicismo e latifúndio. E o clube “Seis de Maio”, nome firmado mediante a data de emancipação do município, era composto basicamente por comerciantes urbanos também de orientação católica caucasianos, que por motivos “raciais” não aceitavam afro-brasileiros em suas atividades. A própria exclusão foi o combustível para a criação do clube Doze de Outubro.

Não se pode deixar de destacar, ao se posicionar sobre as classes sociais, a luta entre as diferentes dinâmicas sociais, como observa Mac Cord (2014) ao associar os conceitos de raça e classe em uma perspectiva da história do trabalho. Ser negro era motivo de exclusão e, na batalha contra a segregação, surgiram as entidades mutualistas formadas por homens e mulheres negras. Nesse contexto, a burguesia entrelaçava-se em suas entidades associativas para proteger seus interesses, enquanto os trabalhadores também passaram a se organizar segundo sua classe, pois acreditavam ser imprescindível para a sua defesa. A formação da consciência de classe não se daria estritamente em sindicatos trabalhistas ou partidos políticos, mas também nas associações. Entidades que, devido à combinação de classe social divergente e cor, não compunham os quadros das organizações das elites. Nessa esfera trabalhista, o Clube passa a configurar-se como um espaço de sociabilidade e expressão da vida cotidiana dos trabalhadores.

O resgate de registros, atas e jornais da época deu voz à memória desses trabalhadores negros, até então excluídos, e conferiu consistência à análise do associativismo trabalhista negro. Quanto a essa memória, proveniente sobretudo da história oral, Amado (1995, p. 130) ressalta que o entrevistado não constrói um relato da história de forma direta, mas “em torno dela, mesclando acontecimentos verídicos, existentes no movimento, com tramas, nomenclaturas e simbologias de antigas tradições, assimiladas localmente”. Contudo, a

narrativa daqueles que reconstroem a história não deve ser direcionada apenas aos fatos, mas sim à trajetória, a qual permite compreender como os grupos sociais e étnicos contrastam e se definem a partir das experiências que compartilham.

A memória social em sua complexidade teórica, possui, em sua definição da memória, o lastro de estar em um “campo de disputa” entre os agentes sociais. Quem lembra? O que se lembra? E sobre quem será lembrado? São questionamentos decididos pelo embate político, social, econômico, entre outros fatores diretamente destinados aos interesses daqueles que possuem o “poder” de definir aquilo que se lembra e aquilo que se esquece. No Brasil, existe um predomínio em deslembrar o percurso dos negros, suas reivindicações, vitórias e conquistas, Pinsky (2015) afirma sobre o deslembrar que “assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolve-lo.” Mas principalmente da sociedade brasileira admitir a responsabilidade a respeito das transgressões realizadas no passado, segundo Souza (2016). Assim, não se admite, ou reflete, logo não é lembrado, deixando o legado negro ao esquecimento da história. Costa (1996, p. 84) elucida que “o Estado se apropria da História, controla e manipula o entendimento do processo histórico, confunde a noção de temporalidade e impinge o esquecimento”, desta forma garantem-se como os “senhores da memória” e consequentemente a dominação do que se lembra e o que se esquece.

Assim, devido as distinções sociais do jogo da memória, aqueles que foram silenciados na história, não fazem parte de um recorte respaldado na ciência caem no esquecimento da memória coletiva, por pertencerem a classes sociais de menor poder financeiro. Evidências que viabilizam afirmar o significado histórico dos clubes sociais que pode ser demonstrado por meio da memória de seus membros, enquanto estiveram ativos nas suas respectivas cidades do interior do estado.

Segundo Trouillot (apud Zuker, 2018, p. 219), ao refletir sobre o apagamento de memórias e a compreensão dos silenciamentos da história, “grupos em disputa contribuem de maneira desigual às construções narrativas sobre o que aconteceu, por terem acesso desigual aos meios de produção da história”. O viés dessa perspectiva está embasado na lógica do poder, em que o detentor da autoridade narra conforme seus interesses o que ocorreu e como ocorreu, apagando a memória daqueles que não compunham o seu grupo e relegando à versão predominante o lugar de “luz da história”, em detrimento das demais.

Nesse sentido, o autor haitiano delimita dois modos de produção da história: o positivismo tradicional, que evidencia aquilo que efetivamente ocorreu, e a perspectiva construtivista da historiografia, que destaca as demais narrativas possíveis. Assim, estabelece

a distinção entre o que de fato aconteceu e o que se diz sobre o que aconteceu. Quando o discurso sobre a história é negado, trata-se de um “assassinato da memória” e de seu respectivo apagamento.

A memória de um fragmento da sociedade de menor influência econômica e respectiva representatividade nos documentos oficiais torna-se frágil por estar longe do interesse da sociedade elitista oligárquica. A memória dos espaços de sociabilidade dos negros também é um campo de litígio, de batalha, de conflagração sobre aquilo que se quer lembrar, recordar, comemorar, relembrar. Essa parcela específica da sociedade “batalha” pelo seu registro, pelo reconhecimento do seu passado.

Sobre a memória como um fenômeno, Pollak (1992) a descreve como fruto de uma construção individual/coletiva e seu resultado de um verdadeiro trabalho de organização. A memória é seletiva, direcionada pelos interesses e preocupações de seus agentes, isso faz com que a organização da memória seja processada em prol das divergências e inquietudes das pessoas que a moldam. Assim, a memória é um fenômeno construído. Como afirma Halbwachs (1990, p. 54) “se eu quiser reconstruir em sua integridade a lembrança de um tal acontecimento, seria necessário que eu juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é o objeto entre todos os membros do grupo”. Por que a história oral é diferente? Essa indagação é satisfatoriamente respondida por Porteli (1997, p. 27), quando diz que “as fontes orais nos dão informações sobre o povo iletrado, ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida.”. A história oral revela seu grande calibre na tentativa de reavivar parte da história negra do estado do Rio Grande do Sul, que por muito tempo foi (e permanece) martirizada pelo preconceito e pelo esquecimento.

A história da negritude brasileira é, periodicamente, negada nos documentos oficiais existentes até então. O Clube Doze de Outubro não escapa à regra, pois se encontra desativado e seus registros desorganizados e esparsos, muito distintamente dos tempos áureos que já viveu. A negação da negritude contribuiu para que o Clube fosse relegado ao esquecimento e ao abandono; um esquecimento que não se refere apenas a um espaço de sociabilidade, mas também à memória de um grupo de associados negros daquela comunidade.²

² Sobre as discussões na utilização do conceito de “etnia” e “raça”, destacamos a relevância da análise de Guimarães (2011, p. 266) no qual descreve que no século XIX e no início do século XX, destaca sobre a motivação imperialista da utilização de “raça” no Brasil. Consciente desta questão o autor afirma que “o mais importante para o ressurgimento da raça, enquanto classificador social, se deu com sinal invertido, isto é, como estratégia política para incluir, não para excluir, de reivindicar e não de sujeitar. São os movimentos sociais de jovens pretos, pardos e mestiços, profissionais liberais e estudantes, que retomaram o termo, para afirmar-se em

No intuito de recuperar a história do Clube Doze de Outubro e, por conseguinte, buscar compreender o modo como se constituíam as práticas culturais e sociais daqueles esquecidos pela história devido à sua cor, buscamos garimpar entre os associados daquele clube o que ainda restou daquelas memórias.

A criação do clube social Doze de Outubro fortaleceu a autoestima e as identidades negras da população palmeirense. O Clube era destinado a negros, pardos e mestiços, porém, pelos relatos de seus antigos sócios, as portas estavam abertas para todos. Mesmo dentro do próprio clube, não existia uma homogeneidade religiosa, dividindo os seus membros entre cristãos e religiões de matriz africana, por exemplo. No entanto, concordavam em conceber o clube social negro como local de preservação de sua cultura, principalmente devido ao fato de que os demais clubes sociais do município apresentavam barreiras financeiras e sociais que impedia a participação desse grupo étnico. O clube, já desativado há aproximadamente dez anos, teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990, promovendo festas, réveillons, reuniões, carnavais e, principalmente, a cultura étnica dos negros do município.

Nesse sentido, Escobar (2010) afirma que “não existe cultura sem etnia, e etnia sem cultura” e o clube merece seu devido lugar na História. No entanto, os enfrentamentos para resgatar sua história são ímpares. Já que toda sua trajetória documental, principalmente em fotos, atas e registros bibliográficos estão fragmentados em acervos particulares de seus ex-sócios. Estamos buscando dar a devida organização desse material para estudo científico, pois é de suma relevância, tem potencial para reconstruir o passado glorioso e historicamente fundamental do Clube Doze de outubro. Neste sentido, Martins (2018, p. 02) afirma que “devemos, assim, procurar por lugares marcados por resistência e negritude, onde ainda permanece viva a história oral.”. A história oral passa a ser um cabedal de conhecimentos e informações sobre a dissolução da comunidade rural negra Colônia Chupim e a criação do clube.

Em uma perspectiva patrimonial, o clube representa os tempos dourados de um grupo social, sendo um bem cultural com traços modernos, no entanto enfrenta preconceitos por não possuir o mesmo “glamour” de construções coloniais ou modernistas. Caso semelhante denuncia Meira (2008, p. 330) sobre as casas de madeira simples de origem italiana e a acusação de que “a arquitetura das casas simples de imigração era pobre, e deveria ser estudada se seu tombamento era viável”. Assim como essas construções de origem italiana

sua integridade corpórea e espiritual contra as diversas formas de desigualdade de tratamento e de oportunidades”. Entretanto ciente das reflexões em torno da utilização de ambos os conceitos optamos pelo uso de “etnia”.

enfrentaram forte preconceito por sua simplicidade arquitetônica, as construções de origem étnica negra sofreram e sofrem o mesmo preconceito potencializado pela questão racial. Não obstante, ambas as edificações são de suma relevância cultural e histórica para a construção da identidade de sua gente.

Reconhecer, preservar e valorizar o Clube Doze de Outubro o torna um local de memória e simbologia para a história étnica negra da região. De modo fragmentado, garimpando por entre arquivos e acervos privados no município de Palmeira das Missões, parte da história do clube e de seus membros poderá ser reconstruída.

Os clubes negros, analisados na perspectiva de Arévalo (2004, p. 929) como patrimônio, tornam-se locais de “símbolos e representações dos lugares de memória.”. Sendo assim, no contexto histórico em que o clube foi criado e sua finalidade o colocam em meio a uma fervorosa batalha. De um lado, o patrimônio católico e a cultura das elites e do outro o frágil patrimônio da sociedade democrática. Esse conflito é definido por quem possui o poder político, econômico e social a seu favor, deixando, assim, a narrativa dos negros deslembreadas.

Esta análise transita tanto à historiografia sobre a memória dos afrodescendentes, locais, quanto às relações análogas de representatividade e poder. Diálogos e reflexões a respeito da abordagem histórica em torno do afro-brasileiro, quanto à relevância da *história oral*, sobre a qual Thompson (1987, p. 40) alude: “a voz destes sujeitos surge-nos de modo tímido, enviesado, sobretudo em função de que a dita cultura popular é intensamente marcada pela oralidade”.

Neste sentido, a perda da memória coletiva está ligada diretamente a perda de uma identidade ou a falta dela. O processo de amnésia suprime a memória. Seria ingenuidade culpar o acaso como mentor da amnésia da memória coletiva. As discordâncias entre os agentes sociais determinam o percurso da memória coletiva. Assim, durante a história humana é evidente a luta entre as forças sociais pelo controle da memória coletiva, os detentores da memória e do esquecimento. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (Le Goff, 2003, p. 369). Esse desenvolvimento contemporâneo da memória evidencia sua importância na preservação da lembrança de grupos sociais que têm na oralidade sua principal base de transmissão.

Porém, se mantém refém da instabilidade e maleabilidade da memória diante a ação do tempo. A demanda de interrogações sobre a “memória” é extensa, já que a mesma é subjetiva. Todavia essa constatação não deprecia seu valor para a construção histórica, principalmente

por se tratar de interpretações de momentos históricos feitos por grupos sociais que tem apenas na oralidade sua vívida história.

Os estudos sobre o papel do esquecimento utilizado como instrumento de segregação, orientada pelos agentes sociais detentores do poder político, econômico e social. Sendo esse esquecimento o motivo cabal para as apelações de justiça de restabelecer os “esquecimentos” do século XX na historiografia afro-brasileira. Por esse ângulo, o esquecimento cultural e religioso passa a ser o “carro chefe” do esquecimento das classes urbanas de origem escravizada. Primeiramente a cultura dessa parcela populacional passa a ser esquecida e aculturada pelos agentes sociais responsáveis pela visibilidade cultural e científica que representam a classe de maior poder financeiro. Em segundo, as religiosidades de matriz africana são continuamente marginalizadas pela sociedade de caracteres caucasiano, europeia cristã.

Ao se tratar de cultura e memória como ferramenta de preservação cultural, enfatizamos as práticas discursivas e seletivas que moldam e preservam a cultura. Em contrapartida ao esquecimento cultural aplicado às camadas de maior vulnerabilidade social, geralmente vinculadas há um passado escravocrata, há a seletividade ao conservar a memória, assim como qualquer outra memória, étnica, local, paisagística, cultural de meios urbanos ou rurais, que enfrenta a “seletividade”. A indagação nevrálgica está nos critérios utilizados pela seletividade e seus agentes. Os agentes sociais que irão tomar as decisões por meio de critérios pré-estabelecidos do que se deve lembrar por meio da memória e do que se deve esquecer.

Figura 1 - Fundação do Clube Doze de Outubro, Palmeira das Missões (RS) 1940.



Fonte: Acervo pessoal da família Nunes.

A identidade e representatividade do Clube Doze de Outubro pode ser identificada/denotada na a foto em preto e branco acima, datada de doze de outubro de 1940, na festa de comemoração de inauguração da sua segunda sede física. Com base na trajetória do Clube 13 de Maio, inicialmente situado na Rua Pinheiro Machado, nº 976, no bairro Maragatinho, e posteriormente transferido para a Rua General Osório, nº 1060, é possível compreender as transformações em sua estrutura social e espacial.

A fotografia da figura 1, é repleta de sentidos para a análise histórica e cultural, pois retrata um momento especial da vida social do Clube Doze de Outubro, a sua inauguração em 1940. Os instrumentos: saxofones, acordeão, bateria e percussão, evidenciam a importância da música como elemento central da vida comunitária e festiva do clube. Ao fundo, o bumbo com a inscrição “Jazz 12 de Outubro” remete à tradição das jazz bands que marcaram as décadas de 1940 a 1960, trazendo forte referência à influência da cultura musical afro-americana na música afro-brasileira.³

Atualmente o clube encontra-se no mesmo local, entretanto, em uma outra estrutura predial, construída durante a década de 1970. Na fotografia acima, aparece Antônio Nunes,

³ DOMINGUES, Petrônio. **De Nova Orleans ao Brasil: o jazz no Mundo Atlântico**. Revista Brasileira de História, v. 40, n. 85, p. 171-192, 2020.

conhecido como “Antoninho”, palmeirense e funcionário público, tocando gaita. Ele esteve vinculado à Escola Celeste Gobatto (escola agrícola) e exerceu, por mais de vinte anos, a presidência do Clube Doze de Outubro. De 1960 até início dos anos oitenta e seu respectivo óbito na corrente década. Durante toda sua vida manteve o clube em funcionamento para aqueles que necessitavam de representatividade e construíram ali sua identidade afro-brasileira.

A fotografia, que retrata homens negros em um clube democrático que os acolhia, localizado no centro de Palmeira das Missões, representa um verdadeiro ato de resistência, de coragem e de objeção ao status quo da sociedade dos anos 1940, ainda fortemente vinculada à memória de escravizados libertos e de seus antigos proprietários. A existência de um clube negro no coração da cidade era, no mínimo, algo exógeno e incomum no ideário local.

Devido a sua gênese, o Doze pleiteou na formação da identidade afro-brasileira no pós-abolição, já que a convivência social entre brancos e negros não era cadenciada ou equivalente, mas sim discriminatória na maioria das circunstâncias. Negando uma relação de convivência harmoniosa entre negros e brancos, e assinalando evidências do forte racismo que o negro é padecente no Brasil, Nascimento (2016) destaca a existência de um processo de racismo mascarado em torno de um efêmero conceito de democracia racial que não existiu efetiva e plenamente, no qual brancos e negros conviveriam harmoniosamente.

Este racismo apresenta-se em múltiplas facetas. Entre elas, está o chamado racismo recreativo, que problematiza a relação entre racismo e humor, evidenciando a omissão jurídica brasileira diante de produções culturais que possuem salvo-conduto para reproduzir estereótipos racistas sob a justificativa do caráter humorístico. Uma forma de ofensa racial, “piadas que retratam a negritude como um conjunto de características esteticamente desagradáveis e como sinal de inferioridade moral não são os únicos temas do humor brasileiro referente aos negros. Há também aquelas que os retratam como animais ou criminosos.” (Moreira, 2019, p. 465). Tais representações de racistas, produzidas majoritariamente por pessoas brancas, raramente são questionadas judicialmente, e, quando o são, acabam sendo julgadas por instâncias compostas, em sua maioria, também por pessoas brancas. O disfarce, a mascarada humorística não limita e sim propaga e mantém legalmente o racismo no Brasil.

A estética negra, é corriqueiramente alvo do racismo recreativo, e os concursos de beleza realizados no Clube Doze de Outubro andavam na contramão desta perspectiva. É pertinente refletir de forma comparativa a questão em torno do *embranquecer* a população

brasileira, não somente com a nomenclatura de mestiço, negando a negritude, mas também com o ataque às práticas culturais e religiosas negras. Na esfera de combate ao embranquecer e seus padrões, os concursos de beleza negra realizados no Clube merecem destaque na discussão sobre representatividade. Pois eram neles que a estética negra era valorizada em concomitância com sua cultura. O Clube promovia durante o carnaval concursos e premiações para rainhas e princesas jovens, adultas e idosas.⁴ Fora do período de carnaval era promovido o concurso anual “A mais bela negra” (figura 2), que comungava para a valorização do estereótipo de beleza das mulheres negras de Palmeira das Missões. A menção aos concursos de beleza negra também é mencionada por autores como Silva (2016).

Figura 2 – Concurso: A mais bela negra de 1998.



Fonte: Acervo do jornal A Madrugada.

Os acontecimentos envolvendo as manifestações da cultura negra como um todo, demonstram que durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, a população negra, migrante da Colônia Chupim, tinha no Clube a possibilidade de construção de sua identidade, como no caso supracitado de concursos de beleza. Já que seu modo de vida e manifestações culturais e religiosas continuamente foram apagadas da história do município, já que outros clubes da Época como o Clube Comercial ou o Clube do Comercia não aceitavam a participação de pessoas negras. E importante salientar este papel singular do Clube Doze de

⁴ Informação relatada nas entrevistas realizada com a família Nunes, juntamente com a disponibilização de seu acervo fotográfico.

Outubro. Esses fatos, por si só, demonstram que o mito da harmonia racial/social, mesmo que mais de setenta anos após a abolição da escravidão, não se consolidou em vias de fato.

No tocante à questão do desaparecimento, a respeito das relações sociais brasileiras, Nascimento (2016, p. 70) afirma que “tradicionalmente espera-se que os negros sejam gratos aos brancos por generosidades que lhes foram concedidas, e que continuem dependendo dos brancos que agem como patronos e benfeitores deles.” Entretanto, essa ideia é básica e simplista do negro como um personagem passivo de sua própria história. Por meio de uma visão divergente o Clube Doze de Outubro, promove o negro a sujeito ativo de sua própria história, pois lutou por seus direitos jurídicos, sociais e tratou de promover sua cultura. Mesmo que, devido ao trabalho, estivessem atrelados a uma elite caucasiana e latifundiária que renegava as manifestações culturais e religiosas, aos negros de Palmeira das Missões, aqueles provenientes da Colônia Chupim e membros do Clube, com entusiasmo pleitearam a manutenção de suas características étnicas e sua sobrevivência cultural, em uma situação em que sustentar seus ideais é um ato sólido de resistência.

Para que não caia nas brumas do derradeiro esquecimento, a manutenção da memória de uma comunidade através da continuidade dos membros da comunidade, se não passar da oralidade para a escrita científica, caminha a passos largos para o esquecimento absoluto. Enquanto guardião do seu patrimônio, comunidades tornam-se esteios, pilastras dessa memória. O colossal desafio está no processo de que as comunidades compreendam a importância, o significado de sua memória histórica para a comunidade científica e o local a qual ela está vinculada.

A identidade perpassa pela autoafirmação, certificação, autoconfirmação em que os indivíduos de uma comunidade ou localidade, tanto individualmente quanto em layout coletivo, determinam-se requisitando assim sua identidade. Já a diferença transpassa o “eu”, alocando-se no outro, uma determinação em que o outro lhe atribui valores indenitários. No quesito objetivo a asserção do Doze de Outubro, divide-se na construção da identidade por seus membros e suas práticas. A visão dos demais munícipes em relação ao Clube manifestava-se na alcunha “Clube dos da cor”, atribuída pelos integrantes dos outros dois clubes sociais então existentes em Palmeira das Missões: o Clube Comercial e o Clube Centenário, contemporâneos ao Doze de Outubro.

Analisar experiências semelhantes de clubes negros em outras regiões, em comparação ao caso supracitado, é pertinente pelo cruzamento de vivências, distanciamentos e aproximações nas formas de organização dos afrodescendentes no pós-Abolição. Nesse

sentido, destacam-se as sociedades recreativas Cruz e Souza e União Operária, em Laguna (Santa Catarina), que, conforme Rosa (2017), estavam situadas na região central do município — assim como o Clube Doze de Outubro, cuja sede localiza-se na rua General Osório, nº 1060, no centro de Palmeira das Missões. Em ambos os casos, os clubes sociais, majoritariamente compostos por indivíduos negros, não estavam em áreas periféricas ou de difícil acesso, mas sim em locais centrais, o que configurava uma afronta ao domínio espacial e financeiro das elites locais. Dessa forma, produziam uma estrutura identitária em espaços de visibilidade, desafiando o controle territorial da elite dirigente.

Outro clube que atuou na seara da representatividade negra foi o Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio, localizado em São Carlos, estado de São Paulo. Assim como as demais associações negras já mencionadas, tinha como objetivo o fomento e a construção de uma identidade negra no pós-Abolição, configurando-se como um dos “espaços de sociabilidade afrodiáspórica [que] forjaram elementos essenciais para os processos de identificação e sociabilidade dos negros” (Sousa, 2018, p. 15). O clube, portanto, carregava as marcas de seus frequentadores e, ao mesmo tempo, os influenciava em sua forma de ser e se reconhecer.

A construção histórica de identidade realizada por um determinado grupo social perpassa pelo sentido que aquilo lhes proporciona, que lhes une a um determinado local ou circunstância que venha a se tornar um referencial cultural que lhes represente. Em conformidade com De Almeida (2018), de que as identidades “poderiam ser concebidos como materialização da memória popular que simboliza o elo entre o homem e seu meio social construído através dos anos”, afirmamos que a construção social de uma identidade própria, é formatada por variáveis em constante choque em seu meio social. Devido os interesses dos segmentos sociais. Assim dá à “luz” a identidade histórica de um determinado grupo, sendo ela o elo que conecta a memória popular ao meio social. Já que preservar sua identidade é um ato de resistência, ou seja, resistir por meio da manutenção de suas raízes culturais. O contraste se estabelece na construção e manutenção de sua identidade, sustentada pela contestação, a qual mantém pulsante a memória social.

Considerações Finais

O clube Doze de Outubro está inserido em um cenário de forte intervenção cultural, religiosa missioneira, católica e latifundiária. Sua distinção enquanto clube se dá pelo espaço que oferecia para a parcela excluída dos demais locais de representação social do município de Palmeira das Missões que encontravam no Clube espaço de salva guarda; salva conduta

para expressões culturais, sociais e religiosas, o que gera a conjuntura para a idealização do clube e a busca por espaço e representatividade negra mediante a exclusão de uma elite local. O esporte foi um meio de agremiação de relativa eficiência e utilização clube Doze de Outubro. Todavia, será averiguado com maior tenacidade futuramente. Assim, o “Doze”, faz parte de uma fração do arcabouço de clubes sociais que compõem a história do negro no estado do Rio Grande do Sul.

A análise em questão problematiza o pós-abolição como um processo marcado por um esquecimento histórico intencional. A reflexão evidencia que os clubes do interior do Rio Grande do Sul não se desenvolveram apenas sob a hegemonia católica, europeia e branca. Entre acertos, desafios, festejos e falhas, constituiu-se, ao longo do pós-abolição, a identidade afro-brasileira gaúcha. As tardes de domingo eram destinadas a toda a família, sem distinção de idade, o que possibilitava também a participação das crianças. A família do presidente do clube, Antônio Nunes da Conceição, carinhosamente chamado de “Antoninho”, juntamente com sua esposa, Geonina Ochôa da Conceição, a filha do casal, Cleide Nunes da Conceição, e a sobrinha, Tereza Nunes da Rocha, organizavam as matinês dominicais, transformando-as em um espaço de convivência comunitária e em um verdadeiro local de memória para a população ligada ao clube.

Contudo, os clubes sociais não se limitavam a espaços de sociabilidade ou a festas eventuais: constituíam-se também em importantes centros de afirmação identitária e cultural das famílias negras do interior do estado. Em uma perspectiva que pondera o pós-abolição como um problema histórico devido a marginalização do negro por meio do preconceito e barreiras a sua formação da representatividade, cultural e social impostas por uma elite branca embasada em um passado escravocrata, a comunidade negra tinha em suas agremiações carnavalescas e esportivas “espaço” para discussões em torno não somente de festejos, mas também em torno da qualidade de vida de seus associados e ajuda mútua.

Os concursos de beleza, proporcionados pelo clube possuíam em sua essência o mesmo viés, de não ser somente um concurso de beleza ou carnavalesco, mas sim de promover o “Novo Padrão de beleza estético” Loner (2009), o que realmente estava em pauta, era a batalha por “espaço” de representatividade, de legitimação do padrão de beleza afro-brasileiro em choque com o caucasiano existente não somente no passado, mas no presente histórico. A afirmação de um novo padrão que não fosse o caucasiano, que de uma forma ou de outra banhado pelo preconceito para com as comunidades negras do pós-abolição fez com

que clubes destinados aos afro-brasileiros fossem um verdadeiro *palco* na formação de uma identidade para seus membros.

O Clube recreativo e esportivo Doze de Outubro de Palmeira das Missões (RS), o “Doze” denominado por seus membros, faz parte do arcabouço de clubes sociais para negros e pardos que contribui para a formação da identidade negra no município dos anos 40 aos anos 2000 do século XX. Suas peculiaridades como clube esportivo e valorização estética negra na região norte/noroeste, a memória de seus membros remonta parte da trajetória negra em meio uma região marcada pelo missionarismo católico e a agricultura extensiva, componentes distintos as pesquisas já realizadas em torno de outros clubes sociais. O patrimônio intangível dos afro-brasileiros é um “elo” de sua história que possui suas fragilidades. Entretanto o patrimônio intangível toma forma nos carnavais, concursos de beleza, festejos e apresentações, que como um todo enaltece e evidencia o modelo de beleza e de festejos de negros e pardos marginalizados devido sua posição financeira mediante a elite católica latifundiária municipal.

Os bailes voltados à população negra, assim como o associativismo em sua totalidade, constituem-se, conforme Albuquerque (2010), em formas de enfrentamento à racialização presente na sociedade de seus respectivos contextos históricos. O intuito central do estudo da memória na pesquisa corrente, segue a perspectiva conforme Araújo (2007) de que a nova historiografia procura conceder espaço aos indivíduos que não estão em registros documentais, com foco na história dos grupos “apócrifos” da história do Rio Grande do Sul.

Na prática, os livros didáticos e os materiais pedagógicos de apoio abordam de forma insuficiente a temática afro-brasileira, limitando-se, em grande parte, a datas festivas ou simbólicas, como o 13 de Maio ou o 20 de Novembro. Limitando-se a etnia negra quase que exclusivamente como escravizados, mão de obra durante os ciclos econômicos do Brasil Colônia e Império até o fim da escravidão, já no final do século XIX. A partir desses marcos históricos, o hiato se acentua, como se a cultura afro-brasileira se limitasse apenas ao carnaval. No caso local averiguado, até mesmo a festa popular carnavalesca sucumbe as brumas da história daqueles que a escrevem. Sendo que emergir das profundezas do esquecimento histórico proposital de uma sociedade excludente é essencial para aproximar a lei 10.639/2003 e a 11.645/2008 da prática escolar.

Partindo do pressuposto de que as leis supracitadas têm como objetivo tornar obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, observa-se que, mesmo sancionadas no início do século XXI,

elas ainda enfrentam um desafio singular em sua efetivação. Não apenas a obrigatoriedade, irá inserir o estudo da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, é necessária a produção de pesquisas e estudos que tenham como finalidade a temática afro-brasileira no pós-abolição, na qual os negros possam ser reconhecidos por seu legado cultural, por sua contribuição sócio-política e não apenas como escravizados, pois como cidadãos brasileiros possuem metas, objetivos, lutaram em organizações que travaram intensos debates sobre sua colocação numa sociedade que lhes oprimia.

Para que se promova políticas educacionais que se posicionam firmemente contra o racismo histórico, é indispensável que se conheça a história de negros e negras sujeitos de sua própria história, que lutaram contra o preconceito racial, foram atuantes em um Clube que lhes permitia ser e construir sua história e do local em que residiam. Assim, este esboço a respeito da história da etnia negra no município de Palmeira das Missões no pós-abolição tem o intuito de fazer parte da 3ª edição do material didático escolar do município.⁵ Esse material visa contemplar a história local e servir de apoio para as escolas. Pois a questão dos negros é abordada somente até o fim da abolição da escravidão, e posteriormente a este acontecimento a participação de homens e mulheres negras na história do município foi excluída, o que a presente pesquisa se dedica a refutar. Assim, por meio da valorização da cultura negra, busca-se inserir o Clube Doze de Outubro como produção cultural étnica e espaço de afirmação da identidade negra. Tal iniciativa representa, na prática, a efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no sistema escolar municipal, ao apresentar a história local da população negra em um formato distinto, que contempla sua trajetória no pós-abolição em meio à sociedade rural católica, distanciando-se da visão simplista que a reduz apenas à condição de escravizados.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A vala comum da raça emancipada: abolição e racialização no Brasil**, breve comentário. *História Social*, n. 19, p. 91-108, 2010.
- ALONSO, Angela. **Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista**. *Sociologias*, v. 13, p. 166-199, 2011.
- AMADO, Janaina. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. *História*, v. 14, p. 125-136, 1995. ARAÚJO, P.N; SANTOS, M.S.V. *História, memória e esquecimento: Implicações políticas*. *Revista crítica de ciências sociais*, 2007 – 95-111.

⁵ VIEIRA, Marilene Bueno, LIMA, Henrique Pereira. **Nossa Terra é Palmeira das Missões: o município seus aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos**. 2ª ed, Porto Alegre. Evangraf, 2015.

- ARAUJO, Clecio Leonardo Mendes. **A toxicidade do racismo recreativo em forma de brincadeira**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 14, n. 42, p. 464-468, 2022.
- ARAÚJO, P.N; SANTOS, M.S.V. **História, memória e esquecimento**: Implicações políticas. Revista crítica de ciências sociais, 2007 – 95-111.
- ARÉVALO, J. M. La tradición, el patrimonio y la identidad. **Revista de Estudios Extremeños**. VI. 60, nº3, 2004, p. 925-956.
- BARTH, Fredrik; LASK, Tomke. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Contra Capa Livraria, 2000.
- CHALHOUB, S. SILVA, F. T. da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. Campinas, 2009.
- COSTA, Ângela Marques da. **A violência como marca: a pesquisa em história**. Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil, p. 81-91, 1996.
- DA ROSA, Júlio César. **Sociedades Recreativas e Associativismo Negro**: Agremiações em Santa Catarina no Pós-Abolição (1903-1950). Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 9, n. 23, p. 223-248, 2017.
- DE ALMEIDA, Everton Tolves. **Patrimônio, Informação e Identidade; O Discurso do Grafite no Espaço Urbano**. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 2, n. 6, p. 90-97, 2018.
- DE SOUSA, Karina Almeida. “Flor (es) de maio”: **Associativismo Negro, Patrimônio e Diáspora Africana**: Associativismo Negro, Patrimônio E Diáspora Africana. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 18, n. 46, 2024.
- DOMINGUES, Petrônio. **De Nova Orleans ao Brasil**: o jazz no Mundo Atlântico. Revista Brasileira de História, v. 40, n. 85, p. 171-192, 2020.
- DOMINGUES, Petrônio. **Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição**. Anos 90, v. 16, n. 30, p. 215-250, 2009.
- ESCOBAR, G. V. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio é potencial. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da História Social**. Proj História. São Paulo, 2001. Núcleo de Estudo, Cultura, Trabalho e Cidade. I encontro Procad , PUC-SP
- KODAMA, Kaori. **Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo**: doenças, raça e escravidão. Revista Brasileira de História, v. 28, p. 407-430, 2008.
- LE GOFF, Jacques et al. **História e memória**. 2003.
- LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. **Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas**. 2009.
- MEIHY, José Carlos Sebe. SEAWRIGHT Leandro. **Memórias e Narrativas – História Oral aplicada**. 1 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto. 2021.

MEIRA, A. L. G. – **O patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul no século XX**: Atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura). UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor**: associativismo negro, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, Porto Alegre, séc. XIX). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11, p. 1-30, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

PERAZZO, Priscila F. **Narrativas Oraís de Histórias de Vida - Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS v. 16, n. 30 (121-131) jan-abr 2015.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. Editora Contexto, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELI, A. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, 1997.

SILVA, Tiago Rosa da. **Sociedade Recreativa e Cultural Os Zíngaros**: apontamentos iniciais sobre a trajetória de um clube negro da cidade de Bagé/RS no pós-abolição. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS, 2016.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Sextante, 2021.

THOMPSON, E P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. de M. (Ed.). **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Editora Unicamp., 2014.

VIEIRA, Marilene Bueno, LIMA, Henrique Pereira. **Nossa Terra é Palmeira das Missões**: o município seus aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos. 2° ed, Porto Alegre: Editora Evangraf, 2015.

ZUKER, Fábio. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado**: Poder e a Produção da História. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 28, n. 1, p. 319-324, 2019.

Submetido em: 16 maio 2025

Aceito em: 04 set. 2025

“O silêncio dá graça as mulheres”: religião, poder e memória entre as mulheres da Grécia Antiga

“The silence gives grace to women”: religions, power and historical memory of womens in Ancient Greece

Missilônia Mirele de Oliveira Silva,¹ UPE

Resumo

Este artigo analisa a participação das mulheres na religiosidade da Grécia Antiga e os processos historiográficos que contribuíram para sua invisibilização. A partir de fontes primárias e da historiografia crítica, pretende-se discutir como os cultos religiosos ofereceram às mulheres espaços legítimos de atuação simbólica, mesmo em uma sociedade marcada pela exclusão feminina na política. Ao problematizar os silêncios e as escolhas da narrativa histórica tradicional, o estudo recorre a autores como Joan Scott, Nicole Loraux, Michel-Rolph Trouillot, Paul Veyne e Peter Burke para refletir sobre os usos do passado e os critérios que definem o que é considerado digno de memória. Recuperar essas experiências é, portanto, um gesto de crítica historiográfica e de reivindicação da memória coletiva.

Palavras-chave: Grécia Antiga; Mulheres; Religião; Historiografia; Memória.

Abstract

This article analyzes the participation of women in the religiosity of Ancient Greece and the historiographical processes that contributed to their invisibilization. Drawing on primary sources and critical historiography, it aims to discuss how religious cults provided women with legitimate spaces of symbolic action, even within a society marked by the political exclusion of women. By problematizing the silences and choices of traditional historical narratives, the study engages with authors such as Joan Scott, Nicole Loraux, Michel-Rolph Trouillot, Paul Veyne, and Peter Burke to reflect on the uses of the past and the criteria that define what is deemed worthy of remembrance. Recovering these experiences is, therefore, a gesture of historiographical critique and a claim to collective memory.

Keywords: Ancient Greece; Women; Religion; Historiography; Memory.

Introdução

A religião sempre ocupou um lugar de destaque na Grécia antiga, o mundo fantástico estruturado por heróis, deuses e monstros, narrado pelos grandes poetas serviu como fonte de inspiração e fascínio para a maioria daqueles que de algum modo chegam a conhecê-lo, mesmo que minimamente. A religiosidade grega era um dos temas principais na vida social nas pólis: a religião não se separava da vida política e era também uma dimensão da própria cidadania. Embora a sociedade grega apresentasse um cenário pouco favorável à participação

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte (UPE/CMN). Membro do Leitorado Antigo – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História Antiga e Medieval. Bolsista CAPES no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: missiloniamirele@gmail.com

das mulheres na política, elas encontraram um espaço significativo no que diz respeito à religião. Ainda sim, a historiografia tradicional tendeu a invisibilizar por muito tempo a atuação das mulheres. Esse panorama tem se modificado; no entanto, ainda se priorizam as narrativas políticas, de guerra e de figuras masculinas relacionadas à Grécia.

Segundo Vernant (2006), a religião grega tinha base oral, e a posição feminina estava relacionada diretamente com a ordem religiosa e social, sendo responsabilidade das mulheres transmitir a tradição oral dos mitos a seus filhos ao lhes contar histórias – o que nos demonstra a importância da figura feminina no que diz respeito a formação do imaginário religioso da cultura grega (p. 11). Sacerdotisas como as pitonisas e as integrantes de cultos femininos assumiram funções que eram fundamentais para os rituais e festividades dentro da Grécia Antiga.

Tendo isso em mente, este artigo propõe uma análise da atuação religiosa feminina na Grécia Antiga, atentando para as formas como essas experiências foram registradas, esquecidas ou interpretadas ao longo do tempo. Essa proposta se insere em uma perspectiva crítica da construção histórica, principalmente tendo em vista que as narrativas do passado não são neutras, e tão pouco completas, mas fruto de escolhas, disputas e de silenciamentos.

A reflexão aqui presente parte de fontes primárias e da historiografia especializada para pensar sobre o papel da mulher nos espaços sagrados, ao mesmo tempo em que problematiza os usos do passado e os limites da memória histórica tradicional. Neste cenário, busca-se: (1) abordar o lugar das mulheres em cultos religiosos; (2) discutir a forma como essa presença foi registrada (ou silenciada) pela historiografia; e (3) investigar como essa experiência tem sido apropriada, interpretadas ou esquecidas na construção do saber histórico.

Mulheres gregas e o sagrado: funções, rituais e símbolos

A religião era parte importante da cultura grega antiga e, para entender os gregos, faz-se necessário, primeiramente, compreender a sua religiosidade. Como já dito anteriormente, Jean-Pierre Vernant (2006), destaca o papel da oralidade e da transmissão mítica nas relações familiares, o que se conecta diretamente com o que observa Buxton (2019), os mitos eram, inicialmente, transmitidos por amas-secas, mães ou avós. E quando a escola se torna uma realidade dos meninos, a recitação de poemas sobre os deuses era parte obrigatória do currículo (p. 28). Ao longo do tempo, muitos contextos sociais passaram a incluir a celebração dos deuses, como os *symposia*, festividades voltadas para homens jovens e aristocratas. No

entanto, o mito não se limitava apenas às ocasiões formais: ele era parte do cotidiano, e as histórias sobre aventuras e heróis eram constantemente comentadas nos locais de socialização.

A religião grega se estrutura especificamente por meio da prática de rituais e da repetição oral da tradição, sem escrituras sagradas, sem revelações ou qualquer dogma fixo comum às religiões contemporâneas. Segundo Walter Burkert, o culto grego não se apoiava em nenhum tipo de fundador carismático e também não tinha organização clerical. A força da religião estava relacionada à tradição oral e ao ritual, legitimando-se pela continuidade. Burkert afirma que a religião grega era “legitimada enquanto tradição que se comprova, a ela mesma, com a força incisiva da persistência que passa de geração para geração” (Burkert, 1993, p. 35). Nesse sentido, compreender o papel da mulher nesse contexto é fundamental, pois eram elas, em diversas situações, as responsáveis por assegurar a continuidade das práticas rituais, seja dentro de suas casas como mães, esposas ou amas, ou nos espaços religiosos públicos exclusivos ao feminino.

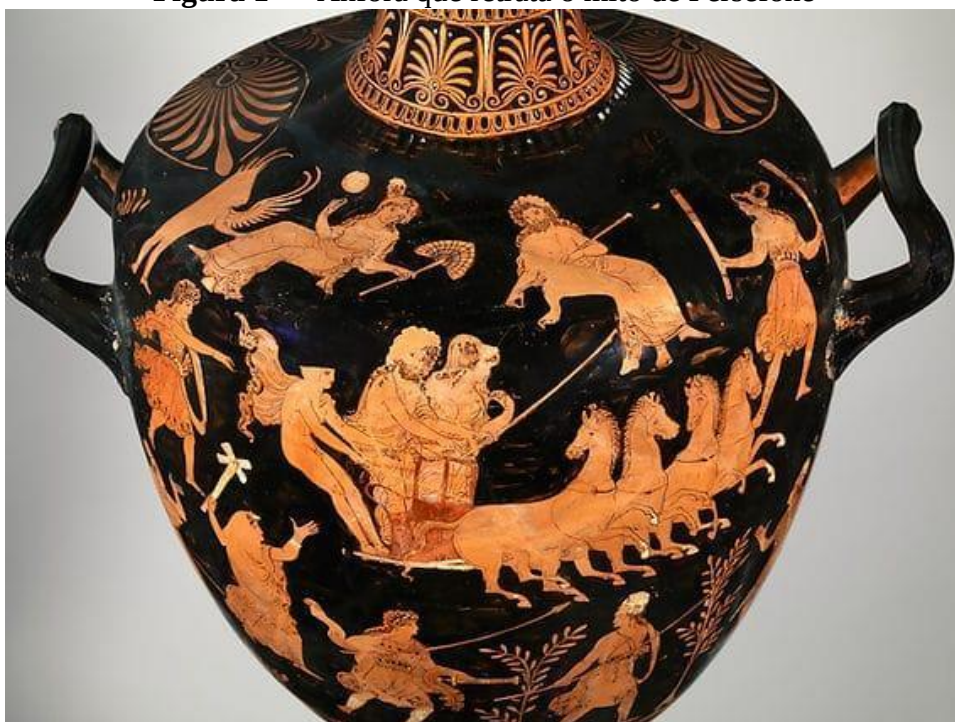
Os gregos chamavam os principais deuses de seu panteão de olímpianos, comumente representados como um grupo de doze divindades, das quais cinco eram figuras femininas: Hera, Atena, Ártemis, Afrodite e Deméter. Essas deusas, segundo o poeta, ocupavam “um trono dourado no monte olimpo, de onde desfrutavam de ambrosia e néctar” (Homero, *Ilíada*, canto IV, v. 1–6). Embora não seja necessariamente uma olímpiana propriamente dita, a deusa Héstita – irmã de Zeus e filha de Cronos – também é incluída na categoria de olímpica, já que residia de forma permanente no palácio dos deuses. Com isso, totaliza-se seis deusas principais a quem os gregos prestavam culto e ofereciam sacrifícios.

A presença marcante de deusas no panteão grego refletia-se também na estrutura ritual da religiosidade helênica. Muitas dessas divindades ocupavam o centro de cultos que contavam com intensa participação de mulheres. Como exemplo, podemos citar a deusa Deméter, que ao lado de sua filha Perséfone, protagoniza os *Mistérios de Elêusis*, um importantíssimo culto da Grécia Antiga, que mesmo tendo a iniciação aberta a homens e mulheres, possuía uma simbologia centrada no ciclo da fertilidade e na relação entre mãe e filha. De acordo com Sarah B. Pomeroy em *Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity*, os Mistérios Maiores e Menores eram celebrados anualmente em homenagem às duas deusas. Embora houvesse sacerdotes masculinos envolvidos no culto, algumas partes eram exclusivas às mulheres (p. 106). Um desses momentos era a *kernophoria*, uma das cerimônias preliminares onde se carregavam os vasos. Ainda segundo

Pomeroy, o Mistérios de Elêusis sobreviveu como o culto grego mais reverenciado até o final do paganismo (Pomeroy, 2011, p. 105).

A imagem 1 é uma representação do rapto de Perséfone pelo deus do submundo e senhor dos mortos, Hades. Datado de 340–330 AEC, este jarro de água tem como cena central a carruagem de Hades durante o ato do sequestro – esta imagem central é rodeada por outros indivíduos relacionados aos mitos, como Zeus e Deméter.

Figura 1 — Ânfora que retrata o mito de Perséfone



Fonte: Museu Metropolitano de Artes.²

Tais ânforas estavam amplamente presentes nos espaços domésticos e nos rituais femininos, sendo utilizadas em tarefas relacionadas à purificação, à higiene e às cerimônias religiosas. A decoração dessas peças não era meramente estética: tratava-se de uma forma de comunicação simbólica que inseria temas mitológicos no cotidiano, naturalizando valores culturais e estruturando a forma como as mulheres se relacionavam com o sagrado, com os mitos e com seu próprio lugar na sociedade. Assim, o vaso torna-se um meio pelo qual o imaginário coletivo é continuamente reforçado, permitindo que as narrativas religiosas façam parte não apenas das festividades públicas, mas também dos gestos mais ordinários da vida doméstica.

² Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/247597>

Em homenagem a Deméter, havia na Grécia uma festividade exclusivamente feminina, *Thesmophoria*. Com carácter agrário, sua principal função era assegurar a fertilidade do solo e a sobrevivência dos grãos. Celebrada por mulheres casadas, a festa expressava o elo entre a fertilidade da terra e a fertilidade do corpo feminino. Segundo Pomeroy, o rito era composto por três dias, cada um com significados específicos:

The Thesmophoria was celebrated for three days. The first day was titled *kathodos* (going down) and *anodos* (rising up). Pigs, which were animals sacred to Demeter, had been thrown into subterranean caves early in the summer, probably at the festival of Demeter and Korē known as the *Scirophoria*. On the first day of the Thesmophoria, women went down into the caves and recovered the remains of the pigs, which they mixed with seed grain and placed on altars. The second day was titled *nēsteia* (fasting). The women fasted sitting on the ground, mimicking Demeter's behavior at the loss of her daughter. On the third day, *kalligeneia* (fair birth), the remains of the pigs and seed grain were scattered in the fields. (Pomeroy, 2011, p. 107).³

O ritual da *Thesmophoria*, ao conectar o corpo feminino, o luto materno e os ciclos agrícolas, evidencia como a religiosidade grega estabelecia vínculos profundos entre natureza, sexualidade e sociedade. Ao serem as únicas participantes ativas, as mulheres assumiram temporariamente um papel de centralidade simbólica na vida coletiva da pólis.

Outras deusas também desempenhavam um papel crucial na religião grega. Ártemis era uma das deusas castas, filha de Zeus com a titânide Leto. Ao nascer, a jovem deusa realizou seu primeiro grande feito: auxiliou sua mãe no parto de seu irmão gêmeo, Apolo, tornando-se, logo após, senhora dos partos, bebês e crianças. Ártemis era reconhecida como a deusa da caça e dos caçadores; também era associada aos animais, e algumas literaturas do período helenístico a apresentavam como deusa da lua, representada com um arco de prata, túnicas curtas e sempre rodeada por animais. Ártemis era uma divindade cuja natureza era protetora e independente. Segundo Léger (2015), Ártemis era a herdeira de tradições orientais de divindades pré-gregas que presidiam ritos de passagem. A deusa estava diretamente relacionada ao trabalho de parto e supervisionava, de acordo com as crenças, a educação de crianças e jovens (Léger, 2015, p. 34).

³ Tradução: “A *Thesmophoria* era celebrada durante três dias. O primeiro dia era denominado *kathodos* (descida) e *anodos* (subida). Porcos – que eram animais sagrados para Deméter – eram lançados em cavernas subterrâneas no início do verão, provavelmente durante o festival de Deméter e Korē, conhecido como *Scirophoria*. No primeiro dia da *Thesmophoria*, as mulheres desciam às cavernas e recuperavam os restos dos porcos, que eram então misturados com grãos de semente e colocados sobre altares. O segundo dia era chamado *nēsteia* (jejum). As mulheres jejuavam sentadas no chão, imitando o comportamento de Deméter diante da perda de sua filha. No terceiro dia, denominado *kalligeneia* (belo nascimento), os restos dos porcos e os grãos de semente eram espalhados pelos campos”.

Havia na Ática, nas mediações da Acrópole de Atenas, um santuário dedicado a Ártemis, cuja localização e o motivo da fundação são descritos por Eurípedes em *Ifigênia entre os Táurios*:

[...] Quando, ó Orestes, dessa ordem minha souberes, / Pois ouves minha voz mesmo longe da Deusa, / Parte! levando a estátua e também tua irmã. / E quando na divina Atenas tu chegares, / Na Ática há um lugar perto das derradeiras / Fronteiras, que é vizinho aos cumes da Carístia / E sagrado a meu povo, hás de chamá-lo de Halas. / Constrói um templo lá e assenta essa estátua, / C'o nome desta terra [...] / Artemis cantarão como a grã Deusa táurica. / Impõe-lhes o costume: em se havendo festejos / Em resgate à tua morte, um gládio seja posto / Em homem, no pescoço, e que caia algum sangue / Por respeito à pureza, e honra tem a Deusa. / Quanto a ti, Ifigênia, é preciso que sirvas / Na encosta de Braurão augusta àquela Deusa; / Quando morreres, lá serás sepultada e finos / Tecidos deporão, presente para ti, / Que mulheres em parto agonizante deixam / Em sua casa ao morrer.[...] (Eurípedes, 2023, p. 375 - 376, v. 1446 - 1467).

Ifigênia era filha de Agamemnon, rei de Micenas. No mito, a jovem deveria ser sacrificada em um altar para que os gregos pudessem partir para Tróia em segurança. O rei havia irritado Ártemis ao caçar em uma floresta sagrada e, para aplacar sua fúria, a princesa deveria ser oferecida como sacrifício. Contudo, no último momento, Ártemis se compadece de Ifigênia, substituindo-a por cervo e levando-a para a Táurida, onde ela passa a exercer o papel de sua suma sacerdotisa. Após toda uma aventura narrada por Eurípides, Ifigênia foge da Táurida acompanhada de seu irmão Orestes. Ao chegarem a Atenas, Orestes deveria construir um templo onde a estátua de Ártemis pudesse ser posta e adorada, onde Ifigênia seguiria exercendo sua função sacerdotal.

Segundo Léger (2015), realizavam-se em Brauron dois festivais religiosos dedicados à deusa: a Braurônia e a *Arkteia* (p. 349). As meninas que chegavam até Brauron recebiam a proteção de Ártemis enquanto eram preparadas para os ritos de iniciação e de passagem para a vida adulta. A *arkteia* era celebrada com músicas e danças, em que as garotas interpretavam os *arktoi* – ursos –, animais frequentemente relacionados à deusa. Ainda segundo a tradição local, após um parto, as mulheres deveriam levar peças de roupas feitas a partir de seus melhores tecidos como oferenda a deusa. Essa prática demonstra que, sob a proteção de Ártemis, as mulheres – especialmente as jovens – participavam de práticas rituais que vinculavam seus corpos à ordem simbólica da natureza e à legitimação das transformações sociais femininas.

A imagem 2 apresenta esculturas votivas de meninas e meninos que foram encontradas no santuário de Ártemis em Brauron. As duas figuras com maior destaque na foto – a menina

segurando uma lebre e o menino – datam de 400 a 300 a.C. Segundo Papadimitriou (1963, p. 116), a estátua da menina representa uma evidência clara da prática da *arkteia*, e segurar uma lebre representa sua associação com a deusa. Quanto ao menino, supõe-se que sua estátua tenha sido uma oferenda em agradecimento de uma mãe após dar à luz a um filho saudável.

Figura 2 — Esculturas votivas: meninas e meninos do santuário de Ártemis, Brauron.



Fonte: Museu Arqueológico de Brauron.⁴

Mais do que simples objetos devocionais, essas esculturas materializam práticas e valores que regulavam os papéis sociais desde a infância. Ao colocarem meninas e meninos em contextos rituais e religiosos, essas imagens participam da formação simbólica dos sujeitos, inscrevendo seus corpos em narrativas coletivas de pertencimento, gênero e dever social. Assim, as oferendas votivas não apenas refletem a religiosidade da época, mas operam como instrumentos pedagógicos, que reforçam, por meio da arte, as fronteiras e expectativas que sustentavam a organização política da pólis.

⁴ Disponível em: <https://www.greeka.com/seedo/photos/922/athens-archaeological-museum-of-brauron-gallery-4-480.jpg>

Ártemis, deusa que reúne traços de cuidado e selvageria, maternidade e violência ritual, oferecia um modelo divino que refletia a complexidade das experiências femininas do mundo grego. Ao lado dessa figura ambivalente, os registros votivos de meninos evidenciam que a infância, em sua pluralidade, era cuidadosamente inserida nas engrenagens religiosas da pólis. Assim, as oferendas infantis materializam não apenas devoções individuais, mas o projeto coletivo de formação simbólica, no qual religião, arte e política se entrelaçavam desde os primeiros anos de vida.

Contudo, o protagonismo feminino no âmbito religioso não se restringia aos cultos dedicados a divindades femininas. As mulheres gregas também estavam presentes nos cultos de deuses masculinos, como os dedicados a Apolo, em Delfos. Apolo era o deus da música e da arte, da cura e das pestes, da luz, da razão, da purificação e das profecias. Filho de Zeus e Leto, irmão gêmeo de Ártemis, segundo narra o *Hino Homérico a Apolo*, após seu nascimento, o deus teria partido em busca de um local onde pudesse estabelecer seu templo. O lugar indicado ficava em Delfos e habitado por uma terrível serpente chamada Pítion. Tomando para si uma flecha, o jovem deus atingiu a cabeça do monstro e ocupou o espaço sagrado e anteriormente dedicado a Gaia, tornando-se assim o senhor das profecias.

Esse mito traz a fundação do Oráculo de Delfos, um dos mais importantes do Mundo Antigo, onde todo o ritual se organizava em torno de uma mulher. A figura mais importante no sacerdócio do santuário de Delfos era uma mulher chamada Pítia. Ela era responsável por realizar a mediação entre o deus Apolo e os consulentes – aqueles que formulam perguntas ao oráculo. Ao visitar o santuário, o consulente escrevia sua questão, que era então entregue à Pítia pelos sacerdotes do templo, cuja função era auxiliá-la em todo processo. Após passar por ritos de purificação, a Pítia entrava em transe e, inspirada pelo deus, pronunciava uma resposta. Essa resposta era interpretada por um sacerdote e comunicada ao consulente (Volker, 2007, p. 11, 12 e 17)

Ainda segundo Volker em sua análise, a Pítia era uma figura que nunca errava – não podia errar pois sua inspiração provinha do deus. Ela se tornava uma com ele. No entanto, a voz que respondia às perguntas pertencia apenas a mulher (p. 130). Essa concepção reforça a autoridade simbólica da Pítia: mesmo em uma estrutura sacerdotal dominada por homens, era o corpo feminino que canalizava e dava corpo ao discurso divino. A palavra do deus era mediada pela Pítia, o que lhe conferia um papel único entre os gregos – uma mulher com autoridade espiritual legítima, ouvida por reis, legisladores e cidadãos de todas as regiões do mundo grego. Sua presença constante no centro do oráculo nos traz uma evidência clara de

como as mulheres, mesmo excluídas das esferas políticas formais, as mulheres – como a Pítia – exerciam autoridade espiritual reconhecida, inseridas em instituições religiosas de prestígio.

A imagem 3, um cálice de figuras vermelhas, ilustra um dos episódios mais conhecidos de consulta ao oráculo de Delfos: a ida de Egeu, rei de Atenas, em busca de respostas sobre sua descendência.

Figura 3 — Egeu consulta Pítia em Delfos



Fonte: Flickriver.⁵

A sacerdotisa de Apolo, sentada sobre o trípede e envolta em vestes que indicam sua autoridade ritual, segura em uma das mãos um ramo de louro e, na outra, uma *phiale*, enquanto atua como mediadora entre o mundo humano e a esfera divina. De acordo com a descrição do material, a Pítia nesta imagem não é uma sacerdotisa comum, mas sim a titânide Têmis. Mais do que uma representação individual, essa cena evoca a centralidade da figura feminina em processos de legitimação política e religiosa. A pitonisa, embora afastada das instituições cívicas, era detentora de um saber oracular indispensável às decisões da *pólis* — sua palavra, mesmo enigmática, influenciava alianças, guerras e sucessões dinásticas.

⁵ Disponível em: <https://www.flickrriver.com/photos/27906589@N05/4911054716/>

A autoridade da pitonisa não era uma exceção isolada, mas parte de uma lógica religiosa que atribuía às mulheres certos papéis específicos de intermediação com o sagrado. Sua presença nessa cena evidencia como o feminino, mesmo em uma cultura marcada pela exclusão política, foi integrado à esfera da autoridade simbólica. Ao ocupar o centro do oráculo de Apolo, a pitonisa corporificava um tipo de poder distinto — não bélico, não deliberativo, mas fundado no prestígio ritual e na escuta do divino. A imagem, portanto, materializa o reconhecimento institucional da mulher como agente legítima da comunicação religiosa e, nesse sentido, amplia as possibilidades de leitura sobre o lugar do feminino na cultura grega antiga.

Silêncios, disputas e Usos do passado: o lugar das mulheres na história da religiosidade grega - Silêncios e disputas na historiografia

A marginalização da experiência feminina nos espaços religiosos da Grécia Antiga não decorre apenas da escassez de fontes, mas também das formas seletivas com que se construiu o que hoje se reconhece como “história oficial”. Nesta seção, reflete-se sobre o caráter interpretativo da escrita histórica, marcado por disputas simbólicas, omissões intencionais e escolhas sobre o que merece ser lembrado. Essa seletividade torna ainda mais evidente a importância de analisar como as diferenças de gênero foram construídas historicamente, uma das questões centrais nas reflexões de Joan Scott.

Segundo Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, o gênero não deve ser compreendido como sinônimo de “mulher”, mas como uma categoria analítica que permite investigar como as diferenças entre os sexos são socialmente construídas e como essas construções organizam relações de poder. Em vez de reduzir o gênero a um mero dado biológico ou a papéis sociais pré-determinados, Scott propõe que ele seja pensado como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

Com base nessa abordagem, compreende-se que as experiências atribuídas a homens e mulheres em diversos contextos históricos não são naturais, mas construídos e reiterados por normas, instituições e representações simbólicas. Essa perspectiva é especialmente útil para abordar o papel das mulheres na religiosidade grega, pois permite observar não apenas sua presença ou ausência nos cultos, mas também como essas experiências foram narradas, reguladas e silenciadas pela historiografia. Se Scott oferece uma chave teórica para pensar

gênero e poder, Loraux, por sua vez, evidencia como essas dinâmicas se manifestam no imaginário trágico da Grécia Antiga.

Em *Tragic Ways of Killing a Woman*, Nicole Loraux analisa as tragédias gregas e sua representação do feminino por meio da morte. As tragédias, enraizadas em seu contexto sociocultural, refletem valores e estruturas de sua época. Para Loraux, os corpos femininos são essenciais ao drama, mas seus destinos trágicos se realizam fora de cena: são descritos, mas não vistos (Loraux, 1987, p. 9). Esse apagamento traduz o lugar ambíguo reservado à mulher — necessária à estrutura do drama, mas afastada da visibilidade e da ação direta.

A morte de Ifigênia é um exemplo significativo. Segundo Loraux, trata-se de uma metáfora para o casamento, mais especificamente um “matrimônio com a morte” (p. 16). Mesmo quando a personagem exerce alguma forma de agência, como ao aceitar seu próprio sacrifício — em *Ifigênia em Áulis* —, essa escolha está confinada ao horizonte de valores definidos pelos homens (p. 17). A tragédia apresenta a mulher como elemento essencial, mas moldada pela linguagem do heroísmo masculino. Esse processo de apagamento nas tragédias, onde o feminino é afastado da ação direta, conecta-se às discussões de Paul Veyne e Michel-Rolph Trouillot sobre a natureza seletiva e disputada da narrativa histórica.

Paul Veyne argumenta que a história é uma narrativa construída por meio de escolhas: entre os eventos do passado, os historiadores selecionam alguns, interpretam sua relevância e os organizam em forma de enredo, sempre a partir das preocupações de seu tempo (Veyne, 2008, p. 19). Nesse processo, temas como guerras, política e feitos masculinos ganharam centralidade, enquanto a atuação feminina nos rituais religiosos foi relegada a um plano secundário. Essa exclusão, portanto, não é casual, mas resultado de disputas simbólicas que moldam o passado consagrado como memória histórica.

Michel-Rolph Trouillot aprofunda essa discussão ao afirmar que há uma diferença fundamental entre tudo o que aconteceu no passado e aquilo que é narrado como tendo acontecido. Para o autor, o processo de produção da história atravessa várias etapas — da criação à narração final —, cada uma marcada por relações de poder e decisões seletivas (Trouillot, 2016, p. 25–26). Os silêncios históricos não são neutros: resultam de escolhas que determinam o que será preservado, esquecido ou autorizado a ser contado. A escrita da história não é, assim, um espelho do passado, mas um campo de disputa pelo direito à memória. Trouillot e Veyne convidam-nos, portanto, a reconhecer a história como arena onde se negociam sentidos e memórias.

Religião, poder simbólico e usos do passado

Em uma sociedade em que a política era restrita aos homens, as mulheres gregas não eram figuras passivas ou secundárias. A esfera ritual oferecia-lhes um campo próprio de participação social, ligado à fertilidade, à morte e à continuidade da pólis. Como observa Sarah B. Pomeroy, essas mulheres não apenas estavam presentes: muitas vezes, eram as únicas autorizadas a realizar certas práticas, como nos cultos a Deméter, Perséfone ou Ártemis (Pomeroy, 2011, p. 105–107). Nesse contexto, a religião funcionava como espaço de legitimação simbólica feminina, no qual o corpo da mulher era reconhecido como intermediário entre o humano e o divino.

O prestígio feminino nesse contexto não se limitava à repetição de papéis tradicionais, mas incluía funções simbólicas cruciais na preservação da memória coletiva. A participação nos ritos, mistérios e sacrifícios implicava mais do que devoção: representava um saber ritualizado, transmitido por gerações e incorporado à identidade das comunidades. O espaço sagrado era, assim, uma instância de reconhecimento simbólico e social das mulheres, conferindo-lhes autoridade em uma cultura que, fora do domínio religioso, restringia seu acesso público e político.

No entanto, como observa Trouillot, nem toda experiência social se converte automaticamente em registro histórico. Mesmo quando abundantes em vestígios materiais e literários, essas práticas femininas foram muitas vezes negligenciadas pela historiografia tradicional (Trouillot, 2016, p. 29–30). O apagamento das mulheres religiosas é um exemplo claro do que o autor chama de *silêncios na formulação do passado*: exclusões que não se limitam à ausência, mas operam por meio da seleção do que merece ser lembrado (p. 51).

Reconhecer o papel das mulheres na religião grega não é, portanto, apenas preencher lacunas factuais. É reconhecer que o simbólico, o ritual e o mítico são partes integrantes da vida social e política. Ao ignorá-los, a história ocidental limitou sua própria capacidade de compreender a complexidade das relações de poder. Reintegrar essas figuras ao campo da história é disputar os critérios de legitimidade da memória histórica.

Reconstituir o papel das mulheres nos espaços religiosos da Grécia Antiga exige mais do que completar o registro factual: trata-se de um gesto político e epistemológico que questiona o cânone historiográfico e propõe novos critérios para validar o passado. Como destaca Michel-Rolph Trouillot, os silêncios históricos não são meras lacunas documentais, mas resultados de processos ativos de exclusão e legitimação, atravessados por relações de

poder que determinam o que se conta, por quem e com que autoridade (Trouillot, 2016, p. 25–27).

Entre o que efetivamente aconteceu e o que se registra como “o que aconteceu”, há uma diferença fundamental: os eventos são selecionados, organizados e narrados a partir de esquemas de significação. Para recuperar essas experiências, não basta adicioná-las ao relato: é preciso interrogar os critérios que sustentaram sua exclusão e propor novos paradigmas de legitimidade.

Nesse ponto, as reflexões de Peter Burke são fundamentais. Em *A Escrita da História: novas perspectivas*, Burke convida os historiadores a considerar formas de conhecimento menos centradas em feitos políticos e militares e mais sensíveis às práticas culturais, simbólicas e rituais dos grupos marginalizados (Burke, 1992, p. 144–145). Ao sugerir que mitos, ritos, imagens e performances sejam tratados como fontes legítimas para a história, Burke amplia o escopo da narrativa historiográfica e reescreve a agência de sujeitos antes desautorizados — como as mulheres gregas.

Tanto Burke quanto Trouillot reforçam a ideia de que a historiografia não é uma simples reprodução do passado, mas uma construção permeada por escolhas e disputas. Trazer à tona a atuação simbólica, espiritual e comunitária das mulheres gregas não é apenas reconstruir o que foi deixado de lado: é deslocar as fronteiras da história, interrogando seus critérios e paradigmas.

Como afirma Burke, o historiador deve estar atento aos usos sociais do passado, compreendendo que as narrativas históricas não são apenas explicações, mas instrumentos de identidade, poder e pertencimento (Burke, 1992, p. 141). Assim, recuperar e reinterpretar o papel das mulheres na religião da Grécia Antiga é um gesto de reivindicação da memória e de crítica às estruturas que sustentaram os silêncios. Recontar essas histórias é reafirmar que o silêncio nunca é neutro — ele é construído, e, por isso, pode (e deve) ser desfeito.

Considerações finais

A análise da participação das mulheres na religiosidade da Grécia Antiga permite compreender não apenas a profundidade de seu envolvimento nos cultos e práticas rituais, mas também os mecanismos simbólicos e históricos que contribuíram para a sua invisibilização. Ao ocupar posições centrais em festividades, mistérios e rituais, as mulheres exerceram formas legítimas de autoridade espiritual e cultural, mesmo em um contexto de exclusão política. No entanto, esse protagonismo foi, em grande parte, marginalizado pelas

narrativas historiográficas tradicionais, mais voltadas à exaltação de feitos masculinos e eventos políticos.

Ao longo deste trabalho, buscou-se destacar que os registros do passado são fruto de seleções, disputas e construções, e que o silêncio em torno das experiências femininas não é acidental, mas estruturado por relações de poder. Por isso, a recuperação dessas experiências demanda mais do que a simples adição de novos dados: ela exige um reposicionamento crítico diante das formas de fazer história.

A religião, nesse sentido, surge como um espaço privilegiado para refletir sobre a atuação das mulheres e para tensionar os critérios que tradicionalmente definem o que é digno de memória histórica. Através das reflexões de autores como Joan Scott, Nicole Loraux, Michel-Rolph Trouillot, Paul Veyne e Peter Burke, foi possível demonstrar que repensar o papel das mulheres nos espaços sagrados é também uma forma de repensar o próprio campo historiográfico — seus limites, suas lacunas e suas possibilidades.

Ao dar visibilidade a essas atuações, o historiador não apenas reconstrói um passado mais plural, mas também contribui para uma crítica às estruturas de exclusão que continuam a moldar os discursos sobre a história e a cultura ocidental. Recontar as histórias das mulheres gregas é, portanto, um ato de reconhecimento e de reposição de sentido diante de um passado que ainda fala no presente.

A trajetória das mulheres na religiosidade da Grécia Antiga revela não apenas práticas rituais e experiências simbólicas, mas disputas por visibilidade, legitimidade e memória. Ao ocupar papéis centrais em cultos e festividades, essas mulheres inscreveram seus corpos e saberes em um espaço de poder que desafiava as fronteiras impostas pela exclusão política. Contudo, o reconhecimento dessa atuação demanda mais do que a recuperação de dados: exige o enfrentamento dos critérios que sustentaram sua omissão histórica.

Refletir sobre os silêncios que permeiam a narrativa histórica é um exercício de crítica e posicionamento epistemológico. É, também, uma forma de construir alternativas para compreender o passado — não como um repertório fechado, mas como um campo em disputa. A presença das mulheres nos espaços sagrados da Grécia Antiga, quando reinterpretada à luz de autores como Scott, Loraux, Trouillot, Veyne e Burke, permite reavaliar o próprio ofício historiográfico e as fronteiras que ele constrói.

Ao dar visibilidade a essas atuações, o historiador não apenas reconstrói um passado mais plural, mas também contribui para uma crítica às estruturas de exclusão que continuam a moldar os discursos sobre a história e a cultura ocidental. Recontar as histórias das mulheres

gregas é, portanto, um ato de reconhecimento e de reposição de sentido diante de um passado que ainda fala no presente. Como afirma Trouillot (2016, p. 27), “a história é fruto do poder, mas o próprio poder nunca é transparente a ponto de sua análise ser supérflua”. Reconhecer essa dimensão é, em última instância, reafirmar que todo exercício historiográfico é também um ato político – e que trazer à tona as vozes silenciadas é parte essencial dessa tarefa.

Fontes

BARACAT JR., José C.; BARBIERI, Pedro; ANTUNES, Leonardo; BRUNHARA, Rafael. **Hinos antigos: Homéricos, Calímaco, Órficos, Proclo**. Edição bilíngue. 1. ed. São Paulo: Editora Madamu, 2024.

EURÍPIDES. **Ifigênia em Áulide; Ifigênia entre os Táurios**. Tradução de Bruno Gripp. 1. ed. Dois Irmãos, RS: Clube de Literatura Clássica, 2023.

HOMERO. **Hinos Homéricos**. Tradução de Mário da Gama Kury. São Paulo: Editora 34, 2020.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução e prefácio de Carlos Alberto Nunes. 25. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

PAPADIMITRIOU, J. **The Sanctuary of Artemis at Brauron**. Scientific American, v. 208, n. 6, p. 110-122, jun. 1963.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKERT, Walter. **Religião grega arcaica e clássica**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BUXTON, Richard. **O mundo completo da mitologia grega**. São Paulo: Planeta, 2019.

LÉGER, Marie. **Artemis and her cult**. 2015. 444 f. Tese (Doutorado em Classics, Ancient History and Archaeology) – University of Birmingham, Birmingham, 2015.

LORAUX, Nicole. **Tragic Ways of Killing a Woman**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

POMEROY, Sarah B. **Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity**. Nova York: Schocken Books, 2011.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. São Paulo: Hedra, 2016.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

VERNANT, Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VOLKER, Elisabeth. **Pítia: a sacerdotisa de Delfos e sua função oracular**. São Paulo: Humanitas, 2007.

Submetido em: 30 jun. 2025

Aceito em: 22 ago. 2025

Prolegômenos aos Usos Sintéticos do Passado no Contexto das Inteligências Artificiais*Prolegomena to the Synthetic Uses of the Past in the Context of Artificial Intelligences*Miguel Barboza Castro,¹ UFRGS**Resumo**

Este texto, de natureza ensaística, propõe reflexões sobre o uso de inteligências artificiais (IA) e suas intersecções com formas públicas de uso, circulação e recepção do conhecimento histórico em ambientes digitais. O artigo concentra-se na apresentação de elementos preliminares a um debate incipiente ao qual se pretende contribuir, especialmente no contexto brasileiro. Consideram-se, nesse processo, algumas questões epistemológicas acerca dos modos pelos quais a IA incide sobre a História, as repercussões nas formas públicas de relacionamento com o passado, bem como os sentidos da mobilização do passado por meio da lógica algorítmica. Diante disso, articula-se um conceito ainda em desenvolvimento – o de uso sintético do passado – que busca atuar como um operador analítico para auxiliar a compreensão de dinâmicas que se impõem à História enquanto campo disciplinar e prática social.

Palavras-Chave: Inteligência artificial; História; Uso sintético do passado; Públicas.

Abstract

This essay, of a preliminary nature, proposes reflections on the use of artificial intelligences (AI) and their intersections with public forms of use, circulation, and reception of historical knowledge in digital environments. The article focuses on presenting preliminary elements of a incipient debate to which it seeks to contribute, particularly within the brazilian context. In this process, it considers some epistemological questions regarding the ways in which AI affects the field of History, the repercussions for public relationships with the past, as well as the meanings of the mobilization of the past through algorithmic logic. In light of this, the text articulates a concept still under development — that of the synthetic use of history — which aims to function as an analytical operator to support the understanding of dynamics that are reshaping History as both a disciplinary field and a social practice.

Keywords: Artificial intelligence; History; Synthetic use of the past; Publics.

Introdução

De modo inicial, parece prudente advertir o leitor que sem pretensão alguma de formular diagnósticos conclusivos, face aos desafios inerentes a um tema metamorfo e atualista (Araújo; Pereira, 2019),² este artigo³ visa contribuir, através de considerações

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), na linha de pesquisa de Teorias da História e Historiografia. Professor de História. Pesquisador no campo da história pública digital e das inteligências artificiais.

² “Chamamos de atualismo essa historicidade hegemônica, em que o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado” (Pereira, 2020, p. 3).

³ Este artigo foi desenvolvido no âmbito da tese de doutorado, em andamento, sob orientação do professor Dr. Fernando Nicolazzi, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. O texto resulta de reflexões

preliminares, com as incipientes discussões acerca dos usos de IA e seus impactos no campo da História.⁴ Além disso, cabe afirmar que este texto se alicerçou conscientemente em um terreno instável que, pela natureza *up-to-date* de seu objeto de análise, pode torná-lo movediço e capaz de converter afirmações contundentes em considerações inexoravelmente condenadas à imersão por obsolescência.

A partir da década de 1950 termos como “sistemas inteligentes”, “máquinas pensantes” e “inteligência artificial” já começavam a ser utilizados, na gênese dos trabalhos sobre modelos algorítmicos (Turing, 1950). Contudo, é em 2022 que se nota início da disseminação pervasiva da IA sob a opinião pública de maneira mais concreta, conforme o que se observa no Gráfico 1 que ilustra as buscas pelo termo “inteligência artificial” feitas no Google por usuários brasileiros (de 2004 a 2025). Tal evidência relaciona-se com o lançamento do *ChatGPT 3.5* pela grande corporação de tecnologia chamada *OpenAI*. Poucos meses após o lançamento, o modelo de IA já possuía cerca de 100 milhões de usuários ao redor do mundo⁵, atraídos por recursos de interação com linguagem natural e diálogos personalizados, resolução de problemas, geração de conteúdo. Transcorrido o momento inicial de lançamento, observou-se um evidente interesse público, midiático e mercadológico, dessa vez não limitado à mera curiosidade, mas voltado à experimentação das capacidades técnicas das ferramentas para uso profissional, acadêmico ou meramente diletante. Signos do regime

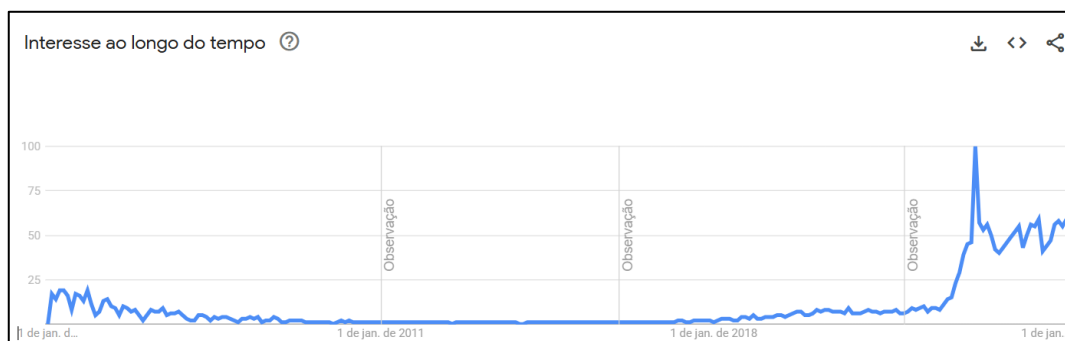
elaboradas durante a disciplina de Teoria e Metodologia da História II, ministrada pelo professor Dr. Arthur Ávila.

⁴ A IA será conceitualmente compreendida neste artigo a partir das considerações feitas por Kate Crawford (2021) no “*The Atlas of AI: Power, Politics, and Planetary Costs of Artificial Intelligence*”. Na obra a autora menciona que “[...] *AI is neither artificial nor intelligent. Rather, artificial intelligence is both embodied and material, made from natural resources, fuel, human labor, infrastructures, logistics, histories, and classifications. AI systems are not autonomous, rational, or able to discern anything without extensive, computationally intensive training with large datasets or predefined rules and rewards. In fact, artificial intelligence as we know it depends entirely on a much wider set of political and social structures. [...] In this sense, artificial intelligence is a registry of power.* (2021, p. 16). Em uma tradução livre à língua portuguesa diz que “[...] a IA não é nem artificial, nem inteligente. Pelo contrário, a inteligência artificial é tanto incorporada quanto material, feita de recursos naturais, combustível, trabalho humano, infraestruturas, logística, histórias e classificações. Os sistemas de IA não são autônomos, racionais ou capazes de discernir qualquer coisa sem um treinamento extensivo e computacionalmente intensivo com grandes conjuntos de dados, ou com regras e recompensas predefinidas. De fato, a inteligência artificial como a conhecemos depende inteiramente de um conjunto muito mais amplo de estruturas políticas e sociais. [...] Nesse sentido, a inteligência artificial é um registro de poder.” (2021, p. 16, tradução livre). Tal consideração coaduna-se, inclusive, com as considerações relevantes feitas no cenário brasileiro pelo neurocientista Miguel Nicolelis (2020) quando menciona que “Embora o movimento da inteligência artificial tenha, até agora, falhado na eterna tentativa de produzir algo como inteligência super-humana, a retórica de marketing – muitas vezes exagerada ou até enganosa – usada por boa parte dos seus adeptos tem gerado problemas em outra dimensão: a habilidade de distinguir o que constitui um avanço científico genuíno e crível versus uma simples peça de propaganda que promove e vende certo produto”.

⁵ Conforme a matéria na *Reuters* intitulada “*ChatGPT sets record for fastest-growing user base - analyst note*”, de Kristal Hu. Disponível em: <<https://www.reuters.com/technology/chatgpt-sets-record-fastest-growing-user-base-analyst-note-2023-02-01/>>. Acesso em: 20/06/2025.

de historicidade, que expressam uma experiência de tempo de caráter atualista, em um curto período, de 2022 até 2025, inúmeros modelos de IA já foram disponibilizados ao público, de corporações diferentes, com versões e especificações técnicas tão díspares entre si que, possivelmente, tornam hoje a experiência de uso das primeiras versões algo prematuramente ultrapassado.

Gráfico 1 – Análise de dados do *Google Trends*.



Legenda: Gráfico gerado com base em buscas no *Google* por “inteligência artificial”, de 2004 a 2025.

O expressivo aumento no interesse da opinião pública pelos modelos de IA, conforme observado no Gráfico 1, suscitou no debate público e acadêmico uma série de questionamentos que abrangem preocupações de natureza ética, política, econômica, ambiental, jurídica – perceptível a partir das produções acadêmicas surgidas neste contexto.⁶ Muito dos debates existentes não indicam sinais de esgotamento, mais do que isso, sinalizam capacidades de desdobramento de sua presença no debate público por conta de elementos ainda irresolúveis – seja pela capacidade das grandes corporações de tecnologia [*big techs*] atualizarem continuamente esses modelos ou por conta da escassez de estudos acadêmicos consolidados e da incapacidade de acompanhar o ritmo de inovação.⁷

Ao observar obras de maior repercussão, torna-se possível identificar, no debate acadêmico atual sobre a IA, temas de preocupação recorrente, como: vieses algorítmicos, transparência de códigos-fonte, crítica à “infocracia”,⁸ política de privacidade de dados,

⁶ Conforme as discussões feitas por Shoshana Zuboff (2019), Wendy Chun (2021), Sofiya Noble (2018), Tarcízio Silva (2022), Mark Coeckelbergh (2023), Mark Marino (2020), Kate Crawford (2021), Russell e Norvig (2020), entre outros pesquisadores.

⁷ As questões que permanecem sem respostas conclusivas são, evidentemente, muitas e variam dentro de categorias técnicas, éticas, filosóficas, ecológicas. Não é objetivo deste artigo discorrer acerca delas, mas, para título de exemplificação, destaca-se as discussões sobre a capacidade de modelos de IA atingirem a chamada AGI [*artificial general intelligence*] – um estágio hipotético em que a inteligência de uma máquina igualaria ou até mesmo superaria a capacidade humana. Cabe mencionar também as questões ontológicas que analisam a IA no contexto do transhumanismo e do pós-humanismo, por exemplo.

⁸ Neste tópico cabe a referência ao trabalho do filósofo sul-coreano Byung Chul Han, destacadamente a partir de sua crítica ao regime infocrático que considera as relações humano-máquina percebendo as capacidades de vigilância, controle e de intervenção nas atividades humanas (Han, 2022).

assertividade, custo energético e sustentabilidade, escrita algorítmica e autoria, distorção da realidade por *deepfake* e questões inerentemente sociais relativas à interação ser humano-máquina.

Mas, mais do que isso, indo ao encontro de questões mais caras às considerações que se pretende aqui discutir, diante dos debates em andamento e anteriormente explicitados, percebe-se a abertura à inúmeras questões de cunho epistemológico que convidam a pensar nas dimensões de produção e recepção de conteúdo histórico em ambiente digital tendo por base recursos técnicos de IA – como, por exemplo o aprendizado de máquina, *deep learning* e o processamento de linguagem natural.

A chamada “comunidade de práticas” das Humanidades Digitais, ao se estruturar em torno da experimentação, colaboração e circulação interdisciplinar de saberes, colabora com o debate epistemológico sobre IA quando escrutina recursos técnicos entendendo-os para além de sua função computacional.⁹ A atenção dada à dimensão sociotécnica é fundamental para dimensionar a IA, sobretudo, parece ser fundamental para entender sua agência no campo político, cultural e disciplinar. Ao se observar o campo da História, as produções que se dedicam a refletir sobre IA ainda estão em nível emergente, embora nos últimos anos tenha havido um crescente interesse de pesquisadores pelo estudo sobre o ambiente digital em suas relações com a produção de conhecimento histórico.¹⁰

As produções relacionadas ao campo de Teoria da História e Historiografia também têm emergido, contribuindo para o entendimento da forma que a IA incide no processo de sua inscrição da História,¹¹ nas suas funções historiográficas, propondo a formulação de uma ética para a produção histórica feita por IA,¹² considerando inclusive a imaginação de um futuro da história a partir da abertura perspectivas “mais-que-humanas” (Bonaldo; Pereira, 2023, p. 118).¹³

⁹ Vale destacar as importantes contribuições oferecidas pelo *critical code studies* (Marino, 2020) e o trabalho de Wendy Chun (2021) em “*Discriminating Data: correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition*”, Sofiya Noble (2018) em “*Algorithms of Oppression*” e, no Brasil, por Tarcízio Silva (2022) em “*Racismo Algorítmico*”.

¹⁰ Aqui há o destaque ao trabalho da pesquisadora Anita Lucchesi, com ênfase em sua tese de doutoramento intitulada “*For a New Hermeneutics of Practice in Digital Public History: tinkering with memorecord.uni.lu*” (2020). A pesquisadora é a principal referência nos estudos sobre história pública digital no Brasil.

¹¹ No artigo “*Artificial history? Inquiring ChatGPT on historiography*”, André Leme Lopes (2023) busca pensar as capacidades historiográficas do ChatGPT e seu potencial de agir como um recurso de auxílio aos historiadores.

¹² Marnie Hughes-Warrington atualmente vêm se destacado em produções a respeito da filosofia da História e suas relações com as inteligências artificiais, principalmente preocupando-se com a dimensão ética desse entrecruzamento, como contido no artigo intitulado “*Toward the recognition of artificial history makers*” (2022).

¹³ Aqui também remeto-me às discussões presentes em “*More-than-human history: Philosophy of history at the time of the anthropocene*” (Tamm; Simon, 2020, p. 198-215).

Dos usos sintéticos do passado: dimensões epistemológicas

A chamada “IA generativa” é um instigante recurso a ser analisado por historiadores principalmente no que diz respeito às modalidades públicas de relacionamento com o passado.¹⁴ Trata-se, grosso modo, de um recurso que permite ao usuário gerar textos e conteúdos audiovisuais a partir da arquitetura de aprendizado de máquina que, por meio de combinação de técnicas, como as redes neurais e modelos probabilísticos, identifica padrões e gera resultados com base no *prompt* fornecido pelo usuário. Com isso, usuários podem solicitar que a IA gere um determinado cenário histórico, recrie personagens históricos, produza textos e construa narrativas que visam “emular o passado” através de personalizações e produzir uma espécie de história “sintética”.¹⁵

Assim sendo, considerando a premissa de que não há passado que não seja passível de uso, como classificar e entender os usos do passado feitos por usuários por meio de técnicas de IA?¹⁶ Essa modalidade de uso não parece estar na mesma condição de usos do passado convencionais, devido principalmente à abundância de dados,¹⁷ aceleração da capacidade técnica de recursos de IA, opacidade da autoria, a capacidade de verossimilhança com a realidade, entre outros elementos. A hipótese ventilada neste ensaio é de que esse uso deva ser analisado a partir de uma nova conceitualização, chamada de uso sintético do passado. Diante de propriedades tão pouco ordinárias de produção e consumo, compreende-se a necessidade de um quadro categórico capaz de dar conta de contingências e das especificidades do objeto de análise nesta conjuntura. Em linhas gerais o uso sintético do passado é um operador conceitual-analítico, ainda em desenvolvimento, que pode ser empregado para se referir a um conjunto de mobilizações do passado – criados, consumidos e propagados com as mais distintas finalidades – realizadas a partir da lógica e do ritmo algorítmico.

Os modelos de IA não podem ser percebidos apenas como sistemas estatísticos, isso pois também é são objetos culturais e simbólicos, e talvez seja sua dimensão tecnopolítica aquela que mais permita desdobrar reflexões epistemológicas e compreender as implicações

¹⁴ A “IA generativa” pode ser compreendida como um recurso de IA baseado em modelos de *machine learning* que são capazes de produzir conjuntos de dados novos a partir de padrões aprendidos em treinamento (Feuerriegel et al., 2024). Ou seja, são modelos capazes de criar textos, imagens e sons (*outputs*) que anteriormente não existiam nos conjuntos de dados de entrada (*inputs*).

¹⁵ “Sintético”, neste caso, indica um termo em oposição àquilo que é orgânico.

¹⁶ Conforme analisado no livro organizado por François Hartog e Jacques Revel (2001) intitulado “*Les usages politiques du passé*”.

¹⁷ Tendo em vista as considerações sobre escassez e abundância de fontes digitais apontadas por Roy Rosenzweig em “*Clio Wired*” (2011).

aos usos do passado, a desinformação e negacionismo histórico. É nessa dimensão que reside a consideração de sua natureza ética, social, política e cultural. São inúmeras as produções no campo das humanidades digitais a respeito dos chamados “vieses algorítmicos” e da capacidade desses modelos codificarem concepções discriminatórias a partir do treinamento de dados que recebem.

Para ilustrar alguns casos de usos sintéticos do passado é válido observar o exemplo da plataforma social chinesa *Tiktok*. Popular principalmente entre o público jovem, o aplicativo permite ao usuário criar, compartilhar e assistir vídeos curtos sobre temas de seu interesse. A partir de um algoritmo de recomendação, a plataforma hiperpersonaliza a experiência do usuário em rede ao exibir na página inicial conteúdos relacionados com aqueles que o usuário demonstrou interesse.

De certo modo, o ambiente digital que durante duas décadas vivenciou um contexto colaborativo e aberto, vive recentemente um espaço de encurtamento de suas capacidades coletivas e de individualização do consumo de conteúdo e de práticas sociais. Se a chamada *web 2.0* permitiu no início dos anos 2000 o surgimento e desenvolvimento da Wikipedia (Castro, 2021), o maior projeto *open source* e colaborativo da internet, hoje o cenário parece bem distinto. Pode-se dizer algo parecido a respeito da formação de projetos de história pública digital que conseguiram, na fase anterior da *web*, desenvolver iniciativas importantes que articulavam a participação ativa entre grandes públicos e historiadores e convidavam a um compartilhamento da autoridade entre públicos não especializados e historiadores (Frisch, 2016). A partir da nova fase da *web* as considerações anteriores já não se sustentam totalmente e a colaboração parece não mais ditar a forma de produção e consumo de conteúdo, restando no seu lugar bolhas digitais hiperpersonalizadas guiadas por algoritmos de recomendação (Pariser, 2014). Isso, certamente, é responsável por uma experiência de uso antagônica aos padrões de “cosmopolitismo conectado” (Castells, 2003), “inteligência coletiva” e alteridade no ciberespaço (Levy, 2015) – conceitualizações célebres utilizadas para se referir a fenômenos da internet do final dos anos 1990 e as primeiras décadas dos anos 2000. No contexto em que se manifesta o denominado uso sintético do passado, observa-se um duplo movimento: por um lado, a intensificação de processos de hiperindividualização de sujeitos-usuários e, por outro, a indução de dinâmicas de dependência dopaminérgica (o que atribui ao termo “sintético” uma dimensão suplementar). Simultaneamente, a mobilização do passado é reconfigurada em chave *on-demand*, articulada a uma lógica algorítmica orientada não apenas para a maximização do engajamento, mas igualmente para a extração de dados

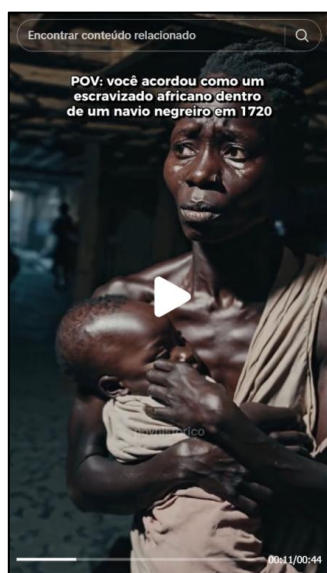
pessoais e sua subsequente mercantilização, fenômeno este que se inscreve no quadro teórico do “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2018).

Dos usos sintéticos do passado: dimensões e implicações práticas

Um exemplo de aplicação prática do uso sintético do passado se dá através de conteúdos chamados de “P.O.V” (sigla em inglês que significa “ponto de vista”). A ideia é que o espectador emule determinada experiência a partir de um vídeo em primeira pessoa. Em buscas por “pov história” no *Tiktok* é possível ter contato com grande variedade de perfis que elaboram, com uso de IA generativa, vídeos que ilustram o que são os usos sintéticos do passado. Precisamente, são vídeos que mobilizam o passado de forma a reimaginá-lo sob a perspectiva de quem assiste. Mais uma vez, a ênfase está na experiência individual ou, se preferir, na experiência dual entre usuário e algoritmo (o orgânico e o sintético).

A IA, a partir dos *prompts* informados pelo usuário, é responsável por gerar vídeos em primeira pessoa que, por exemplo, emulam artificialmente a experiência de um escravizado no Brasil durante o século XVIII (Figura 1) ou a experiência de despertar durante o período ditatorial no Brasil (Figura 2).

Figura 1 – Conteúdo sobre escravidão no *Tiktok*.



Fonte: *Tiktok* (2025).

Legenda: A experiência de um escravizado no Brasil, gerado por IA. @povhistorico.

Esses vídeos são compostos por cenas que buscam aproximar o vivido (experiência) do representado (simulado) ao exibir episódios de perseguição, violência e sofrimento. Trata-

se, sem dúvidas, da mobilização de um passado sensível com propósitos de engajamento algorítmico e entretenimento com bases na espetacularização do trauma.¹⁸

No mesmo *feed* em que o usuário interage com os conteúdos descritos acima, um *scroll up* é suficiente para visualizar *memes* sobre gatos ou descobrir a coreografia popular do momento. Assim, há contribuições patentes a um processo de dessensibilização de eventos traumáticos que ressaltam problemáticas éticas que atualmente os debates sobre a IA encaram em diferentes frentes (Coeckelbergh, 2023). Além disso, tal qual a proposta de uma máquina do tempo, o formato “P.O.V” propõe um deslocamento temporal do espectador,¹⁹ na medida em que o sujeito é levado a se imaginar experienciando um evento-limite de forma imediata em um uso sintético do passado que leva em consideração a identificação subjetiva da história. O mesmo ocorre com iniciativas como o *DeepStory* e *DeepNostalgia* do *MyHeritage*, que são responsáveis por propor a seus clientes a experiência de “dar vida ao passado” (McAvoy; Kidd, 2024) através de um uso sintético de fotografias de antepassados que promovem uma experiência remediada com o tempo passado e, mais do que isso, propõem uma espécie de “imortalidade digital” (Bassett, 2022).

Figura 2 – Conteúdo sobre ditadura no Brasil, no *Tiktok*



Fonte: *Tiktok*

Legenda: Vídeo sobre período ditatorial no Brasil, gerado por IA. @viajandopelotempo.

A depender do *prompt* feito à IA, ela é capaz de gerar conteúdos personalizados, isso significa que, ao mobilizar o passado sob a forma de uso sintético, a IA também produz uma espécie de “história sob demanda”, em que conteúdos de história estão sempre à disposição

¹⁸ Que, por conseguinte, colabora para a “dessensibilização do trauma”, conforme Seligmann-Silva (2003).

¹⁹ Podendo ser encarado como um modo de prolongamento do espaço de experiência (Koselleck, 2015).

daqueles que a solicitam, da forma que solicitam. Há nesse aspecto uma espécie de “plasticidade técnica” que permite a utilização de recursos que recriam ambientes e sons com grande riqueza de detalhes – em muitos casos impossibilitando a distinção do que é real daquilo que é artificial.

Percebe-se que as imagens 1 e 2 aludem a uma contradição em termos, uma espécie de “falsificação realista”, ou seja, um produto de IA praticamente indistinguível da realidade (ver Figura 3). Chamado de *deepfake*, esses produtos sintéticos apontam para graves questões epistemológicas, como nas implicações à integridade das fontes e da ampliação da capacidade de falseamento do passado com altos impactos nas formas que os públicos se relacionam com a história.

Figura 3 – Geração artificial de rostos humanos.



Fonte: *This Person Does Not Exist* (website)

Legenda: Imagem criada através do website *This Person Does Not Exist*, que utiliza IA generativa para criar rostos humanos de pessoas que jamais existiram.

Torna-se inevitável pensar nas implicações ao paradigma indiciário (Ginzburg, 1999) e em como fazer crítica à evidência quando a fonte tem sua verificabilidade reduzida. Então, o método de observação histórica tendo em vista “indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair na sua estrada” (Bloch, 2002, p. 77) passa a ser tarefa ainda mais necessária e desafiadora visto o risco imposto à percepção em fontes geradas por I.A.,²⁰ e a possibilidade de instrumentalização sob forma de “abuso da história” (Baets, 2013). Assim, “ver” não é mais um condicionante para “crer”. Nesse contexto, como crer em história no contexto das IA?²¹ Ou ainda, qual é a condição da história na era da sua reprodutibilidade *artificial*?²²

²⁰ Marc Bloch continua afirmando que “[...] eles [indícios] afastam de nossos estudos um perigo mais mortal do que a ignorância ou a inexatidão: o de uma irremediável esclerose. Sem seu socorro, com efeito, não veríamos inevitavelmente o historiador, a cada vez que se debruça sobre gerações” (Bloch, 2002, p. 77).

²¹ Faço menção aqui às reflexões de Hartog (2017) em “Crer em história”.

Certamente são questões que extrapolam as pretensões deste ensaio, mas que certamente exprimem alguns desafios teóricos pelo horizonte.

Outra questão que pode ser refletida é a afirmação de que esse tipo de recurso de IA (*deepfake*) produziria um novo paradigma às discussões sobre negacionismo histórico. Parece precoce trazer conclusões, mas mesmo diante do grande avanço tecnológico promovido pelas *big techs* envolvidas com IA e da capacidade técnica de fabricação de uma “falsificação veríssimoil” (um produto artificial indistinguível da realidade), o fato de ter sido gerado por algoritmos não parece produzir um novo paradigma que distinga esse tipo de falseamento da história dos convencionais métodos de falseamento e desinformação. Entretanto, da mesma forma que os usos do passado, devem ser considerados alguns elementos novos trazidos pela IA como o uso de *big data*, a opacidade da autoria e a capacidade aumentada de simular e, por conseguinte, confundir a realidade. O que deve ser sopesado também é a maneira que esses usos sintéticos do passado são convertidos em falseamentos ou negações que são exploradas por distintos grupos na *web*, além da alta capacidade de disseminação desse conteúdo on-line.

Em muitas plataformas digitais de características hiperpersonalizadas, efêmeras e opacas,²³ as políticas de moderação de conteúdo, que garantiam regulação e supervisionamento do conteúdo compartilhado, cada vez mais perdem força. De modo semelhante estão as políticas de checagem de fatos. Tais questões se relacionam umbilicalmente com a ascensão da extrema-direita e o alinhamento das *big techs* a ela. Com tudo isso, os objetivos da história pública digital¹⁷ em torno de uma ação ativa e engajada com públicos na internet parecem frontalmente atacados. Nesse cenário de uma *web* individualizada, permeada por usos indiscriminados e pouco regulados de modelos de IA, não parece se estar diante de um ambiente em que a autoridade do historiador seja uma credencial suficiente, pelo contrário, as credenciais parecem não mais serem necessárias e não há indícios de nenhum ponto de checagem. Nesses ambientes digitais, a mediação das experiências históricas se dá pelo ritmo algorítmico, operando sem a necessidade de processos de curadoria de historiadores, a história se torna um ativo *on-demand*, como qualquer outro,

²² Aqui dialoga-se com Walter Benjamin (2018) quando pensou acerca da obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Entretanto, deve-se avaliar a própria admissibilidade dessa hipótese para o campo da História.

²³ Hiperpersonalizadas porque sua arquitetura é elaborada de modo a entregar ao usuário uma experiência baseada em algoritmos de recomendação. Efêmeros dado ao componente de impermanência de muito desses conteúdos gerados por IA que, se não forem salvos na nuvem, podem ser perdidos. E opacos na medida da falta de transparência a respeito do funcionamento de muitos modelos de IA que, por exemplo, não revelam o processo de treinamento do algoritmo nem os materiais que consulta como fonte.

acionado quando necessário, da maneira que se quer. Tal dinâmica não apenas converte a história em recurso mercantil passível de extração de valor – gerando renda às grandes corporações de tecnologia – como também contribui para o enfraquecimento da ordem democrática em todo mundo, ao concentrar poder informacional em estruturas que, de forma bastante controversa, são chamadas de “tecnofeudais” (Varoufakis, 2024). Por esta razão é necessário evidenciar a urgência de debates mais amplos sobre este tema no campo da História e a necessidade de atuação ainda mais ativa de historiadores no ambiente digital, apesar das contingências sociotécnicas adversas; nesta quadra do século este parece ser um dos trabalhos importantes a se realizar, como parte do compromisso social do historiador.

Considerações finais

Por fim, à nível de consideração final, ao longo deste ensaio buscou-se elaborar uma série de considerações a respeito das implicações dos usos de IA no campo da História e no trabalho de historiadores. Buscou-se inicialmente introduzir a discussão a respeito dos sistemas algorítmicos, considerando sua relevância e os principais temas de debate atualmente. Após isso, foram evidenciados os aspectos técnicos da chamada “IA generativa” e sua capacidade de desenvolver simulações de experiências com o tempo passado. O operador conceitual-analítico chamado de uso sintético do passado foi empregado neste contexto, buscou-se dar destaque a um termo ainda em elaboração e que busca examinar apropriadamente o que de fato é a mobilização do passado a partir da lógica algorítmica.

A forma que o uso sintético do passado altera modalidades públicas de relacionamento com o conhecimento histórico também foi objeto de preocupação, face ao encurtamento de práticas socialmente compartilhadas em ambiente digital, considerando seus efeitos diretos na ação historiadores públicos digitais. O falseamento e o tema do negacionismo também foi destacado, considerando a capacidade recursiva de modelos de IA reproduzirem representações que tensionam decisivamente as fronteiras entre o real e o sintético. Com isso, percebe-se a abertura a possibilidades de reflexões sobre como a disciplina responderá às demandas do tempo presente e de que modos os historiadores atuarão em espaços que podem se tornar cada vez menos receptivos à sua intervenção.

Conforme mencionado inicialmente no texto, este ensaio não se propôs a trazer conclusões a respeito dos desdobramentos dos usos de IA para o campo da História. Tratou-se de um preâmbulo de discussões densas e que podem ser incrementadas coma existência de um maior número de pesquisas acadêmicas a respeito. De todo modo, este texto se propôs a

encarar os desafios de um objeto “em atualização” e analisá-lo sobre uma perspectiva criticamente orientada, considerando sua natureza tecnopolítica e seus desdobramentos nos modos que o passado é comunicado em contextos cada vez mais mediados por tecnologias avançadas.

Fontes

GOOGLE TRENDS. **Uso do termo “inteligência artificial” no Brasil entre 2004 e 2025.** Disponível em: www.google.com/trends. Acesso em: 20/06/2025.

@povhistorico. **A triste realidade de um navio negreiro vindo da África no século XVIII.** Tiktok. Disponível em: www.tiktok.com/@povhistorico/video/7470591133752626438?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7532088047976220166 . Acesso em: 20/06/2025.

@viajandopelotempo. **POV: você é um guerrilheiro na ditadura militar no Brasil em 1964.** Disponível em: www.tiktok.com/@viajandopelotempo/video/7473275832073571589?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7532088047976220166. Acesso em: 20/06/2025.

THIS PERSON DOES NOT EXIST. [S. l.]: [s. n.], [2025]. Disponível em: <https://thispersondoesnotexist.com/>. Acesso em: 20/06/2025.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI.** Vitória: Milfontes, 2019.

BAETS, Antoon de. Uma teoria do abuso da história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.

BASSETT, Debra. **The creation and inheritance of digital afterlives: you only live twice.** Cham: Palgrave Macmillan, 2022.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica.** Porto Alegre: L&PM, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BONALDO, Rodrigo; PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Potential history: reading artificial intelligence from indigenous knowledges. **History and Theory**, 62:3-29, 2023.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Miguel Barboza. **Wikipedia e usos da história: a edição de uma história pública digital por historiadores e multidões.** 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CHUN, Wendy Hui Kyong. **Discriminating data: correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition.** Cambridge: MIT Press, 2021.

COECKELBERGH, Mark. **Ética na inteligência artificial.** São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CRAWFORD, Kate. **The Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence**. New Haven: Yale University Press, 2021.

FEUERRIEGEL, Stefan; HARTMANN, Jochen; JANIESCH, Christian; ZSCHECH, Patrick. Generative AI. **Bus Inf Syst Eng** 66, 111-126, 2024.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de a shared authority à cozinha digital. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HARTOG, François. A ascensão das dúvidas. In: HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (orgs.). **Les usages politiques du passé**. Paris: Édition de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. Toward the recognition of artificial history makers. **History and Theory**, [S.L.], v. 61, n. 4, p. 107-118, 20 nov. 2022.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LOPES, André Leme. Artificial history? Inquiring ChatGPT on historiography. **Rethinking History**, 27(4), 709–749, 2023.

LUCCHESI, Anita. **For a New Hermeneutics of Practice in Digital Public History: tinkering with memorecord.uni.lu**. 2020. 311 f. Tese (Doutorado) - Digital History, University Of Luxembourg, Esch-Sur-Alzette, 2020.

MCAVOY, Eva; KIDD, Jenny. Synthetic Heritage: Online platforms, deceptive genealogy and the ethics of algorithmically generated memory. **Memory, Mind & Media**, v. 3, e12, p. 1-18, 2024.

MARINO, Mark. **Critical code studies**. Cambridge: MIT Press, 2020.

NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos**. São Paulo: Editora Crítica, 2020.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. Nova York: New York University Press, 2018.

NOIRET, Serge. História pública digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015.

PARISER, Eli. **The filter bubble: how the new personalized web is changing what we read and how we think**. New York: Penguin Books, 2014.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de. Atualismo: Pandemia e historicidades no interminável 2020. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e39802, 2021.

ROSENZWEIG, Roy. Scarcity or abundance? In: ROSENZWEIG, Roy. **Clio wired**: the future of the past in the digital age. New York: Columbia University Press, 2011.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Artificial Intelligence**: A Modern Approach. New Jersey: Pearson, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Tarzício. **Racismo Algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

TAMM, Marek; SIMON, Zoltán Boldizsár. More-Than-Human History: philosophy of history at the time of the anthropocene. In: KUUKKANEN, Jouni-Matti (ed.). **Philosophy of History**: twenty-first-century perspectives. London: Bloomsbury Academic, 2020. p. 198-215.

TURING, Alan. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950.

VAROUFAKIS, Yannis. **Technofeudalism**: what killed capitalism. Brooklyn: Melville House, 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **Age of surveillance capitalism**: the fight for human future at the new frontier of power. New York: Public Affairs, 2019.

Submetido em: 30 jun. 2025

Aceito em: 09 set. 2025

Compreensão Histórica e Responsividade Ética: articulações teóricas no cruzamento entre Filosofia Especulativa da História e Filosofia Existencial da História.

Historical Understanding and Ethical Responsiveness: theoretical articulations at the crossroads between Speculative Philosophy of History and Existential Philosophy of History.

Cristian Bianchini de Athayde,¹ UFRGS

Resumo

Neste texto proponho algumas considerações teóricas para pensar a atualidade de debates em torno da Filosofia da História, particularmente no que concerne à Filosofia Especulativa da História e à Filosofia Existencial da História. Por meio de tópicos como temporalidades e tempos históricos, experiência temporal e da história, ética e compreensão histórica, os apontamentos trazidos são mobilizados para indicar reflexões que envolvem modos de compreender e elaborar a realidade e experiências históricas (por meio de confrontos e negociações, identidades e alteridades). Ressalto que essas reflexões não se restringem ao âmbito acadêmico e disciplinar da História, mas sim são alargadas a modos outros de lidar e interpretar a realidade histórica.

Palavras-chave: Filosofia da História; Compreensão Histórica; Ética e História.

Abstract

In this text I propose some theoretical considerations for thinking about the current debates surrounding the Philosophy of History - Speculative Philosophy of History and the Existential Philosophy of History. Through topics such as temporalities and historical times, temporal experience and the experience of history, ethics and historical understanding, the observations made are used to indicate reflections that involve ways of understanding and elaborating reality and historical experiences (through confrontations and negotiations, identities and otherness). I emphasize that these reflections are not restricted to the academic and disciplinary field of History, but are extended to other ways of dealing with and interpreting historical reality.

Keywords: Philosophy of History; Historical Understanding; Ethics and History.

Introdução

Em texto recente, Ethan Kleinberg (2023) alerta para um problema existencial de primeira grandeza no qual historiadores/as, teóricos/as da história e filósofos/as da história se encontram hoje enredados: aquele imperativo moral da compreensão histórica como base para uma ideia de história enquanto justificativa, guia, propósito, finalidade, justiça e/ou redenção já não possui o apelo, estabilidade e força que antes possuía. Nos escombros de certezas perdidas, diante dos desafios, crises, incertezas e eventos críticos do século passado e deste, as

¹ Doutorando em História (UFRGS), Linha de Pesquisa de Teorias da História e Historiografias. Mestre em História (UFRGS) com apoio do CNPq através da Chamada CNPq n. 07/2022. E-mails para contato: cristian.athayde@ufrgs.br; crisbianchini.97@gmail.com.

crenças disciplinares na história e em sua função social de explicação, representação e ensinamento ou alerta esbarram seja em limites internos à própria disciplina, seja na insuficiência de epistemologias e teorias tradicionais em dar conta de uma variedade de demandas contemporâneas. Essas, relativas, por exemplo, a sujeitos historicamente subalternizados e modos “outros” de compreender, perspectivar, criar e narrar histórias (raça, gênero, sexualidade, cosmovisões originárias, etc), alteridades-que-não-humanas, uma realidade climática crítica Antropocena, disputas geopolíticas e econômicas junto a reativações de nacionalismos, reivindicações por justiça, dentre outros pontos, tornam urgente a reflexão sobre como conviver incessantemente com o *problema da história* (Oliveira, 2024; Ávila, 2024; Simon, 2022).

Dito isso, e buscando enfrentar esse problema existencial colocado por Kleinberg, como podemos repensar e levantar tópicos pertinentes não apenas à disciplina histórica, como também, e fundamentalmente, à pertinência existencial, ética e sociopolítica de compreender, mobilizar e configurar tempos e histórias que nos cercam e nos constituem?

A inserção temática do conjunto de discussões deste texto no âmbito de investigação teórica da história respeita uma dupla articulação na sua base. Por um lado, enfatiza o olhar às condições de possibilidade, inteligibilidade e representação da experiência da história, sendo as temporalidades um elemento central (Koselleck, 2014, p. 97). Por outro lado, busca encaminhar essas reflexões teóricas e levantar tópicos pertinentes em função de considerações existenciais, éticas e políticas caras ao campo da Filosofia da História, particularmente ao da Filosofia Especulativa da História e à chamada Filosofia Existencial da História (Fillion, 2021; Lemon, 2003; Langueux, 2021; Gilbert, Elgabsi, 2021, 2023).

Filosofia Especulativa da História, Tempo e Experiência: pertinências e aberturas reflexivas

Desde a segunda metade do século XX a subárea da Filosofia da História se encontra cindida em dois eixos gerais, correspondentes à “Filosofia Analítica (ou “Crítica”) da História” e à “Filosofia Especulativa (ou “Substantiva”) da História”.² Ambos esses eixos espelham uma duplicidade inscrita nos próprios sentidos da palavra história enquanto *res gestae* (materialidade, facticidade e concretude fenomênica), bem como *historia rerum gestarum* (relativa aos protocolos epistemológicos e disciplinares de investigação,

² O primeiro a estabelecer essa distinção foi W. H. Walsh em *An Introduction to Philosophy of History* (1960), seguido por W. H. Dray em *Philosophy of History* (1964), A. C. Danto em *Analytical Philosophy of History* (1965), e, mais recentemente, A. Tucker propõem uma distinção entre “Filosofia da Historiografia” e “Filosofia da História” em *Our Knowledge of the Past: A Philosophy of Historiography* (2004).

representação e conhecimento) (Gruner, 1972; Fillion, 2021; Armour, 2019; Scholz, 2014).³ Em torno da Filosofia Especulativa da História, a preferência pelo termo “especulativo” ao “substantivo” assinala o ato interpretativo de especulação sobre as condições e características de um fenômeno (história) impossível de ser experimentado em sua integralidade. A preferência pela expressão *história-como-um-todo* ao invés de falar no “todo da história”, distancia-se da assunção de um sentido de totalidade *presumida* da/através da história, bem como se afasta de, por meio da especulação sobre as condições históricas contemporâneas e/ou pretéritas e/ou futuras, assumir um ponto de vista totalizante (fechado ou absoluto). Isso ressalta a valorização do exercício hermenêutico de articulação significativa de presentes, passados e possibilidades futuras por meio de diferentes modos de análise teórica, estética, filosófica e sociopolítica que pensam e elaboram as tensões entre condições/fenômenos/processos/eventos históricos e experiências humanas. O que está em jogo e inscrito nesse movimento é justamente a ampliação da textura/espessura da noção de *atualidade presente* do mundo, envolvendo elementos inatuais e contemporaneidades de não-contemporâneos. Especular a *história-como-um-todo* responde a uma *demanda existencial* de compreensão, mobilização e desdobramentos de sentidos face a ausência de sentido intrínseco da história (Koselleck, 2021, p.79, 2006, 2014; Fillion, 2021, p. 03-06; Gruner, 1972, p. 289; Languex, 2001, p. 02-31).

Indagar e responder a uma demanda existencial e social vincula desde indivíduos privados até grupos coletivos em sua busca por habitar o mundo e conceber a história. São resultantes disso os diversos empreendimentos concretos da ação humana (envolvidos pelas circunstâncias históricas e as possibilitando), atrelando aquele caráter especulativo de indagação à *problematicidade* dos (não)sentidos (negativações, positivações, ausências e contradições) extraídos das vivências e experiências de fenômenos históricos (Patočka, 1999, p. 81-83; Angehrn, 2021; Lemon, 2003, 09-11; Fillion, 2023; Bodei, 2001, p. 13-16).⁴ É

³ Se tradicionalmente *res gestae* é associada ao especulativo (substantivo), ao passo que *historia rerum gestarum* ao analítico (crítico), não há uma separação rígida entre esses dois eixos e o que existe é a coexistência e o inevitável entrelaçamento entre metafísica (ontologia) e epistemologia (Mink, 1987; Munz, 1977; Leite, 2023).

⁴ São exemplos tradicionais associados ao âmbito das Filosofias Especulativas da História trabalhos como (esse levantamento sumário remete à visão tradicional do campo, não interditando novas inserções de autores/as e obras como detendo esse caráter especulativo): Políbio, *Histórias* (c. 220 - 146 a.e.c); Agostinho, *A Cidade de Deus* (426); Giambattista Vico, *Ciência Nova* (1725); Voltaire, *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações* e *Ensaio sobre a moral e os costumes dos povos*, (1756 -1769); Johann Gottfried von Herder, *Ideias sobre a Filosofia da História da Humanidade* (1784-1791); Immanuel Kant, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784); Johann Gottlieb Fichte, *Lições sobre a Vocação do Sábio* (1794) e *Considérations destinées à rectifier les jugements du public sur la révolution française* (1858); Hegel, *Fenomenologia do Espírito* (1807), *Lições sobre a filosofia da história* (1837); Leopoldo Ranke, *O conceito de história universal* (1831); Johann Gustav Droysen, *Grundriss Der Historik* (1858); Karl Marx, *A Ideologia Alemã* (1845 - 1846, texto redigidos que foram compilados posteriormente em 1932), *O Manifesto do Partido*

sintomático que essas reflexões sobre a história apareçam sobretudo em contextos de crise, ou seja, em momentos nos quais os modos de organização, estabilização e compreensão temporal, moral e ética, social, institucional, política e cultural se veem estremecidos (Paul, 2014; Tucker, 2004, p. 17; Lemon, 2003, p. 11).

Na primeira metade do século XX, é o cenário de *crise da modernidade* que afeta os mais variados âmbitos de sociabilidade. Na modernidade as percepções hegemônicas do tempo e da história se encontram atreladas ao processualismo tributário do peso de uma específica determinação (moderna) ontológica, relacionada à modalização cronológica e progressista de passados-presentes-futuros. Nesse cenário o *moderno conceito de História*, singular-coletivo e sujeito-objeto, foi o signo das pretensões totalizantes da modernidade como resposta à assimetria e aceleração temporal (Koselleck, 2006, p. 52-55; Hartog, 2019, p. 137-139).

Nesse cenário a imaginação histórica europeia/ocidental, sua crença nos desígnios do tempo e da história e seu sistema institucional-liberal de estados-nacionais entram em crise. Isso se dá, dentre complexas e inúmeras questões, em virtude das consequências dos desdobramentos referentes aos fenômenos do colonialismo, neocolonialismo e lutas por independência (com suas contradições e antagonismos sendo constituintes da própria modernidade, relacionados sobretudo à escravização racial de povos negros), das crises econômicas e das duas guerras mundiais, do nazifascismo, holocausto, stalinismo, campos de concentração e extermínio, ameaça nuclear e domínio desenfreado da técnica (Hobsbawn, 1995, p. 10-107; Asmann, 2013; Arendt, 2016; Todorov, 2017; Anders, 2011; Gilroy, 2001, p. 101-156). À luz dessas e de outras experiências e eventos decisivos, também os fundamentos morais se tornaram obsoletos para pautar a ação ética e política, sendo confrontados pelas contradições oriundas da escala de violência, morticínio e reificação que configuraram uma latência niilista de ausência (vazio) de sentidos. Essa latência corresponde às tensões e contradições que são produtos da dupla face de autoafirmação e carência crônica do humano em relação à compreensão e ação histórica, pois situado em um mundo no qual não existe nenhum sentido intrínseco *a priori* ou além (Nietzsche, 2019, p. 390-392; Volpi, 1999, p. 55-56; Eagleton, 2016, p. 47). Segundo Raymond Williams (2002, p. 29-90) com tais crises e contradições se estabelecem condições para a compreensão da historicidade do fenômeno da

Comunista (junto a Friedrich Engels, 1848), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852); Friedrich Nietzsche, *Fatum e História* (1962) e *II Consideração Intempestiva: Sobre a Utilidade e os Inconvenientes da História para a Vida* (1874); Oswald Spengler, *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal* (1918); Ernst Troeltsch, *O historicismo e seus problemas* (1922); Arnold Toynbee, *Estudo da História* (30 tomos publicados entre 1934 - 1961).

tragédia moderna, e isso pela coordenação de respostas às tensões entre *ordem e acidental*, entre *existência humana e mortalidade/finitude*, bem como entre *atemporalização e temporalização do mal e do sofrimento*, salientando nas vivências e experiências trágicas traços que remetem a aspectos existenciais, socioeconômicos, institucionais e ético-políticos. Isto posto, a realidade de destroços e violações impactou a produção no campo da Filosofia da História.⁵; não obstante, Filosofias Especulativas da História jamais chegaram a perder sua força de indagação.⁶

Dentre as justificações dos porquês de investir esforços no exame de questões em torno de Filosofias Especulativas da História, primeiro há o tensionamento disciplinar (teórico, ontológico, epistemológico, estético-representativo e ético-político) oferecido por esses empreendimentos, somado isso aos interesses pela história por públicos e sujeitos outros que não acadêmicos profissionais - esses que, naturalmente, não detêm o monopólio quanto às reivindicações dos sentidos e verdades históricas (Fillion, 2021, p. 03; Bevernage et al, 2019, p. 417-418). Assim como o fato de que não existe a possibilidade de compreender, interpretar e apelar à história de maneira não problemática em suas articulações temporais, éticas e políticas (Fillion, 2021, p. 03-07, Languex, 2001). É sintomático disso o diagnóstico recente a respeito de temas que norteiam o campo da Filosofia da História nas últimas décadas, enfatizando interlocuções entre ética e história - trauma, justiça, (ab)usos da história e da memória, (im)possibilidades de representações e reparações, funções sociais, negociações com passados/presentes traumáticos, dentre outros (Bevernage et al, 2019, p. 435). Ainda, Lemon (2003, p. 10-13) e Munz, (1977, p. 05-09) destacam que, ao responderem a demandas existenciais e a engajamentos (críticos, céticos, otimistas, pessimistas, etc) na conformação de

⁵ Se é possível observar a predominância de Filosofias Especulativas da História em relação a Filosofias Analíticas da História e à Teorias da História nos anos que antecedem e abarcam o decênio que vai de 1945 a 1955, a partir de então observa-se um declínio e marginalização das especulações filosóficas da história e um crescente aumento e estabelecimento dos campos de Teoria da História e Filosofia Analítica da História (Bevernage et al, 2019, p. 416-418). No que concerne ao âmbito acadêmico e intelectual, em parte isso é devido ao sucesso de obras críticas às Filosofias Modernas da História (sobretudo na vertente marxista e hegeliana), tais como a de Raymond Aron, *Introdução à Filosofia da História* (1948), Karl Lowith, *O Sentido da História* (1949), Karl Popper, *Miséria do Historicismo* (1956).

⁶ A título de exemplo podemos situar os seguintes trabalhos como tentativas de conjugar um duplo aspecto teórico e especulativo de indagação da história e das experiências históricas: Hayden White, *Meta-História* (1973), Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos* (1979), Jean-François Lyotard, *A Condição Pós-Moderna* (1979), Michael Oakeshott, *Sobre a História e Outros Ensaios* (1983), François Hartog, *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo* (2003), Zoltan Simon, *History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century* (2019), Rodrigo Turin, *Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal* (2019). Também, podemos visualizar trabalhos que, assumidamente ou não, envolvem especulações sobre a história a partir de análise associadas a âmbitos diversos como: Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno* (1949), Francis Fukuyama, *O Fim da História* (1989), Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações* (1993), Yuval Noah Harari, *Sapiens* (2011) e *Homo Deus* (2015), dentre outros.

interpretações acerca de fenômenos, atores, processos e eventos históricos, especulações dessa natureza são janelas de comunicação com (não)sentidos que circulam socialmente, contribuindo para a constante e necessária reafirmação da relevância social da reflexão sobre a história.

Para buscar compreender a amplitude de modos desse gesto de *perguntar* pelos (não)sentidos da *história-como-um-todo* e das experiências envolvidas, Gruner (1972, p. 294-300) propõe a decomposição da questão central “a história possui algum sentido?” em três outros questionamentos que são entrelaçados, relativamente independentes entre si e cumprem o objetivo de salientar o pluralismo de possíveis respostas: “a história tem algum(s) *padrão(ões)* e/ou *propósito(s)* e/ou *valor(es)*?”. *Propósito(s)* (ou objetivos, finalidades) está(ão) vinculado(s) à compreensão e determinação significativa de “prés”, “inícios”, “fins” e “pós” relativos à história; *Valor(es)* se refere à mobilização e enunciação de julgamentos (existenciais, éticos e políticos) sobre a história; *Padrão(ões)* por sua vez se refere à consideração das formas, ritmos e gradações espaço-temporais do acontecer fenomênico da história, salientando a possibilidade de múltiplas combinações e coexistências entre si - (des)continuidades, repetições/atualizações, cíclico, linear, espiral, disruptivo. Conforme apontam Megill (2019) e Vasicek (2009), abre-se com isso um importante espaço para a tematização e o dimensionamento de tensões irresolúveis caras à Teoria da História e à Filosofia da História. São elas: determinismo e contingência (necessidade e liberdade); transcendência e imanência; presentes, passados e futuros; geral e particular; dialética e não-dialética; histórico e não-histórico. A *tensão entre ausência e presença* de alguma resposta a qualquer uma dessas questões pontuadas, a relação estabelecida dentro do campo de forças de suas mútuas implicações e os dialogismos que vinculam textos e contextos referenciais, necessariamente conduzem ao ato de pensar sobre a *história-como-um-todo* e à coordenação das histórias possíveis (i.e experiências históricas e experiências da história) atreladas, coexistentes e em confronto (Gruner, 1972).

A importância do estudo de/a partir de considerações oriundas de Filosofias Especulativas da História é então corroborada por uma perspectiva teórica que assume as relações entre história, (não)sentidos e (in)determinações ontológico-existenciais: “a exploração da história como fundamento e estrutura de significado abrange variados círculos, os quais estende-se do entorno imediato ao horizonte abrangente, do entrelaçamento dos acontecimentos às formas de ser e compreender” (Angehrn, 2021, p. 19). Para Leite (2023) o exame da historicidade de fenômenos e experiências históricas envolve o alargamento da reflexão teórica na direção da investigação das *bases metafísicas de modos de pensar*

historicamente - que constituem concepções de tempo e de história. Ou seja, essas bases são constitutivas da configuração verbal de compreensões da história; conseqüentemente, como ressalta Angehrn (2021, p. 19, grifos meus), diferentes *formas de elaboração da linguagem* remetem diferenciadamente a questões ontológico-existenciais, merecendo destaque que as “formas de pensamento são *semanticamente específicas*, afetam setores de nosso vocabulário e (...) *moldam a tendência geral de nossa relação com a realidade*”. Posiciona-se com isso a necessária expansão à consideração de reflexões em torno de especulações filosóficas da história oriundas de obras não acadêmicas, obras de ficção-literária, de ensaístas, em suma, obras que configuram e representam textualmente o mundo e a realidade histórica por vias outras que aquelas que afirmam a preponderância de sistematizações, conceitos e racionalizações (Gruner, 1972, p. 287). Isso encaminha à proposta de Gumbrecht (1998, p. 11, grifos meus) a respeito da tarefa do historiador/a, aqui ampliada ao ramo da especulação filosófica sobre a história: não deveríamos “dispensar o passado, controlando-o em conceitos eficientes, mas somente pôr a nós mesmos e ao nosso presente em confronto com as *imagens mais ricas possíveis da alteridade histórica*”.

Portanto, trata-se também do entendimento dos modos de inscrição, atualização, desdobramento e textualização de contextos pertinentes (biográficos, sociopolíticos, culturais, éticos, epistemológicos, estéticos e literários, temáticos de maneira geral) em textos que são interna e externamente dialogizados. Essa demanda em História Intelectual deve ser entendida como emprestada às demais áreas dos estudos históricos, evidenciando a complexidade de se interpretar textos que à sua maneira respondem, reagem, negociam, confrontam e rearticulam o mundo através de *textualizações* e *narrativizações* de experiências, eventos e fenômenos históricos (LaCapra, 2012, p. 244-247; 2009, p. 13-36).

O termo *textualização* remete à reflexão que LaCapra (2012, p. 244-247) realiza a respeito dos usos discursivos da linguagem em textos de natureza diversa: há um uso “documentarista” que indica o ato de situar o texto de acordo com as dimensões fáticas que podem ser corroboradas pela recorrência ao conhecimento da realidade empírica a que o texto faz alusão; assim como há o uso “work-like” (“ser-obra”) que trata da atividade de composição e manejo da realidade, das experiências dos fenômenos, sendo transformador “porque desconstrói e reconstrói o dado, em um sentido repetindo-o, porém também trazendo ao mundo, nessa variação, modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes” e que re-trabalha e complementa a realidade por meio de uma inscrição dialógica entre contextos e texto. Já o termo *narrativização* está relacionado a uma reivindicação teórica da hermenêutica narrativa, visto que ao considerar o caráter discursivo da linguagem como

vinculado estreitamente com a dimensão temporal da negociação e correlação entre experiências e fenômenos do mundo (texturas em que coexistem e são mobilizados passados, presentes e futuros), remete à posição privilegiada da narrativa em servir de mediadora e suplemento à relação entre vida humana e realidade; desse modo, ao trabalhar com a linguagem e articular de forma significativa experiências e processos/eventos, causas e consequências, perspectivas e temáticas, e isso através da configuração de uma intriga ou enredo, o caráter mediador da narrativa posiciona os sentidos e verdades construídos pelo texto em um local intermediário, ou seja, uma posição que responde e dialoga tanto com a continuidade interpretativa existente entre experiência (vida) e narrativa (texto), quanto com múltiplas leituras possíveis de serem realizadas por leitores situados temporal e espacialmente de maneiras diversas, aspecto que re-atualiza, desdobra, tensiona e rearticula a própria narrativa e seus sentidos e verdades (Ricoeur, 1994, p. 85-131; Meretoja, 2018, p. 43-88).

Enquanto pressuposto histórico-filosófico e orientação teórica que conjuga as questões acima, entendo que a correlação entre temporalidades, história e existências (humanas e não-humanas) remete à complexa textura de pluralidades ontológicas e fáticas da realidade - coexistências, relacionamentos e interações. A *temporalidade* é aqui entendida como estrutura e base ontológica que inscreve o existir humano e a realidade histórica “no tempo” metafísica e empiricamente (Heidegger, 2012, p. 468; Agamben, 2005, p. 109; Solomyak, 2018). Ela aponta às coexistências (sincronias e diacronias, *contemporaneidades de não-contemporâneos*) entre passados, presentes e futuros, sedimentando interações entre fenômenos, seres e objetos que impactam na composição de suas fisionomias particulares (com suas texturas, espessuras e estratos variados e mutuamente influentes) (Koselleck, 2006, 2014, 2021). Nesse entendimento, *historicidade*, portanto, remete aos diferentes *modos de ser* temporalmente estruturados e estabelece o campo de investigação teórica e hermenêutica dos sentidos e das condições de possibilidade e inteligibilidade da história - movimentando questões metafísico-ontológicas, teóricas e epistemológicas, estéticas e representativas (Leite, 2023; Araújo, 2013). Nesse conjunto de reflexões a *história* é compreendida duplamente: seja enquanto fenômeno que é ausente de sentido em si mesmo (no qual impera uma contradição de sentidos em disputa, negociação e entrelaçamentos) (Koselleck, 2021, p. 79-88), possuindo uma face objetiva que impacta na realidade do mundo; e, ainda, também é entendida como uma dimensão e horizonte de limitação e efetivação do humano, ou seja, é configurada por modos de relacionamentos sociais ao mesmo tempo em que é o meio em que eles ocorrem na realidade (Angehrn, 2021).

Conforme o registro de reflexão teórica e indicação de subáreas de estudos aqui tratados, articular existências, história e temporalidades remete diretamente a pensar a *experiência temporal*. Aqui destaco a importância das categorias fenomenológicas de Koselleck (2006, p. 305-327), *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*. Essas categorias permitem a consciência do engendramento fluído que os modos temporais de passados-presentes-futuros podem assumir na experiência temporal significada narrativamente (Ricoeur, 1994), indicando ainda as temporalidades da história em sua execução material e objetiva (fenômeno) pela dialogicidade que se estabelece em face das reações/ações humanas. A experiência é entendida enquanto sedimentação de passados consumados que possuem efeitos de permanência residual com maior ou menor intensidade, atravessando e constituindo o âmbito individual e coletivo; já a expectativa, igualmente relacionada ao individual e ao coletivo, vincula-se a projeções e antecipações voltadas a futuros que se relacionam com o campo de experimentação pressuposto mas não se limitando a ele. São categorias dotadas de potência existencial e impactam nas experiências dos sujeitos e grupos na história - em relação à experiência histórica/da história. Compreende-se por *experiência histórica/da história* as articulações e coexistências de contextos (temporais, sociopolíticos e culturais) em que sujeitos, grupos, fenômenos, acontecimentos e processos ocorrem simultânea e diacronicamente, conformando *diferentes modos de aquisição* de experiências propriamente históricas ou historicamente situadas (seja de forma contingente, formas acumulativas e sedimentadas que destacam a tensão entre repetições e atualizações, bem como modos transgeracionais ou estruturais envolvendo processos profundos), tal como é defendido por Koselleck (2014, p. 33-45). Ainda, conforme LaCapra (2006, p. 17, 61-70) destaca, embora tenha havido um verdadeiro “giro experiencial” ao longo de fins da década de 1990 e início da seguinte, falar em experiência não necessariamente vem acompanhado de um pensar teoricamente; para tanto, isso envolve considerar uma ampla gama de modos de formação de experiências e também dimensões não experienciais da história e da vida em sociedade. Desse modo, experiência destaca - e as considerações acima sobre o seu caráter *temporal* e *histórico* já enunciam - processos performativos, dinâmicos e em constante reconstrução, trazidos à tona pelo conjunto de significados que o conceito em questão assume: caráter de “colocar à prova”, sugerindo participações ativas e performáticas em diferentes situações; caráter de ser sujeito subjetivamente consciente de interagir e coexistir junto a estados e fenômenos da realidade; também, considera-se a pertinência de processos inconscientes e a própria problemática do inconsciente que divide o sujeito ideal e utopicamente unificado; o caráter potencialmente traumático e pós-traumático de

determinadas experiências e eventos; o absurdo, ausência de sentidos e irracional, assim como o virtual e utópico ou distópico, transcendente às condições materiais e empíricas do presente; bem como, ao pensar a dimensão de acúmulo e sedimentação que constitui experiências de indivíduos e grupos, LaCapra recorda a diferenciação entre aqueles que experienciaram diretamente um acontecimento (como a escravização, *Apartheid*, Holocausto, etc) e aqueles que se vinculam aos mesmos de formas secundárias através de sentidos circulantes e mobilizados socialmente pela da memória, história e heranças (ou fardos) compartilhados.

Desse modo, destaco o compromisso com uma abordagem teórica que implica pensar as relações entre histórias e experiências, e isso de modo a ressaltar a centralidade - e igualmente a complexidade - de pensar as temporalidades ontológica e sociohistoricamente.⁷ Trata-se de confrontar uma percepção temporal que, ao naturalizar uma linearidade processual, tende a estabilizar ontologicamente os passados como *finalizados e situados* de forma rígida espaço-temporalmente, distanciados e afastados (*ausentes*) de atualidades nos presentes que nos circundam. O que passados atravessados por experiências, fenômenos e processos associados ao colonialismo, escravização, terrorismos de estado e crimes de lesa-humanidade têm nos impelido à reflexão é, justamente, o entendimento de que, em seus tensionamentos e coexistências *enquanto ausências-presenças*, tais *passados-presentes* assombram, traumatizam, permanecem, acumulam-se e engendram contradições, estabelecem dívidas e urgências a serem ética e politicamente confrontadas, respondidas e negociadas (acadêmica, institucional, política e socialmente) com vistas a outros futuros possíveis mais desejáveis (Kleinberg, 2017, p. 01-71; Bevernage, 2011 p. 1-22, 110-130; Oliveira, 2024). Ethan Kleinberg (2017, p. 1-6, 122, 145-146) nomeia de *realismo ontológico* a crença metafísica e epistemológica de historiadores/as a respeito da existência de um passado fixo, estável e imutável localizado espaço-temporalmente (sendo seu correlato a atribuição dessas propriedades ao presente), na possibilidade do método histórico acessar essas realidades empíricas, justificar e legitimar “objetivamente” suas verdades, bem como na existência de um modo de descrição narrativa, conceitual e representativa “mais adequada” e “fiel” à objetivação do fato histórico.⁸ É preciso questionar essa crença e atentar ao aspecto dialógico

⁷ Para uma abordagem das vias que a reflexão contemporânea sobre Tempos Históricos tem priorizado, conferir: CARDOSO JR., H. R. Varieties of Temporalization: Disciplinary Tasks Related to Historical Time. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–26, 2023.

⁸ Não obstante Kleinberg esteja preocupado com a crítica a perspectivas disciplinares e acadêmicas tradicionais ao campo da História, podemos expandir essa adjetivação de realistas ontológicos a todos/as que, ao buscarem compreender e analisar problemas históricos, caíam nessa circularidade estéril e viciante. O círculo vicioso do realismo ontológico está na manutenção de uma compreensão de passados, presentes e realidades históricas como marcadas por um processualismo e distanciamento temporal que, inevitavelmente, carrega uma crença na

e interativo das temporalidades históricas e dos modos de compreensão da realidade e de fenômenos, processos e experiências históricas; é preciso pensar a tensão incessante entre faixas temporais entrelaçadas (Koselleck, 2006, 2014), bem como o caráter espectral das *latências fantasmáticas* e disruptivas de passados que se recusam a passar, sendo esse confronto com o fantasma “um confronto com o passado como um imperativo moral que ordena que alguém corrija uma injustiça ou erro do passado (...) permite um envolvimento ético com o passado e os meios para fornecer uma estrutura moral para o nosso futuro” (Kleinberg, 2023, p. 66-68, 2017).

Nossas diferentes dinâmicas enquanto seres humanos situados no mundo frente às temporalidades, assim como o próprio entendimento da categoria de tempos históricos, invoca a reflexão sobre os múltiplos relacionamentos entre experiências do tempo, bem como sobre os modos de compreender e especular sobre a integralidade da experiência e fenômeno da história. As discussões acima não estão restritas à historiografia profissional nem são exclusivas a historiadores/as em seus campos de atuação. Também não o são as considerações de Bevernage (2011, p. 15) sobre o caráter ativo e performativo (produtor e manipulador) dos modos com que distâncias temporais são reguladas e propostas (os cortes e/ou entrelaçamentos entre passados e presentes), uma vez que isso ressalta as articulações entre dimensões afetivas, ideológicas e epistemológicas que subjazem essa performatividade e produzem significações sobre a história. Também não são restritas ao âmbito historiográfico as discussões que Osborne (1995, p. 200 - 201) traz a respeito da ideia de politização do tempo, destacando como as práticas de estruturação e produção de sentidos do tempo e da história são fundamentais no impacto das condições de possibilidades na atualidade, permitindo ou interditando experiências, validando ou desvalidando a legitimidade e possibilidade dessas experiências - seja no presente ou no futuro. Esse conjunto de questões posiciona uma dimensão de responsividade ética no cerne do compromisso de atores humanos frente à realidade histórica, interpretativa e autorreflexivamente, estabelecendo com isso uma constelação de temas e demandas comuns a diversos modos de lidar com passados, presentes e expectativas de futuros em um sentido existencial e sociopolítico.

estabilidade objetiva e empírica da “realidade”, portanto pouco afeita à dinâmica e complexidade com que fenômenos, processos e experiências coexistem temporal e socialmente - além de facilmente capturável em perspectivas “progressistas”, “românticas”, “melancólicas” quanto a distâncias temporais. Conforme Kleinberg (2017, p. 125) destaca: “A vista aérea da história, o totum simul ou instantâneo estático que detém o fluxo temporal, também se considera fora das determinações de tempo e espaço, e aqui devemos ter em mente a crítica de Dilthey a tais posições externas que pretendem residir fora do fluxo temporal da experiência vivida. Mas a ‘história’ do realismo ontológico é mais semelhante à teologia negativa na medida em que determina o que é ‘real’ e o que é ‘ontológico’ sem determinar o que é ‘história’ além de suas propriedades como aquilo que determina (ou cria) o que é ‘ontologicamente real’”.

Compreender e Responder Eticamente: algumas coordenadas em torno da Filosofia Existencial da História

Em sua obra *O Si-Mesmo como Outro*, Paul Ricoeur (1991, p. 194-212, 267-312) propõe um entendimento da ética compreendida como anterior à moral, fundada em uma pragmática baseada no desejo e expectativa de vida bem vivida *com e para* os outros, mediando relações e diferenças sociais e culturais através de instituições justas. A moral, vinculada à obrigação normativa, corrige e regula esse desejo e expectativa, mas não os substitui transcendentemente. A ética se manifesta na vida prática, na convivência interpessoal e na justiça social, exigindo engajamento histórico para repensar continuamente as práticas de significação social, as instituições e os sistemas políticos e econômicos. Nessa senda, a identidade, por sua vez, não é estática, mas se forma pela tensão entre *idem* (mesmidade, permanência) e *ipse* (ipseidade, fidelidade a si na mudança), dinâmica cuja repetição-modificação é o cerne desse processo formativo. A alteridade, enquanto presença do si-mesmo diferencial (aqui entrando a alteridade temporal), bem como a presença do outro - seja do próximo, do estrangeiro ou do marginalizado e subalternizado, assim como do hegemônico e privilegiado - é constitutiva do si, pois é apenas na relação com o outro que a identidade se afirma, reage/age e se transforma. Assim, pensar ética, identidade e alteridade de forma integrada permite compreender a complexidade e variabilidade dos sujeitos e grupos temporal e historicamente, exigindo o reconhecimento mútuo de semelhanças, diferenças, dívidas e deveres como base de qualquer ação ética verdadeiramente justa e aberta à atualidade na expectativa de melhores futuros possíveis. Aqui a dupla face da história (Trouillot, 2016, p. 15-26) enquanto fenômeno temporal e social, bem como modo narrativo que articula sentidos em uma inteligibilidade significativa (história-contada), encontra sua associação profunda entre acontecimentos, processos, fenômenos, experiências (sujeitos e grupos, identidades e alteridades) e o índice ético e temporal que vincula humanos transgeracionalmente (Gilbert, Elgabsi, 2021; 2023, p. 17).

Em linha semelhante a Ricoeur, LaCapra (2006, p. 59-60) argumenta que não se deve moralizar o entendimento das formações de identidade (como “positivo” ou “negativo” por si só), tampouco compreender identidade como identificação que elimina e/ou esconde a diferença e a alteridade (interna e/ou externa) - ou mesmo projeta essas alteridades em chave negativante e preconceituosa: “a identidade implica modos de ser com os outros que vão do real ao imaginário, virtual, buscado, afirmado por norma ou utópico (...) é preciso explorar as relações e articulações entre os diversos qualificadores de identidade” (LaCapra, 2006, p. 60).

Ainda, conforme pontua LaCapra (2006, p. 88-93), pensar as *posições subordinadas* (gênero, raça, classe social, posição profissional, vinculação pública e/ou institucional, etnia, religião, etc) é relevante a uma compreensão dinâmica e processual (não linear, mas sim conflitiva) de formação de experiências, uma vez que, ao destacar o aspecto não essencialista e fixo dos modos de configuração e reivindicação de identidades, estimula a refletir sobre as múltiplas formas com que essas posições são coordenadas e distribuídas tanto internamente a sujeitos e grupos, quanto externamente na conformação de alteridades e “outros” - posições que coexistem, integram-se, justapõem-se, negociam-se, confrontam-se, problematizam-se e contradizem-se).

Em recente texto, abertura ao dossiê temático “História e Ética” na *History and Theory*, os historiadores André de Lemos Freixo e João Ohara (2025) indicam uma “virada ética” no campo da História e das Humanidades de modo geral. Esse *ethical turn* pressupõe, sobretudo, o reconhecimento de que assuntos de ordem epistemológica e construção de conhecimento estão saturados de problemas éticos e políticos. A força dessa afirmação está em destacar que os seres humanos sempre - e inevitavelmente - já estão emaranhados e correlacionados com diversas fontes de atribuição de sentidos ao mundo e à história, configurando com isso redes de interação. Nelas, a justificativa, legitimidade e aceitação social de verdades e argumentos, interpretações e análises, nunca são frutos de uma pureza-neutralidade-objetividade epistêmica impossíveis - e quando a crença nesses valores é mobilizada, cabe justamente questionar o que está implícito e o que por ela é falseado.

É a partir dessas questões que a ideia de uma Filosofia Existencial da História contribui para a discussão e ganha contornos relevantes. O termo é empregado por Bennet Gilbert e Natan Elgabsi (2021, 2023) para pensar as condições e características de um entendimento dos entrelaçamentos temporais e éticos que envolvem e vinculam as pessoas (e não apenas teóricos, filósofos ou historiadores da história) responsivamente frente a contemporâneos e não-contemporâneos. Esse relacionamento existencial, ético e sóciopolítico junto a humanos temporalmente outros situa a *alteridade temporal como integral à condição histórica*, ou seja, essa conectividade humana é o eixo de referência de uma perspectiva existencial da história que excede o binarismo ontológico do paradigma rígido da distância temporal inscrita na ideia de oposição/dicotomia entre ausência/presença, com isso questionando uma relação estanque entre passados e presentes - assim como futuros esperados e imaginados (Gilbert, Elgabsi, 2021, p. 42-44, grifos meus). Esse diálogo é integralmente responsivo, isto é, implica a necessidade de *indagar e responder em relação a* contemporâneos e não-contemporâneos (incluindo-se aqueles/as marcados/as pela

mortalidade-passada e aqueles/as assinalados/as pela natalidade-futura), sendo que “nossa existência como self pessoal consiste em reconhecer o outro como outro finito e temporal (...) [e assim] reconhecer que nossos self’s são feitos possíveis *em relação* ao outro temporal”, uma coexistência que é marcada pela transgeracionalidade (Gilbert, Elgabsi, 2021, p. 44, 45-46). Esse primado temporal e existencial destaca um conjunto de reflexões e demandas que caracterizam e derivam do âmbito da Filosofia Existencial da História; em seu centro, portanto, vigora uma ética responsável historicamente:

Compreender a temporalidade em um sentido hermenêutico-existencial é precisamente reconhecer o vínculo moral entre nós e os temporalmente outros como um relacionamento Eu-Você reflexivo, no qual nós mesmos podemos ser fundamentalmente transformados por meio dessa relação (...). Nesse sentido, dirigimos uma pergunta a um outro histórico enquanto um Você reflexivo, um Você reflexivo que somos responsáveis por enxergar, e é a partir do que esse Você nos permite ver que uma compreensão transformada de nós mesmos [e da nossa realidade] se torna possível. (...) A pergunta, assim, abre uma reflexão sobre como nos situamos em relação ao que está sendo dito - em termos de nosso próprio ser enquanto existente no presente (...) e essa reflexão nos interpela como uma relação ética, na qual respondemos ao que ocorreu e ao que continuará sendo contado e recontado (...) devemos nos dirigir aos outros, descobrindo o que o relacionamento Eu-Você deve exigir de nós plenamente (...) Com um pathos existencial-histórico em sua máxima expressão, engajamo-nos [e nos envolvemos, coimplicamo-nos], por meio de operações transgeracionais, com o coração, a mente e a vida inteira de outras pessoas, de um modo que inclui suas esperanças, alegrias, felicidade e conquistas, bem como seus sofrimentos. Tudo isso é histórico porque carrega as marcas da nossa finitude e da certeza da nossa travessia no tempo (Gilbert, Elgabsi, 2021, p. 46-52).

Desse modo, responder eticamente aos contemporâneos, aos que existiram e aos que virão, refletir sobre a tensão entre semelhança e diferença que caracteriza temporal e espacialmente esses diferentes vínculos, é pensar o tempo, as experiências e a história de forma atenta às configurações de identidades e alteridades que são coordenadas por políticas do tempo e modos de compreender integral e provisoriamente a história. Levando em consideração o que vem sendo exposto, é necessário pensar uma noção de *compreensão histórica* que não se restrinja aos limites da disciplina histórica e muito menos à sua exclusiva operacionalização por historiadores/as, bem como dialogue ativa e re-constitutivamente junto aos muitos modos existentes social e culturalmente de articular (e conceber) de forma significativa passados, presentes e futuros. Segundo LaCapra (2006, p. 16, 40), trata-se de *problematizar o que conta como história e quais os sentidos que esse termo mobiliza* (seja enquanto fenômeno social ou âmbito plural de aquisição de experiências, seja como modo de reflexão e significação da realidade), bem como, em seu “esforço contínuo de pensar os

problemas que afetam nossa própria concepção da relação entre presente e passado no que concerne a possíveis futuros”, é um modo de compreender necessariamente dialógico, autocrítico e autorreflexivo, e isso no que diz respeito aos modos de interpretar e representar fenômenos, acontecimentos, estruturas e experiências históricas. Na mesma linha, Zoltan Simon (2022, p. 3-5) argumenta por uma noção de compreensão histórica que, lançando mão do filósofo Louis Mink, abre a uma ideia ao mesmo tempo simples e potente: justamente por ser um modo de compreensão e interpretação de uma realidade histórica impossível de ser experimentada integralmente, essa *montagem configuradora* é uma “compreensão de nós mesmos e do mundo, dos fenômenos, eventos, ações e ocorrências como sendo estruturadas sobre um plano temporal - isto é, como sendo integradas em uma configuração de passados, presentes e futuros”.

A dimensão autocrítica e autorreflexiva envolve e constitui desde aquele/a que interpreta e investiga a história, até aqueles/as que são o foco de reflexão e mobilização. Ou seja, além de uma autorreflexividade ativa quanto a parâmetros teórico-metodológicos e linguísticos que baseiam e condicionam certa interpretação, ressalta-se o aspecto dialógico inscrito na dinâmica psicossocial entre sujeitos, grupos, fenômenos sociopolíticos e processos históricos. Essa dimensão da responsividade ética é também expressa pela operacionalização da psicanálise à compreensão histórica realizada por LaCapra (2006, p. 105-253). Aqui o destaque está no alargamento de noções tradicionais ao espaço clínico para o campo expandido das relações sociais, tais como as de transferência, reavivamento ou repetição compulsiva e elaboração. No que concerne à *transferência*, diz respeito à inevitável “[co]implicação com o outro ou com o objeto de estudo, a tendência a repetir no próprio discurso ou prática tendências ativas - ou projetadas sobre - o outro ou o objeto”, um processo transferencial que pode se dar por dinâmicas de identificação incorporativa e/ou projetiva (LaCapra, 2006, p. 107-113). O *reavivamento ou repetição compulsiva*, por sua vez, remete à tendência de reativar passados traumáticos e/ou heranças (fardos) históricos em chave negativa e paralisante (presentes capturado por passados), seja no que concerne à compreensão do assunto interpretado/experimentado, seja para pensar futuros possíveis que superem a negatividade compulsiva (LaCapra, 2006, p.115-118). *Elaboração*, por fim, indica a consciência das relações transferenciais e de reatuação/reavivamento, contudo busca modos de compreender e elaborar passados e presentes traumáticos, distinguindo-os mas não os dicotomizando, performando uma compreensão empática, (auto)crítica e aberta às feridas e cicatrizes que permanecem no presente, contudo não as entendendo como elementos que,

compulsivamente, tornem sujeitos e grupos (ou o próprio analista) incapacitados de agir ética e politicamente no presente - e na proposição de futuros (LaCapra, 2006, p. 129-145).⁹

Relacionados a uma perspectiva ética e responsiva quanto à compreensão e elaboração históricas (sobretudo no que diz respeito a passados-presentes traumáticos), estão os tópicos da *violência dos arquivos* constituintes dos fatos históricos, bem como o tópico da *reparação histórica*. Em relação ao primeiro, a violência dos arquivos é expressa em sua radicalidade por exemplos extraídos de registros frios dos arquivos da escravidão e de crimes de lesa humanidade, pela sua força de esterilização e apagamento contínuo de vidas interrompidas injustamente, vidas essas que pertenciam a mundos e realidades negadas e silenciadas pela gramática terrorista desse arquivo (Azoulay, 2024, p. 164-165; Trouillot, 2016, p. 57-58). A violência do arquivo e a politização do tempo, os sentidos de reparação entre ética, política, justiça, reconhecimento e liberdade, são sintetizadas por Ariella Azoulay e sua condenação do imperialismo “A grande realização do movimento de reparações tem sido até agora impedir a completa fusão implícita na ontologia imperial entre o que *foi imposto* com violência e o que *é*” (Azoulay, 2024, p. 168-169, grifos da autora).

Reparar como ação de contestação ético-política e demanda por reconhecimento e justiça. Azoulay argumenta que reparar e exigência de reparação são entendidas como uma política temporalizadora que expressa a existência de condições estruturais ou transgeracionais (políticas, institucionais, econômicas e sociais) de reiteração e reprodução de violências, exclusões, desigualdades e negativas de "outros", condições essas que impuseram e acumulam contradições, fardos e silenciamentos históricos. Essas heranças estão inscritas aos modos como grupos, coletivos e parcelas da sociedade estabelecem relacionamentos enquanto descendentes diferenciais de regimes opressivos - reconhecendo abertamente ou não essas descendências e o jogo de forças e poder entre elas estabelecidas (Azoulay, 2024, p. 167). Reparar, além de exigência de reconhecimento e justiça que acompanha a demanda por dívidas simbólicas, civis e financeiras de restituição material no presente para descendentes de vítimas e vítimas secundárias, é também, ontológica e ético-

⁹ Aqui, sob o tema do trauma e de passados traumáticos, a responsividade ética da compreensão histórica novamente se vê às voltas com a questão da temporalidade, experiência temporal e experiência histórica, sobretudo quando acrescida das dimensões transferencial e de reatuação/repetição compulsiva, assim como das tentativas de elaboração de passados e presentes (e passados-presentes) com vistas a aberturas diferenciais ao futuro (LaCapra, 2006, p. 81-86; 2005, p. 63). Conforme LaCapra (2006, p. 86, grifos meus) destaca no que concerne às articulações entre faixas temporais e ausência-presença de temporalidades, trauma e transferência, cabe cuidar o “período de latência entre o acontecimento inicial, potencialmente traumatizante, e o acontecimento posterior que em algum sentido o recorda e dispara uma resposta traumática. O trauma *dependia do intervalo ou período de latência entre ambos os acontecimentos*, intervalo que não se experimenta como tal senão que estava relacionado com uma forma muito intensa de experiência traumática através da reatuação ou repetição compulsiva do passado, que era assim experimentado como presente absoluto”.

politicamente, a potência de recuperação e afirmação de vidas humanas e de realidades históricas partilhadas socialmente - ou seja, a reativação da vigência de passados compartilhados que *permanecem acumulados* em instituições e diferentes dinâmicas organizacionais da vida em sociedade de um Estado Nacional. Nessa perspectiva, falar em compromisso com ideias de liberdade e justiça é destacar o caráter ainda inacabado e incompleto dessas noções - além de excludente e desigual em termos de distribuição de benefícios e condições. No cruzamento dos tópicos e temas assinalados, compreensão histórica e ética responsiva tanto pressupõem quanto acenam à reparação histórica como engajamento e ação no presente, afirmando a coexistência de tempos e com isso investindo esforços na exposição e enfrentamento de formas de violência e degradação da vida humana na atualidade.

Considerações Finais

As páginas acima propuseram um conjunto de considerações teóricas com o objetivo de estabelecer alguns eixos para trabalhar articuladamente as noções de compreensão histórica e responsividade ética. As discussões mobilizadas em torno da Filosofia Especulativa da História e da Filosofia Existencial da História, auxiliaram no posicionamento de questões teóricas e debates que compõem um grupo de temas e problemáticas pertinentes ao campo da Teoria da História e da Filosofia da História. Ao articular teoricamente o conjunto de elementos aqui trazidos, pretendi fornecer uma contribuição possível para refletir sobre o *problema da história* assinalado por Kleinberg (2023). Com isso, busquei estabelecer uma constelação de aspectos teóricos, mas também existenciais e temporais, éticos e sociopolíticos, pertinentes, justamente, à problematização da história por modos de compreender e responder de forma ética ao existir historicamente - formas essas que não se restringe ao âmbito acadêmico.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. Tempo e História. Crítica do instante e do contínuo. In: **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 109-128.
- ANDERS, G. **La obsolescencia del hombre vol. 1**: sobre el alma en la época de la segunda revolución industrial. Pre-textos, 2011.
- ANGEHRN, Emil. Sentido e História: reflexões sobre Ontologia Histórica. **Revista de teoria da história**, v. 24, n. 1, p. 9-20, 2021.

- ARAUJO, Valdei Lopes De. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016
- ARMOUR, Leslie. Speculative versus Critical Philosophy of History. In: **The Philosophy of History: A Re-Examination**. Routledge, p. 131-162, 2019.
- ASSMANN, Aleida. Transformations of the Modern Time Regime. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (org.) **Breaking up Time: Negotiating the Borders between Present, Past and Future**. Göttingen & Bristol. 2013, p. 39-56.
- AVILA, Arthur Lima de. Sobre fantasmas e o paraíso (perdido) dos historiadores: breves comentários sobre espectralidade do passado e a história do presente. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 30, n. 55, p. 369–383, 2024.
- AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial**. São Paulo: Ubu, 2024.
- BEVERNAGE, Berber. **History, Memory and State-Sponsored Violence, Time and Justice**. Routledge, 2011.
- BEVERNAGE, B., IECKER DE ALMEIDA, G., DELANOTE, B., FROEYMAN, A., HUIJBERS, P., & Van De Mieroop, K.. Philosophy of History after 1945: a bibliometric study. **History and Theory**, n. 58, v. 3, p. 406-436, 2019.
- BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: Edusc, 2001.
- FILLION, Real. Philosophy of History: Speculative Approaches. **Bloomsbury History: Theory and Method**, 2021.
- GILBERT, Bennet, ELGABSI, Natan. Filosofia da História Existencial. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 40–57, 2021.
- GILBERT, Bennet, ELGABSI, Natan. Temporal Humanity: Involvement with Ethics and Time Across Cultures. In: ELGABSI, Natan.; GILBERT, Bennet (orgs). **Ethics and Time in the Philosophy of History**. A Cross-Cultural Approach. London, New York and Dublin: Bloomsbury. 2023, p. 03-24.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Editora 34, 2001.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: editora 34, 1998.
- GRUNER, R. The Concept of Speculative Philosophy of History. **Metaphilosophy**, v. 3, n. 4, p. 283–300, 1972.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes e Editora UNICAMP. Tradução de Fausto Castillo, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.
- KLEINBERG, Ethan. The Time of Ghosts and the Ghosts of Time. In: ELGABSI, Natan.; GILBERT, Bennet (orgs). **Ethics and Time in the Philosophy of History**. A Cross-Cultural Approach. London, New York and Dublin: Bloomsbury. 2023, p. 25-39.
- KLEINBERG, E., **Haunting History: For a Deconstructive Approach to the Past**, Stanford, CA: Stanford University Press, 2017.

- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. Organizado por Hans Ulrich Gumbrecht e Thamara de Oliveira Rodrigues. São Paulo: UNESP, 2021.
- LACAPRA, Dominick. Articulating Intellectual History, Cultural History, and Critical Theory. *In: History and Its Limits: Human, Animal, Violence*. Ithaca: Cornell University Press, 2009, p. 13-36.
- LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Tradução de Elena Marengo. Buenos Aires: Nueva visión, 2005.
- LACAPRA, Dominick. **Historia en tránsito**: experiencia, identidad, teoría crítica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. **History and Theory**, Middletown, v. 19, n. 3, p. 245–76, 2012 (1980).
- LANGUEUX, M., **Actualité de la philosophie de l’histoire**. Ste-Foy: Les presses de l’Université Laval, 2001.
- LEITE, Augusto B. de Carvalho Dias. On the metaphysical role of historicity. **História (São Paulo)**, v. 42, 2023.
- LEMON, M.C. **Philosophy of History**. London: Routledge, 2003.
- MEGILL, A. History’s Unresolving Tensions: Reality and Implications. **Rethinking History**, v. 23, n. 3, p. 279–303, 2019.
- MERETOJA, Hanna. Narrative Hermeneutics. *In: The ethics of storytelling: Narrative hermeneutics, history, and the possible*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 43-88.
- MINK, Louis O. Is Speculative Philosophy of History Possible? *In: FAY, B., GOLOB, E.O., VANN, .T. (org.), Historical Understanding*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987, p. 147-162.
- MUNZ, P. **The Shapes of Time: A New Look at the Philosophy of History**. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1977.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Editora 34, 2019.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 30, n. 55, p. 310–325, 2024
- OSBORNE, Peter. **The politics of time**:avant-garde and modernity. London: Verso Books, 1995.
- PAUL, Herman. Tudo está estremecido: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise?. **Faces da História**, v. 1, n. 2, p. 73-80, 2014.
- RICŒUR, Paul. **O Si-Mesmo como Outro**. Edições Loyola, 1991.
- RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa I**. Campinas, Papirus, 1994.
- SCHOLZ, Oliver. Philosophy of History: Metaphysics and Epistemology. *In: KAISER, M. I. et al. (ed.). Explanation in the Special Sciences: The Case of Biology and History (Synthese Library)*. Dordrecht: Springer, 2014. p. 245-253.

SIMON, Zoltán Boldizsár. Historical Understanding Today. In: SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars (org.). **Historical understanding**: Past, present, and future. Bloomsbury Publishing, 2022, p. 1-16.

SOLOMYAK, Olla. Temporal Ontology and the Metaphysics of Perspectives. **Erkenntnis**, v. 85, p. 431-453, 2018

TODOROV, Tzvetan. **Diante do extremo**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e produção da história. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

TUCKER, Aviezer. **Our Knowledge of the Past**: A Philosophy of Historiography. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VASICEK, Z. Philosophy of History. In: TUCKER, Aviezer (Ed.). **A Companion to the Philosophy of History and Historiography**. John Wiley & Sons, 2011, p. 26-46.

VOLPI, Franco. **O Nihilismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Submetido em: 29 jun. 2025

Aceito em: 01 out. 2025

“Nazismo de esquerda”: representação falsificadora do passado e má-fé*“Left-wing Nazism”: falsifying representation of the past and bad faith*Michel Ehrlich,¹ UFRGS**Resumo**

Este artigo se dedica a noção muito divulgada, sem corroboração na historiografia, de que o nazismo teria sido uma ideologia de esquerda. Tomando como fontes os livros *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, de Leandro Narloch (2013) e *Mentiram (e muito) para mim*, de Flavio Quintela (2014), o objetivo é analisar os pressupostos dessa ideia. Aponto que essa narrativa ressignifica as categorias de “esquerda” e “direita, para serem a oposição entre projetos de sociedade previamente imaginados e a crença de que as mudanças devem vir do desenvolvimento espontâneo e involuntário. Argumento que isso parte de uma má-fé no sentido sartreano, pois nega que o capitalismo é também fruto de projetos de futuro. Uma consequência disso é a neutralização do potencial da memória dos crimes nazistas ser mobilizada contra regimes autoritários e repressivos e a normalização da extrema-direita.

Palavras-Chave: nazismo; má-fé; esquerda e direita; novas direitas.

Abstract

This article addresses the widely circulated but historically unsubstantiated claim that Nazism was a left-wing ideology. Drawing on the books *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, by Leandro Narloch (2013) and *Mentiram (e muito) para mim*, by Flavio Quintela (2014), the aim is to analyze the assumptions underlying this idea. I argue that this narrative redefines the categories of “left” and “right” as the opposition between previously imagined societal projects and the belief that change should arise spontaneously and involuntarily. I contend that this perspective stems from bad faith in the Sartrean sense, as it denies that capitalism is also the result of future-oriented projects. One consequence is the neutralization of the potential for the memory of the Nazi crimes to be mobilized against authoritarian and repressive regimes and the normalization of the far right.

Keywords: Nazism; Bad faith; Left and right; New Right.

Introdução

Nos últimos anos têm proliferado negacionismos e usos do passado a respeito de eventos e processos históricos. Um deles é a tese, sem corroboração na historiografia, de que o nazismo seria um movimento político de esquerda, ou mesmo socialista.

Esse esforço de falsificação histórica, não só em relação ao nazismo, se insere no fortalecimento de novas direitas. Especificamente no Brasil, esses movimentos ganharam maior visibilidade, popularidade e poder político a partir da primeira década do século XXI

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Mestre e graduado em História pela UFPR. Este artigo foi desenvolvido como parte da pesquisa do doutorado, sob orientação do professor Arthur Avila. É também coordenador de História do Museu do Holocausto de Curitiba e professor (QPM) da rede estadual de ensino do Paraná.

(Rocha, 2021).

Ao defender não somente pautas específicas, mas propor formas de viver em e imaginar a sociedade, essas novas direitas entram em uma disputa narrativa sobre o que significa a sociedade. Para tal, se valem de diversas estratégias discursivas, muitas delas em sintonia com a comunicação em plataformas digitais. Analisando o que chama de “populismo digital”, Letícia Cesarino (2019, p. 533) elenca algumas de suas funções discursivas, as quais podem ser notadas nas fontes a serem analisadas mais adiante (mesmo não sendo estas propriamente digitais): o eixo da diferença (que traça uma divisão antagonística entre amigo e inimigo); o eixo da equivalência (que traça uma contiguidade entre a comunidade de pertença); a mobilização permanente por meio de conteúdos alarmistas e conspiratórios; a devolução de acusações com táticas como a do espelho invertido do inimigo; a comunicação supostamente não-mediada entre líder político e público por meio da deslegitimação das instâncias tradicionais de produção de conhecimento na esfera pública, como universidades e imprensa profissional.

Ao disputar os sentidos da vida em sociedade, o passado torna-se um alvo de interesse, pois a (re)interpretação do passado pode modificar a percepção do presente e a imaginação de futuros possíveis (Avila, 2021). A partir da primeira década do século XXI – utilizando-se muito das funcionalidades da internet, mas valendo-se também dos meios mais tradicionais de informação – multiplicaram-se publicações que pretendem produzir uma História sob o ponto de vista de direita (às vezes anunciando-se como tal, em muitos outros casos afirmando estar desmascarando um suposto viés esquerdista da historiografia profissional e escolar), as quais, embora distantes e sem corroboração da academia, pretendem-se narrativas verdadeiras sobre o passado.

João Carlos Escosteguy Filho (2019) elenca quatro marcos desse empreendimento no Brasil: a publicação de artigos e editoriais de jornais de grande circulação atacando e relativizando as narrativas históricas formuladas pela historiografia profissional e livros didáticos, em temas como guerra fria e ditadura (por exemplo, referindo-se a ela por “ditabranda”, como fez a Folha de São Paulo em 2009); a publicação dos Guias Politicamente Incorretos sob a direção de Leandro Narloch, livros estes inspirados em uma série estadunidense negacionista/revisionista à historiografia da escravidão e da guerra civil nos EUA²; o crescimento, a partir de fins dos anos 1990, da fama de intelectuais dessas novas direitas, cujo nome talvez mais conhecido seja Olavo de Carvalho; o surgimento de

² Nesse eixo poderíamos acrescentar também a produtora de documentários Brasil Paralelo.

movimentos como o “Escola sem Partido”, que visa combater o que acredita ser uma doutrinação esquerdista no ensino escolar.

Essas reinterpretações do passado, não buscam, contudo, todos ou quaisquer eventos pretéritos. Tal como observa Enzo Traverso (2012) sobre os negacionismos históricos, os alvos são eventos fundadores de identidades, marcos definidores de características da sociedade, passados ainda presentes. Portanto, esses empreendimentos dedicam seus esforços a processos fundantes ou traumáticos da história nacional, como a escravidão ou a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, mas também eventos históricos que, embora ocorridos em outros lugares, constituem uma “memória cultural” (Assmann, 2016, p. 118) relevante - ou seja, que já não depende do contato com as testemunhas para se perpetuar – que altera a percepção que a sociedade tem de si mesma. É o caso do nazismo, que se tornou uma referência de escala global (Miles, 2004).

Serão analisados, nas páginas que seguem, dois livros, especificamente na forma como interpretam o fenômeno do nazismo. São eles *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, de Leandro Narloch (2013) e *Mentiram (e muito) para mim*, de Flavio Quintela (2014). O objetivo desse artigo é refletir não somente acerca do conteúdo dessas narrativas, mas, sobretudo, analisar os pressupostos que a embasam.

O jornalista Leandro Narloch ficou conhecido pela sua série de guias “politicamente incorretos” em que se propõe a contestar um suposto viés esquerdista na História produzida nas universidades e ensinada nas escolas. Após o sucesso de seu livro dedicado a temas da história do Brasil, em 2009, a série prosseguiu com temas como a América Latina, a economia e, no caso aqui analisado, a história mundial. Além de trabalhar em vários veículos de imprensa, Narloch foi anunciado, em março de 2023, como coordenador de comunicação do partido Novo (Mazzini, 2023).

Flavio Quintela é engenheiro, mas, nos últimos anos, se dedicou a escritos políticos. Seu livro de maior sucesso foi *Mentiram para mim sobre o Desarmamento*, de 2015 no qual, em coautoria com o ativista pró-armamento Bene Barbosa, defende a ampliação do direito de posse e porte de armas de fogo. Um ano antes havia publicado o livro que será aqui analisado. Embora, diferentemente da obra de Narloch, Quintela não apresente seu livro como de temática histórica, boa parte dos capítulos - cada um dedicado a desmascarar um tópico da “grande teia de mentiras e engano” (Quintela, 2014, p. 10) tramada pela esquerda - trata de temas históricos, como a ditadura civil-militar brasileira, os partidos políticos da Nova República no Brasil e o nazismo.

Embora nenhum dos dois autores seja historiador e, de fato, não se apresentem como

tais, afirmam embasar suas obras em pesquisas e leituras científicas, de modo que pareçam, para os leitores, terem credenciais que os habilitem a produzir uma História tão ou mais verdadeira que a da historiografia profissional. Narloch, principalmente, inclusive cita trabalhos de historiadores e historiadoras, mesmo que, como aponta Renato Venâncio (2018, s.p.), “aproveita a credibilidade dessas fontes para agregar confiança ao texto. Quase sempre o conteúdo da bibliografia utilizada é distorcido para justificar uma interpretação que ‘choque’ o leitor, tal como uma manchete de um jornal sensacionalista.” Já Quintela dedica um dos capítulos de seu livro a contestar uma suposta mentira esquerdista de que “a verdade não existe”, deixando claro que ele não se propõe a apresentar uma versão alternativa, concorrente ou relativizadora dos fatos, mas a versão verdadeira.

Há, portanto, nesses dois autores, uma indicação de que eles, e não veículos como a imprensa ou as universidades, são os mais capazes de revelar a verdade, tornando-se parte do que Letícia Cesarino (2021, p. 74) descreve como “reorganização nas formas contemporâneas de produção de verdade”. Segundo essa autora, haveria uma crise no que chama de “sistema de peritos”, ou seja, no sistema tradicional de produção de verdades que estabelecem uma base mínima comum para o debate. Narloch e Quintela apontam para a deslegitimação do conhecimento produzido por esses peritos – o que torna impossível o debate entre as verdades destes e a dos dois escritores -, mas ao mesmo tempo a crise do sistema de peritos os leva a propor não sua total destruição como princípio, mas sua substituição por um outro, tido por eles, como mais verdadeiro, livre de viés ideológico.

Ambos os autores, apesar de algumas diferenças que serão apontadas mais adiante, se inserem no conjunto de iniciativas das novas direitas de oferecer novas interpretações (ou publicizar antigas) para o passado que melhor se adequem aos seus projetos no presente.

Porém, não somente o conteúdo se distancia muito do rigor acadêmico, como também a linguagem. Como aponta Camila Rocha (2021), a partir de 2006, e com mais intensidade a partir de 2010, militantes que orbitavam em torno de *think tanks* neoliberais e ultraliberais passaram a dedicar consideráveis esforços para popularizar sua mensagem, até então restrita a círculos intelectuais de elite. As redes sociais se tornaram o principal ambiente de divulgação desse ideário, mas sua linguagem se espalhou também para uma literatura que, por vezes alegando recorrer a simplificações didáticas de linguagem, incorrem na “distorção de fatos para privilegiar argumentos frágeis e até falsos” (Ogassawara e Borges, 2019, p. 54).

Narloch e Quintela cumprem, mesmo em livros físicos, o papel do *troll* da internet, cujo conteúdo produzido sobre o passado reflete menos um desejo de conhecimento histórico e mais o de *trollar* a esquerda (Nunes, 2022). O *troll* introduz ideias “polêmicas” e

“controversas” no debate político com uma mistura ambígua de humor e seriedade política que permite que pareça ser uma coisa ou outra de acordo com a conveniência. Dessa forma

a nova extrema direita logrou explorar tanto o rechaço ao ‘politicamente correto’ quanto os pânicos morais característicos do conservadorismo tradicional e se posicionar como a voz dos desejos antissistêmicos ao mesmo tempo que associava a esquerda – que, verdade seja dita, pouco fez para se ajudar – ao *establichment* (Nunes, 2022, p. 59).

Assim, Narloch e Quintela podem se apresentar como simultaneamente conservadores e jovens descolados (ambos tinham menos de 40 anos quando da publicação dos livros) lutando contra um sistema.

A principal tese sobre o nazismo, a qual Narloch e Quintela expõem por caminhos ligeiramente diferentes, é de que este seria uma ideologia de esquerda, socialista ou ao menos de que, hoje em dia, seria a esquerda que mais se aproximaria do nazismo.³ Tal argumento ignora aspectos centrais do ideário e da história social, política e econômica do nazismo, conforme aponta vasta historiografia (Griffin, 2006; Paxton, 2007; Kershaw, 2015). No entanto, como argumentarei, os livros de Narloch e Quintela não se limitam a reinterpretar o passado ou mesmo deturpar os fatos, mas propõem uma outra forma de definir e analisar categorias políticas, como esquerda e direita. A falsidade de sua representação histórica reside não só nos fatos (e pode sequer estar neles), mas também em uma falsidade ética e política, uma narrativa falsa a partir de dados reais. (Avila, 2021). O que chamo aqui de representação falsificadora são narrativas que, mesmo quando não incorrem em mentiras factuais, produzem uma História falsa.

Esse texto, entretanto, não se pretende uma resposta aos argumentos desses dois autores sobre o nazismo. Embora contestá-los seja muito importante em determinados contextos – como o faz Renato Venâncio (2018) em relação ao livro de Narloch sobre a história do Brasil –, creio ser insuficiente. É necessário, como defende Mateus Pereira (2015), não somente reestabelecer os fatos, mas questionar como aquela concepção de passado foi construída, sob quais bases teóricas e políticas. Consequentemente, as seções que seguem não procuram exatamente rebater os argumentos desses livros ou recuperar uma verdade sobre o nazismo – trabalho que, como dito, pode ser necessário e valioso (para isso, ver, por exemplo, Paxton (2010), Griffin (2010), Sousa (2015), Schurster (2019)) –, mas entender os

³ Ambos os autores, ao se referirem à esquerda, a associam, principalmente, ao Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, cabe notar que enquanto Narloch associa a esquerda atual a propostas de Estado de bem-estar social – segundo ele, a esquerda que restou após o colapso da URSS –, Quintela considera que toda forma de esquerda (na qual inclui inclusive partidos como o PSDB) são variações, mais ou menos disfarçadas, de uma mesma essência comunista.

pressupostos teóricos e narrativos de Narloch e Quintela e propor algumas formas de análise.

“Nazismo de esquerda”

O guia politicamente incorreto de Leandro Narloch trata do nazismo em dois capítulos, um dedicado ao fascismo e outro diretamente sobre nazismo. A principal referência de Narloch, principalmente no primeiro desses capítulos, é o livro *Fascismo de esquerda: a história secreta do esquerdismo americano*, do escritor e jornalista conservador estadunidense Jonah Goldberg, publicado em 2008 (e no ano seguinte traduzido e lançado no Brasil). Por ser a principal base do argumento de Narloch, cabe brevemente analisá-lo também. Segundo ele

fascismo é uma religião de Estado. Ele presume a unidade orgânica do corpo político e almeja um líder nacional afinado com a vontade do povo. É totalitário no sentido de que vê tudo como político e sustenta que qualquer ação do Estado é justificada quando se trata de alcançar o bem comum. Ele assume responsabilidade por todos os aspectos da vida, inclusive nossa saúde e nosso bem-estar, e busca impor uniformidade de pensamento e ação, seja pela força ou por meio de regulamentações e pressão social. Tudo, inclusive a economia e a religião, tem de estar alinhado com seus objetivos. Qualquer identidade rival é parte do ‘problema’ e, portanto, definida como o inimigo (Goldberg, 2009, p. 33).

A definição de Goldberg se insere em uma “fobia do Estado” característica do pensamento neoliberal (Foucault, 2008, p. 106), ao passo que a noção de religião política, empregada também por outros autores, remete, em especial, ao livro de 1938 de Eric Voegelin (2002). Para ele, movimentos como nazismo e comunismo pretendiam uma salvação terrena, ou seja, construir um mundo perfeito dentro da história. Mas, ao ignorar as imperfeições humanas, se veriam no direito de cometer violências (no limite, genocídios) em nome dessas utopias. A partir dessa definição e do desenvolvimento do livro de Goldberg, conclui-se que, para ele, fascismo é o estabelecimento de um ideal de bem comum (não importando muito o conteúdo desse ideal) imposto sobre o conjunto da sociedade pelo Estado, abarcando todos os âmbitos da vida. A partir disso, ainda segundo Goldberg, a esquerda norte-americana – na qual ele inclui figuras tão diversas como Woodrow Wilson, Franklin Delano Roosevelt, os panteras negras, o movimento estudantil dos anos 1960 e Hillary Clinton - beberia das mesmas fontes intelectuais que Mussolini e Hitler e, conseqüentemente, seriam elas que, mesmo de forma mais branda, estariam mais próximas do fascismo do que políticos da direita conservadora por vezes chamados de fascistas.

O livro se tornou um best-seller nos EUA. Diante disso, o *History News Network* publicou uma série de textos críticos (e também uma réplica do próprio Goldberg) de

acadêmicos respeitados, entre eles Robert Paxton e Roger Griffin. O diagnóstico sobre o livro de Goldberg é muito semelhante ao que acadêmicos brasileiros fazem das obras de Narloch: argumentos rasos, generalizantes, muitos tópicos carecem de referências e as que são utilizadas são suspeitas ou distorcidas; o livro serve, fundamentalmente, para polemizar e atacar adversários políticos do autor. Especificamente quanto ao conteúdo, os historiadores apontam que Goldberg falha na análise tanto do fascismo como da esquerda norte-americana (Paxton, 2010; Griffin, 2010).

Narloch, no entanto, considerou Goldberg uma fonte confiável (ou útil) e resolveu testar sua teoria para a política brasileira. Decidiu pinçar cinco frases de Mussolini e Giovanni Gentile, o seu “filósofo de plantão” (Narloch, 2013, 160)⁴, contidas em *A Doutrina do Fascismo* - e que, para Narloch, não perdiam seu sentido retiradas de contexto -, e perguntar para 60 deputados brasileiros como se posicionavam em relação a elas. Quatro das cinco frases selecionadas são centradas no poder do Estado sobre a sociedade e a outra, embora não mencione o Estado, também destaca o aspecto anti-individualista da doutrina de Gentile. Nenhuma frase dizia respeito, por exemplo, ao tratamento dado a opositores ou àqueles entendidos como inimigos, à postura antidemocrática ou os passados míticos a serem recuperados, elementos centrais dos fascismos históricos (Paxton, 2007; Griffin, 2006). Os deputados filiados a partidos de esquerda manifestaram, em média, maior grau de concordância com as frases e os de direita, menor (com exceção do então deputado Jair Bolsonaro, que também se posicionou mais favorável).

Assim, para Narloch, fascistas históricos e esquerdistas atuais estariam unidos por uma característica supostamente essencial aos dois, o estatismo coletivista. Por isso é importante para ele retirar das características básicas do fascismo outros aspectos, como ao destacar que o antissemitismo e a eugenia não eram exclusivos do nazismo e chegaram a ser compartilhados por pessoas e partidos de esquerda (o que é verdade, mas ignora a forma, os propósitos e a intensidade com que o nazismo mobilizou essas ideias). Também nisso, Narloch reitera a tese de Jonah Goldberg. Este chega a dizer que o Holocausto é somente o “último capítulo do fascismo alemão” (Goldberg, 2009, p. 178), ou seja, uma consequência, mas não um aspecto essencial do nazismo. A particularidade do nazismo (e dos fascismos de modo geral) seria ser um socialismo simultaneamente nacionalista.

No capítulo que trata especificamente do nazismo, Narloch admite que nos anos 1920 e 1930, nazismo era considerado o oposto do comunismo, e, portanto, de extrema-direita,

⁴Embora Gentile fosse um fascista convicto, o paralelo de que a sua obra estaria para o fascismo como *O Manifesto Comunista* estaria para o comunismo, como Narloch parece supor, é exagerada (Wakefield, 2020).

além de que seus primeiros aliados eram conservadores. Se, porém, os comunistas seriam seus principais inimigos políticos, a maior distância ideológica estaria para os liberais, defensores do livre-comércio e do Estado mínimo – replicando argumento de Jonah Goldberg, para quem os comunistas seriam vistos pelos nazistas como seus maiores inimigos justamente por disputarem um mesmo campo ideológico, em oposição aos liberais clássicos.

Para corroborar esse argumento, Narloch se vale do programa de 25 pontos do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (nazista) lançado em 1920, nos quais de fato é visível um sentimento anticapitalista. No entanto, embora esse programa nunca tenha sido revogado, foi praticamente descartado à medida que o partido nazista se tornava relevante eleitoralmente a partir de 1928 (Paxton, 2007).⁵ Se seu anticapitalismo serviu para atrair popularidade, se inseria muito mais na tradição da revolução conservadora alemã – que almejava um imaginado retorno a uma sociedade essencialmente germânica hierarquizada, contraposta ao materialismo moderno (fosse ele capitalista ou socialista) – do que do anticapitalismo socialista, anarquista ou comunista (Herf, 1993). O regime nazista, enquanto realmente esteve muito distante do liberalismo clássico (e dificilmente, uma economia se recuperando da crise de 1929 e em preparação para uma guerra adotaria o *laissez-faire*) também não foi exatamente anticapitalista, ao menos não no sentido adotado pelas esquerdas (Liu, 2013).

Michael Mann (2008) aponta como os nazistas, apesar de terem apoio em diversos estratos sociais da Alemanha, obtinham poucos votos (nas eleições, ainda livres, de 1930 e 1932) de setores nos quais os partidos de esquerda tinham maior penetração (como operários sindicalizados), obtendo votos entre eleitores que, independente da classe social, até então preferiam partidos conservadores – os quais, aliás, não necessariamente eram menos estatistas do que nazistas e comunistas, mas pretendiam usar o Estado para diferentes fins.

Para Narloch, contudo, o aumento do poderio do Estado seria uma versão extremada, mas não essencialmente diferente, do intervencionismo de um Estado de bem-estar social e do anticapitalismo comunista e, por isso, é deles que se aproximaria ideologicamente.

Felipe Abal (2019) aponta que parte do método de reinterpretações do passado como essas é recorrer a “pequenas verdades” que lhe dão credibilidade, para, a partir daí, chegar a conclusões as quais, no entanto, não são deriváveis desses dados verdadeiros. O nazismo ver como legítimo o Estado inflar seus poderes para realizar seu projeto ou a proteção contra ameaças é um dado verdadeiro, assim como seu ideal de transcender as diferenças de classe

⁵Os últimos remanescentes de um anticapitalismo mais radical dentro do partido nazista foram afastados de postos relevantes ou mortos na Noite das Facas Longas em 1934.

social (Herf, 1993; Mann, 2008), mas isso não poderia levar a concluir, como o faz Narloch (2013, p. 182), que “ambos [nazismo e comunismo] queriam varrer a ordem capitalista para criar um mundo perfeito, sem conflitos de classe – e nenhum deles via problema em matar alguns milhões e alcançar sua versão do paraíso terrestre.” Enquanto tanto os regimes nazistas como comunistas praticaram violências em grande escala, estes o faziam como um meio para um fim (mesmo que, em nome do qual, crimes terríveis seriam, supostamente, aceitáveis), ao passo que para os primeiros a violência genocida era um fim em si mesmo (Traverso, 2005) e o conflito uma realidade permanente (Paxton, 2007). Os nazistas pretendiam transcender os conflitos de classe sobrepondo-os a um ideal maior a unir a raça ariana, diferente, portanto, da sociedade sem classes (e não só sem conflitos de classe) vislumbrada por comunistas.

Se, de início, o “estatismo” descrito por Narloch como característica fundamental do nazismo é, principalmente, econômico, como nas várias páginas dedicadas a apontar as origens na Itália fascista das leis trabalhistas de Vargas, consolidadas na CLT – um argumento também muito contestável (Campana, 2008) –, a ideia de um suposto bem comum em um futuro utópico permite perceber que a análise não se atém somente à economia. Assim, adiciona um elemento complementar e muito importante ao “estatismo” em sua definição. Os nazistas teriam sido idealistas, sonhadores, “os politicamente corretos da época” (Narloch, 2013, p. 196), ou seja, uma característica fundamental no nazismo seria a ideia de criar uma sociedade radicalmente nova e perfeita: “os jovens revolucionários que pregavam um mundo perfeito estavam prontos para criar o pior dos mundos” (Ibid. p. 207).

Essa dimensão não-econômica é ainda mais importante na análise de Flavio Quintela. Ele e Leandro Narloch parecem vir de campos bastante distintos. Narloch tem como ponto de partida, sobretudo no capítulo sobre fascismo, o libertarianismo. Rodrigo Nunes (2022) aponta que esse ideário teve importância como agregador de uma juventude brasileira de classe média opositora dos governos do PT e que, entre 2014 e 2018, teria um papel de protagonismo na ascensão e eleição de Jair Bolsonaro para presidente. Nesse processo, todavia, grupos inicialmente liberais também nos costumes começaram a, não sem tensões, se aproximar do conservadorismo (Rocha, 2021).⁶

Essas conexões entre defesa do livre-mercado e conservadorismo são notadas faz algumas décadas (Cooper, 2017; Brown, 2019). No Brasil, esse fenômeno também é observável, seja por meio de sínteses coesas ou do que Letícia Cesarino (2019, p. 548) chama

⁶O próprio Narloch teve uma relação com Bolsonaro que variou do otimismo ao pedido de renúncia. (Narloch, 2018; Bittencourt, 2021).

de “misturas fractais”. Nessa concepção, as partes não precisam se diluir em uma massa amorfa (e portanto, podem voltar a se separar novamente a depender das circunstâncias). Mas, ainda assim, completa Cesarino - se valendo dos conceitos de Ernesto Laclau -, constituem cadeias de equivalência funcionais e eficientes. Isso ajuda a explicar como Narloch e Quintela, partindo de referenciais teóricos distintos, acabam confluindo em argumentos bastante semelhantes.

Quintela, por sua vez, se localiza politicamente no polo conservador. Nos agradecimentos e na introdução do seu livro, a principal menção é a Olavo de Carvalho, a quem considera o Morpheus (do filme *Matrix*) que lhe permitiu “escolher a pílula vermelha” (Quintela, 2014, p.10) metafórica para sair da teia de mentiras e ver a realidade. O prefácio, por sua vez, é assinado por Paulo Eduardo Martins, que poucos anos mais tarde se tornaria deputado federal pelo Paraná pelo PSC e, desde 2025, é vice-prefeito de Curitiba (eleito pelo PL e ainda em 2025 mudando para o Partido Novo – completando o círculo conservador-neoliberal). Ao longo do livro, Quintela se coloca como um defensor do que considera a “civilização ocidental” e a “herança judaico-cristã”, e, embora não defina exatamente o que entende por esses termos, acredita que “todas as liberdades conquistadas duramente nos últimos séculos são fruto dos princípios disseminados pela cristandade” (Quintela, 2014, p. 20) e que “instituições-chave para o desenvolvimento da civilização moderna, são criações cristãs, dadas ao mundo pela Igreja Católica” (Ibid. p. 44).

Fica perceptível que a origem ideológica de Quintela é o conservadorismo católico, a certa distância de Narloch, que adentra ao tema da religião com menos frequência e, quando o faz, é essencialmente para se colocar contra algo que ele entenda como um dogma da esquerda.

Porém, assim como liberais se aproximaram de posições conservadoras, a via contrária também aconteceu. Ao começar a discutir a “mentira” de que o nazismo seria de extrema-direita, Quintela afirma:

Essa crença absurda é mais um fruto de nossa mídia esquerdista e de nossas escolas, verdadeiros criadouros de comunistas. O nazismo jamais poderia ser considerado de direita, e nem de extrema-direita, pois para isso precisaria necessariamente ser a favor do liberalismo econômico, do capitalismo e do Estado reduzido, e isso nunca aconteceu. (Ibid, p. 48)

Como já exposto antes, esse argumento é muito frágil. Ignora, por exemplo, que, o liberalismo não é a única forma de capitalismo que existe; que, mesmo o liberalismo procurando blindar a esfera econômica da política, jamais prescinde da política estatal,

tampouco de outras esferas extra-econômicas (Fraser, 2020); que as direitas conservadoras, não somente fascistas, na maior parte de sua história não foram partidárias do Estado mínimo (Fawcett, 2020).

Mas o que chama atenção é justamente a aproximação de Quintela, oriundo do conservadorismo católico, com o liberalismo econômico. Ele concorda com Narloch que, ao não professar o liberalismo econômico, Hitler estaria no extremo oposto em relação às direitas. E completa: “ele estava determinado a destruir o capitalismo, e assim se intitulava socialista” (Quintela, 2014, p. 48). Praticamente repetindo os argumentos de Narloch, Quintela também se vale do programa de 25 pontos do nazismo para afirmar que “Estado forte e centralizado com poder ilimitado é sinônimo de esquerda totalitária” (Ibid. p. 49).

Ainda se atendo à esfera econômica, Quintela afirma que o “capitalismo” nazista (as aspas são dele) era controlado pelo governo, diferente do verdadeiro capitalismo, o de livre mercado. Ao mesmo tempo, não deixa de pautar temas caros ao conservadorismo:

Enquanto queimavam e massacravam judeus em seus campos de concentração os nazistas se “preocupavam” com o direito dos animais [...] Qualquer semelhança com os movimentos esquerdistas que querem banir testes médicos com animais, mas que defendem políticas contra a vida humana, não é mera coincidência.” (Ibid. p. 49-50)

A frase final é uma referência implícita à demanda pela legalização do aborto.

Esquerda e direita

Os curtos textos que constituem os capítulos de *Mentiram (e muito) para mim* dialogam entre si e permitem compreender melhor o que Quintela entende como direita e esquerda para categorizar o nazismo no segundo polo. Diferente de Narloch, cuja definição de esquerda e direita fica somente implícita, Quintela a define com clareza.

Para ele, direita e esquerda seriam definições decorrentes de uma oposição entre conservadores e revolucionários, no que, embora não o cite diretamente, parece remeter ao pensamento de Russell Kirk (2001) elaborado nos anos 1950. Enquanto revolucionários buscam um futuro ideal em ruptura com a experiência passada, conservadores acreditariam em “pequenas mudanças, que em seu conjunto no tempo acabam por transformar esse mesmo sistema desde dentro, caracterizando um perfil de evolução histórica, sem um rumo final definido.” (Quintela, 2014, p. 30). O revolucionário não se caracterizaria somente pelo desejo de ruptura com o *status quo* - o que tornaria, por exemplo, alguém que pretende derrubar um governo comunista, em um revolucionário -, mas por ter um projeto de futuro definido. A

partir disso teriam se desenvolvido as noções de esquerda e de direita na política.

Alguns acreditavam no bem inerente do homem e na sua capacidade de remodelar a sociedade em algo melhor, rumo ao ideal, ao perfeito, com a diminuição ou mesmo a remoção completa do divino, substituído pelas “qualidades elevadas do homem” – uma humanidade auto-redimível. Já outros criam que o ser humano sempre foi e sempre será passível de falhas, e por isso desprovido da capacidade de, sozinho, criar uma sociedade ideal ou perfeita – uma humanidade não redimível. Pois bem, estes deram origem ao pensamento de direita, e aqueles ao de esquerda. (Ibid. p. 30)

O ponto de partida de Quintela é teológico e próximo ao já mencionado argumento de Eric Voegelin. Movimentos políticos que acreditassem na capacidade humana de construir e realizar um projeto de sociedade estariam fadados ao fracasso por desconsiderarem que o ser humano sempre será falho, ou, como em outra passagem ainda mais próxima da linguagem da teologia cristã, corrompido: “toda a formação ideológica de esquerda parte do pressuposto de que o homem natural não é um ser corrompido, e por isso capaz não só de imaginar uma sociedade, como também de colocá-la em prática, através do comunismo.” (Ibid. p. 74)

Enquanto, como visto, Narloch parte do liberalismo econômico para estender seus princípios a uma visão de mundo conservadora, Quintela parte de uma visão conservadora para então se associar à defesa do Estado mínimo.

Os revolucionários depositavam sua fé na capacidade e bondade do homem (pensamento iluminista humanista), o que tornava possível, ao menos em teoria, criar sistemas de governo mais justos, em que um Estado mais atuante pudesse regular a economia, defender as minorias, excitar as massas e estabelecer a justiça social. Já os conservadores eram conhecidos como realistas, pois não criam que o ser humano era capaz de conceber e realizar tamanho bem e justiça, e por isso desconfiavam de qualquer governo que acumulasse muitas funções, no temor de que este governo viesse a abusar de seu poder, acabando por se tornar totalitário e despótico. Daí que hoje os políticos de esquerda são a favor de um Estado inflado, que “cuide” das pessoas, defendendo minorias a qualquer custo, interferindo na economia com regras pesadas, impostos altos e supressão das liberdades individuais. E os políticos de direita são a favor de um Estado menor possível, com menos impostos, pouca ou nenhuma intervenção na economia e onde as liberdades individuais sejam preservadas ao máximo (Ibid. p. 31).

Nem todo movimento de esquerda acredita na possibilidade real de criar um mundo perfeito e sem conflitos, mas o que parece caracterizá-los, ainda assim, como de esquerda, segundo Quintela, é o fato de crerem que o futuro da sociedade pode ser a posta em prática de ideias humanas, de um projeto, e não a lenta e involuntária “evolução histórica”, o que evoca uma noção clássica do conservadorismo, da superioridade do “testado pelo tempo” [*time-tested*] (Honderich, 2005, p. 41) sobre o teorizado.

É possível, então, compreender com mais detalhes o que leva Flavio Quintela a classificar o nazismo na esquerda política. Embora tanto ele como Narloch tragam muitos exemplos vindos da economia, o apoio a menor ou maior interferência estatal na economia (definida como uma distinção em si, não importando as finalidades dessa interferência) é uma decorrência da essência da direita ou esquerda segundo sua definição. Apesar das influências da já mencionada “revolução conservadora” no nazismo, que fazem com que o futuro por eles idealizado seja a expressão de uma essência ariana atemporal (Herf, 1993) ou um *mito palingenético* nas palavras de Griffin (2006), como o nazismo de fato almejava romper com o presente em nome de um futuro previamente idealizado que abarca toda a sociedade, ele estaria, assim como o comunismo, localizado na esquerda.

Esse raciocínio em relação ao nazismo não é de todo inédito no universo intelectual das direitas. Além dos já mencionados Voegelin e Kirk, há outras duas referências, ainda dos anos 1940, importantes (mesmo que não citadas diretamente nos capítulos sobre nazismo) e que, tal como Narloch, têm a defesa do livre-mercado como ponto de partida: Ludwig von Mises e Friedrich Hayek.⁷ Eles também são centrais para as novas direitas em outras temáticas (Rocha, 2021). Mises (2010) afirmava que a intervenção estatal na economia a desregulava, gerando sempre demanda por novas intervenções que corrijam as distorções provocadas e culminando, segundo o autor, se não for revertida, em um controle absoluto do Estado, sendo o bolchevismo e o nazismo variantes de um mesmo desfecho. Hayek é que expande o raciocínio na direção apontada por Quintela, afirmando que o que estaria por trás dos dois “gêneros do coletivismo” [nazismo e comunismo] (Hayek, 2010, p. 75) é o planejamento social, o desejo de modelar a sociedade de acordo com um projeto pré-definido – do lado oposto, a ausência de um projeto pré-definido seria o liberalismo.

Autores contemporâneos como Narloch e Quintela, porém, não se limitam a reproduzir e popularizar os argumentos de Mises e Hayek, mas, partindo de suas ideias, tentam remodelar as categorias políticas – esquerda e direita – empregadas no debate político.

Conforme descreve Norberto Bobbio (1995), esquerda e direita têm sido conceitos relevantes na política há mais de um século. Embora existam diversas definições possíveis, a conclusão de Bobbio é de que elas convergem para apontar que, apesar de esquerda e direita poderem subdividir-se e cruzar-se com uma série de outras clivagens, o eixo primordial para dividir esses dois conceitos relacionais é a postura perante a ideia de igualdade. A esquerda tende, com maior ou menor radicalidade, a considerar que as desigualdades são nocivas e

⁷Mises é mencionado em outras passagens de ambos os livros.

devem ser combatidas e corrigidas. Já a direita tende a considerar que as desigualdades são naturais e produtivas ao desenvolvimento. Com base nisso que o nazismo é classificado na extrema-direita⁸ – além da sua trajetória social e política, que foi buscar nas direitas seus aliados mais óbvios. Pois crê que as desigualdades seriam naturais, intransponíveis, devem ser mantidas e aprofundadas, como fica evidente pelas hierarquias raciais, característica muito mais central do nazismo do que qualquer projeto econômico (Paxton, 2007). Mesmo dentro da *Volksgemeinschaft* [comunidade nacional orgânica] ariana, os laços de solidariedade se inserem dentro de um modelo de sociedade com rígidas hierarquias, que mimetiza a estrutura militarizada da experiência do *front* idealizada pelos nazistas (Herf, 1993; Mann, 2008).

Afirmar que o nazismo seria de esquerda, ao mesmo tempo em que parte de outra conceituação de esquerda e direita, é um passo necessário para que essa mesma nova definição faça sentido, já que o nazismo faz parte do imaginário social em torno dos perigos do extremismo de direita. Como afirma Rodrigo Nunes (2022, p. 32), “a gramática moral da extrema direita reflete como seus adeptos enxergam o mundo ao mesmo tempo que reivindica que o mundo seja transformado segundo essa visão.”

Portanto, Narloch e Quintela, este de forma mais explícita, propõem uma nova forma de diferenciar esquerda e direita. Letícia Cesarino (2019, p. 547) já havia notado que a oposição individualismo-coletivismo era muito importante no que chama de “gramática identitária conservadora-neoliberal emergente”. Mas essa oposição já é uma decorrência de outra mais abrangente, entre, de um lado, projetos de uma sociedade ideal futura imaginada radicalmente diferente do presente (demonizados, já que associados ao nazismo e ao comunismo) e, do outro, a crença de que as mudanças só são benéficas se surgidas do desenvolvimento espontâneo, lento e involuntário da sociedade. O primeiro caso é inevitavelmente coletivo enquanto, do lado oposto, a perspectiva de mudança consciente só existiria a nível individual. Dessa forma, os antagonismos políticos deixam de ser entre projetos políticos diferentes, para ser entre projetos e a (suposta) ausência deles.

Inclusive, conforme apontam Cesarino (2019) e Nunes (2022), essa concepção também favorece a aproximação entre conservadorismo e neoliberalismo, afinal, ambos se imaginam representando o resultado de um desenvolvimento natural. Essa narrativa acerca da própria visão de mundo serve para combater as interferências políticas, seja na economia, seja

⁸Há autores – por exemplo Mann (2008) - que, observam que os fascismos viam a si mesmos como transcendendo as divisões políticas e que incorporaram elementos de movimentos políticos muito distintos (embora muitas vezes mais táticas do que princípios). Assim, podem considerar esses movimentos difíceis de encaixar no eixo esquerda-direita, optando, neste caso, por não classificar o nazismo como uma ideologia de direita, mas sim fora desse eixo. De qualquer forma, muito distante da tese do “nazismo é de esquerda”.

na mitigação de privilégios raciais, de gênero, de orientação sexual, etc.

Má-fé

Leandro Narloch e Flavio Quintela propõem uma série de reinterpretações do nazismo que, como visto, pouco se sustentam na historiografia. Como apontei em outro trabalho, os objetivos e as consequências dessas reinterpretações podem ser diversos, como apresentar o neoliberalismo conservador como a única opção realmente antinazista, demonizar a esquerda ao associá-la a um símbolo do mal (o nazismo) e dissociar a memória crítica dos crimes nazistas da extrema-direita contemporânea (Ehrlich, 2022).

Mas, além disso, esses autores parecem propor uma nova interpretação das próprias categorias de esquerda e direita, remodelando sob quais aspectos dizemos que um movimento ou ideia política está mais próximo ou distante de outro. É esse tópico que a parte final desse artigo pretende discutir.

Apesar dos diversos equívocos factuais de Narloch e Quintela sobre o nazismo, se adotarmos os seus conceitos de direita e esquerda, a classificação que dão ao nazismo teria nexos. Afinal, o nazismo de fato é um projeto coletivista que vislumbra pôr em prática uma ideia pré-definida de como um futuro diferente do presente deve ser, processo no qual o Estado desempenha um papel importante. A questão que surge então é se a divisão de esquerda e direita proposta faz sentido. Argumento a seguir que os conceitos propostos por eles são de má-fé no sentido sartreano.

Em *O ser e o nada*, Jean-Paul Sartre (2011) define como má-fé o fenômeno de, valendo-se da liberdade, criar um sistema que negue a existência da liberdade, configurando-se em um autoengano, uma mentira contada para si mesmo. Em outras palavras, é tornar em determinismo algo que, mesmo que limitado por condições, é fruto de escolhas. A recorrente opção pela má-fé se dá porque, conforme o filósofo, os determinismos são tentativas de escapar da angústia que é a constatação da liberdade.

A má-fé não é, portanto, uma mentira como qualquer outra, que oculta uma realidade verdadeira, mas o ato de esconder, inclusive de si mesmo, que determinada realidade é, ao menos parcialmente, fruto de escolhas.

Lewis Gordon afirma que a má-fé pode ser mais do que um autoengano individual, mas um sistema de crenças e artifícios que sustentem um autoengano coletivo, configurando o que ele chama de “má-fé institucional” (Gordon, 1995, p. 45).

A definição de esquerda e direita de Narloch e Quintela, que categoriza o nazismo à esquerda por ser um projeto de futuro previamente idealizado englobando a sociedade como

um coletivo só faz sentido se, do lado oposto, houver algo que não seja isso. Segundo Narloch e Quintela há: o capitalismo liberal-conservador seria fruto da evolução histórica da humanidade e não da posta em ação de algo planejado.

A tese de que o nazismo seria de esquerda requer, portanto, outra falsificação para que as definições de esquerda e direita que deslocam o nazismo de polo do espectro político se sustentem.

Diversos trabalhos, como, por exemplo, os de Ellen Wood (2001) e E. P. Thompson (1998), demonstram que é falso que o capitalismo (e menos ainda o liberalismo) tenha surgido como fruto da evolução ou como o desabrochar de uma característica natural humana latente. Os impulsos expansionistas do capitalismo “precisaram de vastas transformações e sublevações sociais para ser acionadas” (Wood, 2001, p. 125). O capitalismo foi fruto de rupturas violentas com o *status quo*, seja envolvendo tomadas violentas do Estado ou descontinuidades drásticas como os cercamentos. O capitalismo também não é resultado de transformações deixadas em aberto, mas sim idealizado por intelectuais como John Locke ainda no século XVII, que não só o descreveram, mas o teorizaram como um modelo de sociedade (Wood, 2001) – o que não significa, como em qualquer teoria social, que a prática tenha sido aplicação perfeita da teoria. Isso fica ainda mais claro em relação ao neoliberalismo que se constitui como um projeto específico de racionalidade humana (Dardot e Laval, 2016).

Se, como Walter Benjamin (2013), considerarmos o capitalismo como uma religião que esconde seu deus, até mesmo a dimensão de religião política enfatizada pelo tão citado por Leandro Narloch, Jonah Goldberg, se aplicaria ao capitalismo.

Em outras palavras, Quintela propõe (e Narloch, em linhas gerais, adota) uma divisão entre esquerda e direita que serve para demonizar o que conhecemos como esquerda, mas na qual de fato nada se localizaria na direita. Para fazer sentido, Narloch e Quintela escolhem – e precisam –, em má-fé, negar que o capitalismo é também fruto de projetos de futuro idealizados, para manter intacto seu sistema de crenças.

Ocultar a historicidade do capitalismo não é uma novidade, tanto que Ellen Wood (2001) posiciona seu livro como parte do esforço de contestar essa tese. Mas deslocar o nazismo para a esquerda do espectro político desempenha um papel muito interessante para os defensores dessa ideia, pois agrupa todos os não-capitalismos em um mesmo conjunto dentro de uma linha divisória já conhecida, a de direita e esquerda. Narloch e Quintela capturam esses significantes de amplo uso para preenchê-los com um significado mais conveniente.

Não afirmo com isso que o objetivo em dizer que o nazismo é de esquerda seja, ao final, negar a historicidade do capitalismo, como se fosse parte de uma grande conspiração,

mas que isso ao mesmo tempo mobiliza e dá uma sensação de coerência a sensibilidades políticas que compõe uma gramática das novas direitas.

Considerações Finais

As interpretações de Leandro Narloch e Flavio Quintela sobre o nazismo – que, embora por caminhos diferentes, acabam sendo semelhantes – não somente distorcem o conhecimento produzido sobre nazismo, mas, para funcionar, precisam inventar novos critérios, em má-fé, de dividir esquerda e direita.

A título de conclusão, podemos refletir sobre algumas consequências dessa operação. Os argumentos dos autores analisados apontam que qualquer ideia de um futuro coletivo idealizado, mesmo quando de boas intenções, “politicamente corretas”, irá culminar em catástrofes cujos exemplos extremos seriam os “irmãos gêmeos que brigam” (Narloch, 2013, p. 203), nazismo e o comunismo. A única opção para escapar disso seria o conformismo ao real existente (ignorando que esse real também é resultado de um projeto de futuro). Ao mesmo tempo, como apresentado na introdução, Narloch e Quintela se enxergam como combatentes contra o sistema. Rodrigo Nunes define muito bem esse fenômeno como “uma forma extremamente conformista de revolta [...] uma política antissistema para pessoas que não acreditam que o sistema possa de fato mudar” (Nunes, 2022, p. 48).

Isso restringe a imaginação histórica. Se, “a política é antes de tudo uma disputa para definir os limites do possível” (Ibid. p. 16), a tese de Narloch e Quintela sobre o nazismo reorganiza as categorias políticas e retira desses limites uma série de ideias políticas – qualquer idealização de como o mundo deve ser - ao aproximá-las do já interditado nazismo.

Dessa forma, a memória dos crimes nazistas que, ao menos potencialmente, é mobilizada contra regimes autoritários e repressivos (embora este não seja seu único uso possível) (Alexander, 2003), perde esse potencial crítico e é redirecionada contra seus supostos vizinhos ideológicos na esquerda, ao mesmo tempo em que abre espaço para incluir nos “limites do possível” princípios característicos da extrema-direita como a rejeição da alteridade, a idealização de uma essência nacional/racial/religiosa atemporal e o autoritarismo, agora dissociados da referência do nazismo.

Referências Bibliográficas

ABAL, Felipe Cittolin. Um risco para a História: normalização, revisionismo e reacionarismo. **Revista Hydra**. v. 4, n. 7, p. 50-67, 2019.

ALEXANDER, Jeffrey. **Trauma: A social theory**. Malden: Polity Press, 2012.

ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, pp. 115-128, 2016.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, pp. 161-184, 2021.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. In: BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1921].

BITTENCOURT, Julinho. Leandro Narloch, que já foi citado por Bolsonaro como sinônimo de independência, pede a sua renúncia. **Forum**, 2021. Disponível em <https://revistaforum.com.br/redes-sociais/2021/1/26/leandro-narloch-que-ja-foi-citado-por-bolsonaro-como-sinnimo-de-independncia-pede-sua-renuncia-90304.html> Acessado em 13/05/2025.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CAMPANA, Priscila. O mito da consolidação das leis trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro. **Revista Jurídica – CCJ/FURB**. v. 12, n. 23, pp. 44-62, 2008.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CESARINO, Letícia. Pós-Verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética, **Ilha**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021

COOPER, Milinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Nova York: Zone Books, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EHRlich, Michel. Nazismo de esquerda? Considerações sobre o revisionismo ideológico sobre o nazismo no Brasil. In: SCHURSTER, Karl; GHERMAN, Michel; FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar (orgs.). **Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente**. Recife: Edupe, 2022.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, pp. 39-63, 2019.

FAWCETT, Edmund. **Conservatism: the fight for a tradition**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

FRASER, Nancy. **Los Talleres Ocultos del Capital**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

GOLDBERG, Jonah. **Fascismo de esquerda: a história secreta do esquerdismo americano**. São Paulo: Record, 2009.

GORDON, Lewis. **Bad faith and antiblack racism**. Nova York: Humanity Books, 1995.

GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Nova York: Routledge, 2006.

GRIFFIN, Roger. An Academic Book — Not! **History News Network**, 2010. Disponível em

<<https://web.archive.org/web/20210120040145/http://www.hnn.us/articles/122473.html>>

Aceso em 22/04/2023.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010 [1944].

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

HONDERICH, Ted. **Conservatism: Burke, Nozick, Bush, Blair?** Londres: Pluto Press, 2005.

KERSHAW, Ian. **The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation**. New York: Bloomsbury, 2015.

KIRK, Russell. **The Conservative Mind: from Burke to Eliot**. Washington: Regnery Publishing, 2001 [1953]

LIU, Larry. Economic Policy in Nazi Germany: 1933-1945. **Penn History Review**, 2013.

MANN, Michael. **Fascistas**. São Paulo: Record, 2008.

MAZZINI, Leandro. Narloch assume a Comunicação do Partido Novo. **IstoÉ**, 2023. Disponível em <https://istoe.com.br/narloch-assume-a-comunicacao-do-partido-novo/>. Acessado em 13/05/2025.

MILES, William. Third World views of the Holocaust. **Journal of Genocide Research**, v. 6, n. 3, pp. 371-393, 2004.

MISES, Ludwig von. **Omnipotent Government: the rise of the total state and the total war**. Auburn: Mises Institute, 2010 [1944]

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

NARLOCH, Leandro. Deveríamos ser otimistas com o governo Bolsonaro? **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2018/10/deveriamos-ser-otimistas-com-o-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em 13/05/2025.

NUNES, Rodrigo. **Do Transe à Vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu, 2022.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 80, pp. 37-59, 2019.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAXTON, Robert. The Scholarly Flaws of "Liberal Fascism". **History News Network**, 2010. Disponível em <<https://historynewsnetwork.org/article/122231>> Aceso em 22/04/2023.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, pp. 863-902, 2015.

QUINTELA, Flavio. **Mentiram (e muito) pra mim**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2014.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada – ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 2011 [1943].

SCHURSTER, Karl. Uses and abuses about the concept of Nazism: how political ignorance leads us to think that this phenomenon may be left-wing. **Boletim do Tempo Presente**, n. 13, pp. 52-57, 2019.

SOUSA, Bertone de Oliveira. Nazismo, Socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v. 7, n. 14, pp. 141-163, 2015.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAVERSO, Enzo. El totalitarismo: usos y abusos de un concepto. In: **Las escalas del pasado: IV Congreso de Historia Local de Aragón (Barbastro, 3-5 de julio de 2003)**. Instituto de Estudios Altoaragoneses, p. 99-110, 2005.

TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

VENANCIO, Renato. O Incorreto no “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. **HH Magazine**, 2018. Disponível em <<https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>> Acesso em 22/04/2023.

VOEGELIN, Eric. **As Religiões Políticas**. Lisboa: Passagens, 2002 [1938].

WAKEFIELD, James. A. James Gregor and ‘the Karl Marx of Fascism’. **Giornatadi Studi in onoredi A. James Gregor (1929-2019)**, 2020.

WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

Submetido em: 20 maio 2025

Aceito em: 28 jul. 2025

Consumindo o comunismo: memória, nostalgia, tempo e capitalismo na era pós-soviética

Consuming Communism: memory, Nostalgia, Time, and Capitalism in the Post-Soviet Era

Lúcio Geller Junior,¹ UFRGS

Resumo

Há várias décadas a historiografia discute o surgimento de uma “virada memorial” nos anos 1980, que coincidiu com o declínio do comunismo na Europa, levando a uma tendência de subsumi-lo na categoria de totalitarismo. Como estudo de caso, procuro demonstrar aqui como a Rússia contemporânea não promove uma *memória anticomunista do comunismo*, tampouco uma *memória apologética do comunismo*. E sim uma *memória capitalista do comunismo*. Em razão disso, revisito um conjunto de entrevistas de história oral com mulheres ex-soviéticas radicadas no Brasil, sugerindo que a relação atual com o passado é vista como uma forma de *consumo* de memória.

Palavras-chave: Memória; nostalgia; tempo, capitalismo (neoliberal); União Soviética.

Abstract

For several decades, historiography has discussed the emergence of a “memorial turn” in the 1980s. Among other things, this coincided with the decline of communism in Europe, leading to a tendency to subsume it under the category of totalitarianism. As a case study, I seek to demonstrate here how contemporary Russia does not promote an anti-communist memory of communism, nor an apologetic memory of communism. It is a capitalist memory of communism. Because of this, I revisit a set of oral history interviews with ex-Soviet women living in Brazil, suggesting that the current relationship with the past is seen as a form of memory consumption.

Keywords: Memory; nostalgia; time, capitalism (neoliberal); Soviet Union.

Tudo que é soviético está de novo na moda. Por exemplo, os cafés “soviéticos”, com nomes soviéticos e comida soviética [...]. Na televisão, dezenas de programas, e na internet dezenas de sites de nostalgia “soviética”. Você pode visitar como turista os campos stalinistas.

Svetlana Aleksíévitch, *O fim do homem soviético* (2013)

Para aqueles lugares eram levados os despojos dos deuses e de seus templos consumidos pelas chamas, não para devolvê-los aos vencidos, e sim para dividi-los entre os vencedores.

Santo Agostinho, *Cidade de Deus, Parte I* (426)

Introdução. Dois consumos

Há tempos é detectada uma “virada memorial” a partir dos anos de 1980. As interpretações são variadas e o diagnóstico mais partilhado é a sua relação com certas transformações socioculturais. Inicialmente, pensei em descrever essas leituras a partir da historicidade do capitalismo e a emergência de uma razão neoliberal (Fraser; Jaeggi, 2020;

¹ Doutorando, Mestre e Graduado (Licenciatura e Bacharelado) em História pela UFRGS. Integra o Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA). E-mail: lucio.geller@gmail.com

Dardot; Laval, 2016); a tese de uma “aceleração” temporal (Rosa, 2022); ou a constatação de um novo regime de historicidade, qualificado de “presentista” (Hartog, 2013).² Contudo, as interfaces de cada uma delas militam contra a facilidade da narração.

Tudo mudou ao reencontrar o trecho de *O fim do homem soviético*, de Svetlana Aleksievitch, citado acima. O capítulo que começa com a despedida da época soviética, acaba com uma percepção sobre a vida póstuma da mesma. Nele, Aleksievitch esboça o que muitos intérpretes associam ao interesse pela memória: a chance de *consumir* o passado como *souvenirs*, mídias, turismo, para uma satisfação pessoal muito efêmera.

O verbo consumir, na acepção latina, não significa só *aquisição*. Como exclamou Agostinho diante do saque de Tróia, há o que é “consumido pelas chamas”. O consumo que leva ao fim pelo uso. O *fim* da União Soviética, política e economicamente dissolvida em 1991, poderia ser para alguém um exemplo disso. Aliás, sua queda coincide com a “virada memorial”, de modo que, para quem crê numa separação entre esses dois sentidos, o velho mundo de Aleksievitch só poderia existir hoje como consumo pela *aquisição*.

No campo memorial, muitos intérpretes falam que os anos de 1980 foram cruciais para varrer seus escombros com uma *narrativa mestra* sobre o comunismo.³ Outrora exaltado, o seu potencial emancipatório teria sido ofuscado pela memória das violências da experiência soviética - a exemplo de museus como a Casa do Terror em Budapeste -, ligada mais ao presente das vítimas do que ao futuro prometido pelo socialismo.

Contudo, a passagem de Aleksievitch fala de um “apelo pela União Soviética”, que parece bem mais positivo do que o paradigma da vítima. Mas, no caso da Rússia da escritora, fala-se de “nostalgia soviética”, ou seja, de algo muito estreito para um ponto de vista desfavorável.⁴ Apesar disso, proponho aqui que a aparente diferença de perspectiva da Rússia, em comparação com o modelo anticomunista dominante, não conduz a uma memória menos estigmatizada do comunismo. Afirmação que sustentarei a partir da hipótese de que a sua relação com o passado soviético assume os dois sentidos do verbo consumir: quando é *adquirido* dessa forma, ele também é *destruído*.

Com isso, não creio num passado em estado puro, passível de ser destruído. Este, como lembra Michel-Rolph Trouillot (2016. p. 41), é relativo ao presente, “assim como só posso apontar para algo *lá* porque estou *aqui*”. Prova disso, é o enaltecimento dos tempos soviéticos no presente. Por isso, acredito que as duas faces do consumir devam ser menos

² Todas essas teses, como veremos, são categorias criadas para interpretar experiências, e não estas em si.

³ Enzo Traverso (2018; 2020) é referência na análise temporal da falência do “socialismo real”.

⁴ Em razão da abundância de iniciativas do governo russo nesse sentido, a literatura competente vem adotando o conceito de “nostalgia”, a exemplo de Ilya Kalinin (2011).

literais do que o *fim* de um Estado, propriamente dito; e mais perspectivas, como os meios pelos quais o passado dura através da memória.

É nesse sentido que compreendo, portanto, o consumo como destruição: ao oferecer essas possibilidades de consumir (adquirir) o passado soviético, a Rússia atual não o expressa conforme as suas antigas promessas de futuro (destruídas). Isso não significa, como explicarei, que seja uma mera *memória anticomunista do comunismo*. Mas de uma *memória capitalista do comunismo*, em que o elemento “anti” abre espaço para um significado positivo do passado, à maneira das visões de mundo neoliberais, capazes de tornar uma *memória do comunismo* em uma *memória do capitalismo*.

Para compreender como a relação nostálgica não é nem um “anti” nem um “pró” comunismo, analisarei relatos pessoais que tanto expressam, quanto constataam esses sentidos. Isso será feito *revisitando* um conjunto de entrevistas de história oral realizadas no âmbito de minhas pesquisas com mulheres que viveram na União Soviética e migraram para o Brasil em anos recentes.⁵ Não esqueço que há, porém, um aparente conflito de escalas nessa análise. Se, de um lado, eu procuro dialogar com interpretações sobre um *fenômeno coletivo* da memória na Rússia; de outro, eu parto de *narrativas particulares*. Não procuro confirmar ou desacreditar o primeiro por meio do segundo. E sim, cruzar diagnósticos abrangentes com histórias particulares. Isso implica verificar se as perspectivas individuais ressoam no coletivo e se o coletivo ressoa no individual.

Nenhuma das entrevistadas reside hoje em ex-repúblicas soviéticas. Anna Savitskaia, Elena Gaissionok, Cristina Dunaeva e Irina Aragão migraram para diferentes partes do Brasil entre 1992 e 1999. Apesar disso, essa separação não impede uma reflexão sobre o mundo que deixaram para trás. A “hermenêutica da distância”, longe de ser um obstáculo, proporciona uma perspectiva única a partir do novo mundo (Traverso, 2012, p. 238). Esse ponto de vista sobre a terra natal abre espaço para se pensar ainda que, seja a perspectiva condenatória do comunismo, seja a nostálgica, estamos diante de parâmetros que *pressupõem* como devemos olhar para a União Soviética. Logo, mitos e estereótipos podem embaçar a pluralidade da vida social. Por isso, dedico a primeira parte destes escritos às imagens que rondam o período soviético e ao modo como as entrevistadas se posicionam em relação a ele.

Finalmente, as partes seguintes abordam a questão da “nostalgia soviética”, até chegar ao teste da hipótese da produção e consumo de uma *memória capitalista do comunismo*. A segunda parte, apresenta o debate sobre o apelo público do passado soviético em paralelo com

⁵ A pesquisa contou com a participação de quatro mulheres que, por diferentes razões, foram viver no Brasil depois da dissolução da União Soviética. As entrevistas foram realizadas entre 2018 e 2021.

as lembranças das quatro entrevistadas. E, a terceira, analisa como as perspectivas delas qualificam muitos dos referidos diagnósticos sobre as mudanças socioculturais atuais a partir do mundo pós-soviético.

Parte 1. Duas imagens

A fé cristã, segundo Georges Didi-Huberman (2010, p. 48), é, há muito tempo, forçada à exuberância de imagens angustiantes como a visão do túmulo vazio de Cristo, sem o qual não haveria a crença na ressurreição. A ausência do corpo impõe ao fiel a sinistra imagem daquilo que o fará igual a esse corpo em seu futuro mundano. A escapatória litúrgica dessa angústia foi a tautologia: “o que vejo é o que vejo, e o resto”. Um túmulo é apenas um túmulo e “o homem da crença prefere esvaziar os túmulos de suas carnes putrescentes” para enchê-los de imagens corporais sublimes, “feitas para confortar e informar - ou seja, *fixar* - nossas memórias, nossos temores e nossos desejos”.

Desse ponto de vista, as imagens não procuram só simular a realidade. Quer seja mental, literária ou plástica, uma imagem manifesta um desejo (Didi-Huberman, 2019). Durante um século, a iconografia comunista procurou *fixar* na memória de várias gerações a lembrança da Revolução de Outubro como um chamado para as batalhas vindouras, rumo a um futuro resplandecente. Foram essas imagens que Serguei Eisenstein exibiu no filme *Outubro* (1927). Paralelamente, surgiu uma *contraimagem* da revolução que retrata o comunismo como um fenômeno totalitário que atravessou o século XX. Sobretudo a partir dos anos de 1930, quando a União Soviética passou por purgas políticas e repressões sociais, essa imagem monolítica prosperou (Traverso, 2021, p. 203-245.).

Assim como o vazio cristão, essas duas imagens lançaram mão de tautologias para saturar a angústia de não coincidirem com o real. De um lado, o mito da epopeia revolucionária preencheu o espaço entre a via soviética e os sonhos do *Manifesto comunista* (1848). De outro, as vivências soviéticas dissonantes foram diminuídas pelas percepções engessadas do paradigma totalitário. Uma de minhas preocupações ao trabalhar com história oral era acessar o entendimento que as entrevistadas tinham de si enquanto soviéticas. Isso porque eu queria oferecer uma imagem histórica mais nuançada do que a de um indivíduo esmagado pelo Estado, sem cair na máxima revolucionária.

Felizmente, encontrei uma acolhida recíproca por parte das entrevistadas. Lembro do tempo que Anna destinou para descrever sua casa em Kiev, na Ucrânia, com “a mesa e as duas poltronas feitas na Iugoslávia” e “os móveis da sala na Romênia.”. Só muito depois eu entendi que, com isso, ela queria expressar uma imagem menos rígida do que a “dos filmes

soviéticos, que parece tudo padronizado” (Entrevista 1). Irina, certa vez, mostrou uma fotografia da mãe (Galina Dubovtseva, ao centro) ao lado de algumas amigas em Moscou (fig. 1). “Essa aqui é bem na década de [19]60”, disse ela, e “isso é uma banca de jornal. Elas eram todas de vidro e vendiam jornais, revistas, selos, calendários...”. Embora “todo mundo aqui [no Brasil] achasse que todo mundo [lá, na União Soviética] andasse com a mesma cor” ou “que todo mundo fosse triste”, concluiu ela, “está longe de ser triste” (Entrevista 1).

Figura 1 - Galina e amigas, c. 1960



Fonte: Irina Aragão (arquivo pessoal cedido ao autor), 2021.

Figura 2 - Galina e sua prima, c. 1950



Fonte: Irina Aragão (arquivo pessoal cedido ao autor), 2021.

De fato, na imagem Galina estampa um sorriso largo. A vitrine ao fundo ostenta a variedade de objetos que Irina relembra. A menção à cor do vestuário, contudo, referia-se a uma fotografia que ela havia comentado antes. Nela, aparecia mais uma vez sua mãe (à direita), acompanhada de uma prima em um bosque (fig. 2). “Eu gosto dessa foto por algumas coisas”, disse. “Sempre adoram colocar a União Soviética como se todo mundo se vestisse igual [...] Repara, ela tá com uma saia *new look*” (Entrevista 1).

Por meio do riso, da variedade de itens de consumo e das roupas, sua intenção era quebrar com a imagem do “Estado total” que poderia se refletir tanto em uma falta de personalidade dos indivíduos, quanto em uma uniformidade dos padrões de vida. Na entrevista seguinte, Irina aprofundou o que queria dizer a partir das fotografias, refletindo sobre a expressão “cortina de ferro”. Cunhada em 1946 por Winston Churchill, o termo era visto como uma imposição estrangeira, que não refletia a perspectiva das pessoas que viviam

“sob a cortina de ferro”.⁶ Irina argumentou que o termo “nunca fez sentido, era o lugar onde nos colocavam”, contra a capacidade de moldar suas próprias experiências.

Da mesma forma, as duas fotografias querem mostrar como essas imagens preexistentes são exteriores. Não simplesmente pela sua origem, mas pela capacidade de compreensão de experiências divergentes. Até porque, Irina também busca se situar fora do objeto de sua narrativa. O “aqui” de onde ela parte é um lugar estrangeiro, o Brasil. É nele, como disse, que aprendeu o que era “ser soviética” em outras partes do mundo. E é dele que ela articula um olhar que se movimenta entre as referências de *dentro*, e de *fora*, para lhe oferecer uma imagem menos “triste” e “sem cor”.

De modo algum as entrevistadas buscam absolver a União Soviética, como se suas experiências fossem “a verdade”. Cristina, ao contar sobre a rotina escolar, lembra da descrença coletiva nos lemas oficiais da época. Frequentemente, “tínhamos que fazer juramentos à bandeira e ficar lá ouvindo coisas. Era Lênin pra lá, Lênin pra cá. Ninguém respeitava mais Lênin” (Entrevista 1). Apesar disso, ela pondera que, “hoje em dia, eu penso que era boa a educação”. Da mesma forma, Elena garante que, “quando a gente termina a escola, a nossa *bagagem* é enorme” (Entrevista 1). Mas adverte (Entrevista 2):

[...] que a gente pode avaliar isso só bem depois. Agora a gente começa a perceber o que foi bom, o que não foi bom. Mas, mesmo assim, tinham coisas bem boas e tinham coisas bem ruins. Por isso, a gente *não quer voltar a isso*, porque [era uma] *uniformidade do comportamento* da própria sociedade, entendeu? Muito... às vezes, oprimido, porque se você não... não combina com [a] maioria, você ‘apanha’.

Esta passagem demonstra a forma como elas procuram interpretar a vida na União Soviética: um mundo bem mais colorido do que se acreditava estar atrás das cortinas da Guerra Fria e nem por isso menos vulnerável às adversidades do convívio social. Seria incoerente, porém, se eu não notasse que a segunda percepção vem sempre acompanhada de ressalvas, a exemplo das citações de Cristina e Elena. Isso porque elas veem uma desproporcionalidade na repercussão das duas imagens da União Soviética hoje, de modo que a ideia de totalitarismo lhes parece ter ganhado mais destaque. Por isso, segundo Anna, suas críticas não “jogam a criança fora com a água do banho” (Entrevista 3).

Embora falem do período soviético, nada disso é *passado*. Basta considerar que essa época não parece estar encerrada diante da imagem corrente do totalitarismo. Afinal, é dessa posição que elas falam. Além disso, as perspectivas delas ressoam o quão bem sucedida foi a

⁶ A expressão designa toda a esfera de influência da União Soviética que, nas palavras do premiê britânico, tinham suas sociedades sujeitas à “formas de controle de Moscou” (Churchill, 1946).

inscrição da experiência comunista dentro da imagem totalitária, que emergiu com a ruína do socialismo no Leste Europeu. É verdade que essa perspectiva não é nova. O final do século XX apenas a despertou de sua “segunda hibernação”.⁷ O colapso do campo socialista permitiu ao capitalismo afirmar-se como a única alternativa viável, destacando o “fracasso” do comunismo.⁸ Não obstante o insucesso comparado em termos de duração, a história inteira do comunismo foi subsumida à face violenta da história soviética dos anos de 1930, que absolveu as brutalidades do capitalismo,⁹ como se superadas devido a sua continuação em um mundo sem alternativas.¹⁰

Por fim, se as narrativas das entrevistadas convidam a não assumirmos as imagens soviéticas como uma realidade *per se*, elas também mostram o peso delas ao falarem de si mesmas. Por isso, dizer que são “imagens” não significa que sejam fúteis, de modo que, se as entrevistadas precisam se afirmar diante delas, é porque as mesmas existem como categorias sociais incontornáveis. Foi preciso apresentá-las, por um lado, porque não acredito que existam só essas duas, sendo a nostalgia, como discuto adiante, mais uma entre outras possíveis; e, por outro, para não compreender essa terceira como um reflexo das anteriores. A seguir, entrelaço a imagem nostálgica com as narrativas orais.

Parte 2. Duas nostalgias

Para decifrar a nostalgia soviética começarei com uma analogia não muito diferente da anterior. Embora a iconografia cristã pareça estranha a um mundo, em tese, avesso ao clero, foi a liturgia deste que ergueu um mausoléu em 1924 para o corpo embalsamado de Lênin que, “como o dos santos da Igreja Ortodoxa, não conheceu a podridão” da carne (Hill, 1967, p. 161). Quase oitenta anos depois, é a edificação de uma réplica exata da Catedral de Cristo Salvador que marca a chegada da Rússia no século XXI. Decerto, tais paralelos passariam despercebidos, não fosse o fato do templo original ter sido destruído em 1931 para a construção do Palácio dos Sovietes, um jamais concretizado arranha-céu com uma estátua gigantesca de Lênin no topo (*fig. 3*).

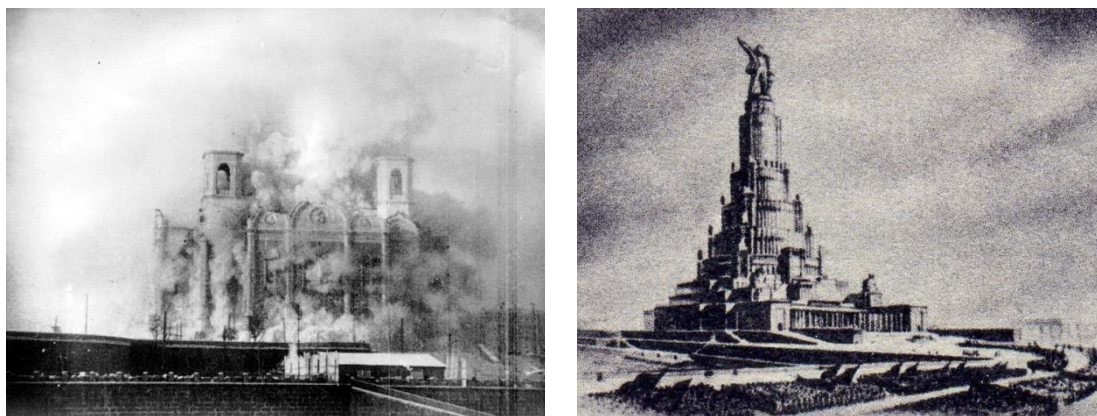
⁷ A primeira hibernação foi durante a aliança de países contra o nazismo. A segunda, ocorreu após a fadiga das chamadas “teorias do totalitarismo” do pós-guerra (Traverso, 2021, p. 177-182).

⁸ Sobre essa discussão, ver o debate de Nancy Fraser com Rahel Jaeggy (2020, p. 79-133).

⁹ Ver capítulo 5 *O marxismo e o ocidente* de Traverso (2018, p. 315-370).

¹⁰ É lógico que inúmeras correntes de esquerda sobreviveram ao fim do socialismo soviético. A questão colocada é o quanto a superposição deste abalou-as no momento de sua ruína (Traverso, 2018, p. 30).

Figura 3 - Catedral original (à esquerda) e Palácio dos Sovietes (à direita)



Fonte: Fotografia da demolição da catedral em 1931 e cartaz de 1937 do Palácio dos Sovietes. *Wikimedia Commons* (domínio público).

A afinidade do messianismo de um mundo sem classes, plasmado na iconografia de Lênin, com a escatologia cristã, mostra a permanência, dentro da tradição comunista, de um impulso religioso que conviveu com o ateísmo marxista, rompendo as imagens totalitária e revolucionária (Traverso, 2018, p. 156). Aliás, pude ouvir isso de Irina, que foi iniciada na confissão ortodoxa (Entrevista 1). Porém, mais do que bifurcações, essas comparações expressam o impulso de *construir* ou *reconstruir* o que não existe mais ou o que nunca existiu, sendo isso uma das definições possíveis de nostalgia.

A nostalgia foi por muito tempo considerada uma doença que, com a volta ao lar, poderia ser curada e, além disso, mostrar a intensidade do amor à pátria. Ao invés de um mal, recentemente se começou a repensá-la em termos de concepções temporais. Dentro das análises de Reinhart Koselleck sobre o conceito de história, poderíamos aproximá-la do advento da História com H maiúsculo (*Geschichte*). Afinal, a síntese entre narração e interpretação de eventos também ligou o passado e o futuro num processo contínuo, que referenda a existência de noções como “a pátria” (Koselleck, 2013, p. 119-135).

Para Svetlana Boym, isso mostra como a nostalgia não é *a priori* oposta à visão de progresso do conceito moderno de história. Primeiro, porque querer voltar a uma condição anterior implica em “relações entre a biografia individual e a biografia de grupos” interessados em realidades futuras. Em contrapartida, ela se revolta com a ideia de progresso quando “anseia por um tempo diferente” do seu, lhe gerando um “mal-estar” diante dos rumos percebidos. Por isso, propõe Boym (2017, p. 154), a nostalgia não expressa só uma saudade local, mas uma compreensão de mudança no tempo e no espaço.

Assim como progresso e nostalgia podem coexistir, as edificações mencionadas podem servir como o espelho do mesmo fenômeno nostálgico. A catedral existiu até o

impulso grandiloquente da arquitetura soviética; enquanto o palácio ficou só no papel. O artefato destruído e o sonho não alcançado podem, a um só tempo, serem motivo de nostalgia. Na Rússia dos anos 2000, a primeira ganhou uma réplica exata no lugar onde a segunda jamais existiu. Segundo Boym (2017, p. 159), estaríamos diante de uma “nostalgia restauradora”, muito associada a movimentos em defesa de tradições e valores absolutos, com foco num retorno às origens e na reconstrução da terra perdida.

Isso não significa que a nostalgia pelo objeto inexistente seja menos viável. Ainda segundo Boym, o futuro prometido pelos soviéticos poderia estar mais próximo de uma “nostalgia reflexiva”. Reconhecida pela dubiedade de querer voltar, ela se manifesta mais em narrativas individuais, que toleram a fragmentação do objeto perdido, para preservar as “memórias da destruição”. Porém, como assinalado, a nostalgia soviética atual é geralmente vista ao contrário: é a grandiosidade soviética que parece dominante.¹¹

Quando uma das organizações de pesquisa mais respeitadas e independentes da Rússia, o Centro de Análises Levada (2017), foi às ruas em 2014 e 2017 com a pergunta “você lamenta o fim da União Soviética?” o percentual de quem respondeu sim foi de 58%. Em 2019, o Levada concluiu o projeto *A Pessoa Soviética* (2019). Os entrevistados podiam escolher uma resposta do cartão de pesquisa que correspondesse às suas ideias sobre a União Soviética. Em ordem decrescente, as três principais respostas foram: a) a atenção do governo com as pessoas comuns (17%); b) a falta de conflito interétnico (13%); e, c) o desenvolvimento econômico e a ausência de desemprego (12%).

À primeira vista, os dados parecem confirmar a inversão dos tipos de nostalgia nos casos apresentados. Não seria o arranha-céu leninista a verdadeira referência de nostalgia restauradora e o santuário ortodoxo apenas uma exceção? A resposta mais razoável, à maneira de Boym (2017, p. 162), seria que ambos os tipos de nostalgia podem se sobrepor, ainda que a reflexiva aprecie mais uma certa “ruinofilia”, ao invés de réplicas exatas. Nada disso é impossível, não fosse um não tão pequeno detalhe: Lênin nas alturas.

Responder sim ou não sobre se a União Soviética deixou saudade é muito vago. O próprio Vladimir Pútín (2005), que desde sua chegada ao poder em 2000 não indicou qualquer restauração do socialismo de Estado, chamou o colapso da União Soviética de “catástrofe geopolítica do século”. Por isso, acrescentei os dados qualitativos da sondagem de 2019. Neles, o país do século XX está mais associado à proteção social oferecida pelo Estado, à

¹¹ Em 2009, foi concluída a restauração do colosso em aço *O operário e a mulher camponesa*, do mesmo criador do Palácio dos Sovietes, em Moscou (Kalinin, 2011, p. 159).

percepção de uma harmonia fronteiriça e ao poderio econômico (coletivo e pessoal) do que ao futuro sublime que a estátua de Lênin aponta.¹²

Por um lado, pude perceber sentidos muito parecidos nas entrevistas. Ao recordar da época em que a família procurava uma moradia própria, Anna adverte que isso não foi difícil “por causa do dinheiro”, mas “porque tinha que [se] mudar a cada ano” (Entrevista 1). Já Elena, comenta não só como o “cinema estrangeiro” era bem vindo, como acessível, custando apenas “10 *copéques*”. “Orquestras, em sábado ou domingo, de Tchaikovski, 10 ou 20 *copéques*”, completa (Entrevista 1). Em outro encontro, Elena resgata essa ênfase no acesso ao lazer para expressar uma ideia de segurança social.

Não tinha inflação. Você imagina? Trinta anos sem inflação! Trinta. Trinta anos sem inflação! A gente lembra o preço de várias coisas. Sorvete, 19 *copéques*. A vodca, 3,62. O conhaque, 4,12. O queijo, 3,60. Entendeu? Manteiga, 2,80. Tudo isso é o mesmo preço, igual, há trinta anos [...] O preço do pão, do leite, tudo, tudo, foi trinta anos o mesmo.

Por outro lado, enquanto se inserem nessa percepção coletiva identificada pelas pesquisas de opinião, elas indicam como a nostalgia soviética também está relacionada com a ausência dos princípios propriamente “soviéticos”. Todas elas fazem referência a uma certa qualidade de vida porque, como adverte Cristina, “mal ou bem, tinha teto, tinha escola, tinha acesso ao sistema de saúde e aí tudo foi privatizado [...] Os salários se desvalorizaram, as coisas ficaram caras [...] Foi uma tragédia” (Entrevista 1). Em outras palavras, seu foco está nesses aspectos porque tudo isso foi perdido e, sobretudo, não voltou com o apelo recente ao passado soviético, considerando que, “hoje em dia, não tem nenhuma garantia social” (Entrevista 2).

Então, não é incorreto afirmar que a nostalgia soviética, da forma como descreve Aleksiévitich, está mais próxima da reconstrução da Catedral de Cristo Salvador, do que do esperado Palácio dos Sovietes. Isso porque aquilo que inspirou a realização de um projeto de segurança social, o comunismo, não é o que se busca reconstruir, mas o forro barato de uma grandiosidade que pode servir a qualquer objetivo. É o arranha-céu de Lênin, sem Lênin. É lógico que a restauração de monumentos soviéticos, como da estátua de *Lênin na Estação Finlândia* em 2010, sugere o oposto. Contudo, assim como o túmulo vazio de Cristo, todo

¹² Em 1992, reformas capitalistas, como a liberalização dos preços e a privatização de empresas estatais, causaram uma grave crise após o desmantelamento do socialismo de Estado. A fala de Pútín está na esteira do discurso que o cacifou à presidência em 2000, isto é, se contrapor às reformas que teriam apartado o país das garantias apontadas nas pesquisas de opinião pública sobre a era soviética. Todavia, em todos os seus anos no poder, ele jamais buscou romper com o paradigma capitalista do qual se beneficiou (Segrillo, 2012, p. 105). Na verdade, segundo Angelo Segrillo (2012, p. 115), ele apenas combina em seu governo uma ala militar mais estatista (*siloviki*) com uma ala tecnocrática civil mais liberal e voltada para o mercado.

trabalho em concreto, aço ou bronze comunista está envolto numa camada de “indiferença quanto ao que está justamente por baixo, escondido, presente, jacente”. Quando essa tautologia recusa a “temporalidade do objeto”, há pouca diferença entre restaurar Lênin ou Cristo Salvador (Didi-Huberman, 2010, p. 39).

Naturalmente, só pude chegar a esse sentido qualificando as sondagens através das entrevistas, que denotam como a nostalgia pelo futuro comunista é percebida numa dimensão “reflexiva”, em que a “saudades e o pensamento crítico não se opõem” (Boym, 2017, p. 161). Já a nostalgia reconhecida na esfera pública é percebida dentro de um movimento “restaurador” que busca destituí-la dos sonhos do passado pelo “despertar” do presente. Nas palavras de Cristina (Entrevista 2),

[...] aquele discurso oficial, que o Pútín está propagando, de certa nostalgia, [é apenas uma] recuperação do *autoritarismo* da União Soviética [...] Da minha geração, muita gente diz que tinha muita coisa positiva na União Soviética [...] Principalmente esta questão de moradia, de acesso à saúde, os salários, que eram mais ou menos iguais, mas dava para viver [...] Agora, os salários pioraram [...] [E, assim como] na União Soviética, você [hoje] tem que ser leal ao governo para não ter problemas [...] Então, hoje em dia, parece que é a União Soviética, só que *capitalista*. Tudo de pior que tinha [autoritarismo], com tudo de pior desse sistema econômico [capitalista].

Esta passagem mostra como a nostalgia restauradora é vista pela sua homóloga reflexiva enquanto como uma simples versão capitalista do autoritarismo que dirigia projetos imponentes. Embora até suas formas de lembrar, segundo Traverso, fossem utópicas, o socialismo “não era um futurismo de esquerda”, encantado unicamente pela “velocidade, tecnologia e modernidade” em si mesmas. E sim, um “*télos* histórico, um fim que orientava e construía a memória de um movimento emancipatório” (Traverso, 2018, p. 166-167). Ao invés disso, a corrente restaurativa é vista como centrada só na capacidade de ordenar grandes conquistas e rápidas transformações.

Isso, porém, não é identificado só em anos recentes. Ainda que o apelo ao autoritarismo fosse raso naquela época, o período de desmantelamento do socialismo de Estado, segundo Anna, foi já sentido como de mudanças na compreensão do tempo. Em suas palavras, foi como se, “de um dia para o outro, a gente fosse jogado” para um outro mundo (Entrevista 2). Qual seja, o “capitalista” de Cristina. Logo, se as noções de tempo, conforme Boym, são basilares para entender a nostalgia, elas são imperativas para analisar o referido paradigma, que difere do socialismo de outrora e do capitalismo que precedeu a “virada memorial”. Tudo isso leva à necessidade de articular, adiante, essas duas dimensões para responder à hipótese de uma *memória capitalista do comunismo*.

Parte 3. *Good Bye, Lenin!*

Em última análise, Boym (2017, p. 153) ensina que a nostalgia é um sentimento de perda, e não *a perda*. Similarmente, intérpretes como Hartog buscam compreender as concepções e as experiências de tempo, e não *o tempo*. É se perguntar, como o inquieto Austerlitz de W.G. Sebald (2008, p. 102-103), por que o tempo fica “parado em um lugar e voa e se precipita em outro?”. Segundo Hartog, é difícil pensá-lo para além da suposição de ser “uma corrente como o Tâmesa”, conforme Sebald, porque o evolucionismo oitocentista o naturalizou. Os “progressos da razão, os estágios da evolução ou a sucessão dos modos de produção” o explicam sem contestar essa metáfora (Hartog, 2013, p. 33).

A linearidade temporal, segundo Traverso (2018, p. 143), seguiu a autoimagem do comunismo. “Uma linha reta”, diz o historiador, “conectava 1789 a 1917”. Quando Anna se viu “jogada” para outro mundo, não se fala de outra coisa senão de tempo. Mas não de qualquer tempo. Ela sugere um desvio desse traçado linear, que começou com uma ideia ainda muito evolutiva de “que as coisas continuassem, só que iguais aos países capitalistas de sucesso, como a França”, e findou com a impressão de que tudo “acabou” (Entrevista 3). Se sobreposto ao debate sobre a nostalgia, o relato de Anna evoca certas imagens que buscaram captar os significados atribuídos a essa época.

A principal delas, sem dúvida, é a comédia de Wolfgang Becker, *Adeus, Lênin* (2003). A trama desse filme é por demais conhecida: uma mãe devota ao regime de Erich Honecker (1971-1989) sofre um acidente e fica em coma durante a queda do Muro de Berlim. Para não sofrer com o impacto dessa notícia, seus filhos criam a ilusão de que ela ainda está vivendo na Alemanha Oriental após despertar. Lembro do filme pela ideia de que, mesmo após sua suspensão cerebral, a personagem segue inconsciente de seu mundo. Além disso, não é coincidência que tudo isso ocorra num momento em que, segundo Hartog (2013, p. 19), “a ordem do tempo” abalada com a ruína do “ideal comunista trazido pelo futuro da Revolução”. Christiane Kerner, a mãe alemã, acha que, em sua ilusão, tudo seguia igual depois do coma, que personifica a própria queda do Muro.

A narrativa da entrevistada, assim como a do filme, indicam como esse tempo que liga passado e presente, presumindo que haverá um futuro, começou a ser sentido de outra forma. Com certeza, Anna parte de uma perspectiva progressiva quando fala de uma expectativa de “continuidade”. Afinal, ela posiciona a sua percepção dentro de um hiato temporal (o presente das mudanças à época) a partir do qual busca experiências passadas (as conquistas sociais “sob o socialismo” atrás citadas) para inferir hipóteses relativas ao futuro (continuidade das garantias adquiridas). Contudo, ela concluirá que, “na verdade, o que a gente [esperava] com

essa mudança [nos últimos anos da União Soviética] era para uma *utopia* que *não existia!*” (Entrevista 3). O otimismo de um olhar progressivo é evocado tão somente para constatar a sua ineficácia diante das mudanças em curso.

Ao contestar a sua interpretação sobre o mundo soviético, Anna desconfia de suas experiências, bem como confina suas perspectivas de futuro ao hiato do presente, sendo esta uma das percepções que intérpretes como Hartmut Rosa (2022, p. 24) procuram encontrar no plano individual para falar de uma “aceleração” dos padrões temporais atuais. Segundo Rosa (2022, p. 66), quando a noção de uma “história direcionada” parece ruir diante da impressão de que as mudanças foram aleatórias, os atores sociais vivenciam suas existências como algo sem direção, “num estado de suspensão hiperacelerada”.

Não faltam mudanças nas vidas de Christiane Kerner ou Anna Savitskaia. Muito pelo contrário. Só que as mudanças parecem tão insondáveis que, ou elas se evadem para uma “ilusão” ou uma “utopia inexistente”, ou toleram o presente. A referência a uma utopia também tem a ver com a segunda alternativa, pois as mudanças são dadas pela própria ocasião, ou seja, não “existe” nada além dos feitos ocorridos no presente. Este, a propósito, está no centro das mesmas preocupações de Hartog (2013, p. 147) sobre o tempo. Da ótica de um “regime de historicidade”, a percepção de Anna é pouco futurista, na medida em que a sua dimensão utópica não “transcendia muito o círculo do presente”.

Mesmo que o socialismo não fosse só futurismo, a ótica do futuro, de acordo com Hartog, imperou ao longo do século XX em razão dos hinos ao progresso cantados ao redor de todo o mundo. A impressão de Anna, porém, está em sintonia com a irrupção de um presentismo, ou seja, de um tempo focado no presente (Hartog, 2013, p. 142). Embora essa tese, assim como a cultura da época de *Adeus, Lênin*, tenham tornado a queda do Muro o símbolo disso, Hartog adverte que esses fenômenos não surgiram em um dia. Diferente da senhora Kerner, o episódio disruptivo para as entrevistadas não foi a “pacífica destruição do Muro de Berlim”, como disse Cristina (Entrevista 2). Na verdade,

[...] eu nem lembro [da queda do Muro]. Eu lembro que passou nas notícias, mas lá não foi um evento marcante. Tinha muita coisa acontecendo internamente. É uma imagem muito diferente que se tem de todo o processo [aí de] fora [...] O que eu acho que marcou muito mais foi o assassinato do [Nicolae] Ceaușescu. Lembra, lá na Romênia? [...] Porque ele foi linchado pela população na rua. Então aquilo despertou muito mais emoção e teve muito mais repercussão [na União Soviética] [...] Na Romênia foi terrível, eles ficaram sem eletricidade por muito tempo, sem gasolina. Foi terrível.

Certamente, o destino de Ceaușescu pode significar um mesmo arquétipo de líder e regime nos seus estertores. Porém, uma análise assim não seria digna ao que o excerto revela

em termos temporais. Por um lado, ele esboça como o “presente presentista” é vivenciado de diferentes formas “conforme o lugar ocupado na sociedade”, ou “fora” dela. Por outro, indica que mesmo o presentismo percebe um futuro, só que “não mais como promessa” e aceitando a possibilidade de, talvez, chegar como “catástrofe” (Hartog, 2013, p. 14-15). Sem saber que mundo é este para o qual foram “jogadas”, as sombras de um evento estarrecedor, como o caso romeno, pairam sobre suas hipóteses de futuro.

Embora não sejam as “mudanças” aquilo que origina suas concepções de tempo, cabe entender o que elas definem como o que as levou a um outro mundo, pois nessa “invasão do horizonte” por um presente soberbo, segundo Hartog (2013, p. 147), não se pode ignorar o papel do capitalismo na queda da União Soviética. Cristina (Entrevista 2) foi a primeira, aliás, a lembrar disso e é quem mais destacou a sua relação com o tempo:

[Os] anos noventa foram muito difíceis para a nossa geração. Primeiro que liberaram os preços [e], de um dia para o outro, as coisas ficaram muito caras. A gente via as nossas professoras de escola na rua para sobreviver, um monte de pessoas idosas pedindo dinheiro na rua. Foi chocante. E aí, da minha geração, muita gente entrou para a máfia, porque teve uma época de banditismo lá, porque as estruturas do estado pararam de funcionar [...] e a máfia tomou o controle [...] Muitos colegas de escola entraram [nela]. E aí muita gente morreu, muita gente foi presa [...] [Foi] muito intenso e muito rápido, muito rápido.

Contra qualquer ilusão de continuidade, Cristina elenca um espiral de mudanças. Todas aquelas “coisas positivas” que, segundo ela, sua geração falava da União Soviética, como moradia, saúde e salários, foram arrastadas pelo turbilhão da liberalização dos preços, antes controlados pelo Estado. A sua narrativa, de certa forma, carrega o sentido que os próprios articuladores dessa transição procuraram expressar ao nomeá-la, na Rússia, de “terapia de choque”. Porém, não com essa carga apologética, integrada àquela *contraimagem* de fracasso do comunismo. A sensação de intensidade é o que a faz perceber, como conclui, “que não tem caminho de volta” (Entrevista 2). Tudo mudou muito rápido e, por isso, “a direção da história” se tornou incerta (Rosa, 2022, p. 67).

A velocidade dessas mudanças nada mais é do que uma categoria de tempo. É o meio através do qual Cristina o percebeu. Não perceber, ou melhor, *crer não perceber*, comparando com o relato de Anna e a história do filme, também o é. A única diferença é que, com Cristina, a impressão que essa experiência temporal deixa está mais relacionada com alguns imperativos daquele momento histórico capitalista. As mudanças parecem disruptivas, hiperceleradas ou presentistas não porque um tempo qualquer parece correr mais rápido, mas

porque um tempo que cria, em benefício próprio, a sensação de que tudo “foi muito intenso”, entrou em choque com um tempo mais seguro de seu amanhã.

A dificuldade de relacionar a percepção das mudanças com os desígnios do capitalismo advém de barreiras similares às da historicidade do tempo. O capitalismo, suponho, *se quer* como algo igualmente natural. Só assim ele pareceria um efeito do ritmo das mudanças, e não o seu impulso (Hartog, 2013; Rosa, 2022). A não ser que o capitalismo fosse como uma placa tectônica que, em sua fúria, fez a Rússia retornar a um estado geológico original, o relato de Cristina expressa um sentido histórico ao vê-lo em formação. Obviamente, dizer que a Rússia foi socialista não significa que ela corresponda exatamente aos sonhos de seus entusiastas. O mesmo vale para o capitalismo. A questão é que este se oculta de tal maneira que até suas contingências parecem inexistentes.

É verdade que, quando Cristina disse que Putin criou uma União Soviética Capitalista, ela falava de um “sistema econômico”. Mas o capitalismo, segundo Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020, p. 43), é mais do que um conjunto de “práticas sociais e institucionais *diretamente* econômicas”. A relação com as noções de tempo e os seus impactos na vida pessoal, como descrito na segunda citação, provam como até Cristina sente estar diante de algo que não é só econômico. Conforme as autoras, isso ocorre porque o capitalismo trata suas relações sociais como se “pertencessem a um subsistema separado da sociedade, uma ‘economia’” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 66). É lá que suas contingências são postas, pois não haveria razão de se preocupar com algo *extra-vida*.

Mas só evidenciar esse “primeiro plano econômico” não basta. Há um “plano de fundo não econômico” que forma “os sujeitos humanos do capitalismo”, mantidos como seres corpóreos e naturais e, implicitamente, formados como seres sociais, investidos de intersubjetividades (Fraser, Jaeggi, 2020, p. 46). Entre outros exemplos, elas falam de “solidariedades, significados sociais e horizontes de valores”. E por que não, conforme Didi-Huberman, a produção de imagens para fixar memórias? Afinal, quem mais ganha com aquela *contraimagem* do comunismo do que os próceres do capitalismo?

Essas imagens, assim como todas aquelas dimensões socioéticas, seriam assim igualmente históricas, na medida em que o capitalismo, segundo Fraser e Jaeggi (2020, p. 49), varia o seu modo de apartar no plano *extra-vida* todas as tensões inerentes a uma forma de vida mais do que econômica. É disso que se trata o que muitos historiadores chamam de diferentes tipos de capitalismo (mercantil, liberal, estatal e neoliberal): modos de lidar com os impasses da vida capitalista (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 83). Nesse sentido, Traverso (2018, p. 32) dirá, por exemplo, que a sobrevivência da *contraimagem* não foi ditada pela mera

continuidade da retórica anticomunista, mas pelo vocabulário neoliberal – uma daqueles modos passageiros –, que moldaram um “novo *habitus* antropológico”.

Por sinal, ao concluir a fala anterior, Cristina expressa como a transição trouxe não só novas percepções de tempo e mudanças sociais, mas diferentes valores de vida. Na ex-União Soviética, disse ela, “tinha muito deslumbramento com o mercado. [Diziam] que o mercado livre é muito bom. Vamos passar um pouco de dificuldade, mas depois as coisas vão melhorar. Todo mundo achava que seria *rico* no capitalismo” (Entrevista 2). Nessa mesma direção, segue Irina (Entrevista 2). Segundo ela, no início chocava “as pessoas tentando sobreviver com a falta de subsídio do Estado”, “vendendo coisas no metrô”. Não queriam ser capitalistas, pergunta ela, “quem é que disse que no capitalismo vai ter alguém te bancando?”. Só que com os anos, conclui, tudo isso foi se “enraizando”:

Eu me lembro que na década de [19]90 começaram a aparecer os primeiros supermercados [...] [só] que a maioria da população não tinha condições de comprar, [nem] comida [...] [Chegaram] as grandes grifes italianas e francesas [em 2000]. Lojas lindíssimas [...] Sem brincadeira, você passava na loja e eles te olhavam meio assim [...] E isso, na minha opinião, só foi aumentando. Só foi aumentando. As pessoas começaram a ver as outras pessoas por aquilo que elas têm. Aquilo que elas podem. O padrão de beleza, o padrão de consumo.

Sem dúvida, como advertem Fraser e Jaeggi (2020, p. 50), toda sociedade remodelada pelo capitalismo não foi antes disso uma “unidade original”, e sim uma “forma de sociedade inteiramente histórica”, como a própria Irina indicou ao abordar as nuances da União Soviética. Durante mais de setenta anos, escreve Aleksiévitich (2016, p. 19), o “laboratório do marxismo-leninismo” cultivou “o *homo sovieticus*”. Com os relatos de Cristina e Irina, estamos diante da formação de um outro tipo de *homo*, saído da “Fábrica do sujeito neoliberal”, conforme o título do último capítulo do ensaio de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) sobre a racionalidade neoliberal.

Apesar do aumento da fragilidade social, ambas indicam como a superação das dificuldades começou a ser aceita como advinda do próprio indivíduo, que deve “fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação” por “desempenhos passados” (Dardot; Laval, 2016, p. 344-345). Tanto é assim que, os impactos da transição são assimilados para que, mesmo submetendo-se a trabalhos antes desconhecidos, segundo Irina, ainda assim busquem ser “ricos no capitalismo”. Mais do que relações econômicas, conforme Dardot e Laval (2016, p. 332-333), trata-se de uma ética, isto é, “certa disposição interior, certo *ethos*, que deve ser

encarnado como um trabalho de vigilância sobre si mesmo”, a fim de “transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz”.

Se cada indivíduo, em primeiro lugar, “ajuda a si próprio”, não é estranho que alguns comecem a olhar para os outros “meio assim”, como disse Irina, pois os vínculos sociais são corroídos, “na medida em que este repousa sobre deveres de reciprocidade para com o outro”. (Dardot; Laval, 2016, p. 366). O que só poderia ser assim mesmo, porque, na verdade, é um imperativo do *homo neoliberalis* estar sempre em *competição*, como uma empresa de si, imersa em relações de mercado; e não em cooperação social (Dardot; Laval, 2016, p. 322-328). A consequência disso, como lamenta Irina ao final, é que os sujeitos “tomam uns aos outros, na diversidade de suas relações, por objetos”, pelo que têm ou podem, como disse, ao passo que “buscam no consumo de mercadorias um gozo último que se afasta enquanto eles se esfalfam para alcançá-lo” e não sair do padrão de identidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016, p. 371).

Logo, persiste a dúvida sobre como pode haver, em um mundo em que o *homo neoliberalis* parece ter transformado o *homo sovieticus* num “vestígio arqueológico” (Traverso, 2018, p. 32), uma nostalgia restaurativa da União Soviética? Irina se faz a mesma pergunta e, para ela, há algo a mais do que a tautologia de uma grandiosidade asséptica, como expresso em nossa última entrevista (Entrevista 3):

[Na Rússia] estão na fase de que tudo o que os soviéticos fizeram foi ruim [...] *Ruim enquanto não vira algo a seu favor*. Por exemplo, eu sempre peço para os alunos a biografia de um objeto ao longo do tempo [...] Aí eu lembrei de um tênis do período soviético, *Dva Myacha* [Duas Bolas], que ninguém queria [na época] Caiu o Muro, agora ele é objeto de desejo [...] Em cima disso começou a se *fazer dinheiro* [...] O tênis [hoje] custa 60 euros [...] Não é barato [...] Ontem eu encontrei num site. Bem no espírito de produto de moda [...] Lógico, o sentido dado ao objeto é o sentido do tempo, não está no objeto. O objeto soviético nasceu para representar o seu tempo [...] Alguém começou a explorar isso nos anos 2000 [...] *Quando só tinha esse tênis*, ninguém queria.

Embora as hipóteses presentistas e hiperaceleradas pareçam sempre falar de algo que “não volta mais” ou “sem utopia”, assim como os postulados de uma subjetividade neoliberal falam sempre de *novos* valores e sujeitos, não podemos nos deixar levar pela gramática que elas criticam. Mesmo que aos olhos do ideal dominante o passado pareça “ruim”, sempre haverá alguma continuidade, que não é *continuar da mesma forma*, como disse Irina. Segundo Traverso (2020, p. 200), o vínculo que Hartog estabelece entre presentismo e neoliberalismo está evidente na forma como o passado pode sempre ser *transformado* em mercadoria pela

indústria cultural. Rosa (2022, p. 49) os acompanha ao indicar que tal lógica cria “produtos do passado”, que prometem uma “desaceleração”.

Porém, o objeto de Irina não parece, segundo ela, querer desacelerar. Na realidade, ao comentar que o seu “desejo” não tem mais nada a ver com a época em que “ninguém o queria”, ele se torna um símbolo de “alienação do tempo”, que não tem “nada para nos dizer”, é frio e está desprovido de sentido (Rosa, 2022, 141). Se o tênis que “nasceu para representar o seu tempo” não diz mais nada sobre ele, o mesmo deve pertencer a um outro tempo, que não é o da persistência do anticomunismo, mas dos ideais do neoliberalismo.

Salvo engano, o *ethos* neoliberal prega uma conduta de vida *positiva* para que o indivíduo obtenha um desempenho eficaz (Dardot; Laval, 2016, p. 343). Se as imagens, como sugeri, fazem parte desse “plano de fundo”, que forma os sujeitos do capitalismo, e um par de tênis, ou uma estátua de Lênin, correspondem aos desígnios de tempo do neoliberalismo, que outro “produto do passado” é consumido a não ser algo *positivo*?

Em contrapartida, ao lamentar a falta de sentido do objeto, Irina permite expressar o outro lado do sujeito neoliberal, que na dialética de Dardot e Laval (2016, p. 374) é o “rosto deprimido do fracasso”, embora recalcado pela “vigilância sobre si”. No plano simbólico, é o tênis que “ninguém queria”, ou os sonhos comunistas de Lênin, o rosto reprimido pelo *ethos* neoliberal, em benefício da face triunfante de eficácia. Por isso, a *contraimagem* não é suficiente, como disse Traverso. Ao deslegitimar o comunismo, ela estabelecia a mesma visão oficial, “totalitária”, do passado, que tanto criticava nele. Mas o neoliberalismo quer se adaptar para “aumentar a eficácia da relação com o outro” (Dardot; Laval, 2016, p. 340), além de exibir sua fachada de sucesso e virtude (Traverso, 2020, p. 201). Como bem disse Irina, só é “ruim enquanto não vira algo a seu favor”.

Tudo isso, porém, está no “plano de fundo” de estátuas, calçados ou qualquer outra coisa reeditada da época soviética, na medida em que são produtos de uma forma de vida que, à maneira do tempo, quer ser natural. O que não deixa de ser outro tipo de tautologia, pois o “comunismo” é consumido como se fosse mais uma mercadoria que reforça a identidade neoliberal. Isso não anula, porém, a tautologia da grandiosidade. Não há restrições essa coexistência, sobretudo porque ambas parecem interessadas, segundo Cristina, em unir a forma (autoritarismo) com o conteúdo (capitalismo) para “consumir em chamás” as suas alternativas. Içá-las da condição de natureza, como permitiram as minhas entrevistadas, parece ser uma das grandes urgências de nossos tempos.

Espero que, com estas reflexões, não tenha deixado a impressão de que sou contrário à nostalgia ou a qualquer ato memorial. Nenhuma das duas é intrinsecamente nociva. Em muitas situações, a nostalgia pode ser uma estratégia de sobrevivência ou de crítica às tendências culturais dominantes, a exemplo da insatisfação com o apelo recente à União Soviética que, sob uma ótica neoliberal, exclui sua dimensão social. Desse ponto de vista, um memorial à Lênin, ainda que positivado pelo neoliberalismo, pode igualmente servir de brecha para mostrar uma face reprimida pela sua tautologia.

Compreendido está, assim, que é difícil refletir em meio a essas ambiguidades. Além disso, pesa a constatação de que o tempo e o capitalismo se disfarçam de forças naturais, ao passo que exercem uma enorme pressão sobre a vida social. Dessa forma, são cruciais as tentativas de restituir sua face histórica, como as teses aqui trabalhadas. Porém, assim como a crítica à imagem totalitária não se restringe a uma repetição de seu binarismo, as críticas ao tempo e ao capitalismo devem partir das *dissonâncias* ao modelo ideal. Ao falar em içá-las da natureza, não sugiro só uma *contraimagem* a partir dos mesmos pressupostos dicotômicos, mas da pluralidade de dimensões ocultas.

Fontes

- ENTREVISTA 1. Anna Savitskaia. Porto Alegre. 31 jul. 2018.
ENTREVISTA 1. Cristina Dunaeva. 05 jan. 2021 (Google Meet).
ENTREVISTA 1. Elena Gaissionok. 13 nov. 2020 (Skype).
ENTREVISTA 1. Irina Aragão. 23 out. 2020 (Google Meet).
ENTREVISTA 2. Anna Savitskaia. Porto Alegre. 13 set. 2018.
ENTREVISTA 2. Cristina Dunaeva. 11 jan. 2021 (Google Meet).
ENTREVISTA 2. Elena Gaissionok. 18 nov. 2020 (Skype).
ENTREVISTA 2. Irina Aragão. 18 nov. 2021 (Google Meet).
ENTREVISTA 3. Anna Savitskaia. Porto Alegre. 25 out. 2018.
ENTREVISTA 3. Irina Aragão. 25 nov. 2021 (Google Meet).

Referências

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **O fim do homem soviético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**, v. 10, n. 23, 2017.
CHURCHILL, Winston. The Sinews of Peace. **The Churchill Centre**. 5 mar. 1946. Disponível em: < <https://bit.ly/3Dle8fn> > Acesso em 28 mar. 2022.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Livres olhos da história**. Lisboa: KKYM, 2019.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: 34, 2010.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HILL, Christopher. **Lênin e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- KALININ, Ilya, Nostalgic Modernization: the Soviet Past as ‘Historical Horizon’, *Slavonica*, v. 17, n. 2, p. 156–166, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LEVADA-CENTER. **Nostalgia for the USSR**. Moscou, 25 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.levada.ru/en/2017/12/25/nostalgia-for-the-ussr/>>. Acesso em 6 nov. 2023.
- LEVADA-CENTER. **The Soviet Person**. Moscou, 7 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.levada.ru/en/2019/08/07/the-soviet-union/>>. Acesso em 6 nov. 2023.
- PUTIN, Vladimir. Presidential Address to the Federal Assembly. **President of Russia**. Moscou, 25 abr. 2005. Disponível em: <<http://kremlin.ru/>>. Acesso em 6 nov. 2023.
- ROSA, Hartmut. **Alienação e aceleração. Para uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- SEBALD, W.G. **Austerlitz**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- SEGRILLO, Angelo. A Questão da Democracia na Rússia Pós-soviética. In: Alves, André (org.) **O Renascimento de uma Potência? A Rússia no Século XXI**. Brasília: IPEA, 2012.
- TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**. Populismo e a extrema direita. Belo Horizonte: Trotzdem, 2021.
- TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla**. Buenos Aires: FCE, 2012.
- TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de Esquerda: marxismo, história e memória**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- TRAVERSO, Enzo. **Passés singuliers. Le “je” dans l’écriture de l’histoire**. Montréal: Lux Éditeur, 2020.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

Submetido em: 18 maio 2025

Aceito em: 28 ago. 2025

Dossiê Ensino de História**Branquitude e eurocentrismo na História escolar: desafios e possibilidades na construção de um currículo antirracista no Brasil**

Whiteness and Eurocentrism in school history: challenges and possibilities in building an anti-racist curriculum in Brazil

Matheus Goulart Tanhote,¹ UFPel

Resumo

O artigo propõe uma análise crítica da configuração do ensino no Brasil, com ênfase nos processos de naturalização da branquitude e do eurocentrismo como referenciais epistemológicos centrais. Examina-se a forma como tais paradigmas, consolidados ao longo da formação do sistema educacional, sustentam hierarquias raciais e contribuem para a invisibilização das trajetórias e contribuições de populações negras. A partir da promulgação da Lei 10.639/03, discute-se o caráter conflituoso da implementação de políticas públicas voltadas à valorização da história e cultura afro-brasileira, evidenciando limites, resistências institucionais e possibilidades de superação. Por meio de revisão bibliográfica, o estudo busca problematizar as dinâmicas de poder que orientam a seleção e legitimação dos conteúdos escolares, apontando caminhos para a constituição de um currículo efetivamente antirracista e decolonial.

Palavras-chave: Branquitude; Eurocentrismo; Currículo; Educação antirracista.

Abstract

The article proposes a critical analysis of the configuration of education in Brazil, with an emphasis on the processes of naturalization of whiteness and Eurocentrism as central epistemological references. It examines how these paradigms, consolidated throughout the formation of the educational system, sustain racial hierarchies and contribute to the invisibility of the trajectories and contributions of black populations. Based on the enactment of Law 10.639/03, it discusses the conflicting nature of the implementation of public policies aimed at valuing Afro-Brazilian history and culture, highlighting limitations, institutional resistance, and possibilities for overcoming them. Through a literature review, the study seeks to problematize the power dynamics that guide the selection and legitimization of school content, pointing to ways to build an effectively anti-racist and decolonial curriculum.

Keywords: Whiteness; Eurocentrism; Curriculum; Anti-racist education.

Introdução

Inicialmente, a forma como os conteúdos escolares são organizados reflete disputas históricas, políticas e ideológicas em torno do conhecimento que deve ser ensinado nas escolas. No caso do ensino de História no Brasil, observa-se uma forte presença de um

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: mgoulart930@gmail.com.

currículo baseado em uma perspectiva eurocêntrica, que centraliza a história europeia como modelo de civilização e desenvolvimento, em detrimento das histórias de povos africanos, indígenas e afro-brasileiros. Assim, Castro-Gómez (2005) aponta que a construção das ciências humanas no século XVIII, baseada na oposição feita pelos filósofos iluministas entre os bárbaros e os civilizados, é a base para disciplinas como a sociologia e a antropologia, além de servir como aparato para a afirmação do projeto imperial e civilizatório. Essa escolha não é neutra, pois ela sustenta uma lógica de apagamento e inferiorização de outras culturas, consolidando uma narrativa que favorece determinados grupos sociais e marginaliza outros.

Com isso, o conhecimento produzido na Europa seria capaz de exercer um juízo de valor sobre todos os conhecimentos, sendo o único capaz de afirmar-se a partir do ponto zero. Nesse contexto, há uma força que atua como uma estrutura de poder, o que é considerado legítimo como saber científico, o que Grosfoguel (2007) aponta ao dizer que se cria a ideia de que somente o homem branco é capaz de produzir conhecimentos, por meio de uma violência sistemática exercida pela modernidade sobre outras formas de produzir conhecimentos, imagens, símbolos e modos de significação. Historicamente, o conhecimento que é produzido pelos grupos não brancos só é relevante quando pode ser utilizado como matéria-prima. A permanência dessa lógica permanece no currículo escolar e nos materiais didáticos, contribuindo para as desigualdades raciais dentro da escola e para a reprodução de silenciamentos históricos.

Analisando essa lógica branca e a sua manutenção nos mais variados espaços, podemos afirmar que as políticas afirmativas no Brasil foram de suma importância, mas, embora a Lei 10.639/03 tenha representado um avanço importante ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, sua implementação tem sido marcada por desafios, resistências e interpretações que muitas vezes mantêm o eurocentrismo como referência principal. Com isso, os movimentos sociais são espaços importantes para que emergjam subjetividades, identidades coletivas em uma perspectiva afirmativa e com base na solidariedade, e, nessa lógica, surge uma busca pela reflexão crítica da sociedade em busca da liberdade, uma construção democrática, na qual “são construídos processos autônomos em que o principal é a resistência e os esquemas políticos, sociais, culturais e econômicos transcendem a relação de dominação e subordinação” (Ribeiro, 2018, p. 56).

Este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a branquitude e o eurocentrismo continuam a estruturar o ensino no Brasil, mesmo após as mudanças legais implementadas nas últimas décadas. Pretende-se, ainda, problematizar os limites e as possibilidades da construção de um currículo que valorize a diversidade étnico-racial,

reconheça diferentes formas de produção do conhecimento e contribua para uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo. A partir de uma revisão bibliográfica, articulada à análise crítica de questões curriculares, discute-se caminhos e estratégias para a implementação de práticas pedagógicas mais plurais, para que ocorram metodologias antirracistas no contexto educacional brasileiro.

O Currículo de História e a Centralidade da Europa

Assim, ao pontuarmos o contexto de eurocentrismo e apagamento cultural e histórico, concluimos que:

As sociedades humanas foram sendo erguidas, século após século, sobre as ruínas da segregação - social, racial, cultural, econômica, religiosa e política -, que sempre desembocaram em antagonismos profundos, complexos e letais. Uma breve visão global da história da civilização humana será suficiente para determinar como essas sociedades foram erguidas com base no ‘genocídio cultural’. A história da humanidade foi escrita (e, para muitos, continua a sê-lo) com sangue, suor e lágrimas (Paraskeva, 2007, p. 13).

Reconhecendo esse processo de barbárie, é possível perceber que o ensino, por meio do currículo, reproduziu essa lógica configurando-se como uma coordenada com rígidas prescrições. A história desse aparato nos remete a Goodson (2008), que aponta a primeira ocorrência da palavra curriculum em 1633, na Universidade de Glasgow, na Escócia. O termo surge associado a uma sequência de escolarização e suas origens. Nessa perspectiva, o autor destaca que o currículo emerge dentro de uma lógica de controle, disciplina e diferenciação em relação a outros modelos. Dessa forma, na prática, o currículo escolar tornou-se ao longo de sua trajetória junto da história da educação uma prescrição, que determina o que deve acontecer e ser ensinado em sala de aula.

Nesse sentido, Ribeiro (2018) afirma que o currículo é o conjunto de práticas, métodos, modelos e saberes selecionados para constituir a prática educativa. Além disso, o currículo possui uma história, sendo construído socialmente e produzido em um determinado contexto e que não é neutro, tampouco desvinculado das relações de poder e das intenções de determinados grupos sociais. Por meio dele, traduzem-se concepções sobre a realidade junto a educação. Assim, o currículo pode ser compreendido como um artefato social e cultural que produz e reformula identidades, representações e concepções acerca do mundo. Por fim, quando conceitos e perspectivas econômicas e científicas são adotados como universais, eles explicam a realidade, por meio de “proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta” (Lander, 2005, p. 13).

De forma mais complexa, o currículo deve ser compreendido dentro de um amplo espectro de determinações sociais e sistemas históricos. A formação dos currículos escolares brasileiros esteve profundamente vinculada aos processos de constituição do Estado nacional. Como ressalta Ribeiro (2018, p. 65): “o início da pedagogia tradicional no Brasil data-se de 1549, com a chegada dos jesuítas e o consequente monopólio da vertente religiosa até 1759”. Essa educação implantada no Brasil teve como base o apagamento cultural, orientando-se para que as populações originárias assimilassem a cultura dos colonizadores.

Especialmente a partir do século XIX, com a Proclamação da Independência e a elaboração da Constituição, houve o reconhecimento da importância de uma legislação educacional para formalização de concepções. Nesse período, o objetivo da educação consistia em “ler, escrever, as quatro operações aritméticas, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e doutrina da religião católica e apostólica romana” (Saviani, 2008, p. 126). Ao longo das primeiras décadas da República, as escolas brasileiras assumiram papel central na difusão de valores nacionalistas, promovendo eventos e símbolos que consolidassem o sentimento de unidade nacional.

A presença da história europeia no currículo escolar não se limitava a uma função meramente informativa ou cultural, mas cumpria o papel de impor padrões culturais a serem reproduzidos. No entanto, Domingues (2008) destaca que a abolição da escravidão e a Proclamação da República foram eventos cruciais para os sujeitos negros, pois a partir desses marcos históricos, iniciaram-se as lutas por cidadania plena. Esses sujeitos passaram a reivindicar a educação como instrumento fundamental para superar o analfabetismo negro e garantir a inserção no mercado de trabalho. A educação ao final do século XIX se caracterizava pela “a) ênfase em disciplinas literárias e acadêmicas; b) enciclopedismo; e c) divisão entre trabalho intelectual e manual” (Moreira, 1990, p. 85). Nesse contexto, a história escolar foi estruturada a partir de uma matriz que dava à experiência europeia o estatuto de referência civilizatória, estabelecendo hierarquias culturais que perduram até os dias atuais. Essa orientação curricular atendia a interesses políticos e ideológicos que associavam a ideia de progresso ao modelo europeu, legitimando, a marginalização das narrativas históricas dos demais grupos.

Já no século XX, Ribeiro (2018) aponta que, ao final do século XIX, ocorreram reformas no ensino que buscavam a implementação de métodos intuitivos e a valorização da sensibilidade do aluno, marcando a presença dos pioneiros da Escola Nova nos estados brasileiros. Conforme destaca autora, “a adesão aos ideais escolanovistas por grande número

de intelectuais e educadores também se alinhou com as transformações sociais da crescente urbanização e industrialização” (Ribeiro, 2018, p. 73). Nessa pedagogia, o cenário educacional passou por significativas transformações ao longo do século XX, como a reforma de Francisco Campos (1931) e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Contudo, o repertório europeu permaneceu hegemônico no currículo nacional.

Essa configuração curricular foi ainda reforçada pelo processo de modernização conservadora durante a Ditadura Militar, período no qual se consolidou uma concepção de história nacional pautada na unidade cultural e na suposta democracia racial. Assim, Bernardino (2002) afirma que o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento tiveram uma leitura popular, é adotada pela maioria dos brasileiros ao longo do país, o que denominávamos de Brasil se imaginou a partir destes ideais, que se apresentava através de uma desvalorização da estética negra e, a valorização da estética branca.

Nesse contexto ao nos referirmos ao campo educacional neste período, Saviani (2008) denomina esse período como o do “neotecnicismo”, que, a partir da década de 1990, buscou um controle pedagógico orientado para resultados, por meio da avaliação sistemática destinada a garantir eficiência e produtividade. Nesse processo, as avaliações de âmbito nacional ganharam destaque, definindo quais conteúdos e áreas disciplinares deveriam receber prioridade no ensino formal. Como resultado, temas como a História da África foram raramente tratados de forma sistemática, restringindo-se a menções geralmente relacionadas à escravidão.

O conceito de eurocentrismo, nesse sentido, revela-se como mais do que a mera “perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia” (Quijano, 2010, p. 74). Assim, o eurocentrismo ultrapassa o pensamento europeu, naturalizando divisões sociais e as desigualdades intrínsecas ao capitalismo, a ponto de fazer com que os próprios colonizados internalizem as hierarquias impostas como algo natural. Torna-se possível compreender que a categoria de raça, em conjunto com o capitalismo, atua na estruturação das desigualdades sociais, pois ambos operam como mecanismos fundamentais de divisão social. O eurocentrismo segundo o autor não se configura apenas como um recorte geográfico, mas como um paradigma epistemológico que estabelece hierarquias entre sociedades, temporalidades e modos de viver.

Devemos destacar que a manutenção do poder ocorre justamente pela reprodução de relações sociais que negligenciam a questão racial na organização das hierarquias sociais.

Nesse sentido, Quijano (2010, p. 83) ressalta que: “é necessário reconhecer que todo fenômeno histórico-social consiste na expressão de uma relação social ou numa malha de relações sociais”. Aplicando essa perspectiva ao ensino de histórias e culturas nas escolas, observa-se que as operações epistêmicas se concretizam na seleção dos conteúdos, os quais frequentemente afirmam a Europa como o berço da racionalidade, da ciência e da cultura ocidental. Essa centralidade manifesta-se de forma particularmente evidente na ênfase conferida a determinados períodos e processos históricos.

Portanto, Gomes (2019) enfatiza que a educação é fruto da luta popular, e que a escola pública se configura como um direito social que acolhe corpos diversos. Diante das transformações educacionais, o currículo e as práticas pedagógicas devem preencher as lacunas presentes no pensamento educacional brasileiro, evitando a hierarquização de conteúdos. Não podendo admitir que educadores deixem que culturas como a Grécia e Roma Antiga ocupem um espaço privilegiado nos currículos, frequentemente apresentadas como as bases centrais para o pensamento filosófico e artístico. De forma igualitária, a Idade Média europeia e o Renascimento são tratados como marcos civilizatórios que teriam influenciado e explicado as sociedades modernas. Em contrapartida, as histórias de civilizações africanas, como os impérios do Mali, Gana, Songhai e o Reino do Congo, quando incluídas, aparecem de modo superficial, sem o mesmo detalhamento ou reconhecimento da sua relevância histórica.

Essa desigualdade epistemológica reforça percepções de inferioridade e contribui para a desvalorização das matrizes culturais afro-brasileiras, reproduzindo a perspectiva cognitiva eurocêntrica e colaborando com a manutenção dos padrões de dominação pelos sujeitos brancos. Na parte curricular temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que representa um esforço recente de normatização curricular em âmbito nacional, e “em relação às questões Étnico-raciais, o documento retrocede por não apontar meios e metodologias para reconhecer, discutir e tentar erradicar o racismo na sociedade” (De Freitas, 2023, p. 258). Fica claro que embora traga referências à história e cultura africana e afro-brasileira, a BNCC mantém estruturas narrativas que organizam a experiência europeia como eixo articulador do passado ocidental, enquanto as demais histórias aparecem como complementares. Assim, a temática que consta não se propõe a desenvolver habilidades, mas não se preocupa em desenvolver competências que serão levadas para a vida em sociedade, havendo somente um plano e deixando a cargo dos educadores o papel do reconhecimento das diferenças.

A análise dos elementos apresentados evidência que o eurocentrismo e sua lógica de pensamento não se configuram apenas como heranças do passado, mas como estruturas vivas

que continuam a definir as formas de ensinar e aprender a nossa história e cultura. Compreender essas permanências torna-se, fundamental para a construção de alternativas pedagógicas e curriculares que promovam o reconhecimento da diversidade de experiências históricas e rompam com as lógicas coloniais de apagamento da produção de conhecimento.

Branquitude como Estrutura Epistêmica e Política

A discussão sobre a branquitude no campo das humanidades tem se intensificado nas últimas décadas, sobretudo a partir das contribuições de autoras e autores negros que problematizam a suposta neutralidade dos saberes brancos tomados como referências universais de humanidade e civilização. No contexto escolar, a branquitude opera como uma estrutura de poder simbólico, que se estabelece como um lugar de privilégios compartilhados pelos sujeitos brancos. Nesse sentido, a branquitude constitui-se como sinônimo de opressão e dominação, não podendo, ser concebida como uma identidade racial no mesmo sentido atribuído a outras categorias racializadas.

Segundo Bento (2022), a branquitude deve ser compreendida como um posicionamento que assegura privilégios históricos à população branca e constrói sua experiência a partir desse ponto de vista, funcionando como um denominador a partir do qual as pessoas brancas percebem a si mesmas em um determinado modelo de normalidade. No campo educacional, essa dinâmica se expressa na centralidade dos referenciais eurocêntricos presentes nos currículos e na produção de materiais didáticos. Como aponta a autora, o privilégio branco configura-se como um estado passivo de facilidades que se manifestam na vida dos sujeitos brancos, independentemente de desejarem ou não usufruí-las.

Essa universalização da experiência branca como neutra e objetiva foi nomeada por Bento (2022, p. 121), ao afirmar que: “os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram.” Nesse sentido, o conceito de “pacto narcísico da branquitude” designa a existência de um acordo não verbalizado entre os sujeitos brancos para preservar seus lugares de privilégio, ao mesmo tempo em que naturalizam sua posição como dominante em um lugar de conformidade. Esse pacto se manifesta, na resistência à inclusão de outras epistemologias nos currículos escolares e na deslegitimação de saberes oriundos de tradições negras, africanas ou indígenas. Desse modo, produz-se uma lógica de apagamento que concorda com as práticas coloniais e reforça a invisibilização da população negra na sociedade. A branquitude, portanto, é sustentada por um sistema de

fenômenos sociais e econômicos que estabelece uma contraposição entre conhecimentos considerados superiores e inferiores.

No contexto brasileiro, Bento (2022) aponta que se constrói socialmente a figura de um homem universal, no qual ser branco constitui um fator determinante e normativo. Essa lógica se reproduz também no campo educacional, especialmente na área de História, em que pode haver uma tendência a privilegiar determinados grupos sociais e eventos históricos em detrimento de outros. Essa perspectiva também se manifesta na seleção de conteúdos que reafirmam a Europa como o berço civilizacional, invisibilizando ou subordinando as contribuições de outros povos. Como observa Lourenço Cardoso (2022), o currículo constitui-se como um espaço de disputa racial, no qual os sujeitos brancos atuam como força organizadora do projeto histórico nacional.

Em sala de aula, essas dinâmicas podem se discurrir em efeitos concretos. A ausência de referências positivas sobre a história e a cultura negras afeta diretamente a construção da identidade dos estudantes não brancos. A naturalização da perspectiva branca como universal dificulta o reconhecimento da diversidade e opera como um mecanismo que reforça estigmas e perpetua desigualdades raciais. Diante disso, torna-se imprescindível questionar a estrutura epistêmica e as bases sobre as quais se constrói o conhecimento histórico escolar. Pois muitas vezes:

O branco foi aquele que disse: não sou racialidade (raça-etnia), sou humano. Não sou ‘raça’, sou brasileiro. Não sou ‘raça’ nem ‘etnia’, sou ‘mestiço’. O negro sempre a observá-lo disse entre si: “Branco, o branco é branco”. Porém não possuía “autoridade” acadêmica para dizer ao branco que ele é também pertença étnico-racial (Cardoso, 2022, p. 17).

O que nos resta é a busca por espaços que possibilitem a emergência de outras narrativas, protagonizadas por sujeitos que foram historicamente silenciados. Isso exige não apenas a inserção pontual de novos conteúdos, mas uma revisão profunda das formas de ensinar, avaliar e expor a história. Aliada à implementação efetiva da Lei 10.639/03, essa revisão deve promover o reconhecimento da diversidade e a valorização da experiência negra como parte constitutiva e indissociável da história.

A Lei 10.639/03: disputa de Memória e Narrativas Históricas

A promulgação da Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, constituiu um marco histórico nas políticas educacionais brasileiras, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e tornar obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira no currículo oficial da Educação Básica. Pereira (2008) afirma que a questão da educação veio no discurso do movimento negro, com intuito de reavaliar o papel do negro na sociedade brasileira, nesse caso a luta da militância entendeu e à escola como um campo de reconhecimento e luta, assim essa conquista não ocorreu de forma espontânea, mas foi resultado de décadas de mobilização do movimento negro brasileiro, que denunciou a omissão e a distorção das trajetórias negras nos livros didáticos, nos currículos e na formação docente.

É necessário considerar, que lei, por si só não transforma a realidade, mas ela possibilita a quebra do silenciamento histórico imposto aos povos negros e indígenas no âmbito educacional. Dessa maneira, a legislação possibilita e fomenta a renovação das práticas pedagógicas, contribuindo para uma reforma educacional e o reconhecimento da importância do debate sobre as relações étnico-raciais. Neste caso, Pereira (2008) é enfático ao afirmar que ao longo dos anos 1900, tivemos entidades como a Frente Negra Brasileira que desempenhou um papel na articulação política e na análise da situação da população negra no Brasil. Também, o Teatro Experimental do Negro, destacou-se no apontamento sobre a discriminação racial e da necessidade de que houvesse valorização da influência africana, no campo educacional e político.

Nesse processo de resgate histórico e cultural, essas organizações entre pessoas negras desempenharam um papel fundamental na politização das questões raciais, contribuindo para a construção de novos entendimentos sobre as relações étnico-raciais nos mais diversos espaços da sociedade. Grupos como os mencionados já concebiam a educação como um eixo central para a melhoria das condições de vida. Assim, o avanço normativo promovido pela Lei nº 10.639/03 também se desdobrou em outros instrumentos legais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1/2004). Esses documentos estabeleceram orientações para a revisão dos conteúdos curriculares, a reformulação dos materiais didáticos junto de investimento na formação inicial e continuada de professores. Tais iniciativas, ao se concretizarem em leis e diretrizes, constituem caminhos importantes de reflexão e podem funcionar como “um mecanismo capaz de corrigir o reconhecimento distorcido e a estigmatização que têm sido projetados sobre a população de cor preta e parda” (Bernardino, 2002, p. 268).

Com isso, a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo coloca em disputa o que deve ser lembrado, ensinado e valorizado pela escola. Nessa perspectiva, o currículo deixa de ser apenas um instrumento técnico e passa a ser entendido como um campo prático de disputas em torno da memória coletiva e do reconhecimento social. Como afirma

Lippold (2008), essas leis afirmativas têm o potencial de estimular tanto a autoavaliação da população afro-brasileira, quanto o interesse da população branca em respeitar a cultura negra, de modo que ambos reconheçam a riqueza cultural brasileira e suas múltiplas expressões. Dessa forma, constrói-se a possibilidade de que no ambiente escolar, durante seu percurso formativo e ao concluir a escolarização, o estudante possa intervir de modo crítico na sociedade e contribuindo para transformar o mundo em um lugar mais equânime.

Santos (2009) afirma que toda experiência social produz conhecimento e que este não existe dissociado da prática e dos atores sociais. Nesse sentido, é importante recorrer às relações sociais constituídas pelos sujeitos organizados junto ao movimento negro para reconhecer que esses grupos produzem diversos conhecimentos ao dialogarem com a realidade e promoverem mudanças significativas na sociedade brasileira. Apesar das dificuldades enfrentadas, a Lei nº 10.639/03 abriu possibilidades importantes para refletir sobre a realidade negra no país e fomentou o fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas.

Novamente, vale salientar que fica evidente, que não basta incluir conteúdos nos currículos, é necessário transformar concepções racistas, posturas e modos de ensinar que se sustentam no apagamento da história e da cultura de povos não brancos. Avançar na efetivação da lei em si, implica enfrentar resistências que se manifestam nos mais variados níveis institucionais e subjetivos. Mais do que uma obrigação legal, trata-se de reconhecer o direito à memória e à dignidade das populações negras como parte constitutiva e indissociável da história brasileira.

Materiais Didáticos, Apagamentos e Caminhos para a Desconstrução do Currículo Eurocêntrico

Ao longo deste texto, abordamos de maneira prática políticas educacionais, mas uma dimensão fundamental desse debate é destacada por Grion (2017), que situa a questão racial ressaltando o afeto como elemento central na educação antirracista. Para a autora, a empatia diante do sofrimento pode culminar na construção de alternativas para a superação do racismo, sendo o inconformismo um fator decisivo na formação de sujeitos críticos e autônomos. Nesse sentido, a atuação coletiva dos educadores é primordial, pois eles não são apenas trabalhadores da educação, mas também indivíduos que habitam uma estrutura social marcada pelo racismo, carregando em si marcas e vivências. A implementação da Lei nº 10.639/03, associada ao trabalho de educadores negros engajados e comprometidos, contribui para que tanto estudantes negros quanto brancos desenvolvam uma compreensão mais

aprofundada sobre as questões raciais. O objetivo central desses educadores deve ser, como aponta Grion (2017, p. 115), o de: “formar pessoas questionadoras, sujeitos de suas próprias escolhas, que tenham acesso a conhecimentos, epistemes, perspectivas, histórias e culturas”.

Nesse processo, torna-se indispensável realizar uma análise crítica dos materiais didáticos utilizados no ensino da história e cultura afro-brasileira, buscando romper com a persistência de narrativas marcadas por silenciamentos e marginalizações das experiências negras. Embora a promulgação da Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes complementares tenham estabelecido a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, observa-se que, na prática, que os currículos ainda permanecem ancorados em lógicas eurocêntricas e racializadas, mesmo quando atualizados do ponto de vista normativo. É fundamental recordar que “a identidade negra se constrói com base na autoidentificação e na identificação dos outros” (Oliveira, 2009, p. 150). Por isso, a educação ocupa um papel central na construção de uma visão afirmativa da história e cultura negras, criando caminhos concretos para a superação do racismo e da histórica inferiorização imposta aos sujeitos negros.

É nessa articulação entre diversidade, educação e identidade que se torna possível conceber os sujeitos como atores de mudança social. Ao construírem suas identidades com base em um projeto de vida que reconhece e valoriza o outro em sua diferença, esses sujeitos afirmam a pluralidade como um valor ético e político. A identificação com o antirracismo, nesse contexto, amplia-se e convoca outros sujeitos à transformação. Neste amplo contexto, “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por que eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.” (Pollak, 1989, p. 4). Assim, reconhecer o caráter histórico, social e construído das identidades e das desigualdades raciais é um passo essencial para que a escola cumpra seu papel na promoção de justiça social e reconhecimento, a fim de aniquilar o racismo como realidade.

Pesquisas recentes de (Bittencourt, 2004; Gomes, 2012; Silva, 2015) demonstram que, nos livros pertencentes ao Programa Nacional do Livro Didático, o continente africano é tratado de forma limitada, aparecendo em poucas páginas, com pouca profundidade e frequentemente reduzido a um prelúdio da escravidão. A escravidão, por sua vez é abordada sem a devida articulação com as múltiplas formas de resistência negra e com os impactos contemporâneos do racismo estrutural. Ademais, as representações visuais nesses materiais frequentemente reforçam imagens de submissão, pobreza ou desumanização, com a intenção de omitir referências positivas à cultura e às trajetórias negras.

Nesse contexto, Gomes (2019) destaca o papel fundamental do movimento negro como sujeito central na reflexão sobre a superação dos estigmas produzidos pelo racismo. Por meio da atuação coletiva, as questões raciais e seus significados são ressignificados e recodificados na esfera política, como o exemplo da conquista acerca das políticas de cotas raciais. Assim, pela luta dos negros organizados coletivamente, o corpo negro adquire uma releitura política que afirma identitariamente esses sujeitos, configurando-se essa revisão como um aspecto dos saberes produzidos pelo movimento negro em prol da emancipação do corpo, do conhecimento e também da estética.

Diante desse cenário, torna-se urgente a proposição de critérios para a avaliação crítica dos materiais didáticos e das práticas educacionais, que ultrapassem a simples presença quantitativa de conteúdos afro-brasileiros, incorporando também a análise da forma, do contexto e da abordagem pedagógica. Tais critérios podem incluir aspectos já abordados por Gomes (2005; 2019), como a transversalidade dos temas étnico-raciais, a valorização das experiências negras como produtoras de conhecimento e cultura, o reconhecimento da diversidade das fontes utilizadas em sala de aula e, por fim, a problematização do racismo enquanto estrutura fundamental das relações sociais, assim como suas permanências históricas.

Contudo, o enfrentamento do eurocentrismo curricular não se limita à crítica dos livros didáticos e das práticas pedagógicas. É necessário, junto ao movimento negro construir reflexões contundentes que desafiem a naturalização da hegemonia branca e reivindiquem o reconhecimento de outras formas de produção do conhecimento. A habitual representação de pessoas brancas em locais de prestígio evidencia a “autossegregação de pessoas brancas, em seus bairros, escolas, clubes, empresas; e a arrogância racial que as impede de aprender e falar de raça e racismo de maneira mais frequente e profunda” (Bento, 2022, p. 112). Nesses casos, ficam claras as barreiras que reforçam os privilégios a serem combatidos, denunciando a ausência de compromisso com os grupos excluídos e dando força ao pacto da branquitude.

Fica evidente, que uma educação antirracista deve ser um espaço de escuta e reconhecimento das histórias silenciadas. Essas práticas precisam emergir como atitudes cotidianas e vivenciais que, ao serem sistematizadas, devem ser incorporadas e aplicadas no ambiente escolar. É nesse ponto que Gomes (2019) contribui para compreendermos a aplicação dos saberes produzidos pelo movimento negro, que atua como produtor, articulador e sistematizador de saberes emancipatórios. O acesso a políticas afirmativas, como as cotas, e a criminalização do racismo são resultados de lutas idealizadas e tensionadas coletivamente junto ao Estado, evidenciando o protagonismo das pessoas negras nesse processo. Assim,

segundo a autora o movimento negro promoveu uma reeducação sobre o próprio sujeito negro e seu lugar na sociedade, analisando seus direitos e se consolidando através de um projeto político de afirmação e resistência.

Por fim, um currículo decolonial exige uma revisão historiográfica profunda. Sendo necessário ampliar o cânone acadêmico, incorporando a produção intelectual negra, indígena, periférica e de cunho popular como parte legítima do campo educacional. Devemos romper com a colonialidade do saber, fenômeno apontado por Quijano (2005), que se manifesta na repressão e subordinação de outras formas de conhecimento e produção intelectual. Que segundo o autor, com o processo de colonização, a Europa se estabeleceu como referência única e confiável do saber, impondo-se não apenas no domínio territorial e econômico, mas também no campo do conhecimento. Para Quijano (2005), esse domínio resultou na hierarquização dos saberes, que se reflete no currículo escolar brasileiro, o qual privilegia a história e a cultura ocidental, marginalizando outras perspectivas históricas e culturais.

Nesse sentido, a concepção da Lei nº 10.639/03 representa um esforço para romper com essa colonialidade do pensamento, promovendo a visibilização da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar e buscando estabelecer uma maior pluralidade na educação brasileira. Assim, as leis e diretrizes indicam claramente o caminho a seguir, com o potencial de proporcionar a estudantes negros e brancos, na educação básica, a valorização da cultura afro-brasileira, especialmente para os sujeitos não brancos, permitindo que reconheçam a importância de seus antepassados na construção do Brasil.

Além disso, fica claro que cabe ao Estado brasileiro o papel fundamental de romper com os muros institucionais e devendo ficar a cargo dele orientar as diversas esferas da sociedade sobre o racismo e seus desdobramentos, concebendo informações claras a população brasileira sobre a necessidade de políticas públicas que revertam as desumanizações sofridas pelas populações subalternizadas. Isso tende a passar pelo reconhecimento de um acúmulo histórico de discriminações, e que ao serem reconhecidas e pontuadas precisam ser enfrentadas e mitigadas para a efetiva promoção da igualdade racial.

Conclusões

O presente artigo buscou analisar como o ensino no Brasil foi historicamente estruturado sob a lógica branca e ancorado em bases eurocêtricas, o que se expressa na organização curricular, na seleção dos conteúdos escolares e nos materiais didáticos amplamente utilizados. A partir das contribuições de autoras como Nilma Lino Gomes e Maria Aparecida Bento, demonstrou-se que tanto o currículo quanto a união tácita das pessoas

brancas em defesa de seus privilégios não são fenômenos neutros, mas fruto de pactos silenciosos que se reproduzem em diferentes espaços sociais, entre eles a escola. Assim, a educação pública configura-se como um campo de disputa simbólica e política, no qual determinadas memórias e perspectivas são legitimadas, enquanto outras permanecem silenciadas. A promulgação da Lei nº 10.639/03 emerge, nesse contexto, como uma conquista histórica do movimento negro, que tensionou o Estado brasileiro a rever os sentidos da história e a reconhecer a centralidade da experiência negra na formação da sociedade nacional.

Apesar dos avanços normativos promovidos pela legislação e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ainda persistem bloqueios significativos à sua efetivação. Cabe aos educadores e gestores escolares a tarefa permanente de analisar criticamente os livros didáticos e problematizar a presença e a qualidade dos conteúdos voltados as temáticas que versam sobre a população de afro-brasileiros, que mais de vinte anos após a promulgação da lei, não podem mais continuar a reforçar estereótipos junto da invisibilização de formas de resistência, produção de saberes e protagonismo político de sujeitos negros. Diante desse cenário, torna-se urgente e necessário promover a desconstrução do currículo eurocêntrico e a construção coletiva de propostas pedagógicas antirracistas, capazes de afirmar a pluralidade cultural e histórica como princípio fundamental da educação brasileira.

Isso implica não apenas revisar conteúdos, mas também reconhecer e legitimar outras formas de conhecimento, rompendo com a colonialidade do saber. A escola, enquanto instituição que atua para o público brasileiro em sua totalidade, deve incorporar práticas pedagógicas plurais, valorizar a história local e fortalecer o diálogo com as comunidades negras e indígenas. Investir na educação antirracista não pode ser encarado como uma concessão ou ajuda à população negra, trata-se, de uma obrigação legal, para além disso, um compromisso ético com a democratização do conhecimento concomitantemente junto da construção de uma educação que reconheça, valorize e afirme a trajetória dos povos negros no Brasil.

Nesse sentido, repensar o ensino como um todo e recorrer às leis e diretrizes já existentes oferece a possibilidade de vislumbrar essas mudanças, em uma caminhada a fim de reavaliar o projeto de sociedade que desejamos construir. É necessário compreender que um currículo que silencia as vozes negras, é cúmplice da reprodução das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Superar esses silêncios exige coragem e comprometimento político. É preciso nos questionarmos honestamente sobre: quais histórias e culturas continuam sendo apagadas? O que significa ensinar para as relações étnico-raciais, em um país que ainda nega

a existência e a permanência do racismo? Cabe-nos reconhecer a escola como um espaço de disputa e transformação. Esse pode ser um dos passos mais importantes para a construção de um futuro em que as trajetórias negras sejam contadas com dignidade e respeitadas como parte importante da história brasileira.

Referências Bibliográficas

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, p. 247-273, 2002.
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação UFSM**, v. 47, 2022.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). **Editorial Pontificia Universidad Javeriana**, 2010.
- DE FREITAS, Joana Lúcia Alexandre. O indígena, o negro e a BNCC: diálogos necessários. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 3, p. 246-262, 2023.
- DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 517-534, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. Políticas de promoção da igualdade racial na educação brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkins (org.). **Afrodescendentes no Brasil**. Brasília: IPEA, 2012.
- GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GRION, Aline Oliveira. **Olhando para as práticas e aprendendo com quem faz: compreensão do fazer da educação antirracista a partir da análise das narrativas de educadores**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- GROSFUGUEL, Ramón et al. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluralismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 63-77, 2007.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005.
- LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. **A África no curso de licenciatura em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: possibilidades de efetivação da Lei 11.645/2008 e da Lei 10.639/2003: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. 15 ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, Arlete dos Santos. **Mulheres negras e educadoras**: de amas-de-leite a professoras. Um estudo sobre a construção de identidades de mulheres negras na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PARASKEVA, João. **Ideologia, cultura e currículo**. Lisboa, Portugal: Didáctica Editora, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte, Nandyala, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B, S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005.

RIBEIRO, Débora. **Eurocentrismo e currículo**: análise das concepções curriculares críticas e não críticas a partir de uma perspectiva decolonial e da ecologia de saberes. 2018. 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava/PR, 2016.

PEREIRA, Camila Santos; PEREIRA, Anamaria Ladeira. Branquitude em pauta: privilégio, meritocracia e pacto narcísico. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 10, n. 3, p. 314-319, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, Sp: Autores Associados, 2008.

SILVA, Fernanda dos Santos. **A representação do negro no livro didático de História**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Submetido em: 15 jul. 2025

Aceito em: 31 ago. 2025

A Cultura Histórica: interseções entre a Ideologia, Ensino de História e espaço urbanístico de Maputo

Historical Culture: intersections between Ideology, History Education, and the urban space of Maputo

Gerson Massingue,¹ UFG

Resumo

Este artigo tem como proposta temática “a Cultura Histórica: Interseções entre a Ideologia, Ensino de História e espaço urbanístico de Maputo”, o nosso objetivo é analisar como a cultura histórica faz o diálogo entre a ideologia, ensino e espaço urbanístico de Maputo. De modo a irmos a esse objetivo, primeiro fizemos uma análise analítica que consiste na discussão de conceitos condutores do trabalho baseando em vários teóricos: cultura histórica e ideologia, e segundo exploratória, para entendermos como é a relação entre a cultura histórica, ideologia e espaço urbanístico na construção da consciência histórica, do aluno, articulando o Ensino de História e narrativas históricas predominantes que refletem a ideologia marxista-leninista.

Palavras-chave: Cultura Histórica; Ideologia; Ensino de História.

Abstract

This paper address the theme “Historical Culture: Intersections between Ideology, History teaching, and the urban space of Maputo”, our objective is to analyze how historical culture creates a dialogue between ideology, teaching and urban landscape of Maputo. To achieve this goal, we first conducted an analytical study focusing on key theoretical concepts: historical culture and ideology-and the second an exploratory one aiming to understand the relationship among historical culture, ideology, and the urban space in shaping students historical consciousness, this approach articulates history education with prevailing historical narratives that reflect Marxist-Leninist Ideology.

Keywords: Historical Culture; Ideology; History Teaching.

Reflexão teórica dos conceitos orientadores do trabalho: ideologia e Cultura histórica

Sendo uma temática multifacetada, que aborda questões de Ideologia, cultura histórica e Ensino de História, buscarei bases de análises e revisão bibliográfica em vários autores clássicos: em Marx, Gramsci e Ricoeur, Lukács, Althusser sobre o conceito da Ideologia e sua Problematização; no afunilamento do conceito de Ideologia perspetivamos captar e termos

¹ Pesquisador em áreas como: Ensino da História, Didática de História, Educação histórica, História da educação e Ideologia. Possui Graduação em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica - Moçambique (2015). Pós-Graduando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) -Brasil, possui experiência em ensino de História e Geografia de quase 10 anos, atuando como professor de rede pública em Moçambique, atualmente é pós-graduando pela Universidade Federal de Goiás no curso de História e bolsista CAPES/GCUB. Membro pesquisador do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (LEPEHIS) vinculada ao programa de História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), membro pesquisador de Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica-APRENDHIS.

uma visão sobre o campo educacional, ensino e currículo, daí buscamos em Apple a fronteira entre Ideologia e Currículo, sobre cultura Histórica em Rüsen.²

Para já, é importante referir que este conceito (Ideologia) foi literalmente inventado por um filósofo francês pouco conhecido, Destutt de Tracy (1754-1836), discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas, que publicou em 1801 um livro chamado *Eléments d'idéologie* (é um vasto tratado que, hoje em dia, ninguém tem paciência de ler). A ideologia, segundo Destutt de Tracy, é o estudo científico das ideias, e as ideias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente, ou seja, é um subcapítulo da zoologia que estuda o comportamento dos organismos vivos (até naquela época ideologia era entendida dessa forma) (Löwy, 2011, p.17-p. 18).³

Quando Marx, na primeira metade do século XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está sendo utilizado em seu sentido napoleônico, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores que ignoram a realidade. É neste sentido que Marx vai utilizá-lo a partir de 1846 em seu livro chamado *A ideologia alemã*.

Em *A ideologia alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão (Marx e Engels, 2007), falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Mas tarde Marx tomaria o conceito e falaria das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Para Marx, ideologia é um conceito pejorativo, ilusório que se dá através das ideias das classes dominantes na sociedade (Löwy, 2011, p. 19).

É importante referir que esse conceito continua sua trajetória no marxismo posterior a Marx, sobretudo na obra de Lenin, onde ganha um outro sentido, bastante diferente: a ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais.

Para Lenin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Aparece então, a utilização do termo no movimento operário, na corrente Leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica de trabalho ideológico, de reforço ideológico etc. ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar

² No campo conceitual, é difícil encontrar nas ciências sociais ou mesmo no quadro da História dos conceitos, um conceito tão complexo, tão cheio de significados quanto o conceito de ideologia, por isso levaremos alguns parágrafos que um conceito “normal” não levaria, tentando seguir os contornos tortuosos que esse conceito percorreu no tempo, mas é importante referenciar logo à priori que o conceito ideologia não vem de Marx: ele simplesmente o retomou com mestria.

³ É por esse caminho que se segue a análise, de um cientificismo materialista vulgar, bastante estreito, que caracteriza essa obra de Destutt de Tracy.

simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe (Löwy, 2011, p. 19).

Assim, a palavra vai mudando de sentido, não só quando passa de uma corrente intelectual para outra, mas também no seio de uma mesma corrente de ideias (Marxismo-leninismo) (Löwy, 2011).

O sociólogo Karl Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia* (1929), tenta colocar uma ordem no campo conceitual de ideologia, Mannheim entende ideologia como:

O conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que tem um certo carácter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntariamente, servem á manutenção da ordem estabelecida. Mannheim ainda no aprofundamento conceitual vai diferenciando ideologia da utopia como sendo aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente com uma função subversiva, uma função critica e, alguns casos, uma função revolucionária (Löwy, 2011, p. 20).

Na verdade, a ideologia e utopia, são conceitos que longe de serem opostos, podem se complementar mesmo partilhando a mesma fronteira. A ideologia apresenta uma visão de um mundo estruturado e sustentado por valores, enquanto a utopia projeta uma possibilidade idealizada de sociedade, por outras palavras, “não há ideologia sem utopia” porque utopia é projeto da ideologia, por isso muitos ideólogos na verdade, nascem de utopias e vice-versa, e a história mostra como utopias influenciaram movimentos ideológicos (o próprio socialismo também foi utópico antes de ser científico) e como ideologias moldaram novas utopias, daí entendemos como a Frelimo⁴ adotou o marxismo-leninismo como uma ideologia após independência, na verdade, a sua adoção não partiu em 1975 (ano da independência) mas sim como um projeto utópico na guerra da libertação (há evidências que as primeiras regiões já libertas pela Frelimo na zona norte, foram uma espécie de ensaio ideológico que seria replicado em todo o país posteriormente a proclamação da independência, e a educação é o exemplo mais claro disso). Dai, Ricoeur (2015, p. 27), nos lembra que a utopia permite

⁴ Frente de libertação de Moçambique, foi inicialmente um movimento nacionalista de libertação, fundado em 1962. A Frelimo é produto da União de três movimentos de Libertação: MANU- Mozambique African National Union, UNAMI- União Nacional Africana de Moçambique Independente e UDENAMO- União Democrática Nacional de Moçambique, liderado nos primeiros anos pelo Eduardo Mondlane, um antropólogo que trabalhava na ONU. O objetivo deste movimento era combater e derrubar o colonialismo português em Moçambique, isso acabou por se materializar a 7 de setembro de 1974 com os acordos de Lusaka que resultaram na proclamação da independência a 25 de junho de 1975, e posteriormente tornou-se partido político de orientação marxista-leninista em 1977 no III congresso. Este partido é um dos mais influentes partidos políticos da África e está no poder à 50 anos de forma ininterrupta.

variações imaginárias em torno de questões como a sociedade, o poder, o governo, a família, a religião. O tipo de neutralização que constitui a imaginação como ficção se elabora na utopia.

O conceito de ideologia como falsidade segundo Marx, é também defendida por Ricoeur que define como:

Falsificação da realidade (ou da ciência que trata desta, a ciência da práxis); é justificação e legitimação dessa realidade; é a experiência de integração social sem a qual nenhuma de suas outras faces faria sentido, pois quando se falsifica uma realidade se o faz para legitimar certa relação de poder que, mantendo-se legitimado (Ricoeur, 2015, p. 7).⁵

Ricoeur, mesmo não sendo contemporâneo de Marx, estudou a ideologia e saiu com a ideia de que ideologia é sinônimo da realidade falsificada, por outras palavras, ideologia é um signo. Mas amplia a compreensão da ideologia de Marx ao mostrar que ela se não limita ao falseamento da realidade, como muitas das vezes é interpretada. Ele propõe que a ideologia também, tem uma dimensão simbólica, funcionando como um meio de estruturar a ação humana e dar sentido a experiência coletiva. Na sua abordagem hermenêutica, Ricoeur explora como os símbolos e narrativas moldam a percepção da realidade e influenciam a ação. Em vez de apenas distorcer a verdade, a ideologia pode ser vista como um instrumento de coesão social, ajudando a construir identidades próprias e orientar práticas políticas e culturais.

Como mostramos o conceito ideologia é mais complexo, diverso e cheio de significações, que foi se moldando com tempo tendo um percurso longo que começa desde Destutt, passando por Napoleão, Marx que deu uma “apimentada”, esse conceito foi polêmico e muito debatido ganhando repercussão mesmo na mesma corrente de pensamento de Lenin até que o Mannheim estabeleceu uma ordem conceitual.

Os teóricos Marxistas e o conceito de Ideologia

Como vimos nos parágrafos anteriores o conceito ideologia, teve divergências e convergência, assim, iremos começar por Lukács depois Gramsci e por último Althusser, para entender melhor na mesma linha de pensamento (Marxista), não apenas pela ordem cronológica de outros pensadores, mas também pela sequência lógica conceitual de ideologia que vai nos abrir a percepção de ideologia. Da opinião própria de Marx e Lenin, não

⁵ O conceito de ideologia como falsificação da realidade de Marx e de Ricoeur interessa esse trabalho para melhor orientar os próximos capítulos desta discussão sobre a ideologia Marxista-leninista da Frelimo que é representada no ensino de História.

reservamos aqui uma vez que acolhemos e explicamos o seu pensamento sobre o conceito na discussão teórica nos parágrafos anteriores.

Para Lukács (1885-1971) (2018, p. 398), Ideologia é antes de tudo, aquela forma de elaboração intelectual da realidade a qual serve para fazer consciente e capaz de ação a práxis social dos seres humanos, ou seja, para Lukács ideologia é uma forma de organizar e interpretar a realidade de maneira intelectual, servindo para tornar os indivíduos conscientes de suas condições e capacidades, e, assim, possibilitar que atuem sobre o mundo ele acrescenta que:

O sentido concreto da ideologia é portanto mais amplo que o do conceito restrito de ideologia. Ele diz apenas-aparentemente tautologicamente-que no ser social nada pode ser encontrado cujo surgir não seja decisivamente codeterminado por ele. A simples factualidade refere-se a toda uma espécie de ser, a todo objeto, na medida em que ela pertence a essa esfera de ser portanto ela, de modo algum, exclui a determinabilidade biológica nos seres humanos como ser vivo, a saber, naquelas manifestações de vida que são essencialmente de qualidade biológica (Lukács, 2018, p. 401).

Para Lukács, a ideologia pode interagir também com aspectos biológicos uma vez que a ideologia pode influenciar ou condicionar como as pessoas entendem sobre questões ligadas a dieta alimentar de um ser homem, que são muita das vezes determinadas por questões, culturais, religiosas e mesmo de estrato social (na perspectiva ampla da visão sobre ideologia-essa visão da ideologia está intrinsecamente conectada com sua abordagem ontológica, que busca entender as categorias fundamentais do ser social).⁶ Na perspectiva Marxista/Marxiana, que influenciaram Lukács, a ideologia não é apenas um reflexo da realidade, mas também uma ferramenta prática que orienta a práxis, a ação transformadora baseada na consciência das condições materiais. Em outras palavras, a ideologia ajuda a moldar a forma como os seres humanos compreendem sua situação e planejam suas ações, sempre no contexto das relações sociais e históricas (na perspectiva restrita da visão de ideologia).

Em poucas palavras, na perspectiva de Lukács, a ideologia se conecta à ontologia por meio da práxis, funcionando como uma forma de elaborar e interpretar a realidade social de maneira que possibilite a ação consciente dentro das estruturas históricas.

Nos Cadernos do Cárcere, buscamos a percepção de Gramsci (1891-1937), sobre ideologia. Ele entende como Ideologia-um campo ideativo e axiológico da sociedade e, ao

⁶ Essa teoria de Lukács da ideologia ter influencia na comensalidade, foi estudado por Weber na sociologia das religiões, tomando como exemplo a Índia, onde a comensalidade era uma expressão das divisões sociais e religiosas, onde as regras sobre quem podia compartilhar refeições com quem reforçavam as hierarquias de casta. Ele argumentava que essas práticas contribuíam para a manutenção da ordem social e para a separação entre os diferentes grupos. Isso, segundo ele, era um dos fatores que dificultavam a mobilidade social e a racionalização econômica na sociedade indiana (Weber, 2006, p. 80-82).

mesmo tempo, estaria fundamentada nas posições de classe, seria percebida como relação de poder, ou seja, dos aspectos da dominação de classe; seria um instrumento privilegiado para a classe dominante assegurar a coesão social e, também, uma forma de as classes subalternas tomarem consciência de sua existência coletiva e da própria realidade de sua subordinação e dominação.

Gramsci (1999, p. 175 e p. 208), critica a visão a qual ideologia é “ciência das ideias”, ou “análise sobre a origem das ideias” de filósofo francês Destutt de Tracy, esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura. Ele propõe que ideologia acima de tudo, seja o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas.

Gramsci, indica que há erros comuns na análise de ideologias que distorcem seu real significado. Esses erros estão ligados ao uso pejorativo do termo e à tendência de reduzi-lo a algo inútil ou irrelevante, por isso é necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de uma posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (Gramsci, 1999, p. 238).

Um exemplo dessa ideologia historicamente necessária Gramsciana em Moçambique, foi a implementação das aldeias comunais, que tinham o objetivo de “reorganizar a sociedade”, segundo princípios coletivistas. Essas aldeias foram concebidas como espaços de produção agrícola coletiva (roças do povo), onde o povo deveria trabalhar em conjunto para garantir o desenvolvimento econômico e social do país. Essa política refletia a tentativa de criar uma nova estrutura social baseada na coletivização dos meios de produção e na eliminação das desigualdades herdadas do colonialismo. Ideologias arbitrárias inspiradas no Gramsci foi a imposição de certas práticas políticas e econômicas sem considerar plenamente as condições materiais e culturais e de origem da população, desencadeou em descrédito da Frelimo e conseqüentemente na dificuldade na implementação desse modelo de organização social em Moçambique.

Ideologia em Althusser (1918-1990): “é uma ‘representação’ da relação imaginária dos individuais com as suas condições de existência” (1970, p. 77), ou seja, para ele a

ideologia não descreve necessariamente a realidade como ela é, mas sim como os indivíduos a percebem e a experimentam através de um filtro imaginário.

Essa relação imaginária não é aleatória; ela cumpre uma função social e política crucial: garantir a coesão e a reprodução das relações sociais existentes. Por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (escolas, religiões, mídia, etc.), a ideologia interpela os indivíduos, ou seja, molda suas identidades e os posiciona como “sujeitos” dentro da sociedade, de acordo com a lógica e os interesses do sistema dominante (função da ideologia na sociedade), e por isso “o Homem é por natureza um animal ideológico” (Althusser, 1970, p. 94).

Althusser ainda argumenta que mesmo que o homem seja influenciado pela ideologia de forma espontânea ou natural, a “ideologia não tem história” (Althusser, 1970, p. 72-76), a ideologia, como estrutura, não evolui e muda de acordo com o tempo (atemporal) ou as condições materiais (imaterial) da mesma forma que outros aspectos da sociedade. Ela é uma característica constante de toda formação social, existindo em todos os momentos históricos, independentemente das transformações concretas na sociedade, isto é, ideologia é “Omnipresente”.

A ideologia também opera em dois campos: Aparelhos Repreensivos do Estado (ARE) e Aparelhos ideológicos do Estado (AIE); O ARE funciona pela violência enquanto os AIE funcionam pela ideologia. Todos esses Aparelhos de Estado funcionam simultaneamente pela repressão e pela ideologia, com a diferença de que o ARE funciona de maneira massivamente prevalente pela ideologia; enquanto o ARE constitui um todo organizado cujos diferentes membros estão subordinados a uma unidade de comando, a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder de estado; enquanto a unidade do ARE é assegurada pela organização centralizada unificada sob a direção dos representantes das classes do poder, a unidade entre a diferente AIE é assegurada, na maioria das vezes em formas contraditórias, pela ideologia dominante, a da classe dominante (Althusser, 1970, p. 54).

Apple, sendo um estudioso de Ideologia, faz uma articulação muito saudável com o campo educacional ensino e currículo. Apple (1982, p. 34), diz que a ideologia tem sido avaliada historicamente como uma forma de falsa consciência que distorce a imagem que se faz da realidade social e serve aos interesses das classes dominantes numa sociedade. Entretanto, também tem sido tratada, como expressa Geertz, como “sistemas de símbolos que agem entre si” e fornecem as formas básicas de tornar portadoras de “sentido situações sociais que de outro modo seriam incompreensíveis”, ou seja, como criações inevitáveis e essenciais

que funcionam como convenções de significado compartilhadas, para tornar inteligível uma realidade social complexa. Essas distinções sobre a função da ideologia não passam, é claro, de tipos ideais, de pólos entre os quais incide a maioria das proposições sobre o que é, e o que faz a ideologia. Essas duas proposições ideais provêm na verdade de tradições, e têm seus advogados contemporâneos. O segundo pólo, o da tradição que vê a ideologia como “deformação do real”, tem em Durkheim e Parsons seus advogados mais conhecidos, em geral considera como a função mais importante da ideologia o seu papel de conferir significado em situações problemáticas, apresentando uma “definição útil da situação”, por assim dizer, tornando possível deste modo a atuação de indivíduos e de grupos. Mesmo com essas orientações bastante divergentes, parece haver uma base comum entre os que estão preocupados com o problema da ideologia, na medida em que geralmente se considera que ela apresenta três características diferenciadoras (legitimação, luta pelo poder e estilo de argumentação).⁷

Assim, entendemos com Apple (1982) que a ideologia, refere-se a um conjunto de crenças, valores e práticas que são utilizadas para justificar e manter as relações de poder e dominação em uma sociedade, e a educação é um destes campos. Esse conceito liga-se ao de Althusser (1970), quando refere-se aos aparelhos ideológicos, incluindo a escola agem como meios de dominação e controle da sociedade.

A Cultura Histórica

Com a cientificidade da História no séc. XIX, aconteceu dentro da disciplina de História a fragmentação entre a Didática de História e História acadêmica, criando lacuna para o conhecimento acadêmico e perdendo de vista a necessidade de orientação social da história na temporalidade

Constata-se, gradativamente, que a separação entre a Didática da História e a História acadêmica, foi contribuindo para a formação de um “código disciplinar” próprio da História

⁷ De que forma agem? Começaremos pela legitimação: Os sociólogos parecem estar de acordo quanto ao fato de que a ideologia está relacionada à legitimação: a justificação da ação de um grupo e sua aceitação social. “A ideologia procura sacralizar a existência submetendo-a ao domínio dos princípios fundamentalmente corretos.”; e luta pelo poder: Toda a literatura sociológica liga a ideologia às lutas pela procura ou pela preservação do poder. Mas alguns autores têm em mente o poder, ou a política, num sentido mais restrito, ao passo que outros num sentido mais amplo. No sentido mais restrito esses termos se referem à distribuição formal, numa sociedade, de autoridade e recursos, o que de modo geral ocorre dentro de um domínio: a esfera da política. No sentido mais amplo, o poder e a política envolvem qualquer esfera de atividade, e todos os seus aspectos estão sempre em jogo nas disputas ideológicas, quer ou não os implicados reconheçam expressamente essa dimensão. E por último o estilo de argumentação: Muitos autores observam que a argumentação que se realiza no domínio da ideologia é caracterizada por uma retórica muito especial e por uma comoção exaltada. Vê-se a retórica como altamente explícita e relativamente sistemática (Apple, 1982, p. 35-p. 28).

(Cuesta, 1998 Apud Schmidt, 2014, p. 35), o que empurrou as questões do ensino e aprendizagem da História tendencialmente para o âmbito da cultura escolar e foi a partir desse reajustamento que a dimensão cognitiva passou a se articular com a dimensão política da cultura histórica (Schmidt, 2014).

A palavra didática da história é apropriada na medida em que não trata apenas do aprendizado organizado escolarmente e de processos de educação e formação institucionalizados, mas também, de maneira mais geral, de uma atividade especializada na área da cultura histórica. A didática da história é a ciência que cria a perícia necessária a esta atividade. Enquanto ciência, ela produz conhecimento, mas um conhecimento cuja lógica interna é determinada pela prática, a qual necessita dele para ter sucesso, ou seja a didática da história é a ciência do aprendizado histórico, e o aprendizado histórico tem um lado externo e um interno. O lado externo refere-se a sua instituição e organização, à forma das ações que perfazem o aprendizado e as diversas condições que o influenciam. Fazem parte desse lado externo a escola, a burocracia da cultura, as diretrizes, os livros escolares, os museus, as exposições, todo empreendimento cultural em que se trata de história, festejos comemorativos organizados pelo Estado, as mídias de massas e semelhantes. Desse processo, fazem parte os embates, enfrentamentos e aproximações entre a investigação acadêmica, o ensino escolar, a conservação dos monumentos, os museus e outras instituições, em torno de uma aproximação comum do passado tudo isso pode ser resumido pela categoria "cultura histórica", e o lado interno refere-se ao processo cognitivo e emocional pelo qual os indivíduos interpretam e dão sentido ao passado (Rüsen, 2012 p. 122).

Em poucas palavras, cultura histórica é uma categoria de análise que permite compreender a produção e usos da história no espaço público na sociedade atual. Trata-se de um fenômeno do qual fazem parte o grande boom da História, o sucesso que os debates acadêmicos têm tido fora do círculo de especialistas e a grande sensibilidade do público em face do uso de argumentos históricos para fins políticos. Nessa direção, a categoria da cultura histórica teorizada por Rüsen aponta a consciência histórica como uma realidade elementar e geral da explicação humana do mundo e de si mesmo, com um significado inquestionável prático para a vida, diante disso a didática da história tem a tarefa de pesquisar esta cultura histórica em todas as particularidades e no contexto geral da vida social, apesar de que a Didática de História tem a sua própria lógica no fato de que tematiza a cultura histórica como âmbito condicionante do aprendizado histórico. Ela divide com muitas ciências da cultura a tarefa de desvendar teoricamente o campo fenomenológico da cultura histórica e pesquisá-lo empiricamente (Rüsen, 1994 *apud* Schmidt, 2014, p. 33).

A partir das funções da cultura histórica em determinadas sociedades, Rüsen (1994) apresenta suas três dimensões principais: a dimensão estética, a política e a cognitiva. Na dimensão estética da cultura histórica, as rememorações históricas se apresentam, sobretudo, sob a forma de criações artísticas, como as novelas e dramas históricos. Não se trata de encontrar o histórico no estético, mas a presença do estético no histórico, tornando-o visível como algo relevante para o trabalho rememorativo da consciência histórica. A dimensão política da cultura histórica no princípio de que, qualquer forma de dominação necessita da adesão e/ou consentimento dos dominados e a memória histórica têm um papel importante nesse processo, particularmente devido à necessidade de legitimação para o consentimento. É a dimensão política da cultura histórica que cimenta o domínio político mentalmente, já que o marca nas construções de sentido da consciência histórica que servem para a orientação cultural na vida prática atual. Esse entrelaçamento se estende até as profundezas da Cultura histórica e aprendizagem histórica identidade histórica. A construção da identidade se realiza geralmente em meio ao poder e da dominação, e isso tanto na intimidade dos sujeitos individuais como na relação entre eles. E Finalmente, a dimensão cognitiva da cultura histórica se realiza, principalmente, por meio da ciência histórica e de seus processos de regulação metodológica das atividades da consciência histórica, ou seja, “trata-se do princípio de coerência do conteúdo, que se refere à fiabilidade da experiência histórica e ao alcance das normas utilizadas para a sua interpretação” (Rüsen, 1994 *apud* Schmidt, 2014, p. 34).

A intersecção entre Ideologia Marxista-Leninista, Ensino de História e espaço urbanístico de Maputo

A consciência histórica não flutua no ar, mas funciona no interior de uma cultura histórica, entendida como abarcador de várias práticas discursivas que circulam no espaço público e oferecem uma interpretação da experiência do tempo e da história. A cultura história pode ser reproduzida através da história ensinada na educação básica, museus, filmes, peças de teatro, música, e infraestruturas (ruas, edifícios, etc.), tendo em vista uma certa interpretação do passado (Mendes, 2021, p. 122).

O estudo da intersecção entre a ideologia e ensino, não pode e nem deve ser feito isoladamente sem cruzar com outros elementos cruciais que não se isolam nos recursos didáticos apenas, ou seja, não é coerente pensarmos que a ideologia interpela o aluno apenas no espaço escolar, e que pode ser estudada ou encontrada na aula de história e muito menos vista a aula de história como único espaço e exclusivo de encontro com a ideologia que é reproduzida na base dos recursos didáticos como os programas e os livros didáticos. A

ideologia também interpela o aluno nos espaços públicos que também são urbanísticos ou seja, dentro da cultura histórica, onde o aluno vive e circula (ruas, edifícios e infraestruturas no seu todo-sendo o meio físico elemento condicionador no processo do ensino e aprendizagem), esses elementos produzem ou ajudam a produzir uma narrativa para o aluno na sua vida quotidiana, e consequentemente o aluno que é influenciado por esses todos elementos na construção da consciência história e na sua orientação temporal.

No âmbito da lecionação das aulas, muita das vezes dentro da sala aula, o professor de história dependendo da temática a tratar, leva exemplificações para aula de espaços onde o aluno atravessa para chegar à escola, ou às vezes leva o aluno a visita de estudo, roteiros ou passeios para ver *in loco*⁸ o que ele aprende na sala, na tentativa aproximá-lo da realidade. É daí, que queremos analisar como esse ambiente ou meio está estruturado do ponto de vista de representação histórica, ou seja, qual é a relação entre os espaços urbanísticos de Maputo com o ensino de história na reprodução ideológica Marxista-Leninista?

Para Althusser (1970, p. 77), a ideologia não descreve necessariamente a realidade como ela é, mas sim como os indivíduos a percebem e a experimentam através de um filtro imaginário, essa relação imaginária não é aleatória; ela cumpre uma função social e política crucial: garantir a coesão e a reprodução das relações sociais existentes. Por meio dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (escolas, religiões, mídia, etc.), a ideologia interpela os indivíduos, ou seja, molda suas identidades e os posiciona como “sujeitos” dentro da sociedade, de acordo com a lógica e os interesses do sistema dominante (função da ideologia na sociedade). Dai, a partir dessa ideia de Althusser (1970) que a ideologia cabe o seu estudo também no meio urbano, se considerarmos que o meio urbano onde o homem circula é um espaço de reprodução das relações sociais que pode ser montado com o objetivo de reprodução ideológica, onde atuam e agem os aparelhos ideológicos do estado, influenciando ideologicamente de forma espontânea ou natural.

Foi nessa visão, que a pós a independência de Moçambique, o ensino e os espaços urbanos deveriam responder uma nova demanda “Revolucionária” ou seja as cidades no geral e Maputo em particular foram preparadas para responder não só questões urbanísticas mas também ideológicas, e o ensino o motor dessa nova fase. Lefebvre (1999, p. 19) fala que, o urbanismo se encerra num contexto político ideológico, e pode ser alvo de duas críticas (a crítica de direita e de esquerda),

⁸ Vem do latim que significa, “No lugar” ou no “próprio local”

A crítica de direita, ninguém a ignora, é de bom grado passadista, não raro humanista. Ela oculta e justifica, direta ou indiretamente, uma ideologia neoliberal, ou seja, a “livre empresa”. Ela abre o caminho a todas as iniciativas “privadas” dos capitalistas e dos seus capitais. A crítica de esquerda, muitos ainda a ignoram, não é aquela pronunciada por esse ou aquele grupo, agremiação, partido, aparelho, ou ideólogo classificados “à esquerda”. É aquela que tenta abrir a via do possível, explorar e balizar um terreno que não seja simplesmente aquele do “real”, do realizado, ocupado pelas forças econômicas, sociais e políticas existentes. É, portanto, uma crítica utópica, pois toma distância em relação ao “real”, sem, por isso, perdê-lo de vista.

Ora, é importante antes de mais referir que a cidade de Maputo, e tantas outras do país, sofreram mudança de nomenclatura, após o período da fulvescência da independência. Essas mudanças não se isolaram apenas no espaço urbanístico do país mesmo nas infraestruturas educacionais, as escolas e institutos de ensino, ganharam novos nomes que infelizmente são nomes que não inspiram a educação mas sim a ideologia, uma vez que na sua maioria carregam nomes de “heróis” que apenas contribuíram no âmbito do resgate das liberdades do povo que o colono havia arrancado aos moçambicanos durante a sua presença colonial. Daí, as instituições do ensino passaram a ganhar nomes ligados a ideologia corrente (por exemplo nomes das escolas secundárias, Josina Machel, Francisco Manyanga, Marcelino dos santos, Joaquim Chissano, etc.) e outras a revolução, como por exemplo escola força do povo, escola heróis moçambicanos, continuadores, primeiro de Maio, etc.

No âmbito urbanístico das cidades em Moçambique seguiu-se a mesma linha de substituições de nomenclatura colonial em revolucionária ou que seguem os ideais da Frelimo, criando seus “lugares de memória”, lugares em uma tríplice acepção: apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais (Nora, 1993, p. 21). Por exemplo, a atual cidade de Maputo era designada Lourenço Marques. A mudança de nome de Lourenço Marques para Maputo, significou mudanças mais profundas: substituições de nomes de bairros, ruas, avenidas praças, etc. por nomes que representavam a revolução, essa revolução que foi inspirada pelos asiáticos, europeus do leste e de alguns países latino-americanos bem como de africanos com a mesma orientação ideológica da Frelimo, daí, encontramos na cidade de Maputo, a representação ideológica na urbe.⁹

Para Castells (2009, p. 73-95), o espaço urbanístico é conformado por três sistemas: o econômico, o político e o ideológico. A articulação das três dimensões é chamada por ele de sistema urbano. No âmbito econômico traz os vínculos entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho. Mais concretamente: as atividades de produção na indústria, o

⁹ Alguns bairros passaram a ganhar nomes como George Dimitrov, Bagamoio, 25 de junho, etc.

consumo de bens no mercado, a circulação das trocas e do comércio. Já o âmbito político endereça a gestão e a regulação desses elementos no espaço e, por fim, o terceiro plano (ideológico) traz os elementos simbólicos traduzidos para a dimensão espacial.

Essa urbe ideológica e simbólica de Maputo (que compõem o sistema urbano de Castells), é usada pela população como meio de facilitação da mobilidade de pessoas e bens com vários fins, incluindo o aluno que vai a escola (Aparelho Ideológico para Althusser) para aprender aula de disciplina de História, sendo a escola um local de produção ou reprodução de conhecimento; da ordem social; o local onde se organizam os saberes e se gera continuidade. E os programas de ensino são usados como uma “bússola” de orientação nessa empreitada.¹⁰

Nas escolas moçambicanas, no caso da disciplina de História, é visivelmente notável que os programas nunca deixaram de socializar as crianças de modo a que desenvolvem o sentimento de pertencer a uma nação; continuam sendo um elemento de reforço da unidade nacional e como o meio de forjar a personalidade moçambicana que essas qualidades não passam de legitimação da Frelimo como precursor e elemento de coesão com o objetivo também da legitimação de poder que detém; o ensino de história e os programas continuam a reproduzir uma interpretação “totalitária” do passado ao mesmo tempo que descreve modelos de conduta através de sistemas de valorizantes ou desvalorizantes, não permitindo nem questionamentos, nem a problematização dos conteúdos ministrados na sala de aulas; o ensino de história submete aos alunos a uma memória coletiva ou memórias parciais, a uma memória coletiva-oficial ao serviço da ideologia; ele vai legitimando o combate glorioso da Frelimo, o que bloqueia questionamentos e sua historicidade tornando o ensino de história em Moçambique não instigante no seu estudo na sala de aula (veja só que as academias moçambicanas não tem estudos solidificados nem da didática e muito menos da teoria da História, o que torna o ensino de História vulnerável a ataques).

Ora, se quisermos olhar de forma geral os conteúdos nos programas poderíamos resumir em: o professor deve ensinar a dicotomia da estratificação social (exploradores e explorados) -e que a luta é perene, até a consumação do comunismo onde nunca haverá

¹⁰ No âmbito da implementação da ideologia Marxista-leninista em Moçambique, a Frelimo (sendo partido estado), usou a disciplina de história como meio de transmissão da sua ideologia, os programas de História estavam centrados em três conceitos básicos de “as massas fazem a História”, “classes sociais, sua origem e luta de classes” e o conceito de Estado. Sob um passado caracterizado por divisão da sociedade entre exploradores e explorados, dominantes e dominados e pela “exploração do Homem pelo Homem”, faz ver que essa situação terminou em Moçambique graças à luta do povo moçambicano, liderada pela vanguarda política-a Frelimo, cuja ação continua até à construção de uma sociedade comunista, sem exploração e porque a luta de classes fez se sentir neste mundo e continua, eis a razão de introdução dos conteúdos completamente da Ideologia Marxista-leninista nos programas de História da 9ª classe.

exploração do homem pelo homem; que o socialismo é melhor que o imperialismo e a opção da Frelimo do modelo marxista foi legítima, necessária e bom apesar dos questionamentos.

Os programas de Ensino de História, mostram a tentativa de representar a história em opções ideológicas como legítimas, necessárias e adequadas; representam a euforia e a dedicação revolucionária que abalou a sociedade moçambicana que não teve barreira mesmo com a liberalização da economia e das instituições, ou seja a escola e todos os elementos didáticos continuam neste imbróglio; representam a capacidade máxima de memorização dos conceitos da ideologia marxista, como fala Maximiano e Assis (1992, p. 54), em fim, não representam estudo do capitalismo apenas, mas o estudo do capitalismo para entender o Marxismo-leninismo e socialismo, “um recuo estratégico”, para perpetuar o caráter de glorificação das ações do partido que governa o país interruptamente desde 1975.

É claramente notável que os programas oferecem aprendizagem permanente de conhecimentos científicos sólidos e a aquisição de instrumentos necessários para a compreensão, a interpretação e a avaliação crítica dos fenómenos sociais, económicos, políticos munindo-se de conhecimentos de outros povos proporcionando desta maneira a visão científica do mundo. Este instrumento não abandona o protagonismo parental da Frelimo nos programas por isso nessa nova reforma curricular mesmo na abordagem dos conteúdos da História universal forçosamente a Frelimo volta a cena para ser discutida na sala de aulas, ou seja, esses programas não deixaram de ser um programa ideologizado, como abordamos acima há uma clara demonstração de que tudo quanto existe no mundo é movido pela economia sustentando desta maneira, a teoria de Marx e Engels (socialistas científicos) sobre o Materialismo histórico e o imperialismo de Lenin.¹¹

Ora, para defendermos a nossa tese “Maputo, cidade ideológica”, colocaremos a forma como analisamos a cidade de Maputo na base de visita de Maputo que fizemos nesse canto do continente africano, estudando e analisando a ideologia a partir das suas vias de acesso (ruas e avenidas), dentro de vários nomes para a nossa análise, nos baseamos em (6) seis importantes do socialismo: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Kim Il Sung, Mao Tse Tung e Ho Chi Min, para enxergarmos melhor o horizonte que nos desafiamos a analisar: a relação entre ideologia, ensino de história e espaço urbanístico de Maputo. Daí, passaremos a mostrar em linhas textuais como a cidade é, e espero que consiga a sua representação nos parágrafos que se seguem.

¹¹ Os rudimentos do materialismo histórico constituíam a base conceitual dos conteúdos tratados. Os postulados principais na análise do processo histórico eram: a história como produto da luta de classes (exploradora explorada); as massas como fazedoras da História; A História como uma sucessão evolutiva dos modos de produção, sendo o socialismo visto como futuro inevitável da humanidade (Maximiano e Assis, 1992, p. 160).

Começamos pela avenida Karl Marx- é uma avenida que sai da avenida 25 de Setembro (em homenagem ao dia do desencadeamento da luta de libertação nacional em 1964, essa avenida é a primeira na zona baixa da cidade), vai atravessando as avenidas Zedequias Manganhela e Josina Machel (ambos militares bem destacados na luta de libertação nacional), atravessando avenida Ho Chi Min (comunista vietnamita). Essa mesma avenida passa pelas avenidas: 24 de Julho, Eduardo Mondlane, Maguiguane, Emília Daússe e Agostinho Neto (comunista Angolano e fundador do MPLA), a mesma avenida atravessa a Paulo Samuel Kankhomba e desagua em Marien Ngouabi (comunista e político congolês que governou o congo entre 1938 a 1977). Só por percorrer essa avenida você aprende de forma voluntária ou involuntária uma ideologia.

Usaremos também como explicação, a imagem urbanística de Maputo, a partir da avenida Friedrich Engels- essa avenida começa da Rua Nkunya Kilido, cruza com Rua Ntomoni, rua de Sidano atravessa rua de Chuindi e desagua na avenida Marginal, essa avenida curiosamente é curta mais está bem localizada no perímetro das elites do país e muito próximo da Presidência da República. Por outro lado, avenida Vladimir Lenin, que é uma avenida que cruza a praça da OMM (em homenagem às mulheres combatentes da Frelimo) e vai atravessando a maior avenida da cidade Eduardo Mondlane (principal fundador da Frelimo e primeiro líder do movimento), atravessa avenida Ahmed Siad barre e Patrice Lumumba (nomes sonantes no socialismo africano) e desagua praticamente na 25 de Setembro.

Mudando do ângulo, começando pela avenida Kim II Sung (comunista Norte coreano), além de carregar um grande nome do comunismo coreano, essa avenida alia, o socialismo africano e asiático. Essa avenida começa pela avenida Agostinho Neto (falamos anteriormente que foi fundador do MPLA partido que também está no poder em Angola á 50 anos), atravessa a avenida Paulo Samuel Kankhomba, a avenida Mao Tse Tung (comunista chinês), avenida Kwame Nkrumen (comunista Ganês e considerado pai das independências africanas), cruzando com as ruas Pedro Nunes, 8 de Março, João de Barros, Fernão Lopes bem como Pereira do Lago, Damião Gomes e desagua na Avenida Keneth Kaunda (comunista zambiano e presidente do país).

Usando a avenida Mao Tse Tung-essa avenida curiosamente nasce praticamente da avenida Vladimir Lenin, e é atravessada pelas ruas general Teixeira Botelho, Valentim Siti, comandante João Belo, avenida Salvador Allende (político comunista chileno que governou o país de 1970 até 1973, e deposto por Augusto Pinochet num golpe de estado). Atravessa a rua General Pereira Deça, rua de Tchamba, Avenida Kim II Sung, Tomás Nduda, avenida Égas

Moniz, avenida Armando Tivane e desagua na Avenida Julius Nyerere (comunista Tanzaniano).

Por fim, tomaremos outro exemplo, saindo da avenida Ho Chi Min-essa avenida parte da rua D. Almeida Ribeiro, atravessa José Sidumo, avenida Amílcar Cabral fundador do PAIGC (partido de esquerda), faz interseção com rua das flores, rua da Oliveira, das Mahotas, Gabriel Makavi. Atravessa a Olof Palme, rua Municipal Oeste, Avenida Karl Marx, Filipe Samuel Magaia, Guerra Popular, Alberth Lithuli (um dos líderes do ANC partido comunista da África do Sul), atravessa a avenida Romão Fernandes Farinha e desagua na avenida Mohamed Siad Barre (comunista que governou a Somália entre 1969 a 1991).

A escolha dos nomes das avenidas, ruas praças da cidade de Maputo, não foi aleatória ou ao acaso, ela reflete influência ideológica predominante que controla até espaços urbanos e o ensino (Maputo “cheira ideologia”); revela uma forte aliança internacional do socialismo mundial, composto por nomes importantes do socialismo africano, asiático e latino-americano numa urbe, produzindo uma composição imagética que se relaciona com o ensino de história que o aluno estuda na sala de aulas (ainda que seja história pública, vai moldando a personalidade do aluno e sua visão sobre a identidade nacional) claramente, a superestrutura vai moldando o aluno que eles querem ao seu serviço.

Com base na rede viária de Maputo, e dos extratos urbanísticos que apresentamos, é inevitável que o aluno antes e depois de ter as aulas, passe dessas ruas que “cheiram” socialismo mais clássico, ele vai recebendo influências, mesmo nos dias que não tem aulas de história quando chega a escola, o seu conhecimento sobre ideologia apenas é compensado pelos conteúdos teóricos que o professor lhe apresenta na sala porque o teórico com ele já vive e convive, como fala Castells (2009, p. 86), “a ideologia urbana tem profundas raízes sociais. Não se limita à tradição acadêmica ou aos meios do urbanismo oficial. Está, acima de tudo, na cabeça das pessoas. Penetra até no pensamento daqueles que partem de uma reflexão crítica sobre as formas sociais de urbanização”, isto significa que há uma influência ideológica que moldam percepções e decisões a sociedade e ao aluno também (como membro dessa mesma sociedade), e que a ideologia urbana não deve ser vista apenas como apenas um conceito, ela pode implicar na consciência história do aluno não só através do ensino de história mas também da cultura histórica, uma vez que, ela abarca as interpretações sobre o passado produzido fora da escola e da universidade como integrantes do processo de ensino e aprendizagem. Isso desafia aos pesquisadores e pesquisadoras, professoras e professores de história, a principal tarefa de compreender de que modo os usos públicos do passado interferem na concepção de história dos alunos. Isto é, assim como o conceito de consciência

histórica, a cultura histórica enfatiza que a didática da história não se restringe à aprendizagem escolar, mas se preocupa com os diversos significados elaborados sobre o passado que circulam no espaço público (rede viária de Maputo é exemplo disso) e tem efeitos didáticos (Mendes, 2021, p. 123).

A escola “não é um espelho passivo, mas uma força ativa, uma força que também serve para legitimar as ideologias e as formas econômicas e sociais tão estreitamente ligadas a ela. E é exatamente essa ação que precisa ser desvendada” (Apple, 1982, p. 67), daí demanda as historiadoras e historiadores moçambicanos a busca permanente e incessante de formas de questionamento de tendências que desafiam o ensino de história, apesar de que tanto a Didática da História como a Teoria da História ainda não estão solidificadas no currículo de formação de professores em Moçambique, o que impacta na construção da consciência histórica e ideológica dos futuros professores e consequentemente aos alunos, pois limita a capacidade dos professores de interpretar eventos históricos dentro da cultura histórica e de transmitir esse conhecimento de forma eficaz aos alunos na sala de aula, e reduz o campo de questionamento ideológico do currículo moçambicano, por isso os ideólogos montam um currículo conteudista, e esquecem que a História não é apenas um relato de fatos passados, mas uma disciplina fundamental na formação do pensamento crítico e na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e políticas dentro da temporalidade. Sabemos que a teoria permite aos professores compreender os diferentes métodos e análises históricos, evitando uma abordagem meramente descritiva dos fatos. Sem essa base, o ensino pode se tornar superficial, sem estimular o pensamento crítico dos estudantes, uma vez que ideologicamente o ensino de história sem uma base teórica sólida vai favorecendo narrativas dominantes e restringir o desenvolvimento de uma visão crítica sobre processos históricos, desigualdades e lutas sociais, e a didática analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática, incluindo o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar (Rüsen, 2011, p. 33).

Como o moçambicano e o ser humano no geral é vulnerável á carências de orientação daí, a Didática de História vai tomando a consciência histórica como seu tema central, aproximando se as reflexões teóricas, por outro lado, a teoria da história aproxima-se da didática quando escolhe as carências de orientação como fundamento do interesse das pessoas pelo conhecimento histórico, o que significa que a carência de orientação é também uma carência de aprendizado, uma tentativa de encontrar respostas para um problema do mundo da

vida (no caso concreto, a ideologia), daí essas disciplinas não podem estar ausentes ou negligenciado nos cursos de formação de professores em Moçambique, uma vez que tanto o aluno como o professor passa por momentos de inquietação e incerteza dentro da temporalidade (Rüsen, 2011 *apud* Mendes, 2021, p. 118).

A relação entre a ideologia, ensino de História e urbanismo de Maputo, revela como o “jogo foi montado” refletindo tanto no ensino como na cultura histórica narrativas históricas específicas, frequentemente orientadas pelo discurso oficial do estado e do partido no poder (que pela sua influência os dois se confundem). A configuração urbana de Maputo, com suas ruas, avenidas e praças, e não só, nomeadas em homenagem a figuras revolucionárias e líderes socialistas, demonstra o impacto da ideologia na construção da memória coletiva, cuja composição urbanística vai silenciando outras visões do passado, ou outras do presente como testemunha da sua aventura história (se entendermos que todos os dias produzimos história), reforçando uma identidade nacional aparentemente única, bloqueando e dificultando debates históricos críticos no país, e produzindo uma e única narrativa; isso por ausência de perspectivas alternativas tanto nos livros e programas bem como nos espaços urbanísticos que o aluno frequenta e habita (a ideologia cobriu e lacrou todos os espaços possíveis), com único objetivo: manutenção e sobrevivência.

Ora, a história não deve ser imutável ou exclusiva, nem deve ser o monopólio de um grupo qualquer que seja, e a cidade deve ser reflexivo da memória coletiva, e daí tanto o ensino de história como a própria composição urbanística de Maputo deve demonstrar um equilíbrio na representação de uma identidade nacional sem silenciar ou apagar as vozes de outros atores que Moçambique construiu ao longo do seu processo histórico, mesmo considerando que a ideologia é atemporal- a “ideologia não tem história” e é “Omnipresente” (Althusser, 1970, p. 72-76), apesar disso, a cidade e o ensino de história devem deixar de ser campo ideológico mas sim, um campo de reprodução de várias narrativas e perspectivas na produção da consciência histórica e de identidade.¹²

Considerações finais

A intersecção entre a ideologia, ensino e espaços urbanísticos de Maputo, mostra que a Didática de História deve se posicionar melhor na oposição tanto contra às narrativas e ideológicas dominantes que circula não só no ensino de história como na cultura histórica, o que mostra a força ideológica de controlo social, por isso os espaços urbanos onde o aluno

¹² É uma característica constante de toda formação social, existindo em todos os momentos históricos.

circula é notável ao longo da rede viária da cidade de Maputo, que os nomes de grande influência socialista, dentre asiáticos, latino-americanos e africanos tomaram a urbe, tornando Maputo o polo da representação ideológica do país (essa representação é replicada pelas províncias e distritos), colocando o aluno na sobrevivência por baixos dos escombros na encruzilhada ideológica urbanística e intelectual, porque o ensino é movido pela ideologia e Maputo também é “cidade ideológica”, representando práticas discursivas ideológicas dentro da cultura histórica. Esse cenário o seu fim já é previsível: aluno sem visão intelectual de crítica e autocrítica; da sua identidade e consequentemente-Reprodutor ideológico cíclico, e a história deixa de ser uma ciência de incubação das transformações sociais, e molda deste modo um aluno e pior de tudo, sem noção da consciência histórica. Além de que essa imposição de uma narrativa única apaga memórias alternativas e experiências comunitárias distintas, uma vez que e o aprendizado histórico em Moçambique está atolado pela ideologia, pelo lado externo (cultura histórica) e pelo lado interno (consciência histórica).

Fontes

Fontes utilizadas para elaboração deste artigo:

FRELIMO. Diretivas Económicas e Sociais: Documento do 3º Congresso da Frelimo. Maputo. DTI. 1977.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura; Programa de Ensino de História da 9ª Classe. INDE. Maputo. 2009.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano: Programa de Ensino da Disciplina de História- Ensino Secundário- 1º Ciclo. INDE. Maputo, 2024.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura: Programa de Ensino de História da 9ª Classe. INDE. Maputo, 1984.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 1ª Edição brasileira. Tradução de Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CASTELLS, Henri. **A questão Urbana**. 4ª Edição. Paz e Terra, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 16ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

- LUKÁCS, Georg. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAXIMIANO, Eulália e ASSIS, Abel de. O Ensino da História no período pós-independência. In: JOSÉ, Alexandrino e MENESES, Paula. **Moçambique-16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a década de 90**. Volume I. Maputo, CEGRAF. 1992.
- MENDES, Breno. **Limiar: Estudos de Teoria, Metodologia e Ensino de História**. 2ª Edição. Goiânia. CEGRAF UFG. 2021.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: n.10, Dez. 1993, p.7-28.
- OSÓRIO, Conceição. Educação e Ensino de História. In: JOSÉ, Alexandrino e MENESES, Paula. **Moçambique-16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a década de 90**. Volume I. Maputo: CEGRAF. 1992.
- PERRUSI, Artur. Sobre a Noção de Ideologia em Gramsci: Análise e contraponto. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2015, v. 2 n. 21,
- RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Tradução de Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- RÜSEN, Jörn. **JÖRN RÜSEN e o Ensino de História: (org.) Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Cultura histórica e aprendizagem histórica. Campo Mourão, **Revista NUPEM**, v. 6, n. 10, jan./jun. 2014.
- WEBER, Max. **Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

Submetido em: 30 jun. 2025

Aceito em: 07 out. 2025

Senso: a Unificação Italiana das Câmeras de Luchino Visconti às salas de aula

*Senso: the Italian Unification from the Luchino Visconti's Cameras to the classrooms**

Luiz Felipe dos Santos Narciso,¹ UERJ

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar mais um exemplo do profícuo diálogo entre o Cinema e o Ensino de História, por meio da utilização do filme *Senso* (1954) do diretor italiano Luchino Visconti. Buscar-se-á indicar aqui alguns pontos presentes no filme que podem ser retomados ao trabalhar a Unificação Italiana em sala de aula, a exemplo do nacionalismo, da simultaneidade com a Unificação Alemã e do lugar da nobreza no processo de unidade nacional italiano. Este diálogo aqui proposto será respaldado pelas ponderações de Napolitano (2003) e Abud (2003) sobre os procedimentos necessários para a utilização do Cinema nas aulas, pelas considerações de Rohloff de Mattos sobre a aula de História como um texto (2007) e, pelo conceito de consciência histórica teorizado por Cerri (2011).

Palavras-chaves: Cinema; Ensino de História; Unificação Italiana.

Abstract

This article aims to present another example of the fruitful dialogue between Cinema and History Teaching, through the use of the film *Senso* (1954) by the Italian director Luchino Visconti. We seek to indicate here some points present in the film that can be taken up when working on the Italian unification in the classroom, such as nationalism, simultaneity with the German unification and the place of nobility in the process of the Italian national unity. This dialogue proposed here will be supported by the reflections of Napolitano (2003) and Abud (2003) on the procedures necessary for the use of cinema in classes, through the considerations of Rohloff de Mattos about the history class as a text (2007) and, by the concept of historical consciousness theorized by Cerri (2011).

Keywords: Cinema; Teaching of History; Italian Unification.

Considerações Iniciais

No ano de 2024, completaram-se 70 anos do lançamento de um dos maiores filmes do Cinema Italiano, *Senso*, uma das grandes obras do renomado cineasta Luchino Visconti, o mesmo diretor de clássicos tão importantes quanto, a exemplo de *O Leopardo* (*Il Gattopardo*, 1963), *Morte em Veneza* (*Morte a Venezia*, 1971), *Obsessão* (*Ossessione*, 1943) e *Rocco e Seus Irmãos* (*Rocco i suoi fratelli*, 1960).

* Dedico este texto à turma de 9º ano de 2025 do Colégio e Curso SEI.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Bolsista CAPES. Possui interesse por História Contemporânea, com ênfase em História da Itália, Itália do Século XIX, Unificação Italiana, Europa do Século XIX, Movimentos Nacionalistas e Ensino de História. E-mail para contato: lfelipenarciso@gmail.com.

Baseado no romance homônimo de Camillo Boito, publicado em 1882, *Senso*, ou *Sedução da Carne*, sua tradução para o português, apresenta uma história de amor entre a condessa italiana Livia Serpieri, interpretada pela atriz Alida Valli, e o oficial austríaco Franz Mahler, personagem de Farley Granger. Esta trama foi ambientada na cidade de Veneza durante a Terceira Guerra de Independência Italiana, conflito ocorrido em 1866 e que foi responsável pela libertação da cidade lagunar e de toda a região do Vêneto da dominação austríaca.

Indubitavelmente, o Cinema constituiu-se em uma fonte de grande valor tanto para a História, quanto para o Ensino de História, ainda que seu potencial em ambos os casos tenha sido reconhecido tardiamente (Abud, 2003; Napolitano, 2003), pois ocorreu associado às mudanças de paradigmas pelas quais a própria História passou ao longo do século XX, que levaram ao abandono da concepção defendida pela Escola Metódica (Abud, 2003, p.185), que reconhecia a validade apenas dos documentos oficiais de Estado.

Apresentado esse panorama, o objetivo deste trabalho é apontar alguns elementos presentes no filme *Senso* que são possíveis de serem mobilizados em sala de aula ao abordar o tema da Unificação Italiana, são eles: o nacionalismo, a simultaneidade com o processo de unificação nacional alemão e o papel cada vez mais desprestigiado da nobreza. Para que estes apontamentos possam ser feitos de maneira satisfatória, é pertinente retomar as considerações apresentadas por Marcos Napolitano (2003) e Kátia Abud (2003) sobre o potencial dos filmes como ferramentas para fomentar o ensino da História, bem como os procedimentos metodológicos indispensáveis quando se faz a opção pelo uso do recurso fílmico.

Serão retomadas também as ponderações de Ilmar Rohloff de Mattos, presentes em seu artigo intitulado *Mas não somente assim!: Leitores, autores, aula como texto e o ensino-aprendizagem da História* (2007), que ao propor que a construção de uma aula de História dá-se de maneira similar ao processo de escrita de um texto histórico faz com que seja necessário um cuidado por parte do docente neste processo, para que ele possa atuar como mediador, além, é claro, da atribuição da importância ao aluno, que assume o lugar similar ao de um leitor de um texto histórico. Por fim, a análise aqui empreendida também se embasará pelo conceito de consciência histórica, discutido por Luís Fernando Cerri (2011), no que concerne principalmente às formas como esta consciência pode ser apreendida.

Em suma, será realizada, em um primeiro momento, a apresentação do contexto histórico representado na obra de Luchino Visconti, ou seja, o processo de unificação nacional italiano, com destaque para os eventos relacionados à conquista do Vêneto e, posteriormente,

será realizado o diálogo entre a obra cinematográfica e os pontos que podem ser abordados em sala de aula.

Veneza 1866: dos Antecedentes à Libertação do Vêneto

Abordar as querelas políticas relacionadas à cidade de Veneza no complexo período da história italiana conhecido como *Risorgimento*² significa basicamente abordar o fim da República Vêneta e a resistência à dominação austríaca, que se consolidou graças ao que ficara estabelecido no Congresso de Viena. Em 1797, um ano após o estabelecimento das tropas napoleônicas na Península Itálica³, foi assinado o Tratado de Campoformio, responsável pela definição do domínio austríaco sobre Veneza, marcando o seu fim como um Estado independente (Duggan, 2016, p.113).

Em 1805, Veneza passou juntamente com outras partes da região do Vêneto às possessões napoleônicas na Península Itálica, integrando o Reino da Itália. Entretanto, não tardou para que retornasse novamente à dominação austríaca, pois a derrota de Napoleão em Leipzig levou ao fim do Império Napoleônico e ao início das movimentações para a Restauração europeia.

Conforme estabelecido pelas atas do Congresso de Viena, as regiões do Vêneto e da Lombardia foram incorporadas ao Império Austríaco, formando o Reino Lombardo-Vêneto (Bertonha, 2019, p. 47). A Península Itálica foi colocada sob domínio majoritário dos Habsburgo,⁴ que além de possuírem as províncias lombardas e vênetas, também obtiveram os territórios dos Ducados de Módena e Parma e o Grão-ducado da Toscana. No sul da península, os antigos Reinos de Nápoles e da Sicília fundiram-se no Reino das Duas Sicílias sob jugo borbônico; nas regiões centrais, o poder papal foi restaurado nos Estados Pontifícios; e na região noroeste, o domínio sabaudo foi confirmado no Reino do Piemonte-Sardenha, o único Estado dentre os existentes na península que não se encontrava sob dominação estrangeira.

A intensa fragmentação vigente em todo o território italiano somada à presença austríaca, que se impunha direta ou indiretamente em toda a extensão peninsular, faziam com que a frase zombeteira dita pelo chanceler austríaco Metternich tivesse cada vez mais sentido: “A Itália é apenas uma expressão geográfica” (Bertonha, 2019, p. 48). Esta colocação

² Tradução do Italiano: Ressurreição. Nome pelo qual ficou conhecido o processo histórico que levou à Unificação da Itália.

³ Em 1796, as tropas napoleônicas avançaram sobre o norte da Península Itálica, derrotando os austríacos e, posteriormente, estabelecendo repúblicas que seguiam os mesmos princípios da República Francesa.

⁴ Nome da dinastia que chefiava o Império Austríaco e, que tinha o controle da maior parte dos territórios da Península Itálica.

significava naquele contexto que a Itália não deveria passar de um termo para se referir à Península Itálica como um todo, negando automaticamente quaisquer pretensões de cunho liberal ou nacionalista.

A oposição à dominação austríaca foi evidente em toda a primeira metade do século XIX e, naturalmente Veneza e, a região do Vêneto não fugiriam a esta regra. Em 1848, durante a Primavera dos Povos, essa oposição ganhou corpo por meio de revoltas populares e manifestações nacionalistas, a exemplo daquela ocorrida em Milão, que começou como um boicote ao comércio do tabaco no início de ano e, em março, forçou a retirada do exército austríaco da cidade, que era também capital do Reino Lombardo-Vêneto, após cinco dias de enfrentamentos com a população milanesa⁵ (Bertonha, 2019, p. 49).

Naturalmente, o ímpeto nacionalista e o rechaço ao jugo austríaco também foram sentidos na porção vêneta do reino, à direita do rio Mincio⁶. As notícias vindas de Viena, onde rebeliões populares contestaram a permanência do Absolutismo e levaram à demissão do primeiro-ministro Metternich, insuflaram a população de Veneza a se rebelar contra as autoridades locais, exigindo a soltura de líderes patriotas, como Danielle Manin e Niccolò Tommaseo (La Rivoluzione..., [s.d.]).

Em 17 de março, o governador Palffy decretou a libertação dos prisioneiros, que brevemente passaram a reivindicar o direito de criarem uma guarda cívica. Não tardou para que novas insurreições ocorressem no território veneziano e, o seu desfecho foi a expulsão dos austríacos da cidade, assim como ocorreu em Milão, e a proclamação da República de Veneza, também chamada de República de San Marco, por Danielle Manin em 23 de março de 1848 (La Rivoluzione..., [s.d.]).

Aproveitando-se do sucesso dos eventos ocorridos nas duas principais cidades do Reino Lombardo-Vêneto, Milão e Veneza, o rei Carlos Alberto do Piemonte-Sardenha declarou guerra ao Império Austríaco, dando início à Primeira Guerra de Independência Italiana (Duggan, 2016, p. 138-139). Contudo, a fraqueza militar do reino sardo-piemontês em relação ao Império dos Habsburgo era notória, o que levou à ocorrência de duas derrotas militares, em Custoza, em julho de 1848, e em Novara, em março de 1849, que acabaram por frustrar os planos piemonteses de libertar as regiões setentrionais do domínio austríaco e promover a unificação nacional (Duggan, 2016, p. 138-139).

⁵ Estes cinco dias de enfrentamentos entre milaneses e austríacos, ocorridos entre 18 e 22 de março de 1848, ficaram conhecidos na história italiana como “Os Cinco Dias de Milão”, ou “*Le Cinque Giornate di Milano*”.

⁶ Rio que demarcava a divisão entre as porções lombarda e vêneta do reino.

Mesmo com as derrotas sardo-piemontesas, a República Vêneta recusou-se a reconhecer o Armistício de Salasco, que estabeleceu que as áreas insurgentes deveriam retornar ao domínio austríaco (La Resistenza..., [s.d.]). A partir desta recusa, Veneza passou a ser considerada um alvo a ser abatido, para que assim a obediência pudesse ser restabelecida. As estratégias adotadas pelos austríacos com o intuito de atingirem este objetivo foram principalmente duas: bombardeios e imposição de um bloqueio marítimo. Além destes dois elementos, a cidade ainda foi assolada por uma epidemia de cólera, o que contribuiu para a sua capitulação em 27 de agosto de 1849 (La Resistenza..., [s.d.]).

O historiador britânico Christopher Duggan aponta que, mesmo com a sua derrota, a heroica resistência da República de Veneza diante do cerco austríaco contribuiu para a projeção da luta pela unificação italiana no cenário europeu, assim como ocorreu com a República Romana⁷, que havia sido desmobilizada no início de julho de 1849 (Duggan, 2019, p. 141).

Bertonha, por sua vez, pontua que o desfecho dos movimentos ocorridos na Península Itálica em 1848 contribuiu para o amadurecimento da causa nacional italiana em dois sentidos: o primeiro foi em relação à maneira de se pensar o nacionalismo, fazendo com que a nuance política fosse suplantada por uma vertente mais cultural e, a segunda relacionou-se à concepção da organização do movimento pela unificação nacional, quando se constatou que seria impossível que ela ocorresse por meio de revoltas populares, devendo ser estruturada com um forte aparato diplomático e militar (Bertonha, 2019, p.49).

A partir de 1848, o Reino do Piemonte-Sardenha assumiu as rédeas do processo de unificação nacional, mas, foi apenas no final da década seguinte que as conquistas começaram a ocorrer, estas se deveram à atuação e ao legado do Conde Cavour, partidário das vias diplomática e militar. Em 1859, a região da Lombardia foi libertada após a Segunda Guerra de Independência Italiana, conflito em que os sardo-piemonteses contaram com o apoio dos franceses para derrotarem os austríacos⁸, e posteriormente, anexada ao Reino do Piemonte-Sardenha (Bertonha, 2019, p.51; Maenhaut, 2018, p. 12).

Em março de 1860, os ducados de Módena e Parma, o Grão-ducado da Toscana e partes da Romanha, regiões que já haviam expulsado os austríacos no ano anterior, foram incorporados ao reino sardo-piemontês por meio de plebiscitos (Maenhaut, 2018, p. 12). Ainda em 1860, entre os meses de maio e outubro, foi a vez das porções meridionais serem

⁷ República proclamada na cidade de Roma em fevereiro de 1849 por um triunvirato formado por Giuseppe Mazzini, Aurelio Saffi e Carlo Armellini e, que teve sua defesa incumbida a Giuseppe Garibaldi.

⁸ A aliança franco-piemontesa foi estabelecida em 1858 por meio dos Acordos de Plombières, assinados entre Camilo Cavour e Napoleão III.

libertadas por Giuseppe Garibaldi durante a Expedição dos Mil Camisas-Vermelhas (Bertonha, 2019, p. 53). Em 1861, Vítor Emanuel II, rei do Piemonte-Sardenha, foi coroado primeiro rei do Reino da Itália, no dia 17 de março, entretanto, ainda faltavam ao novo Estado as regiões do Vêneto e do Lácio e as províncias da Itália Irredenta⁹ (Bertonha, 2019, p. 53; Maenhaut, 2018, p. 12).

De forma concomitante ao processo de unificação italiana, estava ocorrendo a Unificação da Alemanha, encabeçada pelos prussianos, liderados pelo chanceler de ferro Otto von Bismarck. Em 1866, a Prússia e o Reino da Itália estabeleceram uma aliança secreta, no dia 08 de abril, contra o Império Austríaco, que definiu que os italianos declarariam guerra à Áustria assim que os prussianos o fizessem e, participariam do conflito com a promessa de que receberiam a região do Vêneto e as províncias irredentas (La Terza Guerra..., [s.d.]).

Em 20 de junho, o governo italiano seguiu o exemplo dos prussianos e declarou guerra ao Império Austríaco. Três dias mais tarde, as operações militares tiveram início sob o comando do rei Vítor Emanuel II e do Chefe de Estado Maior Alfonso La Marmora (La Terza Guerra..., [s.d.]). Mesmo com uma derrota vexatória sofrida pelas forças italianas na Batalha de Custoza, as vitórias prussianas sobre os austríacos, com destaque para aquela ocorrida em Sadowa, permitiram que os objetivos italianos fossem parcialmente atendidos.

Em 12 de agosto, foi assinado o Armistício de Cormons entre italianos e austríacos, contando com a mediação do imperador francês Napoleão III, responsável por encerrar as hostilidades entre ambas as partes. As cláusulas deste armistício foram reafirmadas posteriormente quando da assinatura do Tratado de Viena, em 03 de outubro de 1866, o qual definiu a concessão de Veneza, e de toda a região do Vêneto, ao Reino da Itália bem como o reconhecimento do Estado Italiano pelo Império Austríaco (La Terza Guerra..., [s.d.]).

A história da dominação austríaca sobre Veneza chegava ao fim, entretanto, para a conclusão definitiva da Unificação da Itália ainda faltavam Roma e as províncias irredentas, ambas foram mantidas sob o domínio dos Habsburgo mesmo após 1866. Em 1870, os desdobramentos da última guerra de unificação alemã, a Guerra Franco-Prussiana, propiciaram a conquista de Roma e da região do Lácio; a Itália Irredenta, por sua vez, só foi libertada da dominação austro-húngara e incorporada ao Reino da Itália apenas no século XX, após o fim da Primeira Guerra Mundial (Bertonha, 2019, p. 53).

⁹ A chamada Itália Irredenta era composta pelas províncias de Trentino, Trieste e Tirol e, pelas regiões da Ístria e Dalmácia.

Viva l'Italia ! Viva Visconti ! : Possibilidades de diálogo entre o filme *Senso* e o ensino da Unificação Italiana

Dono de uma rica e vasta filmografia, Luchino Visconti foi, sem dúvidas, um dos cineastas italianos mais renomados e influentes do século XX. Seu nome fulgura ao lado de outros grandes personagens do Cinema italiano como Federico Fellini, Roberto Rossellini, Vittorio de Sica e tantos outros; sua importância e a qualidade de seu trabalho são inegáveis. Partindo dessas considerações, o objetivo desta segunda seção é evidenciar uma possibilidade de diálogo entre *Senso*, um de seus filmes, e o ensino do tema da Unificação Italiana.

Desde seu surgimento, no final do século XIX, o Cinema foi paulatinamente conquistando grande capacidade de atração de público; chegando aos dias atuais com o *status* de sétima arte. Assim como o Cinema, a História também é filha do século XIX, entretanto, tardou para que o diálogo entre ambos ocorresse. O uso de um filme enquanto fonte histórica só foi reconhecido a partir das décadas de 1960 e 1970, graças às contribuições de autores como Marc Ferro e Pierre Sorlin (Abud, 2003, p.184; Napolitano, 2007, p. 170).

Importante pontuar que este reconhecimento foi possível graças às mudanças pelas quais a História e o próprio Ensino como um todo passaram de forma mais destacada entre os anos de 1970 e 1980; mudanças estas que os tornam “filhos de seu tempo” segundo a autora Kátia Abud (2003, p. 184). No que concerne ao Ensino de História, o diálogo com os recursos fílmicos passou a ser mais implementado por volta dos anos 1990 (Napolitano, 2003, p. 11; Souza, 2021, p. 309), quando a sétima arte estava próxima de completar cem anos conforme aponta Napolitano (2003, p. 11).

A partir desse momento, mudanças significativas ocorreram em relação à utilização do Cinema no Ensino de História, desde então tem se reconhecido que o primeiro contribuiu de forma significativa para qualificar o segundo, de acordo com Éder Cristiano de Souza (2021, p.309). Graças a essas renovações, os documentos educacionais passaram a adotar o uso do Cinema em suas estratégias e, os manuais didáticos passaram também a apresentar indicações de filmes, roteiros de análise e sugestões de atividades para o professor (Abud, 2003, p.184; Napolitano, 2007, p. 170-176).

Entretanto, mesmo após todos esses avanços, a utilização de um filme em sala de aula continua sendo vista como novidade (Souza, 2021, p. 317). Embora não seja objetivo deste trabalho debater tal questão, é interessante o questionamento: Por quê? Kátia Abud aponta em seu texto intitulado *A Construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino* que “a preferência pelo uso de filmes justifica-se

principalmente pela grande capacidade de atração que estes exercem no imaginário, além do fácil acesso às fitas de vídeo” (2003, p. 183).

Transcorridos pouco mais de vinte anos da publicação desse artigo, pode-se dizer que o Cinema ainda exerce a mesma capacidade de atração, mas, em relação aos recursos tecnológicos, as fitas de vídeo e os aparelhos de vídeo cassete deram lugar às plataformas de *streamings* e aos projetores. No entanto, a falta de recursos materiais, com destaque para os tecnológicos, ainda é infelizmente uma realidade de parte considerável das escolas públicas, municipais e estaduais, brasileiras. Retomando o que foi ponderado por Abud no texto mencionando acima, uma imagem continua valendo mais do que mil palavras (2003, p.188-189), mas como transmitir a segurança desta afirmação aos docentes cujas escolas não possuem projetores, *internet* ou nem mesmo quadros ou carteiras?

Ainda acerca da consideração de Souza sobre o caráter da utilização de um recurso fílmico como novidade, pode-se dizer que ela tem seu fundamento na carência de recursos mencionada acima e, também, em muitos casos, na carga horária exígua das aulas de História. A caracterização do uso de um filme enquanto novidade também abre precedentes para outras discussões pertinentes, desta vez sobre o desafio de fazer do Ensino de História algo interessante e cativante para os alunos e do porquê eles não estão conseguindo aprender História (Caimi, 2006; Pinsky; Pinsky, 2007).

A rotina didática marcada predominantemente pela presença de aulas expositivas contradiz com as demandas de rapidez e velocidade, características da contemporaneidade, o que faz com que muitas vezes as aulas de História sejam consideradas chatas, justamente por conta da sensação de que o tempo não está passando. Assim, segundo Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky, “tudo aquilo que não é muito veloz torna-se chato” (Pinsky; Pinsky, 2007, p. 17). De acordo com estes autores:

Procurando acompanhar as mudanças, os novos tempos, muitos professores acabam comprando a ideia de que tudo que não é muito veloz é chato. Na sala de aula, o pensamento analítico é substituído por “achismos”, alunos trocam a investigação bibliográfica por informações superficiais dos *sites* “de pesquisa” pasteurizados, vídeos são usados para substituir (e não complementar livros). E o passado, visto como algo passado, portanto superado, tem tanto interesse quanto o jornal do dia anterior (Pinsky; Pinsky, 2007, p. 17).

Com isso, as percepções mais frequentes dos docentes acerca de seus alunos tendem ao negativo, às impressões de que os estudantes são “desinteressados, desatentos, zombeteiros ou pouco curiosos” (Caimi, 2006, p. 28). Nesse sentido, o Cinema é uma ferramenta

interessante dada a já mencionada capacidade de atração que os filmes possuem, o que propicia a quebra da rotina didática, que é considerada sinônimo de monotonia.

A opção pelo uso de um filme em sala de aula naturalmente requer uma preparação prévia por parte do docente, que deve estar preparado e “atento às demandas dos novos tempos” segundo os professores Jaime e Carla Pinsky (2007, p. 19). Em seu livro intitulado *Como usar o Cinema na sala de aula*, Marcos Napolitano indica alguns questionamentos que devem ser feitos pelos professores antes de proporem uma atividade envolvendo um conteúdo fílmico, são eles: “Qual a cultura cinematográfica dos meus alunos? A qual faixa etária ele é mais adequado? Como posso utilizar este filme em minhas aulas?” (2003, p. 12).

Em relação à primeira pergunta, é pertinente estabelecer um diálogo com as ponderações apresentadas por Pinsky e Pinsky (2007), Caimi (2006) e Mattos (2007). Os primeiros também corroboram a ideia de que o professor deve conhecer minimamente o universo cultural de seus alunos, para que consigam estabelecer “uma ponte entre a cultura dos educandos e o patrimônio cultural da humanidade”; assim, o educador, por meio de sua erudição, conseguirá fazer essa ponte, e também fará com que as informações contribuam para a construção do conhecimento e, não sejam assimiladas de forma pouco coesa ou desordenada, o que impossibilitaria o diálogo com os conteúdos ensinados na escola (Pinsky; Pinsky, 2007, p. 20-23).

Flávia Caimi também endossa a necessidade da articulação do conteúdo com as experiências cotidianas dos alunos, pois aquilo que é familiar torna-se sempre mais interessante e instigante para os educandos (2006, p.28). Essa relação entre o interesse e a familiaridade é explicada pela autora por meio da retomada dos fundamentos da Psicologia da Educação propostos por Jean Piaget, que indicam que a familiaridade e a proximidade com elementos da vida cotidiana propiciam operações mentais que acabam por despertar o interesse dos alunos (Caimi, 2006, p. 33-34).

Por fim, convém retomar o que foi exposto por Ilmar Rohloff de Mattos em seu texto *Mas não somente assim!: Leitores, autores, aula como texto e o ensino-aprendizagem da História*, o qual propõe que “dar uma aula de História é como contar uma história”, é um processo que irá pressupor uma novidade e a consciência de que a recepção e a intervenção do aluno são fundamentais, assim como as dos leitores, pois uma história não existe apenas em seus autores (Mattos, 2007). Assim, ao se pensar esta aula-texto que dialoga Cinema e História, é importante que se leve em consideração os alunos e os seus conhecimentos, pois sem a realização de procedimentos devidos, que visem ao estabelecimento de uma mínima relação de familiaridade com aquilo que os educandos trazem consigo, o texto não terá a

mesma recepção, a ponte com o patrimônio cultural não será erguida e, as operações mentais não serão conduzidas, ou ao menos não de forma satisfatória (Caimi, 2006; Mattos, 2007, Pinsky; Pinsky, 2007).

Conforme foi exposto por Napolitano, o uso de um filme numa aula de História não deve se encerrar em sua própria exibição (2003, p. 14-15), ou, retomando Mattos, a história não deve parar de ser contada ao final do filme. É necessário que o docente proponha atividades ou aproximações do conteúdo fílmico com aquele ensinado em sala de aula (Napolitano, 2003, p. 14-18). No caso do filme *Senso*, serão sugeridos três pontos a serem relacionados com o conteúdo da Unificação da Itália, são eles: a importância do nacionalismo, a simultaneidade com a Unificação da Alemanha e, o lugar da nobreza durante o processo.

Antes de discorrer propriamente sobre os pontos aqui escolhidos, convém retornar às outras duas indagações que são pertinentes ao se cogitar fazer a ponte entre o conteúdo escolar e aquele apresentado no filme: “Qual a cultura cinematográfica dos meus alunos?” e “A qual faixa etária ele é mais adequado?” (Napolitano, 2003, p. 12). Acreditamos que, possivelmente, por ser um filme italiano dos anos 1950, ele não seja familiar para o corpo discente, o que faz com que seja necessária uma apresentação da obra, como foi feita anteriormente, indicando a trama principal e a sua ambientação histórica. Por esses fatores, pode ser mais aconselhada a sua exibição para turmas de Ensino Médio, mas também não existem empecilhos para os docentes que desejarem apresentá-la nas turmas de Ensino Fundamental.

Ao abordar os processos de unificação da Itália e da Alemanha, ensinados geralmente dentro de um bloco conhecido como Unificações Tardias, o que costuma ocorrer no oitavo ano do Ensino Fundamental e no segundo do Ensino Médio, é imprescindível o estabelecimento da relação destes processos com as ideologias nacionalistas cujo surgimento e expansão caracterizaram o século XIX. Entretanto, a compreensão e a assimilação de um conceito podem, muitas vezes, ser algo complexo para os estudantes; por isso, uma estratégia utilizada pode ser recorrer à narrativa fílmica.

Imagem 01 - Cena do filme *Senso*; protesto de nacionalistas italianos, no teatro *La Fenice*, contra a dominação austríaca por meio de proclamações nas cores da bandeira italiana: verde, branco e vermelho



Fonte: Disponível em: <<https://thecinemaarchives.com/2020/02/06/senso-1954-visconti/>>. Acesso em: 07/07/2024.

A imagem acima, presente em uma das cenas iniciais do filme, retrata um protesto nacionalista italiano ocorrido no teatro *La Fenice*, demonstrando sua oposição à dominação austríaca por meio dos panfletos nas cores da bandeira italiana que continham uma proclamação com frases como *Viva l'Italia! Viva La Marmora!*¹⁰ (Maenhaut, 2008, p. 51). Segundo Peter Lee, “a narrativa histórica e o passado propiciam a concreticidade dos conceitos” (2011, p. 20); seguindo esta lógica, os professores podem contextualizar o nacionalismo e apontarem que ele se demonstrava por meio de atos como esse que foi evidenciado na cena do filme, já que retrata justamente o cerne estrutural do nacionalismo italiano, que era a oposição ao jugo austríaco.

Outro ponto bastante interessante, e até mesmo curioso, que pode ser mobilizado como instrumento para a compreensão do nacionalismo e de suas demonstrações também se encontra nessa mesma cena, entretanto, sobre o palco do teatro. O próprio diretor Luchino Visconti adicionou à obra a presença da encenação da ópera *Il Trovatore* do compositor clássico italiano Giuseppe Verdi no momento em que os panfletos eram atirados sobre a plateia (Maenhaut, 2018, p. 52). Verdi representou em muitas de suas obras eventos da história italiana como forma de amadurecer o sentimento nacionalista, como pôde ser

¹⁰ Tradução do Italiano: Viva a Itália! Viva La Marmora!; esta segunda frase faz menção à figura de Alfonso La Marmora, Chefe do Estado Maior Italiano e encarregado das operações militares durante a Terceira Guerra de Independência Italiana.

percebido nas óperas *La Battaglia di Legnano* (1849) e *I Vespri* (1855)¹¹ (Giuseppe..., [s.d.]). Assim, o docente pode utilizar-se deste elemento da composição cênica para fazer menção a Verdi e ao papel que o compositor desempenhou durante a unificação nacional, ou quem sabe até mesmo apresentar alguma de suas óperas.

Partindo da premissa apresentada por Lee de que o passado confere concreticidade aos conceitos (2011, p. 20), é importante apontar outro elemento que permite a compreensão conceitual, a inserção dentro da lógica processual. A autora Ana Maria Monteiro defende no texto intitulado *Entre o estranho e o familiar: O Uso de Analogias no Ensino de História* que é necessária a criação de uma narrativa por parte do professor para que se consiga criar conexões entre os fatos, o que levará à formulação de uma lógica processual, ou seja, a inserção de fatos conectados dentro de um mesmo processo histórico, e que propiciará consequentemente o entendimento devido do conceito tendo a narrativa como subsídio (2005, p. 337-338).

Assim, é fundamental que o docente estimule os discentes a analisarem por meio de uma lógica de compreensão processual e da narrativa a presença do nacionalismo ao longo do processo de unificação nacional italiano, evidente, por exemplo, nos movimentos de 1848, no conflito de 1859 contra a Áustria, nos plebiscitos de 1860, na Expedição dos Mil e na Aliança Ítalo-Prussiana ou, até mesmo, na Europa do século XIX de forma geral, pois as ideologias nacionalistas também foram extremamente relevantes para a ocorrência das Independências da Grécia e da Bélgica, para a fracassada sublevação da Polônia contra o domínio russo em 1831 e, para a Unificação da Alemanha.

O subsídio dado pela narrativa permite ao professor aferir se os alunos compreenderam a historicidade dos conceitos e, até mesmo, estabelecer conexões entre o passado e o presente, conforme apontam Jaime e Carla Pinsky (2007, p. 25-26). Dessa maneira, os estudantes seriam levados a refletir sobre como o nacionalismo é apresentado nos dias atuais e, se ele permanece com a mesma nuance que apresentava durante o período oitocentista ou também analisar e pensar as formas pelas quais ele se manifesta e é mobilizado.

O segundo ponto escolhido como uma possibilidade para se trabalhar no Ensino de História trata-se da simultaneidade entre os dois processos de unificação nacional, o italiano e o alemão. Conforme foi apresentado na seção anterior deste texto, o Reino da Itália e a

¹¹ Estas óperas retrataram a Batalha de Legnano, ocorrida em 1176, e as Vésperas Sicilianas, ocorridas em 1282, momentos em que os habitantes da Península Itálica lutaram contra as investidas do Sacro-Império Romano Germânico e da Casa de Anjou respectivamente.

Prússia estabeleceram uma aliança contra o Império Austríaco, em abril de 1866, que foi responsável por envolver os italianos no conflito com a promessa de que receberiam em troca os territórios reivindicados, o Vêneto e as províncias irredentas.

Imagem 02 - Cena inicial do filme; delimitação do contexto histórico e apresentação da Aliança Ítalo-Prussiana. Tradução do Italiano: Veneza- Primavera de 1866/ Os últimos meses da ocupação austríaca do Vêneto. O governo italiano estabeleceu um pacto de aliança com a Prússia e a guerra de libertação é iminente



Fonte: Adaptação nossa de cena do filme; disponível em: <<https://www.dailymotion.com/video/x84ri29>>.
Acesso em: 07/07/ 2024.

Ao abordar a participação italiana na chamada Terceira Guerra de Independência Italiana, também conhecida como Guerra Austro-Prussiana ou Guerra das Sete Semanas, o professor deve indicar que este conflito foi relevante tanto para o alcance da unidade italiana, quanto para a alemã, pois assim como a região do Vêneto foi libertada e incorporada ao Reino da Itália, a Prússia, ao derrotar a Áustria, pôde exercer o controle direto sobre a Confederação Germânica do Norte como consequência do fim da Confederação Germânica (Kent, 1982, p. 61-63).

Posteriormente, o docente poderá indicar também que os efeitos desta simultaneidade não se restringiram aos eventos de 1866, pois podem ser percebidos também naqueles ocorridos em 1870. Como consequência do início da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, as tropas francesas retiraram-se de Roma, possibilitando a entrada das tropas italianas na cidade

e, posteriormente, a derrota do Segundo Império Francês, que facilitou a concretização da Unificação da Alemanha.

O terceiro e último ponto refere-se ao papel desempenhado pela nobreza durante a Unificação da Itália. Para abordá-lo é necessário retomar outros dois: os personagens principais da obra e a construção dos elementos cênicos do filme. Como foi indicado nas primeiras páginas deste texto, *Senso*, ou *Sedução da Carne*, foi baseado na obra homônima escrita por Camillo Boito em 1882 e, apresenta como personagens principais a condessa italiana Livia Serpieri e o oficial austríaco Franz Mahler.¹²

Serpieri, embora seja casada com um aristocrata filo-austríaco, é uma ardente patriota e defensora da causa italiana, entretanto, ao longo do filme, envolve-se com o oficial austríaco Franz Mahler. No decorrer da narrativa, a condessa Serpieri chega inclusive a vender suas joias e a utilizar os recursos que deveriam financiar os patriotas de Veneza para conseguir que Mahler pudesse desertar da Terceira Guerra de Independência Italiana. Ao final do filme, a condessa constata que seu amado não só a traía, como também estava apenas se aproveitando dela para a obtenção de benefícios próprios; enfurecida, ela denuncia Mahler aos seus superiores austríacos por deserção, fazendo com que ele seja executado logo em seguida.

Em relação ao segundo elemento, é conveniente retomar duas considerações presentes nas obras de Marcos Napolitano (2003) e Éder Cristiano de Souza (2021). O primeiro apresenta que o filme é um tempo presente, e seu tempo é o tempo da projeção (Almeida, 2001, p. 40 apud Napolitano, 2003, p. 14), o segundo também endossa esta ideia de forma similar ao apresentar o conceito de aproximação formal que defende que os filmes são reflexos dos momentos em que foram feitos (Rosenstone, 1997 apud Souza, 2021, p. 313). Estas considerações levam à necessidade de atentar-se também aos elementos de composição cênica, como a fotografia, a estética do filme, o cenário e o figurino (Napolitano, 2003, p. 12; Souza, 2021, p. 311).

Para que seja possível levar em consideração esses elementos de composição cênica e o contexto de produção, é importante que seja retomada a trajetória de seu diretor. Visconti é certamente um filho de seu tempo e, sua própria biografia expressa as questões pelas quais seus personagens e a própria Itália passaram. Descendente da nobreza de Milão, o diretor presenciou o desconforto e a decadência em seu seio familiar durante o século XX, pois após

¹² É interessante pontuar que no romance original escrito por Boito, o personagem interpretado por Granger chamava-se Remigio Ruz. Outra modificação em relação ao romance diz respeito à proveniência de Serpieri, que ao invés de vêneta é trentina. Estas e outras comparações entre o romance e a adaptação cinematográfica podem ser encontradas em: MAENHAUT, Amber. **La Rappresentazione del Risorgimento in *Senso* e *il Gattopardo*: Un Confronto tra le opere di Camillo Boito e Giuseppe Tomasi di Lampedusa e le loro versioni cinematografiche realizzate da Luchino Visconti** (dissertação de mestrado). Universidade de Gent: 2018, 80f.

o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, o Reino da Itália deu lugar à República Italiana e a nobreza consequentemente perdeu seu prestígio (Silva, 2017).

Por conta disso, as produções de Luchino Visconti destacam por meio de sua estética a decadência e o desprestígio da aristocracia italiana em meio ao processo de unificação nacional como um reflexo do que se via após a proclamação da república. No filme aqui analisado, tal decadência encontra-se evidente tanto na composição da personagem Livia Serpieri, uma condessa que trai suas convicções patrióticas em prol de alguém que lhe retribui com deslealdade, quanto na de seu marido, o Conde Serpieri, um nobre que, mesmo sendo de origem vêneta, é favorável à dominação austríaca por conta de seus negócios, mas, que passa a apoiar a libertação de Veneza à medida que a derrota do Império Austríaco torna-se mais próxima e inevitável.

Ademais, pode-se concluir por meio da obra de Visconti que a decadência da nobreza era evidente durante a unificação nacional. Partindo dessa premissa, o professor pode se utilizar deste elemento para fazer com que seus alunos compreendam que os processos de unificação tardios, o italiano e o alemão, foram liderados essencialmente pela burguesia e, que a participação da nobreza era condicionada à manutenção de seus interesses e que o diálogo com a classe burguesa, ainda que esta fosse vista com desprezo, era necessário para que os nobres mantivessem seus privilégios e *status*.

Imagem 03 - Livia Serpieri (Alida Valli) e Franz Mahler (Farley Granger).



Fonte: Disponível em: <https://it.wikipedia.org/wiki/Senso_%28film%29>. Acesso em: 07/07/ 2024.

Assim como os manuais didáticos, os filmes, as séries e as músicas também contribuem para a construção daquilo que se entende como consciência histórica (Cerri, 2011,

p. 52). Segundo Luís Fernando Cerri, ela pressupõe a relação dos sujeitos com a História, bem como a capacidade que os mesmos desenvolvem para relacionar passado, presente e futuro (2011, p. 42-48). Ao formar esta consciência, os estudantes são capazes, por exemplo, de concatenar acontecimentos dentro de uma lógica processual, reconhecer processos simultâneos e estabelecer comparações entre elementos do passado e do presente. Como um elemento que contribui para a formação da consciência histórica, o Cinema possui grande potencial para ser utilizado no Ensino de História, uma vez que propicia o desenvolvimento das habilidades mencionadas acima.

Levando em consideração a temática da Unificação da Itália, essas habilidades relacionadas à formação da consciência histórica, fomentadas por meio do recurso fílmico, fazem com que os estudantes consigam relacionar, por exemplo, acontecimentos históricos dentro de um mesmo processo que levaram à concretização da unidade nacional italiana, bem como o papel que as ideologias nacionalistas desempenharam durante esse processo, além de reconhecer a simultaneidade com a unificação nacional alemã, a qual é possível de se verificar nos desdobramentos das guerras de 1866 e 1870, e por fim o papel desempenhado por alguns grupos sociais, a exemplo da nobreza.

Entretanto, deve-se pontuar que é necessário um cuidado para não se esperar demais de uma atividade que mobilize o Cinema, pois como Napolitano afirma: “o uso do Cinema em sala de aula não irá solucionar o desinteresse dos alunos no ambiente escolar” (2003, p. 15), além, é claro, de ser relevante evidenciar que o docente deve conhecer bem a cultura cinematográfica de seus estudantes e possuir o devido respaldo, tanto metodológico, quanto tecnológico para que a atividade planejada atinja os efeitos esperados.

Com os recursos e preparação adequados, a utilização de um filme em sala de aula certamente pode mobilizar os alunos e aproximá-los do conteúdo ensinado, pois a linguagem trabalhada alia-se de alguma forma aos elementos de seu cotidiano e, as informações passam a contribuir para a constituição do conhecimento e da sua consciência histórica. Se de acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, as aulas de História são como um texto escrito, o que impede que esse texto seja um roteiro cinematográfico?

Considerações Finais

No texto intitulado *Reflexões sobre o Ensino de História*, a autora Circe Bittencourt aponta que o Ensino de História sempre passou por mudanças, desde seu surgimento, no século XIX, até os dias atuais (2018, p. 127). Mas um elemento que esteve presente desde o

início, quando da afirmação da História como disciplina autônoma, é o reconhecimento da relação entre o conteúdo e o método de ensino-aprendizagem (2018, p. 131-132).

Essas mudanças continuam ocorrendo até os dias de hoje, e graças a elas foi possível estabelecer diálogos entre o Cinema e o Ensino de História; algo que, embora tenha ocorrido tardiamente, contribui bastante para desenvolver o interesse dos alunos pelos conteúdos ensinados e pelas aulas de História. Buscou-se neste artigo apresentar um exemplo desse profícuo diálogo, utilizando como exemplo o filme *Senso*, de Luchino Visconti, e o ensino do tema da Unificação Italiana.

Fontes

Senso. Ano de Produção: 1954, Direção: Luchino Visconti, País: Itália. Disponível em: <<https://filmesclassicos.com/movies/Seducacao%20da%20Carne.htm>>. Acesso em: 05/05/2024.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia Maria. A Construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. **Revista História (São Paulo)**, 2003, 22(1), p.183-193;

BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2019;

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. **Revista Estudos Avançados**, 2018, 32(93), p.127-150;

CAIMI, Flávia Eloísa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Revista Tempo**, 2006, v.11, p.27-42;

CERRI, Luís Fernando. O que é a consciência histórica. In: CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011;

DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016;

Giuseppe Verdi. Disponível em: <<https://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-verdi/>>. Acesso em: 08/07/ 2024;

KENT, George O. **Bismarck e seu tempo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982;

La resistenza di Venezia nel 1849. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=21&wid=1169>>. Acesso em: 08/07/ 2024;

La rivoluzione a Venezia nel marzo 1848. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=21&wid=1147>>. Acesso em: 08/07/ 2024;

La terza guerra di indipendenza. Disponível em: <<https://www.150anni.it/webi/index.php?s=21&wid=1185>>. Acesso em: 08/07/ 2024;

LEE, Peter. Por que aprender História? **Educar em Revista**, out./dez. 2011, n.42, p.19-42;

MAENHAUT, Amber. **La rappresentazione del Risorgimento in Senso e Il Gattopardo: Un Confronto Tra Le Opere di Camillo Boito e Giuseppe Tomasi di Lampedusa e le loro versioni cinematografiche realizzate da Luchino Visconti** (dissertação de mestrado). Universidade de Gent: 2018, 80f;

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!”: Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Revista Tempo**, 2007, v.11, p.5-16;
- MONTEIRO, Ana Maria F.C. Entre o estranho e o familiar: O Uso de Analogias no Ensino de História. **Cad. Cedes**, set./dez. 2005, v.25, n.67, p.333-347;
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o Cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003;
- NAPOLITANO, Marcos. Pensando a Estranha História Sem Fim. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2007;
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por Uma História Prazerosa e Consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2007;
- SILVA, Tiago Vieira da. **A decadência como apogeu da versatilidade de Luchino Visconti**. 2017. Disponível em: < <https://comunidadeculturaearte.com/a-decadencia-como-apogeu-da-versatilidade-de-luchino-visconti/>>. Acesso em: 07/07/ 2024;
- SOUZA, Eder Cristiano de. Cinema e audiovisual no ensino de História: questionamentos, abordagens e possibilidades de investigação. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

Submetido em: 26 jul. 2025

Aceito em: 09 out. 2025

Artigos Livres

Arriano de Nicomédia e Plutarco de Queroneia: a identidade Greco-Romana, a excelência viril e o bom governante em Alexandre da Macedônia

Arrian of Nicomedia and Plutarch of Chaeronea: Greco-Roman identity, virile excellence and the good ruler in Alexander of Macedonia

Henrique Hamester Pause,¹ UFSM

Resumo

Alexandre da Macedônia foi uma figura que, pelo menos nas visões de Arriano de Nicomédia e Plutarco de Queroneia, servia de modelo para o *princeps* romano. Ambos os autores que viveram durante os séculos I e II d.C. compartilharam a escolha de escrever sobre as façanhas de Alexandre Magno e os enredos que envolvem entraves, vitórias, amores, comportamentos e derrotas que ele teria tido. Contudo, Plutarco e Arriano tinham um projeto político pedagógico por trás de seus escritos. Este artigo, portanto, objetiva estudar como Alexandre aparece nas obras *Vida de Alexandre* de Plutarco e na *Anábase* de Arriano, destacando, entre outros elementos, a importância de se manter uma postura viril, ligada ao ideário *vir* romano, característica essencial para um governante nas visões de Plutarco e Arriano.

Palavras-chave: Arriano de Nicomédia; Alexandre da Macedônia; Bom governante; Plutarco; Virilidade.

Abstract

Alexander of Macedon was a figure who, at least in the views of Arrian of Nicomedia and Plutarch of Chaeronea, served as a model for the Roman *princeps*. Both authors, who lived during the 1st and 2nd centuries AD, shared the choice to write about the exploits of Alexander the Great and the plots involving obstacles, victories, loves, behaviors and defeats that he would have had. However, Plutarch and Arrian had a political-pedagogical project behind their writings. This article, therefore, aims to study how Alexander appears in *Plutarch's Life of Alexander* and Arrian's *Anabasis*, highlighting, among other elements, the importance of maintaining a virile posture, linked to the Roman *vir* ideal, an essential characteristic for a ruler in the views of Plutarch and Arrian.

Keywords: Arrian of Nicomedia; Alexander of Macedon; Good ruler; Plutarch; Virility.

Introdução

A figura de Alexandre Magno, ou Alexandre da Macedônia, é constantemente lembrada. Seus companheiros de viagem Calístenes de Olinto e Ptolomeu I do Egito teriam sido seus primeiros biógrafos. Logo após a morte do conquistador dos persas, alguns

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre (2021) e graduado (2018) em História pela mesma instituição. É orientado pela Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva (UFU/UFSM) e Bolsista CAPES. Tem como foco de pesquisa as áreas de Alexandre, o Grande, Arriano, História Antiga, História Romana, Homoerotismo, Marcial, Plutarco. E-mail: henriquepause@hotmail.com

governantes dos reinos Helênicos, que resultaram das guerras de sucessão e fragmentação do império de Alexandre, já passaram a usar sua imagem como fonte de legitimação e poder. Contudo, as representações de Alexandre não ficaram apenas nesse momento histórico e transcenderam aos períodos romano, Medieval, Moderno, chegando até hoje através do cinema, séries de televisão, *streaming* ou jogos online.

Dentro do período romano, podemos destacar alguns poetas que se dedicaram a escrever sobre Alexandre.² Os principais são Diodoro Sículo (90 – 30 a.C.), autor da obra *Biblioteca Histórica*, Quinto Cúrcio Rufo (século I d.C.), autor da única narrativa em latim sobre Alexandre de nome *História de Alexandre*, Plutarco de Queroneia (46 – 120) autor das obras *Sobre a Fortuna ou Virtude de Alexandre Magno* e *Vida de Alexandre* e Arriano de Nicomédia (90 – 146), autor da *Anábase de Alexandre Magno*.

Neste artigo, que é parte da nossa dissertação de mestrado intitulada “Alexandre Magno como Homem-Fronteira: virilidade e identidade Greco-romana na construção do monarca macedônio de Plutarco e Arriano”, defendida em 2021,³ focaremos nas obras alexandrinas de Arriano de Nicomédia e de Plutarco de Queroneia.⁴ Sobre nossos autores, em linhas gerais, sabemos que Plutarco foi um autor grego, mas cidadão romano, nascido na região da Beócia. Sua obra é uma “fonte de conhecimento dos costumes greco-romanos, pois nela se descortinam o cotidiano e o modo de vida do período” (Ziegler, 2009, p. 12). Já Arriano de Nicomédia, nascido na província da Bitínia, também grego e cidadão romano, ao contrário de Plutarco, que escrevia biografias, escrevia histórias.

Plutarco e Arriano: suas obras sobre Alexandre e o contexto de escrita

Plutarco tem suas publicações reunidas no *Catálogo de Lâmprias*, organizado por seu filho, no qual são atribuídas mais ou menos duzentas e vinte e sete obras de sua autoria. De todas, cento e trinta não resistiram ao tempo. As que sobraram foram divididas em dois grandes volumes: as *Vidas Paralelas* e as *Obras Morais e de Costumes (Moralia)*. As *Vidas* são uma coletânea de 23 pares de obras com o intuito biográfico, sendo que apenas 22

² Segundo Henrique Modanez Sant’Anna (2011, p. 11), as fontes para estudo da vida de Alexandre na Antiguidade se resumem nas obras de cinco escritores romanos: “Arriano de Nicomédia, Diodoro Sículo, Justino, Quinto Cúrcio e Plutarco”. “Esses são responsáveis por nos fornecerem não só o acesso às histórias e façanhas de Alexandre, como também o que possivelmente foi escrito e relatado sobre ele logo após sua morte, pois hoje já temos conhecimento de que as fontes contemporâneas a Alexandre se perderam” (Sant’Anna, 2011, p. 11).

³ Defendida na Universidade Federal de Santa Maria (RS), esta pesquisa foi orientada pela Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva (UFU/UFSM) e contou com financiamento CAPES.

⁴ Vale destacar que, neste artigo, das fontes plutarquianas sobre Alexandre Magno, será apenas utilizada a obra *Vida de Alexandre*.

chegaram até nós nos dias de hoje. Ainda existiriam mais quatro *Vidas* isoladas. É dentro das *Vidas Paralelas* que se encontra a *Vida de Alexandre*, na qual Plutarco coloca Alexandre em comparação ao general romano Júlio César. Percebemos, assim, uma prática comum do autor que sempre descreve a vida de um grego ilustre ao lado da vida de um romano também ilustre, cuja carreira apresenta alguns pontos semelhantes com o grego comparado (Harvey, 1998). Ao final das *Vidas*, Plutarco deixava sempre um breve resumo de comparação entre os dois personagens apresentados. No entanto, esse resumo nas *Vidas* de Alexandre e Júlio César, infelizmente, foi perdido.

A obra *Anábasis*, de Arriano, fazia parte de um conjunto de obras escritas pelo historiador sobre o general macedônio. A *Anábasis* está escrita em sete livros que relatam os empreendimentos militares do rei macedônio, seguida pela *Indiké*, concebida como o livro oito da obra anterior, e *Os acontecimentos após Alexandre*, caracterizado como um tratado de dez livros sobre os Diadoques (Leme, 2008). Nessa obra, Arriano busca a escrita de uma *Historia Magistra Vitae de Alexandre*, considerada por ele ainda não escrita, a exemplo dos escritos de Xenofonte (430 – 355 a.C.). A partir disso, se percebe a busca pela exposição da *paideia* do rei macedônio, ou seja, a valorização da sua formação educativa como líder enquanto discípulo de Aristóteles.

Como podemos perceber ambos são autores gregos, mas inseridos dentro do universo romano. Seria através de suas obras que os autores mesclam elementos helênicos (*paideia*) com o *mos maiorum* e demais elementos romanos debatendo, por fim, o bom *princeps*, o bom governante. Existe, portanto, um grande debate sobre a presença da *Paideia* grega e a preservação dos bons costumes romanos em Alexandre, nas obras de Arriano e Plutarco que podem ser demonstradas, ou melhor, fazem parte também na presença de masculinidade, ou virilidade, no conquistador dos persas.

A obra de Plutarco, *Vidas Paralelas*, bem como a *Anábasis de Alexandre Magno*, de Arriano, têm construções sobre elementos de gênero bem estabelecidos, mesmo frente a um personagem ambíguo como foi o do rei macedônio em relação a elementos de virilidade e homoerotismo. Assim sendo, é nessa mesma ambiguidade que os escritores reforçam o que é masculino e o que é feminino, o que é viril e o que é efeminado, o que é “civilizado” e digno de um homem que possuía a *humanitas* latina e o que é bárbaro e selvagem, aquele que possuía a *ferocitas*/ἀγριότης – *agriótes*.⁵

⁵ Na obra *Vidas* de Plutarco, mais precisamente na *Vida de César* (PLUT. *César*, XXXIX, 3), é encontrado o termo ferocidade/feroz (ἀγριότης – *agriótes*) e insensibilidade (ἀπάθεια – *apátheia*), se referindo aos inimigos de César que possuíam um comportamento/espírito de besta (θηρίον – *thērion*). Todos os termos são usados

Portanto, tais obras nos permitem pensar tanto elementos de virilidade articulados ao poder romano, como questões sobre a construção de uma identidade cultural greco-romana, uma vez que os autores colocam Alexandre como modelo de virilidade, romanidade e helenidade frente aos bárbaros. Ou seja, como uma espécie de “modelo civilizatório”. Assim, podemos perceber como dois homens originários das elites provincianas se colocaram frente ao poder de Roma, em uma Grécia conquistada, escrevendo em tom moralizador e educador, não só para a aristocracia da cidade de Roma, mas para os imperadores, pensando aqui a escrita como forma de poder e ação no mundo romano.

Diante disso, vemos como o mito de Alexandre adquiriu um valor pedagógico frente ao Império Romano, visto que o Principado já havia passado por maus exemplos de governantes,⁶ conforme a visão da aristocracia da qual estes autores faziam parte. Portanto, acreditamos que Alexandre foi colocado como figura de exemplo por Plutarco e Arriano frente aos *princeps*, servindo ao que se devia e não devia fazer quanto se é governante, mostrando que tudo o que Alexandre teria conseguido, seu imenso império e suas vitórias, se deviam à sua educação (*paideia*) e sua moderação e autocontrole ao seguir as normas de gênero e fazer bons usos dos prazeres.⁷

O momento de escrita desses dois autores, os séculos I e II d.C., foi um contexto de extremo debate acerca da valorização da identidade grega em Roma e da consequente diferenciação entre o *nós* e o *outro*, o que pode ser visto em reafirmações do que é ser grego por diversos autores em Roma, bem como nos afastamentos do mundo bárbaro da cultura greco-romana das elites que governavam o Império.⁸

Além disso, durante o Principado, sempre esteve aberto o debate sobre o próprio regime político imperial e sobre quem estava mais apto para se tornar imperador ou, na visão de Plutarco e Arriano, quem estava mais preparado e instruído para tal cargo. Para tanto, é necessário analisar os postos políticos, o local social dos autores estudados e a relação deles

direcionados aos bárbaros, àqueles que são selvagens e possuíam uma vida que não era “civilizada” e que são enfrentados e combatidos por César. Tal equivalência é percebida na *Vida de Pompeu* (PLUT. *Pompeu*, LXX, 4).

⁶ Como, por exemplo, “o imperador Domiciano, último dos Flavianos, que chegou a receber a *damnatio memoriae*, ou seja, a danação de sua memória, que consistia no apagamento de sua imagem e memória pública, processo realizado pelos romanos por decreto do Senado” (Pause, 2018, p. 35). Podemos perceber a *damnatio memoriae* na obra *Vidas dos Doze Césares* (*Vida de Vespasiano*, 1, 1; *Vida de Domiciano*, 23), de Suetônio. O poeta Juvenal, na *Sátira IV*, 75, retrata Domiciano como possuidor de amigos (*amici*) que, em seus encontros com o *princeps*, demonstravam medo e terror. Vale lembrar que Juvenal sofreu dois exílios sob o reinado de Domiciano.

⁷ Uso dos prazeres é um conceito definido por Michael Foucault (1998) como a relação dada individualmente sobre a prática sexual e sobre o cuidado de si. Foucault propõe pensar o quanto os usos do prazer sexual na Antiguidade greco-romana estavam ligados a éticas e formas de conduta, relacionadas, por sua vez, não só à imagem social e à atuação política do indivíduo, mas também à sua saúde, à temperança e ao bom uso de suas forças vitais.

⁸ Definiremos a seguir o que estamos compreendendo como cultura/identidade cultural greco-romana das elites.

com imperadores romanos. Em especial, acreditamos que Plutarco e Arriano direcionam seus escritos aos imperadores Trajano (98 – 117) e Adriano (117 – 138), respectivamente.

É importante frisarmos que tanto Trajano como Adriano serão os primeiros imperadores provinciais a governarem o Império. Por mais que o imperador Vespasiano (69 – 79) já pertencesse à uma elite provincial italiana, a ascensão de um membro da elite provincial originária da Hispânia (atual Espanha), ou seja, de fora da Itália, é marcada como parte da chamada revolução social por Ronald Syme (1982) e/ou revolução cultural por Wallace-Hadrill (2008), que se inicia com Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) a partir da inserção dos “homens novos”.

Marcus Úlpius Trajanus, ou apenas Trajano, nasceu em 53 d.C., originário de uma família senatorial da província da Bética. Sua ascensão ao trono teria se dado por indicação e adoção “espontânea” do imperador Nerva (96 – 98), que assumira após a queda do imperador Domiciano (81 – 96). Tal questão nos é contada assim por Plínio, o Jovem, em seu *Panegirico de Trajano* (*Pan.* 9, 5), “que minimiza a estratégia política de Nerva de ganhar um herdeiro que continha popularidade e apoio das legiões romanas, visto que Trajano, na época, comandava tropas na Germânia” (Gaia, 2020, p. 186). Já *Publius Aelius Hadrianus*, ou Adriano, nasceu em 76 d.C. e era também originário da Hispânia. Desde sua juventude, Adriano esteve presente junto às campanhas militares de Trajano, recebendo magistraturas e cargos administrativos em Roma (José, 2016). Sua ascensão ao trono imperial romano, porém, “é marcada por rumores acerca de sua real adoção pelo imperador Trajano pouco antes de sua morte, durante as campanhas contra os partos e de uma possível influência da imperatriz Plotina” (Gaia, 2020, p. 193).

Alexandre como Homem-Fronteira: modelo e contra-modelo de virilidade e identidade Greco-romana

Baseado nos elementos destacados anteriormente, em especial, aos que se referem à escrita de Plutarco e de Arriano sobre Alexandre Magno, espécie de “modelo civilizatório”, temos como hipótese que ambos os autores podem estar dialogando com seu próprio contexto na representação de Alexandre. Acreditamos, então, que nossos autores projetam Alexandre como uma espécie de *homem-fronteira*,⁹ um governante capaz de unir elementos culturais da

⁹ O conceito de *homem-fronteira*, portanto é fundamental. Tal conceito foi estabelecido por François Hartog (2004) que, ao analisar inúmeros viajantes do Mundo Antigo, percebeu que as identidades culturais também têm fronteiras e essas são vistas na medida em que se constrói o outro, ou seja, o diferente. Cada um dos viajantes, analisados por Hartog na longa duração, “demonstram as mudanças e reformulações no interior da cultura grega” (Hartog, 2004, p. 19). Alexandre é um deles e, portanto, por si só é uma fronteira, ou melhor, um *homem-*

paideia grega¹⁰ e da virilidade romana, fundamentais na criação de uma cultura greco-romana das elites governantes. Alexandre seria, assim, um exemplo a ser seguido independentemente de suas origens.

Portanto, Alexandre cria uma fronteira móvel, marcada pela comunicação entre ambas as partes, que repercutem na criação de encontros culturais, mas também de reafirmações de identidades e alteridades, elementos esses que vão ser usados por Plutarco e Arriano, no contexto romano, ao colocarem Alexandre como esse homem-fronteira que ainda permite diferenciar o rei moderado, filósofo e conquistador (portanto grego) do efeminado, fraco e impulsivo (o bárbaro).

Percebemos esses elementos, primeiramente, em Plutarco. Ele, ao se colocar como um pintor de um quadro biográfico de Alexandre (PLUT. *Alex.* II, 3), faz um recorte da realidade a partir de sua ótica e, desses recortes, escolhe os mais significativos, definidos por ele como aqueles “sinais reveladores da alma” (PLUT. *Alex.* III). Em sua biografia, o Alexandre de Plutarco é retratado como um personagem ambíguo, dividido entre o que poderíamos chamar de bem e mal, ou melhor, entre a filosofia e os vícios. A partir disso, entendemos o Alexandre de Plutarco enquanto um *homem-fronteira*, pois, ao construir um Alexandre virtuoso e viril, Plutarco se preocupa em diferenciá-lo de seus próprios erros e vícios apresentados, em especial, na segunda metade de sua obra biográfica *Vida de Alexandre*.

Esses elementos negativos estão sempre correlacionados ao grande “outro”, ou seja, ao bárbaro e, conseqüentemente, com elementos extravagantes, luxuosos, tidos como fracos, impulsivos e efeminados. O Alexandre de Plutarco é, ao mesmo tempo, uma fronteira entre a excelência das virtudes greco-romanas e os vícios que permeiam o universo bárbaro, como também é um exemplo do que acontece quando um homem virtuoso ultrapassa o limite e se deixa levar pelos vícios e pelos desejos. Os comportamentos virtuosos de Alexandre — sua educação grega, sua virilidade no campo de batalha e sua temperança frente aos desejos e impulsos são —, nos escritos plutarquianos, projetados enquanto elementos identitários da cultura greco-romana que deveriam servir como exemplo aos governantes romanos. Sendo

fronteira. Conquistador do mundo conhecido, Alexandre foi onde outros teriam ido apenas em relatos mitológicos e, com isso, promoveu o contato do que ele representava (o mundo grego) frente a um novo mundo (os persas/o mundo bárbaro), que precisava ser entendido.

¹⁰ O termo *paideia* é traduzido, comumente, por educação e pode ser melhor entendido, segundo Margarida Maria de Carvalho (2010, p. 24), enquanto um “conjunto pedagógico de ações que visavam guiar, tanto politicamente, como filosoficamente e religiosamente, aqueles que, sendo cidadãos, deveriam ser preparados a ocupar os mais altos cargos políticos-administrativos do governo imperial romano”. Sendo assim, quando Plutarco e Arriano, cada uma a sua maneira, refletem sobre a *paideia* de Alexandre, ambos estariam pensando suas próprias concepções sobre *paideia*, a partir do lugar social de cada um.

assim, buscaremos destacar alguns dos elementos que vinculam Alexandre a Trajano e, posteriormente, nos escritos de Arriano, a vinculação de Alexandre a Adriano.

É sabido que o autor de Queroneia mantinha relações próximas com a elite senatorial romana e, conseqüentemente, com a casa imperial. Também sabemos, por meio dos estudos de Tim Whitmarsh (2002), que a partir da ascensão de Trajano, a figura de Alexandre passou a ser retomada em alta estima pela elite governante romana. Não fica difícil crer que talvez Plutarco estivesse tentando usar a figura do rei macedônio enquanto um instrumento pedagógico para chegar ao *princeps*. Ou ainda, usasse a tão admirada figura de Alexandre enquanto um meio de justificativa das ações do *princeps*, relacionando ou mesmo elogiando as ações de Trajano através da biografia.

Sendo como for, é nosso ponto central aqui, portanto, mostrar uma narrativa constante do querônês que, ao construir um Alexandre virtuoso e senhor de si, viril/m másculo, constrói também um modelo a ser seguido, ao mesmo tempo em uma fronteira que não deve ser cruzada enquanto ideais identitários perceptíveis, por exemplo, na indumentária do rei.¹¹ Quando Alexandre cruza tal fronteira, perde seu lugar enquanto um rei moderado, um filósofo, um conquistador, e passa para o lado do bárbaro.

Partindo para as questões sobre o nascimento e a infância/juventude do rei macedônio, segundo Maria de Fátima da Silva (2012), a maioria das fontes antigas passa longe desse debate. Essa preocupação plutarquiana, em nossa visão, está correlacionada ao desejo do querônês em nos apresentar a educação – a *paideia*, que o jovem príncipe macedônio recebeu logo na sua dita infância. Plutarco, assim, diferentemente dos demais escritores alexandrinos, acredita que essa mesma educação deva ser algo a ser introduzido no futuro governante e/ou cidadão desde a tenra idade. Ao dar atenção redobrada a esses fatos, Plutarco traz, inclusive, alguns elementos mitológicos para sua narrativa. Alexandre, de forma geral, fora ligado a duas divindades olímpicas, Zeus e Dioniso, e a um herói grego, Aquiles.¹²

Diante do que foi exposto até aqui, é preciso observar que Plutarco escrevia para membros das elites romanas, em especial para a elite senatorial e para a casa imperial. Destacar a nobreza de Alexandre enquanto portador de virtudes, neste sentido, pode ter sido essencial aos olhos de Trajano, que vem de uma família nobre, porém provincial, gerado para ser imperador pela mais alta esfera romana, o Senado, a partir de sua adoção pelo melhor dos

¹¹ Tomamos as narrativas plutarquianas aqui como nos apresenta Silva (2007, p. 56), enquanto uma “manifestação cultural-identitária”.

¹² Sobre isso ver o capítulo *Alexandre, o Grande: uma historiografia sobre o ‘filho de Zeus’*, de nossa autoria, presente no livro *Mitos, Deusas e Heróis: ensaios sobre a Antiguidade e o Medievo*, publicado em 2019, sob organização dos Professores Semíramis Corsi Silva e Ivan Vieira Neto.

senadores escolhido *princeps*, o imperador Nerva (96-98). Indo um pouco mais além nos escritos de Plínio, o Jovem, em especial em seu *Panegírico A Trajano*, obra em que o autor tece elogios a Trajano, também há uma associação do *princeps* com Zeus e a Hércules. Algo que, em nossa visão, além de realçar a posição de Trajano como “maior e melhor”, através do título de *Optimus* concedido pelo Senado, também busca criar uma imagem imperial viril.

Mas apenas a descendência não era o suficiente tanto para Trajano, como para Alexandre¹³. Segundo Plutarco, tais elementos foram somente o solo fértil onde, com o auxílio da *paideia* – educação –, a virtude (*ἀρετή* – *aretê*) poderia ser cultivada e, assim, o homem virtuoso e, portanto, viril, assim como o bom governante estaria assegurado. Novamente percebemos essa preocupação de Plutarco com a educação de Alexandre muito antes de trabalhar suas virtudes, quando o escritor faz questão de nomear todos os tutores responsáveis pela educação de Alexandre. Os primeiros teriam sido Leônidas, parente de Olímpia, tido como alguém ríspido e de conduta austera, e Lisímaco, indivíduo oriundo da Acarnânia e que se auto intitulava Fênix, em alusão ao mestre de Aquiles (PLUT. *Alex.* V, 5). Ambos são sucedidos pelo famoso Aristóteles.¹⁴

Além disso, sabe-se que a educação de Alexandre, ainda na corte de Filipe, era voltada para a perspectiva de suceder seu pai. O queronês ainda nos deixa claro que consistia aos pais se preocuparem com a educação de seus filhos e, muito mais do que lhes dar ordens, deveriam persuadi-los e os “conduzir através da razão a seus deveres” (PLUT. *Alex.* VII, 1-2). Plutarco, assim, reflete sobre quem deveria governar. Ao apresentar seu Alexandre, seja pelas preocupações políticas, expansionistas ou culturais de Filipe, ser educado aos moldes gregos

¹³ Gaia (2020) nos lembra que existe uma espécie de propaganda realizada pelos Antoninos da escolha “do melhor”, que definiria quem deveria assumir o trono imperial romano. Ao ser iniciada por Nerva com a adoção de Trajano, esse tipo de escolha do mais capacitado continuou até Marco Aurélio, que teria escolhido seu filho, Cômodo, quebrando assim a tradição que, segundo Gaia (2020) é defendida por muitos historiadores como a chave para o sucesso da dinastia Antonina. Contudo, segundo esse mesmo historiador, tal “propaganda” é falsa, visto que também é falso que “os Antoninos rejeitaram a transmissão do poder hereditário e que primaram pela ‘adoção do melhor’”. “A adoção do melhor”, da forma como foi concebida, só pode ser aplicada para o caso de Nerva quando adotou Trajano. A adoção foi uma regra, sim, mas não necessariamente a do melhor. [...] Nesse caso, essa tese não se sustentou, pois a adoção tem que ser vista mais como um recurso a um meio artificial para manter uma linhagem de poder, que deveria administrar o Império e dar continuidade aos projetos, e não como um projeto proposital de se escolher ‘o melhor’ para governar Roma. [...] O sistema continuou muito parecido com o de Augusto dentro da *Domus Augusta*, pois de Trajano a Cômodo, os escolhidos pertenciam à *Domus Imperial* centrada em um *princeps* que também era *dominus*” (Gaia, 2020, p. 179-180).

¹⁴ Aristóteles foi um filósofo que nasceu por volta de 384 a.C. e, como muitos jovens de sua época, viajou para a cidade de Atenas a fim de seguir os passos dos sofistas. É possível que ele tenha sido discípulo de Sócrates, mas sua maior formação se deu na Academia de Platão. “Terminada essa formação, Aristóteles foi embora de Atenas e se instalou na corte do rei Hérmiias de Atarneia, depois foi para a capital da Macedônia, Pela, voltando a Atenas tempos depois, em 335 a.C., onde fundou o Liceu, local em que ensinou até seu exílio pouco antes de sua morte, em 322 a.C.” (Ziegler, 2009, p. 113).

através do convite, ou melhor, da coerção,¹⁵ da vinda de Aristóteles para a corte macedônia insere Plutarco dentro de “uma longa tradição de escritores que intentaram educar os romanos à moda grega” e que, para isso, usaram “em suas obras um ideal de *paideia* capaz de gerar governantes virtuosos” (Silva, 2007, p. 183).

Plutarco nos conta que Alexandre se dedicou, sob a então tutela de Aristóteles, aos estudos da moral, da política e das ciências profundas e secretas (aqui entendidas como práticas de cura) (PLUT. *Alex.* VIII). É durante a sua infância e, portanto, ainda sob os ensinamentos de Aristóteles, que Alexandre começa a dar seus primeiros sinais de um amplo desejo por conhecimento e curiosidade, assim como mostra o desejo de possuir um autodomínio de si, e a temperança. Percebemos esses primeiros sinais em dois episódios específicos. Um deles é quando Plutarco relata a emblemática visita de uma comitiva persa que chega à Macedônia na ausência de Filipe II. Durante o banquete, a comitiva fica espantada com as perguntas do jovem príncipe que se preocupa em entender as histórias e a geografia do Império Persa muito mais do que com banalidades e infantilidades que seriam esperados de alguém de sua idade.

Estando Filipe ausente, chegaram embaixadores do rei da Pérsia; Alexandre os acolheu, fez amizade com eles e, em certo momento, os subjugou por sua bondade e por não fazer nenhuma pergunta infantil ou sem sentido – ao contrário, se informava do comprimento e dos caminhos e da forma de viajar que faziam no interior da Ásia, assim como dos comportamentos guerreiros de seu rei e da coragem e força dos persas – que os embaixadores ficaram surpresos e sentiram que a tão célebre habilidade de Filipe não valia nada comparada ao brilho e grandeza de visão de seu filho (Plut. *Alex.* V, 1-3).

Outra cena que ainda ocorre na infância do macedônio é a sua primeira grande conquista, mas dessa vez não em um campo militar, mas durante a doma de seu famoso cavalo, Bucéfalo.

Alexandre respondeu: “- Pelo menos este iria lidar com isso melhor que o outro.” “- E se você não tiver sucesso, que castigo você está disposto a aceitar por sua imprudência?” “- Para Zeus”, disse Alexandre, “- pagarei o preço do cavalo”. Houve risos e logo a aposta entre eles foi formalizada. Ao mesmo tempo, Alexandre correu para o cavalo, agarrou as rédeas e virou-o para encarar o sol porque, ao que parece, ele havia notado que o animal estava perturbado ao ver sua própria sombra projetada acenando à sua frente. Por alguns momentos, ela estava andando ao lado dele e acariciando-o, enquanto o via furioso e ofegante. Com um salto que ele estava firmemente montado em sua garupa. Puxando um pouco do freio com as rédeas, ele conseguiu desacelerá-lo sem bater ou rasgar a boca; Quando viu que o cavalo estava adotando uma atitude ameaçadora e que estava ansioso para

¹⁵ “Filipe II teria prometido a Aristóteles a reconstrução de sua cidade natal, Estagira, destruída por ele mesmo no passado, em troca da oferta de formação do jovem príncipe” (Ziegler, 2009, p. 112-113).

correr, afrouxou as rédeas e se lançou com um grito já mais ousado e o chutou para frente. A princípio, Filipe e sua família ficaram sem palavras de preocupação, mas quando ele se virou e voltou a eles livremente, orgulhoso e feliz, todos começaram a aplaudir; e diz-se que seu pai chorou de alegria e que, quando desmontou, beijou-o na testa e disse: “- Meu filho, encontre um reino para você governar, porque a Macedônia é pequena demais para você” (PLUT. Alex. VI, 1-5).

Bucéfalo era tido como arisco e até mesmo perigoso pelo pai de Alexandre. No entanto, o garoto não se deixa abater e enfrenta o animal. Alexandre não usa nem de força nem de rapidez, nem cordas ou qualquer outro utensílio, mas sim, segundo Plutarco, de sua inteligência e do seu autodomínio. O cavalo, por fim, tinha medo de sua própria sombra e, ao ser levemente conduzido em direção ao sol, os seus “medos” são quebrados pelo príncipe que o recebe de presente do pai e, a partir de então, o acompanha ao longo de quase toda a sua expedição contra os persas.¹⁶ Segundo Whitmarsh (2002), é a *paideia* de Alexandre que quebra o mau comportamento, o comportamento “sem educação”, não adestrado do cavalo. Ao ver isso, Filipe teria creditado ao seu filho o autocontrole filosófico, ou seja, dado pela educação que Alexandre recebera, quase que predizendo sua capacidade de dominar seu futuro grande império.

A partir dos dois exemplos acima, em nossa visão, fica, como desfecho, as demonstrações de astúcia, coragem, destreza e domínio de si que Alexandre, provavelmente, teria herdado de suas ascendências nobre e divina, demonstradas ainda na infância durante a lapidação por meio da *paideia* grega recebida por Aristóteles. A *paideia*, tema central da cultura helênica é, também, um dos temas principais de Plutarco ao descrever seu Alexandre, perpetuado como um exemplo de comportamento. Temos aqui o terreno fértil para um bom governante, dotado por sua descendência e educação de qualidade capaz de, no futuro, desempenhar bem suas funções, tomando decisões acertadas no campo político e militar.

Se no começo da biografia Plutarco apresenta um Alexandre rústico e teimoso (PLUT. Alex. VII, 1-2), no final o retoma dentro dessas características ao apresentá-lo longe da influência de filósofos e da filosofia como um todo, cercado por aduladores e pelo luxo oriental. Entretanto, na maior parte do tempo, Alexandre foi colocado sob a máscara do “rei-filósofo”. Ele foi, segundo Plutarco, educado para tal empreitada, preparado por uma educação aos moldes gregos e acompanhado pela literatura homérica ao longo de sua expedição (PLUT. Alex. VIII, 2). Cercado por esses elementos, Alexandre é o mais preparado,

¹⁶ Além disso, em especial com o episódio do cavalo Bucéfalo, ficam demonstradas, também, as influências platônicas nas narrativas de Plutarco e na forma com a qual ele liga Alexandre ao *topos* do rei filósofo (WHITMARSH, 2002). A forma como o macedônio adestra o equino aparece quase como um comentário ao *Mito da Caverna* de Platão (Whitmarsh, 2002).

muito mais até que seu pai Filipe, para governar não somente a Macedônia, como todas as suas demais conquistas. Acreditamos que, com isso, Plutarco esteja mirando Trajano para seguir Alexandre.

Na *Anábasis* de Arriano, está escrita a história de uma expedição militar realizada por Alexandre, o Grande, frente aos persas. Seus relatos foram muito ricos em detalhes e têm como principal objetivo apresentar os aspectos militares da campanha de Alexandre de forma quase exaustiva. A narrativa enfatiza o número de soldados, as estratégias de cerco, as localizações geográficas, as descrições de terrenos e rios, entre outros elementos apresentados minuciosamente.

Contudo, para Philip A. Stander (1980, p. 77), a história foi narrada para se enquadrar em um formato, ou seja, uma obra que possuía um intuito historiográfico “e mantém Alexandre constantemente no centro das atenções, pois tudo o que é relatado tem uma relação direta com ele”, colaborando, assim, com a exaltação das qualidades desse personagem. Qualidades essas que, em nossa visão, foram julgadas por Arriano de forma muito moderada. Após determinados acontecimentos durante sua narrativa, Arriano fez reflexões próprias sobre a conduta, as tomadas de decisão e as ações do rei macedônio. Ao fazer essas reflexões, Arriano tentou, intencionalmente ou não, apresentar pequenos episódios tidos como polêmicos durante a vida de Alexandre, reforçando a ideia de que o que ele escreveu sobre o rei macedônio teria como finalidade criar uma espécie de cartilha destinada a apresentar um exemplo de conduta.

Em nosso entender, esse projeto de exemplo de Alexandre tem ampla ligação com as razões e leitores para os quais Arriano escreveria sua *Anábasis*. Esse projeto de construção de um monarca ideal em Alexandre foi percebido quando nos atentamos para os padrões inerentes à narrativa de Arriano, ou seja, “quando nos atentamos para os desejos constantes e intencionais do autor em destacar alguns elementos a fim de ter efeitos específicos em seus leitores/ouvintes” (Leme, 2011, p. 71).¹⁷ Com isso, acreditamos que Arriano procurou estabelecer em Alexandre um *homem-fronteira* que transita entre os elementos identitários greco-romanos, através dos ideais de virtude e virilidade, mas que, em determinados momentos se comportou como o grande outro, o bárbaro persa.

Seguindo os seus modelos de escrita, os gregos Xenofonte e Homero, Arriano procura em sua obra atrelar as ações de Alexandre a uma reflexão sobre a virtude de seu

¹⁷ Acreditamos serem os principais destinatários desse exemplo de conduta em Alexandre a elite romana e, em especial, os *princeps* romanos Trajano e Adriano. Ao longo de nossa análise, assim como fizemos com Plutarco ao ligar seus escritos alexandrinos a Trajano, estabeleceremos notas e comentaremos sobre as ligações presentes entre a narrativa alexandrina de Arriano aos *princeps* Antoninos.

herói. O Alexandre de Arriano se transforma, assim, não somente em um modelo a ser seguido e imitado, mas também, através de seus exemplos e de suas ações militares, em um elemento de comparação entre o civilizado e o não civilizado. Percebamos um Arriano que entendia e desejava projetar a cultura grega enquanto portadora de superioridade militar, política e de costumes percebidos na *Anábasis* através das ações e comportamentos de Alexandre. A “educação dos não gregos [...]”, ou seja, “a sua helenização, poderia ser “dada” aos bárbaros por meio da guerra, conquista e exposição” (Aburto, 2015, p. 10).¹⁸

A *paideia* grega, portanto, tem um lugar de destaque na narrativa de Arriano e é um ponto chave para compreendermos sua obra alexandrina. Além de um relato militar, a *Anábasis* traz consigo, portanto, questões morais e pedagógicas como uma cartilha de comportamentos que deveriam ser seguidos, e uma teoria política nova que, em nossa opinião, está de acordo com os projetos políticos dos Antoninos, aos quais Arriano tenta se aproximar.

Entre todas as virtudes de Alexandre — coragem, astúcia, clemência, justiça, temperança —, destacamos a construção de uma narrativa que apresenta Alexandre enquanto senhor de si e cheio de virilidade. Da mesma forma que nos escritos plutarquianos analisados anteriormente, buscamos aqui, em um primeiro momento, as características positivas no Alexandre de Arriano, o que o faz ser exemplo de homem viril, portanto virtuoso e modelo de governante ideal, para, posteriormente, nos adentrarmos em questões dúbias do rei macedônio apresentados pelo escritor de Nicomédia. Vale destacar aqui que, diferentemente de Plutarco, Arriano não possui uma mudança de narrativa ao longo de sua escrita. Os episódios tidos como negativos e os vícios de Alexandre o acompanham ao longo de sua vida e de sua expedição, convivendo lado a lado com as virtudes e os episódios positivos.

Arriano, ao contrário de Plutarco, pouco se interessou pela infância de Alexandre. Já nos primeiros parágrafos de sua *Anábasis*, o nicomédio parte para as ações militares do macedônio, colocando-o enfrentando dificuldades após sua, possível, coroação como rei macedônio. Alexandre foi assim descrito enfrentando a oposição dos povos Trácios e Ilírios, que o forçaram a marchar sobre eles (ARR. *Anb.* I, I, 1-8). Alexandre os derrota, assim como derrotou povos da região do Danúbio e territórios celtas mais ao norte demonstrando incriveis capacidades militares e de força pessoal frente ao inimigo. Contudo, muito tempo longe das

¹⁸ A historiadora Leslie Lagos Aburto (2015, p. 5), em seus estudos sobre a obra *Anábasis* de Arriano, entende-a enquanto “um instrumento de fortalecimento da identidade grega em um mundo romano, tendo como objetivo estudar o processo de helenização da Ásia”. Segundo essa historiadora, não existia “helenização” na Antiguidade, apenas a ideia e o significado de “helenizar” (Aburto, 2015, p. 6). Esse helenizar, para Aburto é igual à transmissão da *paideia* em Arriano. Ou seja, “é através da ação de educar que nasce com a expedição de Alexandre, visível na preocupação constante de Arriano de relatar, através das práticas e atividades militares dos macedônios e gregos, as vantagens dos valores helenísticos frente aos bárbaros” (Aburto, 2015, p. 8-9).

terras gregas, Arriano relatou que teria surgido um boato de que Alexandre teria morrido. Esse rumor resultou em uma insurreição na cidade de Tebas (ARR. *Anb.* I, 7, 2-3). Esse episódio foi marcado como um dos primeiros momentos negativos de Alexandre, e o tratamos mais adiante.

Todavia, por mais que Tebas carregue uma carga negativa na vida de Alexandre, talvez aqui Arriano a vincule com a ascensão de Adriano e use o exemplo alexandrino de Tebas para justificar as ações de seu *princeps*. O imperador Adriano teria tido uma ascensão conflituosa. Sendo adotado por Trajano pouco antes de sua morte ou tendo a adoção forjada pela imperatriz Plotina após a morte de seu marido, fato foi que Adriano logo entrou em conflito com o grupo senatorial. Seja pela execução de quatro senadores opositores, seja pelas reformas realizadas logo após sua ascensão, Adriano deixou claro, logo no início de seu governo, que não hesitaria em romper qualquer privilégio do grupo senatorial na busca de se consolidar no poder, tal como Alexandre, ao destruir a famosa e respeitada cidade de Tebas.

Adriano também mudou a política externa do Império ao fazer a paz com o Império Parto, o mesmo contra o qual o imperador Trajano havia morrido combatendo. Isso também não teria ajudado na imagem do novo imperador frente ao grupo senatorial. A postura “defensiva”, mas não totalmente “pacifista” de Adriano, como nos lembra Leme (2013), criou inevitavelmente uma lacuna na *auctoritas* de Adriano, que precisava ser preenchida para consolidar sua permanência no poder. A escrita da *Anábase* vem, portanto, movida pelo interesse de legitimar politicamente e moralmente o *princeps*. Contudo, como vincular um grande conquistador com aquele que delimitou as fronteiras romanas e passou a integrar com maior força as diferentes partes do *orbis romanorum*? A resposta está na *paideia*.

Se seguirmos os escritos de Plutarco, foi durante a infância que o então príncipe macedônio teve contato com a filosofia e com a educação aos moldes gregos, em especial através dos ensinamentos do filósofo Aristóteles. Esse contato inicial com a filosofia foi percebido, posteriormente, na narrativa de Arriano, em algumas passagens que mostram Alexandre enquanto possuidor de uma ampla curiosidade e admiração pelos sábios, como nos encontros com os sábios hindus e com o filósofo Diógenes de Sinope. Da mesma forma que na narrativa plutarquiana, seria a *paideia* grega recebida por Alexandre e demonstrada nos seus comportamentos filosóficos ao longo de sua expedição que lhe garantiriam as qualidades e as virtudes ideais e positivas apresentadas por Arriano no trato com seus amigos, soldados, inimigos e família. Essas virtudes foram expostas através da generosidade (ἀφειδία - *apheidía*), humanidade (φιλανθρωπία – *philanthrōpía*), coragem (ἀνδρεία – *andreía*), astúcia

(περιφροσύνη - *periphrosyne*) e temperança/domínio de si (σοφροσύνη – *sôphrosýnê*) colocadas em Alexandre ao longo de sua narrativa.

Arriano constrói o melhor dos homens em Alexandre através de sua formação. Ser possuidor da *paideia* era, portanto, o que fazia Alexandre ser virtuoso. Ao exaltar a *paideia* grega em seu Alexandre, Arriano buscou duas coisas: exaltar a excelência das virtudes gregas, assim como propor uma teoria política nova que tinha como objetivo final a helenização. Assim, compreendemos a *paideia* como uma espécie de fronteira entre o civilizado, que encontraria em Alexandre o modelo a ser seguido, e o não civilizado, aquele que permaneceria bárbaro. Ser o “mais capaz” era ser o educado, o preparado para assumir a posição de cidadão e/ou governante. Os exemplos dados por Alexandre, através das virtudes colocadas e construídas nele por Arriano buscaram orientar os leitores da *Anábase* não somente em aspectos militares, mas também em questões morais.

As virtudes e a virilidade de Alexandre o fazem não somente o melhor dos homens, mas aquele que melhor governa, desde o campo de batalhas até os seus desejos e impulsos. O autocontrole assim, desenvolvido por Arriano, ressaltava a formação grega de Alexandre. Por mais que Arriano não mostrasse o momento de habituação ou treinamento de Alexandre durante sua infância, o que vemos em seus relatos era a conclusão desse processo, ou seja, um Alexandre já pronto, possuidor das virtudes dadas pela filosofia, via *paideia*. O autocontrole de Alexandre é assumido por Arriano, assim como por Plutarco, como parte conquistada do caráter de Alexandre. Seja na batalha, seja na administração imperial ou nas necessidades corporais, o rei macedônio se coloca enquanto portador de uma *sôphrosýnê* invejável e exemplar para aqueles que lêem a *Anábase*.

Conclusão

Apesar de Plutarco e Arriano escreverem obras de gêneros literários opostos, objetivaram a mesma coisa em suas construções de Alexandre. Tanto a obra *Vida de Alexandre* como a *Anábase de Alexandre Magno* constroem Alexandre a partir da visão dos autores, das escolhas, do formato literário e do ambiente externo que as rodeiam. Ou melhor, cada obra e, conseqüentemente, cada autor, constrói um caráter de Alexandre dando enfoque às suas virtudes e elementos positivos. Mas, tanto para Plutarco como para Arriano, as duas maiores virtudes de Alexandre estavam presentes em sua *paideia* e em seu autocontrole/temperança.

Ambos os autores estão em comum acordo de que Alexandre, em um primeiro momento, era o melhor dos homens. Em parte disso porque Alexandre teria sido educado aos

moldes gregos pelo filósofo Aristóteles e, com isso, esteve cercado pelos ensinamentos filosóficos, e se portou no campo de batalha, nas relações pessoais e na administração do Império como um verdadeiro rei-filósofo, um bom-general, o mais capaz dos homens. Através disso, acreditamos que ambos os autores visavam construir uma cultura comum entre gregos e romanos que deveria ser baseada, em primeira instância, na filosofia grega, adquirida por meio da *paideia* helênica.

Tanto através das obras plutarquianas como na *Anábasis* de Arriano, percebemos que o *exemplum* de Alexandre ocupa um papel central na educação moral do governante romano e da elite aristocrática romana como um todo. É através desse exemplo que a teoria foi posta em prática, ou seja, ficaria “palpável” ao homem e, assim, esse estaria sujeito e instigado à imitação, a emulação daquele que era posto enquanto modelo o *princeps*.

Fontes

ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno**. Libros I – III. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno**. Libros IV – VIII (Índia). Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

ARRIAN. **Anabasis Alexandri**. Books I – IV. Trad. Peter Brunt. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1989.

ARRIAN. **Anabasis Alexandri**. Books V – VIII (Índia). Trad. Peter Brunt. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1989.

PLUTARCO. **Vidas paralelas VI**. Introdução, Tradução e Notas de Jorge Bergua Gavero, Salvador Bueno Morillo e Juan Manuel Guzmán Hermida. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

PLUTARCO. **A ‘Fortuna’ ou A ‘Virtude’ de Alexandre Magno**. Tradução, Introdução e Comentários de Renan Marques Liparotti. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

Referências Bibliográficas

ABURTO, L. L. La Helenización de Oriente em la Anábasis de Arriano de Nicomedia. Uma aproximación, **Revista Historica UdeC**, v. 2, n. 22, jul./dez. 2015, p. 5-30.

CARVALHO, M. M. de. **Paideia e Retórica do século IV d.C.** A construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregorio Nazianzeno. Annablume: São Paulo, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Vol. 3: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1998.

GAIA, D. V. Os Antoninos: o apogeu e o fim da Pax Romana. In: OLIVEIRA, J. L. B. F. de. (Coord.). **História de Roma Antiga. Império Romano do Ocidente e Romanidade Hispânica**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. Vol. 2, 2020, p. 175-215.

HARVEY, P. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HARTOG, F. **Memória de Ulisses**: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

JOSÉ, N. F. **Imagens discursivas sobre Augusto nas biografias e histórias do Principado Romano (séculos I a.C. a III d.C.)**. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual Paulista, UNESP/campus de Franca, 2016.

LEME, A. L. Ascensão e Legitimação de Alexandre, o Grande na Anábase de Alexandre Magno de Arriano de Nicomédia, **Revista Vernáculo**, n. 21 e 22, 2008, p. 9-27.

_____. **A estratégia política no principado romano do século II d.C.**: a comparação entre Alexandre, o Grande, e Adriano segundo a Anábase de Arriano de Nicomédia. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____. Resgate e construção da Imagem de Alexandre, o Grande: Arriano de Nicomédia e sua ‘Anábase’ de Alexandre Magno (século II d.C.). In: BIRRO, R. M.; CAMPOS, C. R. (Orgs.). **Relações de Poder**: da Antiguidade ao Medievo, vol. 1. Vitória: DLL/UFES, 2013, p. 217-247.

PAUSE, H. H. **Sexo, Gênero e Humor na Roma do principado**: rindo da passividade e da efeminação masculina com os epigramas de Marcial (séculos I – II d.C.). Monografia de Graduação em História apresentada na Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

SANT’ANNA, H. M. de. **Alexandre Magno**: a paixão da guerra. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011, p. 6-14.

SYME, R. The Career of Arrian, **Harvard Studies in Classical Philology**, v. 86, p. 181-211, 1982.

SILVA, M. F. Alexandre da Macedônia: um paradigma de excelência, **Imagens da Educação**, v. 2, n. 3. 2012, p. 1-10.

SILVA, M. A. **Plutarco e Roma**: o mundo grego no Império Romano. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade de São Paulo, 2007.

STADTER, P. **Arrian of Nicomedia**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

WALLACE-HADRILL, A. Culture, identity and power. In: _____. **Rome’s cultural revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 03-37.

WHITMARSH, T. Alexander’s Hellenism and Plutarch’s Textualism. **The Classical Quarterly**, v. 52, n. 1, 2002, p. 174-192.

ZIEGLER, V. **Plutarco e a formação do governante ideal no Principado Romano**: uma análise de biografia de Alexandre. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Estadual Paulista/campus de Assis, 2009.

Submetido em: 01 abr. 2025

Aceito em: 10 jul. 2025

Santiago! Apóstolo, Mártir, Peregrino e Miles Christi da Espanha: uma Trajetória do Culto Jacobeu na Idade Média

Santiago! Apostle, Martyr, Pilgrim and Spain Miles Christi: a Trajectory of the Jacobean Cult in the Middle Ages

Paulo Henrique Ennes de Miranda Eto,¹ UFF

Resumo

O artigo em questão busca traçar um estudo a respeito da figura do Apóstolo São Tiago, e o culto que ao mesmo foi prestado, desde sua vida junto a Cristo, suas descrições a partir do século VII. Ademais, essa abordagem visa compreender como santo foi representado, ressignificado e mobilizado para diversos fins. Como em milagres de cura e no auxílio militar de monarcas cristãos. Com isso, buscamos igualmente entender por quais contextos o culto jacobeu recebeu maior importância no caso ibérico através das narrações de *translatio* de suas relíquias corporais até Compostela, sem perder de vista como os “medievais” entendiam o fenômeno do maravilhoso ou do sobrenatural no cotidiano e em suas próprias expressões de devoção e descrição de milagres.

Palavras-Chave: Devoção; São Tiago; Espanha; Idade Média.

Abstract

The presente paper aims to outline a study regarding the figure of the Apostle Saint James, and the cult that was given to him, since his life with Christ, his descriptions from the 7th century onwards. Furthermore, this approach aims to understand how the saint was represented, given new meaning and mobilized for different purposes. As in healing miracles and military aid from Christian monarchs. With this, we also seek to understand in which contexts the Jacobean cult received greater importance in the Iberian case through the narrations of the translation of their bodily relics to Compostela, without losing sight of how the “medievals” understood the phenomenon of the marvelous or the supernatural in everyday life and in their own expressions of devotion and description of miracles.

Key-Words: Devotion; Saint James; Spain; Middle Ages.

Introdução

Em grande medida, é difícil delinear nas profundezas dos mil anos de Idade Média, o que é mítico e o que é religião, até porque em certo sentido ambos não estavam claramente separados em compartimentos de crenças distintas. Na proposição do medievalista Hilário Franco Júnior, pode-se compreender que os mitos não correspondem a uma História dos eventos políticos e econômicos. Ao contrário, esses se inclinam mais a uma História da “sensibilidade coletiva” (Franco Jr, 2010, p. 47). Os mitos não são necessariamente anti-

¹ Graduado em Licenciatura-História pelo IHT-UFF. Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2024.1). Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI-260003/013412/2025. Email: pauloennes@id.uff.br.

históricos, contudo, eles recorrem a um “apelo” em grande parte daquilo que é sobrenatural, voltado às imagens mentais e representações.

O famoso medievalista francês Jacques Le Goff, quando aborda a ideia de *maravilhoso* para os medievais, entende que tal conceito mobilizou essa civilização em uma realidade, não numa evasão. Com isso, o maravilhoso ampliava as fronteiras “mentais” para o desconhecido, sendo uma própria ampliação do natural e não uma antítese do mesmo (Le Goff, 2017, p. 136). Na lógica cristã (e em certo grau “pagã”) desse período, o maravilhoso abarcava tanto o divino, quanto o diabólico. Também mobilizava elementos ou intermediários não humanos: bestas, animais e criaturas não-humanas. Eram seres misteriosos que assumiriam um protagonismo na tradição oral, nos folclores, incluindo nas pregações e funções didáticas de tais histórias (Le Goff, 2017, p. 129). No processo de cristianização de várias comunidades camponesas na Alta Idade Média, via-se uma postura hostil dos clérigos aos cultos 'pagãos' e 'superstições' dos rústicos; os antigos cultos deveriam ser demonizados e logo substituídos por novos meios de culto os quais tributavam a fé cristã e à Igreja.

O extraordinário ou o sobrenatural, para a Igreja, poderia originar-se de Deus (uno e trino) ou por ação diabólica (nos ídolos, na magia, nas adivinhações etc.). Uma das principais funções dos pregadores, portanto, seria a de combater tais práticas sobrenaturais ditas não cristãs (Vauchez, 2017, p. 228). Com isso, o milagre, nessa concepção, era atribuído ao poder divino, expressões teofânicas que fugiam ao ordinário e o natural, que buscavam dar à Humanidade um sinal ou uma lição: como nos grandes flagelos descritos no *Livro do Apocalipse*.

Logo, o religioso, o mitológico, o sagrado e as tradições que envolvem o sobrenatural, não deixam de gerar reflexões -e novas interpretações- sobre o momento histórico de sua gênese e seus usos a *posteriori*. Hilário, porém, propõe ressalvas a este respeito, pois os mitos, à maneira que mobilizam símbolos, metáforas, metonímias, também são reconstruídos e adaptados segundo as suas vivências ao longo do tempo. Logo, esses em grande nível determinam e ao mesmo tempo se modificam: “(...) História está na mitologia e a mitologia na História” (Franco Jr, 2010, p. 50).

Michel de Certeau, em outras bases, define como abstração toda doutrina que rechaça uma relação com a sociedade que a elabora; as ideias junto à sociedade se articulam por um mesmo movimento, o qual se propõe as mais diversas manifestações, imbricadas, mas distintas (Certeau, 1995, p. 21). Nesse sentido, em um estudo desde o presente sobre uma História do Sagrado ou uma História da Religião, o trabalho histórico participa da relação que a sociedade presente faz sobre um objeto projetado no passado; nas letras de Certeau, seria a

transformação do natural em utilitário, a exemplo de transformar uma Igreja em um museu. Ou, em comparação, seria como um engenheiro ordenando um lago por meio de barragens (Certeau, 1995, p. 29-30). Nessa senda, quando o historiador opera com as fontes, isso envolve o emprego de um conjunto de práticas que se definem em operações as quais modificam ao longo do tempo, por meio de vários “momentos epistemológicos” (Certeau, 1995, p. 33).

A operação histórica consiste em retalhar dado segundo uma lei presente que se distingue de seu "outro" (passado), em tomar distância com relação a uma situação conhecida e, dessa forma, em marcar por um discurso a mudança efetiva permitida por esse distanciamento (Certeau, 1995, p. 41).

Definidas essas postulações, o presente trabalho almeja abordar desde uma perspectiva sobre representações construídas ao longo da História, fazendo jus a um caso que aflorou no período medieval, mas que foi ganhando usos e modificações ao longo do tempo. Mesmo na tenra era Moderna, esse culto ganhou distintos contextos e usos, sendo interpretado e apropriado em vários sentidos. Refiro-me aos olhares sobre o Apóstolo São Tiago², ou, especialmente, o nome *Santiago* (quando traduzido para o castelhano). Segundo a tradição bíblica neotestamentária, ele foi um homem nascido em Betsaida, irmão de São João Evangelista, que se tornara apóstolo acolhido por Jesus junto ao mar da Galileia, no I século de nossa era. Segundo as escrituras, Tiago viu Jesus transfigurado no Monte Tabor e o mesmo apóstolo foi considerado um dos primeiros mártires cristãos. Isso pode ser verificado em certas passagens das escrituras:

Seis dias depois, Jesus tomou Pedro, Tiago seu irmão João, e os levou para um lugar à parte sobre uma alta montanha (Mt 17,2, Bíblia de Jerusalém, 2023, 1735).

Nessa mesma ocasião, o rei Herodes começou a tomar medidas visando maltratar alguns membros da Igreja. Assim, mandou matar à espada Tiago, irmão de João (Atos 12,1-2, Bíblia de Jerusalém, 2023, p. 1923).

A partir disso, como se definiu no resumo do artigo em questão, busca-se compreender como a figura desse Apóstolo e mártir foi se modificando e ganhando novas imagens e sentidos. O maior foco será dado no caso ibérico, em que será retratada a paulatina expansão do culto jacobeu em terras peninsulares. Há a premissa de que esse Apóstolo de Cristo, não só pregou em terras do norte peninsular, mas também o seu próprio corpo miraculosamente foi trasladado da Palestina até o noroeste da *Hispania*.

² Tiago em português é uma corruptela de *Santo Iacobi* (que vem de Jacó, “o que segura o calcanhar”, “sucessor” ou “o que Deus protege”). Apóstolo de Jesus, no Evangelho.

Com efeito, o culto jacobeu recebeu um relativo hiato, pois nos próprios Evangelhos, Tiago era uma figura de destaque, mas não tão mencionado como Pedro, que é citado com certa frequência nos evangelhos sinóticos e no Evangelho de S. João, ou Paulo, famoso pelas suas epístolas que se somaram a grande parte do Novo Testamento. Sabe-se que Tiago foi martirizado por Herodes Agripa em 44 d.C. e que esteve presente junto a agonia de Jesus no monte Getsêmani e em sua Transfiguração conforme os relatos bíblicos (Coffey, Davidson, Dunn, 1996, p. xxii-xxiii).

Todavia, antes do sétimo século, S. Tiago não era tão associado à conversão da Espanha; isso era mais atribuído a S. Paulo, que em sua Epístola aos Romanos, dissera que partiria para a Hispânia, mas antes disso, ele teria de ir para Jerusalém³. E alguns autores/doutores da Igreja da Alta Idade Média, como Isidoro de Sevilha e S. Jerônimo, afirmaram que Paulo teve êxito em sua missão nas terras peninsulares (Deswarte, 2015, p. 478). Em séculos já bem avançados com relação aos tempos bíblicos, como o IX, um monge na Abadia de S. Gallen (Santo Galo), na atual Suíça, chamado Notker - tendo o epíteto de Balbulus (gago)-, em sua obra *Martyrologium* (circa. 896), fez referência ao *translatio* da *santissima ossa* do Apóstolo *Sancti Iacobi* para as terras ao sul dos Pirineus. Usuard, um monge da famosa abadia de *Saint Germain de Prés*, que foi peregrino até a tumba do apóstolo em 858, também menciona em seu martirológio: “(...) Seus ossos santíssimos, traduzidos de Jerusalém para a Espanha e guardados na parte mais distante daquele país, são homenageados por aquelas pessoas com extraordinária veneração” (Deswarte, 2015, p. 482, *apud* Usuard, *Martyrologium*, 272–273).

Dessa forma, é necessário compreender de início, nesse *intermezzo* de quase 9 séculos, como surgiu o culto jacobeu na Hispânia, bem como a suposta lenda ou *inventio* de sua tumba na Galiza.

A primeira referência desse relato diz respeito ao *Breviarium Apostolarum*, documento do sétimo século, uma tradução latina de escritos do Bizâncio chamado “Catálogos Apostólicos”. Tal obra reivindica a pregação de *Santiago* na península Ibérica, e que o Apóstolo teria seu túmulo em Jerusalém: *achaia mamarica*. São Bráulio, discípulo de S. Isidoro de Sevilha, reivindica a figura do seu mestre como um sucessor direto de *Santiago* enquanto pregador na Hispânia Visigótica (Coffey, Davidson, Dunn, 1996, p. xxii-xxiii).

Continuamente, o culto jacobeu fora tomando tônica em terras peninsulares, tal devoção foi verificada em obras, como *Dei Verbum* atribuída ao Beato de Liébana, em que

³ Rom 15:24 (Bíblia de Jerusalém, 2023, p. 1990).

Santiago é evocado como: “A refulgente cabeça dourada da Espanha e Tutor e Patrono nosso⁴” (Beato de Liebána, 2004: I, 652-653, tradução nossa). Por volta do ano de 813, foi encontrada a suposta localização do túmulo do Apóstolo. Isso ocorreu sob a mitra de Teodomiro, bispo responsável pela diocese de Iria Flávia, na atual Corunha, na Galiza.

No *Liber Sancti Iacobi* ou no chamado *Codex Calixtinus* (guarda esse nome por ser atribuído ao papa Calixto), escrito por volta do século XII, em um dos sermões proferidos pelo papa, há um arranjo de referências ao *translatio* do corpo do santo da Palestina para terras galegas. Em uma suposta Carta Introdutória do Papa Calixto II - há controvérsias enquanto a autoria desse papa sobre os escritos-, existe uma apologética sobre a figura de São Tiago Maior e sua relevância para a Igreja (Coffe, Davidson, Dunn, 1996, p. XL). No sermão proferido pelo papa intitulado “*O Veneranda Morreu*”, há menções ao *translatio* do corpo do mártir, de Jerusalém, para a Galiza.

How the translation of this apostle occurred is declared from the mouths of many faithful people who say that after he was killed by Herod,⁹⁰ his whole body was carried across the sea with an angel of the Lord accompanying it in a boat from Jerusalem to Galicia, with his disciples as sailors,⁹¹ and with various miracles experienced along the way. Galicia and Spain are regenerated by the grace of baptism, through his translation⁹² and the preaching of the apostolic disciples, and the kingdom of heaven is enriched. It is right for this venerable translation to be spoken about, as⁹³ it was once written by a wise man: “A man pleasing to God was made chosen and has been translated from living among sinners.”⁹⁴ On this day honoring the apostle, [f.75r] the delighted Church of the faithful is accustomed to sing this verse three times⁹⁵: “James has pleased God and has been transported to paradise, that he may give repentance to the people (Liber Sancti Iacobi, 1996, p. 9-10).⁵

Não obstante, o mesmo autor do fragmento mostrado acima questiona algumas “narrativas falsas” sobre o santo, as quais pareciam concorrer com uma hagiografia oficial reivindicada pela Igreja. Dentre essas narrativas, as quais o sacerdote compara com os apócrifos há a narrativa de que Tiago não teria vindo à Galiza por barco, mas sim sobre as ondas, sentado sobre uma placa de pedra (Liber Sancti Iacobi, 1996, p. 12). Ou, por exemplo, algumas histórias com ênfase nos sonhos e visões, de que o discípulo de Jesus teria sido

⁴ (*Caput refulgens aureum Hispaniae, Tutorque nobis et patronus vernulus*).

⁵ Como ocorreu a translação deste apóstolo é declarado da boca de muitas pessoas fiéis que dizem isso depois que ele foi morto por Herodes, todo o seu corpo foi carregado do outro lado do mar com um anjo do Senhor acompanhando num barco, de Jerusalém para a Galiza, com os seus discípulos como marinheiros, e com vários milagres vividos ao longo o caminho. Galiza e Espanha são regeneradas pela graça do batismo, através da sua translação e da pregação dos discípulos apostólicos, e o reino dos céus é enriquecido. É certo que esta venerável translação seja sábia, como foi escrito uma vez por um homem sábio: “Um homem agradável a Deus foi feita escolhido e foi trasladado de viver entre os pecadores.” Neste dia em homenagem ao apóstolo, [f.75r] na Santa Igreja os fiéis costumam cantar três vezes este versículo: “Tiago agradou a Deus e foi transportado para o paraíso, para dar arrependimento ao povo” (Liber Sancti Iacobi, 1996, p. 9-10, tradução nossa).

carregado por anjos até o extremo sudoeste da Europa, sem barco, muito menos com auxílio humano. Ademais, a narrativa que mais destoou com os preceitos de fé do papa, foi a de que *Santiago* teria amaldiçoado o solo galego para que nunca mais produzisse vinhas. Pois, segundo consta, uma mulher chamada Compostela, que estava embriagada, não avisou o Apóstolo quando o próprio Jesus Cristo estava visitando a Basílica. O apóstolo dormia no colo da matrona e não foi acordado pela mulher quando Jesus o visitou (*Liber Sancti Iacobi*, 1996, p. 12).

Mesmo com tais condenações veementes do Papa sobre essas “invenções irracionais”, há um consenso em todas essas narrações de que o corpo de *Santiago* não permaneceu em terras orientais. De uma forma ou outra, as descrições reiteram o traslado do corpo do Apóstolo para a Hispânia. Com efeito, novas versões foram sendo incorporadas a essa tradição, como a que iria se difundir no século XI, de que o rei dos francos, Carlos Magno, teria sido o descobridor do túmulo de S. Tiago. Como diz a legenda, o imperador dos francos, em um sonho, tivera uma visão onírica com o Apóstolo, que comunicou ao soberano franco, que seu túmulo era ameaçado pelos invasores muçulmanos, e que próprio Carlos deveria peregrinar até as terras hispânicas junto a suas hostes para proteger o túmulo contra a ameaça “infidel” (Monteira Arias, 2023, p. 28).

Autores da época (séc XI), como *Pseudo Turpin*, abordaram o tema da *Visio Karoli Magni*. Nessa narrativa, após muitos triunfos, Carlos Magno pôs-se a descansar, e dali viu um caminho de estrelas, que saía da “Frísia e, estendendo-se entre a Alemanha e a Itália, entre lá e Aquitânia, passou diretamente pela Gasconha, Vasconia, Navarra e Espanha para a Galiza, onde então se escondia, então desconhecido, o corpo de *Santiago*” (Plötz, 2003, p. 221).

Nessa narrativa, *Santiago* já se apresenta como um cavaleiro, que comunica ao rei franco que seu túmulo está na Galiza, o qual se encontrava profanado pelos “sarracenos”. A partir disso, como Carlos Magno seria o mais forte dos reis -segundo a narrativa-, ele seria escolhido pelos céus para liberar a terra da Galiza e todo o caminho das mãos dos muçulmanos (Plötz, 2003, p. 221):

Desta forma, ele aparecia a Carlos Magno três vezes o santo Apóstolo [Tiago]. Então, ouvindo isso, confiando na promessa apostólico e, depois de muitos exércitos terem se reunido a ele, ele entrou Espanha para combater os infiéis (Plötz, 2003, p. 222, apud *Liber Sancti Jacobi*).

Translatio, Inventio e Peregrinatio: Visões e Narrações

O historiador francês Jean Claude Schmitt também constrói uma análise sobre o fenômeno do *Translatio* no Ocidente Medieval. Em seus estudos voltados mormente para as

imagens sacras, Schmitt não deixa de ressaltar a importância do *inventio*, da quase sempre ação legitimadora dos poderes sobrenaturais/celestes para uma intervenção miraculosa. Isso se sucede na revelação de algo que era oculto e que se torna descoberto de modo extraordinário. Logo, é depois trasladado para um lugar mais digno de culto, lugar que assume um novo significado simbólico e religioso após o fato.

O autor exemplificou essa questão no caso do *Volto Santo*, que segundo as letras do Diácono Leobino, um crucifixo foi esculpido pelo próprio contemporâneo de Jesus, Nicodemos, com base na figura de Jesus em sua paixão. Mas, depois o escondeu por medo das ações dos judeus e dos pagãos iconoclastas (Schmitt, 2007, p. 202). Segundo as mesmas narrações, os anjos teriam concluído o entalhe da face de Cristo, que não fora concluído por Nicodemos. Conta-se que um bispo no século XIII, tivera um sonho revelando o local onde Nicodemos escondera o crucifixo; por fim, houve o *translatio*, na legenda, os anjos teriam carregado tal cruz de Jerusalém para a cidade de Lucca, pois lá a imagem seria ser adequadamente venerada segundo a providência divina (Schmitt, 2007, p. 204).

Nesse exemplo mobilizado por Schmitt, é possível traçar comparações entre os ditos casos de *inventio* e *translatio*, de um lado, a imagem miraculosa (*Volto Santo*) e de outro, relíquias corpóreas (o túmulo com os restos mortais de *Santiago*). Como o próprio autor reitera, há nesse processo de *translatio*, uma lógica de poder e de conformação simbólica. Trata-se de manobras políticas embasadas nesses locais miraculosos, sobretudo nos locais finais de traslado das relíquias dos santos e das imagens milagrosas (Schmitt, 2007, p. 203).

Dessa forma, o túmulo de *Santiago* em Compostela (Campo de Estrelas) e tudo que o orbita ganha uma sacralidade e prestígio, sobretudo dentre o meio eclesiástico e igualmente no meio aristocrático. Há autores que partem desde uma perspectiva política sobre o culto jacobeu⁶, na premissa de que a posse das relíquias favoreceu o prestígio da Igreja no norte da Península. Partindo de Oviedo sobre os principais eixos de poder da Cristandade, como Roma e o Império franco. Ademais, a escolha de um importante Apóstolo de Cristo em repousar seu corpo em terras ao norte da Península não seria feito ao acaso, mas sim teria algo a ver com a providência divina (Monteira Arias, 2023, p. 22-23).

Nessa altura, especialmente em finais do século VIII e princípios do século IX, havia uma disputa entre as Igrejas de Toledo (antiga capital do Reino Visigótico) e de Oviedo (ligado ao reino Cristão das Astúrias). Essa disputa tinha um cariz teológico, envolvendo a

⁶ Como afirmam as pesquisadoras Renata Cristina Nascimento e Carolina Fortes, a força emocional das legendas hagiográficas reforçavam uma propaganda política ou davam uma aura sagrada a um projeto político. Trata-se, pois, da função de se elevar o sagrado sobre o secular. Intenções políticas favoreceram a exaltação de pessoas e lugares, sobretudo por meio dos textos santorais (Fortes, 2014 apud Nascimento, 2021, p. 136).

heresia adocionista⁷ que era defendida por religiosos ligados a Toledo, como Félix Urgel e Elipando de Toledo, e que foi duramente criticada pelo Beato de Liébana, importante religioso e intelectual ligado a corte asturiana (Oliveira, 2010, p. 150, p. 223). O reino asturiano buscava separar Oviedo da influência toledana, ao passo que Toledo já estava consolidada no reino visigótico e depois foi conquistada pelos Omíadas. Dessa forma, constrói-se, especialmente a partir do reinado de Afonso II (759-842), uma edificação tanto do reino, quanto de uma Igreja asturiana, cristalizando Santiago de Compostela como um centro religioso de grande importância; visto o erguimento do suntuoso mosteiro de San Pedro Anteaaltres, com os privilégios e foros que esse sítio recebeu do poder régio (Oliveira, 2010, p. 243).

Compostela, ao possuir as relíquias de um dos três principais apóstolos de Jesus Cristo, se tornou um importante centro de peregrinação do Ocidente Medieval a partir do século XI. A palavra peregrino, origina-se do latim *peregrinus*, que significa estrangeiro, ou exilado. Nesse sentido, para os medievais, a ação de peregrinar se inclinaria a um deslocamento do interior, para o exterior. A busca ao estrangeiro e desconhecido, o que também envolvia uma geografia sagrada de relíquias e lugares santos. As peregrinações, ao mesmo tempo, abarcam elementos de penitência (os percalços, vicissitudes, dificuldades no trajeto) e também de solidariedade. Isso ocorreria entre os cristãos de distintos locais (redes de comércio, apoio mútuo, proteção), que mobilizavam a própria vida terrena enquanto uma peregrinação para um outro “reino” (Baschet 2006, p. 356-357).

No caso da peregrinação dos fiéis à Compostela, *Santiago* era visto como uma espécie de protetor dos cristãos e dos peregrinos. Um dos primeiros peregrinos às relíquias do santo de que se tem notícia foi Godescalco, um bispo franco que juntamente a outros clérigos aquitanos, em 950 teriam visitado o túmulo -inaugurando o famoso itinerário do caminho francês-, mas que ao longo da peregrinação, sofreram muito com as razias e investidas dos muçulmanos (Monteira Arias, 2023, p. 23).

Um dos eventos que suscitaram descrições épicas e de intervenções do próprio apóstolo diz respeito à invasão de Compostela em 997 pelo emir Almansor e a destruição do santuário onde estava a relíquia dos apóstolos.

Hec igitur cum beatus Karolus per singulas pene noctes conspiceret, cepit secum meditari sollicitate quid hec visio significant. Cui talia corde meditantis vir quidam pulcherrimam ultra quam dici fas est habens speciem nocte in

⁷ Doutrina que professa que Jesus nasceu humano, tornando-se posteriormente divino por ocasião do seu batismo, ponto em que foi adotado como filho de Deus.

extasi apparuit dicens: Quid hie agis, fili Karole? At ille 5 inquit: Quis es, Domine? Ego sum, inquit, Iacobus apostolus Christi, filius Zebedei, frater Iohannis evangeliste. Ego sum quern dominus Ihesus de mari Galilee sua ineffabili gratia vocare dignatus est, quern Herodes rex occidit gladio, cuius corpus in Galiza, que a Sarracenis oppressa detinetur, incognitum requiescit. Unde admodum miror quod 10 terram illam a Sarracenorum dominio minime liberasti, qui tot urbes tantasque regiones tibi subiecisti. Quapropter tibi \Jol. 2gv \ notifico quia sicut Dominus omnium regum terre potentissimum te constituit, sic ad preparandum ad me viam fidelium et liberandam terram meam de manibus Moabitarum ex omnibus te principibus elegit, ut coronam exinde 15 eterne beatitudinis consequaris. Quod autem instar vie stellate in celo vidisti hoc significat, quod tu cum magno exercitu ad expugnandam gentem perfidam et visitandam basilicam et memoriam meam ab his horis in Galiciam proficisceris, et post te omnes populi a mari usque ad mare peregrinantes et delictorum suorum veniam implorantes illuc ituri 20 sunt narrabuntque laudes Domini et virtutes que facturus est, sicque ibunt a temporibus tuis usque ad finem presentis seculi. (Pseudo-Turpin, 1937, p. 57).⁸

Na passagem acima, no Livro IV do *Codex Calixtinus*, pode-se visualizar um fragmento atribuído ao autor *Pseudo-Turpin* - especificamente situado na *Historia Karoli Magni et Rotholandi*-, escrito em cerca de três séculos após o encontro com a suposta tumba do apóstolo, em meados do século XII. Na documentação foi descrita a revelação do santo apóstolo ao famoso imperador dos francos, Carlos Magno. Segundo a trama, *Santiago* revelou-se em sonho a Carlos Magno, afirmando que o franco seria escolhido por Deus como um dos reis mais poderosos da terra, e, com efeito, deveria libertar e custodiar a tumba do filho de Zebedeu das mãos dos “sarracenos”. Dessa forma, ele deveria reunir seus exércitos e rumar a tumba através de um caminho estrelado, e assim visitar a basílica jacobea.

Um elemento central dessa narrativa, condiz com a ideia de elevar Compostela como uma das três sedes da *Cristandade* ligadas aos 3 principais Apóstolos: Roma de S. Pedro; Éfeso de S. João e Compostela de *Santiago*; surgindo dessa forma, uma certa rivalidade entre o bispado de Compostela em relação à Roma. Na narrativa o imperador franco foi diretamente

⁸ Portanto, quando o bem-aventurado Carlos quase todas as noites via essa visão, começou a meditar com preocupação o que ela significava. Enquanto meditava sobre essas coisas em seu coração, apareceu-lhe certa noite em êxtase um homem de aparência mais bela do que se pode descrever, dizendo: "O que fazes aqui, filho Carlos?" E ele disse: "Quem és tu, Senhor?" Ele respondeu: "Eu sou Tiago, apóstolo de Cristo, filho de Zebedeu, irmão de João Evangelista. Sou aquele que o Senhor Jesus, por sua inefável graça, dignou-se a chamar do mar da Galileia, aquele que o rei Herodes matou à espada, cujo corpo repousa desconhecido na Galícia, que está oprimida pelos sarracenos. Por isso, admiro-me muito que não tenhas libertado aquela terra do domínio dos sarracenos, tu que sujeitaste a ti tantas cidades e regiões. Por isso, notifico-te que, assim como o Senhor te constituiu o mais poderoso de todos os reis da terra, assim te escolheu entre todos os príncipes para preparar o caminho dos fiéis até mim e libertar minha terra das mãos dos moabitas, para que obtenhas daí a coroa da eterna bem-aventurança. E quanto ao que viste no céu, semelhante a um caminho estrelado, isto significa que tu, com um grande exército, partirás para Galícia para combater o povo infiel e visitar minha basílica e meu memorial, e depois de ti todos os povos, de mar a mar, irão como peregrinos implorando o perdão de seus pecados, e contarão os louvores do Senhor e as maravilhas que Ele fará, e assim irão desde o teu tempo até o fim do presente século (Pseudo-Turpin, 1937, p. 57, tradução nossa).

convocado e enviar suas tropas à Espanha, sem consultar o bispo de Roma (Díaz y Díaz, 2003, p. 108).

Igualmente, o próprio apóstolo se constituiu como um peregrino, pois ele saiu da Palestina com o intuito de pregar o evangelho na Hispânia. Com isso, o mesmo é por vezes representado trajando vestes de peregrinação, trajando uma túnica, um cajado, um chapéu e uma bolsa ornada com uma concha. Desse modo ele é representado em uma escultura do portal sul na Igreja de Santa Marta de Tera, em Zamora (Deswarte, 2015, p. 498).

Uma das passagens que se destacam no *Codex Calixtinus*, diz respeito a um soldado vindo da Apúlia, que no ano de 1106 estava com um mal que acometia a sua garganta, *Santiago* se revelou e disse a ele que poderia ser curado se encontrasse uma concha que algum peregrino trouxesse de Compostela, se ele a passasse na garganta, seria curado. Conforme a legenda assim foi, e o soldado foi até Compostela em agradecimento (*Liber Sancti Iacobi*, 1996, p. 77-78). Santiago de Compostela tornou-se na Idade Média Central, um local importantíssimo de peregrinação, como uma devoção de fama “internacional”, ao passo que há registros de peregrinos oriundos dos mais distintos rincões. Ingleses que vinham por via marítima e por terra franceses, portugueses, alemães, húngaros, poloneses, etc. Além disso, foi erigida uma espécie de rota sagrada: uma rede de santuários que os peregrinos cruzavam no caminho (Baschet, 2006, p. 355).

Segundo o antropólogo britânico Victor Turner, a peregrinação tem uma veiculação com um misticismo exteriorizado, onde o deslocamento se volta para os lugares onde acredita-se que aconteceram milagres, sendo que ainda acontecem e podem seguir acontecendo (Turner, 1978, p. 6). Ocorre da mesma forma, no caso católico, que a salvação é melhor garantida com um contato mais piedoso e mais físico com o sagrado, pela presença invisível ou sobrenatural de um santo, da Santíssima Virgem ou do próprio Cristo. Assim, os milagres são definidos como o reconhecimento divino pela jornada empreendida. Turner se refere ao aspecto penitencial ou “purgatorial” dessas jornadas (Turner, 1978, p. 6).

Ademais, para o autor, diferentemente das sociedades ditas “tribais”, onde a peregrinação se concebe como um rito de passagem de um estatuto para outro, no caso cristão, essa tem a ver com uma liminaridade voluntária e não obrigatória. No caso católico, vislumbra-se uma entrega à vontade divina, uma renúncia às estruturas profanas e um ingresso a novas estruturas simbólicas, ligadas ao sagrado: templos, imagens, imitação do fundador, as escrituras sagradas e uma topografia do divino, mobilizando um retorno sensível a percepção e experiência do fundador ou de alguma figura proeminente de sua religião (Turner, 1978, p. 10-11). Nesse sentido, o ato de peregrinar muitas vezes tem uma relação

direta com a cura de uma doença (em que se é atribuída uma origem espiritual), ou com a reparação de alguma transgressão moral. A cura não é algo apenas externo, mas tem a ver com o ato de contrição daquele que busca o milagre, o peregrino quando retorna a sua terra, recebe maior prestígio por sua perda econômica, retroagida em sua salvação espiritual e nas graças em vida (Turner, 1978, p. 14-16).

Para compreendermos a peregrinação a Compostela, bem como o fenômeno das peregrinações na Igreja Católica Romana, há de se entender que a luta pela salvação da alma envolve o fiel juntamente com uma plêiade de atores, alguns da ordem natural, outros da ordem sobrenatural (Turner, 1978, p. 16). Na visão católica, há os adversários da Humanidade: os demônios, anjos decaídos; do outro lado, encontram-se os anjos celestes, servos de Deus, os santos, que seriam homens e mulheres que morreram em santidade para a Igreja (o que se aplica a São Tiago), Santa Maria, considera corredentora, e Jesus Cristo, que é considerado uma divindade junto a Santíssima Trindade. No caso da luta contra as tentações e os males, os santos teriam uma função intermediária, como imitadores de Cristo, guardariam um papel salvífico da continuidade da Igreja, corpo místico de Cristo, auxiliando no processo de resistir à tentação e o alcance da graça (Turner, 1978, p. 16).

Um francês[...] por volta do ano do Senhor de 1100 foi com sua mulher e seus filhos a Compostela para fugir da mortandade que grassava na França e movido pelo desejo de visitar São Tiago. Chegando à cidade de Pamplona, sua mulher morreu e seu hospedeiro roubou todo o dinheiro que tinha e o jumento no qual carregava os filhos. Desolado, ele passou a levar alguns filhos nas costas e a puxar outros pela mão. Um homem com um asno encontrou-o e, movido pela compaixão, emprestou-lhe o animal para que transportasse as crianças. Já em Compostela, ele fazia vigília e orava, quando São Tiago apareceu e perguntou se o conhecia. Diante da negativa, ele disse: "Sou o apóstolo Tiago, emprestei a você meu asno e o empresto também para a volta, e saiba desde já que seu hospedeiro cairá do terraço, morrerá, e você recuperará tudo o que ele tomou" [...] o homem voltou contente para sua casa e logo que as crianças desceram do asno, este desapareceu (Legenda Aurea, 2003, p. 568).

Nessa passagem trazida por Jacopo de Varazze a respeito dos milagres e feitos atribuídos a *Santiago*, pode-se verificar alguns elementos citados por Turner a respeito das peregrinações no mundo cristão medieval. Como na narração do Papa Calixto II falando de um romeiro francês, que saiu de uma cidade grassada por muitas mortes, e que no caminho para Compostela sofreu muitas perdas, sua mulher faleceu e perdeu todo seu dinheiro e seu asno para o hospedeiro de uma estalagem. Porém, o Apóstolo *Santiago* assim intercedeu pelo homem, guiando-o até Compostela em seu próprio asno. Os relatos de peregrinação, em geral, possuem traços de visões, milagres e martírios, compensando movimentos de massa com

elementos de lenda, mito, folclore e literatura. Com o tempo, as peregrinações se tornaram institucionalizadas em coletivos: confrarias, festividades, litânias e romarias (Turner, 1978, p.23, p. 25).

Figura 1–Imagem do *Codex Calixtinus* (Santiago Peregrino)



Fonte: Imagem do *Codex Calixtinus* de Salamanca (Ms. 2631, c. 1325, f. 2v). Disponível em: <https://www.getty.edu/art/collection/object/105VJG>. Acesso em: 19. jul. 2024.

Santiago Miles Christi

Um tema fulcral dessas descrições, e que irá permanecer atrelado a figura de Tiago e em muitas outras, diz respeito a visão de *Sancti Iacobi* como protetor dos cristãos na luta contra os muçulmanos na Península Ibérica. Paulatinamente, foi-se delineando a ideia do apóstolo enquanto *Beatus Iacobus hispanorum protector*, ou seja, *Santiago* protetor dos cristãos, em especial, aos da Península. Há na tradição, conforme as narrações trazidas no *De Rebus Hispanie*, que o Rei Ramiro I (790–850), sucessor de Afonso II, rei das Astúrias, teve de enfrentar o emir do Califado de Córdoba, Abd ar-Rahman II, que enviou tropas em *La Rioja* no verão de 846, impedindo o acesso aos cristãos do Reino de Leão.

Conforme a crônica, os muçulmanos pediram ao rei, em troca da paz, 100 donzelas cristãs, para que assim pudessem evitar a invasão. O rei Ramiro se nega, e vai com suas tropas até *Najéra*, enfrentando os exércitos inimigos, mas sofreram derrota em Ahuella (Burguera Nadal, 2019, p. 245). Em um local chamado Clavijo, os cristãos rezam pela intercessão de *Santiago*, e quando o rei Ramiro adormeceu, o mesmo apareceu para ele em sonho, dizendo ao monarca que Deus lhe deu a missão de guardar os cristãos de toda a Espanha. Com isso,

todos os soldados deveriam invocar a Deus e a seu nome nas batalhas para que tivessem êxito. No ano de 844, pela escrita do bispo Rodrigo Jimenéz de Rada (1207–1247), produziu-se um campo de matança aos muçulmanos em Clavijo (Burguera Nadal, 2019, p. 246). Portanto, Ramiro e sua esposa, Dona Urraca, instituíram em Calahorra o *Voto de Santiago*, que ofereciam ao Apóstolo (à Diocese de Compostela) as colheitas e botins de guerra por parte dos camponeses do norte.

A tradição da invocação de *Santiago* no auxílio militar contra os muçulmanos ou os não católicos não se restringiu apenas na Idade Média, pelo contrário, isso ocorreu em boa parte do período Moderno, incluindo os territórios do Império espanhol (Sanfuentes, 2022). O santo foi sistematicamente citado em crônicas e relatos. Um exemplo foi pelo feito do rei Fernando I de Castela (1035-1065). Na *Cronica Silense*, registro produzido entre 1110-1120, no Mosteiro de San Juan e San Pelayo, narra-se que em 1064, o rei castelhano foi até Compostela, e lá passou 3 dias orando ao santo apóstolo para que o apoiasse na conquista da cidade de Coimbra aos muçulmanos, petição que se frutificou após o cerco de meio ano sobre a cidade (Gómez Darriba, 2018, p. 145).

Sobre as representações dessa figura de traços míticos e históricos, pode-se entender que a relação entre escrita e imagem não era algo tão bem distinto e hierarquizado no período medieval. Jean Claude Schmitt entende que a hagiografia de um santo inspirava a iconografia, o que é descrito e narrado era apreendido e reproduzido no campo iconográfico. No entanto, para o mesmo autor, as imagens também poderiam ser o ponto de partida para uma nova tradição hagiográfica, sobretudo na participação dos leigos nos cultos, nas confrarias, procissões, devoções privadas e em uma vasta cultura visual cristã que se expandiu com força na Idade Média Central (Schmitt, 2007, p. 129-131).

No culto jacobeu, pode-se mobilizar essa proposta trazida por Jean Claude, não necessariamente desde uma primazia da imagem sobre o relato ou vice-versa, mas sim das transformações iconográficas intimamente relacionadas ao contexto histórico em que surgiam.

Figura 2 – *Tympanum of Clavijo Battle - Cathedral of Santiago de Compostela*

Fonte: Licença (CC BY-SA 4.0) Wikipedia Creative Commons (2013).

Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tympanum_of_Clavijo_Battle - Cathedral_of_Santiago_de_Compostela.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tympanum_of_Clavijo_Battle_-_Cathedral_of_Santiago_de_Compostela.JPG). Acesso: 22. set. 2025.

Legenda: Detalhe escultórico do tímpano representando *Santiago Matamoros* na Batalha de Clavijo.

Acima, encontra-se uma escultura do chamado *Tímpano de Clavijo*, datada de cerca de 1220, localizada na Catedral Compostelana; tal escultura em alto relevo é identificada como uma das primeiras representações do Apóstolo no motivo de *Matamoros*, em que o santo é mostrado montado em um cavalo, portando uma espada e um estandarte, e sobretudo, subjugando figuras que pretendiam representar os muçulmanos (Garcia Sanjuan, 2023, p. 195). Nesse sentido, essas referências iconográficas parecem sintonizar-se com os discursos escritos do apóstolo nos códices, nas narrações hagiografias, etc.

Tal motivo estético, representando o apóstolo nessa posição de superioridade militar, destacado por ser uma figura equestre, tem uma relação íntima com as ordens militares, especialmente com a *Ordem de Santiago (Ordo beati Iacobi)*, fundada em Cáceres (na Extremadura castelhana) em 1171. Era uma ordem militar: uma confraria de cavaleiros ligada ao mestre Pedro Fernández (Garcia Sanjuan 2023, p.191). Era também uma liga com uma íntima relação com o bispado de Compostela e a Coroa Castelhana, a qual será incorporada em 1493 por bula papal ao Reino de Espanha, e depois tornar-se-ia uma ordem honorífica (Garcia Sanjuan 2023, p. 198).

É válido ressaltar o peso do culto jacobeu com a composição social ibérica, essencialmente entre os castelhanos e portugueses, como no caso do Reino luso, no mito da Batalha de Ourique em 1138. No dia de São Tiago Maior, d. Afonso Henriques (o primeiro rei de Portugal) atacou os almorávidas com a “graça de Deus e a patronagem de *Santiago*”, conforme é dito na *Vita sancti Theotonii* redigida em 1190 no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Deswarte, 2015, p. 497).

Na Idade Moderna, as coroas ibéricas continuaram a recorrer à patronagem do Apóstolo, sobretudo nos casos das batalhas, de onde eram feitos gritos de guerra ou arengas

proferindo o nome de *Santiago*. Para Alejandro, a (relativa) decadência do culto jacobeu tem uma relação com o pensamento racionalista no século XVIII, especialmente com a crítica dos jesuítas contra os privilégios da Catedral Compostelana. Nesse sentido, avançaram as críticas paleográficas a respeito dos diplomas de Ramiro I, e também sobre os fundamentos racionais e históricos do auxílio militar de Tiago nas batalhas. Isso se verifica nas Cortes liberais de Cádiz (1812) e na abolição dos Privilégios do *Voto de Santiago*, como também em obras de História: a do jesuíta Juan Francisco Masdeu (1744-1817) -*Historia crítica de España y de su cultura* (1783-1805) -, ou Modesto Lafuente em *Historia general de España* (1850) (Garcia Sanjuan, p. 198-199).

Entretanto, apesar dessa crítica aos fundamentos de veracidade do culto jacobeu e do próprio *Santiago* enquanto patrono da Espanha, há também setores que defendiam o culto ao Apóstolo, associando-o à própria ideia da nação espanhola. Sasha Pack mobiliza a tradição, a memória, legado e identidade como elementos importantes para um *revival* do culto jacobeu em Espanha. Este na realidade nunca esteve em baixa, mas agora possui uma relação religiosa, cultural e turística. Na década de 1870, durante o Papado de Leão XIII, o Arcebispo de Compostela, o Cardeal Domingos Payá, juntamente com o arquivista galego López Ferreiro, mobilizou esforços em buscar as relíquias do túmulo *Santiago*, além de reunir num grande esforço de arquivística, os documentos e diplomas relacionados a Catedral e a sua região ao longo do tempo, produzindo várias obras a partir desse contato sistemático. Em 1879, é afirmado o encontro com as ossadas do Apóstolo, fruto de um longo debate/dossiê entre historiadores, teólogos, cientistas, arqueólogos, folcloristas, etc (Pack, 2010, p. 345).

Mas um fator importante do anúncio desse descobrimento, é o grande influxo de peregrinos em favor das relíquias. Tal questão se inscreve nos mais distintos cenários, no regionalismo galego, no nacionalismo espanhol e sua militância católica, bem como nos próprios mitos de fundação transnacional no contexto da União Europeia. Também as questões econômicas e comerciais que circundam o turismo e, obviamente, o caráter espiritual e sagrado que a catedral de Compostela representa para a cristandade católica (Pack. 2010, p. 365-366).

Considerações Finais

O passado muitas vezes implica o representar uma diferença, ou seja, a operação histórica implica executar um retalho sobre o objeto conforme uma lei do presente que se distingue do dado (o objeto do passado) (Certeau, 1995, p. 40). Dessa forma, a História mobiliza a tomada de distância frente a uma situação conhecida: “(...) em marcar por um

discurso a mudança efetiva permitida por esse distanciamento” (Certeau, 1995, p. 40). A operação histórica segundo Michel de Certeau tem um duplo sentido, ela faz com que o presente seja historicizado, na construção de uma dada diferenciação entre o presente e o passado: “(...) Obriga a explicitar a relação da razão reinante com um lugar próprio que, por oposição a um passado, se torna o presente” (Certeau, 1995, p. 40).

A partir desses pressupostos, é necessário erigir um distanciamento em relação ao objeto estudado, de maneira que remeter um juízo *a priori* sobre o mesmo, talvez tome muitos aspectos importantes sobre o papel das representações e suas relações com as (distintas) sociedades ao longo do tempo. Hilário Franco Júnior rejeita a proposição binária das mentalidades “pré-lógica” em contraposição ao “racionalismo”. Pois além desse modelo cartesiano suplantam as liminaridades e as práticas culturais em juízos de valor, como civilizado/primitivo, histórico/mítico, religioso/mágico, tal método se firma em uma visão imperativa e não analítica (Franco Jr, 2010, p. 33).

Conforme o historiador italiano Carlo Ginzburg, é muitas vezes um equívoco tecer uma contraposição entre “mentalidade coletiva” e “atitudes individuais”, há graus de diferenciação de mentalidades entre os grupos sociais, as classes, que de certa forma trazem uma policromia a algo que parece ser de uma única tonalidade (Ginzbourg, 2010, p. 15-16). Acerca do culto jacobino, isso é visível ao longo do tempo, pois distintos grupos que buscaram representá-lo ou descrevê-lo em seus próprios casos. Dessa forma, é difícil distinguir o que é sobrenatural e natural, ao passo de que a interpretação imaginativa não se restringia em um limite claro do real e do não real. O maravilhoso, portanto, teria algo a ver com o fenômeno imaginativo, elas compõem imagens, amalgamando o que é visível aos olhos e o que não é. Contudo, o fenômeno da imaginação não é essencialmente espectral ou abstrato, apesar de se misturar em realidades não físicas, mas da “alma”, ainda existem as vontades, os desejos, e subjetividades originárias da própria realidade física e material (Karnes, 2022, p. 29). Seria um erro categorizar como ficção algo que não pertencia a um sistema de classificação como o nosso, na visão de autoras como Michelle Karnes, “a enciclopedista medieval não fazia o menor esforço em separar informação empírica da confiável da lenda, não distinguindo fato da ficção” (Karnes, 2022, p. 21).

O sobrenatural para os medievais não estava isolado do real, ele se confundia entre as fronteiras que estão na mente em relação ao que há no mundo. Com isso, pode-se verificar os fenômenos sobrenaturais a partir de visões, transcendências e sonhos (como a descrição da visão de Carlos Magno descrita no *Codex Calixtinus*). Também há a maravilha sobre a imaginação, sobre a percepção das coisas que acontecem ao redor, por vezes a literatura

maravilhosa (uma visão poética) viajava para a filosofia natural⁹ (na busca das origens dessas maravilhas) e vice-versa (Karnes, 2022, p. 24). A natureza e as pessoas nessa concepção eram creditadas do maravilhoso, a *mirabilia* resistia a classificação e mantinha uma influência no imaginário comum, levando a um cenário de incertezas, podendo ser reais, ou não, mas sempre com um enxerto extraordinário que nunca se esgotava (Karnes, 2022, p. 35).

Nessa visão, especialmente difundida entre os escolásticos, a imaginação é uma faculdade natural, mas não se encontra dissociada daquilo que é celeste, angélico ou demoníaco, ou essencialmente com uma aliança ou desde a escolha do poder superior: Deus (Karnes, 2022, p. 35). Como afirma Renata Cristina Nascimento, o maravilhoso auxiliava a dar uma completude ao que parecia incompreensível aos medievais¹⁰. Dessa forma, as relíquias ou as fragmentações dos corpos dos santos cedia sentido ao que é visto como sagrado. Como a própria autora afirma: “(...) entender como os seres humanos produzem e praticam a sua religiosidade, é sempre algo desafiador”; os sentidos dados à santidade e ao sagrado são múltiplos, o desafio ao pesquisador no presente, é dar aos textos santorais os usos do seu tempo, entendendo-os também como meios de propagandística moral e de sacralidade (Nascimento, 2021, p. 130-131).

Nessa não distinção daquilo que é real e não-real, ou tal plataforma comum que distingue o que é e o que não é inventado, o culto jacobeu na Idade Média foi recebendo diversos sentidos e adições através dos tempos. Viu-se narrativas sobre seu martírio, sua pregação na antiga Hispânia, o traslado do seu corpo, seu auxílio nas batalhas contra os muçulmanos, etc. Tudo isso construiu uma figura mítica, que na pré-modernidade não poderia ser enquadrada em um sistema classificatório a luz do racionalismo kantiano ou do secularismo iluminista. Isso implica que suas invocações ou suas narrativas não eram necessariamente frutos de discursos objetivamente ligados ao poder e legitimação, de forma que as próprias percepções sobre o Apóstolo fazem recordá-lo como um intercessor, constituído das diversas referências históricas culturais enredadas ao longo do tempo.

Fontes Primárias

BEATO DE LIÉBANA, **Obras completas y complementarias**, ed. bilingüe, J. González Echegaray y otros, Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 2 vols: Madri, 2004.

⁹ Escolástica de influência aristotélica

¹⁰ Como afirma a mesma autora “Uma escrita moralizante, edificante e emotiva. O santo corresponde também a um tipo de necessidade concreta: Qual o tipo de santidade necessária naquele momento? Qual modelo de vida deveria ser perpetuado? Em que sentido a santidade pode servir a interesses políticos/ cívicos singulares? Estamos culturalmente obrigados a recordar determinadas circunstâncias e/ ou acontecimentos quando esses se integram na memória coletiva. Entendo aqui as hagiografias também como memória biográfica comunicativa, pois os textos foram escritos para serem lidos em voz alta” (Nascimento, 2021, p. 131).

COFFEY, Thomas. DAVIDSON, Linda. DUNN, Maryjane. **Translations from the Liber Sancti Jacobi**. Nova Iorque: Italica Press, Inc., 1996.

DE VARAZZE, Jacopo. **Legenda Áurea**: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GORGULHO, Gilberto da Silva (coord.). STORNIOLO, Ivo. ANDERSON (coord.). Ana Flora (coord.). **Bíblia de Jerusalém**. Nova Edição, revista e ampliada. Editora Paulus: São Paulo, 2023.

SMYSER, H.M. **The Pseudo-Turpin**, Wisconsin: The Mediaeval Academy of America, Cambridge, Massachusetts, 1937.

Referências Bibliográficas

BASCHET, Jérôme. **Civilização Feudal**. Do Ano Mil à Conquista da América. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

BURGUERA NADAL, Maria Luisa. La Premonición, La Historia y El Sueño: Sobre la Batalla de Clavijo. Universidad de Salamanca, 1616: **Anuario de Literatura Comparada**, 9, 2019, p. 241-249. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7230224>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**, Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves: 1995, p. 17-49.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel. La Posición del Pseudo-Turpín en el Liber Sancti Iacobi. In: HERBERS, Klaus (org.). El Pseudo-Turpín Lazo entre el Culto Jacobeo y el Culto de Carlomagno, **Actas del VI Congreso Internacional de Estudios Jacobeos**. Xunta de Galicia: Galicia, 2003, p. 99-113.

DESWARTE, Thomas. St. James in Galicia (c. 500–1300) Rivalries in Heaven and on Earth In: D'EMILIO, James. **Culture and Society in Medieval Galicia**, A Cultural Crossroads at the Edge of Europe, Londres, Boston: Brill: 2015, p. 476-511.

FRANCO JR, Hilário. **A Eva Barbada**: Ensaios de Mitologia Medieval. São Paulo: Editora EdUSP, 2010.

GÁRCIA SANJUAN, Alejandro. Santiago Matamoros, pasado y presente de un mito peninsular. In: Almanzor y Carlomagno. Montero Arias, Inés (coord). **El camino de Santiago ante el Islam en la Época Medieval**. Gijón: Asturias: Editora Trea, abril de 2023, p. 185-211.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem**, São Paulo: Editora Companhia das Letras (Bolso), 2010.

GÓMEZ DARRIBA, Santiago. Santiago Matamoros en Sevilla. Mito, Arte y Devoción. **IMAGO Revista de Emblemática y Cultura Visual**, Sevilla, N. 10, 2018, p. 143-173. Disponível em: <<https://ojs.uv.es/index.php/IMAGO/article/view/12488>>. Acesso: 20 jul. 2024.

KARNES, Michelle. **Medieval Marvels and Fictions in the Latin West and Islamic World**. The Chicago, Londres: University of Chicago Press, 2022.

LE GOFF, Jacques. Maravilhoso. In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**, v. 2. Editora Unesp: São Paulo, 2017, p. 120-138.

MONTEIRA ARIAS, Inéz Montera. Carlomagno y el islam en el Camino de Santiago: la creación de un pasado ficticio y su proyección en la ruta (siglos IX a XI). In: Montera Arias, Inés (coord). **El camino de Santiago ante el Islam en la Época Medieval**. Editora Trea: Gijón, Asturias, abril de 2023, p. 21-39.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. Narrar o Sagrado: Desafio Hagiográfico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 20, p. 130-142, 2021.

OLIVEIRA, Bruno Melo. **Reorganização política nortenha: o processo de formação do Reino das Astúrias (dos séculos VIII ao X)**. Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

PACK, Sasha. Revival of the Pilgrimage to Santiago de Compostela: The Politics of Religious, National, and European Patrimony, 1879–1988, **The Journal of Modern History**, v. 82, n. 2, The Persistence of Religion in Modern Europe (June 2010), p. 335-367. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/651613>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PLÖTZ, Robert. De Hoc Quod Apostolus Karolo Apparuit. La Visión en el Sueño de Carlomagno: ¿Una Versión Típica de la Edad Media? In: HERBERS, Klaus (org.). El Pseudo-Turpín Lazo entre el Culto Jacobeo y el Culto de Carlomagno, **Actas del VI Congreso Internacional de Estudios Jacobeos**. Galicia: Xunta de Galicia, 2003, p. 201-217.

SANFENTES, Olaya. Nace uma lenda. Y vive hasta hoy. El Apóstol Santiago entre Copostela y Los Andes. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, jun., 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/87568>>. Acesso: 20 jul. 2024.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**. Bauru: EDUSC, 2007.

TURNER, Víctor. TURNER, Edith. **Image and pilgrimage in christian culture: anthropological perspectives**. New York: Columbia University Press, 1978.

VAUCHEZ, André. Milagre In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean Claude (orgs.). **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**, v. 2. Editora Unesp: São Paulo, 2017, p. 224-244.

Submetido em: 02 jun. 2025

Aceito em: 19 set. 2025

Entre laços de sangue, trabalho e poder: análise das redes sociais de Bento Gonçalves da Silva a partir das suas correspondências (1806-1832)¹

Between blood ties, labor and power: analysis of Bento Gonçalves da Silva's social networks based on his correspondence (1806-1832)

Víctor Blaskoski Lehugeur,² UFPel

Resumo

O presente artigo tem como objetivo o estudo de um fragmento das redes de relações sociais de Bento Gonçalves da Silva a partir da análise das suas correspondências enviadas entre os anos de 1806 e 1832. Baseado no conceito de redes, serão empregados os métodos da análise de redes sociais (*Social Network Analysis*), visando uma abordagem quantitativa e qualitativa, indicando as pessoas mais citadas, o teor das correspondências e os principais assuntos tratados. A pesquisa dialoga com os estudos sobre a composição das elites regionais do século XIX e a construção de seu poder a partir de uma estrutura sólida de relações sociais entre diversos grupos. Nesse sentido, trata-se de analisar a complexa rede de negociações, trocas e favores que o líder farroupilha construiu ao longo dos anos com os mais diversos estratos sociais.

Palavras-chave: Elites regionais; Redes; Análise de redes sociais; Correspondências; Bento Gonçalves.

Abstract

This article aims to study a fragment of Bento Gonçalves da Silva's social networks through the analysis of his correspondence sent between the years 1806 and 1832. Based on the concept of networks, methods of social network analysis (SNA) will be employed, aiming for a quantitative and qualitative approach, indicating the most frequently mentioned people, the content of the correspondence, and the main subjects addressed. The research engages with studies on the composition of nineteenth-century regional elites and the construction of their power from a solid structure of social relations among diverse groups. In this sense, it seeks to analyze the complex network of negotiations, exchanges, and favors that the farroupilha leader built over the years with the most diverse social strata.

Keywords: Regional elites; Networks; Social network analysis; Correspondence; Bento Gonçalves.

Introdução

Membro da elite política e econômica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, estancieiro e comandante da Guarda Nacional, Bento Gonçalves da Silva foi um dos mais importantes líderes da Guerra dos Farrapos. Nascido no dia 23 de setembro de 1788, na

¹ O presente artigo apresenta resultados parciais de um recorte da pesquisa que está sendo desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso em História, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: victorblaskoski@gmail.com.

freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, era filho do capitão de ordenanças Joaquim Gonçalves da Silva, natural de Portugal, e de Perpétua da Costa Meireles, natural da freguesia de Viamão. Bento casou-se com Caetana Garcia da Silva, filha de um abastado criador de gado e comerciante uruguaio (Barbosa, 2009, p. 40-41).

Embora haja uma variedade enorme de livros publicados fora da academia sobre a sua vida, as produções acadêmicas sobre este personagem são raras, havendo apenas estudos relacionados à análise de seus monumentos, à sua representação através da literatura ou às relações familiares que o envolviam. Em pesquisas mais amplas sobre as redes de relações interpessoais de membros da elite farroupilha, seu nome passa despercebido diante de uma variedade de estancieiros, líderes farrapos e políticos da região, havendo uma lacuna nos estudos historiográficos com enfoque neste personagem.

O presente artigo visa realizar um exercício metodológico a partir da análise de um fragmento das redes de relações sociais que Bento Gonçalves da Silva construiu desde a juventude, até o período que antecede o início da Guerra dos Farrapos, entre 1806 e 1832. Busca-se compreender quem eram essas pessoas, a que grupos sociais pertenciam, que tipo de relações mantinham e quais eram os assuntos mais discutidos nas correspondências. Esta pesquisa congrega-se a trabalhos que se dedicam ao estudo das elites políticas regionais, principalmente àqueles que se debruçam sobre a análise das redes sociais dos membros da elite da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Desta forma, a partir de um novo olhar sobre estas elites, busca-se compreender a forma como atuavam e com quais grupos se relacionavam na construção das relações sociais que amparavam sua influência política e econômica.

Para a análise que será feita neste artigo, optou-se por selecionar duas compilações de fontes. O primeiro conjunto de cartas escolhido foi publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) do ano de 1926, volume correspondente ao primeiro e segundo trimestre, números 21 e 22. Nesta revista estão transcritas as correspondências que fazem parte do “Arquivo Particular do capitão Joaquim Gonçalves da Silva”, constituído pelo conjunto de cartas que Bento Gonçalves da Silva e seus irmãos dirigiram ao pai. Vale destacar que foram utilizadas somente as cartas enviadas por Bento, totalizando 41 correspondências, enviadas entre os anos de 1806 e 1823, das 57 que estão presentes na revista.

O segundo conjunto de fontes utilizadas faz parte de uma publicação feita pelos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul como parte da Coleção Varela. Dentro desta edição foram selecionadas apenas as cartas enviadas por Bento, totalizando 9

correspondências que abrangem o intervalo de 1827 a 1832, pois grande parte do volume é composto pelas “Ordens do dia”, de caráter institucional, militar e administrativo, além de remeterem ao período da Guerra dos Farrapos.

Mesmo que já tenham sido utilizadas e citadas em diversas obras, a presente pesquisa busca dar um novo olhar sobre essas fontes. Para tal fim, baseia-se nos conceitos de elite regional e redes, inserindo estas correspondências no contexto de relações sociais nas quais foram criadas, dentro de um sistema de negociações entre diversos grupos sociais para assegurar o poder e influência dos membros dessa elite. Será empregada uma metodologia quantitativa e qualitativa, baseada nos parâmetros da análise de redes sociais (*Social Network Analysis*).

Bento Gonçalves da Silva: breve retrospecto da sua carreira militar

Mesmo sendo amplamente conhecido por sua participação e liderança na Guerra dos Farrapos (1835-1845), a vida militar de Bento Gonçalves teve início muito tempo antes. No ano de 1811 foi incorporado às forças militares que invadiram o Estado Oriental, sob o comando de Dom Diego de Souza. Contudo, um ano depois, foi desincorporado, com a patente de cabo, logo que o Exército Pacificador retornou para o Rio Grande. Voltando à vida civil, seguiu para Jaguarão e no Departamento de Cerro Largo foi onde estabeleceu-se com uma fazenda de criação de gado e casa de negócio (Barbosa, 2009).

No ano de 1817, Bento Gonçalves foi nomeado capitão de guerrilhas pelo Capitão General Marquês de Alegrete, cargo que o fez participar das campanhas platinas lutando em Curales e Las Cañas, em 1818, Cordovez e Carumbé, no ano de 1819 e Arroio Olimar, em 1820. Já em 1824, foi promovido a tenente coronel e nomeado Comandante do 39º Regimento de Milícias, sendo nos anos seguintes promovido a Coronel da 2ª Linha. Atuou no combate de Sarandi, desempenho que resultou na promoção, mais uma vez, a coronel, mas agora de 1ª Linha (Barbosa, 2009).

Em 1827 participou do combate no Passo do Rosário e no ano de 1829 foi promovido a coronel do Estado Maior e nomeado comandante do 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, em Jaguarão (Barbosa, 2009). Percebe-se que o desenrolar destas trocas de cargos e ascensão militar se efetivaram justamente no período cronológico cujas cartas foram escritas, sendo que muitas delas acabam trazendo este contexto político, social e econômico em suas linhas.

Como Bento Gonçalves foi designado Comandante Supremo da Guarda Nacional da Província em 1835 (Leitman, 1979), constituiu-se como um estancieiro com inúmeras posses e líder dos revoltosos que participaram da Guerra dos Farrapos, chegando ao cargo de

Presidente da República Rio-grandense, busca-se compreender os laços e as relações mantidas por este indivíduo levando em consideração as particularidades que acompanharam sua trajetória dentro da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, torna-se necessário situá-lo como membro dessa elite regional, carregada de particularidades, ações e demandas, além de relacioná-lo ao contexto militar supracitado e aos grupos sociais com quem mantinha tais relações.

Redes sociais e elites regionais

Para realizar este estudo, ou seja, compreender a amplitude das relações sociais exercidas por Bento Gonçalves, foi utilizado como base teórica o conceito de “redes sociais”, que diz respeito a:

[...] un conjunto de conexiones entre actores relacionados de un modo u otro a través de interacciones efectivas que se producen en un momento dado. En el fondo, se trata de observar, de la manera más completa posible, el conjunto de interacciones entre individuos para detectar las formas de articulación que estas revelan, desde los grupos o “cliques” de personas más vinculadas entre sí hasta las relaciones más ocasionales o alejadas de esos entornos densos (Beunza; Ruiz, 2011, p. 100).³

Desta forma, a partir da noção de redes como um elo entre as relações sociais estabelecidas em um dado tempo, torna-se possível perceber como essas figuras ou grupos se relacionavam, possibilitando uma análise capaz de interpretar o comportamento social destes indivíduos. Nesse sentido, Bertrand afirma que podemos definir rede social como um sistema complexo de relacionamentos que permite a circulação de bens e serviços, sejam materiais ou imateriais, dentro de um conjunto de relações sociais estabelecidas entre os indivíduos de um grupo, sendo estes afetados de forma desigual nessas trocas, direta ou indiretamente (Bertrand *apud* Farinatti; Vargas, 2014, p. 392).

Partindo de uma origem interdisciplinar, vinculado à sociologia, o conceito de análise de redes sociais (*Social Network Analysis*) constitui-se como uma ferramenta muito importante para os historiadores, uma vez que permite a construção e a visualização de um esquema abrangente dessas redes sociais complexas. Ao identificar diferentes indivíduos e até mesmo grupos sociais distintos, a análise das redes sociais revela aspectos que outros métodos, muitas vezes, não conseguem apontar. Tal abordagem constitui-se como “una gran

³ “[...] um conjunto de conexões entre atores relacionados de um modo ou de outro através de interações efetivas produzidas em um dado momento. No fundo, se trata de observar, da maneira mais completa possível, o conjunto de interações entre indivíduos para detectar as formas de articulação que estas revelam, desde os grupos ou “panelinhas” de pessoas mais vinculadas entre si até as relações mais ocasionais ou distantes desses entornos densos.”

inventividade en materia de construcción de las fuentes, de las representaciones gráficas, de los cálculos de indicadores y/o de las interpretaciones para proponer una aproximación propiamente histórica de sus objetos de estudio” (Bertrand; Guzzi-Heeb; Lemercier, 2011, p. 4).⁴

Para compreender a estruturação e atuação desses indivíduos, deixando de lado a lógica que constitui os estudos de uma “velha história das elites”, que é heróica e heroicizante, entende-se aqui a necessidade de outro olhar sobre esses grupos. A partir do conceito de uma “nova” história das elites, segundo Charle, podemos defini-las pela detenção de um certo poder ou por formar-se a partir de uma seleção social ou intelectual. Ademais, seu estudo seria determinante para compreender quais eram os espaços e mecanismos de ação do poder nas diferentes sociedades ou os meios exercidos para chegar às posições dominantes (Charle *apud* Heinz, 2006, p. 8).

Produzidas em um período de grandes transformações, a cronologia das correspondências analisadas contempla a erosão dos impérios coloniais ibéricos na América, a partir da primeira metade do século XIX. Este processo culminou na construção de novos ordenamentos políticos e novas frentes de produção e circuitos comerciais. Além disso, como parte da dinâmica dessas transformações, a circulação e acumulação de recursos, além da produção e viabilização da administração e da guerra, se faziam presentes (Farinatti; Vargas, 2014).

Ao analisar o processo de consolidação do Estado monárquico e o papel das elites regionais, Jonas Moreira Vargas aponta que as elites regionais da província não viviam subjugadas ao poder central, e tampouco o poder central detinha poder supremo sobre essas localidades (Vargas, 2021). Além disso, dentro da temática das famílias da elite regional, Jonas Moreira Vargas e Luís Augusto Farinatti realizaram uma pesquisa que contribuiu muito para a compreensão da organização, estruturação e relações que essa elite mantinha com pessoas que ocupavam cargos na Corte ou na Europa, criando uma rede de sustentação do seu poder e atendimento de suas demandas (Vargas; Farinatti, 2017). Desta forma, estrutura-se um amplo processo de negociação cotidiana entre diversos indivíduos, onde:

Sua liderança também precisava ser negociada com esse estado em formação e, para exercer o poder local, os comandantes buscavam os meios legítimos que o novo estado oferecia, ocupando cargos, seguindo leis e comunicando-

⁴ Uma grande inventividade em matéria de construção das fontes, das representações gráficas, dos cálculos de indicadores e/ou das interpretações para propor uma aproximação propiamente histórica de seus objetos de estudo.

se com outros funcionários da coroa que podiam ser seus aliados, em relações que oscilavam entre cooperação e competição (Vargas, 2021, p. 8).

Se, a partir dessas análises, as relações entre a Coroa e as elites regionais eram formadas por um sistema complexo de negociações, as relações entre as elites regionais e os diferentes grupos sociais da província também devem ser complexificadas. Nesse sentido, entende-se que os membros dessa elite regional exerciam sua autoridade política e militar a partir de uma rede complexa de negociações com todos os estratos sociais, desde os ricos fazendeiros aos pequenos criadores de gado, peões, indígenas e escravizados (Vargas, 2021). Nesse sentido, a análise das correspondências de Bento Gonçalves pode contribuir para a compreensão dessa rede de relações entre esses diversos grupos sociais.

Correspondências como ponto de partida para análise de redes sociais

O que se pretende através do estudo dessas correspondências é uma “*explotación intensiva*”,⁵ no sentido dado por Beunza e Ruiz (2011, p. 102). Segundo os autores, para reconstruir redes sociais deve-se realizar uma exploração intensiva no conteúdo dessas correspondências, indo além do simplesmente descrito, uma vez que a correspondência privada permite, como meio de comunicação entre pessoas, constituir-se como o único tipo de fonte documental que permite perceber interações diretas que não são mediadas por instituições (Beunza; Ruiz, 2011). Assim sendo, para recriar uma rede de relações entre diferentes indivíduos é necessário realizar uma intensa exploração, metodologicamente falando, acerca da correspondência, pois ela:

[...] aporta información privilegiada tanto para reconstruir la “*red egocentrada*” de un personaje como para llevar a cabo un trabajo cualitativo sobre los contenidos de las relaciones entre actores sociales: sobre lo que se intercambia y circula a través de ellas (favores, información, ideas, recursos materiales, influencia...), sobre las funciones y atributos de cada vínculo, sobre los valores e ideas con los que los individuos actúan y se relacionan entre sí, o sobre la evolución de sus relaciones en el tiempo (Imízcoz e Caula *apud* Beunza; Ruiz, 2011, p. 101).⁶

Outrossim, as informações presentes nas correspondências estão atreladas a uma pluralidade de conteúdo dessas relações, refletindo dinâmicas que se dão tanto de forma individual como coletiva em relação aos grupos mencionados. Nelas estão representadas as

⁵ Exploração intensiva.

⁶ “Fornece informação privilegiada tanto para reconstruir a “*rede egocentrada*” de um personagem como para realizar um trabalho qualitativo sobre os conteúdos das relações entre atores sociais: sobre o que é trocado e circula através delas (favores, informação, ideias, recursos materiais, influência...), sobre as funções e atributos de cada vínculo, sobre os valores e ideais com que os indivíduos atuam e se relacionam, ou sobre a evolução de suas relações no tempo.”

dinâmicas entre a pluralidade de dimensões a qual os sujeitos se movem e os processos históricos ao qual participam, possibilitando uma percepção mais acentuada da conexão entre as esferas de atuação, que muitas vezes são observadas de forma separada, para explicar como se constroem as dinâmicas históricas de reprodução e transformação desses fatores analisados (Beunza; Ruiz, 2011).

É necessário pontuar que, mesmo sendo possível reconstruir fragmentos de uma rede de relações sociais a partir das correspondências de um indivíduo, as cartas não contemplam a totalidade das relações de uma pessoa. Refletindo sobre estas particularidades, Beunza e Ruiz apontam que:

La correspondencia sólo refleja la parte de la red con la que un individuo se relaciona a través de cartas, ya sea directamente (los correspondientes) o indirectamente (las referencias de los correspondientes a personas con las que estos se hallan a su vez relacionados). Por lo tanto, su principal carencia es que no recoge las relaciones de aquellos que, por su proximidad geográfica, no se escriben, aunque algunas de estas relaciones aparezcan reflejadas indirectamente, a través de referencias, en las cartas (2011, p. 103).⁷

Ademais, afirmam que, como toda documentação histórica, as correspondências não podem ser tratadas como uma fonte isolada, mas sim trabalhadas de forma conjunta com outras fontes (Beunza; Ruiz, 2011). A partir disso, o conteúdo das correspondências — especialmente os nomes mencionados — foi analisado em paralelo com outras fontes e bibliografias, buscando uma compreensão adequada dessas relações, conforme poderá ser observado nas informações complementares apresentadas nas tabelas e na discussão contextual desenvolvida.

O aporte metodológico empregado visa a combinação entre uma análise qualitativa e intensiva das correspondências com as técnicas gráficas e os parâmetros quantitativos da análise de redes sociais nos estudos históricos. Como este estudo se propõe a analisar um fragmento das redes de Bento Gonçalves, foi estruturada uma rede egocentrada, ou seja, construída a partir de um único indivíduo central, indicando as pessoas com quem ele se relacionou, diretamente ou indiretamente, a partir das menções feitas nas correspondências.

É de suma importância destacar que foi realizado um estudo apenas sobre uma parcela das redes de relações de Bento, a qual não pode ser compreendida como uma representação da totalidade dos vínculos por ele mantidos no recorte cronológico em questão. Como visto

⁷ “A correspondência reflete apenas a parte da rede com a qual um indivíduo se relaciona através de cartas, seja diretamente (os correspondentes) ou indiretamente (as referências dos correspondentes a pessoas com as quais estes se encontram relacionados). Portanto, sua principal carência é que não registra as relações daqueles que, devido à proximidade geográfica, não se escrevem, embora algumas dessas relações apareçam refletidas indiretamente, por meio de referências, nas cartas.”

anteriormente, foram preservadas apenas 50 correspondências — no âmbito dos conjuntos de fontes aqui elencados — enviadas por Bento antes do início da Guerra dos Farrapos, o que resulta em uma média inferior a duas cartas por ano e dificulta uma compreensão mais aprofundada de suas redes de relações.

Embora esse número nos leve à impossibilidade de compreender com clareza a constituição dessas redes, constituindo-as apenas como um fragmento dos laços estabelecidos no período analisado, alguns aspectos podem ser aprofundados para compreender parte dos vínculos que Bento possuía. Dentre tais laços, a relação com os portadores mencionados exige uma análise mais aprofundada.

Mediando informações, favores e recursos: o papel dos portadores na rede de relações

Vivendo em um ambiente caracterizado pelas grandes distâncias e a dificuldade em realizar trocas de informações de forma rápida e constante, uma análise sobre os portadores, ou seja, o mediador das correspondências entre o remetente e o destinatário, pode contribuir para a compreensão das redes de relações entre esses grupos.

Como discutido anteriormente, as correspondências podem ser fundamentais para a reconstrução de redes sociais onde se estabelecem diversos tipos de relações entre indivíduos. Contudo, em relação aos portadores das cartas, sabe-se que nem todas possuem esse tipo de informação, o que muitas vezes impossibilita o tipo de análise que aqui será feita. Portanto, para essa análise, foram selecionadas as cartas em que os portadores foram identificados, sendo alguns deles os responsáveis pelo envio das correspondências analisadas e outros citados como portadores de outras cartas.

Ao todo foram mencionados 25 portadores diferentes e como 82% das correspondências analisadas dizem respeito às cartas trocadas com o seu pai, Joaquim Gonçalves da Silva, percebe-se uma enorme repetição do destinatário. Além disso, entre as que mencionam os portadores, é possível perceber apenas duas exceções quanto ao destinatário, ambas presentes no conjunto de correspondências da Coleção Varela, enviadas a partir de 1827, conforme será demonstrado.

O grafo abaixo (Figura 1) ilustra a relação dos portadores a partir da sua mediação entre os remetentes e os destinatários. Para a estruturação do grafo dos portadores, dadas as particularidades do conjunto de fontes estudadas, definiram-se quatro categorias de análise:

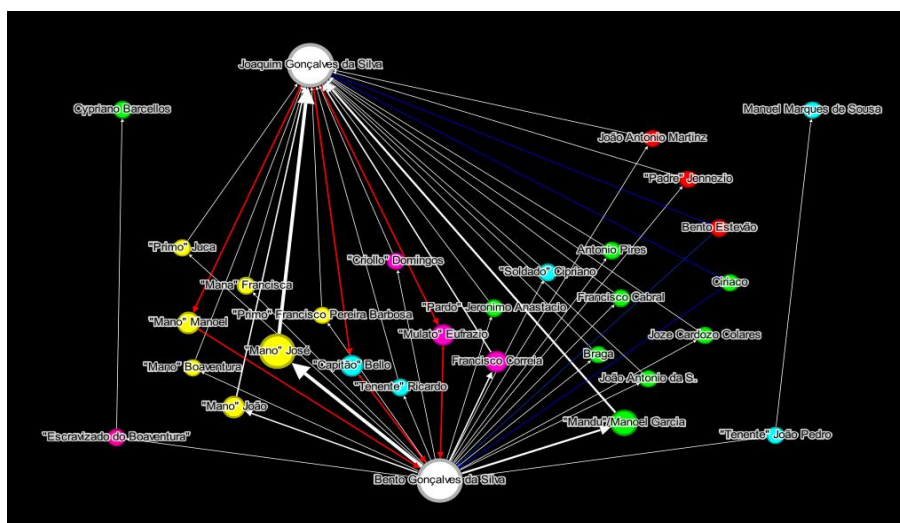
1) Nome das pessoas citadas como portadores: indicando os portadores diretos das correspondências analisadas ou os oriundos de menções em outras cartas.

2) Relação do portador com os emissores: identificado se foi responsável por enviar cartas de Bento Gonçalves para seu pai, Joaquim Gonçalves, de Joaquim para Bento, ou ainda, se atuou como portador de ambos. Nesse caso, a cor das setas indica o tipo de relação: portadores de cartas de Bento para Joaquim (branco); portadores de Joaquim para Bento (azuis); e aqueles que atuaram como portadores para ambos (vermelho);

3) Frequência de atuação do portador: referente ao número de menções em que mediou o envio de correspondências e representada pelo grau de entrada e de saída das arestas (setas), bem como pela densidade do nó (círculo), ou seja, quanto mais menções ao portador da carta, maior o círculo com o seu nome e mais grossa a linha que o liga a Bento Gonçalves e ao destinatário;

4) Grupos de pertencimento do portador: definidos, quando possível, a partir do contexto e do assunto em que ele está inserido. Foram identificadas cinco categorias: “Familiares” (amarelo), “Militares” (ciano), “Peões e escravizados” (rosa), “Mencionados como amigo” (vermelho) e “Não identificado/outro” (verde).

Figura 1 — Grafo com os portadores das correspondências



Fonte — Elaborado pelo autor a partir da utilização do software Gephi 0.10.1.

Tabela 1 — Lista dos portadores mencionados nas correspondências

Nome citado como portador	Nº menções	Nome citado como portador	Nº menções
“Capitão” Bello	2	Braga	1
“Tenente” Ricardo	1	Joze Cardozo Colares	1
“Mano” José [José Gonçalves da Silva]	5	“Mano” João [João Batista Gonçalves da Silva]	2
“Mandu”	3	“Padre” Jennezio	1

[Manoel Garcia]			
“Mano” Manoel [Manoel Gonçalves da Silva]	2	Bento Estevão	1
Ciriaco	1	“Tenente” João Pedro	1
Francisco Correia	2	“Pardo” Jeronimo Anastacio	1
João Antonio da Silva	1	“Primo” Francisco Pereira Barbosa	1
Antonio Pires	1	João Antonio Martins	1
“Mana” Francisca [Francisca Joaquina de Meirelles]	1	“Mulato” Eufrazio	2
“Mano” Boaventura [Boaventura José Centeno]	1	“Criollo” Domingos	1
“Primo” Juca	1	"Escravo do Mano Boaventura"	1
Francisco Cabral	1	Total: 25 portadores diferentes e 36 menções	

Fonte — Elaborado pelo autor.

A partir da análise das correspondências, é possível perceber que o grupo predominante atuando na função de portador é o seu círculo familiar, com destaque ao “Mano José”, José Gonçalves da Silva, irmão de Bento, citado em cinco mediações. Além dele, outros irmãos também foram apontados, mas a função de portador não se limitava apenas entre eles. Ainda no círculo familiar, chama a atenção a referência que é feita ao “Mano Boaventura”, já que Bento não possui nenhum irmão com esse nome. Na verdade, a menção corresponde ao seu cunhado, Boaventura José Centeno, casado com Antonia Joaquina Gonçalves da Silva. Esta forma de se referir aos cunhados repete-se com outros nomes e mostra, ao chamá-los como um irmão, certo grau de afinidade dentro desse conjunto de relações.

Dentre o grupo de peões e escravizados, foi possível identificar, a partir do contexto das informações analisadas, três indivíduos: “Domingos” e “Eufrazio”, referidos por Bento como “criollo” e “mulato”, respectivamente, e “Francisco Correia”. Ao realizar comparações com outras fontes, foi localizado, no inventário de Bento Gonçalves de 1857, na seção onde foram citados os escravizados, o nome de Domingos (Inventário dos bens deixados pelo Cel. Bento Gonçalves da Silva, 1947, p. 40).⁸ Isso leva a crer que, embora tenha sido preservada

⁸ O inventário de Bento Gonçalves da Silva foi realizado em 1857, dez anos após o seu falecimento, em 1847. Nele consta a partilha dos bens, incluindo os escravizados, entre a esposa, Caetana, e os seus filhos.

somente uma correspondência em que Domingos é citado, ele também tenha exercido a função em outras ocasiões. Além disso, é indicado no inventário que Domingos possuía 48 anos naquela data. Como ele é mencionado como portador em uma carta de 1822, percebe-se que ele exercia atividades como essa desde os 13 anos. Devemos considerar que essa situação também poderia se repetir com outros escravizados.

Francisco Correia foi mencionado como portador em duas situações distintas, mas uma delas merece destaque:⁹

Os camaradas q. vão natropa trabalharão nos cavallos da fazenda o Fran^{co} Cor.^a 16 dias opião dod.^o Cor.^a 4 d.^s humpihã q. haivai 11 d.^s opreço não digo porq. eu não fui q. os justei idehoje pordiante comesão atrabalhar nos ceos cavallos (Archivo particular do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, 1926, p. 72-73).¹⁰

Op.^{or} desta he o Fran.^{co} Corr.^a o qual mepedio o d.^{ro} do tempo q. tem trabalhado este anno aqui nesta Faz.^{da} ecomo eu não o tenho o invio p.^a Vm.ce lhe dar od.^o d.^{ro} q. São 14\$980 rs. não Somando os dias q. foi com atropa ehemais hum ceu pião q. são 5 dias cada hum nos ceus cavallos (Archivo particular do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, 1926, p. 73).¹¹

Na primeira carta, datada de junho de 1806, onde Francisco foi encarregado de levar também algumas reses para o local, chama a atenção a contagem dos dias de trabalho dos peões para que seja feito o seu pagamento, mas além disso, é possível perceber um “rodízio” nos trabalhos da família. Afirmando que a partir daquele dia os peões começariam a trabalhar com os cavalos do pai, podemos compreender a estruturação das redes e relações de trabalho entre a família de Bento. Analisando o trecho da segunda carta, de agosto de 1806, destaca-se a cobrança do peão pelo pagamento dos dias em que trabalhou na fazenda. Ademais, ao solicitar ao pai o valor para o pagamento, exemplifica a circulação de dinheiro para o cumprimento das demandas dessas relações de trabalho.

Produzidas em um contexto de conflitos e disputas militares, as cartas indicam diversas situações onde Bento se deslocou para campanhas militares e utilizava do deslocamento de outros militares para a mediação das correspondências. Contudo, para além do grupo militar, três nomes se destacam: “João Antonio Martinz”, “Bento Estevão” e “Padre Jennezio”. O primeiro é mencionado como amigo de Bento, o que indica uma proximidade

⁹ Os trechos retirados das cartas foram reproduzidos conforme as transcrições publicadas na Revista do IHGRGS, seguidos da sua transcrição com as abreviaturas desdobradas e com o português atual.

¹⁰ Os camaradas que vão na tropa trabalharão nos cavalos da fazenda: o Francisco Correia, 16 dias; o peão do dito Correia, 4 dias; um peão que aí vai, 11 dias; o preço não digo porque não fui eu que os ajustei. E de hoje em diante começam a trabalhar nos seus cavalos.

¹¹ O portador desta é o Francisco Correia o qual me pediu o dinheiro do tempo que tem trabalhado este ano aqui nesta Fazenda e como eu não o tenho, o envio para Vossa Mercê lhe dar o dito dinheiro, que são 14\$980 réis, não somando os dias que foi com a tropa e é mais um peão seu, que são 5 dias cada um nos seus cavalos.

maior no relacionamento entre eles. Já a menção ao “Padre Jennezio” deve ser melhor analisada:

O portador desta he O R.^{do} S.^{or} P.^e Jennezio, Quadjutor desta Fregz.^a Sog.^{to} m.^{to} dam.^a amizade, edigno detodo omerecim.^{to} pellas suas boas qualidades. Espero que Vm.^{ce} lhefranqueie acaza, etudo q.^{to} lhe seja preciso, serto de que eu abonarei qualq.^r q.^{ta} que Vm.^{ce} lhede em cazo de que a elle lhe seja preciso, etodo obeneficio que Vm.^{ce} lhe fizer o aceito como amim proprio (Archivo particular do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, 1926, p. 83).¹²

Sendo esta uma carta do ano de 1818, enviada de Piratini, o “Padre Jenezio” foi mencionado como sendo grande amigo de Bento, além de pedir ao pai que lhe servisse em tudo o que fosse possível, como se fizesse ao próprio Bento.¹³ É nítido que havia uma proximidade enorme entre os dois, pelo menos no período correspondente à carta, o que mostra que a rede de relações de Bento ia muito além do que apenas a ala dos militares e negociantes da região.

Já em outra carta, do ano de 1814, Bento pede ao pai que ajude “Joze Cardozo Colares”, sujeito que perdeu seu barco no cerco de Montevideú, em tudo o que for possível, inclusive, na sua hospedagem:

O portador desta lhe poderá dizer dos meos pasos ieste he Joze Cardozo Colares, hum Sogeito q.^e infelizm.te perdeo oseu Barco no sitio de Montevideo etendo eu protegido este infeliz desde aquelle lugar enão tendo conhecim.^{to} nesa Villa: rogo a Vm.^{ce} lhe porpocione huma caza onde pare, ejuntam.^{te} inchaminhalo, narepresentação q.^e elle q.^r fazer a S. Ex.^{ma} proporcionandolhe hum dos melhores letrados que haja, p.^a [sic] e algum dr.^o q. p.^a ese feito nesecite que eu serei responsavel (Archivo particular do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, 1926, p. 81).¹⁴

Percebe-se, neste ponto, a amplitude das temáticas presentes nas correspondências, que abrangem não apenas a troca de informações econômicas e militares, mas também o

¹² O portador desta é o Reverendo Senhor padre Jennezio, Coadjutor desta Freguesia, sujeito muito da minha amizade, e digno de todo o merecimento pelas suas boas qualidades. Espero que Vossa Mercê lhe franqueie a casa, e tudo quanto lhe seja preciso, certo de que eu abonarei qualquer quantia que Vossa Mercê lhe dê, caso a ele seja preciso, e todo o benefício que Vossa Mercê lhe fizer, o aceito como a mim próprio.

¹³ Analisando o projeto de Lei que concedeu a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini o título de instituição emérita (Piratini, 2013), foram localizados dois coadjutores no período da carta: Pe. Jerônimo Xavier de Moraes e Pe. Gervásio Antônio Pereira Carneiro. Considerando um possível erro na escrita do nome ou no processo de transcrição (tanto da carta de Bento como da informação que consta na Lei), é possível que o sujeito a que Bento se refere seja o Pe. Gervásio, porém, é necessário um estudo mais aprofundado com os documentos originais.

¹⁴ O portador desta lhe poderá dizer dos meus passos, e este é Joze Cardozo Colares, um sujeito que infelizmente perdeu o seu barco no sitio de Montevideú, e tendo eu protegido este infeliz desde aquele lugar e não tendo conhecimento nesta Villa: rogo a Vossa Mercê que lhe proporcione uma casa onde pare, e juntamente encaminhá-lo, na representação que ele quer fazer a Sua Excelentíssima, proporcionando-lhe um dos melhores letrados que haja, para e algum dinheiro que para esse feito necessite, que eu serei responsável.

envio de bens materiais, dinheiro e, sobretudo, a circulação de favores entre diferentes grupos e estratos sociais da região. Os portadores, ao exercerem essa função, passam a ser responsáveis não só pela mediação de informações, mas também, em alguns casos, de bens materiais, seja pelo envio de gado para as relações comerciais ou até mesmo do dinheiro que será utilizado nos negócios. Esse tipo de tarefa, naturalmente, requer um certo grau de confiabilidade envolvendo o portador do dinheiro ou informação que será enviado ao destinatário. Na sequência, será realizada uma análise das pessoas mencionadas nas cartas de Bento.

Entre peões, escravizados, familiares, negociantes e militares: os estratos sociais e os assuntos presentes nas correspondências

Analisando as pessoas que foram citadas nas cartas de Bento Gonçalves podemos perceber referências à diferentes grupos sociais. Nesse sentido, como grande parte do conjunto de fontes é constituído pelas cartas que Bento enviou para Joaquim Gonçalves da Silva, contendo nelas as informações que eram importantes para o seu cotidiano, têm-se somente os nomes referentes às menções dentro dos assuntos que eram informados ao pai. Vale destacar que os nomes apresentados não podem ser interpretados como um reflexo da totalidade das pessoas que ambos conheciam ou estavam relacionados, tampouco são necessariamente constituintes das redes de relações de Bento e indicadores de laços fortes ou duradouros.

Entre as pessoas que foram mencionadas nas correspondências enviadas por Bento Gonçalves foram localizados 71 nomes, sendo elaborada uma classificação desses indivíduos em relação a forma como Bento se referiu a eles, seus cargos e profissões ou até mesmo a que assuntos o seu nome estava sendo citado. Desta forma, encontrou-se a seguinte relação: 25,4% classificados como militares; 22,5% familiares; 8,5% peões ou escravizados; 7% rivais ou inimigos; 5,6% amigos; 5,6% destinatários (outras pessoas para quem Bento enviou cartas, além do seu pai); 4,2% negócios; e 21,1% outros/não identificados. Vale destacar que a separação que foi feita não é algo rígido ou imutável, pois em alguns casos os sujeitos podem estar presentes em mais de uma divisão, mas optou-se, para facilitar a compreensão dessas relações, distingui-los pela forma mais característica em que foram apresentados.

É possível perceber que a maior parte das citações dizem respeito ao âmbito militar, sendo elas oriundas de informações prestadas sobre as movimentações que Bento realizava pela região ou até mesmo relatos sobre as movimentações dos inimigos. Além disso, grande parte das cartas enviadas ao pai trazem menções a outros membros da família, principalmente

aos seus irmãos. Em relação ao âmbito do trabalho, destacam-se as menções aos peões e escravizados nas atividades da estância. Por fim, os nomes mencionados como amigos ou camaradas de Bento merecem uma análise mais aprofundada, como será visto na sequência.

A tabela abaixo (Tabela 2) ilustra a relação das pessoas citadas nas cartas. Após a busca pela identificação dos indivíduos, descobriu-se que alguns nomes correspondiam à mesma pessoa ou, ao contrário, que a forma como Bento se referia a alguém, por exemplo, em relação ao cargo, podia corresponder a pessoas diferentes, dependendo do ano. Acrescidas essas particularidades, temos um total de 72 indivíduos diferentes. Como nem todos os nomes puderam ser localizados, optou-se por manter na tabela a grafia e a forma como ele citou as pessoas, complementando-a com as informações que foram encontradas, conforme detalhado a seguir.

Tabela 2 — Lista dos nomes mencionados nas correspondências

Nomes mencionados	Nº menções	Nomes mencionados	Nº menções
"Negro" Alfayate [Joaquim] ¹⁵	1	"General" Marquez [Manuel Marques de Sousa]	9
Caetana [Cayetana Juana Francisca García González]	3	"Tenente" João Pedro	3
Perpétua [Perpétua Justa Gonçalves de Oliveira]	1	"General" Pinto	1
Thomas Francisco	1	"Senhor" Lourenço	1
"Mano" João [João Batista Gonçalves da Silva]	4	"Reverendo Vigário" [Jacyntho José Pinto Moreira] ¹⁶	1
José Felix	1	Francisco Gonçalves Carneiro	1
"Mano" Manoel [Manoel Gonçalves da Silva]	3	Lourenço Maria/Mendes ¹⁷	1
Mathias	1	"Soldado" Benito	1
"Moço" João	1	Bento Lopez	1
José Pereira	2	Artigas	1

¹⁵ No inventário de Bento Gonçalves, um dos escravizados é descrito como “Joaquim, Alfaiate” (Inventário dos bens deixados pelo Cel. Bento Gonçalves da Silva, 1947).

¹⁶ Analisando o projeto de Lei que concedeu a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini o título de instituição emérita (Piratini, 2013), encontra-se a informação de que o padre Jacyntho era o reverendo da freguesia na data da correspondência.

¹⁷ Lourenço aparece mencionado de duas formas distintas na mesma carta, sendo chamado de “Lourenço Maria” e “Lourenço Mendes”.

		[José Gervasio Artigas]	
"Tio" Jeronimo Meireles [Jeronimo Gonçalves Meirelles]	1	Joaquim	1
"Pardo" Gabriel	1	"Mano" Antonio [Antônio Gonçalves da Silva]	1
"Moleque" Francisco Ména	1	"Capitão" Francisco Antonio	1
Faustino	1	"Brigadeiro" Felix	1
"Mana" Maria [Maria Angélica Gonçalves da Silva]	2	"Cirurgião" Baptista	1
"Cunhado" Ignacio [Ignacio dos Santos Martins]	3	"Mariquinha do Mano Costa"	1
"Primo" Theodoro	1	"Mano" Costa	1
"Tio Capitão" Victoriano	1	"Mana" Antonia [Antônia Joaquina Gonçalves da Silva]	1
"Sargento-mor" Manoel Alvarez	1	Boaventura Barcellos	2
"Mano" Ventura [Boaventura José Centeno]	3	"General" Lecor [Carlos Frederico Lecor]	2
"Mano" Zeca [José Gonçalves da Silva]	1	Antonio Joze Gonçalves Chaves	1
"Negro" Francisco da Praya	1	"General em chefe" [Felisberto Caldeira Brant Pontes]	2
"Governador" [Diogo de Sousa] / [Luís Teles da Silva Caminha e Meneses]	3	"Brigadeiro" Barreto [Sebastião Barreto Pereira Pinto]	1
"Vice Rey de Monte Video" [Francisco Javier de Elío]	2	"Coronel" Bento Manuel [Bento Manoel Ribeiro]	1
Fernando VII	1	Cypriano Rosa Barcellos [Cipriano Rodrigues Barcellos]	2
"Seu Monarca" [Dom João VI]	1	Jozé Theodóro	1
"Major" Joze Maria	1	Zeferino Jozé de Lima	1
"Dom" Felipe	1	Joaquim Gomes d' Araujo	1
"Sargento-mor" Maneco	1	"Marechal" Barreto [Sebastião Barreto Pereira Pinto]	1
"Antiqueira"	1	"Sargento" João Antunes	1
"Capitão" Theodio Joze da Silva	1	Brom [Gustavo Henrique Brown]	1

Affonso	1	Antonio Teixeira Maciel	1
João Francisco Viera Braga Filho	1	Sebastião Barreto Pereira Pinto	6
"Capitão" Bonifacio	1	Frutuoso [José Frutuoso Rivera]	2
"Tenente" Ignacio de Oliveira	1	Alviar [Carlos María de Alvear]	1
Manoel Silva Maya	1	"Mano Padre" [Roberto Gonçalves da Silva]	1

Fonte — Elaborado pelo autor.

Diante da situação descrita acima, duas menções necessitam de uma explicação. Ao citar o “Governador”, pela cronologia das cartas, percebe-se que Bento está se referindo ao capitão-geral, autoridade administrativa e militar nomeada pela Coroa portuguesa para governar determinadas capitanias ou regiões do Brasil colonial. As duas menções foram feitas em anos distintos, resultando em dois nomes que correspondem ao cargo. O primeiro, citado em carta de 1811, corresponde a Diogo de Sousa¹⁸, enquanto que o segundo, de uma carta de 1818, remete a Luís Teles da Silva Caminha e Meneses¹⁹.

Outra relação que deve ser detalhada são as menções ao Sebastião Barreto Pereira Pinto, citado de três formas distintas: a primeira como “Brigadeiro Barreto”, cargo que ocupou até fevereiro de 1828, período em que passou a ser Marechal-de-Campo (Beltrão, 2021, p. 102), indicando o porquê de Bento se referir a ele como Marechal em carta de junho do mesmo ano. As outras menções foram feitas com o seu nome completo, pois era o destinatário das correspondências. Além de Sebastião, outros três nomes surgem no meio dos destinatários das cartas e podem contribuir para a análise das relações de Bento, sendo eles: Joaquim Gomes d’Araujo, Cipriano Barcellos e Antônio Gonçalves Chaves.

Antônio José Gonçalves Chaves foi descrito como seu amigo em uma correspondência de 1827, além de enfatizado que Bento “tanto lhe deve”, indicando a proximidade entre ambos. Além disso, destaca-se que nesta carta, Bento descreve conflitos envolvendo o General em Chefe, Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes. Dessa forma, mostra os conflitos entre o alto comando militar, apontando as dissidências entre os membros, uma vez que Bento Gonçalves, indignado com as decisões do General, menciona: “não tinha respondido por andar tão encomodado do espirito com as pecimas disposições do General em

¹⁸ Dom Diogo Martim de Sousa Teles de Menezes, primeiro Conde do Rio Pardo (Beltrão, 2021).

¹⁹ Capitão general, marechal de campo, 5º e último marquês do Alegrete e 8.º conde de Tarouca. Em 13 de novembro de 1814, tomou posse como capitão general da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (Beltrão, 2021).

Chefe q’me privava athe de derigir-me aos meus amigos [...]”²⁰ (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2021, p. 162). Além disso, Bento Gonçalves também reclama ao amigo Gonçalves Chaves que uma das suas sugestões não foi acatada pelo General, mesmo tendo muitos votos a seu favor. Este fato acirrou as críticas que foram feitas sobre as decisões do General ao afirmar que:

[...] em consecuencia chamando a Conselho aos Comandantes de Divizoes, e Brigadas foi rezolvido por Unanines votos de todos deixarmos tal caminho e seguir-mos para São Sepé onde devia fazer alto o Exercito, porem o General ainda não julgando-se ali seguro tratou de seguir para São Lourenço, ou Caxoeira para o q’ fiz novo Conselho e não obstante ser a maioridade de votos o de ficar ali o Exercito, elle com tudo o fez marchar para São Lourenço [...] (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2021, p.162).²¹

Já o nome de Cipriano Barcellos ganha destaque por ser mencionado como seu “invariável amigo” e seu compadre. Além disso, é possível apontar o vínculo de Bento com a família Barcellos, uma vez que menciona a compra de uma estância em sociedade com o irmão de Cipriano, Boaventura Barcellos, em 1822: “[...] huma grande Estancia que comprei sociedade com Boaventura Barcellos, do outro lado de Jaguarão [...]”²² (Arquivo particular do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, 1926, p. 88-89). Dentro do conjunto de relações que envolvem os negócios de Bento Gonçalves, destaca-se a construção desse vínculo a partir das relações mantidas com os dois membros dessa família.

Por fim, para além das menções de cunho militar, político e econômico, uma correspondência se destaca por apontar os conflitos existentes dentro do próprio âmbito familiar. Em correspondência do ano de 1809, Bento Gonçalves informa ao pai que o seu “primo Theodoro” aponta não querer que eles entrem no potreiro do Curral Velho, pois este pertenceria ao “tio Capitão Victoriano”:

Partecipo a Vm.^{ce} em Como agora acabo dereceber hum recado do Pr.^o Theodoro, filho do Cap.^m Victoriano emq. me diz não querer q. eu entre no potreiro do Cural Velho edis q. pertence od.^o potreiro ao Thio Victoriano, eacim Vm.ce mandeme dizer oq.^{to} antes aq.^m pertence pois não quero ter duvidas com ninguem, p.^r q. cepertence aelles emão he preciso tirar os animais q. andão la, afim denão ter duvidas com ninguem (Arquivo

²⁰ não tinha respondido por andar tão incomodado do espírito com as péssimas disposições do General em Chefe que me privava até de dirigir-me aos meus amigos [...].

²¹[...] em consequência chamando para Conselho os Comandantes de Divisões e Brigadas, foi resolvido por unânimes votos de todos deixarmos tal caminho e seguirmos para São Sepé, onde devia fazer alto o Exército, porém o General ainda não julgando-se ali seguro, tratou de seguir para São Lourenço, ou Cachoeira para o que fiz novo Conselho e não obstante ser a maioridade de votos o de ficar ali o Exército, ele com tudo o fez marchar para São Lourenço [...].

²² [...] uma grande Estância que comprei em sociedade com Boaventura Barcellos, do outro lado de Jaguarão [...]

particular do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, 1926, p. 76).²³

No verso da carta de Bento veio a resposta de Joaquim Gonçalves da Silva informando que o potreiro era deles, tendo sido comprado há anos, e agora exigia que Theodoro e Victoriano mostrassem, caso tivessem, os documentos de posse e ordenava que eles é que estavam proibidos de entrar no potreiro. Esta correspondência exemplifica as disputas que aconteciam dentro da própria família, mostrando a complexidade das relações entre os indivíduos e enfatizando a necessidade de não naturalizarmos as relações familiares, pois nem sempre essa ligação é sinônimo de efetividade quando se trata das redes de relações de um sujeito.

Considerações finais

Em um contexto em que a circulação de informações é crucial para o estabelecimento de relações comerciais, movimentos militares e trocas de favores, a análise dos portadores das correspondências de Bento Gonçalves contribuiu para a compreensão desse fragmento das suas redes sociais. Destaca-se a rede de trocas e favores aos quais os portadores estavam inseridos e a variedade de informações presentes nas correspondências de Bento, sendo estas constituídas por menções a pessoas de diferentes grupos e cargos, seus amigos, seus rivais, pessoas próximas, portadores, negociantes, militares, peões e escravizados.

Portanto, através da análise desenvolvida, foi possível observar as trocas que permeiam este fragmento das redes sociais de Bento Gonçalves, sejam elas constituídas por favores, informações, ideais, recursos materiais ou até mesmo influência. Estes fatores mostram as dinâmicas nas quais os sujeitos estão inseridos, e no caso de Bento, ajudam a compreender a estruturação do poder de um dos mais importantes líderes políticos da Província. Convém destacar que esta pesquisa segue em andamento e outros conjuntos de cartas serão incorporados à análise, buscando complementar, enriquecer e aprofundar a pesquisa, além de comparar os padrões encontrados.

Fontes utilizadas

Arquivo particular do Capitão Joaquim Gonçalves da Silva: cartas de Bento Gonçalves da Silva e seus irmãos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 21, 1926. Disponível em:

²³ Participo a Vossa Mercê, como agora acabo de receber um recado do Primo Theodoro, filho do Capitão Victoriano, em que me diz não querer que eu entre no potreiro do Curral Velho, e diz que pertence o dito potreiro ao Tio Victoriano, assim Vossa Mercê mande me dizer, o quanto antes, a quem pertence, pois não quero ter dúvidas com ninguém, porque se pertence a eles e não é preciso tirar os animais que andam lá, a fim de não ter dúvidas com ninguém.

<https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/108611/58914>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Os soldados libertos são os mais valentes: Coleção Varela – Documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha* [recurso eletrônico]. 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. ISBN: 978-65-86578-86-7. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20210425/26112514-anais-ahrs-v-20.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

Inventário dos bens deixados pelo Cel. Bento Gonçalves da Silva. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 105, 1947. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/109188/59129>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Piratini (RS). Projeto de Lei Nº 29/2013, de 30 de julho de 2013. Concede à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini o título de instituição emérita. *Câmara Municipal de Piratini*. Disponível em: <https://camarapiratini.rs.gov.br/manager/uploads/documento/10/550470555.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A Casa e suas virtudes:** relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845). Dissertação (mestrado); Orientador Karl Martin Monsma. São Leopoldo, RS: 2009.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. Antônio, Bento e Domingos: paternidade na elite farroupilha (1835-1845). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. Perpétua, Maria Egípcia, Custódia: as filhas da elite farroupilha (RS, 1835-1845). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: 2011.

BELTRÃO, Apio Cláudio. **Recortes Históricos:** a história do Rio Grande do Sul e do Prata em cinco contornos [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021. (Série Recortes Históricos, v.1). Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook-RecortesHistoricos1.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BERTRAND, Michel; GUZZI-HEEB, Sandro; LEMERCIER, Claire. Introducción: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia? **Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 21, p. 1-12, 2011.

BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. **Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 21, p. 98-138, 2011.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Editora FGV, 2004.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n.28, p. 57-72, jul. 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 389-413, 2014.

GIL, María Ordiñana. Reconstrucción y análisis de la red social de Francisco Asenjo Barbieri en Valencia (España) a partir de la correspondencia (1852-1893). **Resonancias**, Santiago, vol. 27, n. 52, p. 97-128, jan./jun. 2023.

GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das *social network analysis*. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. vol. 3, nº 6, Dez. 2011.

HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX; tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122, 2007

PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BUENO, Newton Paulo. Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação. **Anais do XIX Encontro Regional de História - Profissão Historiador**: Formação e Mercado de Trabalho, Juiz de Fora, 2014.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira; FARINATTI, Luís Augusto. “Alargados horizontes”: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c. 1830–c. 1855). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, 2017.

VARGAS, Jonas Moreira. “Nos caminhos de São Gregório”: as hierarquias sociais na fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865). **Almanack**, Guarulhos, n. 27, p. ed. 00721, 2021.

Submetido em: 14 jul. 2025

Aceito em: 31 ago. 2025

Anunciando a morte nos sertões: obituários e prestígio social em periódicos do século XIX (Sertões do Rio Grande do Norte, 1867-1897)

*Announcing death in the sertões: obituaries and social prestige in 19th century periodicals
(Sertões of Rio Grande do Norte, 1867-1897)*

Fabiana Alves Dantas,¹ UFRN

Resumo

Um dos aspectos estudados na história da morte diz respeito às diferenças observadas nas práticas fúnebres de diferentes segmentos sociais. Partindo disso, neste artigo, investiga-se como a publicação de obituários na imprensa periódica foi utilizada, na segunda metade do século XIX, como espaço de reforço do prestígio social de determinados segmentos no recorte espacial dos sertões do Rio Grande do Norte. Para tal, mobilizam-se referências da história da morte no Ocidente (Ariès, 2012; Schmitt, 2023; Vovelle, 2010;), bem como no Brasil (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; 2005; Schmitt, 2022, dentre outros) e Rio Grande do Norte (Santos, 2011; 2013), além do embasamento sociológico sobre a noção de prestígio social, aqui utilizada em sua relação com a morte (Morais, 2020). Observou-se, portanto, a intenção de distinção social com o uso de estratégias discursivas que, de diferentes modos, reforçam a imagem de prestígio do morto e sua família.

Palavras-chave: História da Morte; Obituários; Prestígio Social.

Abstract

One of the aspects studied in the history of death concerns the differences observed in funeral practices among different social segments. So, this article investigates how the publication of obituaries in the periodical press was used, in the second half of the 19th century, as a space to reinforce the social reputation of certain segments in the spatial cutout of sertões of Rio Grande do Norte. To this, references from the history of death in the West (Ariès, 2012; Schmitt, 2023; Vovelle, 2010;), as well as in Brazil (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; 2005; Schmitt, 2022, among others) and Rio Grande do Norte (Santos, 2011; 2013) are mobilized, in addition to the sociological basis on the notion of social prestige, used here in its relation to death (Morais, 2020). Therefore, it is worth noting the intention of social distinction through the use of discursive strategies that, in different ways, reinforce an image of prestige of the deceased and his/her family.

Keywords: History of Death; Obituaries; Social Prestige.

Introdução

Escrever sobre a morte a partir de uma perspectiva histórica tornou-se possível com as reflexões propostas ao longo do século XX, especialmente no âmbito da então chamada História das Mentalidades. Kelly Chaves Tavares (2019) escreve que, nessa fase, historiadores europeus passaram a investigar “o imaginário coletivo cristão sobre a morte no

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: fabiana.dantas03@gmail.com.

período medieval, moderno e no pós-Revolução Francesa” (Tavares, 2019, p. 130), podendo-se citar como notórios exemplos disso os franceses Michel Vovelle e Philippe Ariès. Ainda segundo Tavares (2019), com a Nova História, um novo destaque passou a ser as representações do além-túmulo. Com isso, pode-se reconhecer uma diversidade de abordagens possíveis para entender a morte como um objeto de investigação histórica. Michel Vovelle, por exemplo, indicava em texto publicado originalmente em 1985 que via a morte como uma invariante “ideal e essencial na experiência humana” (Vovelle, 1991, p. 128), embora a reconhecendo como histórica, isto é, percebendo que as relações dos humanos com ela alteram-se ao longo do tempo, bem como a maneira como ela nos afeta.

Diante de tais contribuições que lançaram luz sobre a relevância da morte como objeto da historiografia, o assunto passou também a ser de interesse para historiadores do Brasil. Assim, na historiografia brasileira, o tema tem recebido atenção especialmente a partir da publicação de “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX” (1991), relevante trabalho do historiador baiano João José Reis, hoje reconhecido como uma referência fundamental aos estudos que versam sobre a história da morte nesse país.

Existem alguns consensos presentes nas pesquisas que versam sobre esse campo de estudos, destacando-se o reconhecimento de um tipo de interdição da morte ao longo do século XX, quando ela passa a ser um tema tabu (Schmitt, 2023, p. 15). Também se nota nos estudos da área a existência de apontamentos no que concerne às diferenças observadas nas práticas relacionadas à morte em diferentes segmentos sociais, o que pode ser observado, a título de exemplo, no estudo clássico “História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias” (2012), de Philippe Ariès, publicado originalmente em 1977. Nele, o autor discute questões como os diferentes modos de sepultamento entre ricos e pobres, a construção dos jazigos familiares das elites e o papel das confrarias no auxílio aos pobres “(...) privados de todo meio material de adquirir intercessores espirituais” (Ariès, 2012, p. 129), observando-se, portanto, diferenças “entre as atitudes existenciais diante da morte do rico e do pobre” (Ariès, 2012, p. 105).

A existência dessa diferença quanto às atitudes diante da morte de acordo com o segmento social também é apresentada na historiografia brasileira. Exemplo disso são as discussões apresentadas por João José Reis (1991) em seu já citado trabalho. As pompas fúnebres apresentadas por este historiador ao longo de sua obra constituem um forte exemplo de como a morte pode tornar-se um momento no qual reforçam-se distinções sociais, incluindo-se nisso as variações nos modos de velar e sepultar o morto a partir de sua posição na sociedade baiana do século XIX.

Outros estudos também abordam esse aspecto, sendo pertinente citar, a título de exemplo, as distinções observadas em pesquisas recentes que discutem o sepultamento de pessoas escravizadas. Em artigo publicado em 2012, por exemplo, Claudia Rodrigues e Milra Nascimento Bravo discutem as hierarquias existentes no período escravista, identificando que as sepulturas dos negros eram organizadas conforme sua origem, observando que “[...] enquanto os corpos dos crioulos tinham ‘maior distribuição’ entre as igrejas matrizes, os dos africanos estavam concentrados nas igrejas de irmandades e ordens terceiras de negros” (Rodrigues e Bravo, 2012, p. 6). Assim, demonstram que “[...] as hierarquias sociais diante da morte estavam presentes mesmo entre os negros. Os mais privilegiados socialmente tinham um lugar de enterro que também era almejado pelos indivíduos com menos posses” (Rodrigues e Bravo, 2012, p. 7). Em texto mais recente, de 2023, Claudia Rodrigues e Marcio de Sousa Soares argumentam em favor de uma visão que vá além de uma dicotomia sobre os ritos funerais nas sociedades católicas escravistas, reforçando a existência de hierarquias nos locais das sepulturas dos escravizados, bem como o fato de que haviam situações nas quais pessoas de posses com posição social privilegiada pediam por funerais mais simples, com objetivo de alcançar a salvação por meio da prática da humildade. Para os autores, apesar de a América portuguesa dar continuidade à naturalização das desigualdades, como se fazia no reino católico de Portugal, é possível identificar que “[...] várias estratégias foram criadas por pessoas de segmentos sociais que não pertenciam originalmente à nobreza da terra a fim de alcançar alguma mobilidade social ascendente” (Rodrigues e Soares, 2023, p. 365). No caso dos escravizados, ressaltam: “A maior ou menor proximidade da experiência da escravidão ou da liberdade exerceria significativo impacto sobre ações do cotidiano, visões de mundo e rituais civis e religiosos, a exemplo dos funerais” (Rodrigues e Soares, 2023, p. 365).

Diante de tais observações, um aspecto aqui considerado relevante de ser discutido são as práticas relacionadas à busca pela elaboração de uma noção de prestígio social na hora da morte, privilegiando-se como fontes obituários da imprensa periódica, entendendo-os como um tipo de documento que possibilita analisar as relações entre as esferas social e cultural (Chartier, 1988) a partir da maneira como fala-se da morte e do morto. Por obituários, entenda-se os textos publicados em periódicos que objetivam informar o falecimento de um indivíduo, bem como homenageá-lo. Cabe ressaltar que a intenção de utilizar a escrita como uma forma de legar uma memória sobre o morto é observada desde os *Libri memorialis* que, segundo Fernando Catroga (2010), também foram chamados de necrófagos ou obituários a partir do século XVII. Conforme aponta o autor:

Estes continham o nome de pessoas, geralmente já mortas, de quem se pretendia guardar memória mediante o recurso a fórmulas como estas: “aqueles ou aquelas cuja memória lembramos”; “aqueles de quem escrevemos os nomes para guardarmos na memória”. A escrita (a leitura) é elevada a garante material de memória (Catroga, 2010, p. 175).

Os obituários em questão apresentam informações sobre pessoas de cidades sertanejas do Rio Grande do Norte, e foram publicados no século XIX, especialmente no recorte temporal de 1867 a 1897. O recorte espacial justifica-se pela intenção de investigar esse aspecto ainda não abordado na historiografia que versa sobre a história da morte no referido espaço, embora já existam trabalhos que contribuem significativamente com as discussões sobre o tema, abarcando questões como a arte funerária, os testamentos e os ritos fúnebres (Santos, 2011; 2013; Silva e Medeiros, 2016). A opção de estudar a relação entre prestígio social e morte a partir de obituários publicados em tal espaço também ocorre pelo interesse de entender como, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos do século XIX, as atitudes diante da morte - especialmente no tocante às diferenciações por segmento social - assemelham-se ao que apresenta a bibliografia do tema. É importante ressaltar ainda que “sertão”, aqui, é entendido como um recorte espacial simbólico (Neves, 2003) o qual é visto

enquanto construção histórica atribuída a diferentes e variados lugares, trazendo à tona narrativas espacializantes entre litoral e interior, entre o mundo rural e suas conexões com o urbano. No plural, eles são espaços vividos, recheados de tensões e disputas políticas, ideológicas e teóricas (Rodrigues, Santos e Albuquerque Júnior, 2024, p. 7).

Desse modo, é importante frisar que os dados deste artigo tratam especificamente do sertão nordestino, embora possam não ser exclusividade desse espaço, já que “sertão” constitui uma

categoria atribuída a diferentes espaços e tempos pode nos ajudar a desnudar os ritmos e as nuances das atitudes perante a morte em contextos diversos, indicando experiências singulares, rupturas e continuidades nos muitos brasis construídos entre sertões secos e molhados, de rios e florestas, frios e quentes, de conflitos e resistências (Rodrigues, Santos e Albuquerque Júnior, 2024, p. 21).

Quanto ao período selecionado, primeiramente, trata-se do interesse pelo século XIX, investigando-se essa prática em um momento no qual a morte ainda não se encontrava na situação de interdito, como aponta a historiografia. Além disso, dado o interesse em observar como os obituários eram apresentados na imprensa periódica, as fontes obtidas por meio de consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional contemplam esse recorte específico.

Estando assim justificada a problemática da pesquisa e seu recorte, o texto foi estruturado apresentando, inicialmente, uma contextualização sobre o período estudado, em especial quanto às práticas e representações da morte no Brasil do século XIX. Em seguida, realiza-se a análise e discussão das fontes, mostrando-se como a elaboração discursiva dos obituários de periódicos que versam sobre falecidos ligados a pequenas cidades sertanejas norte-rio-grandenses buscavam reforçar o prestígio social de pessoas com uma determinada condição socioeconômica, tanto a partir de uma perspectiva de demonstração pública do sofrimento de pessoas próximas ao falecido, como também fazendo-se usos políticos do espaço do obituário. Por fim, apresenta-se a discussão final, destacando-se a intenção de demonstrar o potencial de fontes da imprensa periódica para o estudo da história da morte nos sertões.

A morte no Brasil do século XIX

Do ponto de vista ocidental, Philippe Ariès (2012) declarou que, a partir do século XVIII, a morte tornou-se algo exaltado, dramatizado e até mesmo desejado, embora, ao mesmo tempo, as pessoas estivessem se ocupando menos de sua própria morte. Porém, atualmente, existem discussões a respeito dessa afirmação. Na historiografia brasileira sobre o tema — a exemplo dos autores citados ao longo deste artigo —, é presente o entendimento de que, no século XIX, as pessoas mantinham essa atenção, como mostram as investigações de fontes como os testamentos. De todo modo, mesmo no caso do trabalho citado historiador francês que fala dessa menor ocupação, há a percepção acerca de uma preocupação com a morte do outro que, para ele, assume as seguintes características: “[...] romântica, retórica, é antes de tudo a morte do outro - o outro cuja saudade e lembrança inspiram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e dos cemitérios” (Ariès, 2012, p. 66). Portanto, é relevante compreender como, no Brasil, esse modo de perceber a morte pode ter influenciado a elaboração dos obituários na imprensa periódica.

João José Reis (1991), ao estudar as práticas relacionadas à morte no Brasil do século XIX, destacou a existência de um catolicismo lúdico, espetacular e barroco, que seria, para o autor, “[...] o principal veículo de celebração da morte” (Reis, 1991, p. 70). Esse aspecto apresenta uma relação com a concepção europeia, resultando em funerais caracterizados pela pompa, especialmente tratando-se de pessoas com boas condições financeiras (Reis, 1991, p. 74). Na Inglaterra, por exemplo, o retorno da pompa relacionada à morte nesse período — que não costumava ser frequente devido à tradição protestante instaurada no país —

significou um tipo de julgamento do morto pela sociedade, refletindo-se, inclusive, na expansão do mercado funerário inglês (Reis, 1991, p. 80).

O historiador baiano também destaca a preocupação existente nessa época quanto ao que nomeia como “formas de bem morrer”, oriunda da influência de portugueses e africanos que tinham “[...] a concepção moral de que bons e maus mortos teriam destinos diferentes” (Reis, 1991, p. 90). A boa morte seria, então, uma concepção de preparação para a hora da morte, concepção essa desenvolvida a partir de um interesse em cuidar bem dos mortos que, segundo o autor, parte de uma crença comum em muitas sociedades quanto à necessidade de cumprimento de ritos funerários para que o falecido seja integrado de maneira adequada ao mundo dos mortos, acreditando-se em sua capacidade de “[...] interceder pelos vivos junto aos deuses, inclusive facilitando-lhes a futura incorporação na comunidade dos mortos” (Reis, 1991, p. 90). Como mostra Claudia Rodrigues em sua obra “Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro” (1997), mesmo no século XIX, quando o saber médico contribuiu para as transformações nas práticas de sepultamento cristãs trazidas pelo colonizador, isso não significou uma ausência de preocupação e investimentos simbólicos e materiais com relação aos mortos; significou, na verdade, sua rejeição às instâncias da esfera privada. Os ritos passaram a ser mais privados, embora mantendo-se práticas como a busca dos sacramentos e a encomendação do defunto, estas ligadas às tradições católicas (Rodrigues, 1997, p. 257).

Essa preocupação resultava em ritos fúnebres de caráter religioso, voltados para garantir que a alma do morto não ficasse penando pelo mundo dos vivos (Reis, 1991, p. 114-115), bem como em práticas que objetivavam honrar a memória do falecido, resultando, inclusive, em gastos financeiros significativos. Exemplos que podem ser citados são os gastos envolvidos no anúncio da morte e na preparação para o velório. Destacam-se especialmente a decoração para o luto conhecida como “armar a casa” (Reis, 1991, p. 128); a “missa de notícia” para avisar da morte e a encomenda de cartas-convite (Reis, 1991, p. 128), ressaltando-se que “[...] sobretudo a partir da Independência, apareceram as cartas impressas, que se tornaram produtos frequentes [sic] em anúncios de jornais” (Reis, 1991, p. 129). Juliana Schmitt (2022) aponta que o próprio vestuário de luto, norteador no século XIX por rigorosas normas influenciadas pela era vitoriana, também era uma maneira de honrar a memória do morto:

A praxe era adotar um vestuário adequado imediatamente após um falecimento, mas vestir-se de preto era o mínimo que se esperava nessas circunstâncias. A etiqueta social tentava prever exatamente o que podia ou

não ser usado, as cores permitidas e a proibidas, os materiais adequados e os rejeitados, de acordo com o grau de parentesco com o falecido, vínculo que também servia para estimar o tempo de duração do luto. A preocupação não era apenas em desobedecer às regras de sociabilidade, mas ofender a memória do morto (Schmitt, 2022, p. 267).

É pertinente citar ainda os apontamentos de Claudia Rodrigues (2005) na obra “Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)” a esse respeito, pois, para a autora, a secularização observada no processo de criação dos cemitérios públicos no século XIX não representou ausência de preocupação com a morte. É verdade que esse processo gerou uma tensão, pois os cemitérios, embora fossem espaços públicos, ainda apresentavam alguma influência religiosa, uma vez que contavam com o ato da bênção. Por outro lado, havia a reserva de espaços não bentos para o sepultamento de não católicos.

Estudando o assunto especificamente na região do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, Alcineia Rodrigues dos Santos (2011) também identificou esse tipo de atitudes nesse recorte espacial, no período em questão. Por exemplo, para a autora, a “[...] preocupação com o bem morrer foi um dos fatores determinantes da existência das irmandades no Seridó” (Santos, 2011, p. 61), sendo elas responsáveis, nesse contexto, pela garantia de uma “boa morte” para muitos. Além disso, a historiadora aponta também a relação entre as pompas fúnebres e o prestígio social almejado:

O comparecimento dos parentes e amigos, além dos sacerdotes, era uma importante fonte de orações pelas almas dos falecidos. Além disso, não se dispensava o dobre dos sinos das igrejas, como uma forma de anunciar o cortejo e, assim, demonstrar o prestígio do defunto. Essa estrutura variava de acordo com as posses do moribundo, diferenças que se percebiam pela pompa fúnebre (Santos, 2011, p. 62).

Em outro texto, Santos (2013) também relaciona essa relação entre as pompas fúnebres — ligadas ao catolicismo — e as relações sociais, demonstrando como a morte era, de fato, um importante aspecto da vida social no século XIX:

No período que compreende o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a população do Seridó tinha todo um cuidado com a organização da morte. Esta coexistia instalada no seio de sua vida social. A difusão da idéia cristã que guarda a felicidade no além propiciava certa proximidade com a morte, tornando ao mesmo tempo assustosa e intimamente familiar. Essa cultura, no entanto, começa a se transformar no ano de 1856, devido à incidência de surtos epidêmicos em toda a capitania do Rio Grande do Norte (Santos, 2013, p. 49).

Em suma, vê-se com esses exemplos que, no século XIX, as famílias “[...] se esforçavam por fazer dos enterros de seus membros um importante acontecimento social”

(Reis, 1991, p. 129), a ponto de observar-se que o desejo pela pompa fúnebre era “[...] registrado nos testamentos de um grande número de pessoas, situadas em vários níveis sociais” (Reis, 1991, 152).

A partir disso, compreende-se que é possível relacionar os obituários da imprensa periódica aos intentos de prestígio social associado à honra da memória do morto, razão pela qual se apresenta, em seguida, a análise de alguns exemplos que corroboram essa hipótese no recorte espacial aqui abordado.

Demonstrações públicas de sofrimento ligado ao luto nos obituários

Partindo do ponto de vista sociológico, Deyvid Santos Moraes (2020) estudou obituários contemporâneos e ressaltou que “[...] não são fatos aleatórios que constituem a identidade escrita no obituário, mas sim um manejo para que as informações não revelem grandes contradições sobre a pessoa” (Moraes, 2020, p.79). Desse modo, vê-se que, para analisar esse tipo de fonte no contexto do período ora analisado, é necessário ter em conta as intencionalidades por parte de quem as elabora — os obituaristas — e de quem encomenda sua publicação — geralmente os familiares do morto —. Ou seja, trata-se de pensar esses textos enquanto um suporte para a memória do morto, no contexto de continuidade com a preocupação em prestar homenagens e legar uma memória positiva em relação à pessoa falecida. Com a secularização dos cemitérios, as pompas fúnebres passaram por um processo de diminuição e a relação com os mortos passou a assumir um caráter mais privado. Nesse contexto, os obituários publicados em jornais podem ser vistos como uma forma de tornar público o luto e a memória do morto. Tal noção dialoga com o que diz a historiografia que aborda o uso da imprensa como fonte e objeto de investigação histórica, a qual resalta a importância de entendê-la como força social ativa e, por isso, considera-se necessário relacioná-la ao campo de lutas sociais do qual é parte (Cruz e Peixoto, 2007).

Ao buscar os obituários publicados no século XIX nos sertões do atual estado do Rio Grande do Norte na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, obteve-se acesso a jornais publicados diretamente a partir de cidades sertanejas, bem como alguns da Capital Natal, nos quais pessoas do interior também encomendavam publicações obituárias que circulavam por boa parte da província e, posteriormente, estado². Entende-se que observar essas publicações demonstram a semelhança de práticas dos grandes centros urbanos nas áreas interioranas do país. O fato de que ocorrem publicações em jornais da capital podem significar também o

² Observação feita considerando-se a mudança na nomenclatura de províncias para estados após a Proclamação da República, ocorrida em 1889.

interesse em maior alcance e circulação dos obituários, demonstrando a preocupação de amigos e familiares do morto em publicizar seu luto e a memória do falecido. Assim, a discussão sobre o que se observou nos obituários estudados versará sobre dois aspectos que se destacaram em sua análise: as demonstrações públicas de sofrimento ligado ao luto, bem como o reforço do prestígio social dos falecidos de acordo com sua posição social e vínculos políticos.

Quanto ao primeiro aspecto, nos textos cujo conteúdo é marcado pelo tom emotivo e pessoal, parece existir uma necessidade de demonstrar o sofrimento do luto publicamente. Trata-se, portanto, de obituários nos quais as notas de falecimento ou convites para missas fúnebres são acompanhadas da descrição do sofrimento de pessoas próximas que encomendam essas publicações.

Cabe citar alguns exemplos. Inicialmente, há os casos de familiares que publicam nos jornais seus desabafos sobre o luto que vivem, como é o caso da publicação referente aos sentimentos de Miguel Ferreira de Mello sobre a morte de seu pai, o tenente Francisco Ferreira de Mello, falecido na província de Pernambuco em 1867, encontrada no periódico O Assuense:

Sim, meu chorado pai, a hervada setta que ulcera o magoado coração do teu amargurado filho aniquilado pelo frio sôpro [sic]³ do tempestuoso aquilão do azar, é duplo o seu efeito: ella fere-me o material involucro cravando a agudesa de sua extremidade na séde do meu coração perpetua separação deste mundo todo illusão, e d'ahi penetra mo n'alma com igual impiedade (O Assuense, 11/09/1867, p. 3).

Nota-se no trecho acima o tom pesaroso e pessoal do conteúdo da publicação. Esse tom é observado nos demais exemplos observados nos obituários desse tipo, quer dizer, encomendados por familiares que buscam publicizar o luto. Outro exemplo que reforça isso, também proveniente da cidade de Assu, trata-se do desabafo de uma filha sobre a morte de seu pai, o alferes Manoel Fernandes de Souza, em 1877. O texto acompanha o informe sobre a missa que a família mandara rezar em sua memória, bem como dedicando-lhe os seguintes versos, de autoria não indicada: “Dorme! — tuas noites perturbar não quero; Deixa que espalhe apenas sobre a lousa/ Estas flores mirrhadas que bem mostram/ Minha dor e saudade” (Brado Conservador, 16/02/1877, p. 4).

³ Considerando-se as diferenças da ortografia do século XIX em relação à atual, bem como observando-se casos em que a fonte apresenta alguns detalhes que parecem constituir equívocos de digitação, optou-se por não utilizar ao longo de todas as citações diretas a expressão *sic* para sinalizar erros ortográficos nos textos das fontes. Portanto, o artigo segue citando-os tal como aparecem no documento e recomenda-se ao leitor que considere os aspectos aqui apontados.

Mas as demonstrações públicas de sofrimento nos jornais não se restringiam apenas à família. Na Gazeta do Natal (29/08/1888, p. 3), por exemplo, consta homenagem feita por um homem chamado Manoel Virgolino, residente em Mossoró, para seu amigo, o comerciante Francisco da Silva Nobre, pernambucano que viveu no Rio Grande do Norte desde a infância e faleceu em Natal, em 1888. Publicar homenagens fúnebres em jornais parece também ter sido uma maneira de amigos afastados geograficamente expressarem suas condolências diante da impossibilidade da presença física na ocasião da morte de alguém. Note-se que o autor do texto estava em Mossoró e o publicou em um jornal natalense, possivelmente para que pessoas próximas do falecido tivessem acesso à publicação. Outro caso que demonstra isso é proveniente da Cidade do Príncipe, atual município de Caicó: O Capitão Januncio S. da Nóbrega publicou no jornal O Povo (03/04/1892) um convite para missa encomendada para as almas de seu colega falecido, Joaquim Francisco de Vasconcellos, bem como do filho deste, João Epaminondas de Vasconcellos. No texto, o Capitão também informa a causa trágica da morte de João Epaminondas de Vasconcellos, que fora assassinado em Fortaleza, bem como informa que o pai do jovem prestara serviço militar na Cidade do Príncipe entre 1864 e 1877. Pelo conteúdo da mensagem, percebe-se que a intenção é homenagear pai e filho devido à passagem dessa família pela cidade em determinado período, razão pela qual o Capitão encomenda a missa e a anuncia no jornal, lembrando as contribuições do militar àquela sociedade. Além da consideração do colega de profissão em demonstrar seu pesar pelo falecimento de outro militar e seu filho, nota-se também que a homenagem também apresenta a característica de ser associada à posição social do falecido, nesse caso, sua profissão. Tal aspecto é discutido na seção seguinte deste artigo, a partir de outros exemplos semelhantes.

Além disso, encontrou-se também um longo discurso fúnebre que fora publicado após ser lido em um sepultamento. Trata-se do discurso realizado por um professor de Pau dos Ferros, Joel Ely Peixoto de Brito, na ocasião do sepultamento de seu amigo, o tabelião daquela cidade, Francisco da Costa Passos. O trecho a seguir demonstra o tom emotivo e pesaroso do texto:

Eu deixo de parte os prazeres ephemeros, que perfumão as estações sedutoras, os risos festivos da mocidade louca, embriagada pelas delícias dos praseres; esqueço tudo diante deste lugubre apparatus de consternação e luto que recorda mais uma existencia perdida, mais uma família entregue a amargura e ao pranto (Correio do Natal, 10/06/1880, p. 4).

Vale ressaltar que o discurso fúnebre, no ato do sepultamento, constituía uma das pompas relacionadas à hora da morte. Sua publicação permite observar que essas

demonstrações não eram restritas ao obituário que informava o falecimento de alguém, podendo estender-se como outra forma de demonstração de pesar após os ritos fúnebres. Por isso, publicar o discurso no jornal também poderia ser visto como uma maneira de publicizar o luto e a memória do falecido.

A historiografia apresenta alguns apontamentos que podem explicar esse tipo de prática. Michel Vovelle (1991) escreveu sobre a existência de discursos organizados sobre a morte, percebendo-os como algo que segue transformando-se ao longo do tempo e indicando a possibilidade de estudá-los por meio de diferentes fontes ligadas à mídia, onde podem ser incluídos os jornais. No caso dos obituários que, para o sociólogo Deyvid Santos Morais (2020) estão ligados aos anseios de uma sociedade e refletem o lugar social da morte, nota-se que os textos que demonstram o sofrimento de pessoas próximas do falecido são perpassados por intencionalidades ligadas à honra e prestígio não apenas deste, mas também de si próprios — destacando-se nisso a família —, bem como refletem os valores sociais associados à morte:

O obituário reúne a história do indivíduo, mas também de valores coletivos, um encontro não somente com as normas da escrita e do jornalismo, mas também com as necessidades sociais vigentes em sua época. Anterior ao estabelecimento da imprensa como principal veículo de comunicação e circulação de informações no ocidente, a prática de relatar os mortos pelo que viveram se encontravam em outras produções, como na literatura e nas artes visuais. Os epitáfios, por exemplo, antecedem e coexistem com o obituário como objeto de representação e dos anseios da lembrança da vida após a morte (Morais, 2020, p. 71).

Também há a questão da tradição de que a morte fosse um acontecimento público, existente no Brasil até o século XIX, quando passa a se transformar gradualmente em algo de caráter privado, como escreve Kelly Chaves Tavares (2019) sobre esse período: “[...] a morte ainda é um lócus de observação do fenômeno do nascimento da intimidade burguesa, da individualização do homem burguês que ainda contém nos seus hábitos de vida interligados com a vida pública” (Tavares, 2019, p.135). Esse aspecto relacionava-se, inclusive, ao dever de honrar a memória do falecido, o que explica a intenção de demonstrar o luto desde as pompas fúnebres no velório e sepultamento, até os obituários. Philippe Ariès (2012) mostra que, desde a Antiguidade, a preocupação com a memória do morto é observada em práticas como as inscrições funerárias na Roma antiga, as quais significavam “[...] o desejo de conservar a identidade do túmulo e a memória do desaparecido” (Ariès, 2012, p. 62). Ainda segundo esse autor, elas reaparecem a partir do século XII, associadas a personagens ilustres, demonstrando a presença dessa prática especialmente nos segmentos sociais de maior poder aquisitivo. O sentido romântico observado pelo historiador francês, mencionado no início

deste artigo, também contribui para entender esse aspecto, uma vez que corrobora uma exaltação da morte do outro — “[...] o outro cuja saudade e lembrança inspiram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e dos cemitérios” (Ariès, 2012, p. 66).

O “culto da memória” do qual Ariès (2012) fala, está relacionado à um momento histórico em que o luto, visto como algo necessário, era vivido publicamente, refletindo-se em práticas como os textos ora analisados e que, provavelmente, além de certa “obrigação” social, também constituía uma maneira de lidar com o sofrimento diante da perda de entes queridos no século XIX. Não à toa, autores como o próprio Ariès (2012) e Juliana Schmitt (2023) veem como algo problemático a transformação pela qual a ideia de luto tem passado atualmente no Ocidente, observando-se uma ausência de rituais que, diferentemente do que ocorria nas práticas estudadas do século XIX, serviam para “[...] dar ordem, sentido e coerência à morte” (Schmitt, 2023, p. 38), demonstrando um interesse de não “[...] despachar nossos mortos apressadamente, como se coisa inútil fossem” (Schmitt, 2023, p. 38). No entanto, vale ressaltar que existem autores como Tony Walter (2012), para quem a ritualização continua existindo, embora passando por transformações significativas. Este autor britânico defende que a espiritualidade, atualmente, é compreendida mais amplamente, para além das religiões institucionalizadas, abrindo caminho para outras formas de expressões que aparecem na contemporaneidade em relação à morte:

O ponto de referência na morte, assim como na vida, não é mais Deus, mas o homem – a morte é vista como o fim da vida da pessoa, e não como o início de uma vida no céu, e após a morte somos exortados a cuidar da dor do enlutado, e não da alma do falecido. Aqueles que têm fé são livres para crer e agir de outra forma, mas tais crenças e práticas precisam ser privadas e não são mais a base – exceto no funeral – de instituições públicas. Mas o quadro não é preto no branco: a morte moderna é caracterizada tanto pela acomodação quanto pela tensão entre ideias religiosas e processos seculares e racionais; o novo discurso da espiritualidade, por exemplo, pode tanto secularizar o morrer quanto reencantá-lo (Walter, 2012, p. 133).

Assim, cabe frisar o quanto os obituários aqui analisados falam da compreensão reforçada socialmente sobre a morte entre meados e fins do século XIX, uma vez que, como aponta Fernando Catroga (2010), os discursos sobre a morte sempre falam de e sobre os vivos. Portanto, pode-se concluir que as demonstrações públicas de luto por parte de familiares e amigos nos obituários estão relacionadas à continuidade na preocupação com a morte, publicização do luto e homenagens à memória do morto no Brasil do século XIX, que assume diferentes formas diante do processo de secularização que ocorreu a partir da influência do discurso médico e higienista. Percebe-se que a tensão resultante da influência de

um discurso de cunho mais racional sobre a morte contribuiu para que fossem abertos caminhos para diferentes expressões individuais, com “o fim do padroado, a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de culto, a implementação do casamento civil e da secularização dos cemitérios” (Rodrigues, 2005, p.154). Nesse cenário, os obituários publicados nos periódicos eram um espaço pertinente para expressão do luto de forma pública, onde era possível manifestá-lo com enfoques diversos, como o prestígio social, as características da personalidade do morto, os sentimentos da família e amigos enlutados e até mesmo as ideias defendidas pelo falecido e seus entes próximos, como observado nos casos que fazem menção ao seu posicionamento político, analisados mais a frente.

Ao se pensar nas razões para essa publicização do luto dos parentes e amigos, bem como da elaboração de um discurso que busca enaltecer a memória do morto, cabe lembrar, com amparo teórico de Fernando Catroga (2010), o quanto morte e memória são próximos. Discutindo os ritos fúnebres como uma poética da ausência, o historiador português os enxerga como “[...] acto social de exorcização da morte e de restauração da ordem” (Catroga, 2010, p. 165) cuja existência pode ser entendida em razão de que a sociedade também é movida “[...] por um desejo de eternidade. E, como ela se sente e quer ser imortal, é-lhe igualmente inaceitável que os seus membros — e, mais dramaticamente, aqueles que a encarnam e com quem ela se identifica — estejam destinados a desaparecer (Catroga, 2010, p. 165). Relacionar tal compreensão com os textos dos obituários implica pensar no quanto havia, nessas publicações, um desejo de memória, tanto quanto em outros signos funerários como o epitáfio e as fotografias fúnebres, pois, como afirma Catroga: “Todo o jogo do simbolismo funerário parece apostado em edificar memórias e em dar uma dimensão veritativa ao ausente” (Catroga, 2010, p. 168).

Desse modo, compreende-se existir nos obituários a percepção de um dever de honrar a memória do ente querido falecido, além de ser essa uma das formas de lidar com a perda de alguém próximo, cumprindo-se uma expectativa que não era apenas social e que também honrava a família, mas que era também parte do desejo de bem morrer de muitos. Significava, portanto, fazer o que entendia-se ser um benefício ao próprio falecido, que seria então lembrado.

Obituários que destacam a posição social e vínculos políticos do morto

Um aspecto que também chama atenção nas fontes refere-se ao modo como apresentam-se os obituários de pessoas cujas profissões eram consideradas de significativo prestígio social. Os casos encontrados nos periódicos consultados dizem respeito

especificamente às seguintes profissões: tabelião, comerciante, juiz, jornalista e notadamente militares de diferentes patentes, além de pessoas envolvidas com a política. Em geral, os textos enaltecem os falecidos com base em suas contribuições sociais, dadas por meio de sua ocupação.

Analisando alguns exemplos, veja-se o caso de um comerciante vinculado ao partido conservador de Assú, cujo informe de seu falecimento focaliza suas qualidades destacando especialmente seu êxito como comerciante (Brado Conservador, 18/01/1881, p. 1). Também é relevante a menção feita pelo jornal O Povo à morte do juiz e jornalista Luiz Ferreira Maciel Pinheiro, destacando-se no texto que seu falecimento deixara a imprensa brasileira de luto (O Povo, 23/11, 1889, p. 2). Novamente, percebe-se presente a noção de que o *status* social da profissão era visto como algo importante de ser mencionado individualmente na nota de falecimento.

Outro caso, proveniente de Martins, apresenta a notícia do falecimento do tenente Antonio Gomes Pinto, que morrera em sua fazenda. A Gazeta do Natal o apresenta como um “distinto e presado amigo”, e “chefe da importante família Gomes Pinto” (Gazeta do Natal, 29/11/1890, p. 3), apresentando pesares aos familiares, também mencionados citando-se seus postos, sendo dois dos filhos do falecido também militares — um capitão e o outro coronel — . Veja-se que, nesse caso, além da profissão, o jornal também destaca a relevância social da família do falecido.

A fim de demonstrar a intenção que os obituários apresentam nos casos ora tratados, note-se ainda a maneira como o periódico A Republica destacava, em 1897, o prestígio das posições sociais alcançadas por falecido de nome Simplicio da Costa Leite, de Apody:

O Apody, essa aprazível cidade sertaneja que teve a felicidade de abrigar o cidadão Simplicio pelo espaço de 73 annos, sobre-se hoje com o triste manto do luto. O homem que acaba de desaparecer de entre os vivos não era um indolente; os relevantes serviços por elle à família e à sociedade attestam o seu zelo e actividade e fizeram-no conquistar as mais elevadas posições sociaes, que existem no alto sertão. A sociedade apodyense soube pagar os serviços, acompanhando-o à sua última e eterna morada (A Republica, 24/09/1897, p. 3).

Por fim, cabe ressaltar também aqueles que apresentam comentários relacionados à esfera política, enaltecendo questões como cargos e vínculos partidários do falecido. Em um caso de um falecido de Assu, uma página inteira do Brado Conservador é dedicada à homenagem fúnebre para um político local, chamado Francisco Gomes da Silva, vinculado ao partido conservador. O texto destaca suas qualidades pessoais, algumas realizações como

político e mistura às condolências alguns comentários críticos ao que o autor do texto (não identificado) considera uma “balbúrdia” dos partidos políticos na época (Brado Conservador, 16/11/1880, p. 1). Em outro exemplo, tem-se uma relação do luto com a política de maneira impessoal, sem tratar-se de uma nota de falecimento de alguém específico, mas sim de uma notícia sobre a ocorrência de mortos em conflitos políticos. Trata-se de uma notícia que, apesar de relacionada a fatos ocorridos no estado do Ceará, foi veiculada em Caicó⁴ no periódico O Povo. Nela, o jornal noticia as tensões políticas vividas no estado vizinho, quando ocorriam tentativas de depor o então governador General Clarindo de Queiroz, descrevendo embates violentos e citando-os como causa de “luto e terror na família Cearense” (O Povo, 06/03/1892, p. 1) por ser, segundo o jornal, incalculável o número de mortos e feridos.

Assim, percebe-se que as publicações referentes ao luto em torno da morte de pessoas vinculadas à política também serviam para reforçar determinadas ideias associadas ao grupo político ao qual o morto era vinculado. Note-se que, nos exemplos citados no parágrafo anterior, é possível identificar o teor politizado dos próprios periódicos em questão. No primeiro caso, o próprio nome do jornal Brado Conservador revela o posicionamento político ao qual estava vinculado. Já no jornal O Povo, conforme explica Marcos Fernandes de Oliveira (2023), tratava-se de um periódico cujos propósitos eram “explicitamente políticos, sobretudo combatendo as concepções do partido conservador e defendendo às predileções do partido liberal” (Oliveira, 2023, p. 13). Segundo o mesmo autor, a postura dos articulistas desse jornal seridoense vinculava-se aos ideais de modernidade e progresso, percebendo-se que até mesmo ao tratar-se do tema da morte e do luto, realizava-se, no caso do exemplo citado, um julgamento político dos fatos. Isso porque, ao imporem a si próprios um papel na construção e no desenvolvimento social da região, esses articulistas dispunham-se “ao mesmo tempo, a ocupar o lugar de ‘juiz’ e de ‘preceptor’ da sociedade, em uma posição de observador da sociedade que partiria ‘de cima para baixo’” (Oliveira, 2023, p. 15).

Percebe-se então que o conteúdo desse tipo de obituário apresenta uma nítida intenção de destacar o falecido como alguém que legou uma contribuição social e cuja partida representaria uma perda não só para as pessoas próximas, mas para a comunidade, como percebeu também Moraes (2020) nos obituários que analisou. Assim, esses textos são vistos por esse sociólogo como uma escrita que busca gerar a percepção de que a morte da pessoa em questão “[...] reivindique uma manifestação de pesar nos leitores em geral” (Moraes, 2020, p. 71). No contexto das transformações ligadas à secularização ocorrida ao longo do século

⁴ Trata-se do mesmo periódico publicado na antiga e já citada Cidade do Príncipe, porém, constando a mudança no nome do local para Caicó na data da referida publicação.

XIX, percebe-se então, com esses exemplos, que não apenas o discurso religioso tem espaço na formulação da memória do morto, notando-se a existência de intencionalidade associadas à elaboração de uma imagem do indivíduo e sua contribuição social a partir de sua profissão, relacionando-se às práticas que demonstram como a hora da morte é também uma hora de frisar a posição social de quem falece, como aponta Michel Vovelle (1991):

Apesar do que repetiram as velhas artes de morrer ou as danças macabras sobre a morte niveladora e equalizadora, que reduz todos os homens ao mesmo destino, nada há de mais desigual ou desigualitário do que a última passagem. Os vestígios que ela deixa são testemunhos para os ricos, porém muito menos para a massa anônima dos pobres (Vovelle, 1991, p. 137-138).

Assim, a intenção de distinguir a posição social da pessoa falecida demonstra a existência de “[...] diversas negociações entre honra, segredos e reputação” que “[...] estão de modo mais ou menos enviesados às expectativas que os outros desconhecidos fazem do falecido” (Morais, 2020, p. 76). Essas negociações caracterizam uma atitude diante da morte que enaltece não apenas o prestígio do indivíduo, mas também da família:

O elemento da honra perpassa pelo prestígio social familiar, contudo, é um conceito útil pois vai além e indica também seu caráter individual de conduta, enquanto o prestígio remete ao reconhecimento coletivo. A família (e não apenas o morto) será homenageada, para tanto, as narrativas operam sob a honra, não a honra aristocrática ou da realeza, mas fortemente ligadas a conduta do falecido e de emoldurar posições sociais ocupadas. Isto ocorre, pois, a família não só permite que as informações sejam compartilhadas, como passam também a responder por elas (Morais, 2020, p. 76).

À guisa de conclusão sobre o aspecto descrito nesta seção, nota-se que a intenção de honrar a memória do falecido também apresenta relações com a posição social e política do indivíduo. Relacionado a isso podem estar também os interesses dos próprios periódicos, assim como os da família, servindo como uma maneira de distinguir o morto para além de suas características pessoais, como fazem os obituários que versam sobre o sofrimento de quem vive o luto, os quais focalizam as qualidades pessoais do morto enquanto um familiar ou amigo estimado. Aqui, os destaques para vínculos políticos e posições sociais alcançadas enaltecem as contribuições dadas pelo falecido à sociedade, sob o ponto de vista de quem publica tais obituários.

Considerações finais

A análise dos obituários em comento neste artigo revelou o potencial desses documentos como uma importante fonte para a compreensão de práticas sociais relacionadas

à morte, especialmente no recorte espacial dos sertões, na segunda metade do século XIX. Em geral, percebe-se que esses textos apresentam em comum a intenção de destacar aspectos positivos da personalidade ou das contribuições à sociedade legadas pelo morto, constituindo, portanto, um discurso que busca reforçar uma noção de prestígio social da pessoa falecida ao reafirmar a dor do luto vivido pelas pessoas próximas, como também ao sinalizar a morte de um indivíduo como uma perda para a comunidade. Assim, observa-se uma prática que demonstra a maneira de pensar a morte e o luto no Brasil do século XIX, relacionada à uma noção de serem consideradas necessárias as demonstrações públicas de luto, bem como o dever de honrar a memória do morto. Em razão disso, os jornais tornaram-se espaços nos quais essa prática foi amplamente desenvolvida, especialmente por segmentos sociais privilegiados da época.

Portanto, pode-se afirmar a possibilidade de estudar a história da morte a partir do que se publicava, em diferentes épocas, na imprensa periódica a respeito desse tema. Os obituários destacam-se quanto a isso, mas não são a única possibilidade. Inclusive, considerando-se o fato de apresentarem informações acerca de pessoas com uma condição social que permitia a possibilidade de ter um obituário publicado, nota-se uma limitação da fonte para quem decide estudar as práticas das camadas populares da população brasileira no século XIX. Todavia, nos jornais, também podem ser estudados aspectos como, a título de exemplos nos âmbitos econômico e cultural, o comércio de artigos fúnebres e as crônicas que fazem referência à morte e ao luto. Tais possibilidades auxiliam a compreender tanto os aspectos pragmáticos, bem como o imaginário em torno da morte.

Por fim, reforça-se a relevância de mais estudos sobre a história da morte, em diferentes épocas e a partir de diferentes fontes, especialmente considerando o contexto ocidental no século XXI de sua interdição como um assunto tabu na vida cotidiana (Schmitt, 2023). Nesse sentido, falar da morte a partir de uma perspectiva histórica pode ajudar a compreender que, sendo ela histórica, essa atitude de interdição observada atualmente pelos estudiosos do tema pode ser modificada. Ademais, no âmbito específico da história dos sertões, este tema pode ser relacionado também aos aspectos da historicidade desse recorte, tais como seus conflitos sociais e políticos específicos, bem como as questões ambientais, auxiliando a compreender como se deu, no sertão nordestino, a elaboração de práticas culturais específicas diante da morte.

Fontes

A PEDIDO. **Correio do Natal**. Natal, 10 jun. 1880, n. 68, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=822493&Pesq=luto&pagfis=72>. Acesso em: 28 maio 2025.

A SENTIDA MORTE DE MEU PATRÍCIO, COLLEGA E ESPECIAL AMIGO FRANCISCO DA SILVA NOBRE. **Gazeta do Natal**. Natal, 20 ago. 1888, n. 69, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721166&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=259>. Acesso em: 28 maio 2025.

COSTA LEITE. **A República**. Natal, 23 set. 1897, n. 191, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138924&pesq=luto&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=81>. Acesso em: 28 maio 2025.

FALLECIMENTO. **Gazeta do Natal**. Natal, 29 nov. 1890, n. 194, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721166&pesq=f%C3%BAnebre&pasta=ano%20189&pagfis=718>. Acesso em: 28 maio 2025.

JOAQUIM FRANCISCO DE VASCONCELLOS E JOÃO EPAMINONDAS DE VASCONCELLOS. **O Povo**. Cidade do Caicó, 03 abr. 1892, n. 14, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767611&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=536>. Acesso em: 28 maio 2025.

MACIEL PINHEIRO. **O Povo**. Cidade do Príncipe, 23 nov. 1889, n. 38, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767611&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=125>. Acesso em: 28 maio 2025.

NOTÍCIAS - ESTADO DO CEARÁ. **O Povo**. Cidade do Caicó, 06 mar. 1892, n. 10, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767611&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=519>. Acesso em: 28 maio 2025.

O CAPM JOSÉ GOMES DE AMORIM. **Brado Conservador**. Cidade do Assu, 18 jan. 1881, n. 83, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713953&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=285>. Acesso em: 28 maio 2025.

O DOUTOR FRANCISCO GOMES DA SILVA. **Brado Conservador**. Cidade do Assu, 16 nov. 1880, n. 80, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713953&pesq=luto&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=273>. Acesso em: 28 maio 2025.

RECORDAÇÕES E SAUDADES. **O Assuense**. Cidade do Assu. 14 set. 1867, n. 25, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817350&pesq=f%C3%BAnebre&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25>. Acesso em: 28 maio 2025.

UMA LAGRIMA. **Brado Conservador**. Cidade do Assu, 16 fev. 1877, n. 18, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713953&pesq=luto&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25>. Acesso em: 28 maio 2025.

Referências bibliográficas

ARIÉS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **Artcultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 13 set. 2025.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MORAIS, Deyvid Santos. Entre obituários, honra e segredos: um olhar sobre as possibilidades de campo no espaço biográfico. **Emblemas**, Catalão, v. 17, n. 2, p. 70-82, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/emblemas/article/view/53196>. Acesso em: 22 abr. 2025.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Cultural. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p.153-162, mai. 2003. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3940>. Acesso em: 28 dez. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Fernandes de. Jornal “O povo”: cultura, poder e imprensa no Seridó Potiguar (1889- 1892). **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.118-133, mai-ago 2023.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Claudia; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, Cemitérios e Hierarquias no Brasil Escravista (séculos XVIII e XIX). **Habitus**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 3-19, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2478>. Acesso em: 11 set. 2025.

RODRIGUES, Claudia; SOARES, Marcio de Sousa. Sepulturas de escravos e a materialização da desigualdade diante da morte no Rio de Janeiro colonial. **Habitus**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 362-385, ago./dez. 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/13423>. Acesso em: 13 set. 2025.

RODRIGUES, Claudia; SANTOS, Cícero Joaquim dos; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (org.). **A morte e o morrer nos sertões do Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2024.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação dos cemitérios no Seridó, século XIX e XX**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. Cemitérios no Seridó, século XIX: construindo uma pesquisa. **Revista Inter-Legere**, Natal, v. 1, n. 12, p. 48-76, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4194>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SCHMITT, Juliana. Os tempos do luto em impressos brasileiros na segunda metade do século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 49, p. 263-283, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/88pKShJbnFkh6GyYJGVqzRS/#:~:text=As%20regras%20do%20vestu%C3%A1rio%20de,nem%20sempre%20concordavam%20entre%20si..> Acesso em: 23 abr. 2025.

SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2023.

SILVA, Victor Rafael Limeira da; MEDEIROS, Lucas Gomes de. Contos e prantos da memória sertaneja sobre os rituais fúnebres nas décadas de 30 a 60 do século XX. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, Coimbra, v. 16, n. 1, p. 497-518, jun. 2016. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_16_22. Acesso em: 28 maio 2025.

TAVARES, Kelly Chaves. Sobre a morte e o morrer no século XIX: um diálogo historiográfico com a modernidade. **Complexitas**: Revista de Filosofia Temática, Belém, v. 4, n. 2, p. 129-136, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/8056>. Acesso em: 27 abr. 2025.

VOVELLE, Michel. Sobre a morte. In:VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 127- 150.

WALTER, Tony. Secularization. In: PARKES, C.M.; YOUNG, W.(orgs). **Death and Bereavement Across Cultures**. Londres: Routledge, 2015, p. 133-148.

Submetido em: 29 maio 2025

Aceito em: 06 set. 2025

Domingo Faustino Sarmiento e a História Intelectual da Argentina no século XIX: a questão indígena em *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883)

*Domingo Faustino Sarmiento and the Intellectual History of Argentina in the 19th century: the indigenous question in *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883)*

Giovana Eloá Mantovani Mulza,¹ UEM

Resumo

Embora o *intelectual* seja uma “espécie moderna”, figuras eruditas tiveram um relevante papel nas letras e nas relações de poder na América Latina do século XIX. Seus textos vincularam-se com o contexto político e cultural que permeava a construção das nações latino-americanas no oitocentos. Uma relevante figura foi o político e escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), cujas ideias acerca da Argentina atingiram a opinião pública e tiveram ressonância na configuração história daquele país, sobretudo no que tange à trajetória dos indígenas. Em *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883), Sarmiento influenciaria o debate letrado e as políticas de tratamento das comunidades originárias usadas pelo Estado-Nacional argentino em construção. Além de pontuar aspectos do pensamento de Sarmiento, este estudo mapeará as conexões entre suas ideias, o contexto argentino e a questão indígena.

Palavras-chave: Domingo Faustino Sarmiento; História Intelectual; História da Argentina; Questão Indígena.

Abstract

Although the *intellectual* is a “modern species”, erudite figures played an important role in letters and power relations in 19th century Latin America. His texts were linked to the political and cultural context that permeated the construction of Latin American nations in the 19th century. A relevant figure was the Argentine politician and writer Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), whose ideas about Argentina reached public opinion and had resonance in the historical configuration of that country, especially with regard to the trajectory of the indigenous people. In *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883), Sarmiento would influence the literate debate and the policies for treating original communities used by the Argentine National State under construction. In addition to highlighting aspects of Sarmiento's thought, this study will map the connections between his ideas, the Argentine political context and the indigenous question.

Keywords: Domingo Faustino Sarmiento; Intellectual History; History of Argentina; Indigenous question.

Introdução

O *Intelectual*, segundo Carlos Altamirano (2006), é atualmente compreendido como um ator da vida pública cuja profissão envolve reflexões sobre o mundo. Essa noção aparece em diversas enciclopédias dos séculos XX e XXI, influenciando as definições em torno dessa

¹ Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Editora-Chefe Adjunto da Revista 29 de Abril (UEM); Bolsista CAPES; e-mail: gio_mantovani@hotmail.com

figura. A genealogia do conceito remete à França do final do século XIX, quando a noção de Intelectual foi difundida no debate público em função das peripécias acerca do caso Dreyfus, o qual suscitou intensos debates entre escritores e pensadores ocidentais em torno da inocência do militar. Apesar de o Intelectual ser uma figura moderna, como reiterou Altamirano (2006) em outras definições, figuras pensantes estiveram presentes em toda a trajetória humana. Foi o que buscou demonstrar o antropólogo Jack Goody (2009) com as sociedades sem-escrita, bem como o historiador Jacques Le Goff (2006) com certos personagens medievais. Embora possa ser anacrônico categorizar pensadores anteriores ao caso Dreyfus como Intelectuais, nada nos impede de compreendê-los como indivíduos que refletiram sobre o mundo e que buscaram difundir seu pensamento no meio social. Tratavam-se de sujeitos cuja vida pública influenciou os modos de pensar e entender a realidade, impactando nas decisões políticas e nos processos históricos de seu tempo.

Na América Latina do século XIX, Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi um importante e influente pensador e escritor argentino. Seus trabalhos – especialmente as obras *Facundo: Civilización o Barbárie* (1845) e *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883) – tiveram ampla repercussão entre os letrados latino-americanos, repercutindo, inclusive, nos meios eruditos europeus. Embora a atuação de Sarmiento seja anterior ao nascimento daquela “espécie moderna”, podemos categorizá-lo como um Intelectual que desempenhou um relevante papel nas letras argentinas. Membro da *Generación del 37*² e presidente argentino entre 1868 e 1874, Sarmiento atuou ativamente na educação argentina e redigiu livros de alcance continental. Nesse cenário, suas constantes viagens para a Europa e seu exílio temporário no Chile na década de 1840 seriam duplamente importantes para ampliar sua visão sobre a realidade argentina e, ao mesmo tempo, para dotá-lo de visibilidade entre os escritores estrangeiros (Altamirano, 2008).

A obra *Facundo* (1845) foi um marco fundamental no pensamento latino-americano na medida em que contribuiu para a difusão do binômio cidade-campo e na negatização dos indígenas nas sociedades americanas: o antagonismo entre a “civilização” – representada pelas cidades e pelo imigrante europeu – e a “barbárie” – personificada na figura dos nativos e

² A *Generación de 37* foi um movimento intelectual que reuniu diversos escritores, pensadores, filósofos e linguistas da Argentina das décadas de 1830 e 1840. Eles se reuniam em salões literários para debater temas que geravam inquietações naquele contexto de formação do Estado e da identidade argentina. Na tentativa de se afastar do legado colonial e de introduzir o país na “senda da civilização”, os membros desse movimento defenderam a criação de uma cultura argentina baseada nos pressupostos da cultura europeia e no repúdio aos elementos hispânicos. Foi por influência dessa geração de escritores que a Argentina de meados do século XIX lançou um intenso programa imigratório para atrair estrangeiros e repovoar o país com os representantes da cultura europeia (Shumway, 2008). Domingo Faustino Sarmiento foi um dos membros desse movimento intelectual.

dos *gauchos* e reunida no campo – influenciou diversos escritores e políticos da América Latina no século XIX, sendo uma das principais obras responsáveis por justificar programas imigratórios e, até mesmo, projetos de massacre de povos indígenas. Seu pensamento apareceu melhor sistematizado em *Conflicto* (1883), no qual o autor reafirmou e consolidou suas reflexões anteriores, conforme admitiu na própria introdução da obra. A figura de Sarmiento, dessa forma, é de fundamental importância para a reconstrução da História Intelectual da América Latina e para o entendimento de diversos eventos que marcaram o cenário político daquele subcontinente. Alguns estudiosos o encaixam na mesma categoria que autores como Estanislao Zeballos, que são tidos como idealizadores e promotores das genocidas Campanhas do Deserto – que culminaram no morticínio de milhares de indígenas no decurso do século XIX (Passetti, 2012; Souza, 2015).

Conforme pontua Jean-François Sirinelli (2008), a sistematização do campo da História Intelectual também consiste em algo recente. Seu advento foi reflexo das mudanças promovidas pela Escola dos Annales no início do século XX³ e teve como importante marco os debates sobre os Intelectuais franceses promovidos pela “Associação Francesa de Ciência Política” em 1857. Embora ainda ocupe um espaço em crescimento, a História Intelectual compreende um setor fundamental para o estudo das relações de poder e para o entendimento das relações entre as palavras e as coisas – parafraseando a ideia de Michel Foucault (2019). Nesse sentido, o presente trabalho busca adentrar no campo da História Intelectual da América Latina a fim de estabelecer algumas pontes entre o pensamento de Domingo Faustino Sarmiento – sobretudo através do livro *Conflicto* (1883) – e os eventos que permearam o cenário político argentino, especialmente no que tange ao tratamento violento promovido pelo Estado sobre as comunidades indígenas dos Pampas. Buscaremos demonstrar as aproximações do discurso de Sarmiento sobre os povos indígenas – dotado de tons pejorativos e depreciativos, como iremos recuperar – com os episódios de avanço militar sobre os povos do centro-sul na chamada Conquista do Deserto (1878-1885).

Cabe mencionar que o presente trabalho resulta de nossa pesquisa de Doutorado em vias de finalização, a qual dedica-se a estudar comparativamente a questão indígena na

³ A Escola dos Annales foi um grupo de renovação da ciência histórica que surgiu na década de 1920 na França. Ela derivou da Revista dos Annales, um periódico fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, cujo escopo dedicava-se aos estudos econômicos e sociais. Rompendo com os pressupostos da historiografia metódica do século XIX, a Escola dos Annales afastou-se das análises estritamente políticas acerca dos Estados e das figuras ilustres. Além de ampliar os horizontes historiográficos, o grupo realizou uma revolução documental dedicada a dar legitimidade para as fontes não-oficiais (BLOCH, 2001). Ao longo do século XX, a ciência histórica passou por diversas mudanças e ampliações que tiveram como referência a iniciativa dos Annales. O surgimento da História Intelectual é oriundo desse processo.

Argentina e na Colômbia na segunda metade do século XIX. O estudo também conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A formação da Argentina e os povos indígenas no século XIX

Durante o século XIX, a Argentina – assim como as demais nações da América Latina independente – dedicou-se a construir e a estruturar seu Estado-Nacional. Tal como ocorreu no processo de formação dos Estados Modernos europeus, conforme detalhou Lindson J. Tomass (1994) e Joseph H. Strayer (1997), a Argentina buscava centralizar suas instituições e formar uma identidade nacional unificadora. Tratava-se, como apresentou Mónica Quijada Mauriño (2003), de inventar as bases institucionais e identitárias do Estado-Nacional argentino, processo que perpassou a exclusão de diversos grupos e sujeitos que destoavam do projeto centralizador e homogeneizador. As preocupações em torno dessa pauta tornaram-se ainda mais frequentes na segunda metade do século XIX, quando a Argentina saiu de uma série de guerras civis e seus governantes passaram a implementar o plano construtivista. Foi nesse período que se criaram o Exército Nacional e a Justiça Federal, bem como se delineou um plano de imigração para atrair trabalhadores europeus (Gorostegui de Torres, 1992).

Na tentativa de formar uma identidade nacional argentina, diversos pensadores – muitos dos quais tiveram uma ativa vida política, como Bartolomé Mitre (1821-1906) – defenderam a importação de modelos culturais europeus. A ideia era formar um cidadão argentino a partir da agregação das melhores qualidades do sujeito ocidental, lapidando-o através da educação e da vinda de imigrantes. Conforme pontuaram Nicolas Shumway (2008) e Jorge Myers (2008), muitos escritores do século XIX apoiaram a noção de “caldeirão cultural”, segundo o qual a identidade argentina seria construída a partir da aglutinação dos preceitos da vida civilizada importada da Europa. É visível, por sua vez, que a tentativa de homogeneizar a identidade nacional a partir dessa importação pressupôs a exclusão da diversidade e da heterogeneidade que não se enquadrava nos padrões valorizados. Foi o caso dos *gauchos*, um extenso setor da sociedade argentina que habitava os campos e que era acusado pelo atraso nacional na época. Escritores como Domingo Faustino Sarmiento em *Facundo* (1845) e Estebán Echeverría em *El Matadero* (1838) foram fundamentais para a aproximação da figura do *gaucho* à barbárie e ao atraso, sobretudo porque cultivavam hábitos, costumes e valores distintos daqueles valorizados pela elite urbana portenha (Passetti, 2010).

Dentre os setores excluídos do projeto de construção cultural da Argentina, os indígenas receberam uma especial atenção dos escritores e políticos do século XIX. Afinal, as sociedades originárias que habitavam o atual território meridional da Argentina mantiveram

sua soberania da Coroa espanhola na era colonial e durante boa parte do século XIX (Mandrini, 2008). Tais comunidades haviam se fortalecido nas primeiras décadas do período independente e se organizaram em grandes Confederações Indígenas no alvorecer da segunda metade do século XIX – com destaque para a Confederação de Salinas Grandes e a Confederação Ranquel de Leuvucó. As fortes comunidades indígenas da região dos Pampas e da Patagônia, dessa forma, representavam um obstáculo para o projeto de expansão da autoridade estatal e para a criação de uma cultura argentina europeizada. Além do mais, diversos grupos protagonizavam ataques nas fronteiras e saqueavam gado e mulheres brancas⁴, ameaçando o poder das autoridades locais e prejudicando, no discurso oficial, o progresso da Argentina (Passetti, 2012). Grandes Confederações Indígenas preenchiam o extenso território meridional argentino e sua submissão ao poder estatal passou a ser vista como condição primordial para a superação da barbárie no país e para sua introdução na senda do progresso e da modernidade. O amplo poderio político e comercial daqueles grupos, como demonstrou Martha Bechis (1998), deveria ser aniquilado para o sucesso do programa de construção institucional e identitária do Estado-Nacional.

Para além do tema da soberania branca, a presença daqueles povos em um amplo terreno fértil foi vista como um verdadeiro desperdício para as crescentes elites agrárias. É preciso lembrar que a Argentina – assim como as demais repúblicas hispano-americanas do século XIX – estruturava sua economia a partir da produção e exportação de matérias-primas. A criação de gado e o cultivo de cereais – sobretudo o trigo – foram responsáveis pelo enriquecimento de um importante setor da sociedade que passou a deter cada vez mais poder e influência nas instâncias políticas. A expansão da fronteira e a anexação dos extensos territórios indígenas também foi vislumbrada como necessária para o fortalecimento da economia argentina. Acreditava-se que, sem as férteis gramíneas dos pampas, a Argentina não poderia alcançar ser plenamente integrada no mercado capitalista mundial (Gorostegui de Torres, 1992).

Com base nesse cenário, diversos escritores e políticos – muitos dos quais se encontravam imbuídos do racismo científico do século XIX – passaram a defender a conquista daqueles cacicados e a expansão das áreas agrícolas para os territórios indígenas. Durante a primeira metade do século XIX e até a década de 1870, a postura do governo argentino foi defensiva, a partir da qual poucos ataques militares foram lançados para a

⁴ Tais ataques eram chamados de *malones*. Tratavam-se de assaltos relâmpagos realizados nas cidades e povoados próximos às fronteiras com o território indígena. Os itens mais almejados pelos nativos eram cabeças de gado, cavalos e mulheres.

submissão dos cacicados. Nesse momento, o governo buscava conter os assaltos indígenas e negociar com as autoridades nativas em prol da pacificação das fronteiras. Essa postura defensiva e conciliadora foi consequência de 2 aspectos. Primeiramente, as constantes guerras civis que permearam as primeiras décadas do período independente impediram o deslocamento das forças armadas para o sul do país. Os conflitos entre unitários e federalistas e a ditadura de Juan Manuel de Rosas são exemplificativos desse momento. Em segundo lugar, deve-se lembrar do amplo poderio das Confederações Indígenas, as quais detinham poder militar e intimidavam as comunidades brancas fronteiriças. Prova disso foram os constantes acordos de paz firmados pelo Estado argentino e a frequente entrega de presentes – chamados de *regalos* – para pacificar as fronteiras e evitar os ataques indígenas (Passetti, 2012). Tal política defensiva mudaria a partir da década de 1870, quando um novo cenário de estabilidade interna forneceu ao governo os elementos necessários para organizar a retaliação aos nativos do centro-sul.

O livro *La guerra contra los indios* (1875), do militar Álvaro Barros, foi um dos elementos essenciais para estimular a mudança no estilo de contato interétnico e inaugurar um conjunto de ofensivas bélicas no sul do país. Na obra, Barros (1875) demonstrou que a manutenção dos acordos de paz estava trazendo incontáveis prejuízos ao país e beneficiando uma raça atrasada que era inimiga do progresso. Para ele, a melhor alternativa era reorientar a postura do governo e atacar aquelas Confederações que emperravam o avanço da “civilização”. Poucos anos depois, tal proposta esboçada em *La guerra contra los indios* (1875) foi acatada pelo Estado.

A partir de 1879, uma série de expedições militares foram promovidas para a região dos Pampas e da Patagônia, resultando na prisão de importantes caciques, na desestruturação de diversas comunidades e no massacre de muitos nativos (Passetti, 2010). Essas operações, comandadas pelo militar e futuro presidente Julio Argentino Roca, foram finalizadas em 1885 e seriam nomeadas como Conquista do Deserto. Existem algumas discordâncias acerca das baixas indígenas verificadas no conflito, mas arquivos militares estimam mais de 13 mil nativos mortos pelas tropas argentinas – quantificação que não contempla aqueles que padeceram pelos ferimentos, nas prisões ou nos deslocamentos forçados. Aos sobreviventes, restava o trabalho nas cidades, colônias militares ou campos – geralmente sob o regime de superexploração que marcava as relações de trabalho antes das leis trabalhistas aprovadas na Argentina no alvorecer do século XX. Muitas mulheres indígenas foram vendidas para famílias argentinas das grandes cidades. E incontáveis crianças foram separadas de seus pais e enviadas para internatos para serem “civilizadas” nos padrões da cultura europeia. Alguns

pesquisadores, como os professores Gabriel Passetti (2012) e Fábio Feltrin de Souza (2015), arriscam categorizar a Conquista do Deserto como um genocídio dos povos indígenas.

Vale mencionar que a Argentina não foi a única nação americana do século XIX a tratar as comunidades originárias a partir da violência. Processos semelhantes ocorreram no Chile, nos EUA e no Canadá, onde a presença indígena também foi abordada a partir das armas e dos aparelhos policiais. É particularmente relevante pontuar que, a despeito das especificidades que as guerras contra os indígenas assumiram em cada país, um dos principais argumentos usados pelas autoridades chilenas, estadunidenses ou canadenses tinha teor político e econômico: os indígenas eram obstáculos para a plena soberania dos Estados-Nacionais e para a expansão das áreas produtivas. O contexto político que marcou as nações republicanas na América do século XIX foi determinante para definir as formas de tratamento da questão indígena.

Na Argentina, a Conquista do Deserto deve ser vista como reflexo do projeto de construção do Estado-Nacional iniciado ainda na primeira metade do século XIX. O evento manifestou o desejo de expansão da autoridade estatal e de formação de uma nacionalidade homogênea na qual as formas nativas de existir não foram incluídas. Nas terras “conquistadas”, implantou-se a agropecuária e se instalaram muitos imigrantes europeus, os quais simbolizavam o progresso e a civilização. Afinal, o modelo de Estado e de cidadania idealizado pelas elites políticas e eruditas não incluía aqueles grupos sociais, restando-lhes o abandono de seu estilo de vida ou, como foi realizado, sua eliminação física. Para a pesquisadora Mónica Quijada (2003), tratava-se de um Estado fundado sob um *liberalismo excluyente*.

Em meio aos eventos que marcaram os conflitos com os nativos, diversos escritores debateram sobre o tema e publicaram suas opiniões nos jornais ou através de ensaios. A questão indígena foi recorrentemente discutida no cenário público argentino, especialmente em função do alto poderio dos cacicados e dos riscos representados pelos ataques fronteiriços. Dentre esses escritores, estava o pensador e político Domingo Faustino Sarmiento, detentor de uma extensa carreira nas letras e cuja opinião negativa sobre os indígenas já havia aparecido desde o início de seu pensamento. Desde *Facundo* (1845), o autor já havia associado os povos indígenas à barbárie e havia defendido seu combate. As considerações de Sarmiento sobre o tema, contudo, seriam melhor apresentadas em *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883) – obra publicada no fim de sua vida –, onde pode-se vislumbrar com exatidão sua percepção sobre os indígenas e sobre seu lugar na construção do Estado-Nacional argentino. A obra dialoga com um conjunto de autores do século XIX – como Estebán Echeverría,

Estanislao Zeballos e José Hernández – que consistem em importante figuras da História Intelectual da Argentina e que também foram responsáveis pela difusão da visão pejorativa dos povos nativos. O estudo de *Conflicto* (1883) é fundamental para a análise da mundividência dos pensadores argentinos da época e para se investigar o possível papel de Sarmiento para os rumos dados à questão indígena na Argentina.

Na próxima seção, abordaremos a correlação entre a obra de Sarmiento (1883) e a forma como a questão indígena foi tratada na Argentina da segunda metade do século XIX. A presente fonte foi analisada com base nos pressupostos metodológicos do historiador André Cellard (2008), o qual propõe um caminho para o estudo de documentos escritos. Segundo sua sugestão, cabe-nos recobrar as intenções do autor, o conteúdo da obra, o contexto no qual foi escrita, a possível intertextualidade com outros autores e seu público-alvo. Tais aspectos serão delineados a seguir. Nosso objetivo é demonstrar que o pensamento de Sarmiento esteve intrinsecamente vinculado com postura agressiva adotada pelo governo argentino para conter os povos nativos.

Sarmiento e a barbárie indígena: autorizando a Conquista do Deserto

Em *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883), Domingo Faustino Sarmiento propôs-se a dissertar sobre a inferioridade das raças americanas a partir do tripé etnologia-craniometria-história. Compreendida em dois tomos – cuja segunda parte foi publicada postumamente –, a obra compreendeu um amadurecimento do pensamento sarmientano inaugurado em *Facundo* (1845), cujo aprimoramento seria sinalizado pelo próprio autor no livro: “[...] cerrando el periodo de la gestión de su pensamiento definitivo con el Conflicto de las Razas, que sólo entrevió en Civilización y Barbarie” (Sarmiento, 1883, p. 11)⁵. O autor modelou uma narrativa de natureza ensaísta que teve como público-alvo uma geração de políticos que chegava ao poder nos anos 1880 e que passava a questionar os benefícios do “caldeirão cultural”. Para responder a esses políticos, Sarmiento debruçou-se sobre a genealogia do atraso argentino e o atribuiu à miscigenação dos colonos ibéricos com os povos indígenas. Embora a temática indígena não consista no foco primário do autor, o conjunto dos tomos compreende um influente discurso textual que, amparado na mundividência científica e antropológica do século XIX, fornece um interessante vislumbre da forma como os povos indígenas foram representados pelos eruditos e políticos daquela Argentina imersa no processo de construção nacional.

⁵ “encerrando o período da gestação de seu pensamento definitivo com o Conflicto de las Razas, que somente vislumbrou em Civilización y Barbárie” (Sarmiento, 1883, p. 11).

O primeiro tomo dedicou-se a traçar as origens e as especificidades do homem sul-americano no período situado entre a colonização e o século XIX, o qual fora oriundo da “[...] mezcla de la raza cobriza como base, con la blanca y la negra como accidentes” (Sarmiento, 1883, p. 21)⁶. Para o autor, a inferioridade moral e material daquele arquétipo advinha da fusão dos defeitos daquelas raças, os quais se expressaram na mínima propensão ao trabalho e à democracia – o que gestava indivíduos alheios ao progresso material e à civilização. Nessa “etnologia americana”, os povos indígenas são tratados por Sarmiento como a pior das raças, cuja disposição ao ócio havia legado ao indivíduo americano uma incapacidade para o desenvolvimento material. O trabalho aparece como condição para o progresso e a civilização, aspecto que o autor associou à cultura puritana anglo-saxã e que reconhece ainda na epígrafe da obra, onde mencionou o escocês Thomas Carlyle (1795-1881). Os espanhóis, distintamente do colonizador inglês, haviam evitado o trabalho físico desde o início da colonização e preferiram encarregar as raças inferiores da exploração das riquezas do solo. E, ao contrário, “los sajones cultivaron y explotaron la tierra con sus propias manos. El trabajo material, en el caso de las colonias españolas, quedaba bajo manos serviles que no podían tener interés en lo que extraían, pues nunca obtendrían beneficio alguno. El hombre de la colonia vegetaba en la burocracia” (Serna Arnaiz, 2011, p. 157)⁷.

Um dos principais argumentos de Sarmiento era de que o erro dos colonizadores hispânicos havia sido possibilitar a miscigenação dos brancos com as raças subservientes – sobretudo a indígena –, cujos defeitos aliaram-se à herança autoritária hispânica oriunda do passado inquisitorial. Essa fusão dos aspectos ruins – ociosidade e aversão à democracia – cultivaram povos visivelmente debilitados e de poucas energias que adotariam regimes autoritários alheios aos preceitos da civilização ocidental. Era esse raciocínio que Sarmiento usava desde *Facundo* para explicar as razões que sustentaram o político Juan Manuel de Rosas – político federalista criticado por Sarmiento que se tornou ditador na Argentina na primeira metade do século XIX. Para o autor da obra, foi o amálgama das raças indígenas e negras que deteriorou as melhores qualidades do espanhol pela miscigenação. Nesse sentido, “[...] el indio imprime su marca más profundamente sobre su progenie que las otras razas, y cuan rápidamente también en los posteriores cruzamientos, los signos característicos del indio puro se restablecen expulsando los otros. He visto progenie de un híbrido entre indio y blanco,

⁶ “[...] mezcla da raça acobreada como base, com a branca e a negra como accidentes” (Sarmiento, 1883, p. 21).

⁷ “os saxões cultivaram e exploraram as terras com suas próprias mãos. O trabalho material, no caso das colônias espanholas, ficava sob mãos servis que não tinham interesse no que extraíam, pois nunca obteriam algum benefício. O homem da colônia vegetava na burocracia” (Serna Arnaiz, 2011, p. 157).

que resume casi completamente los caracteres del indio puro.” (Sarmiento, 1883, p. 38-39)⁸. Em um estudo comparativo, ele considera que os colonos anglo-saxões, ao contrário, não admitiram a mistura com os povos indígenas e haviam legado aos norte-americanos um conjunto de referenciais culturais e institucionais que destoavam da realidade antidemocrática sul-americana. Àquela herança inglesa, Sarmiento atribui as origens do progresso moral e material dos Estados Unidos.

“Los norteamericanos continuaron el gobierno representativo de la Inglaterra, y sus literatos, poetas, pensadores, son comunes a ambas naciones, [...] pero nosotros no somos españoles en esto. [...] Sin ir más lejos, ¿en qué se distingue la colonización del Norte de América? En que los anglo-sajones no admitieron a las razas indígenas, ni como socios, ni como siervos en su constitución social. ¿En qué se distingue la colonización española? En que la hizo un monopolio de su propia raza, que no salía de la edad media al trasladarse a América y que absorbió en su sangre una raza prehistórica servil.” (Sarmiento, 1883, p. 05 e 12)⁹

Herdeiro de uma geração de políticos e escritores nacionalistas que criticavam obstinadamente o legado colonial, Sarmiento afirmou que a colonização espanhola não deixou modelos políticos e culturais para os sul-americanos, pois “[Ni] la Francia ni la España tenían instituciones de gobierno para llevar a sus colonias.” (Sarmiento, 1883, p. 15)¹⁰. Diante desses problemas, a solução para esse cenário seria mapeada principalmente no segundo tomo de *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883), ganhando relevância nas *Conclusiones* da obra. Diante da ausência de bases político-culturais e da inaptidão sul-americana em aderir aos avanços do pensamento ocidental, Sarmiento propõe duas saídas: a imigração – que traria indivíduos isentos dos defeitos indígenas – e a educação – considerada um instrumento para a deslatinização e a saxonização dos costumes. Ambas seriam capazes de solucionar os malefícios da herança latina e reconstruir as nações renovadas em termos sanguíneos, institucionais, industriais, científicos e culturais. O modelo para essa reorientação institucional e identitária seria os EUA, que se encontrava em crescente aprimoramento industrial e comercial no final do oitocentos.

⁸ “o índio imprime sua marca mais profundamente sobre sua progênie que outras raças, e também em outros cruzamentos os signos característicos do índio puro se fixam expulsando outros. Vejo progênie de um híbrido de índio e branco que resume quase totalmente os signos do índio puro.” (Sarmiento, 1883, p. 38-39).

⁹ “Os norte-americanos continuaram o governo representativo da Inglaterra, e seus literatos, poetas, pensadores, são comuns a ambas as nações [...], mas nós não somos espanhóis nisso. [...] Sem ir mais longe, em que se distingue a colonização da América do Norte? Em que os anglo-saxões não admitiram as raças indígenas, nem como sócios, nem como servos em sua constituição social. Em que se distingue a colonização espanhola? Em que fez um monopólio de sua própria raça, que não saía da idade média ao trasladar para a América e que absorveu em seu sangue uma raça pré-histórica servil.” (Sarmiento, 1883, p. 05 e 12).

¹⁰ “[nem] a França nem a Espanha tinham instituições de governo para levar às suas colônias.” (Sarmiento, 1883, p. 15).

La América del Sur se queda atrás y perderá su misión providencial de sucursal de la civilización moderna. No detengamos a Estados Unidos en su marcha: es lo que en definitiva proponen algunos. Alcancemos a Estados Unidos. Seamos la América, como el mar es el Océano. Seamos Estados Unidos. (Sarmiento, 1883, p. 18)¹¹

A deslatinização e a saxonização, para Sarmiento, já estavam sendo aplicadas na Argentina, tendo em vista o grande incentivo para imigração e para a educação escolar – pautas amplamente defendidas por Sarmiento já em sua presidência (1868-1874). Dessa forma, o autor considera que a Argentina já se encontrava no caminho dessas soluções devido à grande vinda de imigrantes e aos avanços no sistema educacional, devendo atuar como uma “tocha” para os demais países da América do Sul. Essas considerações podem ser observadas como expressão de um nacionalismo de Sarmiento, que não nega a supremacia da Argentina sobre as demais nações herdadas da colonização hispânica: dado o expressivo incentivo à imigração e à educação, aquele país encontrava-se “en mejor aptitud que otras porciones de la América del Sud para jugar sobre las causas que aceleran o retardan del progreso o la organización de gobiernos regulares, libres y representativos en esta parte de América.” (Sarmiento, 1883, p. 13)¹². A própria obra é considerada uma “tocha”, pela qual o leitor poderia “ver en su verdadera luz los hechos.” (Sarmiento, 1883, p. 10)¹³. A síntese do tema e o desenvolvimento das soluções preenchem as páginas finais das *Conclusiones*, onde Sarmiento reafirma suas críticas ao legado da colonização espanhola e sua devoção ao modelo norte-americano.

É perceptível, por sua vez, que a temática indígena – embora não compreenda o âmago da obra – respalda a tese de Sarmiento em sua genealogia do atraso sul-americano na medida em que as comunidades originárias foram consideradas como catalisadoras das deficiências que se visualizavam nas nações hispano-americanas. As principais representações sarmientanas sobre os nativos da Argentina aparecem justamente na parte do livro dedicada à “etnologia americana”, na qual Sarmiento inicia esse estudo classificando os indígenas argentinos em *tres ramos principales*: os Quíchuas – ou peruanos –, os Guaranis – ou missioneiros – e os pampas – ou araucanos. Ele se dedicou a falar de cada um desses “ramos principales” a partir da ótica de um “problema social”. E, para cada um desses grupos,

¹¹ “A América do Sul se encontra atrás e perderá sua missão providencial de ramo da civilização moderna. Não detenhamos os Estados Unidos em sua marcha: é o que definitivamente propõem alguns. Alcancemos os Estados Unidos. Sejam a América, como o mar é o Oceano. Sejam Estados Unidos.” (Sarmiento, 1883, p. 18).

¹² “[...] em melhor aptidão que outras áreas da América do Sul para julgar sobre as causas que aceleram ou retardam o progresso ou a organização de governos regulares, livres e representativos nesta parte da América.” (Sarmiento, 1883, p. 13).

¹³ “ver os fatos em sua verdadeira luz.” (Sarmiento, 1883, p. 10).

Sarmiento construiu representações singulares, mas que compartilhavam o mesmo invólucro da inferioridade quando comparadas às raças brancas. A dicotomia entre civilização e barbárie conduziu, novamente, suas considerações sobre as relações entre os brancos e os grupos indígenas da Argentina.

Os Quíchuas foram abordados por Sarmiento como grupos de fácil submissão. Afinal, os Quíchuas que ocupavam Córdoba, Tucumán e Salta estavam sujeitos aos Incas, cuja conquista pelos espanhóis, segundo Sarmiento, foi fácil: “No fue, pues, necesario hacer guerra para avanzar la conquista desde Lima hasta Córdoba. [...] se sometieron sin dificultad.” (Sarmiento, 1883, p. 23)¹⁴. Durante a colonização, os Quíchuas que ocupavam o território argentino eram levados para abastecer as encomiendas no Peru, fenômeno narrado por Sarmiento a partir de uma ótica que considera esses grupos indígenas como tradicionalmente submissos e passivos às raças superiores. Quanto aos Guaranis, Sarmiento mencionou que eles estavam localizados nas regiões de Corrientes, Entre Ríos, Uruguai e Brasil – localidades adjacentes ao Chaco argentino. Ele considerou que a raça Guarani não possuía a mesma mansidão dos grupos Quíchuas em um exercício comparativo, reafirmando a superioridade dos brancos – sobretudo os missionários jesuítas – na submissão dos Guaranis “[...] con sólo las armas de la persuasión y la superioridad intelectual de la raza blanca” (Sarmiento, 1883, p. 28)¹⁵. Sarmiento afirmou que o trabalho dos jesuítas, ao longo dos séculos, não foi totalmente capaz de modificar a selvagem natureza indígena a fim de dotá-los de erudição, moralidade e religião. No século XIX, segundo o autor, os Guaranis estavam vivendo na mais grosseira ignorância.

Finalmente, os Araucanos foram considerados como uma raça guerreira e resistente. Habitantes dos Pampas e da Patagônia, tais povos foram retratados como indômitos – isto é, não-domesticados –, animais relutantes, ferozes, incivilizados e resistentes aos europeus. Sarmiento recomenda às autoridades do Chile, que promovam a submissão daqueles grupos, que adotem como exemplo a Conquista do Deserto, que até 1883 já havia promovido a conquista de boa parte dos caciques do território argentino. Sob uma visão dicotômica, os Araucanos aparecem como inimigos políticos e militares não só da Argentina, mas do Chile. Sarmiento os representa como preguiçosos, embriagados, ignorantes, selvagens, arrogantes animais, valentes, nômades, caçadores, traiçoeiros com os brancos e entre si, bárbaros, poligâmicos, brutos e depravados. Os vícios da raça Araucana eram tantos que Sarmiento

¹⁴ “Não foi, pois, necessário fazer guerra para avançar a conquista a partir de Lima até Córdoba. [...] se submeteram sem dificuldade.” (Sarmiento, 1883, p. 23).

¹⁵ “[...] só com as armas da persuasão e a superioridade intelectual da raça branca.” (Sarmiento, 1883, p. 28).

considerou inevitável sua extinção física: ou seja, o escritor compactuou com o massacre que seria a marca da Conquista do Deserto, realizada sobre as localidades pampeanas-patagônicas. Assim, a possibilidade de eliminar a presença física dos indígenas não é descartada por Sarmiento em sua crítica ao amálgama das raças na América do Sul. A própria representação dos Araucanos como uma raça animalesca e selvagem pode ser vista como uma forma de legitimar a agressividade das ofensivas dos militares que ocorriam desde 1878.

Na minuciosa descrição promovida no excerto *Etnología Americana*, os grupos indígenas foram retratados a partir das seguintes noções: “raza cobriza” (p. 21), “salvajes” (p. 24, p. 28, p. 33, p. 35), “estúpidos” (p. 24), “inferiores” (p. 24), “naturales” (p. 26, p. 27), “animales” (p. 32, p. 33), “degenerados” (p. 36) e “hombres pré-históricos, de corta inteligencia” (p. 37). Em uma síntese sobre os Quíchuas, Guaranis e Araucanos, Sarmiento considerou que “están mezcladas a nuestro ser como nación, razas indígenas, primitivas, prehistóricas, destituídas de todo rudimento de civilización y gobierno” (Sarmiento, 1883, p. 16)¹⁶. Além de sua própria representação, Sarmiento realiza um exercício intertextual – isto é, menciona outros textos e escritores em circulação naquele contexto – a fim de mencionar visões de autores estrangeiros sobre os povos indígenas com as quais ele demonstra afinidade: Prescott e Wilson – que abordaram os povos indígenas como tiranos e sem espírito de liberdade e de democracia –, Pritchard – que narrou os nativos do México como cruéis –, Don Juan de Ulloa – que os considerou propensos ao ódio e à negligência –, M.F. Depons – responsável por descrevê-los como apáticos, indiferentes, medrosos, tímidos, sem capacidade de raciocinar, movidos por suas vontades próprias e imediatas, mentirosos e incapazes de desenvolver suas faculdades para sair da vida selvagem. Esses autores dão suporte e autoridade ao discurso textual de Sarmiento, que abordará a inferioridade das sociedades originárias e os prejuízos desses defeitos para a formação do homem sul-americano. Outro interessante aspecto de intertextualidade realizado por Sarmiento está nas menções que o autor faz das obras de Estanislao Zeballos – um dos principais defensores do massacre indígena – a fim de amparar sua adesão à Conquista do Deserto e corroborar sua tese sobre a inevitabilidade do extermínio da presença indígena.

Cabe pontuar que Sarmiento tratou da inferioridade dos povos indígenas não somente em função dos costumes – pouco propensos ao trabalho e praticantes do ócio –, mas também a

¹⁶ “[...] están mezclados a nosso ser como nação, razas indígenas, primitivas, pré-históricas, destituídas de todo rudimento de civilização e governo” (Sarmiento, 1883, p. 16).

partir dos preceitos científicos da craniometria¹⁷, que influenciava o sistema de pensamento ocidental no século XIX: as raças indígenas – fossem Quíchuas, Guaranis ou Araucanos – possuíam poucas variações no volume de seus cérebros e, assim, se encontravam no mesmo grau intelectual. Para a craniometria, quanto mais diferenças existissem no volume cerebral de uma raça, mais elevadas estariam na escala da civilização. Segundo as observações apontadas por Sarmiento, todos os nativos se encontravam no mesmo nível intelectual de estupidez, enquanto que a raça branca apresentava diversas variações que refletiam seu elevado nível de civilidade – existindo desde o indivíduo estúpido até os homens inteligentes e superiores. É interessante observar, conforme demonstrou o pesquisador Stephen Jay Gould (1991), que a craniometria foi uma das principais bases científicas para a construção do racismo moderno no continente americano, tendo como importante precursor o médico estadunidense Samuel George Morton (1799-1851) e seus estudos sobre a inferioridade indígena a partir dos crânios.

[Morton] mediu a capacidade de 144 crânios indígenas e calculou uma média de 82 polegadas cúbicas, ou seja, um volume inferior em 5 polegadas cúbicas com relação à norma caucásica. Além disso, Morton acrescentou uma tabela de medições frenológicas que indicava uma deficiência das faculdades mentais “superiores” entre os índios. “Os espíritos benevolentes”, concluía Morton, “podem lamentar a incapacidade do índio com relação à civilização”, mas o sentimentalismo deve render-se à evidência dos fatos. “Sua estrutura mental parece ser diferente da do homem branco, e só em escala muito limitada pode haver harmonia nas relações sociais entre ambos”. Os índios “não só resistem a adaptar-se às limitações impostas pela educação, mas também são incapazes, em sua maior parte, de raciocinar de forma contínua sobre temas abstratos” (Gould, 1991, p. 45).

Em consonância com tal discurso, Sarmiento declarou termos análogos em *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883):

Las diferencias de volumen del cerebro que existen entre los individuos de una misma raza son tanto más grandes cuanto más elevadas están en la escala de civilización. Bajo el punto de vista intelectual, los salvajes son más o menos estúpidos, mientras que los civilizados se componen de estóridos semejantes a los salvajes, de gentes de espíritu mediocre, de hombres inteligentes y de hombres superiores. [...] Se comprende que las razas superiores sean más diferenciadas que las inferiores, dando por sentado que el mínimo es común en todas las razas, e que el máximo que es muy

¹⁷ A craniometria foi desenvolvida no século XIX para o estudo das medidas do crânio. Foi uma ciência criada para auxiliar as pesquisas antropológicas e arqueológicas, especialmente na investigação das características biológicas dos crânios recolhidos. No século XIX, a craniometria estava imersa no racismo científico e foi uma ferramenta muito usada pelos defensores do evolucionismo. Postulavam que era possível identificar o grau de evolução e desenvolvimento de determinada raça ou espécie a partir do volume dos crânios e da variedade de volumes. Os europeus caucasianos, dotados de um crânio maior, eram tidos como superiores em termos evolutivos (Gould, 1991).

débil para los salvajes, es, al contrario, muy elevado para los civilizados (Sarmiento, 1883, p. 24).¹⁸

Conciliando preceitos científicos e antropológicos com uma caracterização depreciativa da miscigenação, Sarmiento construiu um discurso sobre os povos indígenas que objetivava legitimar – sob argumentos condizentes com as ambições da Argentina do século XIX – a conquista das comunidades originárias que secularmente preservaram sua soberania. Essa constatação pode ser auferida principalmente nas suas considerações sobre os grupos indígenas Araucanos: “Harto conocimos a Calfucurá, a Catriel, a Manuel Grande y tantos otros jefes araucanos, el terror de nuestras fronteras, hasta que una vez por todas se resolvieron nuestros generales y gobernantes a destruirlos.” (Sarmiento, 1883, p. 32)¹⁹. A própria publicação do livro na década de 1880 não foi mera coincidência: Sarmiento dialogava com a recente subjugação das Confederações Indígenas e almejava ser uma referência conceitual para os escritores e políticos do cenário público que defendiam aquela ofensiva. *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883) estava intrinsecamente vinculado às demandas políticas do contexto em que foi formulado: Sarmiento incorporou nos dois tomos a mundividência latino-americana do século XIX que antagonizava brancos e indígenas e não descartou a pertinência do extermínio dos nativos. Ao fundo, estava sua devoção ao progresso vislumbrado no modelo dos EUA e sua concordância com a longa desvalorização dos elementos endógenos do continente americano.

[...] los debates a partir del siglo XVIII se centraron principalmente en tres áreas: la existencia o inexistencia de una naturaleza humana universal; la posibilidad o imposibilidad de hablar de una historia humana común; y el análisis del valor y de la naturaleza de la civilización. A mediados del XVIII, el naturalista Leclerc, conde de Buffon, publicaría una serie de obras que pondrían de manifiesto el estado pútrido e inmaduro de la naturaleza del continente americano y la debilidad de las especies que lo habitan. Durante los siglos XVII y XVIII se ensayarán jerarquías culturales e históricas mediante las cuales se pretenderá ordenar el mundo y las relaciones humanas. Los diversos esquemas propuestos tendrían, evidentemente, implicaciones religiosas y políticas muy importantes. Tales esquemas dieciochescos repercutirán tanto en la valoración negativa que pasarán a tener las crónicas de Indias, por cuanto tenderán a considerarse documentos

¹⁸ “As diferenças de volume do cérebro que existem entre os indivíduos de uma mesma raça são maiores quanto mais elevados estão na escala da civilização. Sob o ponto de vista intelectual, os selvagens são mais ou menos estúpidos, enquanto que os civilizados se compõem de impassíveis semelhantes, de indivíduos de espírito medíocre, de homens inteligentes e de homens superiores. [...] Se compreende que as raças superiores sejam mais diferenciadas que as inferiores, dando por garantido que o mínimo é comum em todas as raças, e que o máximo, que é muito débil para os selvagens, é, ao contrário, muito elevado para os civilizados.” (Sarmiento, 1883, p. 24).

¹⁹ “Muito conhecíamos de Calfucurá, Catriel, Manuel Grande e tantos outros chefes araucanos o terror de nossas fronteiras, até que uma vez por todas nossos gerais e governantes resolveram destruí-los.” (Sarmiento, 1883, p. 32).

poco fiables desde un punto de vista positivista, como en el tratamiento que tendrá la naturaleza americana en la literatura de la época o en las nuevas corrientes literarias. [...] La inferioridad de los salvajes fue legitimada por los naturalistas europeos del siglo XVIII. Asimismo, un grupo de filósofos, historiadores y economistas escoceses contribuyeron a elaborar y difundir un esquema temporal que presuponía una dinámica evolutiva. Las diferentes culturas pasaron a organizarse en función de su mayor o menor nivel de desarrollo.” (Serna Arnaiz, 2011, p. 154-155).²⁰

No desmembramento de suas constatações, é possível notar a existência de um discurso condescendente com as práticas genocidas promovidas pelas *raças superiores* como alternativa para erradicar a presença indígena. Da longa e ineficiência em moldá-los através da educação e da incongruência de miscigená-los com os imigrantes, a destruição daqueles “grupos remanescente da pré-história” tornava-se uma solução adequada. Afinal, foram os indígenas que, desde o período colonial, impediram o avanço da civilização sobre extensas terras, retardaram a expansão da economia agroexportadora e cujos costumes amparados em tradições endógenas destoavam da polidez dos modelos culturais importados da Europa. Era tamanha a inferioridade dos povos indígenas que eles não foram incluídos no “plano de salvação” da Argentina e se encontravam fora do futuro de progresso e civilização que Sarmiento idealizou para sua nação como resultado de seu projeto imigratório-educacional. A sobrevivência das comunidades originárias e de seus costumes representava a perpetuação da abominável mistura das raças promovida pelo colonizador espanhol. Elas compreendiam elementos do passado argentino que deveriam ser apagados da trajetória daquele país que almejava espelhar-se nos EUA e se inserir na senda da modernidade. Aos que não incorporassem o estilo de vida ocidental, a guerra e a morte eram soluções legítimas e viáveis. E foi o que ocorreu através da Conquista do Deserto em implementação.

Nesse sentido, tornaram-se claras as aproximações entre o discurso de Sarmiento – introduzido em *Facundo* e expandido em *Conflicto* – e a forma como a questão indígena seria conduzida na Argentina. Ao longo do século XIX, muitas decisões políticas e posturas estatais

²⁰ “[...] os debates a partir do século XVIII centraram-se principalmente em três áreas: a existência ou inexistência de uma natureza humana universal; a possibilidade ou impossibilidade de falar sobre uma história humana comum; e a análise do valor e da natureza da civilização. Em meados do século XVIII, o naturalista Leclerc, conde de Buffon, publicaria um série de obras que revelariam o estado pútrido e imaturo da natureza do continente americano e a fragilidade das espécies que o habitavam. Durante os séculos XVII e XVIII, se ensaiaram hierarquias culturais e históricas mediante as quais se pretenderam ordenar o mundo e as relações humanas. Os diversos esquemas propostos teriam, evidentemente, implicações religiosas e políticas muito importantes. Tais esquemas do século XVIII repercutiram tanto na avaliação negativa que as crônicas das Índias passaram a ter, pois seriam consideradas documentos pouco confiáveis do ponto de vista positivista, como no tratamento que a natureza americana teria na literatura da época ou nas novas correntes literárias. [...] A inferioridade dos selvagens foi legitimada pelos naturalistas europeus do século XVIII. Da mesma forma, um grupo de filósofos, historiadores e economistas escoceses contribuiu para desenvolver e divulgar um esquema temporal que pressupunha uma dinâmica evolutiva. As diferentes culturas começaram a se organizar de acordo com seu maior ou menor nível de desenvolvimento.” (Serna Arnaiz, 2011, p. 154-155).

foram baseadas na produção escrita em circulação. Hilda Sabato (2008) nos lembra da relevância dos novos espaços de debate público – como a imprensa, as associações e os livros – no jogo político oitocentista que precisava atender outras expectativas. As letras tinham um poder sobre o real, não somente porque muitos escritores desempenhavam algum cargo no funcionalismo público – como foi o caso de Sarmiento –, mas também porque a opinião pública era influenciada pelos escritores. A figura do intelectual, mesmo que tenha sido sistematizada na França no início do século XX, já tinha um papel relevante no espaço público latino-americano do século XIX.

Considerações Finais

Sarmiento foi apenas uma figura intelectual entre tantas outras – como os já mencionados Estanislao Zeballos, Álvaro Barros e Julio Argentino Roca – que defenderia conscientemente o massacre dos povos indígenas – sobretudo da *raza araucana* que habitava os Pampas e a Patagônia – e influenciou o pensamento de outras gerações que lhe sucederia. Nos preâmbulos de *Conflicto* (1883), o político explicitou sua opção pela extinção e anunciou que “[...] tan sin cura era la enfermedad [indígena], que será buena obra extirparlos.” (Sarmiento, 1883, p. 36)²¹. Portanto, da impossibilidade de transmutar a natureza selvagem dos nativos americanos, a solução para o infortúnio do amálgama das raças era triplo: 1) incentivar a transformação das instituições e dos costumes através da imigração e da educação; 2) seguir o modelo de progresso material e moral dos puritanos anglo-saxões que apreciavam o trabalho e a democracia; 3) combater a influência da herança nativa e eliminar cultural e/ou biologicamente a presença indígena. Estas considerações tratadas em *Conflicto* (1883) já haviam sido apresentadas em *Facundo* (1845) e apareceram nas políticas estatais implantadas na sua própria presidência e nas décadas posteriores, demonstrando as íntimas conexões entre o discurso e o real.

Tratados como selvagens, inferiores e responsáveis pelo atraso das nações hispano-americanas, os indígenas são compreendidos por Sarmiento enquanto um grupo cuja existência não fazia mais sentido para a corrente de modernidade em que a Argentina republicana buscava se inserir. Eram fósseis vivos – como Charles Darwin havia mencionado em suas expedições pela América do Sul – e, como tais, seriam extintos pelo inevitável avanço dos povos superiores pelo globo. O extermínio que o exército estava promovendo estava simplesmente acelerando um processo imparável. A dicotomia entre civilização e barbárie era a baliza conceitual para diversos escritores do século XIX e foi um importante

²¹ “tão sem cura era a enfermidade [indígena], que seria boa obra extirpá-los.” (Sarmiento, 1883, p. 36).

marco na História Intelectual daquela Argentina que se espalhava na Europa. As reflexões de Sarmiento sobre a Argentina expressam os planos das elites políticas e eruditas para o futuro político e cultural de seu país em meio aos anseios do século XIX. *Conflicto y armonía de las razas en América* (1883), dessa forma, consiste em uma obra fundamental para o estudo não só da História Intelectual daquele país, mas sobretudo para um melhor entendimento das relações entre o real e o imaginado sobre o futuro dos povos indígenas.

As considerações de Sarmiento em *Conflicto* (1883) nos levam a refletir sobre o impacto dos intelectuais na vida política da Argentina. Estudiosos renomados como Nicolas Shumway (2008) e Mercedes Serna Arnaiz (2011) já haviam proposto um estudo sobre a vasta trajetória de Sarmiento, mas suas análises não mencionaram a profunda conexão dos escritos sarmientanos com os rumos tomados pela questão indígena. A Conquista do Deserto dependeu não somente das armas, mas também de um repertório escrito capaz de legitimá-la e autorizá-la. Autores como Sarmiento foram fundamentais para a construção desse arcabouço. Muito se fala do “Sarmiento político”, dotado de uma famigerada carreira nas instâncias de poder e na educação argentina. E frequentemente se secundariza o “Sarmiento escritor”, cujas obras não tiveram repercussão somente nas vendas editoriais, mas impactaram diretamente a vida daqueles que foram barbarizados e inferiorizados em suas páginas. O Intelectual tem um impacto direto na realidade em que está inserido. Nesse artigo, buscamos enfatizar esse aspecto e não isentar o papel da produção escrita no mundo político.

Referências Bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales en América Latina**, v. I. Madrid, Katz, 2008.
- ALTAMIRANO, Carlos. Nacimiento y peripecias de un nombre. In: **Intelectuales**. Notas de Investigación. Bogotá: Campo Editorial Norma, 2006, p. 17-30.
- ALTAMIRANO, Carlos. Una especie moderna. In: **Intelectuales**. Notas de Investigación. Bogotá: Campo Editorial Norma, 2006, p. 99-113.
- BARROS, Álvaro. **La guerra contra los indios**. Buenos Aires: Imprenta y Librerías de Mayo, 1875.
- BECHIS, Martha. Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí, SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos Rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 293-317.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et. al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 158-175.

- ECHEVERRÍA, Esteban. El Matadero (1838). In: MENTON, Seymour. **El cuento hispanoamericano**: antología crítico-histórica. 12° ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 11-21.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- GOODY, Jack. Da Oralidade à escrita. Reflexões antropológicas sobre o ato de narrar. In: MORETTI, Franco (Org.). **O Romance**. A Cultura do Romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 35-67.
- GOROSTEGUI DE TORRES, Haydée. **Historia Argentina**. La organización nacional. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUERRA, François-Xavier. Las mutaciones de la identidad en la América hispánica. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la Nación**: Iberoamérica siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 185-220.
- HERNÁNDEZ, José. La gran dificultad; La regeneración de la campaña; Los jueces de paz (1869). In: HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Madrid: Espasa Calpe Argentina, 1995, p. 395-397.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- MANDRINI, Raúl J. Hace unos 150 años (ca. 1860). La resistencia de los pueblos originarios frente al surgimiento de los estados nacionales. In: **La Argentina aborígen**. De los primeros pobladores a 1910. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, p. 256-279.
- MYERS, Jorge. Língua, história e política na identidade argentina, 1840-1880. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo**. A formação de Estados-Nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 389-410.
- PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos**. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.
- PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado**: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885). 2010, 410 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales en América Latina**, v. I. Madrid, Katz, 2008, p. 387-411.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Conflicto y armonía de las razas en America**. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo** (1845). Buenos Aires: La Facultad, 1921.
- SERNA ARNAIZ, Mercedes. De Recuerdos de Provincia a Conflicto y Armonías de las Razas en América: El retrato de Domingo Faustino Sarmiento y el Destino de América. **Monteagudo**, 3ª Época, n. 16, año de 2011, p. 143-160.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMÓND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 231-270.
- SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina**. História de uma Ideia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, Fábio Feltrin de. O pampa argentino e a conquista do deserto: uma relação discursiva. **Dimensões**, v. 35, jul-dez. 2015, p. 110-127.

STRAYER, Joseph H. **As Origens Medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, 1997.

TOMASS, Lidson José. **A formação dos Estados Modernos e do Estado Brasileiro** – Reflexos Institucionais e Jurídicos. 1994, 324 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

ZEBALLOS, Estanislao S. **La conquista de quince mil leguas**. Buenos Aires: Establecimiento Tipográfico a Vapor de “La Presa” Moreno, 1878.

Submetido em: 18 mar. 2025

Aceito em: 18 jul. 2025

Entre o boi e o vaqueiro: representações visuais do Piauí na revista *O Malho* (1902-1920)

Between the ox and the cowboy: visual representations of Piauí in the magazine O Malho (1902-1920)

Pablo Augusto Santos Teixeira,¹ UFMA

Resumo

O presente artigo traz reflexões acerca das representações visuais sobre o Piauí contidas na revista ilustrada *O Malho*, no recorte temporal de 1902 a 1920. A escolha das duas primeiras décadas do século XX se deve a reorganização que líderes políticos piauienses empreenderam diante das mudanças da República, buscando criar uma identidade local baseada nas características do sertão. A construção da pesquisa se apoiou nas discussões de Chartier (2002), Albuquerque Júnior (2011), Silva (2022), Souza (2008), entre outros. Através da análise dessas imagens, percebe-se que a imprensa ilustrada carioca se utilizou da figura do boi e do vaqueiro para simbolizar as discussões em torno das questões econômicas, culturais e políticas do Piauí Republicano.

Palavras-chave: Representação; Piauí; Imprensa.

Abstract

This article reflects on the visual representations of Piauí contained in the illustrated magazine *O Malho*, covering the periodical period from 1902 to 1920. The choice of the first two decades of the 20th century is due to the reorganization that Piauí's political leaders undertook in response to the changes of the Republic, seeking to create a local identity based on the characteristics of the sertão. The research was based on discussions by Chartier (2002), Albuquerque Júnior (2011), Silva (2022), Souza (2008), among others. Through the analysis of these images, it is clear that the illustrated press of Rio de Janeiro used the figure of the ox and the cowboy to symbolize discussions surrounding the economic, cultural, and political issues of Republican Piauí.

Keywords: Representation; Piauí; Press.

Introdução

A notícia da descoberta dos fertilíssimos campos piauienses, os melhores do norte do Brasil, repercutiu ao longe de forma que grandes concessões territoriais e sesmarias foram pedidas e concedidas a portugueses, baianos, pernambucanos e maranhenses [...] É a essa gente que está confiado a indústria pastoril, a grande riqueza piauiense, destinada a adquirir considerável desenvolvimento, desde que o serviço de açudes, poços tubulares e artesanais for methodicamente executado (Revista da Semana, 08/10/1905, p. 15).

O trecho acima foi retirado de uma matéria intitulada “*Estado do Piauí*”,² publicada

¹ Graduado de Ciências Humanas/ História pela Universidade Federal do Maranhão - Campus Codó (2025). Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em História Social dos Sertões (GEPHSertões).

² Os títulos e citações diretas extraídos dos periódicos que são citados no texto foram preservados na grafia original.

em outubro de 1905 na *Revista da Semana* (RJ). Ao longo do texto é feita uma exaltação da expulsão de indígenas da região piauiense, pois teria viabilizado a conquista colonial dos “fertilíssimos campos piauyenses, os melhores do norte do Brasil” (*Revista da Semana*, 08/10/1905, p. 15). A notícia segue explicando sobre o começo da ocupação portuguesa através das expedições de bandeirantes e da introdução da criação de gado em larga escala, sendo acompanhada por 6 fotografias de fazendas e currais cheios de bovinos para exemplificar o potencial econômico do estado (*Revista da Semana*, 08/10/1905).

Desde o início do processo de povoamento português, o Piauí foi construído em torno da instalação de fazendas de gado pelos sertões do território, fato que levou parte de suas representações simbólicas se basearem nesse traço cultural. Assim, títulos como *filha do sol do Equador*, *terra do bumba-meu-boi* e *terra do boi* demonstram que atualmente ainda existe uma recorrência na representação do Piauí através de símbolos ligados ao sertão, como a figura do vaqueiro e a incidência do sol.

Esse movimento de construção de uma identidade piauiense ligada a história da pecuária bovina e da realidade sertaneja se desenvolveu no início do século XX (Souza, 2008), inserido no contexto dos discursos regionalistas dos estados do Norte (futuramente seria o Nordeste) que buscaram estabelecer seus lugares simbólicos dentro da reorganização de poderes regionais no início do período republicano (Albuquerque Júnior, 2011).

Dessa forma, esta pesquisa consiste na análise das representações visuais do Piauí através de charges publicadas na revista ilustrada *O Malho*, importante periódico carioca que circulou por todo o país. Para além da análise das imagens desta revista, foram utilizadas matérias de outros periódicos disponibilizados na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, visando ter contato com as interpretações da imprensa carioca sobre os acontecimentos e características do estado.

As análises e interpretações das imagens coletadas se apoiaram na discussão sobre representação de Chartier (2002); sobre a invenção do Nordeste (antigo Norte) de Albuquerque Júnior (2011); sobre a construção da identidade piauiense de Silva (2022) e Souza (2008); entre outros (as) autores (a). O recorte temporal escolhido foi de 1902 a 1920, período em que as elites políticas piauienses empreenderam a construção de uma identidade local baseada nas características do sertão.

No sertão do Piauí

No alvorecer da República, as ideologias do progresso e da modernização ditavam as transformações no território brasileiro, levando a administração federal a intensificar a

ocupação das regiões mais distantes do país para ampliar o projeto de desenvolvimento nacional. Neste contexto se destacou a preocupação com a situação dos estados do Norte, localizados num espaço geográfico que permeou durante décadas o imaginário brasileiro: o sertão.

Inicialmente utilizado pelos portugueses para definir os territórios vazios no interior do continente, em oposição ao litoral, a categoria de “sertão” foi sofrendo modificações de significados ao longo do tempo. Para além do seu caráter espacial e geográfico, o sertão acabou assumindo na virada do século XIX para o XX uma configuração sociocultural dentro do imaginário simbólico brasileiro (Albuquerque Júnior, 2011).

Seus significados variaram entre o positivo e o negativo a partir de “um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a materialidade reinante e os interesses vigentes neste processo” (Moraes, 2003, p. 5). Em geral, esses interesses eram direcionados pelas decisões das elites políticas, sejam as nortistas ou de outras regiões.

Diante das modificações de poder no início da República, as elites dos estados do Norte passaram a difundir a ideia do sertão “como o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras [...] repositório de uma cultura folclórica, tradicional, base para o estabelecimento da cultura nacional” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 67). Esse “discurso regionalista” (Idem.) era uma forma de reagir à consolidação do poder das elites do Sul e ao mesmo tempo reivindicar auxílio financeiro do Governo Federal.

Os piauienses se inseriram nesse processo ao começarem a investir na exaltação do Piauí como parte importante na construção histórica do Brasil enquanto uma nação, destacando suas contribuições no processo de colonização dos sertões, na alimentação da população nacional através de suas fazendas pecuaristas, a participação na Independência do Brasil e na Guerra do Paraguai, entre outros. À medida que se exaltava a presença piauiense na história nacional, eram constantes as intensas reclamações da pouca valorização e da grande negligência dos dirigentes nacionais com relação ao estado (Souza, 2008).

Assim, os líderes políticos piauienses passaram a pressionar o governo brasileiro por auxílio financeiro através da intensificação das denúncias de um suposto descaso de investimentos, sempre enfatizando que historicamente o Piauí era uma região isolada, abandonada, marcada pela pobreza e seca. Ao mesmo tempo, eram divulgadas as riquezas naturais do estado e sua potencialidade econômica, tentando demonstrar como o país estava desperdiçando uma importante fonte de recursos (Silva, 2022; Souza, 2008).

A circulação dessas caracterizações positivas e negativas para retratar o estado tinha como vitrine a literatura, a imprensa local e as discussões nos círculos políticos piauienses

(Souza, 2008), que acabaram se espalhando para âmbito nacional ao chegarem na Capital Federal, quando as populações do Sul “apenas ouviam falar do Norte pela imprensa, sobretudo daquilo que os discursos de seus representantes, no Parlamento, diziam e faziam ver” (Albuquerque Junior, 2011, p. 54).

Em setembro de 1903, o *Correio da Manhã* (RJ) divulgou um telegrama enviado pelas redações dos jornais piauienses *A Patria*, *A Luz do Piauí*, *A Republica* e *O Estado*. Nele é relatado que a “secca manifestou-se em todo o Estado. A criação está morrendo [...] os cereais são vendidos por preços elevados devido em grande parte à imigração dos habitantes do Ceará, Parahyba e Rio Grande no Norte” (*Correio da Manhã*, 02/09/1903, p. 1). Ao final, os jornais piauienses pedem que “os representantes da colonia piauyense” (Idem) no Rio de Janeiro intercedessem junto ao Governo Federal em favor de sua terra natal.

Já o jornal carioca *O Paiz* publicou, em julho de 1911, uma matéria intitulada *Riquezas do Norte*, em que reproduziu uma fala do então governador Antônio Freire da Silva no Congresso Estadual, no qual discorreu sobre as medidas tomadas para melhorar a infraestrutura do estado. Segundo o jornal, o governador falou que Piauí era “mal servido de comunicações e de meios de transporte e mesmo de correio e telegrapho [...] não possui um palmo de estrada de ferro e mesmo de rodagem” (*O Paiz*, 09/07/1911, p. 8). O texto finaliza elogiando a franqueza discursiva do governador e cobrando que o governo central atendesse às demandas do estado nortista.

Por estarem no centro cultural e político do país, os periódicos cariocas acabavam por reverberar discussões e notícias advindas de todos os outros estados (Sodré, 1966), sendo verdadeiros veículos de representação dessas regiões. As representações podem ser definidas como “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (Chartier, 2002, p. 17). Dessa forma, a construção de textos, imagens, músicas e outras formas de recursos simbólicos servem para mostrar de forma abstrata a outras pessoas aspectos da realidade que não podem ser alcançadas diretamente (Chartier, 2002).

Expressa em recursos visuais e textuais, a capacidade representativa desses impressos foi intensificada no início do século XX quando se converteu numa “grande imprensa” (Sodré, 1966, p. 510), ou seja, passou a ter maior investimento das empresas jornalísticas, acelerando a produção dos impressos, aumentando a circulação de exemplares, diversificando as temáticas abordadas e aprimorando suas qualidades técnicas, como o aumento do uso de fotografias e ilustrações (Sodré, 1966).

As revistas ilustradas foram os principais periódicos a incorporar em suas páginas as artes gráficas (fotografias, charges e caricaturas), se tornando extremamente populares devido a capacidade de transmissão de informações através dessas visualidades, pois conseguiram ser consumidas tanto por um público letrado como por uma população majoritariamente analfabeta (Antas, 2023). Inseridas num contexto de transformações urbanas, sociais e político-econômicas, esses periódicos ilustrados serviram como espaço de debates sobre os dilemas e contradições do início do século XX, abrigando múltiplos posicionamentos de seus colaboradores e redatores (Silva, 2017).

O humor gráfico (charge, caricatura e cartum) talvez tenha sido uma das principais linguagens desses discursos, tendo em vista que o “humor consegue romper algumas barreiras do não dito e das entrelinhas. Por isso que muitas vezes é possível que o chargista consiga passar muito mais detalhes de uma informação que o jornalista não pode redigir” (Antas, 2023, p. 26). Tal reflexão é corroborada por Silva (2017) ao afirmar que com essa capacidade de se introjetar com maior facilidade na população, o humor gráfico acabava simplificando para a população em geral, principalmente a parcela analfabeta, os debates em torno da nova sociedade brasileira idealizada pela República.

Uma revista que foi criada utilizando o humor como componente central foi *O Malho*. Fundado em 1902 por Luís Bartolomeu, esse periódico densamente ilustrado trabalhou com um conteúdo humorístico permeado por sátiras sociopolíticas, possuindo colaborações com diversos artistas gráficos e intelectuais da época, além de correspondentes por todo o país (Sodré, 1966).

Em Teresina, capital do Piauí, *O Malho* era vendida lado a lado com outras revistas cariocas como *O Tico-Tico*, *A Leitura para Todos* e *O Cri-Cri*, oferecendo possibilidades de assinaturas e contratação para anúncios (O Apóstolo, 07/03/1909, p. 4). A presença desses periódicos na capital demonstrava como existia uma conexão entre o Piauí e a imprensa carioca, permitindo uma maior circulação de informações e discursos.

O Piauí se fazia presente nas páginas d’*O Malho* através de notícias da política local, de menções a representantes piauienses na capital e principalmente representações visuais sobre acontecimentos e traços culturais piauienses. Através de seções como *O Malho no Piauí* e *Progresso do Piauí*, eram levantadas discussões em torno do nível de avanços que o estado conquistava e dos atrasos que precisava superar. Na seguinte fotografia publicada em outubro de 1910, é possível observar um debate em torno de características piauienses que aparentemente desagradaram o desejo das lideranças da República de modernizar os quatro cantos do Brasil.

Figura 1 - Progresso de kagado



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, outubro de 1910, n° 421, p. 47.

Com o título “*Progresso de kagado*”, o redator da matéria já evoca através da figura do cágado o ponto principal da discussão: a demora no progresso do Piauí. A fotografia retrata um dia movimentado de feira no Mercado Público da cidade de São João (provavelmente São João do Piauí), cujo público presente era formado por homens simples, em sua maioria negros e mestiços, que posam para o fotógrafo em frente ao prédio de varanda semelhante a uma fazenda colonial. Alguns desses homens provavelmente desenvolviam atividades ligadas à agricultura e à pecuária, haja vista a presença de largos chapéus de palha e alguns de couro, se destacando um vaqueiro no lado direito da foto totalmente paramentado com gibão, peitoral, perneira e chapéu de couro.

A legenda demonstra a insatisfação da sociedade nacional com o que chama de “representantes d’aquelle Estado” (O Malho, 10/1910, p. 47), ao cobrar que o poder municipal da cidade tomasse providências para acabar com essas “borracheras do tempo d’Rey Nosso Senhor” (Idem). Assim, faz-se uma associação entre esses espaços de curtição de couro animal (borracheras) e o período monárquico, ou seja, essa cultura do couro seria um símbolo de um passado que se desejava substituir por edificações e atividades sociais do regime republicano que se instituiu no país.

As elites piauienses reivindicavam a tomada de medidas por parte do Governo Federal para integrar a região ao projeto de desenvolvimento da República, se concentrando na cobrança por uma infraestrutura que “viabilizasse melhoramentos na produção econômica mediante a exploração de seus recursos naturais, entre as quais estava a construção de estradas de ferro e de rodagem” (Silva, 2022, p. 116).

Seguindo as perspectivas das lideranças de outros vizinhos do Norte, os piauienses cobravam uma medida central para interligar as cidades do interior e combater as mazelas da seca: a construção de uma ferrovia (Vieira, 2010). Enquanto por todo o país se instalava estradas de ferro ligando as regiões, no Piauí ocorreu uma demora para a chegada desse símbolo do progresso, fato sempre enfatizado na imprensa ao destacá-lo como o único estado que não possuía “nenhum palmo de estrada de ferro” (Diário do Piauí, 18/04/1911, p.1).

Os dirigentes políticos viam com entusiasmo os movimentos do Governo Federal em empreender um projeto ferroviário, já que “diminuiriam as distâncias e facilitariam o intercâmbio comercial entre as cidades do interior do Piauí” (Vieira, 2010, p.24). Os anseios por uma estrada de ferro chegaram a reverberar na imprensa carioca, sendo reproduzido com entusiasmo a possibilidade dos trilhos finalmente alcançarem o solo piauiense.

Figura 2 - A primeira estrada do Piauí



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1911, nº 454, p. 35.

Publicada em maio de 1911, a charge intitulada “*A primeira estrada do Piauí*” é assinada pelo chargista Leonidas (Leônidas Freire). Nela é representado um campo piauiense permeado por carnaúbas, cercado por chapadas e preenchido por um comboio de vaqueiros com seus animais. No texto é reproduzido a notícia que um acordo havia sido firmado para a construção de uma estrada de ferro ligando as cidades de Campo Maior a Amarração, assim

reinando a “alegria no sertão do Piauí” (O Malho, 27/05/1911, p. 35) diante dos benefícios que essa construção traria para seus moradores.

Era antigo o desejo piauiense pela instalação de uma rede ferroviária que ligasse os centros comerciais do interior do estado ao porto da cidade litorânea de Amarração, atual Luís Correia. Esse ponto comercial a beira mar era vista como principal possibilidade de exportação dos produtos internos, sendo essencial para o melhoramento dos meios de escoamento de produção das cidades do centro-sul piauiense (Vieira, 2010). Via-se na construção de uma ferrovia a possibilidade de beneficiar tanto a comercialização dentro do estado, como o comércio estabelecido com estados vizinhos e até com outros países.

A charge reproduz uma notícia de maio de 1911, no qual o ministro da viação José Joaquim Seabra e o presidente Hermes da Fonseca teriam firmado um contrato com a Rede de Viação Cearense para a construção da estrada de ferro ligando a cidade de Campo Maior a Amarração. O contrato foi amplamente comemorado por todo o povo piauiense, como políticos, associações comerciais, escolas, fazendeiros e outros, fato ilustrado nesta charge analisada. Ainda ocorreu uma enxurrada de telegramas piauienses publicados na imprensa carioca para parabenizar e agradecer a aprovação dessa importante obra (Jornal do Commercio, 18/05/1911). Todavia, do período de 1912 a 1918 em que a ferrovia esteve subordinada à Rede de Viação Cearense, não foi instalado um quilômetro de trilho sequer (Vieira, 2010).

Cabe ainda destacar os aspectos visuais que compõem a imagem. Nela há a presença de um comboio de vaqueiros vestidos com seus gibões e chapéus de couros, acompanhados de seus cavalos e do gado que conduzem, as carnaúbas no centro e ao redor do espaço, a fazenda colonial no canto superior esquerdo, o curral no canto superior direito e a chapada que se eleva no horizonte.

Esses detalhes da charge chamam atenção devido sua recorrência em outras representações visuais e textuais na imprensa carioca, demonstrando como o Piauí estava cristalizado dentro do seu imaginário social. Tal fato não significa que esses símbolos foram criados pelos letrados da Capital Federal, já que nesse período um grupo de diversos intelectuais no Piauí se movimentaram para escolher essas características locais como símbolos de uma representação identitária própria.

Sob o gibão do vaqueiro

Dentro do movimento empreendido pelas elites da região Norte na construção e difusão de uma identidade regional separada da identidade nacional, visando criar “fronteiras

que servirão de trincheiras para a defesa dos privilégios ameaçados” (Albuquerque Junior, 2011, p. 46), emergiu um grupo de letrados piauienses pertencentes ou em contato com as elites locais que começaram a investir na formulação de uma identidade piauiense (Souza 2008).

Os debates em torno desse traço cultural que se pretendia construir tiveram como foco principal a formulação de uma história local, marcando a atuação de intelectuais de diferentes profissões, como advogados, médicos, engenheiros, políticos e etc, que acabaram por convergir na produção de obras e discursos historiográficos. Mesmo que tenham produzido produtos literários, filosóficos e geográficos, o fato da história possuir uma centralidade no projeto de formulação dessa identidade local ocasionou que esse conjunto de pensadores fossem chamados de intelectuais-historiadores (Souza, 2008).

Reunindo nomes como Antonino Freire, Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Miguel Rosa, Matias Olímpio e outros, cada um desses intelectuais formulou sua própria interpretação do que seria ser piauiense a partir da história do estado, buscando “construir uma memória histórica a fim de integrar o Piauí na história nacional sob o ponto de vista republicano” (Souza, 2008, p. 67), além ressaltar a importância simbólica do Piauí ao exaltar “seu protagonismo na efetivação da integração nacional brasileira” (Silva, 2022).

Para além de grandes momentos históricos elevados a mitos fundadores da sociedade piauiense, como a Batalha do Jenipapo durante o processo de Independência e a participação na Guerra do Paraguai, uma das bases dos discursos patrióticos dos intelectuais-historiadores foi a colonização do Piauí a partir da instalação das fazendas de gado, e toda a dinâmica social que se construiu em torno dessa atividade pecuarista (Souza, 2008)

A figura do boi representava o principal produto responsável pela ocupação territorial e estruturação de parte da economia piauiense durante certo período. Já o vaqueiro era visto como o guerreiro encourado que desbravou e ocupou o sertão, sendo identificado enquanto o “produto de uma cristalização cultural, emblema do passado, cultuado pelo vigor físico, heroísmo e masculinidade, digno representante do homem do Piauí, em sua honra, virtude e poder” (Viana; Brito, 2016, p. 258).

A simbologia da cultura do gado como um dos principais mitos fundadores do estado permeou a maioria das teorias em torno da identidade piauiense. Por exemplo, Abdias Neves considerava as fazendas de gado não apenas como uma atividade econômica, mas como o lugar que gestou toda a sociedade piauiense em seus aspectos políticos, sociais e culturais. Já Higino Cunha atribuiu aos criadores de gado a responsabilidade pelo “descobrimento” do que

viria a ser o Piauí, considerados por ele mais importantes que os bandeirantes e jesuítas que passaram pela região (Souza, 2008).

A consolidação do boi e do vaqueiro como símbolos da identidade piauiense acabou sendo projetada para fora do estado, incorporada no imaginário nacional e reforçada sempre que o Piauí era representado, seja na literatura, imprensa, cultura popular, política, etc. Um dos exemplos mais famosos foi a cantiga popular *O meu boi morreu*, que não se sabe a autoria e a data de criação, todavia circulou ao longo do tempo por todo o Brasil através da voz de famosos e anônimos. A cantiga popular era utilizada na imprensa para se referir a políticos piauienses na capital e na terra natal, assim como a própria referência ao boi que frequentemente servia de sinônimo do Piauí, com expressões como a terra do “boi morreu” (O Malho, 03/06/1916, p. 22) e a “terra do boi” (Malho, 08/10/1927, p. 21).

Dessa forma, observou-se ao longo da pesquisa que as representações visuais do Piauí contidas nas revistas ilustradas sempre transitavam em torno da figura do vaqueiro e do boi, como é possível perceber na seguinte charge, publicada em junho de 1915 pela revista *O Malho*.

Figura 3 - No Piauhy



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1915, nº 665, p. 43.

Assinada pelo Léo (Leônidas Freire), a charge “*No Piauhy*” apresenta uma notícia em referência a aprovação de uma estrada de ferro ligando Amarração a Teresina, medida que fazia parte dos projetos para combater a seca que assolava o Norte. O personagem que opina sobre a notícia é um vaqueiro, trajando o tradicional gibão e chapéu de couro, montado em seu cavalo selado, levando na traseira do animal o que parece ser um cantil (recipiente de

couro para armazenar água), além da presença no lado esquerdo da charge de uma palmeira de carnaúba, árvore tradicional da vegetação piauiense.

O texto faz referência às notícias veiculadas pelos jornais sobre as manifestações de representantes dos estados do Norte na Câmara dos Deputados, no qual cobraram o cumprimento das providências de combate às secas periódicas que assolavam a região (O Paiz, 27/05/1915). Entre eles destacou-se o deputado Firmino Pires Ferreira que é mencionado pelo vaqueiro da charge como “seu Pire Ferrera”. Ao final da sessão foi aprovado um decreto que, entre seus artigos, pode ser mencionada a obrigatoriedade do presidente da República de mandar “concluir com a maxima brevidade as obras iniciadas e abandonadas, de construção do ramal de Amarração a Therezina” (Idem, p.1).

Os políticos piauienses, assim como seus vizinhos nortistas, frequentemente iam à tribuna do Parlamento Federal para cobrar que o Governo voltasse sua atenção e principalmente o bolso para medidas de combate à seca. Como se tratava de um problema climático que assolava a região Norte desde o século XIX, o discurso da seca se converteu na pauta central da atuação desses representantes, uma vez que:

Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua “calamidade”: a seca. As manifestações de descontentamento dos dominados, como o banditismo, as revoltas messiânicas e mesmo o atraso econômico e social da área, são atribuídos à seca, e o apelo por sua “solução” torna-se um dos principais temas dos discursos regionais. [...] Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida e pedinte”. Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste espaço sofredor (Albuquerque Junior, 2011, p. 72).

Retomando a já citada notícia do jornal *O Paiz* em 1911, no qual foram abordadas “francas e categoricas afirmações” do governador Antonino Freire da Silva, no final da matéria foi feita uma crítica incisiva sobre como a luta pelo progresso do estado era “aniquillada pela indiferença contemplativa da maioria de seus representantes no Congresso Federal e do pouco caso dos diversos governos que temos tido na administração federal” (O Paiz, 09/07/1911, p. 8).

Essa cobrança do jornal carioca era feita com regularidade por parte dos piauienses que viviam no estado para seus conterrâneos que residiam no Rio de Janeiro, sendo que ambos viam como uma obrigação moral a luta por recursos financeiros e projetos que beneficiassem sua árida e sofrida terra natal.

A política ilustrada

Ao ler as coloridas páginas das revistas ilustradas à procura de menções ao Piauí e aos piauienses, provavelmente será difícil encontrar ocorrências que não mencionem algum aspecto ligado à política institucional. A atuação de representantes piauienses na Capital Federal e as dinâmicas políticas no Piauí eram as principais temáticas que faziam o estado ser estampado nesses impressos, com reações que variaram da admiração e respeito para a desaprovação e o horror.

Obrigados a migrarem para o Rio de Janeiro devido à centralização do poder, os representantes dos estados do Norte serviam de intermediários entre os acontecimentos da região e população do Sul, muitas vezes se tornando a principal referência sobre sua terra em solo carioca (Albuquerque Junior, 2011). Foi através deles que a imprensa repercutiu e opinou sobre as mudanças e permanências de uma terra distante e desconhecida, que com o passar do tempo foi sendo representada com aspectos negativos e estereotipados.

Nas páginas ilustradas, diversos políticos piauienses tinham seus nomes mencionados em notícias e suas representações visuais contidas nas fotografias de flagrantes de rua, nas caricaturas e charges. Entre os nomes mais citados pelos periódicos estavam o deputado Félix Pacheco e o senador Pires Ferreira.

Félix Pacheco era formado em bacharel em direito, desempenhava o cargo de deputado na Câmara Federal pelo Piauí, além de ser um famoso poeta, secretário do *Jornal do Commercio* e membro da Academia Brasileira de Letras (Careta, 01/06/1912). A imprensa constantemente demonstrava sua admiração pelo deputado, seja por sua atuação política, seus discursos e principalmente por sua produção literária de poesia.

A revista *Careta* em junho de 1912 prestou uma homenagem a Félix Pacheco na sessão especial *Almanach das Glórias*, destinada para honrar figuras ilustres da Capital Federal. Acompanhado de uma caricatura, o texto discorreu sobre sua formação profissional e elogiou que “sua trajetória na litteratura como na politica foi rapida, fulgurante e facil e, examinando-se sem paixão a sua rutila carreira, póde-se dizer que ella representa o justo triumpho do mérito” (Idem, p. 7).

Já Firmino Pires Ferreira possuía uma longa trajetória no exército brasileiro, tendo se destacado como líder de alguns batalhões na Guerra do Paraguai e galgando diversas patentes, até chegar ao posto de marechal. Advindo de uma das mais importantes famílias oligárquicas do Piauí Republicano, tornou-se um respeitado senador pelo seu estado ao longo de 4 mandatos consecutivos (Chaves, 2013). Sua presença nos periódicos era permeada por elogios à atuação política, principalmente por seus discursos incisivos. Por exemplo, a revista *Fon*

Fon em abril 1908 comentava ser um “prazer de ouvir a bellissima forma litteraria dos imponentes discursos marciais do Marechal Pires Ferreira” (Fon Fon, 11/04/1908, p. 1).

Para além de notícias da atuação desses políticos no Rio de Janeiro, a repercussão de acontecimentos em terras piauienses também atraía o interesse da imprensa carioca, como em 1913, quando *O Malho* voltou seus olhos para uma discussão entre o Piauí e seu vizinho Maranhão.

Figura 4 - Piauhy versus Maranhao

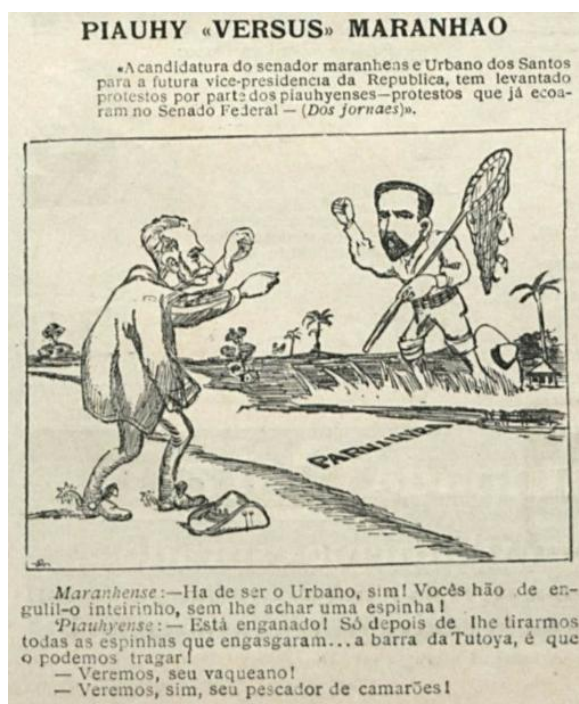


Figura 5: O Malho, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1913, n° 569, p. 49.

Intitulada “*Piauhy versus Maranhão*”, a charge retrata um conflito entre os personagens *Piauiense* e *Maranhense*, representando a posição do povo piauiense contra a candidatura de Urbano Santos para o cargo de vice-presidente. O personagem piauiense novamente é representado com a indumentária de um vaqueiro, com um gibão, um chapéu de couro jogado no chão e uma bota com esporas. Destaca-se que sua margem não apresenta nenhuma vegetação, talvez uma referência a aridez do estado ou a seca.

Já o personagem maranhense é retratado com camisa comprida e calça dobrada, com um chapéu de palha caído aos pés e portando uma rede com camarões. Observa-se que a sua margem é retratada com uma pequena vegetação, uma casa e algumas palmeiras ao fundo, provavelmente em referência a palmeira de babaçu. Segundo Silva (2017), a transformação de regiões em personagens foi uma técnica utilizada constantemente por caricaturistas de

diversos países para tecer críticas a determinadas situações, sendo que as representações dos estados do Brasil sempre se baseavam nos estereótipos mais comuns sobre eles.

Cabe destacar que para além de um contraponto entre o vaqueiro do seco estado do Piauí e o pescador do alagado estado do Maranhão, tanto a expressão “pescador de camarões” como a “barra de Tutoya” pode estar referenciando uma desavença histórica entre os estados vizinhos. Segundo Sousa (2008), alguns intelectuais e políticos piauienses como Antonino Freire, Miguel Rosa e Abdias Neves empreenderam no início do século XX uma campanha intitulada “Questão de Tutóia”. Consistiu na reivindicação dos direitos de posse do território que englobava a cidade e o porto de Tutóia, localizada no Delta do Parnaíba, visando obter um porto que auxiliasse no escoamento de produtos e consequentemente beneficiasse a economia do Piauí (Souza, 2008).

As dinâmicas políticas do Piauí e dos outros estados do Norte despertavam o interesse da Capital Federal e principalmente o estranhamento diante de suas particularidades, vistas por vezes distantes de um padrão civilizatório que ditava a política nacional. Um exemplo foi em 1911, quando a revista *O Malho* se mostrou surpresa que o jornal piauiense *O Apóstolo*, fundado por ordenações católicas, era um órgão oposicionista que pregava a “vantagem do rifle contra as oligarquias” (*O Malho*, 22/07/2011, p. 20).

Outro aspecto que chamou atenção da imprensa carioca foi o governo de Miguel Rosa, cujo mandato se estendeu de 1912 a 1915. As reações ao governo miguelista variaram do apoio à reprovação de acordo com a relação que os jornais diários e as revistas ilustradas tinham com políticos piauienses aliados. Ou seja, se o deputado Félix Pacheco e o senador Pires Pereira fossem contrários a alguma medida do governador, os jornais que os admiravam acabavam seguindo publicamente essa posição.

As preocupações com relação a Miguel Rosa já começaram durante o processo eleitoral em que se elegeu, quando foi escolhido pelo então governador Antonino Freire para sucedê-lo, e teve como oposição Odilo Costa e o coronel Coriolano de Carvalho. A eleição foi marcada por um clima de guerra, no qual cada lado arregimentou grupos armados para defender uma vitória pela força bélica (Chaves, 2013). O jornal *O Malho* em maio de 1912 demonstrou seu temor com as notícias das violentas disputas políticas que vinham do Norte, sendo que no Piauí “o ódio partidário chegou a tal extremo, que as duas correntes antagônicas armam-se e organizam-se em batalhas patrióticas” (*O Malho*, 18/05/1912, p. 10). No fim, Miguel Rosa acabou vencendo a disputa e foi empossado governador em julho de 1912, recebendo um estado profundamente dividido e radicalizado.

O governo foi marcado por intensas críticas à sua administração, que tentava manter uma estabilidade estadual à medida que combatia sua extensa lista de desafetos locais. Em dezembro de 1912, o jornal *Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro* repercutiu sua indignação com a notícia de que o governador piauiense teria interferido na sentença de um tribunal judiciário, considerando que essa “atitude singular do seu presidente” (O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1912, nº 11, p. 2) levou para o Piauí “a inclusao no rol das circumscrições barbarisadas” (Idem).

O ano de 1915 foi o mais prejudicial para o governo miguelista. Foi marcado por uma grande seca que castigou a população, com o desabastecimento de alimentos, prejuízos na economia e falta de pagamento dos funcionários públicos em virtude do desvio de recursos para acentuar a calamidade (Chaves, 2013). Em novembro de 1915, o jornal *A Noite* divulgou uma matéria que nomeou Miguel Rosa como “o maior flagello - muito peor que a secca - que atualmente pesa sobre o Piauhy” (A Noite, 17/11/1915, p.2) e discorreu como este poderia ser considerado o pior dos governadores do país.

Outro acontecimento foram as chamadas inversões partidárias, que consistia numa troca de partidos no qual “adversários passando a correligionários e estes passando a adversários” (Sousa, 2008, p. 252). Um exemplo foi em 1915, quando o governador Miguel Rosa rompeu suas alianças com os líderes do Partido Republicano piauiense, o senador Pires Ferreira e o deputado Antonino Freire; e em seguida se aliou ao partido católico União Popular, seus antigos inimigos políticos (Souza, 2008).

A situação da troca de apoio partidário sofreu uma escalada quando Miguel Rosa escolheu Antônio Costa como seu sucessor, quebrando os acordos estabelecidos anteriormente com Félix Pacheco e Pires Ferreira, seus antigos aliados que apoiavam a candidatura de Eurípedes Aguiar (Chaves, 2013). Como forma de demonstrar o desagrado com as escolhas do governador, Félix Pacheco rompeu definitivamente suas relações com Rosa e renunciou publicamente ao cargo de representante do Piauí na Capital Federal.

Em fevereiro de 1916, *O Malho* repercutiu o que chamou de “gesto enérgico e altivo do deputado Félix Pacheco” (O Malho, 05/02/1916, p. 6) quando este renunciou seu mandato devido seu “desacordo formal com o satrapa piauyense” (Idem), assim recebendo os aplausos de diversos jornais e incendiando os debates na imprensa sobre a disputa eleitoral, como pode ser observado na imagem a seguir.

Figura 5 - Salada da semana



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1916, nº 709, p. 22.

Publicada em abril de 1916 na seção “Salada da Semana”, a pequena charge retrata o ex-deputado Félix Pacheco e o Piauí personificado em um(a) boi/vaca. No texto é ironizado que mexeram tanto com o estado que se iniciou uma revolução, e afirma que estavam apontando o “mavioso e inofensivo” político como revolucionário. Pela data, é possível inferir que essa charge foi mais uma entre as várias reações à notícia da renúncia de cargo que tomou as manchetes desde janeiro.

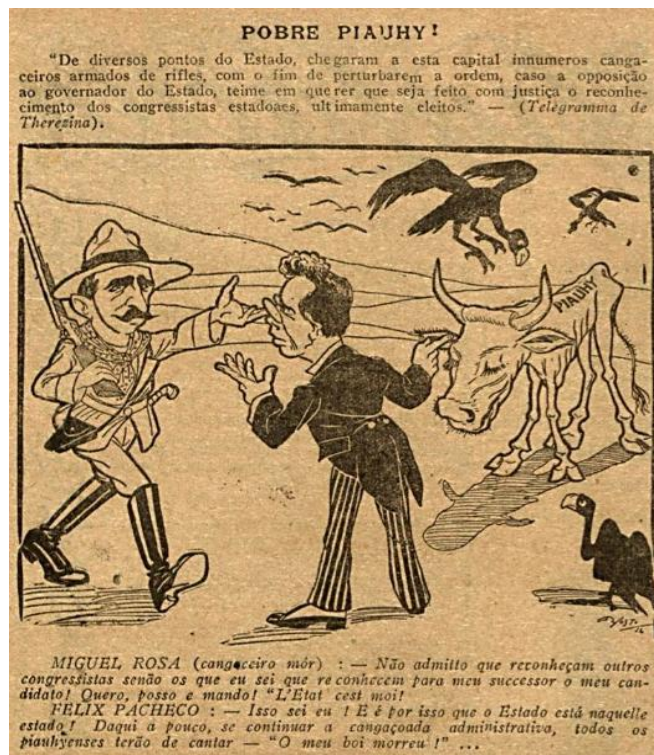
No mesmo mês, a revista *Careta* ironizou que o cenário político piauiense tinha como governador o “espinhento Sr. Rosa” (*Careta*, 05/02/1916, p. 10), considerado desconhecido pela imprensa, ao passo que o deputado Felix Pacheco com seu “fardão academico” (*Idem*) e Pires Ferreira com sua “bordada farda marechalicia” (*Idem*) são exaltados como dignos representantes do estado no Rio de Janeiro.

A disputa eleitoral continuou escalando em nível de violência e a imprensa carioca mais uma vez se preocupou que a situação chegasse a um conflito bélico. Em abril, o jornal *A Noite* noticiou um telegrama enviado pelo *Correio de Therezina*, no qual denunciava a toda a imprensa carioca que a força policial do governo miguelista acabava de “atacar e invadir as oficinas deste jornal, armada a rifles e sabres, ameaçando de destruição e morte de seus proprietarios e redatores” (*A Noite*, 20/04/1916, p. 3).

Para desespero dos periódicos cariocas, a possibilidade de um conflito armado aumentou em maio de 1916, quando novamente cada facção política convocou seus grupos de jagunços para ocupar as ruas da capital Teresina visando pressionar a decisão do Congresso Estadual, uma organização formada por representantes eleitos pelos políticos para escolher o

novo governador (Chaves, 2013). Esse fato foi retratado pela revista *O Malho* através da charge a seguir.

Figura 6 - POBRE PIAUHY!



Fonte: O Malho, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1916, nº 715, p. 32.

Assinada por Aryosto (Aryosto Duncan), a charge possui o título de “*Pobre Piauí*” e representa a notícia que diversos cangaceiros armados com rifles haviam adentrado Teresina, ameaçando a oposição caso ocorresse alguma interferência no pleito eleitoral. Na parte visual, estão presentes o governador Miguel Rosa, chamado de “cangaceiro mor” e trajando uma indumentária do cangaço, como espingarda, chapéu e um lenço no pescoço; o outro personagem é Félix Pacheco; e por último há a personificação do Piauí como um(a) boi/vaca extremamente magra cercada por urubus.

Na conversa, o governador diz não admitir que reconheçam outros congressistas para a escolha de um sucessor, chegando a falar “Quero, posso e mando!” (O Malho, 27/05/1916, p. 32). Ao passo que Félix Pacheco afirma que “se continuar a “cangaçoada administrativa, todos os piauienses terão de cantar - ‘O meu boi morreu!’” (Idem), uma possível associação entre a cantiga popular e o bovino magro envolto a urubus presente na charge.

Com relação à presença de cangaceiros no processo eleitoral, essa já era uma realidade da disputa piauiense há muito tempo. Em março de 1910, foi veiculado no periódico *O Paiz*

(RJ) a notícia das movimentações de alguns jagunços sob ordens de políticos no Piauí, fato visto pela imprensa carioca como uma ameaça e um perigo para os estados do Norte. Segundo ele, o cangaceiro ao mesmo tempo que poderia ser considerado “a praga do norte como o gafanhoto é o flagelo do sul. Um e outro são devastadores e inextinguível” (O Paiz, 08/03/1910, p. 2), também compreendia a admiração dos nortistas por essa figura enquanto o “corredor incansável do sertão, do sertão adusto e hostil” (Idem).

Mesmo com a presença dos cangaceiros miguelistas, da força policial e de alguns congressistas apoiadores, Miguel Rosa acabou sofrendo uma derrota quando o candidato da oposição Eurípedes Aguiar foi aprovado como novo governador do Piauí. Assim, a cidade de Teresina foi ocupada pelas ruas e avenidas por um desfile dos representantes da facção vencedora, militares, população apoiadora e as tropas armadas chamadas de “patriotas” (Chaves, 2013).

A derrota de Miguel Rosa foi comemorada pela revista *O Malho*, que teve contato com vários telegramas vindos do Piauí e noticiou que “apezar do estrategico entrincheiramento dos cangaceiros contra as forças libertadoras, que marcharam sobre Therezina” (O Malho, 01/07/1916, p. 9), e finalmente o “boi morreu - o boi do Sr. Miguel Rosa, suplantado pela vaca do sr. Pires Ferreira” (Idem). Terminava um dos processos eleitorais que mais preocupou a imprensa local e nacional, com o Piauí sendo ameaçado de se transformar num sangrento campo de batalha.

Considerações finais

Ao longo do texto pode-se compreender que a imprensa representou um ponto de ligação entre os acontecimentos do Piauí e o espaço de difusão de informações do Rio de Janeiro. Ficou evidente que os periódicos de ambas as regiões mantiveram uma relação de intensa comunicação, reverberando notícias mutuamente e repercutindo debates desses dois diferentes extremos do país.

As discussões levantadas por políticos e intelectuais piauienses sobre um suposto abandono, atraso e isolamento do Piauí chegaram ao cenário nacional através das páginas desses impressos, além da mediação de representantes do estado na Capital Federal. Tais questões ainda foram estampadas por símbolos de uma identidade piauiense, como o boi e o vaqueiro, que acabaram sendo incorporados no repertório de representações da imprensa ilustrada carioca.

É possível perceber que os chargistas que colaboraram com a revista *O Malho* se utilizaram da imagem do vaqueiro e do boi como personificação do Piauí para representar as

discussões em torno dos problemas e questões econômicas, culturais e políticas do Piauí Republicano, como o combate à seca, as cobranças por uma ferrovia, as acirradas e violentas disputas eleitorais, entre outros. Dessa forma, o Piauí parece ter sido compreendido como um(a) boi/vaca que necessitava do constante pastoreio de seus representantes políticos e da intervenção do poder central para conseguir se estruturar como um robusto estado da República Brasileira.

Fontes

A Noite, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1915, nº 1403, p. 2

A Noite, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1916, nº, p. 3

Careta, Rio de Janeiro, 1 de junho de 1912, nº 209, p.7

Careta, Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1916, nº 398, p. 10

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1903, nº 813, p. 1

Diário do Piauí, Piauí, 18 de abril de 1911, p.1

Fon Fon, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1908, nº 1, p. 1

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1911, nº 137, p.2

O Apóstolo, Piauí, 7 de março de 1909, nº 91, p. 4

O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1912, nº 11, p. 2

O Malho, Rio de Janeiro, outubro de 1910, nº 421, p.47

O Malho, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1911, nº 454, p. 35

O Malho, Rio de Janeiro, 22 de julho 2011, nº 462, p. 20

O Malho, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1912, nº505, p. 10

O Malho, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1913, nº 569, p. 49

O Malho, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1915, nº 665, p. 43

O Malho, Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1916, nº 699, p. 6

O Malho, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1916, nº 709, p. 22

O Malho, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1916, nº 715, p. 32

O Malho, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1916, nº 716, p. 22

O Malho, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1916, nº 720, p. 9

O Malho, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1927, nº 1308, p. 21

O Paiz, Rio de Janeiro, 8 de março de 1910, nº9285, p.2

O Paiz, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1911, nº 9772, p. 8

O Paiz, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1915, nº 11189, p. 1

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1905, nº 282, p. 15

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTAS, Mayra Cristine Pessôa. **Que tal os da favela?:** a construção da noção de favela a partir do humor na Primeira República. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023
- CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, v. 4/5, p. 04-11, 2003.
- SILVA, Laila Pedrosa da. O Centenário da Independência chegou: o Estado do Piauí na exposição internacional de 1922. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 35, n. 1, p. 103-130, 2022.
- SILVA, Rogério Souza. **Modernidade em desalinho:** costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e identidade:** as narrativas da piauiensidade. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008
- VIANA, Francisco Cleisson Sousa; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Heróis de gibão de couro: história e identidade dos vaqueiros campomaiorenses através da literatura. **Vozes, Pretérito & Devir:** Revista de História da UESPI, v. 5, n.1, p. 257-271, 2016.
- VIEIRA, Lêda Rodrigues. Transporte sobre trilhos: ferrovia no Piauí na Primeira República. **Informe econômico**, v. 11, n. 23, p. 24-30, 2010.

Submetido em: 15 abr. 2025

Aceito em: 27 ago. 2025

Encarceramento prisional e racismo em Santa Catarina: penitenciária de Florianópolis e seus Arquivos Marginais (1930-1959)

Prison incarceration and racism in Santa Catarina: Florianópolis Penitentiary and its Marginal Archives

Júlia Rossler da Rosa Oliveira,¹ UDESC

Resumo

O presente artigo dialoga com uma dissertação de mestrado que está em andamento, acerca das relações entre racismo e encarceramento prisional, a partir das práticas institucionais da Penitenciária de Florianópolis - SC. Nesta pesquisa que encontra-se nos estudos da história das prisões, a problemática central questiona quais as noções de raça para a instituição, e a resposta é desenvolvida através da análise de seus arquivos marginais, que tratam-se de prontuários de presos e relatórios penitenciários. A principal hipótese afirma que as noções de raça estão imbricadas ao léxico da criminologia positivista, questão desenvolvida no presente artigo. Continuidade histórica, a partir de Beatriz Nascimento e dispositivo de racialidade, a partir de Sueli Carneiro são categorias importantes que norteiam as reflexões suscitadas na pesquisa.

Palavras-chave: História das prisões; Arquivos Marginais; Encarceramento.

Abstract

This article is in dialogue with an ongoing master's dissertation about the intertwining of racism and prison incarceration, based on the institutional practices of the Florianópolis Penitentiary - SC. In this academic research, which is part of the studies of the history of prisons, the central problematic question is what are the notions of race for the institution, and the answer is developed through the analysis of its marginal archives, prisoner records and prison reports. The main hypothesis states that the notions of race are intertwined with the lexicon of positivist criminology, and therefore, the role of human and legal sciences will be a starting point for this work. Historical continuity, based on Beatriz Nascimento and raciality device, based on Sueli Carneiro, will be important categories for this elaboration.

Keywords: History of prisons; Marginal Archives; Incarceration.

Introdução: os Arquivos Marginais da Penitenciária de Florianópolis e categorias de análise do encarceramento de massa negra

Inúmeros estudos a respeito das prisões e encarceramento prisional (Góes, 2015; Davis, 2018; Segato, 2021; Wacquant, 2002; Ortegá, 2016) evidenciam sua imbricação com o racismo, desde suas bases teóricas, por meio da criminologia e o direito penal, até as práticas apartadas nesses saberes. E para esta pesquisa, essa imbricação é um ponto de partida,

¹ Mestranda e bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisadora-colaboradora do projeto de pesquisa e extensão Arquivos Marginais. E-mail: juliarossler8@gmail.com.

com a finalidade de abordar como isso se evidencia na Penitenciária de Florianópolis, SC, inaugurada no ano de 1930. Com a análise dos Arquivos Marginais da instituição, demonstram-se as formas que o racismo está presente nas práticas administrativas e carcerárias, e como a Penitenciária produz saberes racistas.

Para Viviane Borges, Arquivos Marginais referem-se a “arquivos que abrigam documentação sobre indivíduos que involuntariamente foram apreendidos por instituições de controle, ou por sequestro social” (2023, p. 415), e comumente registram um passado que não quer ser lembrado pelas vidas que foram aprisionadas, devido o estigma em torno de quem possui “passagem” pela prisão. Os arquivos analisados nesta pesquisa tratam-se de prontuários de presos da Penitenciária de Florianópolis, que hoje estão sob tutela do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da UDESC, e relatórios penitenciários, que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. O recorte temporal da pesquisa (1930-1959) deve-se aos dados analisados até o ano de 1959.

Para a análise destas documentações, a metodologia adotada consistiu em análise de dados acerca da classificação racial dos sentenciados, quais representações foram feitas às pessoas negras ou não-brancas,² como a raça é registrada e os termos que são utilizados para isso, e como os discursos constroem os criminosos discursivamente a partir das noções de raça. As fontes analisadas são referidas como dispositivos de racialidade (Carneiro, 2005) devido seus discursos, práticas institucionais e produção de saberes perceptíveis nas fontes, que se adequam à manutenção de uma supremacia branca (Mills, 2013).³

Sueli Carneiro (2005) parte de uma perspectiva foucaultiana do que é dispositivo. Ao passo que Foucault analisa os dispositivos de sexualidade que determinam o que é normal ou anormal, Carneiro aplica o dispositivo de racialidade como uma categoria que identifica uma dualidade entre positivo e negativo a partir da cor da pele, em que a brancura é a representação da positividade. Para a autora

Se o sexo será o demarcador de uma verdade sobre o sujeito, como Foucault demonstra na *História da Sexualidade*, que definirá a sua normalidade ou anormalidade, em nosso entendimento a raça será outro demarcador para a apreensão dessa verdade do sujeito; por meio dela se evidencia o valor de

² Ao longo da pesquisa, o termo não-branco é utilizado pois nos documentos analisados da Penitenciária, as nomenclaturas classificatórias eram diversas, como “parda”, “morena clara”, “morena escura”, entre outras, que não permitem uma afirmação de que tratavam-se de pessoas negras ou indígenas, por exemplo.

³ Para as reflexões da presente pesquisa, compreende-se a supremacia branca a partir das elaborações do filósofo Charles Mills (2013). Para ele, supremacia branca é entendida como ideologia da branquitude, que garante privilégios dos brancos sobre negros e demais povos não-brancos, por meio de um contrato racial em que todos os brancos se privilegiam, embora nem todos sejam signatários desta supremacia.

cada agrupamento humano na sua diversidade étnica/racial, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual. O saber sobre o negro é então aqui considerado como prática discursiva de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça, produzidos no interior de relações de poder que, como afirma Daniella Geoges Coulouris, para quem as relações de gênero *se consolidam enquanto continuidades históricas, mas também se alteram, se deslocam, se modificam em um processo ininterruptos de lutas e embates* (Carneiro, 2005, p. 50, grifos meus).

A categoria de dispositivo de racialidade é importante para esta pesquisa, não apenas para identificar a constatação das suas tecnologias na prática institucional, mas por abrir brechas à uma história antirracista através da noção de continuidades históricas, como apontado na citação acima. A questão carcerária possui um histórico de continuidades que se revela na opressão ao povo negro do período colonial à república, entre mudanças que se adequam para uma manutenção de subalternização. Esta ideia pode ser atribuída ao conceito de colonialidade, que para Quijano (2005), é o processo atual das inscrições da colonização para o poder e no saber. E por ter a raça como fundamento do processo colonial, considera-se que esta é a análise que faz sentido para uma história feita por mãos negras, como da autoria deste artigo.

Por se tratar de um trabalho que adota o racismo como um fio condutor da história abordada, a categoria de continuidade histórica, a partir de Beatriz Nascimento (2021) é importante para considerar os processos de subalternização que seguem da escravidão ao encarceramento em massa. Também, pois a categoria possibilita um deslocamento das formas de abordar as temporalidades na história e da história sob os cânones de uma história tradicional apegada ao anacronismo como um pecado.

Uma das contribuições que a presente pesquisa suscita para os debates sobre as possibilidades de temporalização da História do Tempo Presente - HTP, é afirmar as limitações ocasionadas por uma distinção entre passado e presente de forma qualitativa. Para o historiador Walderez Ramalho (2023), a emergência de uma HTP relaciona-se justamente nas tensões desta separação qualitativa, advinda de diferentes relações sociais com a temporalidade. A separação rígida entre passado e presente é quebrada quando Beatriz Nascimento (2021) propõe a reflexão sobre diferentes experiências no tempo, apontando para o conceito de “Quilombo”, como uma destas experiências. E além disso, para a autora,

Só o levantamento histórico da vivência dos negros no Brasil levado a efeito pelos seus descendentes, isto é, pelos que atualmente vivenciam na prática a sua herança existencial (vívda), poderá erradicar o complexo existente entre

eles, assim como o preconceito racial por parte dos brancos (Nascimento, 2021, p. 121).

A herança existencial, de que aponta a historiadora, faz alusão a processos históricos que atravessam os corpos negros de diferentes formas, incluindo por meio do trauma da escravidão, e as marcas do racismo.

Instituição para uma Santa Catarina moderna

A Penitenciária de Florianópolis foi inaugurada em 1930, em meio a reformas urbanas fomentadas pelas elites políticas na capital de Santa Catarina, que propunham uma cidade moderna e aos moldes europeus, como visavam as políticas higienistas do início do Brasil Republicano. Parte destas políticas, dialogavam com os ideais positivistas de criminologia (Miranda, 1999).

O léxico criminológico positivista refere-se aos ideais que partem de Cesare Lombroso (1835-1909), italiano reconhecido por ser seu precursor, e para essa escola criminológica, a patologização do crime é uma de suas principais características (Ferla, 2006). Para Luciano Góes (2015), a escola positivista surge como uma justificativa para a pena, que ignora as causas sociais vinculadas ao crime, ou seja, não questionando o capitalismo. Com a criminologia positivista, o criminoso passa a ser um foco, e não apenas o ato de cometer um crime.

Em traduções brasileiras de Lombroso, a exemplo das obras do criminólogo Nina Rodrigues, ele utilizou-se de teorias raciais para a construção de uma criminologia positivista brasileira, que visava o embranquecimento e projetava um genocídio da população negra para o embranquecimento (Góes, 2015). Inferioridade racial, degeneração e as noções de criminoso nato, são conceitos-chave nas abordagens positivistas, e podem ser encontrados nos prontuários de presos e relatórios analisados nesta pesquisa.

Embora a construção da Penitenciária tenha iniciado na década de 1920, os anseios pela instituição eram constantes desde a década de 1900, próximo à abolição da escravidão de forma oficializada,⁴ e também, período em que Nina Rodrigues mais estava produzindo seus escritos, em que defendia penas diferentes, à diferentes raças.

⁴ Cabe ressaltar, que processo da abolição não foi de ruptura social viabilizando uma superação das atrocidades do regime escravista, e em Santa Catarina, elementos que lembrassem a escravidão sofreram apagamentos por meio das reformas higienizantes que ocorriam nas cidades. Em Florianópolis, por exemplo, foram instalados serviços de bondes, água e esgoto que justificaram demolições de casebres e instalações que lembrassem sociabilidades negras. “Na conjuntura do pós-abolição, os descendentes de africanos continuavam sendo preteridos socialmente e vistos como símbolo do atraso e a encarnação dos males que assolavam a sociedade” (Domingues, 2011, p. 131).

Ao defender que as “raças inferiores” mereceriam um tratamento penal diferente (mais rigoroso pelo risco à sociedade branca oriundo da presença dos conceitos estabelecidos por Lombroso de primitividade, impulsividade e imprevidência) dos “normais”, equiparou o negro africano (a raça pura mais inferior) a uma “criança grande” (por sua inferioridade mental e moral)⁴³⁵, utilizando a inimputabilidade decorrente da menoridade penal como analogia para indicar a necessidade de construção de uma legislação penal que, no interior de um universo igualitário, os desiguais continuariam a ser tratados desigualmente⁴³⁶, mantendo a ordem racial escravocrata fundante do país, considerando assim, que os negros tivessem direito a uma “responsabilidade moral diversa” por sua “desigualdade bio-sociológica” (Góes, 2015, p. 176).

As ânsias de uma penitenciária moderna dialogam com este período de modernização do racismo, - de expulsar os negros e não-brancos das cidades - e evidenciam-se no relatório de 1903, da Secretaria Geral dos Negócios do Estado, apresentado ao vice-governador do estado, Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Jr., pelo Secretário geral dos negócios do Estado, Caetano Vieira da Costa. Este documento afirma que de todos os serviços do Estado, o que tem as piores condições é o penitenciário. E coloca-se como um dos maiores problemas a falta de higiene das cadeias, enfatizando que o Estado não possuía edifícios próprios para isso, e utilizavam-se casas particulares alugadas.

Além de não disporem tais prédios, na sua maioria, casas particulares, cujos aluguéis bastante pesam na despesa do Estado, de compartimentos suficientes e apropriados às condições do sexo, idade e estado patológico dos reclusos, circunstância esta que dá origem à mais escandalosa promiscuidade e comunhão de sentimentos, à força do convívio, não oferecem ainda as indispensáveis condições de segurança. Provas deste acerto são as contínuas evasões de facínoras, cujas façanhas tem convulsionada o espírito público, trazendo-o em contínua apreensão, pois que tais fugas geram a impunidade e esta é sempre um estímulo aos que trazem a perversidade inata (APESC, 1903, p. 23).

Esta citação mostra como os ideais da criminologia positivista já estavam adentrados na elite política antes da inauguração da Penitenciária, e portanto, ela foi criada a partir desses ideais higienistas e que acreditam em uma criminalidade nata a ser precavida. As reformas posteriores da Penitenciária faziam propagandas a uma reforma moral, além da física, que na verdade não reformou nada moralmente, apenas quis implementar novas tecnologias de opressão que facilitassem a higienização e administração de seus ideais que se mantinham no léxico de uma criminologia positivista.

A questão carcerária em Santa Catarina possui suas especificidades em relação a outros estados, possuindo como uma das características mais particulares, justamente a questão racial. Ao menos nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o número de pessoas brancas encarceradas na Penitenciária de Florianópolis era maior. Porém, ao comparar os dados de

apenados da Penitenciária com a população total de Santa Catarina, revela-se uma maior suscetibilidade de pessoas negras e não-brancas ao encarceramento, processo que ao longo da dissertação, encontram-se arcabouços teóricos para determinar que não ocorre de forma natural.

Dados a partir dos prontuários de presos

Ao analisarmos os dados sobre a população negra e não-branca na Penitenciária de Florianópolis entre 1930 e 1959, disponibilizados pelo site Arquivos Marginais a partir da catalogação de prontuários, observamos que a maioria das pessoas encarceradas era branca, totalizando 1.166 (51,25%), enquanto 1.082 (47,56%) foram classificadas como não-brancas, segundo a categoria “cútis” utilizada nos prontuários (Arquivos Marginais, 2024). Essa diferença é de apenas 3,69% entre brancos e não-brancos. No entanto, ao serem contextualizados em relação à população total de Santa Catarina, os dados revelam uma tendência maior ao encarceramento, para pessoas não-brancas. Os gráficos do site não apresentam o número exato de sentenciados por ano, por isso calculei médias com base nos censos demográficos de 1940 e 1950 realizados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ao compararmos os dados sobre o número de sentenciados com o censo demográfico de 1940, observamos que 1,65% da população não-branca estava encarcerada no estado, em contraste com apenas 0,10% da população branca. Isso indica uma maior suscetibilidade à prisão entre as pessoas não-brancas, com uma probabilidade cerca de 16 vezes maior. Ao realizarmos a mesma comparação com o censo de 1950, verificamos que 1,34% da população não-branca estava presa, enquanto apenas 0,07% da população branca se encontrava na mesma situação, o que sugere que a propensão à prisão entre as pessoas não-brancas era aproximadamente 17 vezes maior do que entre as brancas.

Em 1940, as classificações raciais do IBGE incluíam as categorias "preto", "branco", "amarelo" e "pardo". Esta última englobava diversas designações, como "mulato", "moreno" e "caboclo", que não se encaixavam nos outros três grupos étnicos. Neste ano, os brancos representavam 94,44% da população, enquanto pretos e pardos somavam 5,55%, os amarelos tinham 0,00% e as pessoas de cor não declarada representavam 0,01% (IBGE, 2024a). Em 1950, os critérios de classificação racial foram semelhantes, mas incluíram os “índios” na categoria "parda". Neste ano, os brancos correspondiam a 94,60% da população, os pretos a 3,64%, os amarelos a 0,00%, os pardos a 1,52% e as pessoas de cor não declarada a 0,22% (IBGE, 2024b). As razões pelas quais as pessoas não-brancas foram mais encarceradas do que

as brancas na Penitenciária de Florianópolis durante o período estudado refletem um processo histórico que perdura até hoje, em que a violência de Estado contra pessoas negras e não-brancas é uma realidade.

Por conta do IBGE ter sua fundação no ano de 1936, a comparação para estabelecer as porcentagens foi realizada por meio dos censos demográficos realizados em Santa Catarina nos anos de 1940 e 1950. Foi uma escolha de mediação entre apresentar os dados de forma integral, ou não os abordar, para que as diferenças no número de encarcerados brancos e não-brancos fosse enfatizada. Os cálculos foram realizados por meio da divisão do número de presos brancos e não-brancos, pelo número de pessoas brancas e não-brancas de Santa Catarina, levantadas pelo IBGE. Em seguida, o resultado desta divisão foi multiplicado por 100, para termos a porcentagem de população branca e não-branca que se encontrava encarcerada. Por fim, foi calculada a divisão do número total de pessoas não-brancas pelo número de pessoas brancas.

Nos cinco primeiros anos de funcionamento, a Penitenciária de Florianópolis obteve cinco diretores diferentes, demonstrando instabilidade administrativa no local. Entre 1935 e 1945, Edelvito Campelo D'Araújo passou a dirigir a Penitenciária, estabelecendo mudanças administrativas e estruturais, para se adequar aos modelos modernos penitenciários que estavam sendo impostos em outras instituições brasileiras no período (Caponi, Rebelo; 2007). As instabilidades na direção da Penitenciária e as dificuldades em sua manutenção, de modo a garantir uma instituição higienizada e preocupada com a cura do crime, ficam nítidas no Relatório Penitenciário de 1935. Nele, D'Araújo afirma que

A penitenciária da “Pedra Grande”, embora localizada em prédio de construção recente, está muito aquém das finalidades que se propõe. Desde a sua situação, encravada, por assim dizer numa grande pedreira que lhe dificulta e encarece qualquer ampliação, desprovida de muralhas que a isolem e proteja, dispondo de um número pequeno de celas, com poucas e acanhadas salas, tendo logo a entrada a cozinha, possuindo somente quatro oficinas ainda por organizar, até o pessoal administrativo sem a devida técnica, tudo faz da Penitenciária mais uma grande cadeia, com os inconvenientes todos das grandes prisões (APESC, 1935 p. 2).

Ainda em relação ao projeto republicano em que a inauguração da Penitenciária de Florianópolis estava envolvida no início do século XX, também destacam-se obras arquitetônicas como a construção da Ponte Hercílio Luz, responsável por ligar a ilha de Santa Catarina ao continente; a implementação da luz elétrica, o canal de saneamento e o serviço de água encanada (Miranda, 1999). Estas mudanças influenciaram diretamente as diferentes camadas sociais da cidade, ocasionando em grandes obras segregadoras, como a construção

da Avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz, no centro da cidade. A construção desta avenida foi responsável por retirar moradias populares de parte do centro, fazendo com que os pobres e negros que habitassem esse local, ficassem às margens, materializadas nas favelas erguidas nos morros do centro (Nogueira, 2018).

Por meio de repetições ao longo de diferentes processos históricos, o território de Santa Catarina é marcado por práticas higienistas que vão desde decretos de proibição de manifestações culturais de origem africana no século XVII (Vieira, Debortoli; 2016), até expulsões compulsórias no centro da cidade que ocorrem até hoje, impossibilitando práticas vinculadas à cultura popular. Expulsões compulsórias são exemplificadas por meio de legislações como o decreto N° 26.232 de 01/04/2024, deliberado pelo prefeito Topázio Silveira Neto, da cidade de Florianópolis. Este decreto, que não está mais em vigor após diversas manifestações públicas da população que o contrariavam, definiu horários de funcionamento de estabelecimentos no Centro-Leste da cidade, bem como estabelecendo horários em que a presença populacional é permitida nas ruas (Santa Catarina, 2024, decreto n° 26.232).

As classificações e hierarquizações raciais advindas do racismo científico, que hoje se desdobram por meio do que Mbembe (2014) denomina “racismo sem raça”, mecanismos aprimorados de discriminação que substituem o “caráter biológico” da raça por culturas e religiões ligadas aos povos não brancos, são fio condutor para refletir sobre as práticas de branqueamento, higienismo e eugenia em Santa Catarina. A segregação de sua capital, Florianópolis, pode ser pautada principalmente a partir da Casa de Câmara e Cadeia da cidade e a Penitenciária de Florianópolis, instituições de isolamento que cumpriam e cumprem o papel de aprisionar os desviantes da sociedade que se almeja branca, sujeitos estes, considerados não-humanos de uma perspectiva iluminista, e enquadrados como vadios e criminosos.

Construção dos criminosos a partir da raça no relatório de 1940

Ao longo da dissertação de mestrado que possibilitou a escrita deste artigo, foram analisados relatórios penitenciários anuais de 1933, 1935, 1936, 1938, 1939, 1940, 1942, 1943, 1944, 1945, 1956, 1957, 1958, 1960, 1964 e 1965, todos referentes ao exercício de atividades da Penitenciária de Florianópolis. Porém, para este recorte da pesquisa o relatório de 1940 foi escolhido como enfoque, devido seu minucioso estudo acerca do perfil dos sentenciados da instituição. A partir de sua análise, identificam-se as construções dos criminosos a partir de estereótipos racistas.

O relatório de 1940 conta com 70 páginas e é dividido em duas partes, uma permeada de reflexões embasadas pela criminologia, e os anexos, que contêm gráficos a respeito de variadas temáticas voltadas aos presos e à administração da instituição. O documento possui capa mole em vermelho e branco, e a parte dos anexos é toda em preto e branco, com capa simples em papel branco, e com detalhes feitos manualmente em canetas coloridas no interior do relatório. Embora um dos mais interessantes por possuir uma ampla análise anual, esse relatório não possui capa dura em vermelho e dourado como outros, resultado das oficinas de encadernação da Penitenciária.

Os gráficos disponíveis no anexo abordam sobre os tópicos “reincidência”, “o crime e a religião”, “o crime e a causa”, “o crime e a sífilis: porcentagem segundo a espécie do crime”, “o crime e a sífilis: porcentagem global”, “reincidência: depois do cumprimento da pena”, “o crime de sangue: e o instrumento empregado”, “consultas médicas durante o ano 1940”, entre diversos outros tópicos. A partir destes gráficos, são realizadas reflexões contidas na outra parte do relatório.

Na parte do relatório voltada às análises dos gráficos, consta um documento de Edelvito Campelo D’Araújo (diretor da instituição) para Ivo D’Aquino (secretário do interior e justiça) a respeito do envio do relatório anual de 1940, datado de 1941. Em seguida, consta um documento dividido nos seguintes tópicos: Inaugurações, secções agrícolas, exposição, primeiro decento, e conferência penitenciária.

Após, um documento que explicita a falta de fontes para realização de um relatório mais completo e os seguintes tópicos desenvolvidos em texto: movimento geral; demonstrativo de altas, óbitos, indultos e transferências; livramento condicional; reincidência; o crime por comarca; o crime por espécie; o crime por profissão; o crime e o sexo; o crime e a cor; o crime e o estado civil; o crime e a idade; o crime e a instrução; o crime e a pena; o crime por nacionalidade; o crime e a situação financeira; e o crime e o local; entre outros. As informações abordadas pelo relatório, apesar de bem detalhado, não abordam a totalidade das atividades e dados da instituição, e nesta pesquisa, optei por fazer uma seleção de tópicos para analisar, que fazem mais sentido para a minha pesquisa.

Relatórios como o de 1940 proporcionam uma percepção acerca da prática institucional da Penitenciária de Florianópolis, assim como os seus prontuários, dossiês da vida dos sujeitos privados de liberdade, pois revelam informações acerca do cotidiano que extrapolam as leis (Wit, 2021). Enquanto os prontuários eram responsáveis por agrupar dados individuais de cada encarcerado, os relatórios os agrupavam para uma visão coletiva a respeito dos presos e instituição.

De forma explícita, as referências a Lombroso ocorrem por meio de citações diretas neste relatório, ao refletir a respeito da questão financeira e religiosidade dos encarcerados. Em relação à questão financeira, o relatório afirma:

O gráfico anexo ao presente mostra que dos delinquentes de 1940, 54,5% eram miseráveis; 32,3% pobres; 11,7% de recursos estritos e 1,4% abastados. Destes últimos, num total de 4 entre - 288, 3 eram comerciantes condenados por crime contra a segurança nacional.

As percentagens aqui expostas coincidem com as que seguem, observadas por Lombroso, e também coincidentes com outras averiguados por Guillaume na Suécia, por Stevens na Bélgica, e por Marro, na Itália: 56% indigentes; 32,15% n'ayant que le nécessaire pour vivre; 10,13% passablement alsés et 1,72% alsés et riches (APESC, 1940, p. 24).

Neste trecho do relatório, juntamente a Cesare Lombroso, psiquiatra e criminologista italiano, outros nomes da criminologia são citados, como Guillaume Ferrero, sueco que chegou a publicar com Lombroso e se destacou por teorizar a respeito das mulheres criminosas; Antonio Marro, psiquiatra italiano que também trabalhou diretamente com Lombroso; e Stevens, criminologista belga menos mencionado entre os três, na bibliografia acadêmica brasileira, mas que junto a Guillaume esteve presente no primeiro congresso Internacional de criminologia em Londres, no ano de 1972 (Guedes, 2014).

A respeito das religiosidades, o relatório de 1940 afirma que “as influências da religião sobre o crime, disse-o Lombroso, são ainda mais complexas que a da riqueza e da própria civilização, só há relação direta da religião com o crime, quando este for cometido em função daquela.” (Relatório do Exercício de 1940, p. 26). A afirmação denota o caráter religioso como benéfico à regeneração dos encarcerados para a instituição, e em seguida, discute como a presença da religião na Penitenciária auxilia na disciplinarização, trabalho e relações de afeto com a família. Neste documento a “instrução espiritual” e a existência de cultos católicos e evangélicos dentro da instituição são evidenciados a partir da atuação de assistentes religiosos por conta do decreto 446 de 29 de maio de 1940, que considera a assistência espiritual aos sentenciados.

Além das citações diretas, as noções de degeneração, criminoso nato e inferioridade racial também aparecem no relatório de 1940 por meio das temáticas abordadas nos relatórios e as abordagens em torno dessas questões. É perceptível uma justificação das teorias criminológicas para as práticas institucionais ligadas ao trabalho e disciplina, bem como destas práticas para as teorias. Nesse sentido, a institucionalização da criminologia no Brasil foi fundamental para a construção de um discurso a respeito dos perfis criminais e a criação dos sujeitos “perigosos”.

O discurso criminológico positivista era a justificativa científica que os intelectuais do direito à época usaram para segregar as classes que não eram bem vistas – e leia-se aqui os pobres, negros, desempregados e etc. - e atender aos interesses das oligarquias que comandavam o Brasil republicano (Borges, Silva; 2016).

Partindo da afirmação que os discursos da escola positivista de direito conversam mais com a estruturação da sociedade colonial brasileira do que o panóptico de Bentham exemplificado por Foucault (Segato, 2007), procurei enfatizar como o conceito de inferioridade racial é presente no documento, elucidando como o Lombrosianismo ainda é presente de forma material e simbólica na manutenção do Estado Penal. A respeito do tópico “O crime e a cor”, o relatório apresenta constatações sobre o grupo racial que mais delinque e comete crimes, a partir de pressupostos hereditários e frutos da miscigenação. No corpo do relatório consta que

[...] o mulato, pardo, ou mixto, quarteirão ou oitavão é, nos grupos étnicos, o que mais delinque. Essa informação se vem confirmando de ano para ano. À medida que decresce o número de brancos e pretos criminosos, o de pardos aumenta. O gráfico correspondente ao crime pela cor, mostra que de 288 sentenciados, 190 ou 66,4% eram brancos, 79 ou 27% pardos e 19 ou 6,6% pretos. No decênio 1930-1939 as porcentagens foram as seguintes: brancos 68%, pardos 24% e pretos 7%. Não há dúvidas que proporcionalmente à respectivas populações, as segundas dessas porcentagens são as mais altas. A predisposição ao crime nos pardos, segundo se apurou, decorre da herança de caracteres de grupos étnicos diversos, que, no elemento de transição, geralmente degenera. Nas prisões são indivíduos instáveis nas atitudes, simuladores, avessos à disciplina, e refratários ao trabalho. Entre os pardos está a maioria dos reincidentes. Dos crimes - que cometem, dois terços são de sangue e o restante, geralmente, contra propriedade (APESC, 1940, p. 20).

As ideologias raciais do início do século XIX foram componentes importantes para as tentativas de atingir o ideal de embranquecimento pelas elites intelectuais brasileiras, e muitos viam Santa Catarina como lócus de concretização deste projeto por possuir índice menor de pessoas não-brancas comparado a outros estados brasileiros. Apesar das discussões quase unânimes entre as elites para a consolidação de um Estado mais branco, havia diferentes fundamentações para chegar a este ponto. Enquanto alguns intelectuais apostavam na mestiçagem entre brancos europeus e negros ex-escravizados para “melhoramento” de raças não “puras” (não-brancas), outros acreditavam que isso degenerava os sujeitos, como na afirmação de que a degeneração era resultado de uma “herança de caracteres de grupos étnicos diversos” (Relatório do Exercício de 1940, p. 20). Uma das medidas (medidas legais) que pode-se pensar como um meio de se constituir isso foram justamente as políticas de imigração de europeus em grandes proporções no estado, e que justificam uma suposta “insignificância numérica” do número de pessoas não-brancas em Santa Catarina e dão embasamento para falácias relacionadas ao mito da democracia racial (Leite, 1996).

No relatório de 1940 há um tópico denominado “O crime por nacionalidade”, afirmando que

do total de 288 condenados, 278 eram nacionais e 10 estrangeiros (...) Para um estado, como o nosso, onde não é pequeno o movimento emigratório, mormente de alemães e italianos, a delinquência entre estrangeiros pode ser considerada diminuta (APESC, 1940, p. 22).

A partir deste trecho, é perceptível a relação da instituição com a conceituação de inferioridade racial, embora a palavra “inferioridade” não apareça no corpo do texto. A imigração europeia é enaltecida para justificar o baixo índice de criminalidade entre estrangeiros, ao mesmo tempo em que os pardos são apontados como mais propensos a cometer crimes por conta da miscigenação, em outros trechos do documento.

O relatório de 1940 da Penitenciária de Florianópolis incorpora aspectos intrínsecos às prisões latino-americanas, que por meio da criação de estereótipos em torno do criminoso, pelas conceituações de inferioridade racial, criminoso nato e degeneração, constituem os presos como desviantes e alvos de interpretações lombrosianas. Da criação do “criminoso” e o “cidadão”, aqueles que não são considerados como cidadãos acabam por não serem vistos no ideal de humanidade da lógica burguesa. Diante do funcionamento de um Estado de Direito que funciona aos cidadãos deste país, os direitos humanos acabam por ficar de escanteio aos privados de liberdade (Faustino, 2010).

Considerações finais

A partir da análise de relatórios penitenciários e prontuários de presos, este artigo trabalhou acerca destes arquivos marginais como dispositivos de racialidade (Carneiro, 2005) da Penitenciária de Florianópolis, pois evidenciam um compromisso com a subalternização de pessoas negras e não-brancas, com discursos pautados em um léxico da criminologia positivista. E ao inserir Santa Catarina nos estudos da História das Prisões, também se problematiza a noção de um estado que vende sua democracia racial, inclusive por meio da historiografia tradicional (Leite, 1996), ao passo que analisa as propensões ao cárcere como uma continuidade histórica (Nascimento, 2021) do racismo.

A construção dos criminosos pela Penitenciária de Florianópolis se adequa aos ideais burgueses que pautaram uma nação brasileira embranquecida por meio de ideologias raciais e da ciência criminológica nos séculos XIX e XX, em que a noção de “criminoso” é atrelada ao desviante, e o “cidadão” é aquele que tem acesso ao Estado de Direito. A questão racial é intrínseca à questão prisional e sempre foi uma temática dentro da criminologia. A cidadania e justiça emergem em um campo social dividido, em que se constrói a alteridade, há uma divisão dos que são dotados de direitos plenos e os que fazem parte do contingente de “outros”. O encarceramento seletivo e as violências contra a população negra não-branca fazem parte de um processo iniciado pelo extermínio e expropriação dos colonizadores (Segato, 2007). Aspectos do processo de colonialidade estiveram presentes nas práticas institucionais da Penitenciária de Florianópolis, ao menos até 1959.

Fontes

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Relatório da Secretaria Geral dos Negócios do Estado de 1903, pelo Secretário geral dos negócios do Estado

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Relatório do Exercício de 1935, pelo diretor da Penitenciária de Florianópolis

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Relatório do Exercício de 1940, pelo diretor da Penitenciária de Florianópolis

Referências Bibliográficas

ARQUIVOS MARGINAIS. Crime em SC, 2023. Disponível em: <https://arquivosmarginiais.com/crime-em-sc/>. Acesso em: 09 out. 2024.

BORGES, Guilherme Martins Teixeira; SILVA, Anderson Luiz Brasil. “Pela Porta dos Fundos”: A Construção do Saber Criminológico Positivista no Ordenamento Brasileiro. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, v. 2, n. 1, p. 250-266, 2016.

BORGES, Viviane Trindade. Arquivo marginal e suas trajetórias subalternas em manicômios e nas prisões. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 17, n. 2, p. 408-422, 2023.

BORGES, Viviane Trindade; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O patrimônio prisional: estética do sofrimento, fetiche e reflexão. **Todas as Artes**, Porto, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/taa/article/view/6249>. Acesso em: 04 out. 2024.

CAPONI, Sandra; REBELO. O gabinete do doutor Edelvito Campelo D'Araújo: a Penitenciária Pedra Grande como espaço de construção de um saber (1933-1945). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 1217-1238, 2007.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005. Orientadora: Profª Drª Roseli Fischmann. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 12, p. 118-139, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/>. Acesso em: 10 set. 2024.

FAUSTINO, Deivison Mendes. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. **PUCviva**, São Paulo, n. 39, p. 14-27, 2010.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)**. 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2005. Orientadora: Profª Drª Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26052005-184255/es.php>. Acesso em: 13 jun. 2025.

GÓES, Luciano. **A “tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2015. Orientadora: Profª Drª Vera Regina Pereira de Andrade. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193680>. Acesso em: 13 jun. 2025.

GUEDES, Geza Lisiane Carús. **Criminalidade feminina: mulheres negras e os homicídios em Pelotas (1880-1890)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, 2014. Orientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes. Disponível em: https://www.academia.edu/75535379/Criminalidade_feminina_mulheres_negras_e_os_homic%C3%ADdios_em_Pelotas_1880_1890_. Acesso em: 13 jun. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 15/02/2024b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento geral do Brasil 1940: censo demográfico: censos econômicos. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=765>. Acesso em: 15/02/2024a.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MILLS, Charles W. **O contrato racial: Edição comemorativa de 25 anos**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

MIRANDA, Antonio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis: de um instrumento da modernidade à utilização por um Estado totalitário**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77976>. Acesso em: 13 jun. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios negros em Florianópolis**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193680>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. Cadernos do CEAS: **Revista crítica de humanidades**, n. 238, p. 527-542, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ucs.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/231>. Acesso em: 20/01/2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: **Clacso**, p. 107-126, 2005.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. **História**, São Paulo, v. 42, p. e2023036, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GGKKXPMxkRBds3rL3sKNGBc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SEGATO, Rita Laura. El color de la cárcel en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, v. 208, p. 142-161, 2007.

VIEIRA, Fábio Amorim; DEBORTOLI, Gabrielli. Feitiços, batuques e Códigos de Posturas:: crenças desviantes e controle policial em Desterro na segunda metade do oitocentos. História, histórias, v. 4, n. 8, p. 63-74, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/31454245/FEITI%C3%87OS_BATUQUES_E_C%C3%93DIGOS_DE_POSTURAS_CREN%C3%87AS_DESVIANTES_E_CONTROLE_POLICIAL_EM_DESTERRO_NA_SEGUNDA_METADE_DO_OITOCENTOS. Acesso em: 15 mar. 2024.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WIT, Carolina Wanderley Van Parys de. **Entre o cárcere e o lar: trabalho e ressocialização feminina na penitenciária de Florianópolis (1930-1963)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.udesc.br/handle/123456789/193680>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Submetido em: 13 jun. 2025

Aceito em: 16 set. 2025

Revolução Russa de 1917: olhares e opiniões expressas nos jornais anarquistas na América do Sul (*A Plebe* e *La Protesta*)

Russian Revolution of 1917: views and opinions expressed in anarchist newspapers in South America (A Plebe and La Protesta)

Matheus Barrientos Ferreira,¹UEM

Resumo

A presente escrita tem por finalidade o estudo a respeito das notícias e abordagens expostas nas páginas dos jornais anarquistas *A Plebe* (1917-1951) e *La Protesta* (1892-2015) a respeito sobre os acontecimentos que constituíram a Revolução Russa (1917). Os eventos do ano de 1917 dentro da Federação Russa ocasionaram não somente notícias dentro do território europeu, como foram pautas em diferentes números dos respectivos jornais anarquistas no Brasil e Argentina. Dentro do recorte temporal de 1917, a imprensa anarquista buscou transfigurar aos seus leitores, a organização e ação conjunta em território russo. Por fim, os jornais *A Plebe* e *La Protesta* buscaram não somente enaltecer o movimento, mas como, identificar e criticar pontos bases que para os anarquistas levavam o processo revolucionário russo a um caminho turbulento e afastado daqueles que compunham a base social.

Palavras-chave: Revolução Russa; Anarquismo; Imprensa; *A Plebe*; *La Protesta*.

Abstract

The purpose of this article is to study the news and approaches presented in the pages of the anarchist newspapers *A Plebe* (1917-1951) and *La Protesta* (1892-2015) regarding the events that made up the Russian Revolution (1917). The events of 1917 in the Russian Federation not only caused news in Europe, but were also covered in different issues of the respective anarchist newspapers in Brazil and Argentina. Within the time frame of 1917, the anarchist press sought to transfigure the organization and joint action on Russian territory for its readers. Finally, the newspapers *A Plebe* and *La Protesta* sought not only to praise the movement, but also to identify and criticize the basic points that, for the anarchists, led the Russian revolutionary process down a turbulent path and away from those who made up the social base.

Keywords: Russian Revolution; Anarchism; Press; *A Plebe*; *La Protesta*.

Introdução

O breve século XX como outrora foi intitulado por Eric Hobsbawm (1995), apresentou dentro de suas primeiras décadas complexo colapso e queda de muitos impérios ao redor do

¹ Graduado em História pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) – Presidente Prudente/SP; Mestre pelo Programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina/PR; Doutorado como Aluno Regular pelo Programa de Doutorado em História Política da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá/PR; Revisor de Texto da Revista Domínios da Imagem (UEL) – Londrina/PR e Editor-Chefe adjunto/Editor de Texto da Revista 29 de Abril (UEM) – Maringá/PR, e-mail: barrientosmatheus@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4320-6377>.

globo. O processo desencadeado em território russo no ano de 1917 representou a mudança decisiva na História Contemporânea, como bem explica Iamara Silva Andrade (2021).

O processo revolucionário propaga no bojo das sociedades que se envolvem a esperança de emancipação frente às mazelas que os prendem, reflete Hannah Arendt (2011). O fator russo promoveu a queda não somente de um sistema econômico e governamental, assim como, transformações profundas nas raízes sociais que compunham as estruturas da sociedade russa desde tempos longevos.

Hobsbawm (2013) descreve as revoluções que ocorreram entre os anos de 1917-18 estando estreitamente interligadas aos acontecimentos oriundos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em resposta aos horrores da guerra e suas crises infinitas que atingiram as diversas sociedades diretamente ou indiretamente, como bem explica Fernando Sarti Ferreira (2018). Destacando o autor citado no começo do parágrafo, “foram revoluções populares, rejeições populares do Estado, das classes dominantes e do *status quo*.” (Hobsbawm, 2013, p. 340).

Os levantes populares do dia 23 de fevereiro de 1917 promoveram a queda do regime autocrático do Czar Nicolau II, definido por Angelo Segrillo (2010) como evento caótico e espontâneo, se alastrando ao longo dos meses até o seu desfecho em novembro do respectivo ano. Vale lembrar que o processo ocorrido no segundo semestre ganhou a denominação de Revolução de Outubro, pois os russos ainda utilizavam o calendário juliano, em referência ao período como sendo o mês de outubro, e não novembro.

A Revolução Russa (1917) proporcionou muito mais do que a ascensão dos comunistas (Partido Comunista) ao poder ou a batalha entre Mencheviques e Bolcheviques, significou importante reformulação de diferentes diretrizes sociais, principalmente dentro do campo trabalhista, em que novas legislações se fizeram presentes no estabelecer das relações entre a burguesia e o operariado. Para os territórios atingidos pelos desdobramentos da Revolução de Outubro, a principal herança fora a modernização e industrialização para muitos que vivenciavam uma atrasada agricultura, como bem explica Hobsbawm (1995).

O processo de escrita da Nova História Política proporcionou o ampliar do vasto campo de estudos a respeito das ações comunistas e seu governo em território russo. O inserir de novas fontes na historiografia política – Imprensa; Opinião Pública; Relações Sociais; Cultura – fatores esses como o papel da imprensa que fora fundamental para a disseminação ideológica e factual em diferentes nações, proporcionando ao historiador ângulos distintos da influência proporcionada muito além de seu território.

Dentro da respectiva escrita não entrarei no campo historiográfico afundo sobre os acontecimentos da Revolução Russa, seus desdobramentos que antecederam e sucederam o processo, pois o objetivo está ligado diretamente a interpretação e transmissão dos acontecimentos nas páginas do *A Plebe* (1917-1951) e *La Protesta* (1892-2015).

A Plebe – Periódico ligado ao movimento operário e anarquista, circulou nas ruas da cidade de São Paulo entre 1917-1951, a sua presença pode ser apontada por muitos estudos historiográficos recentes como sendo a continuação das pautas apresentadas no periódico anticlerical, *A Lanterna* (1901-1935), que também circulou na capital do estado no início do século XX.

O jornal *A Plebe* nasceu no bojo do movimento social/industrial que tomava as ruas da cidade de São Paulo buscando mudanças radicais para a realidade da classe, a Greve Geral de 1917, movimento que paralisou diferentes setores industriais entorno das reivindicações sindicais operárias. O periódico alcançou números superiores de 400 exemplares publicados, ao custo de \$100 réis cada unidade, planos de assinatura eram oferecidos, semestrais, 5\$000 réis, anual, 10\$000 réis. Importante frisar que sua publicação acontecia aos sábados, podendo ser adquirido na capital São Paulo, como, nos pontos de venda localizados na região da Sé (região central da cidade). Vale ressaltar que o respectivo meio de comunicação anarquista enfrentou períodos de interrupções (empastelamentos) que proporcionaram sua ausência nas ruas da cidade.

La Protesta – Periódico ligado ao movimento trabalhista que circulou nas ruas da cidade de Buenos Aires entre 1897-2015, foi fundado por um grupo de trabalhadores que tinham o desejo de propagar a ideologia anarquista e promover novas reflexões para a sociedade, proporcionando o enriquecer cognitivo de cada cidadão. Fundado em 1897, no contexto do final do século XIX, o jornal *La Protesta* emergiu como um importante veículo de expressão da classe trabalhadora argentina.

Inicialmente com o título de *La Protesta Humana*, mas que através da campanha de popularização e visando simplificar sua pronúncia e nome, em 1903 transformou-se em, *La Protesta*. Segundo Mirta Zaida Lobato (2009), nesse período, Buenos Aires vivenciou uma proliferação de periódicos, muitos deles com o objetivo de promover o diálogo e a organização dos trabalhadores.

Durante o período em que esteve em circulação, em primeiro momento os exemplares eram vendidos todas às quintas e domingos, passando por períodos em que o jornal se transformou em diário, obtendo números superiores aos de 8000 mil exemplares publicados, com custo que variou de \$0,05 e \$0,02 centavos de peso argentino.

A comparação entre *A Plebe* (Brasil) e *La Protesta* (Argentina) permite identificar semelhanças e diferenças não somente na realidade presenciada, mas como, nas propostas apresentadas em suas páginas. Deste modo, demonstrando duas visões amplas que se divergem e convergem sobre o mesmo fato, dentro de cada campo individual sobre a visão do desenvolvimento que era propagado pelo processo russo instaurado em 1917.

Marc Bloch (1998), refletiu em sua escrita que os estudos históricos dentro do campo da comparação, baseiam-se na escolha de um ou mais pontos de convergência ou divergência em diferentes sociedades. Através do campo da História Comparada, busco então compreender as semelhanças e diferenças nos olhares e opiniões a respeito da Revolução Russa (1917) em decorrência das notícias que chegavam até à América do Sul (Brasil-Argentina).

Considero a imprensa como os primeiros meios que deram início ao que chamamos na atualidade de historiografia sobre a Revolução Russa, mesmo que por diferentes ângulos e intensões a *colcha de retalhos* que se transformaria em ampla e vasta escrita a respeito dos desdobramentos de 1917, apresentou-se nas páginas da imprensa no bojo de distintas sociedades, contribuindo muito além da informação.

O ano de 1917 aponta Ferreira (2018) como grande explosão de mobilização e organização da classe trabalhadora, o fator descrito foi perceptível tanto na Argentina como no Brasil, já que a crise econômica e social começou a gerar desconfortos nas respectivas sociedades, muito pela elevação do desemprego e a queda dos soldos. Os acontecimentos russos tomaram proporções mundiais, agindo e sendo interpretado em diferentes nações, não foi diferente na América Latina, o impacto maiúsculo dos seus dizeres e ações, como apontado por Ricardo Falcón (2000).

A transmissão dos acontecimentos revolucionários russos chegou ao conhecimento dos trabalhadores e foram recebidos com grandes entusiasmos. Deste modo, acreditavam como em outrora seus *irmãos de classe* haviam conseguido promover a mudança social/política/econômica dentro do fato abordado no continente europeu, proporcionariam as respectivas mudanças e os avanços necessários para a promoção da justiça, liberdade e igualdade social, como bem explica Rogério H. Z. Nascimento (2017).

A imprensa anarquista brasileira e argentina souberam explorar os fatos revolucionários para além da notícia, através de suas páginas buscou-se descrever aos operários e outros diferentes cidadãos a sua importância dentro da conjuntura de luta social. As notícias foram utilizadas como intermediador para a criação da consciência de classe no bojo do agrupamento dos trabalhadores.

Revolução Russa: A *Plebe*

Antes de qualquer abordagem sobre os fatores que compuseram as ações que resultaram na queda do czarismo, e suas consequências. Importante a compreensão da visão anarquista sobre os fatos que antecederam, atribuindo importante culpa aos horrores e suas crises infinitas do conflito bélico no território europeu, Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Justino Montalvão assim reflete sobre o conflito nas páginas do *A Plebe*, “Sim, é preciso desprestigiar a guerra, e mostrar em toda a sua horocidade bestial o rietos odioso dessa face do monstro de fogo e aço.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 2, p. 4), ainda o jornal, “A revolução russa traz, é claro, o triste sello da guerra.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 7, p. 2).

Os acontecimentos a partir de fevereiro de 1917 não ficaram restritos ao território russo, muito do que se viu foi sua internacionalização, as causas direcionadas as pautas que já outrora foram discutidas entre as lideranças operárias passaram a frequentar a mobilização revolucionária. Deste modo, os fatos foram recebidos pelos anarquistas brasileiros com extremo entusiasmo segundo Leandro Ribeiro Gomes (2012), que ainda explica a semelhança das pautas dos movimentos em questão, caracterizando os libertários paulistanos como, *anarquistas socialistas*.

A partir do mês de junho do respectivo ano, o jornal *A Plebe* passou a apresentar em suas páginas artigos e notícias em diferentes momentos e por distintos ângulos, os fatos que chegavam sobre os acontecidos no desenvolver da Revolução Russa (1917). O autor ao abordar a aproximação dos anarquistas com os ocorridos, descreve certo zelo, e me coloco em comunhão com seu pensamento, pois entre elogios, vislumbres sobre o progresso e inspirações para os operários, as críticas não deixaram de compor as abordagens.

Em 9 de junho de 1917, com a manchete, *PELA DESORDEM!*, Bazillio Torrezão relatava grande entusiasmos perante os acontecimentos mundiais, e acreditava que as ações positivas no continente europeu se espelhariam em solo brasileiro. Entretanto, mesmo com todo entusiasmo e positividade, o anarquista não deixou de expor seu pensamento crítico a condução do processo revolucionário russo, “Na Russia... ah! Na Russia então, aquillo está um modelo de confusão. Ninguém se entende no ex-imperio dos czares: governo provisorio, ministros, a Duma, “comités” de operarios e soldados, camponeses.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 1, p. 2).

Se apresenta no bojo da escrita deste artigo vultosa problemática, mesmo os anarquistas enaltecendo tantos pontos que acreditavam necessários haver as respectivas ações revolucionárias, para que o estado burguês e sua exploração sobre a mão de obra

terminassem, não houve concordância no que se propunha do instalar a ditadura do proletário. Os anarquistas segundo André Santoro Fernandes e Kauan William dos Santos (2018), não desejam o fim dos partidos e das ideologias que circulavam e compunham a sociedade, a ação poderia dar fim ao dinamismo social.

Importante antemão a qualquer avanço na escrita, descrever que o anarquismo em sua base ideológica, acredita em uma sociedade livre, sem os estigmas, preceitos e instituições que controlam as vidas dos cidadãos, descrito pelo Dicionário Político (1998), “Uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres.” (Bobbio *et. al.*, 1998, p. 23).

Mesmo com a precariedade de informações e depoimentos daqueles que estavam vivenciando os ocorridos, Edgard Leuenroth (1881-1968) principal editor do jornal, em colaboração com tantos outros que redigiram as páginas do *A Plebe*, buscou proporcionar muito além das informações a qual tinha acesso. Reflexões foram expostas aos leitores, para que a organização e ação dos revolucionários russos em determinados pontos, inspirassem os operários paulistanos e que fosse então reproduzido em solo brasileiro a grande, *Revolução Social*.

Florentino de Carvalho foi o pseudônimo mais conhecido de Primitivo Raymundo Soares (1883-1947), acreditava que os socialistas ao contrário de trazerem soluções, provocavam confusões de entendimentos entre a sociedade e o Estado, como bem explica Nascimento (2017). Por outro lado, Astrojildo Pereira (1890-1965), procurou demonstrar em seus textos o apoio à Revolução Bolchevique, explica Carlos Prado (2017).

Percebe-se grande nuance e multiplicidade de pensamentos/opiniões sobre os ocorridos na Rússia, essa foi a premissa editorial dos textos que passaram a compor as páginas do jornal anarquista. As suas nuances apresentavam elogios, apoios, mas sem deixar de criticar muitos caminhos compreendidos como errados que foram tomados pelo movimento revolucionário, segundo a visão das lideranças do movimento anarquista paulistano. Principalmente como exposto por Tiago Bernardon de Oliveira (2009) a falta de democracia e liberdade no governo que ascendia ao poder:

Para os anarquistas, a centralização política, a censura à livre expressão de pensamento, a hipertrofia do Estado, os atentados contra os direitos individuais e a criação de uma nova classe de burocratas dirigentes, nada mais era do que a concretização inevitável de uma ditadura do proletariado. (Oliveira, 2009, p. 16).

O jornal proporcionou uma seção particular somente para abordar os acontecimentos da Revolução Russa e seus adjacentes, *Ao redor da epopeia russa*, com manchetes que buscavam o enaltecer dos fatos como fora visto a partir de julho de 1917, “A grandiosa epopeia russa” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 4, p. 2). Segundo ainda o pensamento do autor citado acima, a imprensa operária criou grande entusiasmo, destacando a união entre diferentes grupos de trabalhadores constituindo uma única classe e um único objetivo:

A imprensa operária fez grande alarde sobre os avanços da revolução russa, vista como uma revolução libertária, ainda que utilizando-se de métodos táticos que empregassem os instrumentos disponibilizados pelo Estado, dando especial destaque à união entre trabalhadores da cidade e do campo com os soldados do exército e da marinha. (Oliveira, 2009, p. 115).

Em 16 de junho, poucas semanas antes do estourar da greve na cidade de São Paulo, Greve Geral, o jornal através do artigo redigido pelo anarquista Helio Negro (1881-), expôs fortes críticas aos pilares que constituíam a sociedade russa, não sendo um caso isolado, muito pelo contrário, constituindo boa parte das sociedades globais, “Os deveres dos pobres brigam com os direitos dos ricos.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 2, p. 2). Mas principalmente a legitimidade da revolta dos trabalhadores perante a exploração sofrida, “A primeira forma de guerra representa a revolta legítima do espoliado contra o espoliador.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 2, p. 2).

As vésperas das greves gerais, em 30 de junho, os anarquistas culpavam a imprensa burguesa e as políticas externas como inimigos que tentavam desunir os membros do movimento russo, “A imprensa burguesa, anunciando a revolução russa, procurou atribuir a Duma monárquica e aos liberais panslavistas, ao mesmo tempo que ocultava a ação proletária e o papel dos socialistas.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 4, p. 2). Complementa Prado (2017), “Questionando alguns dos jornais burgueses que difamavam e distorciam os acontecimentos na Rússia.” (Prado, 2017, p. 66).

Um dos fatores que se apresentava como importante barreira para a consolidação e união da classe operária paulistana, foi abordado pelo jornal como fator que atrapalhava o desenvolvimento do processo revolucionário russo, “Parece que a revolução já apagou, dentro da Rússia, algumas divergências entre revolucionários sociais. A ação tem desses efeitos salutares.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 4, p. 2). Deste modo, buscou-se exemplificar e noticiar aos operários que sua falta de união poderia enfraquecer o movimento e seu objetivo em relação à classe.

Devido aos acontecimentos e paralisações na capital paulista, nas duas semanas que prosseguiram a ocorrência dos fatos, *A Plebe* não trouxe artigos ou informações sobre os desdobramentos da revolução russa, muito pela necessidade de focar na organização operária, não apresentando o aspecto de só mais um motim de trabalhadores.

Duas semanas após o início dos eventos que paralisaram a produção industrial no município, no dia 21 de julho, o jornal através da manchete, *O REGIMEN DA FOME – IMITEMOS A RUSSIA*, apresentou forte crítica a entrada do Brasil no conflito europeu, designando que este era de interesse comercial e financeiro das principais potências, proporcionando as piores consequências para a sociedade, como aumento da pobreza. Deste modo, a solução apresentada e que já vinha sendo discutida dentro de muitas reuniões anarquistas, a formação de um partido que defendesse a causa, “Procuramnos evital-a por todos os meios, ou então, tirar desse desastrado acontecimento um partido para a causa que defendemos, agitando as massas e exortando-as para o exemplo da Russia.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 6, p. 3).

Vitor Ahagon (2019), fomenta a importância do processo russo dentro das organizações operárias em São Paulo, “As experiências da greve junto aos acontecimentos da Rússia revolucionária fizeram com que o movimento operário e anarquista ganhasse novo fôlego.” (Ahagon, 2019, p. 25). Os anarquistas brasileiros enxergavam nas ações socialistas muitas soluções para as realidades presenciadas, “Os anarquistas no Brasil, por um lado, se preocupavam com os caminhos que a revolução estava tomando e, por outro, mostravam o entusiasmo e inspiração que este acontecimento lhes causavam.” (Ahagon, 2019, p. 26).

Não posso apontar como havendo total concordância por parte dos anarquistas perante o processo desencadeado na Rússia, pois na verdade, o que havia era a falta de opções sobre movimentos concretos que tinham conseguido despertar e unir a classe operária em prol de um objetivo maior. Mesmo que em muitas vezes houvesse o distanciamento das diretrizes que regiam os dois movimentos em questão, ainda exposto pelo jornal, “A falta segundo parece, de um caracterizado movimento anarquista, devemos contentar-nos com as manifestações das varias correntes socialistas.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 7, p. 2).

A partir do avanço socialista, a tomada do poder, e sua consolidação, os anarquistas paulistanos passaram a discutir em suas reuniões sobre a viabilidade ou não da mesma atitude em relação as instituições que governavam o município, como apontado por Alex Buzeli Bonomo (2007). Apresentado pelo jornal em 28 de julho, “Depois do desenvolvimento interior da revolução russa, e que, evidentemente, mais nos pôde interessar é a sua influencia nos outros paizes.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 7, p. 2). Nítido que a opinião sobre a tomada do

poder não se fazia unificada entre os anarquistas, muito pela necessidade primeiramente de resolverem problemas estruturais e sociais que regiam a conjuntura em questão.

O fato é que as lutas anarquistas, socialistas, segundo o jornal não trariam qualquer resultado positivo enquanto os grupos envolvidos não compreendessem sua essência, os caminhos a serem seguidos, e principalmente falsa ilusão de conquista:

Emquanto os operarios e soldados dos paizes alliados não se convencerem de que para combater o facto pela justiça e pela liberdade, ha um methodo muito mais pratico, mais economico em vidas e riquezas humanas, e demethodo, experimentado isoladamente na Russia, não deu, como era de esperar, resultados completos. Mas uma vez estendido aos demais paízes em luta, mascarará infallivelmente o início de uma nova era de verdadeira felicidade e bem-estar sobre a terra. (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 8, p. 4).

“A revolução em marcha deve ser defendida contra qualquer inimigo interior ou exterior.” (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 10, p. 2), as últimas publicações do *A Plebe* datadas de 18-25 de agosto, defendiam o manter das posições por parte dos integrantes do movimento, contra aqueles que ansiavam por sua derrota. Trouxeram os últimos relatos e pensamentos sobre os acontecimentos russos, já que posteriormente o foco de sua escrita esteve restrito as causas operárias no Brasil. Sobretudo, em outubro do respectivo ano, o periódico sofreu o processo de empastelamento orquestrado pelas instituições governamentais.

Acreditavam as lideranças anarquistas que a Revolução Russa seria o grande espelho para o movimento operário na cidade de São Paulo:

A actual revolução na Russia, é um exemplo e um incentivo. Ella mostra que a emancipação concreta e completa do povo só pode ser resultado da acção direta do proprio povo. Que os trabalhadores do Brazil se mirem neste espelho e se instruem eficazmente com esta lição. (*A Plebe*, 1917, ano 1, n. 11, p. 4).

Revolução Russa: *La Protesta*

Falcón (2000), explica que a chegada sobre os acontecimentos que remodelavam os pilares que sustentavam a sociedade russa, atingiu de forma positiva muitos grupos ideológicos, mas principalmente os socialistas argentinos. As ações revolucionárias não só preencheram o conhecimento cognitivo dos anarquistas, geraram diferentes debates dentro do movimento, principalmente sobre a postura de execução pelos russos, e que alguns integrantes argentinos acreditavam necessárias ao país. O que o autor ainda define como a formação da postura pró-bolchevique.

O jornal anarquista argentino *La Protesta*, pode abordar desde os primeiros instantes os desdobramentos que eram impostos ao processo revolucionário russo, noticiando o início

dos eventuais acontecimentos no mês de março, que hoje temos a compreensão no fim de fevereiro do ano de 1917. Em 30 de março de 1917, com a manchete, *LA REVOLUCION RUSA*², “*La caída de un régimen como el de Rusia que resume todo el despotismo que imaginarse puede, es algo más que un cambio de gobierno. Es el pasado que huye, para dar lugar al presente con saludables reacciones del progreso.*”³ (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3045, p. 1).

O contexto da participação dos trabalhadores argentinos dentro dos movimentos grevistas presenciou grande crescimento com números de 24.321 para 136.062 grevistas, como bem explica Ferreira (2018). Dentro da nova realidade apresentada, as informações sobre a organização revolucionária e operária russa chegaram em momento propício, promovendo diferentes reflexões positivas e negativas sobre os acontecimentos, até mesmo em outro momento, o afastar daqueles que se mantinham aguerridos aos propósitos revolucionário russo, *anarcobolcheviques*, explica Ferreira (2023).

Um fator importante apresentado é a participação dos anarquistas entre os socialistas que conduziam o processo russo. Deste modo, rompendo um dos principais paradigmas sobre a rivalidade ou não, entre os dois grupos ideológicos. Contudo, o jornal buscou principalmente descrever a ação e importância dos anarquistas, em 1 de abril:

Según las noticias que sucesivamente van llegando de Rusia desde que se declaró allí la gran revolución que há dado por tierra con el czarismo y sus anexos, parece que los anarquistas, fieles a la pureza teórica de su doctrina, están empeñados en llevar los acontecimientos a su última consecuencia.⁴ (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3048, p. 2).

Abordar a participação dos anarquistas dentro dos acontecimentos em território russo e seu apoio ao governo que se moldava, não significa dizer que os anarquistas argentinos apoiavam por completo essas ações. Muito pelo contrário, até mesmo nos primeiros escritos, demonstraram a todo momento certa desconfiança em relação aos fatos, sempre proporcionando reflexões positivas que poderiam agregar o movimento operário local, mas que certas cautelas deveriam ser tomadas.

² “A Revolução Russa” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3045, p. 1) (Tradução do autor).

³ “A queda de um regime como o russo, que encerra todo o despotismo imaginável, é mais do que uma mudança de governo. É a fuga do passado, para dar lugar ao presente como reações saudáveis de progresso.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3045, p. 1) (Tradução do autor).

⁴ “De acordo com as notícias que têm chegado sucessivamente da Rússia desde que foi declarada a grande revolução, que pôs fim ao czarismo e aos seus anexos, parece que os anarquistas, fiéis à pureza teórica da sua doutrina, estão determinados a levar os acontecimentos até às últimas consequências.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3048, p. 2) (Tradução do autor).

Em notícia publica em 15 de abril, o jornal abordava as primeiras organizações dentro do partido operário em relação com a política externa, muito no que pautava ainda o desenrolar dos acontecimentos no conflito mundial. Mas sem deixar de criticar e expor os horrores da guerra, e como tais deveriam ser combatidos. Entretanto, com a publicação em 9 de maio, o jornal trouxe consigo em primeiro momento o entusiasmo que outrora fora visto em diferentes publicações até o momento sobre as glórias conquistadas pela ação dos trabalhadores russos. Porém, dentro da mesma publicação despertava a preocupação dos anarquistas argentinos perante a falta de instabilidade e organização do governo provisório juntamente com trabalhadores e soldados:

El gobierno provisional está atravesando la primera gran crisis política que es inevitable en una época como la actual y cuyo origen remonta a los días de la revolución, cuando el gobierno tuvo que someterse a la fiscalización del consejo de obreros y soldados.⁵ (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3059, p. 3).

O que se pode perceber foi a ausência de notícias específicas sobre a Revolução Russa ao longo dos meses de junho e julho, sendo publicados artigos com propostas reflexivas sobre as diretrizes do processo revolucionário e sua essência. Como fora exposto em 5 de junho:

Desde que se definió, tuvo por punto de partida la revolución, como medio único que le permitiera hacer efectivas sus aspiraciones de libertad ordenando la vida humana en el régimen de apoyo mutuo, donde la evolución se continuará manifestando libremente, sin la necesidad del empleo de los medios violentos.⁶ (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3032, p. 1).

Em amplos e distintos momentos o jornal buscou muito além de noticiar os fatos que estavam em execução no território russo, a tentativa de construir ao leitor o verdadeiro significado por trás de todo o ocorrido, como podemos analisar na manchete publicada no dia 2 de agosto, *El verdadero significado de la revulición rusa*.⁷ Assim como, dentro da prerrogativa exaltada até aqui, o papel dos anarquistas perante a conjuntura revolucionária se apresentou como essencial e necessária, para que houvesse o estigma daqueles que aqui na América do Sul buscavam compreender o verdadeiro papel daqueles que diziam serem seus representantes operários, “*Todas las entidades del país – desde el partido Social-Democrata*

⁵ “O Governo Provisório está a atravessar a primeira grande crise política que é inevitável numa época como a atual e cuja origem remonta aos dias da revolução, quando o governo tinha de se submeter à supervisão do conselho de trabalhadores e soldados.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3059, p. 3) (Tradução do autor).

⁶ “Desde o momento em que se definiu, o seu ponto de partida foi a revolução, como único meio de realizar as suas aspirações de liberdade, ordenando a vida humana num regime de apoio mútuo, onde a evolução continuaria a manifestar-se livremente, sem necessidade de recorrer a meios violentos.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3032, p. 1) (Tradução do autor).

⁷ “O verdadeiro significado da Revolução Russa.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3131, p. 2) (Tradução do autor).

*hasta los nuestros, los Comunistas-Anárquicos – resolvieron en contra los dos problemas propuestos por alguien. No más guerra! No más opresión!”*⁸ (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3131, p. 2).

Entretanto, não se pode analisar a proposta editorial do jornal anarquista argentino sendo seguidor fiel aos dizeres e objetivos dos russos, já que um dos pontos principais da escrita anarquista argentina era o questionamento e oposição aos caminhos que estavam sendo percorridos pelas lideranças comunistas. Outrora tenho apresentado a contrariedade ao sistema de governo único e autoritário, no qual para os anarquistas sucumbiam a multiplicidade e dinâmica social. Vejamos no texto publicado em 12 setembro, “*Ahogada la revolución bajo la bota de la dictadura, Rusia pareció llegar al punto culminante de un ciclo histórico: a la democracia burguesa.*”⁹ (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3166, p. 1).

Como apresentado por Lobato (2000), “Temor infundido por la Revolución Rusa.”¹⁰ (Lobato, 2000, p. 360), havia a necessidade dentro da própria sociedade argentina por respostas quanto aos fatos, mas principalmente ao passado. Antes de construir o presente através das pautas socialistas, estabelecendo-se como regentes das ações revolucionárias sociais contra os pilares de exploração das classes mais baixas, houve a necessidade de desconstruir o *fantasma do comunismo*, assim como, a insegurança perante a ditadura do proletariado.

Deste modo, os redatores do jornal buscaram antemão explicar aos seus leitores sua posição de desconfiança, e com concordâncias pontuais perante aquilo que se apresentava como uma das maiores revoluções sociais da história. Já que a organização política e governamental exposta pelos comunistas feriam em muitos pontos as diretrizes que regiam o pensamento anarquista, perante o que vislumbravam suas lideranças para uma sociedade igualitária e dinâmica.

O mês de novembro representou para a Revolução Russa o divisor entre os primeiros instantes pautados no governo provisório e a consolidação dos bolcheviques ao poder, apontado por Segrillo (2010) através dos erros cometidos por Kerensky (Primeiro-Ministro do Governo Provisório), “seus experimentos arriscados e mal-sucedidos, abriram caminhos aos bolcheviques.” (Segrillo, 2010, p. 66).

⁸ “Todas as entidades do país - desde o partido social-democrata até ao nosso, os comunistas-anarquistas - resolveram contra os dois problemas propostos por alguém. Não mais guerra! Não à opressão!” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3131, p. 2) (Tradução do autor).

⁹ “Com a revolução afogada sob a bota da ditadura, a Rússia parecia atingir o ponto culminante de um ciclo histórico: a democracia burguesa.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3166, p. 1) (Tradução do autor).

¹⁰ “Medo instilado pela Revolução Russa.” (Lobato, 2000, p. 360) (Tradução do autor).

Na data de 25 de novembro, o jornal trouxe consigo a demonstração de apoio a organização bolchevique, e os erros do antigo governo como relatado pelo autor anteriormente, “Cuando qué decapitado, ahora en el corrente mes de noviembre, el poder burgués que representaba el famoso personaje llamado Kerensky, los compañeros de Petrogrado.”¹¹ (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3230, p. 2).

Por fim, os redatores do jornal *La Protesta* acreditavam que as ações bolcheviques foram necessárias, principalmente pautadas nas necessidades de defesa contra as pressões externas. Como exemplificado sobre os questionamentos que surgiam na sociedade russa e externa, sobre a morte do czar, “Había, pues, necesidad, antes de anunciar toda la verdad, ir preparando el ambiente.”¹² (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3230, p. 2).

Considerações Finais

Conclui-se que as notícias sobre os acontecimentos a respeito da Revolução Russa, foram apresentadas nos periódicos anarquistas em questão com pautas diversas, muito além da notícia, o objetivo central da disseminação sobre os fatos pautava-se na compreensão das diretrizes da organização operária e seus caminhos seguidos para o desmembrar e reorganizar a sociedade burguesa que regia as instituições governamentais. Buscavam direcionar os leitores sobre a organização dos grupos operários e militares para o confrontar não somente o controle burguês, assim como, as culturas e organizações que pautavam o viver em sociedade.

Ambos apresentaram as notícias com excepcional semelhança, buscando a fidelidade na descrição dos fatos, principalmente pautadas nos relatos que chegavam através de integrantes do movimento. Entretanto, sempre indicando aos seus leitores a cautela sobre o avanço do movimento, já que muitas das ações foram identificadas como contrárias a liberdade social que almejava o movimento anarquista.

Deste modo, ambos os periódicos anarquistas expressaram fortes críticas as lideranças comunistas, que no olhar dos libertários feriram a igualdade almejada em sua essência, constituindo um governo pautado e definido como contraditório, *comunista burguês*. A falta de ascensão social de muitos grupos de trabalhadores, além principalmente da repressão imposta.

As críticas apresentadas em diferentes momentos da escrita dos jornais, representaram a essência do anarquismo, o gerar do desconforto nas solidificadas estruturas que regem as

¹¹ “Quando o poder burguês representado pela famosa personagem chamada Kerensky foi decapitado, agora no atual mês de novembro, os camaradas de Petrogrado.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3230, p. 2) (Tradução do autor).

¹² “Era, pois, necessário, antes de anunciar toda a verdade, preparar o ambiente.” (*La Protesta*, 1917, ano 11, n. 3230, p. 2) (Tradução do autor).

sociedades ao longo de longevos temporais, buscando a defesa da liberdade individual com olhar na coletividade. Deste modo, as organizações para a queda do imperialismo foram exaltadas, em muitos momentos exposta como necessária sua introdução no bojo da organização anarquistas, já que a grande dificuldade encontrada por suas lideranças era a falta de organização entre os seus integrantes dentro e fora do movimento.

Fontes utilizadas para o artigo

A Plebe (19117-1951)

La Protesta (1892-2015)

Referências Bibliográficas

AHAGON, Vitor. Os impactos da Revolução Russa na imprensa anarquista de São Paulo. **Revista Pergaminho**, Pato de Minas, n. 10, p. 23-32, dez. 2019.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANDRADE, Iamara Silva. **Ecos da Revolução Russa na Imprensa Operária Brasileira (1917)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale *et. al.* 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BLOCH, March. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: _____. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.

FALCÓN, Ricardo. **Democracia, conflito social y renovación de ideas (1916-1930)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

FERNANDES, André Santoro; DOS SANTOS, Kauan Willian. A bandeira vermelha e negra: posições políticas e estratégicas anarquistas frente à revolução social russa no Brasil. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 7, n. 19, p. 63-85, jan./jul. 2018.

FERREIRA, Fernando Sarti. O Sindicalismo Revolucionário argentino e a Revolução Russa. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, Macapá, n. 25, p. 28-55, jul./dez. 2018.

FERREIRA, Fernando Sarti. A ciência a favor do capital: a reestruturação produtiva na indústria argentina sob a ótica do La Protesta 1924-1930. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-21, 2023.

GOMES, Leandro Ribeiro. A luta dos soviets e o vislumbre da anarquia: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira. **Revista Dia-Logos**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 59-70, out. 2012.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-199**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOBATO, Mirta Zaida. **El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

LOBATO, Mirta Zaida. **La prensa obrera**. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. A Revolução Russa avaliada por Florentino de Carvalho (1833-1947). **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 19, p. 79-106, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

PRADO, Carlos. A Revolução Russa e o movimento operário brasileiro: confusão ou adesão consciente?. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 6, n. 12, p. 57-70, jan./jun. 2017.

SEGRILLO, Angelo. Historiografia da Revolução Russa: Antigas e Novas Abordagens. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 41, dez. 2010.

Submetido em: 18 jun. 2025

Aceito em: 20 jul. 2025

Esquecidas pela História? A Presença Feminina no Taller Gráfica Popular na década de 1940

Forgotten By History? The Female Presence in the Taller Gráfica Popular in the 1940s

Luísa Caravantes,¹ PUCRS

Resumo

O presente estudo analisa a participação das artistas mulheres no coletivo artístico do *Taller Gráfica Popular* (TGP), surgido em 1937 e ativo até os dias de hoje. Embora tenham suas litografias reconhecidas mundialmente pela sua arte de cunho social, as contribuições das artistas femininas foram marginalizadas na historiografia oficial. Logo, esse artigo busca apresentar as quatro primeiras integrantes da gráfica, no ano de 1940: Eleanor Coen, Mariana Yampolsky, Elizabeth Catlett e Elena Huerta Múzquiz. O Artigo explora as suas trajetórias de vida, assim como o seu impacto no cenário iconográfico de uma arte de resistência e de luta. Por meio de uma revisão bibliográfica, busca-se ampliar a visibilidade dessas figuras, oferecendo uma perspectiva para investigações futuras sobre a gráfica TGP e os seus artistas.

Palavras-chaves: Artistas Mulheres; Taller Gráfica Popular; Gravuras; Invisibilidade feminina.

Abstract

The present study analyzes the participation of female artists in the artistic collective of the *Taller Gráfica Popular* (TGP), born in 1937 and active until today. Although their lithographs are recognized worldwide for their social art, the contributions of female artists have been marginalized in official historiography. So, this article seeks to present the first four members of the graphics in 1940: Eleanor Coen, Mariana Yampolsky, Elizabeth Catlett and Elena Huerta Múzquiz. The article explores their life trajectories, as well as their impact on the iconographic scenario of an art of resistance and struggle. Through a bibliographical review, we seek to broaden the visibility of these figures, offering a perspective for future investigations on TGP printing and its artists.

Keywords: Women Artists; Taller Gráfica Popular; Prints; Female invisibility.

Introdução

O México na década de 1940, foi palco da disseminação de uma arte que discutia temas políticos e sociais, sendo além de um meio de protesto, também uma ferramenta de resistência e de luta pelos direitos do povo. É nessa conjuntura que a gráfica *Taller Gráfica Popular* (TGP) vai se estabelecer, desenvolvida por um grupo de artistas que por meio de suas gravuras expressavam seus sentimentos e suas exigências, despertando debates político sociais. Dentro dessa organização autônoma, os integrantes são mundialmente conhecidos e estudados, como Leopoldo Méndez (1902-1969) e Pablo O'Higgins (1904-1983), dentre eles,

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vinculada à área de concentração em História as Sociedades Ibéricas e Americanas. Graduada em História (Bacharelado) pela PUCRS. Email: lpcaravantes@gmail.com

também estavam presentes as artistas femininas, que participaram na produção das *estampas*, contribuindo para a importância na arte política que o TGP possui atualmente.

Entretanto, ocorre uma escassez de trabalhos que enfatizem essas participantes, evidenciando a invisibilidade das mulheres no coletivo e na historiografia da arte. Portanto, o presente estudo busca apresentar as 4 primeiras artistas que integraram o movimento artístico nos anos 1940, tanto as participantes permanentes quanto as visitantes, assim como seus trabalhos, possibilitando estudos brasileiros futuros. O presente projeto é desenvolvido a partir do levantamento bibliográfico de trabalhos previamente realizados para introduzir Eleanor Coen (1916-2010), Mariana Yampolsky (1925-2002), Elizabeth Catlett (1915-2012) e Elena Huerta Múzquiz (1908-1997).

As Mulheres do Taller Gráfica Popular

Com o objetivo de contextualizar o trabalho destas mulheres, é necessário estabelecer a gráfica TGP. Fundada em 1937 após a saída dos membros Méndez, Luis Arenal (1909-1985) e O'Higgins da *Liga de Escritores y Artistas Revolucionarios* (LEAR), ela se destacou pelo seu diferencial de propagar o legado mexicano, sua história e sua cultura, para todas as camadas da população por meio da Arte de cunho social (Caplow, 1999). Desejando agrupar arte e lutas sociais com a intenção de produzir uma diferença no seu país, dessa maneira elegeram às gravuras impressas como ferramenta principal, objetivando alcançar todos os segmentos da sociedade, pois viam esse material como um meio público e popular para os artistas socialmente e politicamente conscientes (Ades, 1989; Oehy, 2017). Dentre seus participantes havia personagens de todas as áreas de atuação como Artes Plásticas, Fotografia, Literatura, Pedagogia, Ciência e Arquitetura (Villar, 2022), contribuindo para a elaboração das artes a partir das diversas experiências de vida que cada artista trazia para o ateliê.

Os membros seguiam as diretrizes estabelecidas pelo grupo, caracterizadas por uma missão e intenção expressas por O'Higgins: “[...] nosso primeiro plano de ação vincula a arte da impressão aos problemas imediatos do México imediatamente depois de nos reunirmos.” (Uğuz, 2019, p. 193). Portanto, entre as principais características que distinguem essa organização de suas antecessoras, destaca-se o caráter educacional, no qual os artistas se responsabilizavam por preservar e contribuir para a cultura do país por meio de sua arte, a qual deveria atingir o mais alto padrão de qualidade estética. Atendo a suas orientações, os artistas forneciam os espaços para outros desenvolverem seus projetos, além de servirem de professores para aqueles que apenas iniciavam seus trabalhos.

Outro fator específico desse agrupamento é a sua abordagem colaborativa entre

membros para os seus trabalhos, reforçada pela sua declaração de cooperar com outros grupos culturais e políticos. A partir deste princípio era atribuída muita importância na participação dos artistas em projetos de oficina e reuniões de tomada de decisão, certificando a unidade entre os integrantes (Avila, 2013). Nesse contexto, ocorriam as avaliações das produções em um processo democrático de críticas coletivas, no qual o estilo pessoal era encorajado e valorizado, entretanto a homogeneidade de significância e de intenção eram, também, essenciais. Portanto, essas mulheres pertenciam a esse cenário de uma arte centrada na difusão de ideias que educassem a população sobre os problemas fundamentais que infestavam no seu cotidiano, fazendo uso das litografias, de baixo custo e alta flexibilidade possibilitando a impressão em grande escala (Ades, 1989).

Eleanor Coen

A primeira artista mulher a trabalhar com o *Taller Gráfica Popular* foi Eleanor Coen, nascida em Illinois em 1916, Estados Unidos (EUA) formada no Instituto de Arte de Chicago (AIC), onde estudou sob a tutela de Boris Anisfeld (1878-1973), Francis Chapin (1899-1965) e Max Khan (1902-2005), seu futuro marido. Sob o primeiro explorou a pintura, sob o segundo desenvolveu a arte da gravura, posteriormente se tornando assistente do professor, e sob Khan aprendeu a técnica da litografia, participando de sua primeira exposição em 1938 a *Annual Exhibition of the Art Students League of Chicago* no (AIC) (Costa, 2009). Ela e seu marido estavam na linha de frente do cenário artístico de Chicago nos de 1940 e 1950, envolvendo-se no projeto *Works Progress Administration Federal Arts Project* (1939), programa que contratava artistas para produzir obras para os prédios do governo e para documentar as condições econômicas miseráveis da época (Corbett, 2006).

A relação de Eleanor com a gráfica mexicana iniciou em 1941 quando se tornou a primeira mulher a ganhar o *James Nelson Raymond Traveling Fellowship*, recurso que utilizou para estudar no México. Ela, seu marido e o artista Julio Diego (1900-1979) iniciaram a sua aventura no país latino, aproximando-se de Leopoldo Méndez e Alfredo Zalce (1908-2003), integrantes do TGP, logo o casal tornou-se membro visitante ativo na organização. Sua participação influenciou outros artistas, como Mariana Yampolsky, a visitarem as terras mexicanas e seu cenário iconográfico. Juntos, Khan e Coen, estabeleceram um estúdio de gravuras em San Miguel de Allende, cidade em que Eleanor estudou na Escola de Belas Artes (Costa, 2009). O trabalho da artista sofreu influência dos estilos e das cores do Muralismo Mexicano - movimento artístico estabelecido em 1920 e protagonizado por José Clemente Orozco (1883-1949), Diego Rivera (1886-1957) e David Alfaro Siqueiros (1896-1974) que

começam a interpretar a revolução em espaços públicos -; posteriormente desenvolvendo gravuras coloridas, pelas quais seria reconhecida. Dentre os principais temas está a representação das crianças (Figura 1), retratando-as como seres complexos e emocionalmente mutáveis, também compunha paisagens urbanas em suas obras. Ao retornar para Chicago ela e o marido permaneceram importantes figuras no cenário artístico, sendo reconhecidos como uma dupla dinâmica das litografias e das pinturas (Corbett, 2006).

Figura 1 - Cabeza de Muchacho, retrato de um menino ainda criança produzido em litografias



Fonte: Coen (1940).

Mariana Yampolsky

Mariana Yampolsky, a primeira integrante permanente feminina no TGP, nasceu em 1925 em Illinois, Chicago de uma família com o passado marcado pela fuga: pelo lado paterno, judaico-russo, pelas perseguições e pelos *pogroms* czaristas; e pelo lado materno, emigração da família judaico-alemã dado o crescimento do nazismo. No seu país de origem se formou em 1944 com um bacharelado no Instituto de Arte de Chicago, seguindo os passos de seu pai Oscar Yampolsky, também dotado de dons artísticos como escultor e pintor. Seu primeiro contato com a gráfica mexicana foi por meio das palestras de Max Kahn e Eleanor Coen que apresentavam o grupo pelas suas características artístico-sociais captando a atenção de Mariana. No ano de 1945, sem falar espanhol, ela começa o seu trabalho no grupo

mexicano se tornando a integrante mais nova, atraída pela cooperação de todos os artistas, com um desejo em comum de progredir e se aprimorar artisticamente e politicamente (Mirkin, 2017). Mariana acabou permanecendo no México até a sua morte em 2002, nunca deixando de lado o seu trabalho nas artes e os seus princípios sociais.

A artista começou a ensinar na escola de arte *La Esmeralda* em 1944 e a partir de 1949 lecionou na *Escuela de Artes del Libro*. Além de manter-se como integrante ativa do TGP desde a sua chegada até a década de 1960, participando dos comitês de direção, administração, servido de contadora da gráfica e elaborando diversas exposições artísticas (Prignitz-Poda, 2022b). Em seu trabalho com as gravuras é conhecida pela sua influência fotográfica, que desenvolveu ao estudar na Academia de San Carlos com a fotógrafa Lola Álvarez Bravo (1903-1993), tornando-se conhecida pelas suas próprias fotografias posteriormente. Através de suas lentes ela documentava as atividades do TGP e a forma de expressão de suas convicções políticas (Goldman, 1982). Suas obras estavam carregadas de importância social, abordando temas como a maternidade, os diferentes papéis das mulheres, a Revolução Mexicana, a vida do campesinato (Figura 2) e o aspecto da alfabetização do México. Preocupações que ela compartilhava com os outros artistas ao seu redor, se atraindo pelo cotidiano da vida do trabalhador rural e dos indígenas, portando aspectos do trabalho e da história (Prignitz-Poda, 2022b). Entre suas conquistas está seu comprometimento com as causas sociais, lutando contra o totalitarismo, rompendo com os estereótipos de gênero e possuindo um papel essencial para o estabelecimento do prestígio da organização (Mirkin, 2017).

Figura 2 - La juventud de Emiliano Zapata: lección objetiva, litogravura retratando Zapata, ainda jovem, observando os abusos infligidos ao campesinato, parte do portfólio Estampas de la Revolución (1947)



Fonte: Yampolsky (1947).

Elizabeth Catlett

A segunda artista a se tornar membro feminino permanente na gráfica foi Elizabeth Catlett, nascida em Washington D.C. em 1915, neta de três avós escravizados, tema que retomava em suas obras. Ambos os seus pais eram professores e ela se graduou com um bacharelado em Ciência na Arte, com especialização na Universidade Howard em 1936. Logo, seguindo a sua família na carreira de docente, ensinou em Durham na Carolina do Norte, na Universidade de Dillard e na *George Washington Carver School*, essa última fornecia um contato entre a artista e os estudantes trabalhadores, que combinava os ensinamentos artísticos com uma conscientização política (Mirkin, 2017).

Na década de 1940 ela adquiriu seu mestrado na Universidade de Iowa, foi premiada na exposição *American Negro Exposition* pela sua escultura *Mother and Child* (1940), e ganhou a bolsa *Julius Rosenwald Fund* para desenvolver a série de 15 linogravuras sobre a mulher negra, homenageando as afro-americanas que lutaram pelos seus direitos civis. Neste mesmo ano de 1946 se juntou ao TGP no México, onde trabalhou junto com seu primeiro marido Charles White (1918-1979) e seu segundo Francisco Mora (1922-2002), ganhando

reconhecimento internacional. Além de produzir junto à gráfica, ela também ensinou na *La Esmeralda*. Em 1963, Catlett e Elena Huerta foram delegadas representando o TGP em um congresso em Cuba das Mulheres Americanas, mesmo período em que foi eleita secretária geral da organização mexicana (Prignitz-Poda, 2022a).

Ademais, Elizabeth colaborou na série nos anos 1960 chamada *450 Años de Lucha: Homenaje al Pueblo Mexicano*, mostrando como seus traços haviam sofrido influências dos artistas com quem trabalhavam, com suas figuras mais arredondas e texturizadas (Costa, 2009). Em suas obras os temas mais recorrentes eram as mulheres (Figura 3), com seu papel na luta pelos direitos civis, as crianças, com altas taxas de mortalidade infantil, e os povos indígenas, representando uma relação entre as culturas africanas e americanas. Com o *Taller Gráfica Popular* ela encontrou afinidade nos seus modos radicais de se expressar, a perspectiva de uma arte destinada ao povo e o encorajamento para seguir as suas ideias (Goldman, 1982; Prignitz-Poda, 2022a). Sobre a arte do TGP Elizabeth Catlett comenta que (Tibol, 1987, p.78): “Nosotros no estamos trabajando para ganar dinero. Nos identificamos con los problemas del pueblo porque son los nuestros; vemos los problemas como parte del pueblo.”². A integrante continuou um membro ativo no Taller até 1966, e após a sua saída focou nas esculturas e nos trabalhos nas artes do movimento de direitos civis nos Estados Unidos (Mirkin, 2017).

² “Nós não estamos trabalhando para ganhar dinheiro. Nos identificamos com os problemas do povo porque são nossos; vemos os problemas como parte do povo.” (Tradução Livre).

Figura 3 - Survivor, linogravura baseada em uma fotografia de Dorothea Lange chamada "Ex-escrava com uma longa memória"(1938)



Fonte: Catlett (1983).

Elena Huerta Múzquiz

A artista Elena Huerta foi a primeira mexicana a se tornar membro permanente do TGP, nascida em Saltillo, Coahuila em 1908, de uma proeminente família política de governadores. Ela iniciou em 1921 seus estudos das artes na Academia de Pintura de Saltillo sob a instrução de Rubén Herrera (1888-1933), que influenciou a suas obras. Após seis anos se mudou para a Cidade do México onde prosseguiu sua aprendizagem na Academia de San Carlos, trabalhando com desenho, pintura e gravura, sob Carlos Mérida (1891-1984). Além de seguir a carreira artística, Elena também atuou como professora de arte na *Secretaría de la Enseñanza Pública* e desenvolveu diversos projetos, como a *Compañía de Teatro Infantil*, primeiro grupo de teatro de fantoche mexicano, com Leopoldo Méndez, German Cueto (1883-1975), Angelina Beloff (1879-1969) e Lola Cueto (1897-1978) (Costa, 2009).

No ano de 1933 junto com outros colegas desenvolveu a LEAR, que serviu como antecessora do TGP, reunindo diferentes indivíduos - fotógrafos, artistas plásticos, pedagogos, arquitetos - em torno da reflexão do propósito da arte no país latino, desejando produzir uma nova iconografia ligada ao povo e destinada a conscientização do operariado e dos camponeses (Villar, 2022). No ano de 1939 foi convidada pela gráfica mexicana para fazer

parte dos integrantes, entretanto passou os anos entre 1941 e 1946 morando na União Soviética, apenas se tornando membro permanente da organização em 1948 permanecendo ativa até 1953.

Durante esse período ela participou da elaboração do Portfólio *450 años de lucha: Homenaje al pueblo mexicano*, publicado pelo TGP em 1960, em colaboração com outros 24 artistas, através de 146 gravuras foram retratados os grandes acontecimentos da história do México, desde sua luta contra os espanhóis até o início do século XX. Em uma das litogravuras a artista representou Josefa Ortiz de Domínguez (1768-1829) (Figura 4), mulher de um alto oficial, *Corregidor* de Querétaro, que ao tomar conhecimento de que os planos da insurreição haviam sido revelados ao vice-reinado, entrou em ação avisando Miguel Hidalgo (1753-1811) que antecipou os seus planos e deu o Grito de Independência antes do esperado pelo governo. Elena, nascida em meio ao desenvolvimento e investimento do muralismo, sempre se atraiu a essa vanguarda, tornando-se propriamente uma muralista em 1952 quando em sua cidade natal pintou três murais na *Escuela Superior de Agricultura Antonio Narro*, no *Tecnológico de Saltillo* e no Centro Cultural Vito Alessio Robles, nesse último contou a história da cidade de Saltillo. Outra face de Elena é a de ativista política, membro do Partido Comunista Mexicano (PCM), onde conheceu seu marido Leopoldo Arenal (s.d.) e se tornou uma militante, levando o enfoque dos trabalhadores e das mulheres para os seus trabalhos. Entre suas demais conquistas também está dirigir as galerias de José Guadalupe Posada e José Clemente Orozco na capital do México, e a Galería José María Velasco (Peña, 2010).

Figura 4 - Doña Josefa Ortiz de Dominguez, retrata a heroína da independência mexicana, que apoiou os rebeldes, fazendo parte do portfólio “450 Años de Lucha: Homenaje al Pueblo Mexicano” (1960)



Fonte: Huerta (1960).

Considerações Finais

A presença de mulheres artistas na elaboração de gravuras de cunho social, com uma arte de resistência e de demanda, propõem uma perspectiva diversa daquelas que os demais integrantes da gráfica reproduziam. Estas figuras como Eleanor Coen, Mariana Yampolsky, Elizabeth Catlett e Elena Huerta Múzquiz, destacam, através de suas imagens, os diferentes papéis femininos na sociedade, como a maternidade e o trabalho feminino, a demanda por igualdade de gênero, a denúncia contra a violência feminina e a luta por direitos civis. Assim como representam com maior ênfase a história de importantes personagens femininas, seus conflitos, seus obstáculos e a sua significância social. A análise biográfica dessas artistas, bem como um estudo aprofundado de suas obras artísticas proporcionam um novo olhar para a historiografia e um novo aspecto a ser desenvolvido na pesquisa iconográfica.

Portanto, o principal objetivo deste estudo foi apresentar as primeiras mulheres que trabalharam com o TGP, pavimentando o caminho para as futuras integrantes seguirem.

Foram elas que contribuíram para o desenvolvimento da organização mexicana na sua primeira década, colaborando para a produção do mais alto padrão de qualidade estética e para a disseminação das mensagens que as litografias desejavam transmitir às massas. Outrossim, as três primeiras participantes representam a ponte existente na época entre os Estados Unidos e o México no campo da arte, facilitando a transferência de técnicas, ideias e estilos, da mesma maneira como auxiliou na internacionalização da arte do TGP, ampliando o seu prestígio e o seu reconhecimento.

Fontes

CATLETT, Elizabeth. **Survivor**. 1983. 24.1 × 19.1 cm. 1 Litografia. Disponível em: https://nmaahc.si.edu/object/nmaahc_2023.39.5ab. Acesso em: 20 fev. 2025.

COEN, Eleanor. **Cabeza de Muchacho**. 1940. 35.5 X 21.5 cm. 1 Litografia. Disponível em: <http://www.eleanorcoen.com/pagesLithos/153.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

YAMPOLSKY, Mariana. **La juventud de Emiliano Zapata: lección objetiva**. 1947. 27 x 40 cm. 1 Litografia. Disponível em: <https://www.museoreinasofia.es/en/collection/artwork/juventud-emiliano-zapata-leccion-objetiva-youth-emiliano-zapata-objective-lesson>. Acesso em: 28 set. 2024.

HUERTA, Elena. **Doña Josefa Ortiz de Domínguez**. 1960. 40.1 × 27.6 cm. 1 Litografia. Disponível em: <https://www.mexicanmuseum.org/450-years-of-struggle-1>. Acesso em: 21 fev. 2025.

Referências Bibliográficas

ADES, Dawn. **Art in Latin America the Modern Era, 1820-1980**. New Haven, EUA: Yale University Press, 1989.

AVILA, T. **Chronicles of Revolution and Nation: El Taller de Gráfica Populares 'Estampas de la Revolución Mexicana' (1947)**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Art and Art history, The University of New Mexico, Albuquerque, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/71647197/Chronicles_of_Revolution_and_Nation_El_Taller_de_Gr%C3%A1fica_Populares_Estampas_de_la_Revoluci%C3%B3n_Mexicana_1947_>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CAPLOW, D. **Leopoldo Méndez, Revolutionary Art, and the Mexican Print: In service of the people**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Graduate School, University of Washington, Seattle, 1999.

CORBETT, John. *Contemplating a Couple of Rollers*. In: CORBETT VS. DEMPSEY. **Max Kahn - Eleanor Coen: Contemplating a Roller: Major Print Works 1936 - 1960**. Chicago: Corbett vs. Dempsey, 2006. np.

COSTA, Gina. **Para la Gente Art, Politics, and Cultural Identity of the Taller de Gráfica Popular**. Notre Dame: Snite Museum of Art at the University of Notre Dame, 2009.

GOLDMAN, Shifra M. Six Women Artists of Mexico. **Woman's Art Journal**, [s.l.] v. 3, n. 2, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1358027>. Acesso em: 01 set. 2024.

OEHY, M. **Mexican Graphic Art**. Zurique: Scheidegger and Spiess, 2017.

PEÑA, G. U. G. Pese a todo... Elena Huerta fue muralista. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, México, n. 13, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.unam.mx/index.php/cronicas/article/view/17287>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PRUGNITZ-PODA, Helga. Elizabeth Catlett and the Taller de Gráfica Popular. In: BUCHLOH H. D. B. *et al.* (org.). **From Posada to Isotype, from Kollwitz to Catlett: Exchanges of Political Print Culture**. Madri: Museo Reina Sofía, 2022a. p. 170-200. Disponível em: <<https://www.museoreinasofia.es/sites/default/files/posada-isotype-eng.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PRUGNITZ-PODA, Helga. Mariana Yampolsky. In: BUCHLOH H. D. B. *et al.* (org.). **From Posada to Isotype, from Kollwitz to Catlett: Exchanges of Political Print Culture**. Madri: Museo Reina Sofía, 2022b. p. 170-200. Disponível em: <<https://www.museoreinasofia.es/sites/default/files/posada-isotype-eng.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TIBOL, Raquel. **Gráficas y Neográficas En México**. Ciudad de México: Dirección General De Publicaciones y Medios da Secretaría de Educación Pública; Universidad Nacional Autónoma De México, 1987.

UĞUZ, Ö. Role of printmaking in Mexican revolution. **Journal of arts**, Çanakkale, v. 2, n. 4, p. 181–198, 2019. Disponível em: <https://ratingacademy.com.tr/ojs/index.php/arts/index>. Acesso em: 04 maio 2024.

VILLAR, Sureya Alejandra Hernández del. “Revolución, arte público mexicano y la Liga de Escritores y Artistas Revolucionarios (1934-1938)”. **Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo**, Montevideo, n.11, 2022: 41-74. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-16292022000100041>. Acesso em: 09 set. 2024.

Submetido em: 24 mar. 2025

Aceito em: 30 jun. 2025

O Ensino do Imperialismo através da série animada *Avatar: A Lenda de Aang* (2005).*The Teaching of Imperialism in Avatar: The Last Airbender (2005)*Ana Paula Alves Coelho,¹ FURG**Resumo**

O artigo objetiva analisar se a série animada “*Avatar: a Lenda de Aang*” (2005) pode ser utilizada como recurso didático para o ensino do conceito substantivo Imperialismo em aulas de História. A metodologia do estudo inclui uma pesquisa bibliográfica sobre como se aprende História e as possibilidades do uso do desenho para tal e uma pesquisa documental para averiguar a existência de elementos que se relacionam ao Imperialismo no desenho animado *Avatar: a Lenda de Aang* e como articula-los em sala de aula. Por fim, foi constatado que a produção animada não só tem capacidade de ensinar sobre o conceito do Imperialismo, como de suas diferentes facetas, restando ao professor realizar as intervenções corretas e atentar-se às especificidades de cada um dos movimentos Imperialistas no momento de utilizar *Avatar: a Lenda de Aang* para seu ensino.

Palavras-Chave: Animações; Ensino de História; Imperialismo; *Avatar: a Lenda de Aang*.

Abstract

This article aims to analyze whether the animated series "Avatar: The Last Airbender" (2005) can be used as a teaching resource for the substantive concept of Imperialism in History classes. The study methodology includes bibliographical research on how history is learned and the possibilities of using animation for this purpose, as well as documentary research to determine the existence of elements related to Imperialism in the animated series "Avatar: The Last Airbender" and how to use them in the classroom. Finally, it was found that the animated series not only has the ability to teach about the concept of Imperialism, but also its different facets. Teachers need only consider the specificities of each Imperialist movement when using "Avatar: The Last Airbender" in their teaching

Keywords: Cartoons; History Teaching; Imperialism; Avatar: The Last Airbender.

Introdução

A historiadora e também pesquisadora do campo de Educação Histórica Maria Auxiliadora do Santos Schmidt em seu texto *O saber e o fazer históricos em sala de aula* (2004), enfatiza ainda não ter sido superada uma metodologia do ensino de história nas escolas brasileiras baseada na “repetição enfadonha dos conteúdos pelo aluno”, na qual, o professor coloca-se como um docente-enciclopédia e que, por isso, precisa compartilhar com os discentes todo seu conhecimento (Schmidt, 2004, p. 30).

No entanto, Schmidt (2004) aponta que estudos que relacionam a formação do professor de História e seu cotidiano em sala de aula já vêm se mostrando presentes em

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Rio Grande no ano de 2025 e atualmente aluna especial do PPGH FURG.

palestras, congressos e seminários desde as décadas de 1980 e 1990 e que estes tiveram e ainda têm como objetivo vencer o estilo tradicional de Ensino de História no Brasil. De lá para cá, mudanças de fato foram observadas, mas, segundo Schmidt o cenário da educação histórica brasileira ainda não está satisfatório, uma vez que “podemos afirmar que o quadro-negro ainda persiste na educação brasileira, muitas vezes como único recurso na formação do professor e no cotidiano da sala de aula” (2004, p. 55).

O intrigante é que, mesmo com mais de 20 anos de publicação da obra de Maria Auxiliadora dos Santos Schmidt, o ensino de História no Brasil, embora tenha sofrido progressos, é ainda considerado por Assis, Ruckstadter e Noda (2022) como possuidor de resquícios de uma estagnação no modelo positivista tradicional, isto é uma maneira de ensino-aprendizado na qual “o foco era a transmissão do conteúdo, com aulas expositivas pelos professores e a reprodução desses conteúdos pelos alunos” (Assis, Ruckstadter e Noda, 2022, p. 10). Extremamente semelhante com a configuração de professor-enciclopédia destacada por Schmidt (2004), se mostrando um cenário que ainda precisa ser trabalhado.

Logo, assim que as discussões acerca da superação do ensino tradicional de História no Brasil começam a aparecer, o cinema, que pode ser entendido com uma expressão de História na imagem pública, veio a ser pensado como uma ferramenta de aproximação entre os alunos e o aprendizado histórico, tanto que em 1988 o mesmo foi oficializado como recurso pedagógico pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Domingues, 2017).

Para a área específica da História, o cinema surge como fonte e posteriormente como recurso didático devido à revolução da Escola dos Annales em 1930. E Foi Marc Ferro, um historiador e expoente deste movimento, quem começou a pensar a sétima arte como uma fonte de pesquisa para a História, chegando na conclusão que o cinema é uma fonte pela qual pode-se analisar elementos além-filme que até mesmo os criadores/diretores podem não ter pensado em transpassar, mas que certamente refletem características do nosso corpo social (Ferro, 2010).

Como as mudanças historiográficas tardam, mas chegam de algum jeito no chão da escola, essa inovação levou a cada vez mais professores de História trazerem filmes em suas aulas, seja de forma a analisá-los como fonte de um período histórico ou como recurso pedagógico lúdico para algum conteúdo. Embora, de acordo com o Marcos Napolitano, ainda se careça de uma metodologia eficaz que os professores possam aplicar para que o filme não seja apenas um passatempo, mas sim um mobilizador de saberes de fato. Para o pensador:

É preciso que a atividade escolar com o cinema vá além da experiência cotidiana, porém sem negá-la. A diferença é que a escola, tendo o professor como mediador, deve propor leituras mais ambiciosas além do puro lazer, fazendo a ponte entre emoção e razão de forma mais direcionada, incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar (Napolitano, 2010, p. 15).

Nesse sentido, mesmo que os filmes venham (de uma maneira torta ou não) ocupando espaço nas aulas e História, o cinema de animação, aquele geralmente direcionado para o público infantil, infelizmente ainda é um recurso muito negligenciado quanto seu potencial uso em aulas de História (Neto, 2012, p. 846), pois, no geral, tomados pelo senso comum como apenas artifícios de lazer, os desenhos animados não passam pelo crivo de que possam possuir algum potencial pedagógico, ideia a qual pretende ser vencida nesse trabalho. Afinal, toda animação possui uma história e essa narrativa, por conseguinte gerará algum tipo de aprendizado.

Outrossim, os desenhos de animação possuem características que prendem a atenção tanto de adultos quanto de crianças, isto no que tange o uso do humor e também a apelação ao nosso lado emocional humano. Ambos atributos atrativos para tornar o estudo um processo menos maçante. Fato que é sustentado por Neto (2012, p. 847), que diz que a animação ainda tem “uma linguagem universal, ou seja, se adapta a todo público-alvo, e sua linguagem permanece abrangendo o público de uma forma impressionante décadas depois”.

Portanto, voltando-nos ao olhar da necessidade de se superar o ensino tradicional de História e entendendo o cinema de animação como um meio para isso é que se optou pela série animada *Avatar: A Lenda de Aang* (2005) para ser trabalhada em cima da aprendizagem do conteúdo histórico do Imperialismo. Por isso questiona-se: o desenho animado *Avatar: a lenda de Aang* possui analogias históricas suficientes sobre o Imperialismo que possibilitem o seu uso didático em aulas de História? Logo, temos como objetivo geral analisar se a fonte escolhida possui referências suficientes sobre o Imperialismo que possibilitem seu uso em sala de aula na matéria de História.

Sendo assim, para atingir o objetivo geral, elencou-se os seguintes objetivos específicos: 1) realizar uma pesquisa bibliográfica acerca de como se aprende História e assim entender as possibilidades do uso da animação para tal; e 2) efetuar uma pesquisa documental sobre a série animada *Avatar: A lenda de Aang* (2005) com intuito de encontrar elementos/discursos que se relacionem aos processos Imperialistas da vida real e como articula-los em sala de aula.

Desse modo, a série animada *Avatar: A Lenda de Aang* (2005), de criação e direção de Michael Dante DiMartino e Bryan Konietzko e dos estúdios Nickelodeon, tem sua narrativa focada em Aang e seus amigos, sendo Aang um menino de 12 anos e também o Avatar (um ser detentor de muito poder nesse universo) que, depois de passar 100 anos congelado, precisa acabar com uma guerra que iniciou no período em que esteve fora, esta que se concentra nos avanços da Nação do Fogo no domínio de outras populações no mundo fictício de Avatar. Por essa razão, pretende-se verificar se as ações da Nação do Fogo na animação podem conectar-se ao conceito histórico do Imperialismo e, dessa forma, proporcionar seu aprendizado.

Por outro lado, o Imperialismo pode-se entender como uma política de dominação de uma nação/povo sobre a outra/outra que permeia de diferentes formas diversos momentos na história. Logo, aqui não se interessa em focar na potencialidade da animação para o ensino de apenas um modelo de Imperialismo em específico, mas sim encontrar características comuns entre as formas dessa prática ao longo da humanidade, para que assim, possamos entender a capacidade da fonte histórica aqui analisada em mobilizar o ensino sobre as diversas modalidades do Imperialismo.

Assim sendo, a realização desta pesquisa se justifica por muitos motivos os quais, de certa forma, foram citados no corpo deste texto. Entre eles apresenta-se a necessidade de se romper com um ensino tradicional, apenas focado no quadro e na memorização dos conteúdos. Visto que, por mais que o rompimento com essa modalidade de ensino tenha tido avanços nos últimos anos no país, é um fato muito recente, possuindo ainda seus resquícios nas escolas brasileiras (Schmidt, 2004 e Assis, Ruckstadter e Noda, 2022).

Além disso, entende-se a aproximação com a realidade do aluno outra possível justificativa para a conclusão desta pesquisa. Afinal, os desenhos, como visto antes, não apenas encantam crianças como também o público adulto, por serem uma mídia muito voltada ao humor, a crítica a realidade e também aos sentimentos humanos. Isso faz com que os alunos se identifiquem com os protagonistas e os demais personagens presentes nestas produções cinematográficas, o que se torna uma ótima oportunidade de ponte entre o discente e o conteúdo histórico.

A aprendizagem Histórica, as animações e o professor

Como os desenhos animados não são produzidos com a finalidade de serem usados como recurso didáticos para área da História é que aqui necessitamos entender como se dá a aprendizagem histórica, para que assim compreendamos se esse tipo de mídia contribui ou não para sua realização. Desse modo, a área a qual destina-se ao estudo do processo de

aprendizagem histórica é a Didática da História, sendo está uma linha de pesquisa que hoje é específica da área da História, isto é “cujo foco seja a relação entre a história escolar e a história científica” (Aguiar, 2020, p.52). Um de seus principais expoentes é o filósofo alemão Jörn Rüsen, quem aqui tomamos como base para as discussões feitas a seguir. Sendo assim, para o historiador a aprendizagem histórica:

pode se explicar como um processo de mudança estrutural na consciência histórica. A aprendizagem histórica implica mais que um simples adquirir de conhecimento do passado e da expansão do mesmo. Visto como um processo pelo qual as competências são adquiridas progressivamente, emerge como um processo de mudança de formas estruturais pelas quais tratamos e utilizamos a experiência e conhecimento da realidade passada, passando de formas tradicionais de pensamento aos modos genéticos (Rüsen, 2010, p. 51).

Logo, para o autor a aprendizagem histórica acontece por meio de um aprimoramento da consciência histórica que “é imanente aos seres humanos na medida em que eles são motivados por ações e intenções” (Rüsen *apud* Souza, 2014), sendo a consciência histórica “analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico” (Rüsen, 2010, p. 37). De forma sintética, segundo o filósofo, a aprendizagem histórica se dá de maneira tridimensional, na qual através da formação da consciência histórica os indivíduos no momento presente interpretam o passado por meio de suas vivências com intenção de perspectivar o futuro.

Assim sendo, de acordo com Rüsen, a consciência histórica se concretiza por meio de três operações fundamentais: a experiência, a interpretação e a orientação temporal (Rüsen, 2010). A experiência corresponde ao contato com informações históricas, permitindo perceber a diferença temporal entre presente e passado. A interpretação busca dar sentido a essas informações, produzindo narrativas históricas que podem ser tradicionais, exemplares, críticas ou genéticas. Já a orientação diz respeito à utilização do conhecimento histórico para situar-se no tempo e construir identidades, individuais e coletivas. É nesse processo que o aluno desenvolve uma consciência histórica, capaz de integrar conhecimento objetivo e valores subjetivos (Rüsen, 2010).

Dessa forma, entendemos o desenho *Avatar: a Lenda de Aang* (ou as animações em um geral) como uma possível fonte e recurso didático a ser utilizado na área de História, uma vez que este pode contribuir para a aprendizagem histórica dos indivíduos. Isso pois, a utilização do desenho deve auxiliar na formação da consciência histórica prevista por Rüsen (2010) como o produto final de sua aprendizagem, fomentando as 3 operações que levam a sua consolidação: a experiência, a interpretação e a orientação. Afinal, através da animação os

alunos poderão experienciar um conteúdo histórico, interpretá-lo, gerar uma narrativa sobre ele e obter a orientação sobre como se encaixam identitariamente nesse contexto.

Outrossim, destaca-se também a contribuição de Peter Lee, especialmente no que se refere a sua teoria acerca da aprendizagem histórica. Portanto, para o autor existem dois tipos de conceitos que permeiam a educação histórica, os substantivos, os quais têm haver com os conteúdos históricos (Industrialização, Monarquia, Democracia e etc.) e os de segunda ordem, que são aqueles que subsidiam o aprendizado dos conceitos substantivos (como evolução, desenvolvimento, passado e etc.) (Lee, 2001). Consequentemente, é imprescindível que o aluno domine os conceitos de segunda ordem para compreender os de primeira ordem, para que assim a aprendizagem histórica possa ser dada como efetiva.

Nesse sentido, quando jogamos seu postulado para o conceito aqui analisado, o Imperialismo se encaixaria como um conceito substantivo, afinal ele pode ser entendido como um conteúdo histórico que, logo está permeado de conceitos de segunda ordem que precisam ser compreendidos para seu estudo qualitativo. Logo, a utilização dos desenhos animados em sala de aula viabiliza a prática da teoria de Lee quanto ao aprendizado histórico, dado que os mesmos, através de suas narrativas, permitem explorar os conceitos de segunda ordem sobre um conceito substantivo específico em História, neste caso: o Imperialismo.

No entanto, mesmo entendendo que as animações possuem em suas estruturas e narrativas características que possibilitem a mobilização de saberes históricos, ainda falta um agente muito importante que de fato conseguirá utilizar deste grande potencial das animações para o ensino de História: o professor. Marcos Napolitano em seu livro “Como Usar o Cinema em Sala de Aula” se opõe ao filme-tapa-buraco, ao defender que é necessário que se tenha uma metodologia adequada para se usar uma obra cinematográfica, como a animação, em sala de aula, afinal a produção não substitui o papel do professor (Napolitano, 2010).

Com o mesmo pensamento, ao trazer uma crítica sobre como pais e professores por muitas vezes estão desinformados sobre os conteúdos que seus filhos/alunos consomem nos desenhos, Maria Felisminda de Rezende Fusari em “O educador e o desenho animado que a criança vê na televisão” irá propor que ambos destes agentes formadores na vida de uma criança devem “ensinar a ser telespectador”, isto é, torna-lo um público ativo e não passivo sobre o que se vê nas mídias (Fusari, 1985).

Dessa forma, cria-se uma dúvida sobre como o professor de História poderá aproveitar da potencialidade da animação, mediar seu uso como recurso didático em sala de aula e transformar seus alunos em telespectadores críticos. De acordo com Feitosa *et al.*

[...] vale ressaltar que o filme é um documento, precisando de outros suportes para ser empregado em sala de aula, não podendo assim o filme ser usado como única ferramenta didática, já que o mesmo não foi produzido para tal finalidade [...] é necessário fazer uma análise histórica deste documento, fazendo os devidos comentários e não esquecendo de problematizar o conteúdo que o filme [ou desenhos animados] trás, até por que muitas vezes os alunos podem se entreter com o filme e esquecer de fazer uma análise histórica, e assim, caso o professor não atente para isso, o filme não terá o propósito que se busca. Também, como todo material didático, é interessante dialogar este com outras fontes (Feitosa *et al.*, 2019, p. 4).

Logo, de acordo com os autores é necessário que os docentes não apenas passem as animações esperando que os alunos aprendam História, pois sozinho, o desenho animado não possui esse “poder”. Todavia, é importante que ele ou ela o trate como um documento, contextualize-o historicamente e traga debates sobre o mesmo para problematizá-lo. Desse modo, na próxima seção iremos sugerir como contextualizar e problematizar um conteúdo histórico a um desenho animado, neste caso a animação *Avatar: a Lenda de Aang* sobre o conteúdo do Imperialismo.

O Imperialismo em *Avatar: A Lenda de Aang* (2005)

A série animada *Avatar: A Lenda de Aang* é ambientada em um universo dividido em quatro grandes civilizações, as Tribos da Água (norte e sul), o Reino da Terra, a Nação do Fogo e os Nômades do Ar, nas quais alguns indivíduos possuem a habilidade de manipular os elementos naturais correspondentes às suas culturas. No centro dessa narrativa está Aang, um jovem monge do Ar e também o Avatar, única pessoa capaz de dominar os quatro elementos e responsável por manter o equilíbrio entre as nações. Após fugir de sua responsabilidade ao descobrir que era o Avatar, Aang acaba congelado por cem anos, período em que a Nação do Fogo inicia uma guerra de dominação global, exterminando os Nômades do Ar na intenção de eliminarem o possível Avatar e sua maior ameaça.

A história começa quando os irmãos Sokka e Katara, membros da Tribo da Água do Sul, encontram Aang preso em um iceberg. A partir disso, os três embarcam em uma jornada para que Aang aprenda a dominar os elementos restantes (a água, a terra e o fogo) e, assim, esteja preparado para enfrentar o Senhor do Fogo Ozai, principal líder do regime expansionista. Ao longo da série, novos personagens se unem ao grupo, como Toph, uma poderosa dobradora de terra cega, e Zuko, filho do Senhor do Fogo, que inicialmente busca capturar o Avatar, mas eventualmente muda de lado e passa a auxiliá-lo no aprendizado da dobra de fogo.

Durante sua jornada, o grupo enfrenta diversos desafios e confronta as consequências da guerra, libertando comunidades oprimidas e enfrentando figuras de poder como Azula, irmã de Zuko. O ápice da narrativa ocorre quando Aang enfrenta Ozai em uma batalha decisiva. Recusando-se a matá-lo, Aang retira seus poderes de dobra, encerrando o ciclo de violência. Com isso, Zuko assume o trono da Nação do Fogo com o objetivo de restaurar a paz, concluindo a trajetória dos protagonistas e o arco narrativo da série.

Após entendermos a narrativa da série animada Avatar: a lenda de Aang é que nesta seção iremos esmiuçar mais especificamente como ela tem capacidade de produzir aprendizado sobre o conceito substantivo do Imperialismo, em suas várias nuances históricas. Para isso, selecionou-se episódios da série considerados os mais interessantes para este fim, que serão citados ao longo do texto.

Portanto, como apontado no resumo da narrativa, a Nação do Fogo é a principal vilã do desenho animado por ser um Estado Imperialista que, há mais de 100 anos vêm travando uma guerra com os demais povos em busca de sua dominação e a prova da superioridade da sua cultura. Sua suposta “superioridade de racial” encontra-se no discurso de que a Nação do Fogo teria chegado em um patamar mais elevado de desenvolvimento tecnológico e bélico que as outras Nações, as quais, em sua maioria viviam em configurações de vida semifeudais ou tribais. Inclusive, seu poder bélico era ostentado tanto na circulação de diversos navios de guerra pelo mundo do desenho, quanto pelo seu numeroso e treinado exército, ao qual provavelmente se deve sua vitória na guerra até então.

Ainda sobre o viés da suposta superioridade de sociedades no mundo Avatar, há um diálogo muito importante que destaca não só esse pensamento, mas também uma justificativa para o Imperialismo da Nação do Fogo sobre as outras comunidades da animação na visão dos conquistadores. Essa conversa é travada antes da Guerra dos 100 anos no desenho, em que o Senhor do Fogo Sozin debate sobre as conquistas da Nação do Fogo com o Avatar Roku, antecessor de Aang. A principal parte do diálogo acontece da seguinte maneira:

SOZIN: A nossa nação está desfrutando de uma época sem precedentes de paz e riqueza. Nosso povo está feliz e nós somos afortunados em muitos aspectos.

ROKU: A onde você quer chegar com isso?

SOZIN: Eu ando pensando, nós deveríamos compartilhar essa prosperidade com o resto do mundo. Em nossas mãos está o Império mais bem-sucedido da história. Está na hora de expandi-lo!

ROKU: Não! As quatro Nações devem ser isso! Quatro!

(O Avatar e o Senhor do Fogo, terceira temporada, episódio 6).

A ideia de superioridade racial presente na animação se relaciona com as ideologias imperialistas dos séculos XIX e XX, especialmente no contexto do neocolonialismo europeu na África e na Ásia. Segundo Hobson, em *Imperialism: A Study* (1902), “são sobretudo os fatores não econômicos que conduzem a política imperialista [europeia do século XIX e XX] – aspectos políticos, ideológicos e morais” (Hobson apud Buguiato, 2007, p. 129). Nesse viés, segundo o autor, a ideia de superioridade de raça subsidiou a desculpa do “fardo” do colonizador em levar, como um grande salvador, o seu maior desenvolvimento aos pobres povos das colônias, como também é visto no desenho.

Não somente no modelo de Imperialismo neocolonialista europeu, mas também nos Impérios da antiguidade encontra-se a ideologia de superioridade de raça. Quem nos aponta isso é o historiador Nelson Bondioli em seu artigo *Póscolonialismo na Antiguidade: Druidas nos discursos coloniais Romanos*, em que ele destaca que:

Não deve, ou ao menos não deveria surgir como uma surpresa ao pesquisador, se deparar já na Antiguidade com esses discursos em que um extenso rol de técnicas retóricas é utilizado na categorização e subalternização do Outro; em que a conquista e dominação são justificadas pela desumanização de determinados grupos étnicos (Bondioli, 2016, p. 208).

Portanto, é através desses elementos que o professor poderá trabalhar em sala de aula, seja quando for tratar do Imperialismo dos séculos XIX e XX, dos Imperialismos da Antiguidade ou de ambos. Afinal, trabalhar com os dois tipos de Imperialismos de forma comparativa deve gerar um entendimento do conceito para os alunos, a partir de questionamentos a turma como: é possível dizer que os europeus e romanos, em distintos momentos, usaram de sua suposta superioridade racial para dominar outros países/reinos como fez a Nação do Fogo na série? O neocolonialismo europeu e a Nação do Fogo realmente “compartilharam sua prosperidade com o resto do mundo” como é visto no diálogo? Estas são indagações que, precedidas de uma contextualização do tema poderão ser muito proveitosas para o aprendizado dos alunos.

Voltando a história do desenho, chegando em um certo ponto de industrialização em seu próprio território e acreditando que esse desenvolvimento deveria ser espalhado pelos demais, o Reino da Terra, então, se tornou o lugar perfeito para a exploração de recursos naturais considerados “não bem-utilizados” pela Nação do Fogo, como principalmente o carvão, uma fonte de energia não renovável. Dessa forma, a Nação do Fogo vai aos poucos transformando suas colônias do Reino da Terra em pólos industriais ou em terras de extração

de matéria prima e, assim, estabelece seu domínio tanto político como econômico nessas regiões.

Um exemplo desse acontecimento na animação se encontra no episódio 6 da primeira temporada chamado *Aprisionado*. Nele, Katara, Aang e Sokka procuram algum lugar habitado para que possam encontrar comida e, depois de tanto andar pela floresta, acham uma aldeia do Reino da Terra que está sobre o domínio da Nação do Fogo. Para chegar até esse destino, os protagonistas seguem um menino da floresta até sua casa e, quando chegam lá iniciam o seguinte diálogo com a mãe do garoto, após presenciarem um soldado da Nação do Fogo lhe cobrando impostos:

SOKKA: Que cara legal, a quanto tempo a Nação do Fogo está aqui?

MULHER: Há 5 anos. O senhor do Fogo Ozai usa nossas minas de carvão para abastecer seus navios.

MENINO (RARU): São ladrões, eles roubam de nós! E todo mundo é muito covarde para fazer alguma coisa por aqui...

MULHER: Quietos Raru! Não fale assim...

(*Aprisionado*, primeira temporada, episódio 6).

Destarte, assim fica evidente duas das formas que a Nação do Fogo domina economicamente estes territórios: pela cobrança de impostos e a extração de seus recursos. Ademais, nesse mesmo episódio descobrimos que o menino (Raru) é também um dobrador de Terra, mas que não poderia exercer sua habilidade devido ao fato de sua aldeia estar subjugada a Nação do Fogo. Descoberto por soldados, Raru é mandado para trabalhar na produção de navios do Império do Fogo, os quais eram produzidos com metal que, por sua vez, advinha das suas próprias minas de carvão. Dessa forma, revelando uma terceira forma de dominação econômica da Nação do Fogo sobre o Reino da Terra: a exploração de sua mão de obra.

A cobrança de impostos, a extração de recursos e a exploração da mão de obra presentes no universo de *Avatar: A Lenda de Aang* refletem práticas comuns às políticas Imperialistas históricas. Lênin (2021) argumenta que o Imperialismo do século XIX representa “o estágio superior do capitalismo”, sendo impulsionado pela busca do monopólio de matérias-primas e pela exploração da mão de obra barata africana e asiática (Lênin, 2021, p. 114). Já a cobrança de tributos é característica dos Imperialismos da Antiguidade, como no Egito e em Roma. Ferreira (2016, p. 1) afirma que, entre os romanos, os impostos às colônias foram uma alternativa à tentativa fracassada de impor a cultura romana, servindo “como meio de fortalecer seus exércitos e conquistar mais terras” (Ferreira, 2016, p. 1).

Logo, aqui se torna interessante mais uma vez a exploração da fonte e da intervenção didática do professor ao usar o desenho em sala de aula. A comparação ainda segue como uma importante ponte para o entendimento do aluno sobre o conceito do Imperialismo, tanto entre o Neocolonialismo do século XIX e o fictício, o Imperialismo romano e o fictício como entre os três simultaneamente. Dessa forma, na passagem da animação o docente pode comentar sobre as diferenças da realidade para a ficção, questionando aos alunos quais daquelas características de dominação econômica se parecem com o conteúdo que os mesmos estão estudando. Ademais, o exato momento do diálogo descrito acima pode ser usado para questionar aos alunos o que Raru queria dizer ao chamar os guardas da Nação do Fogo de “ladrões”, os levando a refletir sobre a violência dos processos Imperialistas.

Ademais, ao impor política e economicamente sua dominação aos outros povos, a Nação do Fogo ainda exerce um tipo de controle cultural sobre as demais Nações. Um desses aparelhos de controle que fica bem evidente ao longo da série é a proibição das dobras de outros elementos que não sejam o fogo nas colônias, isto é, água e terra, visto que os Nômades do Ar já haviam sido extintos. Por óbvio, além de essa ser uma política que visa a própria segurança do Império do Fogo, com o objetivo barrar revoltas, a proibição da dobra dos outros elementos também pode ser entendida como uma forma de domínio cultural, visto que a habilidade faz parte da tradição das demais Nações do desenho: Tribos da Água Norte e Sul e Reino da Terra.

Logo, a imposição cultural feita pela Nação do Fogo, também é relacionável às práticas Imperialistas da vida real. Novamente, o neocolonialismo europeu do século XIX e XX a África e Ásia se mostra como um espelho entre a história e animação, uma vez que alicerçados na crença da sua superioridade cultural, os colonizadores ainda perseguiram certas práticas culturais dos povos dominados, ao mesmo tempo que eram impostas suas diretrizes ocidentais a esses grupos. No caso da África, os ritos religiosos eram os mais afetados pois, segundo De Oliveira et al. (2021, p. 243) “as práticas religiosas e os ritos tradicionais foram alvos diretos do empreendimento colonial e consequentemente, o poder hegemônico europeu foi fortalecido pela expansão também de seu projeto único de religiosidade”. A religião é inegavelmente uma característica identitária forte para um povo, assim como na animação as dobras dos elementos são para as comunidades do desenho.

Nesse sentido, ao pensar sobre o domínio cultural entendemos que o debate deva ser mais profundo. Afinal, de todos os tipos de domínios imperialistas este é o menos tangível, no entanto, um dos mais importantes para entender esse processo. O interessante é que aqui se utilize da animação para gerar um debate sobre o assunto, após uma certa contextualização do

tema. As problematizações podem seguir no sentido de: o que você entende como domínio cultural? Em que parte você acredita que o domínio cultural está presente no desenho? Essa característica se relaciona com o domínio cultural que os europeus exerceram sobre povos na África? Explique. Assim, a animação é usada não como portadora de conteúdo histórico, mas mobilizadora de saberes sobre a História.

Outrossim, no capítulo *A Faixa de Cabeça* (Terceira temporada, episódio 2), Aang é confundido com um estudante da escola da Nação do Fogo e lá conhece os métodos de ensino e o conhecimento que o Império do Fogo passa a seus súditos. Logo, descobrimos que o colégio serve como um aparelho de controle ideológico da população, uma vez que todas as aulas possuem um cunho de fomento nacionalista e de culto ao líder, nas quais a imagem do Senhor do Fogo Ozai é sempre referenciada. Confere-se tal ocorrência quando Aang volta para seu esconderijo com seus amigos e mostra a eles o quadro que recebeu do Imperador na escola e, em seguida, lhes apresenta sua reprodução do quadro em macarrão (Figuras 3 e 4, respectivamente).

Figura 3 – Quadro do Senhor do Fogo do Ozai



Fonte: Captura de tela feita pela autora. *A Faixa de Cabeça*. Terceira temporada, episódio 2.

Figura 4 – Quadro do Senhor do Fogo Ozai em macarrão feita por Aang



Fonte: Captura de tela feita pela autora. *A Faixa de Cabeça*. Terceira temporada, episódio 2.

Ainda assim, nas aulas de História a narrativa sobre os ataques da Nação do Fogo a outras Nações era manipuladora, transformando a Nação do Fogo em um Estado benevolente

que seria apenas defensor dos ataques das outras nações. Ao contestar esses fatos, Aang é entendido como um desordeiro e também é ameaçado pelo diretor a ser levado para trabalhar nas “minas de carvão” como punição, sendo este um aparelho de exploração que vimos no capítulo 6 da primeira temporada.

Nesse sentido, a distorção dos fatos apresentada em *Avatar: A Lenda de Aang* remete aos Imperialismos históricos, sobretudo ao eurocentrismo, uma vez que a perspectiva europeia dominou a historiografia mundial. Desde as primeiras narrativas sobre a colonização das Américas (consideradas por muitos estudiosos como o berço do neocolonialismo) já se observa essa manipulação. Como afirmam Rocha e Martins (2016, p.219), “a exploração colonial pode ser considerada uma forma de imperialismo, uma vez que, as antigas nações nativas americanas foram subjugadas à revelia dos interesses econômicos e políticos das metrópoles europeias”. Tal prática se estendeu posteriormente ao imperialismo dos séculos XIX e XX na África e Ásia, evidenciando um novo paralelo entre a animação e a realidade

Outro elemento comum é o culto à figura do líder, característica de regimes imperialistas com forte personalismo, como o Nazismo e o Fascismo. Esses governos promoveram a idolatria a Adolf Hitler e Benito Mussolini, assim como ocorre na animação com o Senhor do Fogo Ozai. Para Bortulucce (2018, p.884), essa veneração busca “reforçar os valores desejados e legitimar as práticas vigentes”, sendo o líder uma figura que “deve penetrar o cotidiano dos indivíduos [...] conciliar os papéis de pai e de carrasco, de conselheiro e de delator, de verdugo e de salvador”.

O nacionalismo também se destaca como base ideológica dos processos imperialistas e aparece fortemente representado na narrativa da Nação do Fogo. Segundo Silva (2021, p.8), no século XIX, o nacionalismo foi utilizado para diferentes fins: “No caso de França e Inglaterra o nacionalismo estava a serviço da preservação de seus impérios, enquanto nos Estados Unidos, Alemanha e Japão o nacionalismo era usado para justificar e inspirar suas pretensões imperialistas”.

Sendo assim, ao pensarmos em abordar da distorção de narrativa, do culto ao líder e do nacionalismo em sala de aula é interessante que estes, diferentes dos demais já citados, não sejam tratados apenas com problematizações, mas também auxiliados por outras fontes. O culto ao líder, por exemplo, pode ser trabalhado aliado a fontes iconográficas comparando a imagem do Senhor do Fogo Ozai às figuras de Hitler e Mussolini em seus governos e questionar: como estão Hitler, Mussolini e Ozai nessas imagens? Elas se assemelham? O nacionalismo tende a poder ser estudado através da mesma metodologia, comparando imagens da forte presença dos símbolos dos países Imperialistas da vida real nos territórios

dominados com esta mesma ocorrência vista na animação, como é possível observar na Figura 3. Já a distorção de narrativa pode ser associada a fontes escritas que relatam o eurocentrismo no processo Imperialista com a cena específica do desenho em que a narrativa sobre a Guerra dos cem anos é distorcida pela professora da Nação do Fogo na escola.

Figura 3 – Invasão e conquista de Omashu



Fonte: Captura de tela feita pela autora. Retorno a Omashu. Segunda temporada, episódio 3.

Além disso, aqui também é interessante analisarmos como a Nação do Fogo administra suas colônias e exerce seu domínio político sobre elas, o que pode ser melhor visualizado em outros capítulos da série, este é o capítulo *Retorno a Omashu* (Segunda Temporada, episódio 3), no qual os protagonistas retornam a um centro urbano do Reino da Terra que anteriormente não estava sob domínio do Império do Fogo, mas que agora já havia sido anexado. Nele, fica podemos ver Azula, filha do Senhor do Fogo Ozai, revoltando-se com a má gestão de Omashu pelos pais de sua amiga Mai, família nobre vinculada a família real do Fogo a quem o governo da cidade do Reino da Terra foi destinada. Dessa forma, pode-se ver que a Nação do Fogo estabelece seu domínio político em duas etapas em suas colônias de maior proporção territorial: primeiro com a destituição de seus líderes locais e depois, com a sua rápida substituição por um governante da Nação do Fogo.

Portanto, a maneira como a Nação do Fogo exerce seu poder político sobre, principalmente os grandes conglomerados urbanos do Reino da Terra, é relacionada ao modelo de controle de colônia, visto que o Imperialismo pode ser exercido através de três tipos de dominação diferentes: na forma de protetorado, colônia ou área de influência. O modelo colonial, por conseguinte, é bem parecido com o encontrado na animação, onde há uma dominação direta do país colonizador à colônia, isto é, seu governo local é deposto e substituído por um governo da metrópole. Nesta forma de controle político, a região dominada perde sua autonomia e seu território ainda é incorporado ao da nação “conquistadora”, assim como ocorre na animação.

A forma de dominação colonial está, outrossim, presente no neocolonialismo dos séculos XIX e XX nos países africanos e asiáticos, embora os mesmos ainda tenham utilizado do protetorado e das áreas de influência nestas regiões. Para os europeus, a configuração colonial tem como herança a colonização das américas, por isso, não é à toa que o Imperialismo moderno também é chamado de neocolonialismo (Rocha e Martins, 2016, p.219-220). Ademais, este tipo de dominação se encontrou inclusive no Impérios da Antiguidade, como no Império Egípcio pois, segundo Lemos,

Com o Reino Novo (1550-1070 a. C.; equivalente ao período colonial na Núbia), período em que os egípcios restabeleceram o poder sobre seu território, a política imperialista foi elevada ao extremo, com um programa extensivo de construções de templos em território núbio. Esses templos, além de exaltar o poder dos faraós e estabelecer o culto aos deuses egípcios em solo núbio, **eram centros administrativos do poderio colonial na Núbia**. Em paralelo, os egípcios fundaram uma série de cidades coloniais naquela região (Lemos, 2018, p.1, grifo próprio).

Além disso, mais à frente na animação, em *As encruzilhadas do destino* (Segunda temporada, episódio 20) presenciamos o golpe que Azula e suas amigas (Mai e Ty Lee) planejam e aplicam em Ba Sing Se, próspera capital do Reino do Terra, na qual a própria princesa do Fogo assume o poder. Sendo assim, como uma terceira etapa que arremata seu domínio político nos territórios anexados, a Nação do Fogo ainda exerce uma ocupação militar em suas colônias, encarregando seu exército a estabelecer a ordem e a submissão dos cidadãos ao Império do Fogo. Confere-se essa ação com a invasão dos soldados do Fogo á Ba Sing Se na Figura 4, retirada do episódio 1 da terceira temporada da série animada, intitulado de *O Despertar*.

Figura 4 – Invasão militar a Ba Sing Se pela Nação do Fogo



Fonte: Captura de tela feita pela autora. O Despertar, Terceira temporada, episódio 1.

Logo, as dominações coloniais Imperialistas da vida real também, por vezes, serviam-se da ocupação militar para a garantia do seu controle nas regiões de submissão. De acordo

com Soldera (2019, p.131), o “militarismo foi decisivo para a conquista da África e Ásia”, tanto para os países europeus, como para os Estados Unidos e o Japão durante o auge do Imperialismo dos séculos XIX e XX. No entanto, a alocação de um exército nas colônias não é exclusiva do Imperialismo moderno, mas também esteve principalmente presente nos modelos Imperialistas da Antiguidade. No Império Romano, por exemplo, Rossi (2011, p.62) dirá que o “som das botas dos soldados sempre chegava antes do Império” e que, por essa razão “é possível dizer que o exército era a base do Estado e sua grande arma secreta” (2011, p.63).

Novamente ao trazer mais esses aspectos Imperialistas da animação para os processos Imperialistas da vida real se torna interessante outra vez o debate. O professor precisa fazer com que os alunos compreendam a função da dominação política para um Estado Imperialista, neste caso da configuração colonial e da invasão militar. Portanto, o docente pode usar da narrativa do desenho como um introdutor deste assunto ao, após sua exibição realizar indagações como: de que maneira a Nação do Fogo domina os territórios que conquista? Qual o papel de seu exército para esse domínio? E, após receber, analisar e debater as respostas com os alunos, explicar sobre como estes dois aspectos foram inspirados em modelos Imperialistas históricos tanto da contemporaneidade quanto da Antiguidade.

Em conclusão, o que podemos compreender é que o “Imperialismo [...] é um conjunto de práticas multidimensional (econômicas, políticas e culturais)” (Ruccio, 2003, p.62) e, outrossim, com estas mesmas práticas variantes conforme o contexto histórico e os agentes que o exercem. Desse modo, o historiador Finley de uma maneira abrangente irá afirmar que

Um historiador pode chamar corretamente um Estado de 'imperialista' se ele exerceu autoridade em qualquer período sobre outros Estados (ou comunidades ou povos) para propósito e vantagens próprias, sejam elas quais forem (Finley apud Frizzo, 2008 p. 8).

Nesse sentido, entende-se que por mais que os modelos Imperialistas da realidade possuam contextos históricos diferentes que dão autenticidade ao seu próprio processo, comumente eles terão como objetivo subjugar outros povos em um domínio de tipo econômico, político e cultural, exatamente como é visto no modelo Imperialista da Nação do Fogo em *Avatar: a Lenda de Aang*. Desse modo, classificando a série animada com um bom recurso didático para suas múltiplas aprendizagens.

Por fim, ainda é interessante que intercalamos o conceito de Imperialismo à teoria dos conceitos históricos do historiador Peter Lee. Lembrando que para o autor existem dois tipos

de conceitos que permeiam a educação histórica, os substantivos, os quais têm haver com os conteúdos históricos e os de segunda ordem, que são aqueles que subsidiam o aprendizado dos conceitos substantivos, portanto, imprescindíveis para o entendimento dos primeiros (Lee, 2001).

Entendendo o Imperialismo como um conceito substantivo, podemos interpretar os elementos apresentados como de segunda ordem para este conceito histórico, isto é, a ideologia de superioridade racial, a exploração de recursos da colônia, a exploração da mão de obra local, o nacionalismo, a ocupação militar, entre outros expostos aqui. Portanto, como tais características se mostraram presentes na animação *Avatar: a Lenda de Aang*, esta poderá servir perfeitamente para aprendizagem acerca do Imperialismo, restando ao professor realizar as intervenções corretas e atentar-se às especificidades de cada um dos movimentos Imperialistas no momento de utilizar *Avatar: a Lenda de Aang* para seu ensino.

Metodologia

A atual pesquisa tomou como base duas metodologias: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Sobre a pesquisa bibliográfica, Bento (2012, p.1) se refere a

[...] uma parte vital do processo de investigação. Aquela envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, actas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema.

Por outro lado, uma pesquisa documental é uma técnica que “vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (Helder apud Sá-Silva, Almeida e Guarandi, 2009, p.3). Isto é, de acordo com o autor, uma pesquisa documental caracteriza-se pela análise de um documento “cru”, o qual não teria sido passado pela crítica de nenhum autor, ou nesse caso, leituras alheias sobre o mesmo não interessariam. Nesse sentido, Sá Silva et al ainda ressaltam que os filmes/séries, após a revolução da Escola dos Annales, hoje também são considerados documentos e por isso podem encaixar-se em uma pesquisa documental (2009, p. 7-8).

Portanto, as obras e imagens aqui utilizadas situam-se entre os anos de 2004 a 2024, todas encontradas em fundos online como o Google, Google Imagens, Google Acadêmico, Scielo, BDTD e a Capes. Quanto a pesquisa documental, esta baseou-se nos episódios da série

Avatar: de Aang (2005), de criação de Michael Dante DiMartino e Bryan Konietzko, disponibilizados na plataforma de streaming Pluto TV.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar a possibilidade do uso da série *Avatar: A Lenda de Aang* (2005) como recurso didático no ensino de História, com foco no aprendizado do conceito substantivo do Imperialismo.

Com base nas contribuições teóricas de Jörn Rüsen (2010), compreendemos que a aprendizagem histórica se dá por meio da formação da consciência histórica, construída a partir de três operações: a experiência, a interpretação e a orientação temporal. Nesse sentido, demonstrou-se que a animação pode contribuir com todas essas dimensões, visto que, por meio dela os alunos poderão experienciar um conteúdo histórico, interpretá-lo, gerar uma narrativa sobre ele e obter a orientação sobre como se encaixam identitariamente nesse contexto, isso tudo claro com a mediação de um professor.

Além disso, a teoria de Peter Lee (2001) foi fundamental para mostrar que o ensino de conceitos históricos substantivos depende, principalmente, do domínio de seus conceitos de segunda ordem. Nesse sentido, chegou-se na conclusão que a utilização do desenho em sala de aula pode viabilizar a prática da teoria de Lee quanto ao aprendizado histórico, dado que o mesmo permite explorar os conceitos de segunda ordem sobre um conceito substantivo específico em História, nesse caso o Imperialismo.

Todavia, embora Rüsen e Lee nos apontem a potencialidade das animações para o ensino de História, Marcos Napolitano, Maria Felisminda de Rezende Fusari e Feitosa et al, destacam que sozinhos os desenhos animados não conseguem ensinar História, sendo necessária a intervenção didática do professor para que aprendizagem aconteça.

Já a análise da narrativa da série animada *Avatar: a Lenda de Aang* (2005) identificou dez características que remetem a práticas imperialistas reais, divididas nas categorias de domínios cultural, econômico e político. Elementos como a superioridade racial, a proibição de exercício da cultura do dominado, o culto ao líder, o nacionalismo, a distorção de narrativa pelo dominador (cultural), a exploração de recursos, a exploração da mão de obra, a cobrança de impostos (econômico), a ocupação militar e a dominação colonial (político) foram reconhecidos na trama, estabelecendo paralelos de maior ou menor grau com modelos históricos como o neocolonialismo europeu, os impérios da Antiguidade e os imperialismos personalistas. Logo, se mostrando um desenho de alto potencial para o ensino do conteúdo.

Embora os resultados teóricos tenham sido positivos, é importante reconhecer que esta pesquisa se limitou à análise teórica e não incluiu a aplicação prática da série em sala de aula. Isso representa uma limitação, mas também abre caminho para futuras investigações que possam colocar em prática o uso do desenho animado como ferramenta de ensino. Por fim, este estudo se propôs a contribuir com um debate ainda recente no campo da Didática da História: o potencial dos desenhos animados como recurso pedagógico. Espera-se que este trabalho incentive abordagens inovadoras, que dialoguem com os interesses e linguagens dos alunos, tornando o ensino de História mais acessível, envolvente e significativo.

Fontes

APRISIONADO. *In*: Avatar: a Lenda de Aang. Criação de Bryan Konietzko, Michael Dante DiMartino. Estados Unidos: Nickelodeon, 2008. 24 min, Pluto TV, son.,color. Temporada 1, episódio 6. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

A FAIXA DE CABEÇA. *In*: Avatar A Lenda de Aang. Criação de Bryan Konietzko, Michael Dante DiMartino. Estados Unidos: Nickelodeon, 2008. 24 min, Pluto TV, son.,color. Temporada 3, episódio 2. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

O AVATAR E O SENHOR DO FOGO. *In*: Avatar: a Lenda de Aang. Criação de Bryan Konietzko, Michael Dante DiMartino. Estados Unidos: Nickelodeon, 2008. 24 min, Pluto TV, son.,color. Temporada 3, episódio 6. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

O DESPERTAR. *In*: Avatar A Lenda de Aang. Criação de Bryan Konietzko, Michael Dante DiMartino. Estados Unidos: Nickelodeon, 2008. 24 min, Pluto TV, son.,color. Temporada 3, episódio 1. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

RETORNO A OMASHU. *In*: Avatar: a Lenda de Aang. Criação de Bryan Konietzko, Michael Dante DiMartino. Estados Unidos: Nickelodeon, 2008. 24 min, Pluto TV, son.,color. Temporada 2, episódio 3. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

Referências Bibliográficas

ASSIS, G. A. de; RUCKSTADTER, V. C. M.; NODA, M. Ensino de História na formação das crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios e possibilidades. Campinas: **Revista HISTEDBR On-line**, v. 22, n.1, mai., p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://bityli.com/Absuh> . Acesso em: 23 de jul. de 2025.

BENTO, Antônio. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. Brasília: **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, v. 7, n. 65, mai., p. 42-44, 2012.

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. Representações de Mussolini: do culto ao Duce à resistência. Campinas: **Encontro de História da Arte**, v. 13, n. 13, dez., p. 884-888, 2018.

BUGIATO, Caio. Teoria do Imperialismo: John Hobson. São Paulo: **Revista de Iniciação Científica da FFC- (Cessada)**, v. 7, n. 2, jul., p. 126-139, 2007.

DE PAIVA BONDIOLI, Nelson. Póscolonialismo na antiguidade: druidas nos discursos coloniais romanos. Goiânia: **OPIS**, v. 16, n. 1, ago.,p. 202-218, 2016.

DE OLIVEIRA, Adilson Vagner et al. Religião, literatura e a dinâmica colonial na África. Rio de Janeiro: **Revista Mulemba**, v. 13, n. 25, mai., p. 227-245, 2021.

DOMINGUES, Ester Joelma. O cinema como recurso pedagógico no ensino de História. Ensinar História. 30 de set. de 2017. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/cinema-no-ensino-de-historia/>. Acessado em: 21 de abr. de 2025.

FEITOSA, Cicero Eduardo Teixeira et al. Uso do audiovisual no ensino de história: desafios e práticas. Anais VI CONEDU. Campina Grande: **Realize Editora**, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62919>. Acesso em: 21 de jul. de 2025

FERREIRA, Rodrigo. Tributos: origem e evolução. Jusbrasil. 21 de ago. de 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/tributos-origem-e-evolucao/222353175>. Acessado em: 21 de abri. de 2025.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FRIZZO, Fábio. Na Aurora do Imperialismo: O Império Egípcio do XVI Século Antes de Cristo. Niterói: **História e Luta de Classes**, v.1, n. 6, nov., p. 7-12, 2008.

FUSARI, Maria Felisminda de Resende e. **O Educador e o desenho animado que a criança vê na televisão**. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em história. In: BARCA, Isabel (Org.). **Perspectivas em educação histórica**. Braga: Universidade do Minho, 2001. p. 13-27.

LEMOES, Rennan. Um reino colonizado que se tornou império: a Núbia antiga. Café História. 12 de fev. de 2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/imperio-da-nubia-antiga/>. Acesso em: 21 de abr. de 2025.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

MARTINS, Alexandre Luís Ponce; ROCHA, Márcio Mendes. Imperialismo: Paralelos Conceituais no Decorrer da História e sua Perspectiva na Atualidade. Marechal Cândido Rondon: **Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 15, abr., p. 217–225, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010

NETO, Mario Marcello. Que Animação! Os desenhos animados e o ensino de história: um diálogo possível. Porto Alegre: **Revista Aedos**, v. 4, n. 11, set., p. 845-857, 2012.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Exército romano: conquista, terror e violência. Curitiba: **Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral**, v. 3, n. 1, set., p. 61-76, 2011.

RUCCIO, David F. Globalização e imperialismo. Campinas: **Crítica Marxista**, v. 12, n. 20, jun., p. 49-69, 2005.

RÜSEN, Jörn. Experiência, Interpretação, Orientação As Três Dimensões Da Aprendizagem Histórica. In: **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rio Grande: **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, jul., p. 1-15, 2009

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano de sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. **O Saber histórico em sala de aula**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 54-66.

SANTANA SILVA, D. L. Notas sobre os conceitos de Nacionalismo, Imperialismo, e o desenvolvimento da Sociedade Internacional de Estados. [S. l.]: **Textos e Debates**, v. 27, n. 01, jun., p. 196–205, 2021.

SOLDERA, Ricardo Antonio. O imperialismo e a era de ouro do capitalismo. In: ALVES, Amanda Tamires e et al. (Orgs.). **PADRÕES E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**. Araraquara: FCL-UNESP, 2019. p. 130-151.

SOUZA, Uirys Alves de. **Entre a teoria e a prática: por uma reflexão sobre o que e como os estudantes de graduação compreendem os processos revolucionários ocorridos na Inglaterra do século XVII**. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, p. 1-170, 2016.

Submetido em: 21 abr. 2025

Aceito em: 06 ago. 2025

Bolsonarismo e o angustiante passado que não passa*Bolsonarism and the distressing past that will not pass*Audi Roberto Rodrigues,¹ UEPB**Resumo**

O presente ensaio teve como objetivo abordar questões relacionadas à extrema-direita nacional, compreendendo sua organização e articulação a partir de suas raízes históricas e dos elementos que a mobilizam. Retornamos ao passado para colher dele pistas que, de alguma forma, contribuam para explicar as nuances do nosso passado autoritário e como ele reverbera no presente. O diálogo com a psicanálise foi fundamental nesse processo. Autores como Freud (1930) e Bauman (1998) foram de suma importância para a pesquisa, além de historiadores do tempo presente, como Adilson Filho (2021) e Marcos Napolitano (2015), que proporcionaram uma leitura apurada sobre o nosso passado. O texto percorre a nossa história a fim de buscar respostas para os questionamentos que tanto nos afligem no presente, tais como as continuidades e permanências desse passado autoritário e angustiante que insiste em não passar.

Palavras -Chave: Passado; bolsonarismo; angustia.

Abstract

This text aims to discuss the history of the phenomenon of the Brazilian far right. Understanding its organization and articulation based on its historical roots and its mobilizing elements. We went back in time to gather from it the remains and traces that somehow explain the world we live in. The dialogue with psychoanalysis was fundamental in this process. Authors such as Freud (1930) and Bauman (1998) were of utmost importance for the research, in addition to historians of the present time such as Adilson Filho (2021) and Marcos Napolitano (2015) who provided us with an accurate reading of our past. The text takes a journey through our history in order to answer the questions that so distress us in the present.

Keywords: Past; Bolsonaroism; Anguish.

Introdução

No romance surrealista do autor brasileiro José J. Veiga, “*Sombra de Reis Barbudos*”, publicado nos anos 1970, a população de uma pequena cidade é surpreendida por grandes mudanças e transformações a partir da chegada de uma companhia. Essa empresa passa a controlar o cotidiano dos moradores, construindo muros físicos e criando leis, decretos, regras e procedimentos que, paulatinamente, vão cerceando as liberdades individuais e enfraquecendo os laços afetivos e subjetivos dos cidadãos.² Enclausurados, surgem restrições,

¹ Graduado em história pela universidade estadual da Paraíba. Pesquisador do núcleo de história e linguagem contemporânea (UEPB).

² O livro metaforiza de forma brilhante a sociedade brasileira na época com o estreitamento da Ditadura Militar com o AI5, mas pode ter reflexos que se assemelham os nossos tempos atuais.

bem como o medo, a privação, a opressão e a angústia.³ O livro, claramente, é uma distopia sobre como uma sociedade vai normalizando a perda de sua liberdade e passa a viver sob o signo da repressão e da constante vigilância — algo muito comum em regimes totalitários. Dentro da companhia, existem trabalhadores encarregados de vigiar e punir aqueles que, de algum modo, sejam considerados “subversivos” à ordem estabelecida ou que, porventura, descumpram as leis implementadas pela empresa. Mas será que esse romance surrealista não está investido e atravessado por uma realidade que recai sobre nós, cidadãos do século XXI?

A extrema-direita na contemporaneidade, sob o regime de suas mais diversas faces e representações — como é o caso do bolsonarismo no Brasil, de Milei na Argentina, de Trump nos Estados Unidos, de Orbán na Hungria e da AfD na Alemanha — não constitui, afinal, um conjunto de programas que, a todo momento, buscam limitar — ou até mesmo eliminar — nossas liberdades e conquistas civilizatórias obtidas após a Segunda Guerra Mundial?⁴ Nossa sociedade, sobretudo após a crise do neoliberalismo em 2008, não vem sendo, nos últimos anos, cada vez mais pacífica e conivente com projetos políticos que são abertamente contrários às liberdades individuais e à própria democracia burguesa? Não seria justamente por termos normalizados os discursos autoritários e preconceituosos — muitas vezes camuflados sob a retórica de uma suposta “liberdade de expressão” — que Bolsonaro e outras lideranças com perfil ideológico semelhante vêm ganhando capilaridade e solidez política?

Em nosso entendimento, o fenômeno do bolsonarismo pode ser considerado, como defende João César de Castro Rocha (2022), transnacional. Ou seja, integra um contexto mais amplo de ascensão e articulação desses grupos que, ao fim e ao cabo, visam aprofundar a desigualdade e a intolerância em escala global. Cada qual com suas particularidades, com suas cores, signos e símbolos. Mas, em geral, essas forças “fantasmagóricas” assumem características e táticas semelhantes, que se retroalimentam — especialmente o uso massivo das redes sociais como principal meio de divulgação e propagação das ideias desses movimentos. Como bem aponta Giuliano da Empoli em *“Os Engenheiros do Caos”* (2019), trata-se de uma estratégia cuidadosamente planejada de manipulação das emoções e da informação, que vem redefinindo o jogo político contemporâneo em todo mundo.

Nosso texto pretende traçar um panorama de como se articula o caso brasileiro, representado pelo bolsonarismo. Buscamos demonstrar como esse grupo faz parte da historicidade do país, estando imerso em nossa história e em nossas contradições. Um

³ Ler: As origens do totalitarismo (1951) da Filósofa alemã Hanna Arendt, no qual ela discute as formas que se organizaram os regimes totalitários do século XX. Sobretudo o nazismo de Hitler e a União Soviética de Stalin

⁴ Segunda Guerra Mundial (1939-1945) evento catastrófico que segundo historiadores vitimou em todo mundo cerca de 60 milhões de pessoas, sendo 6 milhões de judeus e deixou marcas profundas em nossa sociedade.

exemplo disso são os simulacros com o maior movimento fascista da nossa história: o integralismo de Plínio Salgado. Além disso, analisaremos os elementos mobilizadores — os medos e as angústias — que fazem com que parcelas da população se alinhem a tais grupos, tanto no passado mais distante quanto nos dias atuais. No caso brasileiro, a “paranoia” anticomunista e a Doutrina de Segurança Nacional foram transformadas em uma poderosa máquina de angariar apoio à extrema-direita desde o século passado, desempenhando um papel fundamental na formação de movimentos como o liderado por Jair Bolsonaro. Em comparação com os fenômenos europeus e norte-americanos, o discurso contra imigrantes seria o elemento mobilizador que levou as massas a apoiarem tais programas. Embora não nos aprofundemos nesses casos, citaremos como esses grupos, em certa medida, compartilham um objetivo comum: o ódio à democracia e o ataque às instituições que buscam conter os avanços desses extremismos.

Portanto, buscaremos enfatizar as características desse extremismo, que vão desde o ódio ao pobre, ao nordestino e ao negro — expressões de um racismo estruturado como projeto de país, como nos aponta Jessé Souza (2024) — até os efeitos da própria crise do neoliberalismo, que aprofundou as desigualdades em praticamente todo o mundo. Questões de ordem psíquica também nos ajudarão a compreender o que está por trás das mentes, desejos e afetos da massa bolsonarista. Por entendermos que se trata de um fenômeno complexo, fruto de nossas contradições modernas, torna-se necessário recorrer a outras áreas do conhecimento, como a psicanálise, para alcançar os objetivos aqui propostos (Adilson Filho, 2020). Por fim, destacamos o papel fundamental que partidos e figuras de tradição golpista desempenham na conjuntura atual. Eles parecem estar sempre se atualizando e se reorganizando como forças fantasmagóricas que assombram nossa democracia desde sempre.

A paranoia bolsonarista

Para Freud, existem três estruturas clínicas fundamentais.⁵ A neurose, a psicose e a perversão. Dentro de cada uma delas, há diferentes tipos clínicos, que seriam subdivididos da seguinte maneira: na neurose encontramos a neurose histérica, obsessiva e a fóbica. Na psicose, a esquizofrenia, a paranoia e a melancolia. Por último, na perversão, aparecem o sadismo, o masoquismo e o fetichismo. A paranoia estaria, portanto, ligada à segunda categoria — a psicose — na qual o sujeito rompe radicalmente sua relação com a realidade.

⁵ É importante mencionar que tanto para Freud como para Lacan, essas estruturas não podem ser consideradas doenças, mas sim, um modo de se estar na linguagem. Em suma, uma maneira de se fazer sujeito na linguagem com o outro.

Assim, enquanto na neurose o sujeito nega simbolicamente um desejo, recalcando-o internamente para que ele retorne como sintoma, no caso da paranoia o sujeito nega a própria realidade externa, por não conseguir admiti-la. Nesse sentido, nas palavras de Freud (1895) “A paranoia tem, portanto, o propósito de se defender de uma representação intolerável para o EU, projetando seu conteúdo para o mundo exterior” (Freud, 1895, p. 15) assim, o aspecto mais importante de se entender a paranoia é a formação no indivíduo de um delírio que pode ser de perseguição, ou seja, o sujeito paranoico acredita firmemente que existem pessoas, instituições, complôs, movimentos, que querem sua destruição. Também existe a paranoia do tipo megalomaniaco, onde ele acredita fazer parte de um grupo ou movimento grandioso que vai salvar todos de um mal que precisa ser destruído. Nesse sentido, enxergamos certas semelhanças desse tipo clínico com os apoiadores de Jair Bolsonaro. Porém, classificá-los todos como paranoicos seria simplificar demais, mas em nosso entendimento existem sim mecanismos e fatores que contribuem para tal relação que aqui propomos. Mas como se articula na prática essa categoria? Podemos utilizar como exemplo o medo de uma suposta revolução comunista.

Historicamente, esse medo, *pari passu* com ódio, vem sendo atualizado e reafirmado com frequência pelas direitas nacionais, que segundo o historiador Odilon Caldeira Neto (2019) serve para manter as massas mobilizadas e em constante vigilância, visto que, na paranoia bolsonarista os comunistas nunca descansam. Esse temor por uma revolução comunista, ao meu ver, pode ser considerado uma paranoia, pois, em nossa história nem durante a guerra fria o Brasil esteve perto de uma mudança drástica no seu sistema econômico, político e social, como alega a maioria dos historiadores. Em seu livro, “em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil”, o historiador Rodrigo de Patto Sá Motta enfatiza que desde dos anos 1920 o anticomunismo vem sendo utilizado para justificar golpes e rupturas institucionais. E em nosso entendimento, o sucesso desse discurso deve-se ao fato de parte da sociedade sofrer desse tipo clínico que citamos anteriormente. O neurótico bolsonarista, imerso em sua rede de sociabilidade e desinformação se alimenta de realidades inventadas, que serve para manter o grupo unido e mobilizado. Mesmo que, quando confrontado com a realidade dos fatos não conseguem admitir por exemplo que as tais 72 horas nunca chegaram e que o “9 dedos” subiu a rampa do palácio do planalto.⁶ Um caso

⁶ Na minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso, adentrei em alguns grupos de telegrama bolsonaristas, e nesses grupos a certeza que o Presidente eleito em 2022 não assumiria era quase que total. A realidade dos fatos mostrou o contrário, mesmo assim, o grupo segue mobilizado e unido em torno dessas fabricações de realidades paralelas.

clássico do EU (ego) não suportando a realidade que se apresenta e criando assim um mundo próprio e paralelo para satisfazer suas fantasias e desejos golpistas.

Nesse sentido, a psicanálise e a teoria freudiana nos ajudam a compreender por que as massas tenderam não ao comunismo e à revolução, - como previam Karl Marx e Engels-, mas justamente ao seu oposto e antagonista: o fascismo. Estudos como do psicanalista Wilhelm Reich (1933) nos ajudam a entender que com a crise do capitalismo nos anos 1920 e 1930, as massas se articularam com o fascismo e não com a revolução comunista. Assim, a uma espécie de clivagem, onde a grande maioria dos trabalhadores escolheram os fascistas para lhe representarem, foi assim na Itália nos anos 1920 e na Alemanha em 1933. Se para os revolucionários de esquerda quanto pior fosse a situação econômica e social do trabalhador, mas fácil seria ele aderir a revolução, os fascistas também entenderam essa máxima, e junto com o discurso moral, conseguiram apoio das massas trabalhadoras de quase toda Europa.

Nesse sentido, Reich (1933) esclarece a importância de determinadas estruturas para a constituição do fascismo, que seria a igreja e sobretudo a família. Ele percebeu que essas categorias se parecem com funcionamento do estado. Assim, a energia libidinal das massas, que desde de cedo foram acostumadas a respeitar e a ansiar por uma figura de autoridade, canaliza toda essa energia para o líder, que representa, em última estância, seus valores e seu modo de ver o mundo que foi recalcado pelo processo civilizatório. Ou seja, compreender o fascismo apenas por condições econômicas não é suficiente, as causas psicológicas das massas que foram atraídas para o fascismo contribuem bastante para essa relação que aqui propomos, que é entender a direita nacional sob o prisma histórico, econômico e por que não psicológico.

A ambiguidade do mundo moderno

A modernidade é marcada pelo que o filósofo Bauman (1989) chamou de “mundo líquido”. Ou seja, uma característica da contemporaneidade seria justamente a perda da capacidade de construir relações de afeto sólidas e duradouras. Em certa medida, perdemos a habilidade de demonstrar afeto, amor e generosidade com o outro. Torna-se fácil compreender, portanto, por que programas políticos que disseminam ódio, raiva e preconceito em relação ao diferente encontram terreno fértil para se expandir nos mais variados países e nas distintas realidades políticas, sociais e culturais.

Mas o moderno também é investido de contradição, ambiguidades e ambivalências como bem destacou Bauman (1989), pois foi justamente com ela (modernidade) que obtivemos ganhos tecnológicos e humanitários ao decorrer da segunda metade do século XX.

Ao passo que, a ciência de maneira geral, melhorou substancialmente a vida dos indivíduos. Mas a ambiguidade aparece na medida que esses avanços possibilitaram as duas Guerras do século passado e o extermínio de um povo, no Holocausto. Ainda segundo o autor, a Shoá só teria sido possível justamente pelos avanços tecnológicos e de procedimentos frutos do mundo moderno (Bauman, 1989). Nesse sentido, temos muitos motivos para com que se preocupar, pois foi a própria civilização moderna que ofereceu os mecanismos e fatores para que o holocausto fosse possível.

A interpretação da crise desse sistema moderno que faz o filósofo Lyotard (1979) me parece adequado, pois ele indica que uma crise de valores, sonhos, utopias e das grandes metas narrativas (Socialismo, Comunismo, Liberalismo) vem se aprofundando do final do século passado até os dias atuais. Na nossa leitura, amparado por essa interpretação, os projetos de extrema direita só conseguem espaço em nossa realidade pelo fato de ocuparem o vácuo deixados por esses grandes projetos de futuro, que tínhamos no século passado, mas que entraram em crise e descredito perante a sociedade. Essa crise, somada com o dilaceramento dos estados de bem-estar social foram sem dúvida decisivos para o sucesso eleitoral da ultradireita. (Adilson Filho, 2021).

Além disso, segundo (Freud, 1930) existe um mal-estar em nossa contemporaneidade, pois a sociedade percebeu que seus desejos, suas vontades, suas fantasias, nunca estarão saciadas por completo em nosso mundo moderno. Sendo a causa também proveniente de nossas repressões sexuais e do processo de recalçamento desses desejos inconscientes, que remetem ao processo edipiano e que não conseguimos elaborar adequadamente. A civilização nasceria, portanto, sob o signo desse mal-estar e das repressões sexuais. Essa “descoberta” de que não podemos ser felizes o tempo todo e de que não podemos desejar certos objetos produz angústia no indivíduo, tornando-se a fonte do mal-estar em nossos tempos. Bauman (1989), apoiando-se em Freud (1930), ainda ressalta que trocamos um pouco de felicidade por uma imensa sensação de segurança.

O que parece, contudo, é que essa angústia e o consequente sofrimento que acompanham essa dinâmica na modernidade acabaram gerando mais dor do que propriamente uma cura para nossos desejos não realizados. Esse quadro é ainda mais agravado pela lógica neoliberal, em que somos compelidos a consumir, produzir e ser felizes o tempo todo, o que causa ainda mais insatisfação, como nos lembra Dunker (2015). É nesse cenário de insatisfações econômicas, sociais e psíquicas que o espectro do fascismo voltou a rondar o mundo. E, parafraseando Freud (1919), se o infamiliar (*Das Unheimliche*) é aquilo que deveria permanecer oculto, no Brasil do século XXI, infelizmente, ele veio à tona, trazendo

profundas regressões psíquicas à nossa sociedade. Trata-se de uma espécie de “passado que não passa”, que insiste em retornar com novas roupagens, signos e códigos, mas preservando semelhanças e continuidades oriundas da nossa própria cultura autoritária e golpista.

É nesse mundo moderno, repleto de contradições, que lideranças da extrema direita se movimentam no sentido de explorar a angustia que esse mal-estar produziu. Agendas contra o racismo e o combate a preconceitos contra grupos historicamente marginalizados e estigmatizados são percebidos como uma afronta contra a família dita tradicional e o “cidadão de bem” e portanto deve ser eliminado, simbolicamente e em alguns casos fisicamente. Esse discurso de cunho moralista que permeia grande parte do projeto de país que pensa a extrema direita, é sobretudo utilizado no Brasil, com o objetivo de destruir a esquerda ou a grupos que se identifiquem com essa ala mais progressista. Falaremos mais sobre o caso brasileiro no próximo tópico, onde evidenciaremos as raízes históricas do que chamamos de bolsonarismo. Faremos portanto, uma viagem pela história do Brasil no século XX, realçando o caráter autoritário, golpista e excludente que segue fazendo parte da vida política desse país chamado Brasil.

A herança do golpismo no Brasil

Desde da redemocratização, em 1989, o Brasil nunca esteve em um cenário de tanta instabilidade política como nos dias atuais. Sobretudo a partir de 2013, com as chamadas jornadas de junho⁷, onde algo em nosso tecido social se alterou profundamente e que são objetos de estudos de sociólogos, jornalistas e historiadores do tempo presente. A aliança de uma frente ampla que foi as ruas nos anos 1980 pedindo a volta da democracia e o voto direto para Presidente da República que ia de políticos como expoentes do PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro: Mario Covas, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, para lideranças de cunho mais social e de esquerda como: Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva parece ter chegado a seu fim com o encerramento da polarização PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – PT- Partido dos Trabalhadores -que fez parte da política nacional de 1994 até as eleições de 2018.

Durante esses mais de 20 anos, esses dois partidos se reversaram no poder. O PSDB marcado por uma política social democrata, de centro direita e com um discurso que era

7 Evento que marca um ponto de inflexão em nossa história recente. Manifestações em todo Brasil são convocadas com o intuito de lutar contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo. Mas logo, grupos de extrema direita tomaram para si a organização dos atos e a crítica ao governo e a um suposto combate contra a corrupção foi ganhando forma nos anos seguintes. Sendo uma espécie de ovo da serpente para o fascismo que se aproximava.

pautado pela abertura da economia brasileira e traçado em uma cultura liberal que vinha de uma tradição histórica de partidos como o PFL e em outros tempos da tradição golpista da UDN. Já o PT, figurava com demandas mais à esquerda, como a inclusão do mais pobre nas universidades e a criação de programas sociais que visavam diminuir a desigualdade no país. Mas esse modelo de oposição, parece não ter agradado as alas mais reacionárias da nossa elite política e econômica, que procuravam um partido ou um líder mais radical que se opusesse ao projeto de poder do Partido dos Trabalhadores. Fico imaginando se esses agentes sabiam as forças obscuras que trariam para a realidade política brasileira, funcionando como uma espécie de porteiros para o fascismo, sendo o Movimento Brasil Livre ⁸o pioneiro dessa radicalização e negação da política.

Após as eleições de 2014, com mais uma vitória do Partido dos Trabalhadores (a quarta consecutiva), as forças políticas e as elites econômicas, com a ajuda de banqueiros, parte da imprensa, do chamado judicialismo e até de agentes externos (como o FBI), começaram a articular medidas para inviabilizar o segundo mandato de Dilma Rousseff, como aponta Christian Lynch (2022). Essas forças se organizavam de modo a culminar no golpe parlamentar de abril de 2016, justificado pelo baixo nível de popularidade do governo e pela suposta incapacidade política da presidente — mas sem qualquer crime de responsabilidade que pudesse sustentar juridicamente o processo de impeachment.

Ou seja, retiraram do poder uma governante eleita pelo voto popular para implementar suas próprias demandas e projetos políticos ultraliberais, os quais vinham sendo derrotados nas urnas desde o início do século XXI, como enfatiza Sousa (2022) em Herança do golpe. Sem votos — assim como no passado ocorria com a UDN — essas forças recorreram novamente ao golpismo para retornar ao poder, agora com alianças que ressuscitaram fantasmas do passado, como o autoritarismo da Ditadura Civil-Militar e a chamada “linha dura” do regime. Esta tinha como principal liderança Sylvio Frota e, como ajudante de gabinete, Augusto Heleno, que décadas mais tarde estaria envolvido em uma tentativa de golpe de Estado fracassada, diante da recusa dos ministros das Forças Armadas em aderir à aventura golpista.⁹

O golpe contra lideranças mais à esquerda não é algo que aconteceu pela primeira vez em 2016, mas existem outros exemplos na nossa história. Como são os casos de Getúlio

⁸ Um dos grupos pioneiros na organização de manifestações contra o governo Dilma. Tendo papel fundamental no golpe de 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Ler; <<https://www.amazon.com.br/Porteiros-Fascismo-debate-contra-MBL-ebook/dp/B0CF2VW9SJ>>

⁹ Em 11 de setembro de 2025 o General Augusto Heleno foi condenado pelo Superior Tribunal Federal pelo crime de tentativa de Golpe de Estado e Abolição do Estado Democrático de Direito.

Vargas nos anos 1950 e posteriormente o de Joao Goulart em 1964, forças conspiracionistas que retiram do poder qualquer projeto político que vai contra seus privilégios econômicos e de classe que vem desde o império (Souza, 2024). E ainda podemos citar como exemplo a perseguição ao Presidente Lula que culminaria em sua prisão antes das eleições de 2018, pleito do qual era amplo favorito e liderava as pesquisas eleitorais, como nos lembra o historiador Adilson Filho (2020) Um de seus algozes, o juiz federal Sergio Moro, assumiria no novo governo o cargo de ministro da Segurança Pública, comprometendo no mínimo, a noção do julgamento imparcial que foi dado ao então Ex- Presidente.¹⁰

Mas para que chegássemos a esse Brasil que parte considerável da população apoia projetos políticos que são abertamente contra os direitos humanos e pregam um autoritarismo velado, devemos conhecer nossa história O nosso percurso pelo passado vai aos anos 1930, colher dele algumas pistas que podemos jogar luz sobre nosso presente. O historiador tem responsabilidades sobre tempo em que vive e deve prestar contas com a sociedade, militando sempre do lado da justiça e dos que são historicamente dissonantes da ordem vigente, assim falava Bloch (1949). Concordamos com o historiador francês.

O integralismo como modelo e o passado que vive no presente

O retorno ao passado é necessário na medida que nos dar os subsídios para a compreensão das demandas de nosso tempo. Todo historiador que se prese, deve ir ao passado para pode colher dele os rastros e restos que precisamos para compreender o presente. Como bem nos ensina historiadores da primeira geração nos Annales, rompendo com a tradição positivista e metódica que via o passado como algo imutável e estático. Nessa perspectiva, podemos retroagir aos anos 1930, onde o mundo vivia em constante mudança e movimentos políticos de cunho militar e nacionalista chegavam ao poder na Europa. Foi o caso da Itália de Mussolini em 1922 e da Alemanha de Hitler em 1933. Essas transformações políticas, econômicas e sociais que se aprofundaram após a crise de 1929 chegaria ao Brasil. Com camisas verdes e calças pretas produziríamos a nossa própria leitura dessas novas ideologias, baseadas em uma ideia de Estado forte e centralizador. Assim, nos anos 1930 surgiria a chamada Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a rege e liderança do paulistano, intelectual e romancista Plinio Salgado, estaria posto a nossa primeira representação e até hoje maior delas, de movimento fascista da nossa história, no qual, em nossa leitura, ainda consegue exercer influência com seus ritos e códigos a extrema direita atual.

¹⁰ Ver a notícia: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541081900_911802.html>

A Ação Integralista Brasileira (AIB) pode ser considerado um ponto de inflexão da nossa história. Pois, em nossa leitura, foi o primeiro grande movimento de massa do Brasil. Nem mesmo o auge do partido comunista – o famoso Partidão – nos 1920 com as revoltas tenentistas tiveram tanto apelo perante a sociedade. Segundo Odilon Neto (2020) o partido conseguiu representação e filiados em todos os Estados da união. Muitos historiadores porém, desconfiam de tais números, pois seriam dados exagerados pelos líderes do movimento, para parecerem maior do que realmente eram. Porém, o caso concreto é que o movimento tornou-se importante e figurava com certa influência no debate político da época. Isso não se pode negar. Inclusive rivalizando e polarizando o debate com o Partido Comunista antes dos “expurgos” getulistas, que ambos movimentos sentiram na pele com a implementação da ditadura do Estado Novo. Ainda em relação a popularidade do grupo, as palavras de Neto são bem enfáticas “A AIB alcançou uma visibilidade até então não vista no Brasil, tanto é que pode ser considerado o movimento fascista com maior sucesso na América Latina” (Neto, 2020, p. 15).

Hélgio Trindade (1974), um dos autores clássicos quando se estuda sobre o Integralismo, nos traz algumas reflexões importantes. Como por exemplo a enorme inspiração que teve as suas principais lideranças nos movimentos fascistas da Europa. Tentando importar para o Brasil os rituais de “endeusamento” ao líder e a caça a movimentos comunistas, a expiração maior seria, portanto, o fascismo italiano. A centralização do poder, o militarismo e o nacionalismo seriam outros traços que o integralismo convergia diretamente com o fascismo de Mussolini, somados a isso a tentativa de criar milícias armadas e violentas para defender suas ideias.

Podemos citar três personagens que foram de suma importância para o movimento, cada um à sua maneira. A começar por Plínio Salgado, principal figura do movimento. Intelectual, tendo participado inclusive da semana de arte moderna em São Paulo em 1922. Principal nome do movimento, onde sua liderança era incontestável e um ser admirado pelos outros membros. Incorporava a figura do líder carismático que tinha como destino salvar a nação e transformar o Brasil em uma grande potência. Foi no encontro que teve com o líder fascista italiano, Benito Mussolini em 1930 que o líder da AIB se impressionou com a organização do Estado fascista. Veio com a mente de importar o que viu na Europa, porém, com o toque brasileiro e respeitando nossas particularidades. Mas o centralismo e a ideia de um Duce que controlasse com pulso forte a nação lhe agradava profundamente e fazia parte da ideologia integralista até sua dissolução com o golpe perpetrado por Getúlio Vargas em 1937.

Outro que merece destaque é o cearense Gustavo Barroso (1888-1956), figura importante nos centros intelectuais da época. Jornalista, professor, historiador e escritor dava as bases teóricas e racistas ao movimento. Antissemita, inclusive tendo editado uma edição do *os protocolos dos sábios de Sião*¹¹ era responsável pela parte mais teórica do grupo. Percebemos nessa face do movimento as ligações e semelhanças com o Nazismo. Mesmo que não agradasse Plínio esse segmento do grupo, pois o líder integralista gostava sempre de enfatizar que o movimento não era racista. Embates entre Plínio e Barroso eram corriqueiros, mas sem força para uma cisão. E por último, o outro nome que aparece nesse quadro de pessoas influentes que participaram desses primeiros passos da AIB foi o jurista Miguel Reale (1910-2006). Esse foi dos três o menos engajado, saindo do movimento algum tempo depois. Mas como grande jurista, ficava responsável por pensar formas jurídicas para legitimar o movimento e pensar talvez em uma constituição do governo integral. Mas os três foram os responsáveis por fazer uma leitura brasileira dos autoritarismos que se espalhavam pelo mundo. Claro que a maneira brasileira, levando em conta as nossas contradições e a nossa cultura. O movimento ainda era organizado com os chamados câmara dos 40 que dava suporte ao líder a tomar decisões de organização política. (Neto, 2020)

Mas o que de fato pensava os integralistas? Que visão de mundo tinham? Quais foram seus limites? A visão de mundo dos integralistas era baseada em um forte apelo nacionalista e as raízes nacionais. Fruto das tradições dos chamados modernistas que pensavam o Brasil sob o prisma de um forte nacionalismo e de apelo a um passado que era mais rico em valores, tradições e superior moralmente. O resgate a esse passado utópico fazia parte também da ideologia integralista. Ou seja, uma visão reacionária do mundo. Além de signos e símbolos que representavam os povos indígenas. Nesse sentido, a famosa saudação integralista “Anauê” colabora com essa tese de forte influência dos povos nativos em percepções ideológicas e de projeto de país do movimento, como afirma Pedro Dória (2020). Confirmando essa tese sobre a AIB e o papel importante que o indígena tinha na ideologia do partido, citamos o próprio Plínio Salgado se referindo as bases teóricas no qual ele entendia que o Brasil poderia se unificar e não ser mais um país dividido, onde os interesses de poucos se sobressai em detrimento de muitos. Assim falava o líder integralista, na obra de Pedro Doria:

O Brasil terá uma missão a cumprir. Para isso, é preciso que não alimentemos preconceitos de raças. Só a um denominador comum ético: o índio, que influiu de certa na fixação do ariano, marcou a denominação

¹¹ É um texto antissemita provavelmente do ano de 1898 que descreve um suposto complô judaico para comandar o mundo. Sua edição editada e comentada por Barroso deixa claro o caráter antissemita dessa ala do movimento e sua aproximação com o nazismo.

geográfica do continente como um sinal indelével de presença. É o que poderemos chamar de o meio étnico. A força da terra. Politicamente, uma vez que damos a primazia a uma raça desaparecida isso significara que absoluta é a posição de igualdade de todas as outras. Tudo que não vier das verdades essências da terra e da raça será a repetição do insistente imitacionismo que nos deu no Imperio um parlamento britânico e, na República, uma federação norte-americana (Doria, 2020, p. 109).

Percebe-se que o integralismo tentava ser uma alternativa ao outro grande projeto de país que existia no Brasil a época, o modelo inspirado por Karl Marx. Além de ser um movimento de massa a AIB se transformou em uma maneira de ser. Seus apoiadores vinham no grupo e no líder mais que um mero movimento, mas algo que extrapolava o âmbito político e público e adentrava na vida privada das pessoas. Em festas de casamentos, jantares, aniversários, velórios e sepultamentos de membros, tudo tinha que ter o simbolismo e os rituais do homem dito como integralista. A vida passava a ser ritualizada aos moldes dos fascistas europeus. Havia portanto, um *Ethos* integralista naqueles anos 30 do século passado. Tais rituais entravam na vida dos indivíduos e eram formulados com repetições diárias, fazendo-se presentes tais rituais e simbolismos todos os dias da vida do homem integralista. (Neto, 2020) Marchas e caminhadas dos chamados camisas verdes, viraram normais em medias e grandes cidades. A demonstração de força que essas caminhadas tinham como objetivo demonstrar, eram imprescindíveis para que o movimento se tornasse ainda mais popular e saísse de uma casta de poucos intelectuais ligados a elite econômica e adentrasse nas massas de trabalhadores e operários, estes, desiludidos com o comunismo.

À medida que a AIB crescia e se tornava uma alternativa viável para as elites que não confiavam em Getúlio Vargas para comandar a nação, o presidente — que já havia demonstrado seu lado opressor e violento contra os membros do PCB, na frustrada tentativa de golpe conhecida como “Intentona Comunista”, e reprimido severamente os líderes do levante constitucionista de São Paulo em 1932 — agora voltava sua atenção para o integralismo, percebido como uma ameaça real aos valores da Revolução de Outubro de 1930. É nesse cenário que entra o chamado plano Cohen. Para falar com os termos atuais pode ser considerado a nossa primeira *fake news*. O Plano foi elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho e carregava a farsa que comunistas articulados e treinados por Moscou possuíam a cartilha e as táticas para um golpe comunista no Brasil. A mentira era muito clara, pois desde dos anos 1932 a ala mais à esquerda já tinha sido totalmente desarticulada por Getúlio. Sua figura mais eminente, Luís Carlos Prestes, estava no exílio, mas o plano de emplacar medo na população serviu e Vargas amparado pelo documento colocou fim as liberdades democráticas que ainda restavam no Brasil e proibiu a criação de grupos, movimentos ou partidos políticos

em todo território nacional, o que recaiu sobre a AIB. Foi o pretexto que Getúlio Vargas tanto buscava para implementar um sistema ditatorial no Brasil. Veio o golpe do Estado Novo em 1937.

Oficialmente e de maneira institucional, a AIB chegou ao fim. No entanto, em termos de alcance ideológico, o movimento ainda teria vida longa no cenário político brasileiro, ressoando suas ideias e valores por muitos anos em nossa história. O medo do comunismo, como elemento de mobilização das massas, foi constantemente utilizado ao longo do tempo — exemplo disso é o Regime Militar instaurado em 1964, como bem aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2001) em “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”. Jesse Souza (2024) também destaca que tais prerrogativas para a tomada do poder reaparecem repetidamente em nossa trajetória histórica, sobretudo quando lideranças populares e progressistas ensaiam mudanças econômicas e sociais em um país marcado por uma “elite do atraso”, que demonstra claras dificuldades em aceitar transformações.

Nesse sentido, não podemos deixar de citar algumas semelhanças entre o movimento idealizado por Plínio e o que hoje chamamos de bolsonarismo. O próprio lema: “Deus, pátria e família” demonstra certa paridade e harmonia entre os dois grupos. Outro ponto onde convergem segundo Odilon Caldeira Neto (2020), seria o alcance ideológico que se deu praticamente ao mesmo público: uma classe média conservadora e retrograda, contrária a qualquer mudança, transformação ou avanço social. O anticomunismo ferrenho, o nacionalismo exacerbado e a militarização da vida cotidiana colaboram ainda mais para que essas semelhanças fiquem mais evidentes.

Ao que tudo indica, não conseguimos realizar aquilo que a psicanálise e Theodor Adorno (1995) chamam de elaboração do trauma. Esse passado traumático retorna constantemente, trazendo consigo sofrimento e angústia. Nosso dever, enquanto sociedade, seria justamente elaborar esse passado, para que ele não se repita. Como afirma Fernandes:

“Em outras palavras, trata-se de perscrutar as lacunas e os esquecimentos, tecendo-os com o fio da recordação, de modo a superar as resistências da repressão que fazem com que o indivíduo repita o trauma vivido infinita e inconscientemente” (Fernandes, 2022, p. 94).

Portanto, a elaboração desse passado torna-se essencial para que possamos superar programas políticos e movimentos que, no passado e no presente, buscam incessantemente destruir os valores democráticos e o Estado de Direito.

Um presente repleto de passado

A historiadora e antropóloga Lília Schwarcz (2019) enfatiza que, no Brasil, sofremos de um presente repleto de passado. Nesse sentido, também podemos mencionar os estudos de Rodrigo Patto Sá Motta (2021), no livro *Passados Presentes: O golpe de 1964 e a Ditadura Militar*. Ambos ressaltam os traumas da nossa história que continuam a ressoar em nosso presente. Mas o que isso significa? Quando vemos, nas ruas, manifestações que pedem a volta do regime militar e do AI-5; quando essas mesmas pessoas exigem o fechamento do Congresso e da Suprema Corte; quando o golpismo orienta as diretrizes do governo anterior; e quando os militares retornam à cena política — são justamente esses os momentos em que o passado autoritário, golpista e ditatorial da nossa história se entrelaça com o nosso tempo.

Devemos lembrar que a democracia, em nosso país, não é a regra, mas a exceção. Sua consolidação depende de buscarmos compreender por que esse passado insiste em não passar. Precisamos realizar aquilo que o filósofo Theodor Adorno (1995) chamou de elaboração do passado traumático, para que ele não se repita. Esse processo de elaboração começa com a revisitação da nossa história e, em certa medida, com o reconhecimento das nossas próprias contradições enquanto nação.

Mesmo com a Constituição de 1988 — a mais avançada do ponto de vista social e de direitos que já tivemos — ainda não conseguimos, de fato, construir um país em que os valores democráticos sejam defendidos pela maioria da população. Basta observar o que ocorreu em 8 de janeiro de 2023, quando uma parcela significativa da sociedade não aceitou os resultados das urnas e partiu para a ruptura institucional. No Brasil, não existe uma cultura democrática consolidada. O que há, como lembra Odilon Caldeira Neto (2022), é uma cultura antidemocrática e autoritária. Todavia, é inegável que, no período em que alcançamos avanços civilizatórios concretos e enfrentamos a desigualdade social, experimentamos um vislumbre de democracia consolidada — ainda que fosse uma democracia dita burguesa. Esse período de avanços pode ser delimitado entre 2003 e 2014. A partir daí, nosso país mergulhou em uma grave crise econômica e de representação, trazendo de volta alguns fantasmas do passado.

Ao que tudo indica, o modelo de conciliação entre o governo do PT e os verdadeiros “Donos do poder” no Brasil: banqueiros; elites econômicas e as elites políticas, chegou ao fim quando a então presidente Dilma tomou duas decisões que seriam decisivas para o futuro de seu governo e da própria democracia. Quando primeiro, a presidente recém empossada muda algumas diretrizes econômicas que historicamente beneficiava as grandes corporações de

bancos. Como a diminuição da taxa de juros e o forte discurso que Dilma em rede nacional conclamou contra esses agentes, que sempre lucraram com o endividamento do mais pobre.¹²

O outro momento crucial para que chegássemos nesse “Brasil em tempos sombrios”, foi em 2011 a instalação da Comissão Nacional da Verdade, que tinha como objetivo relatar, demonstrar, escancarar os crimes e as violações de direitos humanos durante as duas ditaduras do século passado. Mas com ênfase nos crimes ocorridos na Ditadura Civil Militar de 1964. Mesmo não tendo o poder de punir torturadores, o projeto conseguiu avanços importantes, sobretudo o de respeitar as memórias dos familiares que foram vítimas das arbitrariedades do regime. Se transformando, para falar com Pierre Nora (1993), em um lugar de memória para as vítimas e a seus familiares. Pois para Nora, esses lugares, que não precisam ser exclusivamente físicos, mas também símbolos, datas, leis, decretos, que de alguma maneira preserve o passado e possa evitar o esquecimento a determinado evento, como em nosso caso os crimes cometidos durante a Ditadura Militar de 1964. Era o estado brasileiro assumindo que torturou e matou políticos, professores, estudantes e civis, em nome de uma suposta revolução militar que teria salvo o Brasil do comunismo.

Segundo o historiador e pesquisador Lucas Pedretti, a insatisfação da ala militar com a presidente aumentou consideravelmente quando ela fez aquilo que o historiador Peter Burke (1997) sinaliza como uma das funções primordiais do historiador: que é lembrar a sociedade aquilo que ela quer esquecer. Ainda segundo Lucas, em reportagem para o jornal Forum:

Villas Bôas deixa muito claro que ali foi um ponto de inflexão na relação das Forças Armadas com o Partido dos Trabalhadores e com a presidenta Dilma Rousseff. Ou seja, mesmo aquele órgão tão limitado foi capaz de gerar tamanha insatisfação no exército que levou os militares brasileiros a tomarem a decisão de retomar a sua histórica tradição de intervir no mundo político (Lucas, 2021).

Se por um lado, o governo rompia com os acordos com as elites políticas e econômicas, por outro, traria de volta para a cena política os militares. Esses, ancorados na errônea interpretação do artigo 142 da nossa CF- Constituição Federal, juram ser responsáveis por manter a ordem em nosso país. A partir de 2016 viveríamos em uma espécie de “museu de grandes novidades”, onde o medo das chamadas quarteladas, voltariam a nos assombrar. Se antes, o golpe começava com conspiração contra quem estava no poder, com tanques na

12 Ver: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/04/13/brasil-precisa-de-juros-nos-padroes-internacionais.htm>>

rua, com fechamento do congresso, agora ele pode começar em um *Twitter* nas redes sociais.¹³

A chamada direita tradicional (PSDB) perderia espaço para um extremismo antidemocrático e golpista, que viu na figura de um capitão reformado a oportunidade de retornar ao poder. Mas, diferentemente de outrora, isso ocorreu, por mais paradoxal que pareça, pelas vias democráticas. Como vimos ao longo do texto, nossas raízes extremistas e autoritárias — ora representadas pelos integralistas, ora por militares, ora por forças partidárias golpistas — encontraram no bolsonarismo as condições e possibilidades para que esse passado nunca seja totalmente superado e, fatalmente, retorne com mais força, mecanismos e estratégias para corroer a democracia. Existe um ditado argentino que diz: “quem já se queimou com leite, ver uma vaca e chora” se pudéssemos refazê-lo, diríamos: “quem já se queimou com golpe, ver um tanque e chora”.

Considerações finais

Nossa reflexão teve como objetivo, a partir do diálogo com a história e com a psicanálise, demonstrar como o nosso passado se relaciona profundamente com as demandas do presente. O fantasma do golpismo, do autoritarismo e da ruptura institucional volta, de tempos em tempos, a assombrar o país. Quando não há uma democracia consolidada, atos como os de 08 de janeiro de 2023 podem, infelizmente, se repetir — e, dessa vez, virem acompanhados de um golpe de Estado. Daí a importância de punir aqueles que conspiraram contra a democracia.

O bolsonarismo pode ser compreendido como o próprio retorno do recalcado. Desejos, fantasias, afetos e vontades que estavam reprimidos na população foram trazidos à tona pelo extremismo de direita. Aquilo que antes pertencia à ordem do indizível passou, com Bolsonaro, a ser dito — e mais do que isso, legitimado sob a classificação de “liberdade de expressão”, um eufemismo para a disseminação do ódio e dos mais diversos preconceitos. O retorno desse recalcado no Brasil reavivou, agora com mais força, discursos e práticas de intolerância contra minorias e grupos estigmatizados. A extrema direita saiu do armário.

Portanto, o bolsonarismo é produto de um passado traumático que não elaboramos adequadamente e que retorna sob outros signos e símbolos, mas ainda carregando semelhanças, permanências e continuidades dos tempos de outrora. A superação definitiva

13 Nos referimos ao *Twitter* do então comandante das forças armadas general Vilas Boas em 2018, quando em tom de ameaça exigiu nas redes sociais que o Superior Tribunal Federal referendasse a prisão em segunda instância. No qual, na ocasião, era o julgamento que legitimava a prisão de Lula.

desse passado angustiante, que insiste em não passar, depende fundamentalmente de sermos capazes de conhecer nossa própria história e suas contradições, defendendo sempre a democracia e o Estado de Direito. Precisamos, de tempos em tempos, ir ao divã, para que o espectro do golpe e do neofascismo não volte a nos assombrar.

Referências bibliográficas

ADILSON FILHO, José. **O Brasil em tempos sombrios**. São Paulo: Liber Ars, 2020.

ADILSON FILHO, José. O Fantasma do bolsonarismo e a pobreza das experiências. In: SILVA, J Jaison Pereira da; FILHO, José Adilson (org). **Passagens e Fronteiras**. Campina Grande: Eduepb, 2023.

ADORNO, Theodor W. Educação após auschwitz. **Educação e emancipação**, v. 3, p. 119-138, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Zahar, 1998.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições (leia também O mago do Kremlin). Vestígio Editora, 2019.

DE CASTRO ROCHA, João Cezar. **Bolsonarismo**: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico: Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Autêntica Editora, 2023.

DORIA, Pedro. **Fascismo à brasileira**: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. Planeta Estratégia, 2020.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. Boitempo editorial, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Companhia das Letras, 2021.

FERNANDES, Rafaela Alves. Theodor W. Adorno e a elaboração do passado na sociedade ad-ministrada. **Rapsódia**, n. 17, p. 93-112, 2023.

FREUD, Sigmund. **Neurose, psicose, perversão**. Autêntica, 2016.

FREUD, Sigmund. **O infamiliar [Das Unheimliche]—Edição comemorativa bilíngue (1919-2019)**: Seguido de O homem da areia de ETA Hoffmann. Autêntica, 2019.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. LeBooks Editora, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **Fascismo em Camisas Verdes**: Do integralismo ao neointegralismo. Editora FGV, 2020.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. Editora Contracorrente, 2022.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2015.
- NETO, Odilon Caldeira. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.
- REICH, W. Psicologia de massas do fascismo (JS Dias, Trad. a partir da tradução francesa). **Porto: Escorpião**. (Obra original publicada em 1933), 1974.
- NORA, Pierre *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Jessé. **A herança do golpe**. Civilização Brasileira, 2022.
- SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: A vingança dos bastardos. Civilização Brasileira, 2024.
- TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 1974.
- VEIGA, José J. **Sombras de reis barbudos**. Editora Companhia das Letras, 2015.

Submetido em: 16 maio 2025

Aceito em: 22 set. 2025

Desafios para a formação de uma identidade negra no Brasil e a importância do rap para a formação do imaginário identitário

*Challenges in the Formation of a Black Identity in Brazil and the Importance of Rap for the
Construction of an Identity Imaginary*

Ryan dos Santos Cardoso,¹ UFPEL

Igor Furtado de Furtado,² UFPEL

Resumo

O artigo tem como objetivo evidenciar os desafios observados para a formação de uma identidade negra no Brasil, como a marginalização, inviabilização e a ausência de políticas públicas para a extinção do preconceito. Em conjunto aos discursos que elucidam os desafios, será explicitado como a música do movimento Hip-Hop, o rap, é um dos fatores atuantes para uma formação de identidade e valorização da cultura afro-brasileira por indivíduos negros no Brasil.

Palavras-chave: Identidade, Racismo, Rap, Brasil.

Abstract

The article aims to highlight the challenges observed in the formation of a Black identity in Brazil, such as marginalization, invisibility, and the lack of public policies to eliminate prejudice. Alongside the discussions that shed light on these challenges, it will also explain how Hip-Hop music—particularly rap—serves as an influential factor in shaping identity and promoting the appreciation of Afro-Brazilian culture among Black individuals in Brazil.

Keywords: Identity, Racism, Rap, Brazil.

Introdução

A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
Se até pra sonhar tem entrave
A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase.³
(Emicida, 2019).

As questões de identidade racial permeiam nosso ambiente, tornando-se palco para inúmeras correntes dissertarem acerca de questões como etnia, raça, gênero, sexualidade e entre outros aspectos. Esse artigo se propõe a analisar questões como a falta de identificação

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas, Licenciado em História. Ryansantosox@gmail.com

² Licenciando em Música pela Universidade Federal de Pelotas, Artista independente. Igorfurtado123@gmail.com

³ Emicida, 2019, AmarElo, Faixa: “Ismália”

de pessoas negras, mas também aquelas que conseguem realizar essa identificação, os desafios físicos e mentais que enfrentam para afirmar sua capacidade.

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente ponto específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2006, p. 63).

Seguindo essa afirmação de Stuart Hall, define-se os aspectos que definiriam uma raça negra no Brasil, como características imaginadas, como a tonalidade de pele mais escura, cabelo crespo, dentre outros estereótipos que seriam marcados como algo não-branco. “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (Santos, 1983).

Além disso, a busca por uma identificação negra no Brasil poderia ser advinda da busca pela ancestralidade que remete ao continente africano na chamada África Negra. Os escravizados no Brasil oriundos de diferentes partes do continente africano, tiveram características apagadas como a língua, regionalidade e religiosidade. Porque "escravizada/o" descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto escrava/o descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas (Kilomba, 2019, p. 21).

Em troca disso, foram chamados de escravos, como se sua condição fosse a ser essa inteiramente e não imposta pelos escravagistas. Assim por um processo de formação de uma identidade nacional, o branco se tornou o objetivo a ser alcançado e o outro, no caso negros e indígenas, tornaram-se esse ser humano esquecido. A identidade nacional brasileira foi construída por meio de uma relação de alteridade, em que indígenas e negros foram definidos como o “outro” incivilizado e sem história, servindo como contraste para a afirmação de uma brasilidade branca. Essa lógica de exclusão e inclusão no projeto de nação dialoga com as reflexões de Certeau sobre os mecanismos simbólicos de construção social (Certeau, 2010).

O Racismo Estrutural e a Invisibilização da Identidade Negra

Após o final da escravidão, nenhuma iniciativa por parte do Estado foi tomada para o fim ou até mesmo redução das desigualdades entre os negros e brancos. Pelo contrário, o

estarrecimento por parte do Estado e a política de embranquecimento da população, fomentaram a distribuição do Racismo Estrutural.

“Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos africanos livres” (Nascimento, 2016, p. 79). Abdias do Nascimento afirma a contradição da lei áurea, visto os desafios enfrentados pelos negros após a medida

Com o início do século XX, políticas eugenistas estavam em vigor no globo, e o Brasil encontrava-se essas células espalhadas pelo seu território.

O branqueamento no Brasil foi um projeto apresentado à comunidade mundial no primeiro Congresso Universal das Raças em 1911, em que o país foi representado por João Baptista de Lacerda e apoiado por outros cientistas e estudiosos da época. [...] a partir das políticas de eugenia, ou seja, “limpeza” das pessoas que não correspondessem ao padrão branco europeu, tal proposta inclusive, previa a extinção da população negra em um período de 100 anos (Fernandes, 2022).

Dentro desse contexto, o processo de afirmação da negritude se torna um desafio, especialmente diante das exigências impostas por uma sociedade que historicamente reforça padrões eurocêntricos de perfeição. Ainda assim é importante ressaltar os progressos no enfrentamento ao racismo no Brasil, como a formação do Movimento Negro Unificado em 1979, a constituição de 1988 na qual criminalizou o racismo, a implementação da lei 10.639/03 para a promoção da cultura africana e afro-brasileira e a política de cotas estabelecida em 2012.⁴ Essa senda de conquistas, deixa implícito o avanço das questões étnico-raciais no Brasil, mas não a erradicação do preconceito racial e a identificação dos afro-brasileiros.

O Brasil reproduz suas próprias formas de racismo, causando a dificuldade pela busca de uma identificação do povo negro. “Sem dúvida, todos os racismos são abomináveis e cada um faz as suas vítimas do seu modo. O brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem as suas peculiaridades, entre as quais o silêncio, o não dito, que confunde todos os brasileiros e brasileiras, vítimas e não vítimas [do racismo]” (Munanga, 2015).

O estado brasileiro definiu a busca por uma miscigenação para formar uma identidade nacional, com o intuito do apagamento da população negra, juntamente com um factoide sobre a extinção do preconceito no país. O mito da democracia racial, propagado ao longo do

⁴ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

último século, colaborou para a invisibilização do racismo, dificultando o reconhecimento das opressões enfrentadas pela população negra.

Concebido e propagado por sociólogos per tencentos à elite econômica na metade do século XX, esse mito afirma que no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras. O livro *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, tornou-se um clássico mundial com a exportação dessa tese (Ribeiro, 2019).

Essa realidade impõe desafios ao processo de autoafirmação, pois muitas vezes o negro é condicionado a negar sua própria identidade para ser aceito socialmente. Um dos elementos da cultura afro-brasileira é o samba. O cantor Jorge Aragão em sua canção *Identidade* faz críticas aos negros que não confrontam o racismo e aos brancos que exaltam esse tipo de indivíduo. “Se preto de alma branca pra você, é o exemplo da dignidade que não nos ajuda, só nos faz sofrer, nem resgata nossa identidade” (Aragão, 1992).

Outrora, os indivíduos negros sofriam a pressão pela adequação aos padrões estéticos e culturais brancos faz com que muitos negros enfrentem dilemas em relação à sua identidade. Em alguns discursos, o ativista Malcolm X(1965), relata o conflito entre o “ negro da casa” e o “negro do campo”, que em sua visão o primeiro seria o defensor ferrenho de um sistema que o oprimiu, se comportando igual ao seu senhor branco e adotando sua identidade. O negro do campo por outrora, teria sua visão limpa, teria o discernimento dos crimes do homem branco e orgulho de sua negritude

O fenômeno do "branqueamento" estético e comportamental é um reflexo da busca por aceitação em um meio que historicamente marginalizou a cultura negra. Isso se manifesta em diferentes âmbitos, desde a valorização de traços físicos europeus até a desqualificação de práticas culturais afro-brasileiras. “Aqueles nascidos de uniões entre pessoas de cor parda e negra são classificados como brancos; e através de reclassificações o grupo negro perde grande quantidade e ganha muito pouco, o grupo pardo ganha muito mais do que perde, e o grupo branco ganha muito e não perde nada.” (Nascimento, 2016, p. 90).

Essa união dentro do próprio espectro da raça pode ser afetada por fatores estimulados pela branquitude. “Ou, mais raramente, ele quer pertencer a seu povo. E é com raiva nos lábios e vertigem no coração que mergulha no grande buraco negro” (Fanon, 1952, p. 28).

Rap e Identidade: Disputas Simbólicas e Representações

Na segunda metade do século XX, os movimentos negros impulsionaram a busca pela identidade negra no Brasil, promovendo a autoaceitação e o orgulho negro, como a formação do Movimento Negro Unificado em 1978 que foi um dos precursores neste quesito.

Com a explosão da cultura Hip-Hop, que se popularizou no Brasil no final dos anos 80, teve um papel importante na conscientização da população negra. “Neste sentido, o rapper propõe padrões de comportamento e a constituição de uma identidade que se apresenta como estratégia para lidar com essa realidade, que é construída e fundamentada nas experiências cotidianas, em meio à segregação social e étnica, e pela apropriação do que o hip hop tem construído enquanto conhecimento na via informal” (Macedo, 2013, p. 25). Cabe ressaltar, a relevância da música como uma expressão artística. “[...] A obra ilumina algum lado da existência — a presença humana se presentifica. Por esta mesma razão, ironicamente, as obras de arte podem servir para campos específicos do conhecimento. Sem dúvida, esta recorrência é lícita” (Knoll, 1983, p. 7). A música como uma expressão artística, contribui para o conhecimento dos seus apreciadores, se tornando um elemento cultural importante e com papel educativo.

O surgimento do Rap na estação São Bento,⁵ no final dos anos 80 contrasta com o fim de um período nefasto na história nacional, com o fim da Ditadura Militar. A explosão do movimento americano em solo brasileiro, trouxe à tona a busca de jovens periféricos em afirmar o seu orgulho de sua descendência africana e afro-brasileira. “Um aspecto fundamentalmente pedagógico, que é a sua autonomia, sua singularidade e sua capacidade de produzir algo único e irreconhecível; ela só pode ser produzida e assimilada por pessoas emancipadas; por isso, pode ser um indicativo de independência e servir como um norte que aponta a possibilidade de geração do novo como sempre factível ao ser humano”. (Adorno, 1996).⁶ O primeiro disco de rap do Brasil,⁷ o rapper conhecido como Thaíde se popularizou por ser precursor por valorizar elementos da cultura negra, na canção, *Sr. Tempo Bom* de 1996.

[...] Eu via minha mãe voltando pra dentro do nosso barraco
Com uma roupa de santo debaixo do braço
Eu achava engraçado tudo aquilo
Mas já respeitava o barulho do atabaque
E não sei se você sabe, a força poderosa
Que tem na mão de quem toca um toque caprichado, santo gosta
Então eu preparava pra seguir o meu caminho

⁵ Estação de trem, na cidade de São Paulo, berço do Hip-Hop no Brasil.

⁶ A utilização de Adorno se baseia nos seus preceitos de valorização da cultura musical, se difundindo das suas ideias referentes a cultura popular.

⁷ Hip-Hop: Consciência de Rua de 1988.

Protegido por meus ancestrais
Antigamente o samba rock, black power, soul
Assim como o hip-hop era o nosso som
A transa negra que rolava as bolachas
A curtição do pedaço era o La Croachia
Eu era pequeno e já filmava o movimento ao meu redor
Coreografias, sabia de cor
E fui crescendo rodeado pela cultura afro-brasileira [...]
(Thaíde, 1996).

A canção em um primeiro momento reflete a sua relação materna com religiões de matriz africana, que se pressupõe que seria a Umbanda. Ademais, evidencia seu respeito a este elemento da cultura afro-brasileira, ressaltando a conexão com seus ancestrais através desta religião. Em outro momento, o rapper relembra gêneros músicas predecessores ao rap, como o Samba-Rock⁸ no âmbito nacional, como o Soul proveniente dos Estados Unidos. Thaíde em último momento afirma ter sido enraizado por movimentos que ele identifica, integrantes da cultura afro-brasileira, se tornando importante ressaltar os conceitos de raça definidos por Hall (2005), como uma fronteira imaginada por estes indivíduos externos ou que a definem. Porém cabe ressaltar as precauções necessárias ao analisar as experiências individuais do compositor, como frutos do período citado e através de um ponto de partida único. “Os conceitos de “passado”, “herança cultural” e “tradição” devem ser vistos com muito cuidado pelo historiador. Particularmente não defendo nenhum relativismo epistemológico, mas a operação historiográfica da cultura exige uma crítica não só ao sentido do passado, mas aos significados enraizados, eventos e valores culturais herdados e posição dos personagens e obras referenciadas pela tradição.” (Napolitano, 2002, p. 65).

Concomitante a isto, surgem os relatos sobre a violência policial e a denúncia dos casos de discriminação policial em suas vivências. Um dos jovens que surgiram no final dos anos 80 e início dos anos 90, foram os homens negros integrantes dos Racionais Mc’s. No seu primeiro álbum de estúdio, o grupo paulistano gravou a canção, *o Homem na Estrada*, que denunciava o racismo e a opressão policial.

Sou eu mesmo e eu, meu Deus e o meu Orixá
No primeiro barulho, eu vou atirar
Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém
O que eles querem, mais um pretinho na FEBEM.⁹
(Racionais Mc's, 1993).

⁸ Gênero Musical popularizado por Jorge Ben Jor.

⁹ Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor, atual Fundação Casa.

O grupo na primeira estrofe faz alusão a entidades de religiões de matriz africana, além disso faz a alusão a polícia representada na segunda estrofe com “eles”. Nas duas últimas estrofes relata o que é esperado de um jovem negro em sua visão, ser deixado a mercê da criminalidade pelo Estado.

No ano de 2003, a originalidade e resistência do Clã nordestino, grupo formado por Dj Juarez, Negro Lamar, Preto Ghóez, Nando e Lílian, sintetizou todo ódio ao sistema que vinha do nordeste do Brasil, mais precisamente do Maranhão. A militância negra e o grito para uma revolução socialista afro-brasileira ecoa desde da primeira faixa, *Introduclã*, do álbum de 15 faixas, que rendeu o Prêmio Hutúz de 2003 na categoria revelação.

O grupo faz um mix trazendo referências musicais da própria cultura nordestina, como o sample que faz referência de asa-branca em *Toada da clã*, trazendo a rima de repente, mas também trazendo elementos da soul music na faixa *Leva pra mente*, além de trazer alguns samples de Racionais á Maria Bethânia no decorrer do álbum, o Clã também traz figuras históricas buscando inspirações como Che-Guevara, Marighella, Malcolm X, Rosa Luxemburgo e Zumbi de Palmares. “Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o que? E o saber de quem?” (Kilomba, 2019, p. 7). A canção evidencia o caráter disruptivo do grupo, reivindicando o papel do saber acerca de sua própria realidade.

A faixa *Ases da Periferia* do grupo reflete a relação do rap com o movimento de gangues, a rebeldia mal direcionada dos jovens pretos e a violência vivenciada pelos mesmos, alertando que o inimigo da periferia não está na periferia, e fortalecendo o discurso da união das quebradas¹⁰ em prol a derrubada da burguesia que os controla.

[...] Outrora orgulho da família, filho exemplar
Agora preto sem atitude, pretitude, a vergonha do lar
Rebeldia mal direcionada
É meia noite, adrenalina sobe, o toque de recolher já foi dado
As armas estão prontas, foguetes, facas, calibres 22, 32, 38, tanto faz
Estamos do lado preto e pobre do Brasil
O arsenal pra ser mais pesado não dá [...] (Clã Nordestino, 2003).

Além disso, o grupo Posse Mente Zulu, formado em 1991, se tornou famoso por abordar figuras e a história negra em todo o mundo, além do Brasil. Sua canção mais conhecida, *Sou Negrão*, foi lançada no dia da consciência negra em 1995.

¹⁰ Gíria Usada Para Se Referir Aos Bairros Periféricos.

Pode me chamar do que quiser que não ligo
 Racista, revoltado sei que não sou nada disso
 Pertença a uma raça sofrida, vivida que acredita
 Que ainda há pra paz, que sorri pra vida
 Cultura afro-brasileira se entregar jamais
 Seja você mesmo um negro guerreiro
 Posse Mente Zulu! Cem por cento preto
 Vinte de novembro temos que repensar
 A liberdade do um negro que tanto teve de lutar
 O negro não é marginal, não é perigo
 Negro ser humano, só quer ter amigo
 Na antiga era o funk, agora é o rap
 Vem puxando o movimento com o negro de talento
 O negro é bonito quando está sorrindo
 Como versou Jorge Ben, o negro é lindo.
 (Posse Mente Zulu, 1995).

O grupo em primeiro momento faz alusão as ofensas provenientes de racistas a indivíduos negros. Logo após das duas primeiras estrofes, faz alusão às injustiças sofridas pelos afro-brasileiros, juntamente com a afirmação da beleza da cultura desse povo. A data mencionada pelo trio paulistano, em alusão ao líder do quilombo de Palmares, se tornou feriado nacional, aprovado pelo Senado Federal (2024), 29 anos após a gravação da faixa.

Ainda em relação com século atual, as políticas de ações afirmativas em aprovadas em 2012,¹¹ têm como intuito diminuir as desigualdades socioeducacionais entre negros e brancos no Brasil. Juntamente com isto, a lei 10.639/03 tem como objetivo promover a história africana e afro-brasileira nas escolas do país. Com essa medida busca-se apresentar a cultura para o fim do preconceito no Brasil, além de buscar a identificação e representatividade daqueles alunos que buscam sua heteroidentificação como pretos ou pardos. Porém, fica evidente o papel informativo do Rap, atuando anteriormente a implementação da lei, e hoje atua de maneira concomitantemente a ela. “Por todos estes elementos, a música, popular ou erudita, constitui um grande conjunto de documentos históricos para se conhecer não apenas a história da música brasileira, mas a própria História do Brasil, em seus diversos aspectos.” (Napolitano, 2002, p. 76).

Considerações finais

¹¹ A Lei 12.711/2012, criada em agosto de 2012, determina que metade das vagas em universidades e institutos federais deve ser reservada para estudantes que fizeram o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessas vagas, há uma divisão para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a população de cada estado e do Distrito Federal.

Diante do exposto, tornam-se evidentes as dificuldades com o se afirmar negro no Brasil. A escravidão tinha como intuito tirar a humanidade dos africanos escravizados, apagar os aspectos culturais, linguísticos e religiosos desses indivíduos que tiveram suas liberdades e costumes subjugados. Após o final da escravidão, eles e seus descendentes encontram um país que não o imaginavam em seu projeto de nação, com políticas para a marginalização dos negros e de embranquecimento da população.

O reconhecimento do racismo por parte da população no final do século passado, juntamente com políticas educacionais para propagar a história dos povos afro-brasileiros e as políticas afirmativas, foram acontecimentos importantes para a formação de uma identidade negra e diminuição das desigualdades.

O caminho ainda é longo para o entendimento da sociedade brasileira como pertencente a uma estrutura racista:

Um bom exemplo dessa atitude está numa pesquisa do Datafolha realizada em 1995, que mostrou que 89% dos brasileiros admitiram existir preconceito de cor no Brasil, mas 90% se identificavam como não racistas. Na época, a pesquisa foi considerada a maior sobre o tema, entrevistando 5081 pessoas maiores de dezesseis anos, em 121 cidades, de todas as unidades da federação (Ribeiro, 2019, p. 21).

Os brasileiros em sua esmagadora maioria afirmaram existir o racismo, porém quase que igualmente, declararam não reproduzirem o racismo em sua sociedade. Surgindo dúvidas acerca de quem cometeu esses crimes, se não a própria população e o Estado. Referente ao século atual, as políticas de ações afirmativas têm como intuito diminuir as desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Juntamente com isto, a lei 10.639/03 tem como objetivo promover a história africana e afro-brasileira nas escolas do país. Com essa medida busca-se apresentar a cultura para o fim do preconceito no Brasil, além de buscar a identificação e representatividade daqueles alunos que buscam sua heteroidentificação como pretos ou pardos.

A formação de uma identidade negra no Brasil é um processo profundamente marcado por resistências históricas, apagamentos sistemáticos e disputas simbólicas. O racismo estrutural e o mito da democracia racial atuaram e ainda atuam como barreiras para a autoafirmação da população negra, promovendo um ideal branco como padrão de beleza, comportamento e pertencimento. Nesse contexto, o rap emerge como instrumento fundamental de denúncia, conscientização e reconstrução identitária, ocupando um espaço simbólico essencial na cultura periférica e afro-brasileira.

Músicas como *Sr. Tempo Bom* de Thaíde e *O Homem na Estrada* dos Racionais MC's, *Ases da Periferia* do grupo Clã Nordestino e *Sou negrão* do trio paulistano Posse Mente Zulu, demonstram como o rap atua como forma de resistência e valorização da ancestralidade, resgatando elementos da cultura negra e expondo os dilemas enfrentados por jovens negros nas periferias urbanas. Através da música, narrativas até então silenciadas ganham voz e força, contribuindo para a construção de um imaginário coletivo que valoriza a negritude e confronta as estruturas opressoras da sociedade brasileira. “É catarse para as massas, mas uma catarse que os mantém todos ainda mais firmemente na linha. Quem chora não resiste mais do que quem marcha. Uma música que permita a seus ouvintes a confissão de sua infelicidade reconcilia-os com a sua dependência social por meio dessa “liberação” (Adorno, 1994, p. 141).”

Diante disso, é imprescindível reconhecer o papel do rap não apenas como expressão artística, mas como ferramenta de educação informal, resistência política e reconfiguração de identidades. O fortalecimento dessas expressões culturais, aliado a políticas públicas como a Lei 10.639/03, representa um passo necessário na direção da justiça social e do reconhecimento pleno da população negra como sujeito histórico, cultural e político.

Com o exposto, surgem as implicações de um problema vigente para a maior identificação dos brasileiros como negros, visto o preconceito presente no Brasil e as ineficiências históricas do Poder Público com essa população marginalizada. Porém, no ano de 2022, foi o primeiro ano após 30 anos que a população em sua maioria no país foi autodeclarada parda, de acordo com dados do IBGE (2023). Um dos significados que esse estudo pôde constatar é a maior ocorrência da identificação dos brasileiros com a sua negritude. Quem sabe, com a contribuição do rap, as pessoas sigam transpondo os desafios identitários do seu tempo.

Fontes

CLÃ NORDESTINO. **Ases de periferia – Letra da música.** Letras.mus.br. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/cla-nordestino/ases-de-periferia/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

POSSE MENTE ZULU. **Sou negrão– Letra da música.** Letras.mus.br. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/posse-mente-zulu/919451/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RACIONAIS MC 's. **O homem na estrada.** In: **Raio-X do Brasil.** São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 1993.

THAÍDE. **Sr. Tempo Bom.** In: **Preste Atenção.** São Paulo: ST2, 2007

Referências

ADORNO, Theodor W. Por que é difícil a nova música. In: _____. **Sociologia**. Organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1994a.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAGÃO, Jorge. **Identidade**. 1992.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Dia da Consciência Negra é feriado nacional pela primeira vez**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2024/11/dia-da-consciencia-negra-e-feriado-nacional-pela-primeira-vez>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CONTIER, Arnaldo Daraya. Música no Brasil: história e interdisciplinaridade. Algumas interpretações (1926-80). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 16., 1991, Rio de Janeiro. História em debate: problemas, temas e perspectivas. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. [S.l.]: CNPQ/InFour, [199-], p. 151-189.

EMICIDA. **AmarElo**. 3. ed. São Paulo: Laboratório Fantasma; Sony Music, 2019. CD, 11 faixas. Lançado em 30 de outubro de 2019

EMICIDA. **Emicida: AmarElo – É Tudo Pra Ontem**. Direção: Fred Ouro Preto. Brasil: Netflix; Laboratório Fantasma, 8 dez. 2020. Documentário, 71 min.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Camilla. Você sabe o que foi a teoria do embranquecimento no Brasil? **Politize!**, 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/embranquecimento/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência de Notícias IBGE, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 111-119. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf

KNOLL, Victor. **Paciente Arlequinada**: uma leitura da Obra Poética de Mário de Andrade. São Paulo, HUCITEC, 1983.

LAST.FM. **Posse Mente Zulu – Biografia**. Disponível em: <https://www.last.fm/pt/music/Posse+Mente+Zulu/+wiki>.

MACEDO, Iolanda; FIUZA, Alexandre Felipe. A educação informal e o rap como agente educativo. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 31, p. [páginas], 2013. DOI: 10.5585/eccos.n31.4285. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/4285>.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, do Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. 2016. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 218, 2004.

PEIXOTO, Enock da Silva. Theodor Adorno: sobre a influência da música na formação humana. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1–18, novembro 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/theodor-adorno-sobre-a-influncia-da-msica-na-formao-humana>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Carla Adriana da Silva, (Carla Akotirene). **Ó pai, prezada!** Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. Dissertação de mestrado em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. Universidade Federal da Bahia, 2014.

VIEIRA, José Jairo; VIEIRA, Marco Aurélio Dias; GORNI, Ruan Mascarenhas; SANTOS, Nayara da Silva dos; SANTOS, Nathália da Silva dos; MEDEIROS, Claudio Aroldo da Paixão; PEIXOTO, Shirleia dos Santos. O RAP como meio transformador na educação: tematizando rap em uma escola pública do município do Rio de Janeiro. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 35, n. 00, p. e024020, 2024. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/10810>.

X, Malcolm. **A autobiografia de Malcolm X**. Organizado por Alex Haley. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Submetido em: 23 jun. 2025

Aceito em: 09 out. 2025